RELATÓRIO HISTÓRICO
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

São Paulo
Dezembro de 2024

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

XVII Plenário

Diretoria

Presidenta: Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)
Vice-presidenta: Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)
Secretária: Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)
Tesoureiro: Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)

Conselheiras/os efetivas/os

Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)
Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)
Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)
Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)
Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)
Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)
Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)
Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo (CRP 06/45952)
Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)

Conselheiras/os suplentes

Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)
Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)
Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)

Renúncias

Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)
Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)
Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)
Sonia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)
Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)
Valeria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)

Vacâncias

Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)
Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)

Comissão Especial de História e Memória da Psicologia — CHM

Mônica Cintrão França Ribeiro — CRP 06/20583 — Coordenadora;
Carlos Eduardo Mendes — CRP 06/153775 — Membro;
Dreyf de Assis Gonçalves — CRP 06/55379 — Membro;
Maria da Glória Calado — CRP 06/33194 — Membro;
Talita Fabiano de Carvalho — CRP 06/71781 — Membro;
Rodrigo Toledo — CRP 06/ 90143 — Colaborador.

ENFOQUE
CONSULTORIA E PESQUISA
EM HISTÓRIA

Pesquisa, Organização, Revisão
Fernanda Cristina Scalvi
Giselle Marques Leite
Giselle Rodrigues Silva de Faria

Redação
Fernanda Cristina Scalvi
Giselle Marques Leite
Giselle Rodrigues Silva de Faria
Marcelo Cintra de Souza

Revisão do 2º capítulo
Ana Maria Ziccardi

HISTÓRICO DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO
RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

1. Apresentação ……...6
2. Histórico do CRP …….…….8
2.1 Contexto Geral da Psicologia e a profissão de psicóloga/o ……..…8
2.1.1 Breve histórico da Psicologia Moderna……....8
2.1.2 A Psicologia no Brasil ……..……..9
2.1.3 O Sistema Conselhos …….……..11
2.1.3.1 Diretrizes …….……..….. 12
2.1.3.2 Pré-Congressos (Pré – COREPSIs)..... 12
2.1.3.3 Congresso Regional da Psicologia (COREPSI) ……..…12
2.1.3.4 Congresso Nacional da Psicologia (CNP) ……....13
2.1.3.5 Direitos Humanos.....13
2.1.4 Outros órgãos da categoria …….....13
2.2 CRP SP: Caminhos percorridos - Os 17 Plenários ……..…17
2.3 Subsedes do CRP SP - De delegacias a subsedes: interiorização e participação……....94
2.3.1 Subsede Alto Tietê …….…96
2.3.2 Subsede Assis …….…...98
2.3.3 Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira ……...…101
2.3.4 Subsede Bauru ……..……104
2.3.5 Subsede Campinas ……..105
2.3.6 Subsede Grande ABC ……..…..109
2.3.7 Subsede Região Metropolitana ……...112
2.3.8 Subsede Ribeirão Preto ……..113
2.3.9 Subsede São José do Rio Preto ……....116
2.3.10 Subsede Sorocaba …….……119
2.3.11 Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte ……...…121
2.4 Estrutura Organizacional …….…..125
2.5 As Comissões permanentes e especiais ……....128
2.6 CRP SP - 50 Anos atuando em prol do desenvolvimento da sociedade.....…136
3. Desenvolvimento do Trabalho …….……139
3.1 Pesquisa de fontes/publicações …….…..…140
3.2 Entrevistas …….…...140
3.3 Fichas de Pesquisa ……...…..141
3.4 Produção de textos …….….....142
3.4.1 Textos de referência
3.4.2 Textos para o Jornal Psi 205
3.4.3 Textos para a revista histórica / versão estendida
3.4.4 Textos para Linha do Tempo
3.5 Pesquisa iconográfica ……...…142
3.6 Listagem de Plenários (conferência) …….…...143
4. Produtos entregues ao CRP SP ……..…144
4.1 Textos de referência solicitados pela Comissão de Comunicação para as revistas comemorativas

4.2 Textos para o Jornal Psi 205
4.3 Textos para a revista histórica / versão estendida
4.4 Textos para Linha do Tempo (2020 a 2024)
4.5 Fichas de pesquisa
4.6 Pesquisa iconográfica
4.7 Fontes e Referências
4.8 Transcrição das 9 entrevistas feitas pela Enfoque
4.9 Áudios das entrevistas
4.10 Indicação de nomes relevantes para a História da Psicologia em São Paulo
4.11 Legislação e normas relevantes
4.12 Listagem dos arquivos digitais enviados
5. Anexos ……145
5.1 Textos de referência solicitados pela Comissão de Comunicação para as revistas comemorativas ……145
5.2 Textos para o Jornal Psi 205 ……156
5.3 Textos para a revista comemorativa / versão estendida ……173
5.4 Textos para a Linha do Tempo …….....200
5.5 Fichas de pesquisa ……..221
5.6 Pesquisa iconográfica ……...…...222
5.7 Listagem dos arquivos digitais enviados ……..……259
5.8 Transcrição das entrevistas ……...……262
5.9 Comemorações dos 50 Anos do CRP SP.....361
5.10 Repositório Digital Fúlvia Rosemberg.....376
6. Indicação de nomes relevantes para a História da Psicologia ……...377
7. Legislação e normas …….……382
8. Referências ……..….....385

1. Apresentação

Ao completar 50 anos de sua criação, em agosto de 2024, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) organizou uma série de atividades comemorativas e lançou duas publicações sobre essas cinco décadas.

O presente relatório é resultado da pesquisa realizada entre abril e agosto de 2024 para dar suporte às publicações Jornal Psi n. 205 e Edição Histórica (versão estendida) e à atualização da Linha do Tempo (2020 a 2024) do site do CRP SP. Seu objetivo geral foi subsidiar a pesquisa histórica e a produção de memória institucional. Ele está dividido em duas partes: a primeira relata a trajetória histórica da instituição e a segunda traz a produção da equipe da Enfoque Consultoria e Pesquisa em História nesses meses de atividades.

A primeira parte subdivide-se em um breve histórico da Psicologia, da Psicologia no Brasil e da criação do Sistema Conselhos – para contextualizarmos onde se insere o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo no Brasil e na América Latina. Feito esse preâmbulo, procuramos mostrar a atuação do CRP SP através das realizações de seus Plenários, suas subsedes, seu organograma e suas Comissões.

Na segunda parte, está disponível a metodologia utilizada e todo o material produzido ao longo do trabalho: fichas de pesquisas, textos de referência, pesquisa iconográfica, transcrição de entrevistas, além dos textos entregues para compor as duas revistas históricas.

Durante as pesquisas histórica e iconográfica, nos concentramos inicialmente em conhecer a instituição, principalmente através do material disponível em seu site, Cedoc, repositório digital e fontes externas. Ao longo do trabalho, fomos orientadas pela equipe de Comunicação do CRP SP, buscando atender suas necessidades. A fim de facilitar o acesso às informações, foram produzidas 28 fichas de pesquisa sobre os mais diversos assuntos, assim como textos de referência.

A seleção de pessoas a serem entrevistadas foi feita inicialmente pelo setor de Comunicação do CRP SP, que procurou dar voz, predominantemente, a presidentas/es e conselheiras/os de antigos plenários. Ao todo, a equipe da Enfoque Consultoria e Pesquisa em História participou de nove entrevistas, sendo seis em conjunto com a jornalista Priscilla Haikal e filmadas pela equipe de Comunicação do CRP SP. As demais foram realizadas via Google Meet e gravadas.

Ao longo da pesquisa, foram solicitados à equipe da Enfoque Consultoria materiais de referência sobre diversos assuntos, assim como textos que deveriam integrar as publicações, também reproduzidos neste documento.

A pesquisa iconográfica foi dividida em material gráfico, fotografias do acervo do CRP SP e fotos externas.

A pedido do setor de Comunicação, foi feita a conferência dos nomes de todas/os as/os ex-conselheiras/os e conselheiras/os dos 17 Plenários (1974 até agosto de 2024).

Toda nossa produção de pesquisas histórica e iconográfica, textos produzidos, transcrições das entrevistas e fichas de pesquisa foram disponibilizadas no drive compartilhado com a Comunicação, na pasta “História e Memória/50 anos CRP SP”.

Atendendo à solicitação da Comissão Especial de História e Memória, acrescentamos na seção Detalhamento do XVII Plenário as principais ações referentes ao ano de 2024 (até o momento da entrega deste documento), assim como um anexo sobre as atividades realizadas nas comemorações dos 50 anos do CRP SP e outro sobre o Repositório Digital Fúlvia Rosemberg.

2. Histórico do CRP

2.1 Contexto geral da Psicologia e a profissão de psicóloga/o

2.1.1 Breve histórico da Psicologia moderna

O interesse pelo estudo da mente e do comportamento humanos vem da época das antigas civilizações. Podemos afirmar que remonta ao século V a.C., quando Platão e Aristóteles tentavam decifrar a união do corpo e da alma. A história da Psicologia começa junto com a da Filosofia e, apesar de filósofas/os confiarem na observação e na lógica, esses métodos não eram suficientes para estudar e chegar a conclusões sobre o espírito, o entendimento do pensamento e o modo de agir do ser humano.

No transcorrer do século XIX, ocorreram diversas manifestações que tentavam relacionar o método científico e os estudos sobre o comportamento humano. Em 1879, Wilhelm Wundt (1832-1920) fundou o primeiro laboratório experimental de Psicologia, na Universidade de Leipzig, na Alemanha, estabelecendo a Psicologia como uma disciplina científica. Seu trabalho foi importante por separar a Psicologia da Filosofia e analisar a mente com procedimentos objetivos e padronizados. Wundt foi considerado o “pai da Psicologia experimental”. Entre seus alunos estavam os americanos Stanley Hall, que abriu o primeiro laboratório experimental de Psicologia nos Estados Unidos, na Universidade Johns Hopkins, em 1883, e fundou a Associação Americana de Psicologia, em 1892, e James Catell, que recebeu, em 1888, o primeiro título de professor de Psicologia, a primeira docência em Psicologia do mundo. A nova disciplina se desenvolveu e cresceu rapidamente em diversos países, mas, principalmente, nos Estados Unidos.

Nessa época, surgiram diferentes escolas de pensamento sobre a Psicologia que qualificam as diferentes maneiras de entender os seres humanos. Cada uma delas tinha muito bem definido sobre o que estudar e como pretendiam desenvolver esse estudo para alcançar seus objetivos. As primeiras escolas de Psicologia foram o Estruturalismo, o Funcionalismo e o Associacionismo. Elas não apenas influenciaram o desenvolvimento de outras linhas de estudo e de práticas de Psicologia, como também permitiram o desenvolvimento de diversas abordagens teóricas durante o século XX, como a Psicanálise, a Psicologia Comportamental e as abordagens Existenciais e Humanistas, as três mais importantes até a atualidade.

A Psicologia enfrentou desafios, questionou suposições e expandiu seus horizontes. Cada escola de pensamento ofereceu uma perspectiva única, contribuindo para a compreensão cada vez mais requintada da experiência humana. Hoje, a Psicologia abrange um campo muito diversificado de áreas, desde a Neurociência até a Psicologia Social e a Psicologia aplicada. Seus avanços se deram a passos largos, tanto em sua profundidade quanto em variedade. A combinação com áreas como a Neurologia e a Sociologia levou à consolidação de outras perspectivas teóricas, com apenas uma parte delas relacionada com a clínica.

À medida que a sociedade enfrenta novos desafios e a tecnologia avança, a Psicologia continua a evoluir e a se adaptar, buscando soluções para os problemas mais prementes da humanidade.

Atualmente, algumas das principais áreas de atuação da/o profissional de Psicologia são: Psicologia Clínica, Psicologia Escolar, Psicologia Organizacional, Psicologia do Trânsito, Psicologia do Esporte, Psicologia Hospital, Psicologia Jurídica, Neuropsicologia. Ao abraçar a inovação, a colaboração interdisciplinar e a inclusão, a Psicologia está bem-posicionada para moldar um futuro mais saudável, compassivo e equitativo para todos.

2.1.2 A Psicologia no Brasil

A trajetória da Psicologia brasileira revela um rico panorama de influências e transformações. Ainda no período colonial, nos séculos XVI e XVIII, religiosos, políticos, educadores, filósofos e moralistas se dedicavam a discutir questões psicológicas, sob outros vieses, voltados à Filosofia e à Pedagogia, como o livro *A arte de criar bem os filhos na idade da puerícia*, escrito pelo jesuíta Alexandre de Gusmão, em 1685, publicado em 2019 pela Martins Fontes.

Já no século XVII, a medicina passou a se debruçar sobre conteúdos psicológicos como forma de tratamento e cura para os males do corpo. Com o passar do tempo, no século XIX, já era muito discutida em suas teses de doutoramento, nas teses de provimento de cátedra e de verificação de títulos. Grande parte dos assuntos psicológicos tratados nesse período se referem a paixões ou emoções, diagnóstico e tratamento das alucinações mentais, epilepsia e histeria.

A partir da década de 1840, foram criados os primeiros hospícios no Brasil, baseando-se na necessidade de oferecer tratamento adequado aos “loucos”, que até então viviam nas ruas, nas prisões e nas “casinhas de doudos” das Santas Casas de Misericórdia.

Contudo, no final do século XIX, a Psicologia ainda era uma disciplina emergente no cenário acadêmico global vinculada à Filosofia. No Brasil, seu desenvolvimento se deu de maneira gradual e incipiente. As primeiras menções a ela no país ocorreram em contextos acadêmicos e filosóficos. Seu processo de consolidação como uma ciência distinta se iniciou com a criação dos primeiros cursos e das primeiras instituições voltadas para a área

Em 1934, passou a se estruturar academicamente no Brasil com a fundação do Departamento de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), contudo, era uma cadeira do curso de Filosofia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da universidade.

Durante as décadas de 1930 a 1950, seu desenvolvimento no Brasil continuou a avançar com a criação de novas instituições e cursos, além da crescente influência das correntes teóricas internacionais. A Psicologia se afirma como uma ciência capaz de desenvolver teorias, técnicas e práticas para orientar e integrar o processo de desenvolvimento político social. Os campos de atuação se estabelecem em:

educação e trabalho e clínica. Testes e métodos de avaliação psicológica são empregados nos serviços públicos de orientação infantil criados em São Paulo e no Rio de Janeiro e também servem de base para o trabalho de instituições que se dedicam à seleção e orientação de pessoal e à organização do trabalho. Os Serviços Nacionais da Indústria e do Comércio (Senai/Senac) adotaram abordagens psicológicas para a qualificação profissional. Aos poucos, ela se distancia progressivamente da Psiquiatria, adquirindo *status* de disciplina autônoma nos cursos de Pedagogia, Ciências Sociais e Filosofia.

O processo de regulamentação da profissão começou também na década de 1950, quando ocorrem o primeiro pedido de registro de um consultório de Psicopedagogia no Ministério da Educação; o primeiro Congresso Brasileiro de Psicologia, realizado em Curitiba (PR); o primeiro anteprojeto sobre a formação e a regulamentação da profissão, apresentado pela Associação Brasileira de Psicotécnica; e a criação dos cursos de Psicologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na de Minas Gerais (PUC Minas) e na do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Em 1953, Lourenço Filho, José Pontual, Emílio Mira y Lopez e J. M. de A. Sobrinho redigiram um anteprojeto de lei para o reconhecimento da profissão de psicóloga/o, que foi encaminhado pela Associação Brasileira de Psicotécnica. Em 1958, foi apresentado outro projeto, elaborado por uma equipe de São Paulo, e apresentado em 1961. As discussões sobre esses dois trabalhos e o empenho de associações e sociedades de Psicologia culminaram na promulgação da Lei n. 4.119, de 27/08/1962.

A década de 1960 também foi um período de grande mudança política e social no Brasil, cujas transformações se refletiram na Psicologia. A ditadura militar (1964-1985) trouxe desafios significativos para a profissão, com a imposição de censura e as restrições à liberdade acadêmica. O período, no entanto, também viu o surgimento de movimentos de resistência e a afirmação de uma Psicologia crítica e engajada com questões sociais e políticas.

A redemocratização do país, a partir de 1985, trouxe novo dinamismo para a ciência psicológica. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), criado em 1971, ganhou mais autonomia e influência, estabelecendo diretrizes mais claras para a prática profissional e para a formação acadêmica. Além disso, as décadas seguintes foram marcadas pela diversificação e pela especialização crescente das áreas da Psicologia, com o surgimento de novas abordagens e novos campos de atuação, como clínica, organizacional, escolar, comunitária e esportiva.

Nos anos 1990 e 2000, a Psicologia no Brasil experimentou significativa expansão com a criação de novos cursos de graduação e de pós-graduação, além do fortalecimento da pesquisa acadêmica. Em 2004, foram aprovadas as novas diretrizes de ensino para a área, com as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação presentes na graduação. As universidades brasileiras passaram a oferecer uma formação mais abrangente e multidisciplinar, refletindo tendências internacionais e as demandas locais.

Além do avanço acadêmico, a prática profissional também passou por transformações importantes. As/os psicólogas/os se tornam cada vez mais presentes em diversos contextos, como saúde mental, educação, trabalho e Políticas Públicas. A atuação desses profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS) e em programas de assistência social destacou o papel da Psicologia na promoção do bem-estar e na melhoria da qualidade de vida da população.

Hoje, a Psicologia é uma profissão amplamente reconhecida e respeitada no Brasil, com uma vasta gama de especializações e uma presença significativa em diversos setores da sociedade. A busca pela prática ética e científica continua a ser um dos pilares da profissão, e as/os psicólogas/os brasileiras/os enfrentam o desafio de se adaptar às novas demandas e aos novos contextos sociais, mantendo o compromisso com a promoção da saúde mental e do desenvolvimento humano.

Em suma, a história da Psicologia no Brasil é um reflexo do dinamismo e da complexidade do desenvolvimento científico e profissional no país. Desde suas origens até os dias atuais, a Psicologia tem desempenhado um papel fundamental na compreensão e na melhoria das condições humanas, contribuindo significativamente para o avanço da sociedade brasileira.

2.1.3 O Sistema Conselhos

A Lei n. 5.766, de 20/12/1971, criou o Conselho Federal de Psicologia e os sete primeiros Conselhos Regionais de Psicologia (CRP). Sua primeira diretoria foi eleita em 1973, por um grupo formado pelo Ministério do Trabalho e 20 associações de Psicologia. Em 1974, a estrutura de funcionamento e de relacionamento do CFP era composta pelos sete primeiros CRPs: CRP 01, CRP 02; CRP 03, CRP 04, CRP 05, CRP 06, CRP 07. A autarquia contava com aproximadamente 895 profissionais inscritas/os. À época da eleição do primeiro plenário, a concessão do título era feita por comprovação, no Ministério da Educação e Cultura (MEC), de prática profissional.

Em 1984, no início da chamada Nova República, o CFP alcançou a marca de 50 mil psicólogas/os inscritas/os.

No início dos anos 1990, o Conselho passou por um processo de democratização e reafirmação do compromisso da entidade com um projeto social – proposto no Congresso Unificado do final da década de 1980 –, promovendo um processo de descentralização política e administrativa, incentivando a articulação com setores populares, entidades e movimentos sociais e se comprometendo a enfatizar espaços de informação, discussão e mobilização da categoria, conduzindo a se pensar a Psicologia como ciência e como profissão, em suas particularidades técnico-teóricas.

Em 1991, o Plenário do CFP e os de todos os CRPs se reuniram para propor uma reconstrução da instituição por meio da realização de um Congresso Constituinte da Psicologia, cujos temas em discussão poderiam ser equacionados e as propostas para reestruturação dos Conselhos, debatidas; após esse Encontro de Plenárias, deu-se por instalado o Processo Constituinte da Psicologia Brasileira, com objetivo de promover uma nova forma estrutural daquele conjunto, atender aos anseios da

categoria e às necessidades da sociedade brasileira. Esperava-se, com ele, a construção de uma entidade com uma inserção social concreta.

> Em 1994, aconteceu enfim o Congresso Nacional Constituinte da Psicologia, intitulado Processo Constituinte, "Repensando a Psicologia", em Campos de Jordão, entre 25 e 28 de agosto daquele ano. Foi um marco histórico para a Psicologia, porque essa foi a primeira vez, desde que a Psicologia havia sido criada no Brasil, que, a partir de proposições próprias, as/os psicólogas/psicólogos indicaram o rumo que a Psicologia deveria tomar no país, como ciência e profissão, e a forma de organização dessa área. Participaram representantes da Fenapsi, do Conselho Nacional dos Estudantes e do Mercosul, além dos mais de 150 delegados eleitos nas 12 regiões do Sistema. O Congresso foi importante também por vários outros motivos, como, por exemplo, porque foi projetado em uma Gestão (VII Plenário) e executado na Gestão seguinte (VIII Plenário); teve coordenação conjunta do CFP e CRPs; garantiu a horizontalização do processo político da autarquia; organizou o Fórum Nacionais de Entidades, instância política de coordenação das ações propostas pelo Congresso; e, ao final do encontro, tornou-se o I Congresso Nacional da Psicologia – I CNP. (Sistema Conselhos de Psicologia - 30 anos de História, CFP)

Foi o I Congresso Nacional de Psicologia (CNP) que decidiu, finalmente, pelas eleições diretas para composição dos Plenários do CFP. As consultas nacionais passaram a se basear na apresentação, à categoria, de plataformas políticas, o que resultou em um processo democrático também para a elaboração das diretrizes e das formas de trabalho para as Plenárias seguintes, modelo que permanece até a atualidade.

2.1.3.1 Diretrizes

As diretrizes e formas de trabalho do CFP e dos CRPs são pautadas pelas deliberações dos CNPs, realizados a cada três anos, desde 1994, quando são aprovadas teses sobre a estrutura funcional dos Conselhos e os princípios que norteiam suas ações com relação ao exercício, à formação e à ética profissional.

Atualmente, propostas de teses e discussões se iniciam nos pré-conselhos, seguem para os congressos regionais e, posteriormente, são definidas no congresso nacional da categoria da seguinte forma:

2.1.3.2 Pré-congressos (pré-COREPSIs)

Instâncias que apreciam e aprovam as propostas enviadas pelas ações de mobilização. Nessa etapa, novas propostas podem ser elaboradas e são eleitas/os as/os delegadas/os para o Congresso Regional (COREPSI). Eles ocorrem na sede e nas subsedes do CRP SP.

2.1.3.3 Congresso Regional da Psicologia (COREPSI)

O Congresso Regional da Psicologia é realizado no Conselho Regional, composto por delegadas/os eleitas/os nos pré-congressos.

No COREPSI, são discutidas e aprovadas as propostas de âmbito regional que farão parte do Caderno de Deliberações e que orientarão as ações da gestão do CRP no triênio seguinte. São também apreciadas as propostas que serão enviadas para avaliação no Congresso Nacional de Psicologia (CNP), também é decidida a eleição das/dos delegadas/os para o Congresso Nacional.

2.1.3.4 Congresso Nacional da Psicologia (CNP)

Etapa final do processo de discussão e decisão sobre as diretrizes para o Conselho Federal de Psicologia. Participam as/os delegadas/os nacionais, eleitas/os nos COREPSIS de todos os CRPs. As propostas aprovadas irão compor o Caderno de Deliberações do CNP, que orientará as ações da gestão do CFP no próximo triênio.

Em 2025, será realizado o 12º Congresso Nacional de Psicologia com o tema "A pluriversalidade do nosso fazer. Por uma Psicologia pluriversa e inclusiva!".

2.1.3.5 Direitos Humanos

Em 1997, foi criada a Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, que inaugurou, no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, processos de lutas em prol dos Direitos Humanos sem precedentes na história da profissão. Atualmente, todas as ações do Sistema são pautadas na defesa dos Direitos Humanos e de uma sociedade que busca promover o bem-estar social, levando em consideração as minorias e suas demandas.

2.1.4 Outros órgãos da categoria

O Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) constitui-se num espaço amplo e agregador de organização e construção coletiva da Psicologia brasileira. Composto por 27 entidades de âmbito nacional, cujo maior contingente é de associações e sociedades representantes de campos científicos, áreas ou subáreas da Psicologia, todas com interfaces com a atuação profissional, em maior ou menor grau, o fórum é, portanto, "um coletivo institucional que representa a pluralidade da Psicologia, como também as respostas coletivas que este Fórum tem construído para as lutas e desafios contemporâneos no exercício profissional, na formação e na pesquisa em Psicologia no Brasil". (Conselho Federal de Psicologia (Brasil) - Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira: o FENPB e suas histórias).

Esse fórum tem por finalidade definir políticas e projetos voltados à melhoria da qualificação profissional das/dos psicólogas/psicólogos; fortalecer a pesquisa no Brasil; democratizar as entidades representativas de todo o setor; consolidar a relação entre a pesquisa e a prática cotidiana das/dos psicólogas/psicólogos; aprimorar o instrumental técnico das/dos psicólogas/psicólogos.

Seus princípios são: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira; buscar qualificação técnica e ética no exercício profissional e na pesquisa; estabelecer um diálogo fraterno visando intervenções na Psicologia que possam ser consensuais e conjuntas; fortalecer os vínculos entre a ciência e a profissão.

Entre as principais iniciativas do FENPB estão a realização dos I, II, III, IV e V Congresso Brasileiro da Psicologia: Ciência e Profissão; criação da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia; criação da Biblioteca Virtual da Psicologia no Brasil e apoio ao desenvolvimento das BVS na América Latina; o estabelecimento de uma proposta de diretrizes para o ensino da Psicologia; ações de interferências e acompanhamento relativas a iniciativas governamentais que envolvam a Psicologia como ciência e profissão; realização da Campanha Psicologia em Alerta. São as seguintes as entidades que compõem a FENPB:

ABECIPSI - Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia	www.abecipsi.org.br
ABEP - Associação Brasileira de Ensino de Psicologia	www.abepsi.org.br
ABOP - Associação Brasileira de Orientação Profissional	www.abopbrasil.org.br
ABP+ - Associação Brasileira de Psicologia Positiva	bp-positiva.org
ABPD - Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento	www.abpd.psc.br
ABPJ - Associação Brasileira de Psicologia Jurídica	www.abpj.com.br
ABPP - Associação Brasileira de Psicologia Política	www.psicologiapolitica.org.br
ABPSA - Associação Brasileira de Psicologia da Saúde	www.abpsa.org.br
ABRANEP - Associação Brasileira de Neuropsicologia	
ABRAP - Associação Brasileira de Psicoterapia	www.abrap.org
ABRAPAV - Associação Brasileira de Psicologia da Aviação	www.abrapav.com.br
ABRAPEE - Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional	abrapee.wordpress.com
ABRAPESP - Associação Brasileira de Psicologia do	www.abrapesp.org.br

Esporte	
ABRAPSIT - Associação Brasileira de Psicologia do Tráfego	www.abrapsit.org.br
ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social	www.abrapso.org.br
ANPEPP - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia	www.anpepp.org.br
ASBRo - Associação Brasileira de Rorschach e Métodos Projetivos	www.asbro.org.br
CFP - Conselho Federal de Psicologia	www.cfp.org.br
CONEP - Coordenação Nacional dos Estudantes de Psicologia	www.facebook.com/CONEPnaluta
FENAPSI - Federação Nacional dos Psicólogos	www.fenapsi.org.br
FLAAB – Federação Latino Americana de Análise Bioenergética	www.analisebioenergetica.com
IBAP - Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica	www.ibapnet.org.br
IBNeC - Instituto Brasileiro de Neuropsicologia e Comportamento	www.ibnec.org
SBHP - Sociedade Brasileira de História da Psicologia	www.sbhpsi.com.br
SBPH - Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar	www.sbph.org.br
SBPOT - Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho	www.sbpot.org.br
SOBRAPA - Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura	www.facebook.com/Sociedade-Brasileira-de-Psicologia-e-Acupuntura-Sobrapa

2.2 CRP SP: Caminhos percorridos – Os 17 Plenários

Esta seção descreverá a trajetória dos 17 Plenários desde a criação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, em 1974, até o presente, 2024, citando os fatos mais marcantes de cada um dos períodos e contextualizando com fatos sociais e políticos de cada época.

O objetivo é oferecer um panorama de cada uma das gestões à frente do CRP SP, seguido de um maior detalhamento sobre as ações de cada um dos Plenários, coletado nos relatórios de gestão e nos materiais de divulgação do Conselho, como jornais do CRP 06 e Jornal Psi.

I Plenário
Gestão 1974-1976
Sem mote

Antonio Carelli
Antonio Waldir Biscaro
Carlos del Nero
Dante Moreira Leite
Geraldina Porto Witter
Heriberto Beculfine
Joel A. Gosling
José Glauco Bardella
Lúcia Carvalhães Bonilha Keller
Lygia Sá Fortes Neddermeyer
Maria do Rosário Brant Itapura de Miranda
Marília Albino de Amorim
Romeu de Morais Almeida
Samuel Pfromm Netto
Sérgio Vilela Monteiro
Suzy Vijande Cambraia
Therezinha Moreira Leite
Waldecy Alberto Miranda

DIRETORIA
Presidente: Waldecy Alberto Miranda
Vice-presidente: Romeu de Morais Almeida
Tesoureiro: José Glauco Bardella
Secretária: Geraldina Porto Witter

O Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (São Paulo e Mato Grosso) foi criado no ano de 1974, 12 anos após o reconhecimento da profissão, no mesmo momento em que se iniciava o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), período marcado pela denominada “abertura lenta, pacífica e democrática” em vista do avanço da oposição, obtido com a vitória nas eleições parlamentares de 1974.

Essa distensão política enfrentava resistência dos setores mais “duros” do regime, demonstrada, por exemplo, pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog,

nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em 25 de outubro de 1975, que resultou no afastamento do ministro do Exército, Sylvio Frota, e pelo “Pacote de Abril”, outorgado em 13/04/1977, que alterava as regras das eleições. Mas, mesmo assim, diversas entidades, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Comitê Brasileiro pela Anistia e a União dos Estudantes do Brasil continuavam sua luta levantando as bandeiras da anistia ampla, geral e irrestrita e por uma Assembleia Nacional Constituinte, além de outras causas da sociedade civil, como a lei de regulamentação do divórcio.

Era um momento em que a categoria de psicólogas/os dava seus primeiros passos em sua organização institucional, ainda na sede improvisada na avenida Ipiranga, n. 395, 9º andar. Foi nesse local, cedido pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, que tomou posse o primeiro Plenário.

Segundo Waldecy Alberto Miranda,

> Os Conselheiros Efetivos se reuniram e elegeram a 1ª Diretoria do recém-criado CRP 06. Na ocasião, fui honrado com a escolha pelos colegas, de meu nome, para o cargo de Presidente e, eleitos os Conselheiros, deparamo-nos com o problema: não dispunha o novo órgão de nenhum apoio logístico, nem administrativo, sequer tinha um lápis como patrimônio para enfrentar a enorme missão que tinha pela frente”. O Conselho Federal tampouco possuía recursos para apoiar os Regionais, pois dependia da receita destes. “Não contavam o Federal, nem os Regionais, com recursos públicos, para sobreviver nesse início de atividades. [Conselho Regional de Psicologia 6ª Região – Uma Profissão Chamada Psicologia (CRP-06,20 anos)]

Em razão dessa e de outras dificuldades enfrentadas por um órgão que iniciava seus primeiros passos, os trabalhos e a rotina do CRP 06 consistiam em reuniões plenárias semanais, com a finalidade inicial de analisar os processos de inscrição das/os psicólogas/os, que atingiu a marca de 2.119 inscritas/os ao final da gestão. Para atender à necessidade de orientar os procedimentos necessários para a obtenção da carteira profissional, em 1976, passa a ser publicado o Boletim do CRP 06.

Tal crescimento vertiginoso da categoria logo demandou a necessidade de novas instalações. Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 14/06/1975, deliberou-se pela aquisição de um imóvel, decisão adiada e que resultou no aluguel da casa situada na av. Brigadeiro Luís Antônio, n. 4.187.

DETALHAMENTO:

- Em 27/08/1974, realizou-se a primeira reunião do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo e Mato Grosso, no salão da Sociedade de Psicologia de São Paulo, localizado na av. Ipiranga, n. 395, 9º andar. O objetivo dessa primeira reunião foi discutir e definir a composição da primeira diretoria do órgão. Foram designados, em comum acordo, para ocupar os vários cargos da diretoria, as/os seguintes Conselheiras/os: Presidente – Waldecy Alberto

Miranda; Vice-Presidente – Romeu de Moraes Almeida; Secretária – Geraldina Porto Witte.

- A primeira diretoria do Conselho, nesse primeiro momento, não contava com uma sede e, por isso, precisou ter suas instalações improvisadas na Sociedade de Psicologia de São Paulo, onde já estavam instalados, nesse mesmo imóvel, a Associação Brasileira de Psicólogos e o Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo.
- A rotina consistia em reuniões plenárias semanais com a finalidade inicial de analisar os processos de inscrição das/os psicólogas/os, tarefa até então feita pelo MEC, além de outros assuntos decorrentes da profissão.
- Primeiros registros de psicólogas/psicólogos
- Os primeiros meses de existência desse CRP coincidiram, como fora previsto pela sua diretoria, com numerosos e diversificados problemas para sua implantação. Partindo do marco zero, sem sede, sem instalações, sem equipamentos, sem material de consumo, sem uma estrutura de atendimento e de funcionamento, o CRP 06 teve de concentrar seus esforços no sentido da solução desses problemas mais prementes.
- O Boletim do CRP 06 passa a ser publicado em 1976, no qual são descritos os procedimentos necessários para obter a carteira profissional.

> Semestral em sua periodicidade inicial, este Boletim pretende ser o principal elo entre o Conselho e os psicólogos nele inscritos. Estamos contando, neste primeiro número, a história da fundação do CRP—06, as atividades principais realizadas por seu plenário e por sua Diretoria, os acontecimentos de importância na Psicologia, no Brasil e no exterior. [Boletim do CRP 06, Ano1/n.1 (jan/jun.1976)]

- Em seu primeiro ano de funcionamento, o CRP SP examinou cerca de 400 processos de inscrição de psicólogas/os que já se encontravam em atividade em São Paulo e Mato Grosso. Em 30/06/1976, as/os profissionais inscritas/os já somavam 1.908 e, em 31 de dezembro desse mesmo ano, esse número alcançou 2.219.
- Com o aumento de profissionais inscritas/os, cresceu a necessidade de uma sede própria e com instalações adequadas. Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 14/06/1975, deliberou-se pela aquisição de um imóvel, contudo, a diretoria decidiu adiar tal decisão, optando por alugar uma casa na av. Brigadeiro Luís Antônio, n. 4.187.
- Inauguração da sede do CRP 06, na av. Brigadeiro Luís Antônio, em 31/10/1975.
- Em 1975, Romeu de Morais Almeida, então vice-presidente da diretoria do CRP 06, visitou pessoalmente as cidades mato-grossenses de Cuiabá, Corumbá e Campo Grande, onde procurou encaminhar soluções para as dificuldades de comunicação com São Paulo. Em julho de 1977, o CRP 06 decidiu transferir duas de suas plenárias para Mato Grosso, realizando-as em Cuiabá e Corumbá. A partir daí, as/os conselheiras/os puderam verificar a real necessidade de se instalar uma delegacia naquele estado.

- O CRP 06 passou a homenagear, a cada ano, um/a psicóloga (Prêmio Psicólogo do Ano) que tenha contribuído de maneira profícua para o progresso da Psicologia no âmbito da pesquisa ou do ensino ou, ainda, na aplicação dos conhecimentos de técnicas de natureza psicológica. O primeiro homenageado foi Cícero Christiano de Souza e, em 1977, foi Noemy da Silveira Rudolfer.
- O Decreto n. 79.822, de 17/06/1977, regulamenta a Lei n. 5.766/1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e foi outorgada pelo Presidente da República, Ernesto Geisel.
- Em 09/05/1977, foi realizada a cerimônia de entrega das primeiras carteiras profissionais de psicólogas/os.
- Lançamento Informativo CRP 06, n. 01/77 (ago. 1977).
- **Contexto**: início do governo de Ernesto Geisel; início da lenta abertura política no Brasil; criação do Laboratório de Psicologia da Aprendizagem (LPA), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); aprovação pelo CFP do Código de Ética Profissional do Psicólogo, por meio de sua Resolução n. 08, de 02/02/1975; Vladimir Herzog morre torturado no DOI-Codi, em São Paulo; criação do Instituto Sedes Sapientiae (1975); criada a primeira residência em Psicologia Clínica na USP de Ribeirão Preto; criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), por meio da Lei n. 6.439/1977, o que possibilitou a integração das áreas de previdência social, assistência social e assistência médica, bem como a gestão das entidades ligadas ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS); primeiro concurso público para psicólogas/os do Hospital das Clínicas (1977).

II Plenário
Gestão 1977-1980
Sem mote

Antonio Carelli
Carlos del Nero
Elvira da Conceição Abreu e Mello Wagner
Eugenia Coelho Paredes
Heriberto Belcufine
Ilda Aparecida Caruso Silva
Luiz Antonio Guimarães Cancello
Maria Ignez Longhin de Siqueira
Maria José Beraldi Andersen
Myriam Augusto da Silva Vilarinho
Rachel Léa Rosenberg
Reinier Johannes. Antonius. Rozestraten
Samuel Pfromm Netto
Saulo Monte Serrat
Sérgio Vilela Monteiro
Therezinha Moreira Leite
Walter Trinca

DIRETORIA
Presidente: Samuel Pfromm Netto
Vice-presidente: Carlos del Nero
Tesoureira: Rachel Léa Rosenberg
Secretária: Therezinha Moreira Leite

A ditadura militar apresentava sinais de desgaste e a crise econômica avançava pelo país, com a crescente mobilização da sociedade civil contra o regime, expressa pelo Movimento contra a Carestia, o renascimento do movimento estudantil e as grandes greves do ABC paulista.

O Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (SinPsi) foi fundado em 1973, no auge da ditadura, e era comandado por um militar indicado pelo governo. Em 1979, um grupo de psicólogas/os se organizou, montou uma chapa de oposição e conseguiu vencer as eleições sindicais, tendo à frente Odette de Godoy Pinheiro, com a proposta não só de representar os interesses da categoria, como também de participar ativamente da luta sindical, alinhada aos interesses mais amplos da sociedade, como a busca pela democracia e pela justiça social. Era o momento, fim da década de 1970 e início da década de 1980, quando a esquerda política das/os psicólogas/os se organizava e vencia as eleições para o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e para o Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, presidido por Samuel Pfromm Neto, e começa a imprimir novas práticas instituintes, até então não vistas nessas entidades.

Toda essa movimentação ocorria quando o CRP 06 adquiriu e se mudou para uma nova sede, instalada na avenida Brigadeiro Faria Lima, n. 1.084, 10º andar, conjuntos 101 e 102, inaugurada em 27/08/1978. Nesse mesmo ano, o CRP 06 aprovou as normas para implantação das delegacias e, no ano seguinte, elas foram criadas em Campo Grande (MS), Cuiabá (MT) e, no estado de São Paulo, em Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e Santos. A implantação das delegacias tinha como objetivo não apenas fornecer mais agilidade ao serviço de inscrição das/dos psicólogas/os, mas também zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional em suas regiões.

Em 1978, foi criada a Comissão de Fiscalização, mas, diante da sobrecarga de trabalho das/os conselheiras/os, decidiu-se estabelecer um corpo de profissionais denominados *fiscais*, contratados para esse fim, nascendo, assim, o Departamento de Fiscalização. A rotina do CRP 06 tornava-se cada vez mais agitada.

Quando a Psicologia comemorava 100 anos como ciência, em 1979, foi criada a Comissão de Ética, que realizou 23 reuniões com a finalidade de orientar, esclarecer e tomar o depoimento de psicólogas/os e/ou testemunhas envolvidas em processos éticos. Fiscalização e ética foram as marcas deixadas pelo II Plenário.

DETALHAMENTO:

- O novo conselho seria instalado no início de 1978, no Edifício Jaguari, na nova sede adquirida, na av. Brigadeiro Faria Lima, n. 1.084, 10º andar, conjuntos 101 e 102 (um andar). A inauguração ocorreu em 27/08/1978.
- Em 1978, o CRP 06 aprovou as normas para implantação das delegacias e, no ano seguinte, elas foram criadas em Campo Grande (MS), Cuiabá (MT); no estado de São Paulo, criaram-se as delegacias em Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e Santos. A implantação das delegacias tinha como objetivo não apenas fornecer mais agilidade ao serviço de inscrição das/dos psicólogas/os, mas também zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional.
- Em 1978, foi criada também a Comissão de Fiscalização, com a finalidade de coibir a prática ilegal e irregular das atividades, porém a sobrecarga de trabalho das/os conselheiras/os levou o CRP a decidir estabelecer um corpo de profissionais denominados Fiscais, contratados para esse fim, criando o Departamento de Fiscalização. A rotina do CRP SP tornava-se cada vez mais agitada.
- Em 1979, foi criada a Comissão de Ética, que, durante esse ano, realizou 23 reuniões com a finalidade de orientar, esclarecer e tomar o depoimento de psicólogas/os e ou testemunhas envolvidas em processos éticos, além de examinar infrações ao Código de Ética cometidas por profissionais denunciadas/os ao Conselho por interessadas/os ou por representação de membros da Plenária ou da Comissão de Fiscalização.
- Criação da Medalha do Centenário da Psicologia Científica não para uma/um psicóloga/o apenas, mas para várias/os, segundo o critério estabelecido na Resolução CRP 06 de 21/051979: a) Personalidades que se destacaram na docência da Psicologia desde os seus primórdios regionais; b) Personalidades que contribuíram para a ciência psicológica, na região, seja na pesquisa, seja em trabalhos e obras de reconhecido e notório valor; c) Pessoas da região que se empenharam no reconhecimento da Psicologia como profissão, no Brasil; d) Os atuais conselheiros efetivos e suplentes do CRP 06 e os do Conselho Federal de Psicologia. A solenidade aconteceu no anfiteatro do Hilton Hotel.

  Medalha do Centenário da Psicologia Científica (ou Wilhelm Wundt) – Homenageados: Adolfo Packer, Ana Rimoli de Faria Dória, Aníbal Cipriano da Silveira Santos, Aniela Meyer Ginsberg, Anitta de Castilho Marcondes Cabral, Antonio D´Ávila, Antonio de Sampaio Dória, Antunes de Oliveira, Arrigo Leonardo Angelini, Betti Katzenstein Schoenfeldt, Carolina Martuscelli Bori, Cícero Christiano de Souza, Madre Cristina Maria, Dante Moreira Leite, Dulce de Godoy Alves, Durval Bellegarde Marcondes, Edmur de Aguiar Whitaker, Enzo Azzi, Ernestina Giordano, Eugênia Moraes de Andrade, Eulália Alves de Siqueira, Eurípedes Simões de Paula, Francisco Franco da Rocha, Fred S. Keller, Guaraciaba Trench, Haim Grünspum, Ítalo Bologna, Jean Maugué, Joaquim Machado de Mello Jr., João Batista Damasco Penna, João Carvalhaes, João de Souza Ferraz, Joel Martins, José Novaes Paternostro, José Rodrigues de Arruda, Jovino Guedes de Macedo, Joy

Arruda, Judith Hallier Lisboa Dias, Juventina Patrício Santana, Lauro Monteiro da Cruz, Lourdes de Campos Viegas, Manuel Bergstrom, Lourenço Filho, Maria Dulce Nogueira Garcez, Maria da Penha Pompeu de Toledo, Maria José de Barros Fornari de Aguirre, Mário Wagner Vieira da Cunha, Mário Yahn, Noemy da Silveira Rudolfer, Norberto Souza Pinto, Oswaldo de Barros Santos, Otto Klineberg, Paulo Sawaya, Pethö Sandor, Raquel Vieira da Cunha, Raul Briquet, Raul de Moraes, Roberto Mange, Romeu de Morais Almeida, Suzy Vijande Cambraia, Thodorus van Kolck, Ugo Pizzoli, Virgínia Leone Bicudo, Yvone A. G. Khouri. *Alguns em caráter póstumo. [Conselho Regional de Psicologia 6ª Região – Uma Profissão Chamada Psicologia (CRP-06,20 anos)]

- O Prêmio Psicólogo do Ano é oferecido a Aniela Meyer Ginsberg (1980)
- Em 14/04/1980, uma reunião plenária extraordinária do CRP 06 deu posse à Comissão Eleitoral para organizar a eleição, em 25 de julho, do novo conselho para o triênio 1980-1983. Inscreveram-se duas chapas, fato inédito até então.
- **Contexto**: Ditadura desgastada; estudantes enfrentando a repressão policial, iniciaram, em São Paulo, a reconstrução da sua entidade máxima, a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1977; em outubro de 1978, Ernesto Geisel revoga todos os Atos Institucionais à Constituição; início concreto do processo de abertura; início da crise econômica; grandes greves de metalúrgicos e Cosipa (1980); paralisação da produção industrial no ABC paulista por 41 dias; Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, é preso; fundação do Partido dos Trabalhadores (PT); anistia política (1979); Sindicato dos Psicólogos administrado por um coronel reformado, movimento progressista coloca Odette Pinheiro como presidente; anistia promulgada pelo presidente João Figueiredo, em agosto de 1979; início do fim da ditadura militar; criação da Academia Paulista de Psicologia; CFP – Conselho Federal de Psicologia, Resolução n.29, de 30 de agosto de 1979 estabeleceu o novo Código de Ética e revogou a resolução antiga, a CFP n. 08/1975; novo Código de Menores (Lei n. 6.697/1979); Mulherio, jornal da década de 1980 formado por pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas; criada a Frente de Defesa dos Direitos Humanos do Paciente Psiquiátrico; ameaças à autonomia do exercício profissional apareciam no Projeto de lei n. 2.726/1980, apresentado pelo deputado Salvador Juanelli.

III Plenário
Gestão 1980-1983
Sem mote

Abelardo de Almeida
Carmem Lúcia Arruda Rittner
Gerson Roberto Correia
Ghislaine Gliosce da Silva Moreira
José Roberto Tozoni Reis
Lazslo Antonio Ávila

Luis Otávio de Seixas Queiroz
Luiz Celso Manço
Maria Aparecida Couto Cunha
Maria Clotilde Barros Magaldi
Moysés Campos de Aguiar Netto
Myriam Silveira Vianna
Osmyr Faria Gabbi Junior
Sérgio Antonio da Silva Leite
Sigmar Malvezzi
Tatiana Wernikoff
Vera Lúcia Colucci
Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri

DIRETORIA:
Presidente: Luís Otávio de Seixas Queiroz
Vice-presidenta: Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri
Tesoureira: Ghislaine Gliosce da Silva Moreira
Secretária: Vera Lúcia Colucci

O III Plenário assumiu o CRP 06 quando um novo general tomava posse na presidência da República. João Baptista de Oliveira Figueiredo sucedia a Ernesto Geisel, com o compromisso de levar adiante o processo de abertura, nem que fosse "na marra". Era o início do último governo dos militares.

Com a sociedade civil reorganizada, embora enfrentando resistências, como o atentado no Riocentro, centro de convenções no Rio de Janeiro, e na sede da OAB-RJ, e com o surgimento de novos partidos políticos, como o PT, a luta pelos Direitos Humanos no Brasil ganhava destaque e logo foi encampada pelas/os psicólogas/os que formaram a Frente de Defesa dos Direitos Humanos do Paciente Psiquiátrico.

A nova gestão do CRP 06, com Luís Otávio de Seixas Queiroz à frente, se propõe a defender o mercado de trabalho da categoria, lança o primeiro Jornal do CRP 06 e realiza o I Seminário sobre Currículos dos Cursos de Psicologia. De acordo com Sylvia Leser de Mello, professora do Departamento de Psicologia Social do Instituto de Psicologia da USP, ao abordar a questão do currículo, em 1982:

> Fizemos um estudo sobre currículos no CRP 06. Esse estudo mostrou que há uma variação dos enfoques teórico-técnicos muito grande nos cursos de Psicologia. Alguns dão ênfase grande como ciência biológica, outros como ciência experimental etc. Então, o currículo mínimo abre várias possíveis montagens de programas. Não considero que, desde 1982 até hoje, houve grandes transformações nesse aspecto e não acho que isso seja necessariamente negativo.

Foi nessa gestão que o Dia da Psicóloga e do Psicólogo, comemorado em 27 de agosto, por sugestão da Madre Cristina (educadora, psicóloga e religiosa agostiniana Célia Sodré Dória), em 1981, perdeu o caráter solene e cerimonioso e se tornou um amplo espaço de debate sobre temas relevantes da categoria. Em tempos de mudanças, os conselheiros do CRP 06 multiplicaram as comissões e grupos de

trabalho, destacando-se a necessidade de aumentar o número de conselheiras/os de 09 para 15. Com a aprovação da proposta, em 1983, as chapas que concorreram para a renovação do Conselho já apresentaram lista de 30 candidatas/os, 15 efetivas/os e 15 suplentes. Nas eleições, venceu a chapa Palavra Aberta.

DETALHAMENTO:

- Até 1981, mantinha-se o hábito de homenagear um/a psicólogo/a no dia 27 de agosto. Mas, nesse ano, Madre Cristina, que seria a homenageada, não aceitou a láurea e sugeriu que se realizasse nessa data uma mesa-redonda sob sua coordenação, refletindo um posicionamento político da madre. O próprio Dia da Psicóloga e do Psicólogo perdeu o caráter solene e cerimonioso. No ano seguinte, a data foi comemorada com um debate sobre planos de saúde, educação e desemprego.
- Em tempos de mudanças, os conselheiros do CRP SP multiplicaram as comissões e grupos de trabalho, e na reunião plenária 616/82, aprovou-se um sistema constante de desempenho do próprio Conselho.
- Até 1980, no CRP 06, existiam as Comissões de Divulgação, Fiscalização, Ética e Diretoria. Para cumprir o programa da gestão Novos Rumos, as/os conselheiras/os recém-eleitas/os criaram as Comissões de Saúde, de Ensino, entre outras.
- O CRP SP publicava um Boletim até 1981, quando foi criado o Jornal do CRP, publicado regularmente com esse título até 1999, número 116. A partir do número 117, se tornou Jornal PSI.
- As reformas prosseguiram e, na reunião de 06/06/1982, destacou-se a necessidade de aumentar o número de conselheiras/os. O CRP 06 enviou uma proposta para o CFP solicitando que seus/ as conselheiras/os passassem de 09 para 15, devido ao excesso de atividades, considerando que os estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul concentravam o maior número de psicólogas/os do país, com mais de 15 mil profissionais na época. A proposta foi aprovada. Em 1983, as chapas que concorreram para a renovação do Conselho já apresentaram lista de 30 candidatos, 15 efetivas/os e 15 suplentes. Nas eleições, venceu a chapa Palavra Aberta.
- **Contexto**: tentativa de atentado militar no Riocentro (1981); Silvia Lane publica a primeira edição do livro *O que é psicologia social*; existência legal do PT (1982); eleições diretas para governadores, senadores, prefeitos, deputados federais e deputados estaduais (1982); criado o estado de Rondônia; presos os 91 membros do Partido Comunista Brasileiro (PCBP; criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Prêmio Lourenço Filho instituído (1981) pelo CFP, a uma dissertação de mestrado em Psicologia; I Seminário sobre currículos dos cursos de Psicologia, promovido pela Comissão de Ensino do CRP; o governo Montoro oficializou a rede de saúde pública, abriu a prestação de serviços à população na rede pública, entre eles, a Psicologia.

IV Plenário
Gestão 1983-1986
Palavra Aberta I

Álvaro Trujillo
Antônio Waldir Biscaro
Carlos Afonso Marcondes Medeiros
Carlos Rodrigues Ladeia
Denilrea Pérola A. Paoli Macário
Elizabeth Batista Pinto
Heloísa Szmanski Ribeiro Gomes
Jane Persinoti
José Paulo Correia Menezes
José Sollero Neto
José Sterza Justo
Lorivam Lopes
Luiz Carlos Rodrigues de Lima
Maria de Fátima Menezes Ventura
Maria Inez Nunes Romero
Maria Rosa Cavazzani
Marinilza da Costa Moreira da Silva
Marisa de Oliveira Sanovicz
Marlene Guirado
Mirsa Elisabeth Dellosi
Mônica Teixeira do Amaral Carneiro
Nanci Bührer Letaif
Nancy Ramacciotti de Oliveira Santos
Selma de Souza Bastos
Silvio Leite da Silva
Sueli Duarte Pacífico
Tânia Maria José Aiello Tsu
Vânia Ghirello Garcia
Vera Regina Lignelli Otero
Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri

DIRETORIA
Presidenta: Yvonne A. Gonçalves Khouri
Vice-presidente: José Sollero Neto
Tesoureira: Maria de Fátima Menezes Ventura
Secretário: Marlene Guirado

Um fato ocorrido em novembro de 1983, em Brasília, não chamou muito a atenção. O deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT), até então desconhecido, , conseguiu o número mínimo de assinaturas necessárias para um projeto de emenda constitucional que restaurava as eleições diretas para a presidência da República. Esse fato marcou o início do movimento das Diretas Já!

Diversas manifestações e comícios populares passaram a ser organizados no Rio de Janeiro, em São Paulo e em diversas partes do Brasil, em claro aviso de que a

sociedade estava farta do regime militar e que buscava pressionar o Congresso para que este aprovasse aquela que ficou conhecida por Emenda Dante de Oliveira. Foi um movimento decisivo de engajamento das/os psicólogas/os na luta pela redemocratização do Brasil.

De acordo com Marlene Guirado, na época conselheira do CRP 06, em entrevista concedida em 24/05/2024:

> E as reuniões do conselho giravam muito em torno: "Por que as Diretas Já"? Isso é importante, porque não era a nossa preocupação fazer política, macropolítica. Mas era o momento, esse era o contexto amplo. Se você não toma as linhas desse contexto amplo, você fica à margem da história toda. Então, o que se discutia com as Diretas Já, por que era importante fazer? Isso entrava no Conselho. [...] conseguimos resgatar nesse tempo no Conselho esse caráter político das ações de uma instituição de categoria profissional e um caráter político que passava pelo exercício da Psicologia. Por que Palavra Aberta? O termo Palavra Aberta tinha como proposta liberar a palavra, tanto para quem estava em instituições outras, as de cima, as paralelas, quanto para a população que podia levar para o Conselho suas queixas e suas reivindicações.

Em 1983, o CRP 06 marcou presença no II Congresso de Educação, quando foi proposta a formação de equipes multidisciplinares integradas por profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social para atuarem nas redes de ensino.

No ano seguinte, após crise no Hospital Psiquiátrico Juqueri, a atuação do CRP-06, junto a outras entidades, levou a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo a abrir processo seletivo para a contratação de psicólogas/os para trabalhar nos centros de saúde.

Durante essa gestão, foi instituído um grupo de trabalho que promoveu encontros com o Secretário de Segurança Pública de São Paulo e com o diretor do Detran para examinar a questão do exame psicotécnico.

Também foi feita a primeira revisão do Código de Ética da profissão, a admissão de psicólogas/os no sistema carcerário, a organização do "Seminário Psicologia e Instituição", além de tomadas medidas administrativas, como as reformulações na Comissão de Orientação e Fiscalização e a inauguração de Delegacias do CRP 06 no Grande ABC e em São José do Rio Preto.

DETALHAMENTO:

- A legislação prevê a escolha de membros efetivos e membros suplentes. Na gestão Palavra Aberta, houve trabalho para todos os membros nas comissões, delegacias e na própria diretoria; às Comissões oficiais (regulamentadas por lei), foram somadas as Comissões de Educação, Ensino, Trabalho, Saúde (por sua vez, subdividida em subcomissões de Psicologia Hospitalar, Psicólogas/os de Presídios, Psicólogas/os do Serviço Público Federal, Quadro de Carreira Multidisciplinar no Estado e Saúde da Mulher; as Comissões oficiais, Supervisão, Delegacias, Divulgação e Contato, Ética, Tomada de Contas e Orientação e Fiscalização passaram a orientar seus respectivos trabalhos para atender setores cada vez mais amplos da categoria. A Diretoria, por sua vez, também foi transformada em outra comissão, que tinha a seu cargo, entre outras responsabilidades, a representação formal junto a outras entidades,

considerando as prioridades da categoria, a coordenação dos trabalhos das demais comissões do CRP 06 e o encaminhamento das decisões relativas à administração do Conselho. Em outubro de 1983, o CRP 06 esteve presente no II Congresso de Educação, no qual foi proposta a formação de equipes multidisciplinares integradas por profissionais das áreas de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, para atuarem nas redes de ensino. Esta proposta, segundo o jornal do CRP 06, estava "subordinada ao compromisso com a melhoria do nível de Educação para a população".

- Desde a edição de novembro, o Jornal do CRP 06 passou a ser editado mensalmente.
- Política de interiorização, através da ampliação do Conselho, com implantação de novas Delegacias, e da solidificação das existentes. Esta política, além do crescimento quantitativo, também resultou na real integração das Delegacias em todo o trabalho desenvolvido na sede.
- CRP 06 e o Sindicato dos Psicólogos realizaram um debate sobre os dados coletados pela pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre o perfil da/do psicóloga/o (1983).
- Em relação à política de saúde mental, o CRP reuniu-se com outras entidades de profissionais de saúde em 23/03/1984, logo após distúrbios no hospital psiquiátrico do Juqueri, em decorrência de maus tratos a internos. Em abril desse mesmo ano, o CRP participou do II Encontro de Saúde Mental da Zona Leste, e as instituições presentes discutiram as precárias condições de vida da população e propuseram soluções a serem implementadas pelo governo municipal.
- Em 1984, logo após a crise do Juqueri, por conta da atuação do CRP 06 juntamente com outras entidades, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo abriu processo seletivo para contratação de 68 psicólogas/psicólogos para trabalhar nos centros de saúde. Nessa mesma época, a comissão mista do CRP 06 e o Sindicato dos Psicólogos estudaram as possibilidades de regulamentação da disciplina de Psicologia no currículo do ensino de 2º grau e, no final de 1984, a Secretaria de Educação do Estado abriu inscrições para professoras/es que quisessem ministrá-la.
- Em âmbito municipal, ainda em 1984, a prefeitura de Bauru acata a ideia de equipes multidisciplinares, com a presença de psicólogas/os nas atividades das Secretarias de Educação e de Saúde
- Em 1985, a Comissão de Instituição do CRP 06 organizou o Seminário Psicologia e Instituição, reunindo profissionais que atuassem em instituições de promoção social, especialmente as que lidavam com crianças e adolescente – como a Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (Febem), a Fundação Eletros de Assistência e Bem-estar Social (Fabes) e o juizado de menores. O objetivo era responder à questão: no que se diferencia a atuação de um/a psicólogo/a? Um/a assistente social? Um/a pedagogo/a?
- Na gestão Palavra Aberta, o CRP SP decidiu enfrentar as questões do exame psicotécnico e instituiu um grupo de trabalho para examinar a questão,

promovendo encontros com o secretário da segurança pública de São Paulo e com o diretor do Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

- Em 19/07/1985, foi inaugurada a Delegacia do CRP 06 para os municípios do Grande ABC (Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) e, no dia 26 de julho, foi inaugurada a Delegacia Regional de São José do Rio Preto.
- Seminário Mulher e Saúde Mental (1985).
- CRP SP publica o Jornal de Psicologia "Psicotécnicos: em busca de um caminho" – jan./fev. 1985.
- No Dia da Psicóloga e do Psicólogo de 1985, debate sobre saúde pública e Constituinte.
- Primeiro concurso público oficial para admissão de psicólogas/os no sistema penitenciário (1985).
- Em abril do mesmo ano, o CRP 06 promoveu a primeira reunião para rever o Có digo de Ética. O CFP também propunha a revisão. O projeto do novo código ficou pronto em 1986, para ser amplamente discutido com a categoria até o final daquele ano. Seu texto foi aprovado pela Resolução CFP 002, de 15/08/1987.
- O número de psicólogas/psicólogos inscritos passou de cerca de 17 mil para aproximadamente 25 mil.
- Representantes das Comissões de Ética dos oito Regionais de Psicologia reuniram-se com a Comissão de Ética do Federal, em Brasília, nos dias 20 e 21 de junho, concluindo, assim, a elaboração de um anteprojeto do Código de Ética.
- No CRP 06, a eleição para o triênio 1986-1989 realizou-se em 27/08/1986, com a chapa única Palavra Aberta II.
- Marlene Guirado entrou no Conselho; disputas do Conselho com os sindicatos, que reivindicavam "monopólio" político:

> A gente, tendo como contraponto o sindicato, construiu um perfil político característico dos Conselhos. O que conseguimos resgatar nesse tempo no Conselho foi esse caráter político das ações de uma instituição de categoria profissional e um político que passava pelo exercício da Psicologia" (entrevista 24/05/2024).

- **Contexto**: Movimento Diretas Já; emenda Dante Oliveira; criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp); criação do Grupo de Pesquisa em História da Psicologia da PUC-SP; O Incor abre Residência em Psicologia Clínica em parceria com a Fundap; criação de ambulatórios de saúde mental; sancionada a Lei n. 7.210/1984, que institui a Lei de Execução Penal; 1ª Delegacia da Mulher; Tancredo Neves é eleito indiretamente presidente pelo colégio eleitoral, mas morre antes de tomar posse; José Sarney assume a presidência do Brasil; iniciava-se a chamada Nova República, com seu lema Tudo pelo social; inaugurado o Centro de Atenção Psicossocial na rua Itapeva, em São Paulo (1986); instituído o Plano

Cruzado para conter hiperinflação (1986); Carolina Bori torna-se a primeira mulher a presidir a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Encontro Nacional de Psicólogos da Área Hospitalar; XIX Congresso Interamericano de Psicologia, em Quito; I Encontro de Psicologia de Campinas (1983).

V Plenário
Gestão 1986 – 1989
Palavra Aberta II
Aicil Franco
Antonio Carlos Simonian dos Santos
Antonio Waldir Biscaro
Benedito Adalberto Boletta de Oliveira
Brônia Liebesny
Carlos Afonso Marcondes Medeiros
Carlos Rodrigues Ladeia
Cenise Monte Vicente
Dayse Cesar Franco Bernardi
Frida Zolty
José Paulo Correia de Menezes
Maralúcia Arenque Ambrósio
Margareth Martha Arilha Silva
Maria Benedita Lima Pardo
Maria de Lourdes Trassi Teixeira
Maria Luiza Scrosoppi Persicano
Maria Rosejane Pereira Oliveira
Marina Massi
Marlene Guirado
Nanci Bührer Letaif
Oscar Armani Filho
Regina Célia Canel
Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel
Rosa Maria Lopes Affonso
Rosely Fátima Sayão
Silvio Leite da Silva
Sonia Regina Jubelini
Sueli Duarte Pacífico
Yara Sayão

DIRETORIA
Presidenta: Marlene Guirado
Vice-presidente: Benedito Adalberto Boletta de Oliveira
Tesoureira: Nanci Bührer
Secretário: José Paulo Correia de Menezes

Com a restauração da plenitude democrática no Brasil, período designado Nova República, a gestão Palavra Aberta II assume o V Plenário, sob a presidência de Marlene Guirado. Esse período é marcado pela Assembleia Nacional Constituinte - da

qual o CRP 06 participa ativamente - que culminou com a nova Constituição do Brasil, em 1988.

Uma das primeiras iniciativas da nova gestão foi a transferência da sede para a rua Borges Lagoa, n. 74, concluída somente em 15/03/1988. Conforme Guirado:

> [...]tentamos ir mais para o bairro. Eu não sei se a gente tinha um espaço maior, mas tinha um espaço mais confortável de trabalho em um lugar que a gente tinha fácil acesso. (entrevista 24/05/2024).

Era ali, na Vila Mariana, que o CRP 06 levaria adiante a proposta da gestão de se transformar em lugar de discussão teórica, técnica e prática.

Entre os anos 1987 e 1988, a gestão Palavra Aberta II enfrentou uma crise interna. Para alinhar os posicionamentos e fluxos de trabalho, promoveu um encontro em Atibaia. O Conselho se reorganizou administrativamente, reduzindo as Comissões para: Ética, Orientação e Fiscalização, Diretoria, Divulgação e Contato, Educação e Ensino de 2º grau.

São destaques da gestão o movimento da Luta Antimanicomial, a realização do 1º Encontro de Psicologia do Trabalho, a publicação no Jornal do CRP 06: “A ética profissional no trabalho com pacientes de Aids” (doença, então, pouco compreendida e carregada de preconceitos) e a organização do I CONPSIC, realizado na cidade de São Paulo, nos dias 03 a 06 de novembro de 1988, cujo objetivo era mobilizar as (os) profissionais em torno de discussão de questões que dizem respeito à Psicologia como profissão, entre outros temas.

Em 1989, duas chapas disputaram as eleições para o CRP SP: Realidade (oposição) e Movimento. Com alguns membros oriundos da gestão anterior, a chapa Movimento venceu as eleições e comandaria o VI Plenário do CRP 06.

DETALHAMENTO:

- A nova gestão tomou posse em 26/09/1986 e, logo em seguida, propôs vender a atual sede, que estava pequena e pouco funcional, para comprar um imóvel nas proximidades da estação de metrô Vila Mariana. A transação do imóvel, na rua Borges Lagoa, n. 74, foi concluída em 15/03/1988.

  > O aluguel estava muito caro na Faria Lima, a gente tinha sede na Faria Lima. Então tivemos que ir mais para o bairro, baixando um pouco a bola da ostentação que já caracterizava aquela localidade. (Marlene Guirado, entrevista 24/05/2024)

- No Dia da Psicóloga e do Psicólogo, em 1987, houve o lançamento de uma produção em vídeo: Psicologia, Imagens, Ações — contendo depoimentos de profissionais e não profissionais sobre a Psicologia.
- Criação do cargo, dentro do quadro de funcionárias/os, de coordenação técnica.
- Entre 1987 e 1988, a gestão Palavra Aberta II enfrenta uma crise interna (com a renúncia de quase 50% do Conselho) e dois analistas institucionais foram

contratados para os dias 13, 14 e 15 de novembro, com o objetivo de trabalhar as dificuldades de integração e de relacionamento das/dos conselheiras/os e para alinhamento dos posicionamentos e fluxos de trabalho promoveu um encontro em Atibaia, em novembro de 1987. Como resultado, em 1988, o Conselho reorganizou-se administrativamente, reduzindo as comissões para: Ética, Orientação e Fiscalização, Diretoria, Divulgação e Contato, Educação e Ensino de 2º grau.

- Decidiu-se por realizar o I CONPSIC, cujo objetivo era mobilizar as/os profissionais em torno de discussão de questões que dizem respeito à Psicologia como profissão, seu campo de atuação, sua especificidade na interface com outras profissões e outras áreas de conhecimento, suas prescrições éticas, a formação, a diversidade de práticas, as políticas de educação, saúde e trabalho que interferem nas condições do exercício profissional. Esse congresso foi realizado no Centro de Convenções Rebouças, na cidade de São Paulo, nos dias 03 a 06 de novembro de 1988, contando com a participação de 600 profissionais.
- Posicionamentos públicos acerca de práticas alternativas, como a astrologia e terapia de vidas passadas.
- Debate sustentado, em 1987, por meio das mídias impressa e eletrônica, acerca da conduta ética diante do vírus HIV.
- Pesquisa, por meio da COF, sobre as condições de trabalho das/dos psicólogas/os nos centros de saúde pública.
- Instalada nova Delegacia Regional em Mato Grosso.
- Campanha de divulgação da Psicologia em emissoras de TV e de rádio como comemoração do Dia da Psicóloga e do Psicólogo.
- Realização de congresso e vídeo, com o tema “Psicologia, imagens e ações” (1987).

> Em torno de 1987, fizemos um Vídeo Institucional e um Congresso aqui em São Paulo. Ambos giravam em torno da psicologia como instituição do exercício profissional. O primeiro, com cenas e falas de profissionais e de sua clientela real ou potencial: no Juqueri, em empresas, escolas e com transeuntes nas ruas e avenidas da cidade; a pergunta era sempre; "Para você, o que é psicologia?”, conforme Marlene Guirado, In: Vídeo e Congresso: Psicologia, imagens e ações (1987).

- Organização do I CONPSIC, em novembro de 1988, na cidade de São Paulo, no Centro de Convenções Rebouças. Participação de cerca de 600 pessoas.
- Em 1989, na disputa das eleições, havia duas chapas: Realidade (oposição) e Movimento. A chapa Movimento venceu as eleições e alguns de seus membros eram oriundos da gestão anterior.
- “Nesta segunda gestão o que marcou foi o trabalho atrelado à Constituição de 88”. (Marlene Guirado, entrevista de maio de 2024).

- No término do mandato, restavam apenas nove das/os 30 membras/os do conselho que haviam iniciado a gestão.
- Primeira votação direta para escolha de representantes da 6ª Região para o CFP, para o triênio 1989-1992.
- Atuação da gestão Palavra Aberta II foi caracterizada como lugar de discussão teórica, técnica e prática da Psicologia como profissão.
- **Contexto**: Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988); CRP SP participa ativamente da Constituinte; promulgação da oitava Constituição do Brasil; disputas com sindicatos; Movimento da Luta Antimanicomial (MLA), movimento social não institucionalizado, interestadual, plural, aberto e de composição multiprofissional; Encontro dos Trabalhadores de Saúde Mental em Bauru, resultou na Carta de Bauru (1987); criação do Sistema Único de Saúde (SUS); governo Sarney editou o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária; organização do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) (1987); criação dos Sistemas Unificados e Descentralizado de Saúde (Suds) nos estados, em julho de 1987; publicação do livro *A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de psicologia social* de Antonio da Costa Ciampa, (1987); publicação do livro *Fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*, de Maria Helena Souza Patto (1987); aprovação do texto do novo Código de Ética, com algumas alterações, acréscimos e supressões, pela Resolução CFP n. 002, de 15/08/1987; entidades boicotaram celebrações oficiais no centenário da abolição e o movimento negro se tornou mais visível; dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) fundam o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1988); Fernando Collor é o primeiro presidente eleito pelo voto direto desde 1960 (1989); Lei n. 7.716, de 05/01/1989, Lei Caó, torna o racismo crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de prisão; I Congresso Unificado da Psicologia (Conup), setembro de 1989); implantados os Núcleos de Atenção Psicossocial – Naps (1989); primeira vez que é feita eleição de candidatos de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para o Conselho Federal de Psicologia.

VI Plenário
Gestão 1989 - 1992
Psicologia em Movimento
Ademir Ramos da Silva Filho
Aicil Franco
Ana Lúcia Jackson
Ana Maria Blanques
Antonio Cesar Frasseto
Valter Apolinário Filho
Arialdo Germano Júnior
Beatriz de Paula Souza
Benedita Antonia Watanabe
Brônia Liebesny
Carolina do Rocio Klomfahs
Denise A. Bandeira de Melo

Fausto Afonso Duarte
Frida Zolty
Graça Maria Totaro
Irma Macário
João Carlos Bertoni
José Alfredo Donizeti Leal
José Zula de Oliveira
Kathia Nemeth Perez
Luiz Celso Manço
Maralúcia Arenque Ambrósio
Marlene Bueno Zola
Maurício Lourenção Garcia
Mauro Hollo
Regina Heloisa Maciel
Sara Raquel da Silva
Selma Regina Paschini
Solange Bertolotto
Vera Regina Rodrigues

DIRETORIA:
Presidenta: Regina Heloisa Maciel
Vice-presidenta: Marlene Bueno Zola
Tesoureiro: Ademir Ramos da Silva Filho
Secretário: Valter Apolinário Filho

O povo brasileiro precisou esperar 29 anos para voltar às urnas para escolher o seu presidente da República por meio do voto direto. Com candidatos representando as mais diversas correntes políticas e ideológicas do espectro político, a eleição, realizada em dois turnos pela primeira vez, consagrou a vitória de Fernando Collor de Mello, do campo conservador, sobre seu oponente, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

O governo Collor (1990-1992), que defendia uma agenda liberal e o enxugamento do Estado, ficaria marcado pelo confisco financeiro (Plano Collor), pelas denúncias de corrupção e pelo processo de *impeachment*, ocorrido ao final de 1992.

Foi durante esse período que Regina Heloisa Maciel assumiu a presidência do CRP 06. Na nova gestão, criou-se a Comissão de Menoridade, para examinar formas de atuação e Políticas Públicas em relação às crianças e aos jovens, reflexo da aprovação do ECA, que ocorreu em 1990.

Diversos eventos marcaram o VII Plenário: o movimento contra a privatização da saúde; o I Encontro Regional sobre formação profissional em Psicologia; o II CONPSIC, cujo tema foi a Profissão do Psicólogo e a Saúde (1991) e que evidenciou divergências entre o CFP e os CRPs acerca do papel dos Conselhos; o II Encontro de Psicologia e Trabalho, realizado em 1992, e a participação no movimento pela Luta Antimanicomial.

Foi durante essa gestão que foram implementados, pela Portaria GM 224/1992, os Centros de Atenção Psicossocial-Caps, instituições brasileiras ligadas ao SUS que visam ao cuidado com a saúde mental dos cidadãos.

Na mesma época, ocorreu o Encontro de Serra Negra, no período de 31/07 a 02/08/1992, organizado pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Psicologia, resultado de um amplo processo de discussão em todas as regiões do país, a respeito da questão da formação em Psicologia. Com representantes de 97 dos 103 cursos de Psicologia então existentes no país, a plenária aprovou um conjunto de sete Princípios Norteadores da Formação em Psicologia e um conjunto de dez Sugestões de Operacionalização desses Princípios, que constituíram o documento síntese do encontro, que ficou conhecido como Carta de Serra Negra.

Em agosto de 1992, ocorreu a disputa eleitoral pelo comando do CRP 06, na qual concorreram: chapa 1 – Movimento – e chapa 2 – Psicologia e Cidadania, de oposição, que saiu vencedora.

DETALHAMENTO:

- Plenário assume em meio à realização do Congresso Unificado de Psicologia (Conup), para o qual tiveram pouquíssimo tempo de preparação; Congresso marcado pelo grande embate político entre as concepções de grupo que advogam a extinção dos Conselhos e os que pretendiam sua manutenção; os embates políticos do Conup constituíram fator determinante nas relações da 6ª Região com o Federal e demais Regionais no primeiro ano de gestão.
- "A direção do CFP foi majoritariamente conquistada, a princípio, pelo grupo "extincionista", que pretendia levar a cabo diversas propostas de conteúdo anticorporativista. A crise econômica, entretanto, atingiu em cheio a entidade e inviabilizou ações nacionais. A 6ª Região, em meio a esta crise, passou a questionar a legitimidade do Conselho Consultivo e dele se afastou, não mais participando de suas reuniões. Nesse ínterim, os representantes do 06 no Federal manifestaram divergências com a condução política do Regional, o que culminaria com suas renúncias em 1991. Esse processo foi bastante polêmico e desgastante, tendo estas divergências expostas publicamente tanto no jornal do Federal como no Regional". (Jornal CRP n. 79/1992).
- Encontro, em São Roque, para plano de ação das comissões (dezembro de 1989), denominado "Encontrão".
- Criou-se a Comissão de Menoridade, para examinar formas de atuação e Políticas Públicas em relação às crianças e aos jovens dos comandos populares, reflexo da aprovação do ECA, que ocorreu em 1990.
- CRP SP publica o Jornal de Psicologia "Especial Saúde", de jan./fev. de 1990.
- A Comissão de Orientação e Fiscalização realizou debates sobre psicopedagogia, sexologia e algumas terapias alternativas; concluiu pesquisa sobre saúde, psicotécnicos e clínicas-escolas; aumentou o quadro de fiscais, dividindo as regiões e, principalmente, modificando interna e externamente, junto à categoria e população, o conceito de fiscalização.
- Intercâmbio com diversas entidades e participação ativa em movimentos sociais, tais como: Luta Antimanicomial, Conferência Estadual de Saúde, Fórum pela Defesa da Escola Pública, Eco-92, 9ª Conferência Nacional de

Saúde, 2a Conferência Estadual de Saúde Mental, 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental, 13º Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia

- Organizou-se o II CONPSIC, cujo tema foi a Profissão do Psicólogo e a Saúde (outubro de 1991).
- II Encontro de Psicologia e Trabalho foi realizado em 3 e 4 de julho de 1992.
- Além disso, o CRP participou do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública e do Movimento pela Luta Antimanicomial.
- Primeiro Encontro sobre Formação Profissional em Psicologia promovido pelo CRP 06 e teve o apoio do CFP (1990).
- Curso "Personalidade e Saúde Mental" (1990).
- Participação no Encontro "A Constituição e a Mulher na Realidade Brasileira" (1990).
- CRP SP publica o Jornal de Psicologia "O movimento já começou: não a privatização da Saúde" (jan./fev./1990).
- Com o apoio do CFP, organizou o I Encontro Regional sobre Formação Profissional em Psicologia, em 8 e 9 de junho de 1990.
- Lançamento dos Anais do I Congresso de Psicologia (1991).
- O CRP SP reúne as palestras proferidas durante a realização do evento "Psyché – Quatro Abordagens em Psicoterapia", ocorrido em 1990, no Centro Cultural São Paulo, e lança livro no ano seguinte.
- Lançamento dos Cadernos do CRP 06 "Saúde" e "Entrevistas" (1991).
- 5º Seminário Brasileiro de Ergonomia (1991).
- Debates sobre Psicopedagogia (1991).
- Curso de Psicopatologia do Trabalho e Ergonomia (1991).
- Pesquisa "O Psicólogo que atua em organizações" (1991).
- Inauguração da Delegacia de Guarulhos (1991).
- O II CONPSIC, em outubro de 1991, evidenciou divergências entre o CFP e os CRPs acerca do papel dos Conselhos, o que motivou o encontro das plenárias em Belo Horizonte, entre 25 e 27 de outubro, reunindo os CRPs e CFP para discutir três temas centrais: a necessidade do conselho; a quem se dirige; a estrutura e os encaminhamentos que a instituição desejada deve ter para atingir suas metas e alcançar os objetivos definidos.
- Participação em diversos eventos promovidos por outras entidades como: Conselho Municipal de Saúde em São Paulo, Conselho Estadual de Saúde -Fórum dos Conselhos de Saúde, Movimento pela Luta Antimanicomial, apoio ao Projeto de Lei de Paulo Delgado, Fórum em Defesa de Escola Pública,

Conferências Municipais e Conferência Estaduais de Saúde, I Encontro Estadual de Supervisores de Psicologia e mais de 100 encontros, debates e participações em ações políticas nas Delegacias do CRP (1991).

- II Encontro de Psicologia e Trabalho, promovido pelo CRP 06, 03 e 04 de julho de 1992.
- Encontro Nacional de Cursos de Psicologia "Repensando a Formação", que reuniu representantes de 98 das 103 agências formadoras existentes no Brasil e marcou o início da aproximação entre universidades e órgãos de fiscalização profissional (1992).
- Produzida a Carta de Serra Negra, em que foram definidos sete Princípios Norteadores da Formação em Psicologia (1992).
- O CRP 06 participou do movimento pela Luta Antimanicomial a favor do Projeto De Lei do deputado Paulo Delgado que defendia uma "Sociedade sem Manicômios" (1992).
- Nos dias 21 e 22 de fevereiro de 1992, foi dado início à organização do processo constituinte**,** cujo objetivo era definir uma reestruturação nos órgãos regulamentados e fiscalizadores do exercício da Psicologia. Seria tarefa para a gestão seguinte, a ser eleita em agosto de 1992. Nesta disputa eleitoral concorreram duas chapas: chapa 1 - Movimento; e chapa 2 - Psicologia e Cidadania, de oposição. A chapa vencedora foi Psicologia e Cidadania.
- Anais do II Congresso de Psicologia (1992).
- Distribuição do Jornal CRP 06 para estudantes (1992).
- Ciclo de debates sobre Menoridade, lançamento do livro sobre menoridade (1992).
- Caderno do CRP 06: Psicologia e Trabalho (1992).
- Encontros Regionais de Formação em Guarulhos e Mogi das Cruzes; Campinas, Piracicaba, Jundiaí e Itatiba; Campo Grande, Corumbá e Cuiabá; Assis, Bauru, Marília e Presidente Prudente; ABC e Santos; São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Franca; Lorena e Taubaté; São Paulo (1992).
- Campanha Institucional veiculada por TV, rádio e *outdoors* (1992).
- **Contexto:** Brasil taxa de inflação em 1.973%; posse de Fernando Collor de Melo; confisco, por 24 meses, de depósitos bancários superiores a R$ 50 mil cruzados novos; criação do ECA(1990); criação do SUS (1990); criação do Laboratório de Estudos da Personalidade (LEP), na USP (1990); criação do Mercosul (1991); criação do Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (1991); criação da Fundação Aniela e Tadeusz Ginsberg de incentivo à pesquisa em Psicologia (1991); criação do Laboratório Interunidades para Estudo das Deficiências (Lide), no IPUSP (1991); fundação da Soweto Organização Negra pela psicóloga Edna Muniz entre outros; implementação

dos Caps (1992); escândalos de corrupção governo Collor (1992); César Ades fundou a Sociedade Brasileira de Etologia (SEBt) (1992).

VII Plenário
Gestão 1992-1995
Psicologia e Cidadania

Benedito Adalberto Boletta de Oliveira
Cássia Regina Rodrigues
Celi Denise Cavallari
Celso Zonta
Cláudia Maria Sodré Vieira
Cristina Amélia Luzio
Erane Paladino
Erasmo Miessa Ruiz
Geraldo Rodrigues Loureiro Júnior
José Roberto Tozoni Reis
Júlio Roberto Groppa Aquino
Leile Fernandes Silvério
Leyla Argia Venegas Falsetti
Lígia Valéria Gianni
Márcia Teresinha Arrivabene Sanches Spínola
Maria de Lourdes Kato
Maria Elisa Pacheco
Maria Salete Abrão Nunes da Silva
Maria Silvia de Mesquita Bolguese
Marília Gonçalves
Milton Luís Cardassi – falecido
Mitsuko Aparecida Makino Antunes
Nelson Antonio Fontes Coutinho
Nilton Júlio de Faria
Odair Sass
Othon Vieira Neto
Sérgio Ozella
Vera Lúcia Martins do Vale
Vera Regina Rodrigues
Walter de Paula Pinto Filho

DIRETORIA:
Presidenta: Vera Regina Rodrigues
Vice-presidente: Júlio Roberto Groppa Aquino
Tesoureira: Lígia Valéria Gianni
Secretário: Odair Sass

Iniciada sob a atmosfera de luta pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello, identificada com o movimento dos “Caras Pintadas”, mobilização da juventude pela saída do então presidente, a nova direção do CRP 06, comandada por Vera Regina Rodrigues, assumiu com o compromisso de realizar uma gestão voltada para a

categoria e a promoção de uma série de diálogos com a sociedade civil, ponto fundamental do programa da chapa.

O Brasil vivia um período de grandes mobilizações populares na cidade e no campo, fruto da expansão do Movimento dos Sem Terra (MST), instabilidade econômica, apenas superada pela execução do Plano Real, a partir de 1994, e a eleição de Fernando Henrique Cardoso, sucedendo na Presidência da República a Itamar Franco.

Neste período, o Jornal do CRP 06 passou a se chamar Jornal do CRP, mantendo a numeração e foram concluídas as negociações para a compra do imóvel na rua Arruda Alvim, n. 89, em 21/06/1993. Do ponto de vista organizacional, as 11 delegacias existentes passaram a ser chamadas de *subsedes*: Assis, Bauru, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Guarulhos, Lorena (posteriormente transferida para Taubaté), Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, Santo André. O objetivo era fazer com que esses espaços fossem mais autônomos e ativos.

Com toda essa reorganização das subsedes, surgiu a necessidade de atualizar o cadastro das/os psicólogas/os. Para tanto, em 1994 firmou-se um convênio com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) para reorganizar esse recadastro e redefinir o perfil da categoria.

O ponto mais importante do programa da chapa Psicologia e Cidadania foi a promoção de uma série de diálogos com a sociedade civil.

O CRP 06 esteve presente na luta contra os manicômios e participou, em 1993, do Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado em Salvador. Durante o Dia da Psicóloga e do Psicólogo, forneceu apoio a uma moção a favor das alternativas ao modelo manicomial. Essa luta se expandiu em 1994, quando o Conselho tomou parte das atividades do Dia Nacional da Luta Antimanicomial e marcou presença pela aprovação, no estado de São Paulo, de projeto de Lei prevendo o fechamento dos hospitais psiquiátricos.

Ao final da gestão, em junho de 1995, foi lançado o livro *Uma profissão chamada psicologia (CRP 06, 20 anos).* Nas eleições para o novo Plenário é vencedora a chapa Psicologia em Ação, comandada por Claudia Maria Sodré Vieira.

DETALHAMENTO:

- Em 1992, assumiram novos conselheiros do CRP 06, após uma disputa eleitoral entre a chapa 1 – Segundo Movimento –, com alguns integrantes da gestão Movimento, e a chapa 2 – Psicologia e Cidadania –, de oposição. A nova gestão imediatamente iniciou uma reforma administrativa no CRP 06.
- A Gestão Psicologia e Cidadania se propôs a fazer uma gestão voltada para a categoria. O ponto fundamental do programa da chapa Psicologia e Cidadania foi a promoção de uma série de diálogos com a sociedade civil.
- Redução de 21% do quadro administrativo.
- A partir do número 81, de julho de 1993, o Jornal do CRP 06, passou a se chamar Jornal do CRP, mantendo a numeração.

- Necessidade de aquisição de uma nova sede, que pudesse ser um espaço de organização das/dos /psicólogas/os, com auditório para 100 pessoas, salas de reuniões e biblioteca. As negociações de compra de imóvel na rua Arruda Alvim, 89, próximo à estação Clínicas do metrô, foram concluídas em 21 de junho de 1993. A inauguração da nova sede, prevista para junho de 1995, teve de ser adiada devido a graves problemas na contratação de serviços de reforma do imóvel: o CRP 06 anulou a licitação.
- Nessa "arrumação da casa" e com o crescimento do número de psicólogas/psicólogos, as 11 delegacias existentes passariam agora a ser chamadas de subsedes: Assis, Bauru, Campinas, Campo Grande, Cuiabá, Guarulhos, Lorena, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, Santo André. Posteriormente, a Subsede de Lorena foi transferida para Taubaté. O objetivo da mudança na nomenclatura era fazer com que esses espaços fossem mais autônomos e ativos. Naquele momento, as subsedes deixam de ser administradas por uma/um delegada/delegado e passam a ser dirigidas por uma comissão gestora. Na época, recomendou-se que as subsedes se transferissem para casas, o que favorece a convivência das/dos frequentadoras/res.
- A Subsede de Bauru, entre 18 a 20 de junho de 1993, sediou um "Encontrão", reunindo as comissões gestoras das subsedes e as comissões temáticas do CRP 06. Nesse encontro, foram fixadas as linhas de atuação para os meses seguintes.
- CRP SP publica o jornal de Psicologia "Violência sem metáforas: a barbárie e a miséria que arrastam", em jan./fev. de 1993.
- Congresso Constituinte no Sistema Conselhos - O Congresso Regional foi realizado em 20 e 21 de maio de 1994 e o Nacional, em 25-28 de agosto.
- O CRP 06 fez-se presente no movimento contra os manicômios e participou, em 1993, do Encontro Nacional da Luta Antimanicomial, realizado em Salvador. Durante o Dia da Psicóloga e do Psicólogo, forneceu apoio a uma moção a favor das alternativas ao modelo manicomial. A Subsede de Santos organizou o III Encontro Nacional de Entidades de Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial, realizado de 09 a 12 de dezembro de 1993.
- Com a reorganização das subsedes, percebeu-se a necessidade de atualizar o cadastro das/dos psicólogas/os (as) e, para tanto, em 1994, firmou-se um convênio com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) para reorganizar esse recadastro e redefinir o perfil da categoria (1994).
- Em 18 de maio de 1994, o CRP 06 tomou parte das atividades do Dia Nacional da Luta Antimanicomial e, no dia seguinte, acompanhou 300 familiares de pessoas com doença mental à Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), para sensibilizar os deputados em relação a um projeto de lei prevendo o fechamento dos hospitais psiquiátricos.
- Congresso Nacional Constituinte realizou-se em Campos do Jordão, na região da Serra da Mantiqueira, em São Paulo. O CRP 06 desempenhou papel

decisivo, tanto pelo número de seus delegados quanto pela sua capacidade de organização.

- No dia 15 de dezembro de 1994, foi realizada a assinatura do contrato com a JBK para início da reforma da nova sede da rua Arruda Alvim, com a proposta de que, em 15/06/1995, a obra estivesse terminada.
- Em junho de 1995, foi lançado o livro *Uma Profissão Chamada Psicologia* – CRP 06 nas subsedes, que conta a história dos 20 anos do Conselho Regional da 6ª região (1995).
- **Contexto**: *impeachment* de Fernando Collor em 29/09/1992, devido a acusações de corrupção e tráfico de influência Seu vice, Itamar Franco, assumiu a Presidência da República; invasão da Casa de Detenção do Carandiru, na cidade de São Paulo, pela Polícia Militar, resultando na morte de 111 detentos (1992); plebiscito confirma presidencialismo como sistema de governo (1993); FHC como ministro da Fazenda de Itamar Franco/Plano Real (1993); implantação do curso de Psicologia da UFSCar (1993); Plano Real controla a inflação (1994); FHC eleito presidente (1994); criação Programa de Saúde da Família (PSF) (1994); I Congresso Nacional Repensando a Psicologia (1994), realizado em Campos do Jordão – São Paulo; publicação de Silvia Lane e Bader Sawaia, Novas Veredas da Psicologia Social; abertura da internet comercial no Brasil (1995); privatização de empresas estatais (1995); criação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

VIII Plenário
Gestão 1995-1998
Psicologia em Ação

Ana Maria A. Mello
Ana Maria Rodrigues de Carvalho
Anita Cecília Lofrano
Armando de Freitas Pinho
Augusto Sérgio Calille
Cássia Regina Rodrigues
Cássio Rogério D. Lemos Figueiredo
Cláudia Maria Sodré Vieira
Cláudia Medeiros de Castro
Cristina Amélia Luzio
Dayse Cesar Franco Bernardi
Erane Paladino
Floriano Nuno de Barros Pereira Filho
Glória E.B. Pires Von Buettner
Helena M. C. de Moura Hirye
José Alberto Simões Correia
José Roberto Tozoni Reis
Leny Sato
Luis Humberto Sivieri
Marcos Aurélio Colen Leite

Maria Costantini
Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Nelson D'Angelo Ribeiro
Nilma Renildes da Silva
Othon Vieira Neto
Roberto Morais Salazar
Rosalice Lopes
Sérgio Luis Braghini
Sidnei Celso Corocine
Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro

DIRETORIA:
22/09/95 a 11/04/96
Presidenta: Cláudia Maria Sodré Vieira
Vice-presidenta: Cristina Amélia Luzio
Tesoureiro: Nelson D'Angelo Ribeiro
Secretária: Erane Paladino

DIRETORIA:
12/04/96 a 22/09/96
Presidenta: Cristina Amélia Luzio
Vice-presidenta: Maria Costantini
Tesoureiro: Sidnei Celso Corocine
Secretário: Sérgio Luis Braghini

DIRETORIA:
23/09/96 a 17/10/97
Presidente: Sidnei Celso Corocine
Vice-presidenta: Maria Costantini
Tesoureiro: Sérgio Luis Braghini
Secretária: Cláudia Medeiros de Castro

DIRETORIA:
18/10/97 a 21/05/98
Presidente: Sidnei Celso Corocine
Vice-presidenta: Glória E.B. Pires Von Buettner
Tesoureiro: Sérgio Luis Braghini
Secretária: Helena M. C. de Moura Hirye

DIRETORIA:
22/05/98 a 27/08/98
Presidente: Cristina Amélia Luzio
Vice-presidente:
Tesoureiro: José Roberto Tozoni Reis
Secretário: Roberto Morais Salazar

DIRETORIA:
28/08/98 a 25/09/98
Presidente: Sidnei Celso Corocine
Vice-presidenta: Glória e.b. Pires von Buettner

Tesoureiro: Sérgio Luis Braghinxc
Secretária: Helena M. C. de Moura Hirye

Chamado de Período FHC, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) ficou marcado pela adoção de uma política neoliberal, refletida na privatização de empresas estatais e sua expansão para áreas sociais antes majoritariamente ocupadas pelo Estado. Apesar dos significativos índices de controles inflacionário e cambial, essa fase ficou conhecida pelas taxas de desemprego e pelo crescimento dos conflitos no campo, tendo como símbolo o massacre de Eldorado de Carajás, em 17 de abril de 1996, ocasião em que 19 trabalhadores rurais que protestavam na Rodovia PA-150, no trecho conhecido como curva do "S", foram mortos por policiais militares do estado do Pará.

Em 1998, o Congresso aprovou uma lei que possibilitou a reeleição para os cargos de governador, prefeito e presidente da República. Dessa forma, Fernando Henrique Cardoso conseguiu reeleger-se presidente da República no primeiro turno das eleições de 1998, com o total de 53% dos votos válidos.

O VIII Plenário, iniciado em 22 de setembro de 1995, foi comandado inicialmente por Claudia Maria Sodré Vieira. Posteriormente, com sua renúncia, Cristina Amélia Luzio e Sidnei Celso Corocine assumem a gestão, com algumas alterações também na composição do corpo diretivo.

Essa gestão se destaca pela discussão sobre o desmembramento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul do CRP 06 (que formariam o CRP 14) e o debate sobre a lei do porte de armas, assim como pelo compromisso em relação à articulação sede/subsede e os projetos sobre ética.

DETALHAMENTO:

- Continuidade à desconstrução de uma história de fiscalização, punição e controle individual; construção da história da orientação, participação e referência coletiva.
- Em 1995, a nova gestão toma posse. Inicia-se a discussão para o desmembramento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul do CRP 06. Começam a ser criados critérios para as compras de imóveis para as Subsedes de Assis, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, Santos, São José do Rio Preto e Taubaté.
- Participação no Movimento Nacional de Luta Antimanicomial (II Encontro Nacional em Belo Horizonte.
- CPI para vistoriar condições dos manicômios do estado de São Paulo.
- Discussão sobre ato médico – atestado para licença- saúde.
- Defesa da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).
- Prorrogação do mandato da atual diretoria até 28/09/1996.
- Discussão sobre atendimento psicológico via telefone.
- Criação do CRP 14 – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
- Debate sobre pagamentos por serviços psicológicos.
- Projeto Diálogos – entrevistas para registro da história da psicologia CRP SP.
- Entrevista com a Dra. Nise da Silveira (1997).
- CRP SP conectado à Psicnet BBS (1997).

- Comemoração do Dia da Psicóloga e do Psicólogo – exposições, inauguração da nova sede, com coquetel – ações nas subsedes.
- XXVI Congresso Interamericano de Psicologia.
- III Encontro Estadual da Luta Antimanicomial – Bauru (1997).
- Participação nos mais diversos movimentos de defesa da cidadania. Tribunal dos Povos, Violência, Educação Especial, Exploração do Trabalho Infantil, Desencontros da Ética, Psicologia em debate- práticas alternativas, Porte de Arma, Avaliação Psicológica, Saúde Mental e Trabalho, Diretrizes Curriculares, entre outros momentos de aglutinação, mobilização e resistência.
- Redução do número de delegadas/delegados paulistas nos congressos.
- III Congresso Regional de Psicologia (1998).
- Instituída Comissão de Direitos Humanos no CFP – Resolução n. 11/ 1998.
- Inauguração do site do CRP SP.
- Sessão Internacional do Tribunal Permanente dos Povos no CRP SP.
- **Contexto**: FHC como presidente do Brasil; início das privatizações; criação CNE; Ministério Reforma Agrária (pós massacre de Eldorado dos Carajás); Emenda para reeleição; FHC é reeleito em 1998; Lei do Porte de Armas; II Congresso Nacional de Psicologia – BH; Criação de Laboratórios de Estudos em Fenomenologia ; Criação Laboratório de Estudos sobre o Preconceito – USP; Criação Laboratório Sujeito e Corpo (IP-USP); Criação do Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica; emenda para reeleição para presidente, governadores e prefeitos; falecimento educador Paulo Freire; falecimento Madre Cristina Dória.

IX Plenário
Gestão 1998-2001
Um Conselho para Cuidar da Profissão em São Paulo

Adalberto Botarelli
Alexandre Nicolau Luccas
Ana Stella Álvares Cruz
André Isnard Leonardi
Brônia Liebesny
Carla Bertuol
Carmem Sílvia R. Taverna
Ednilton Santa Rosa
Inêz Guimarães Pistelli
José Siqueira de Britto Lyra
Kátia Rubio
Leliane Gliosce Moreira
Lumêna Almeida de Castro Furtado
Márcia Cabral Meirelles
Maria Elisa Marchini Sayeg
Maria Regina Namura
Mariangela Aoki
Milton Baldon
Odair Furtado
Odette de Godoy Pinheiro
Paulo Roberto de Camargo

Rachel Contrucci Alvim
Rafaela Cocchiola
Rogério Izidro Duran
Sandra Maria Sawaya
Sérgio Ozella
Valéria Pereira
Vânia Conselheiro Sequeira
Wanda Maria Junqueira Neves

DIRETORIA:
26/09/98 a 15/10/99
Presidenta: Lumêna Almeida de Castro Furtado
Vice-presidente: Odair Furtado
Tesoureiro: Rogério Izidro Duran
Secretário: Alexandre Nicolau Luccas

DIRETORIA:
16/10/99 a 21/09/2000
Presidenta: Lumêna Almeida de Castro Furtado
Vice-presidente: Odair Furtado
Tesoureiro: Rogério Izidro Duran
Secretário: Alexandre Nicolau Luccas

DIRETORIA:
22/09/2000 a 25/05/2001
Presidenta: Lumêna Almeida de Castro Furtado
Vice-presidente: Odair Furtado
Tesoureiro: Alexandre Nicolau Luccas
Secretária: Mariangela Aoki

DIRETORIA:
26/05/2001 a 10/06/2001
Presidenta: Lumêna Almeida de Castro Furtado
Vice-presidente: Odair Furtado
Tesoureira: Ana Stella Álvares Cruz
Secretária: Odette de Godoy Pinheiro

DIRETORIA:
11/06/2001 a 20/09/2001
Presidenta: Lumêna Almeida de Castro Furtado
Vice-presidenta: Odette de Godoy Pinheiro
Tesoureira: Ana Stella Álvares Cruz
Secretária: Carmem Sílvia R. Taverna

Com a proposta “Um Conselho para Cuidar da Profissão em São Paulo” a nova gestão do CRP SP assume o comando da instituição, em 26/09/1998, sob a liderança de Lumêna Almeida de Castro Furtado. A partir de 20/11/1998, o CRP 06 passa a ter nova sede, na rua Arruda Alvim, 89. Com essa administração, instituiu-se que, ao final de cada gestão, seria produzido um Relatório de Gestão.

O destaque desse período foi a criação das Comissões de Direitos Humanos, iniciada em 07/08/1997, quando foi instalada a Comissão de Direitos Humanos do CFP, expandindo-se, a partir de 1998, com a criação das Comissões de Direitos Humanos nos CRPs, com o objetivo de mobilizar a categoria na defesa dos Direitos Humanos como um desafio permanente que faz parte da prática, do ensino e da pesquisa das/dos psicólogas/os. Outro marco do período foi a aprovação da Lei n. 10.216/2001, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica, que representava, no Brasil, um marco ao estabelecer a necessidade de respeito à dignidade humana das pessoas com transtornos mentais e sua desinstitucionalização.

Uma das iniciativas mais significativas do IX Plenário foi a criação do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, que valoriza e divulga os trabalhos produzidos pelos usuários dos serviços públicos de saúde mental e promove a defesa de uma sociedade mais justa, sem manicômios e sem preconceitos.

Os projetos Diálogos e Memória da Psicologia Brasileira, a luta contra a redução da maioridade penal, as normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual e a transferência da sede para a rua Arruda Alvim foram fatos que também marcaram essa gestão.

DETALHAMENTO:

- A partir de 20/11/1998, o CRP 06 passa a ter sua nova sede na rua Arruda Alvim, 89, na cidade de São Paulo.
- Pluralidade para dentro do grupo: consolidou intervenções que abarcam o cultural, o político e a qualificação profissional. Assim, diversos projetos nasceram e desenvolveram-se por todo o estado, como os videoclubes, os cafés filosóficos, os ciclos de debates temáticos, as sextas éticas, a postura intransigente em defesa dos Direitos Humanos, o respeito à diversidade e a defesa da inclusão do diferente.

> [...] abordagens de temas como o modelo adotado pela Febem, a defesa do ECA e da educação inclusiva, a Luta Antimanicomial, o sistema prisional, a psicologia do trânsito, as questões dramáticas que envolvem a saúde pública, as relações de trabalho nas organizações, a psicologia judiciária, do esporte etc. [...] [A gestão] pautou-se na defesa dos Direitos Humanos, numa postura aberta ao debate e na ampliação dos contatos com os profissionais e a sociedade. Cresceu, no período, a representação do CRP SP nos conselhos de controle social e foram realizadas campanhas do interesse da comunidade e implementada uma comunicação moderna e bem informada. [Jornal Psi n.129 (jul/ago. 2001)]

- Em meados de 1999, em processo desencadeado pelo CFP, foi criado o Grupo de Trabalho História e Memória do CRP SP (GTHMP), responsável pelo projeto História e Memória da Psicologia em São Paulo, composto pelos seguintes subprojetos: 1) Projeto Memória da Psicologia em São Paulo, 2) Linha do Tempo da Psicologia Brasileira, 3) Galeria dos Pioneiros da Psicologia no Estado de São Paulo, 4) Centro de Documentação do CRP SP. Primeiros resultados desse projeto apresentados à categoria em forma de documentários em vídeo e de dados históricos. Três projetos foram aprovados: um deles aborda a trajetória de Maria Margarida de Carvalho, pioneira do ensino de

Psicologia na USP, cujo vídeo, “Imagens de Magui”, foi lançado no mês de agosto, na Semana da/o Psicóloga/o 2001. Um segundo sobre a “História da Psicologia em Campinas: Pioneiros do Serviço Público”, resulta de uma parceria do CRP SP com o MIS de Campinas. Um terceiro conta a trajetória profissional, no Brasil e na Alemanha, da psicóloga Betti Katzenstein. O GTHMP, em parceria com a Comissão de Psicologia do Esporte, realizou projeto sobre João Carvalhaes, que atuou no São Paulo Futebol Clube e integrou a equipe técnica da seleção brasileira de futebol, na Copa do Mundo de 1958. Também foi feita estruturação e a ampliação de uma Linha do Tempo, em parceria com o CFP, que conta a história da Psicologia brasileira por meio de verbetes, imagens, documentos e sons e pode ser visitada no site do Conselho.

- Comunicação: Nova identidade visual – atualização da logomarca, lançada em agosto de 1999, e de todas as suas aplicações na comunicação geral do CRP SP; Jornal Psi – reforma gráfica, ampliação e reformulação editorial, com matérias aprofundadas; Múltipla – criação da revista quadrimestral sobre práticas em Psicologia, lançada no período maio/ago. de 2001; Psi Via Subsede – informativo regional criado com o objetivo de estabelecer um vínculo maior entre as oito subsedes do CRP SP e as/os profissionais das suas regiões; Programa de TV Diversidade – canal aberto para toda a sociedade, a cada mês, apresenta psicólogas/psicólogos, especialistas e usuárias/usuários para um bate-papo sobre um assunto específico relacionado com a Psicologia; parceria com a TV PUC-SP, veiculada pelo canal a cabo CNU, 15 (Grande SP), início em 2000.
- Ciclos de debates – vários ciclos de debates temáticos foram realizados na sede e nas subsedes. Também se institucionalizaram os Cafés Filosóficos, realizados, inicialmente, pelas subsedes, em que um convidado fala sobre algum tema em ambiente descontraído. Videoclubes na sede e nas subsedes – em que um filme é exibido seguido de debates com especialistas – foram um grande sucesso.
- Parcerias produtivas e criativas: Café DiverCidade – parceria com técnicos, usuários e familiares da Fundação Franco Basaglia, no sentido de estimular ações cooperativistas; montado no jardim de inverno da sede do CRP SP, com funcionamento em dias de eventos, tornando-se um ponto de encontro para os profissionais; Livraria Voo Livro – parceria com técnicas/os, usuárias/os e familiares da ONG SOS Saúde Mental, no sentido de estimular ações cooperativistas, com funcionamento no saguão de entrada do auditório do CRP SP, em atividade em dias de eventos, oferecendo edições de interesse para a categoria e opera um sistema de entrega em domicílio.
- Prêmio Arthur Bispo do Rosário – criado em 1999, objetiva valorizar e divulgar trabalhos de usuários dos serviços de saúde mental e manter acesa a utopia de uma sociedade sem manicômios. Premia obras nas categorias artes plásticas, fotografia e poesia. Parceria com CFP, Associação Franco Basaglia, Associação Franco Rotelli e SOS Saúde Mental.

- Maior participação social: ampliou sua representação nos conselhos de controle social e fóruns de entidades civis municipais e estaduais, nas áreas de educação, saúde, entorpecentes, criança e adolescente, em São Paulo.
- Vídeos e livros: Coleção Qualificação Profissional – livros com artigos resultantes de eventos produzidos em parceria entre o CRP SP e a editora Casa do Psicólogo, à venda a preço de custo. Volumes: "Psicologia e informática: interfaces e desafios"; "Encontros e desencontros da Psicologia do Esporte"; "Inclusão no trabalho, desafios e perspectivas"; "Questões éticas atuais, sob a perspectiva do Código de Ética do Psicólogo – Pesquisas com seres humanos, internet e homossexualidade".
- Projeto Diálogos – série de entrevistas gravadas bimestralmente com profissionais com trabalhos de relevo na área da saúde mental. Foram gravados 12 volumes: Içami Tiba, Gilberto Safra, Hélio Guilhardi, João Augusto Pompeia, Isaias Pessotti, Maria Helena de Souza Patto, Silvia Lane, Rita Celia Brambila Bega, Clotilde Rossetti, Raquel Guzzo, Antônio Carlos Cesarino e Pedro Pontual. Laudos Psicológicos – eventos em realização conjunta com o CFP, Assoc. Bras. de Psicologia Jurídica e Assoc. Bras. de Psicologia Escolar e Educacional geraram série com cinco vídeos. A Psicologia no Mundo do Trabalho – ciclo de debates idealizado pelos integrantes da Comissão de Recursos Humanos do CRP SP gerou série com cinco vídeos.
- Psicologia e compromisso social – Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, realizada com CFP e CRPs do Brasil, ocorreu em outubro de 2000, apresentando mais de 1.500 trabalhos, 5 mil expositores e reunindo 15 mil visitantes no Palácio das Convenções do Anhembi, SP.
- Campanha contra a redução da idade penal "O futuro do Brasil não merece Cadeia". Comemorações dos 10 anos do ECA – em 13/07/2000, deu-se a passagem dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O CRP SP lançou a campanha "Tamanho é Documento" e organizou debates e psicodramas sobre o tema. Foram realizadas manifestações públicas e em Câmaras Municipais em todo o estado; houve manifestações contra a privatização da Febem; o Conselho entregou ao governo estadual um documento com propostas alternativas ao modelo vigente de tratamento dado ao adolescente autor de atos infracionais. Sistema Prisional – ampliação dos debates com a categoria sobre a reformulação do papel da/do psicóloga/o no sistema prisional. Direitos Humanos – foram feitos esforços no sentido de dar visibilidade à relação existente entre Psicologia e Direitos Humanos no cotidiano de atuação da/do profissional. Luta Antimanicomial – na perspectiva da construção de uma sociedade sem manicômios, o Conselho integra o Fórum da Luta Antimanicomial – em nível estadual e municipais – participando ativamente de suas decisões e, anualmente, das programações do Dia da Luta Antimanicomial, em 18 de março.
- [A gestão] "intensificou e aprofundou os debates sobre áreas de atuação específicas da Psicologia - muitas delas emergentes, como a Psicologia na informática ou a Psicologia do Esporte - por meio de ciclo de debates, encontros e simpósios". Balanço de Gestão, no Jornal Psi, n. 129, 2002.

- **Contexto**: FHC é primeiro presidente brasileiro reeleito pelo voto direto (1998); estabelecidas as normas para as Organizações Sociais; surge o Conselho Municipal de São Paulo; criação do Laboratório de Estudos sobre o Preconceito (USP); criação do Laboratório Sujeito e Corpo (Sucor) (1998); Senado aprova a Lei Antimanicomial (1999); Projeto Memória da Psicologia Brasileira com recursos da Revista Psicologia, Ciência e Profissão, oriundos da contribuição dos 15 regionais e do CFP; 500 anos do descobrimento do Brasil.

X Plenário
Gestão 2001-2004
Tô aqui em São Paulo para Cuidar da Profissão

Adalberto Botarelli
Ana Gabriela Pedosa Andriani
Ana Mercês Bahia Bock
Ana Paula Pereira Jardim
André Isnard Leonardi
Carla Bertuol
Chica Hatakeyama Guimarães
Débora Cristina Fonseca
Ednilton José Santa Rosa
Elcimara Meire da Rocha Mantovani
Élcio dos Santos Sequeira
Eliana Aparecida Moura Silveira
Elisa Zaneratto Rosa
Emília Estivalet
Fátima Regina Riani Costa Taino
Inêz Guimarães Pistelli
João Bosco Alves de Sousa
Jorge Broide
Kátia Rubio
Leliane Maria Aparecida Gliosce Moreira
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Maria José Medina da Rocha Berto
Mariângela Aoki
Marilda Castelar
Rachel Contrucci Alvim
Rafaela Aparecida Cocchiola
Rogério Izidro Duran
Sérgio Antonio da Silva Leite
Vânia Conselheiro Sequeira
Wanda Maria Junqueira de Aguiar

DIRETORIA:
22/09/2001 a 12/09/2003
Presidenta: Ana Mercês Bahia Bock
Vice-presidenta: Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Tesoureiro: André Isnard Leonardi

Secretária: Mariângela Aoki

DIRETORIA:
13/09/2003 a 06/05/2004
Presidenta: Ana Mercês Bahia Bock
Vice-presidenta: Maria da Graça Marchina Gonçalves
Tesoureiro: André Isnard Leonardi
Secretária: Mariângela Aoki

DIRETORIA:
07/05/2004 a 30/08/2004
Presidenta: Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Vice-presidenta: Katia Rubio
Tesoureiro: Rogério Izidro Duran
Secretária: Mariângela Aoki

DIRETORIA:
31/08/2004 a 12/09/2004
Presidente: Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Vice-presidente: Katia Rubio
Tesoureiro: André Isnard Leonardi
Secretária: Mariângela Aoki

DIRETORIA:
13/09/2004 a 26/09/2004
Presidente: Wanda Maria Junqueira de Aguiar
Vice-presidente: Katia Rubio
Tesoureiro: André Isnard Leonardi
Secretária: Ana Mercês Bahia Bock

Com Ana Mercês Bahia Bock como presidente, a chapa Tô aqui em São Paulo para Cuidar da Profissão assume a gestão do X Plenário, para o período 2001-2004. Em um mundo impactado pelo atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, após disputa em dois turnos, Luís Inácio Lula da Silva, candidato da oposição pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é eleito o novo presidente do Brasil em outubro de 2002.

Outras mudanças se intensificaram na Psicologia com a virada do milênio, quando ganhava destaque o debate sobre como combater discriminações e desigualdades estruturais, ao passo que cresciam ações afirmativas no país.

Na época, foi realizada a 1ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, que teve a participação de todos os Conselhos de Psicologia do Brasil, e a apresentação de diversos trabalhos com base no tema “Compromisso Social”.

Em novembro do mesmo ano, na cidade de Puebla, no México, foi criada a União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi), um espaço de organização e articulação entre diversas entidades, para a troca de práticas e experiências no enfrentamento de opressões e desigualdades comuns a todos os

países da região. São Paulo foi a cidade escolhida para abrigar o I Congresso da ULAPSI.

Outro momento significativo para a categoria dizia respeito ao ensino de Psicologia. Em abril de 2004, passaram a vigorar as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Psicologia, com as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação presentes na graduação.

O ano de 2004 foi um momento de intensas atividades do CRP SP, que, além de promover ações e campanhas, convoca psicólogas/os) não apenas para fortalecer o seu Conselho, como também para participar de suas atividades e lutas em um momento em que novas demandas se apresentavam na sociedade. Como informava em editorial do Jornal Psi n. 139, de fevereiro de 2004, o momento era de chamamento da categoria para a construção de novos passos, no qual os Conselhos Profissionais adquiriam papel essencial. Também nessa edição, reforçavam-se as futuras ações, particularmente o Banco Social de Serviços em Psicologia.

Entre as realizações do X Plenário (2001-2004) também podemos citar o Ciclo de Debates "Justiça e Saúde Mental: Fronteiras Conceituais e Práticas", a Campanha contra o Ato Médico e o Plano de Prevenção ao Comportamento Suicida.

DETALHAMENTO:

- Ações guiadas pelo interesse coletivo de uma sociedade e de um conjunto profissional.
- Três anos de trabalho ininterruptos procurando cumprir com um programa que foi apresentado como plataforma eleitoral e cumprir com as decisões do IV Congresso Nacional de Psicologia, que aprovou uma série de orientações sobre avaliação psicológica, condições de trabalho, sobre várias áreas da Psicologia, sobre Direitos Humanos e Políticas Públicas; e ainda sobre o funcionamento dos conselhos. Eram muitas as orientações e, de uma maneira geral, é possível dizer que a gestão do CRP SP trabalhou em busca daquelas metas.
- Construção de referências para a qualificação do exercício profissional.
- Reunião de forças da Psicologia na busca de uma intervenção que considere a diversidade presente em nossa ciência e em nossa profissão.
- Fortalecimento das entidades e organizações da Psicologia no Brasil.
- Ampliação do compromisso social da Psicologia.
- Visibilidade às práticas inovadoras para que trouxessem contribuição para a inserção da Psicologia no desenvolvimento e na construção de Políticas Públicas.
- Fortalecimento do vínculo da Psicologia com os Direitos Humanos, tornando a profissão conhecida também por essa luta.

- Organização do CRP SP para melhor atender às/aos psicólogas/psicólogos e ao público em busca de informação e apoio;
- Trabalho de fiscalização do exercício profissional, que estava reduzido desde há muitos anos no CRP SP.
- Melhoria do Centro de Orientação.
- Concurso para contratação de funcionárias/funcionários, conforme a lei.
- Efetivação do Banco Social de Serviços em Psicologia, em São Paulo e em várias cidades do interior.
- Aumento da autonomia política, administrativa e financeira das subsedes.
- Interiorização do CRP, fortalecendo núcleos de profissionais em cidades que não têm subsede.
- Aglutinação das/dos psicólogas/os em torno de vários temas, no interior.
- Fortalecimento da organização dos Conselhos de Psicologia no Brasil.
- Colaboração com a realização de eventos de Psicologia em várias áreas, como contribuição para seu próprio desenvolvimento.
- Interferência em questões importantes da profissão, conjuntamente com os CRPs e o CFP: testes, psicoterapia, educação, formação.
- V Congresso Nacional de Psicologia com o tema "Protagonismo social da Psicologia: as urgências brasileiras e a construção de respostas da psicologia às necessidades sociais".
- A partir de 2004, a atuação da/do psicóloga/psicólogo em penitenciárias foi revista e redefinida, que passou a trabalhar com a reintegração do preso à sociedade como profissional da saúde de maneira ampla, e não somente com avaliações e relatórios.
- Nasce a Associação Brasileira de Psicologia (Abrap), em 2004.
- Recandidatura dos membros da gestão para dar continuidade ao trabalho.
- **Contexto**: atentado de 11 de setembro em Nova York; crise do apagão no Brasil; diretrizes nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica; César Ades fundou o Centro de Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (CM-IPUSP); eleição de Lula pra presidente; pentacampeonato de futebol para o Brasil; decreto da Política Nacional Antidrogas; criação da Ulapsi (2002); 40 anos de regulamentação da profissão de psicóloga/psicólogo; Banco Social de Serviços em Psicologia; criação do Programa Municipal de Atenção à Saúde do Escolar; Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania de Homossexuais "Brasil sem Homofobia"; criação do Exame Nacional do

Ensino Médio (Enem); início da Guerra do Afeganistão (2001); finalização do projeto Genoma Humano; aprovação de novas Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia (2004).

XI Plenário
Gestão 2004-2007
Cuidar da Profissão em São Paulo

Adriana Eiko Matsumoto
Ana Paula Pereira Jardim
Andréa Torres
Andréia de Conto Garbin
Carmem Silva Rotondano Taverna
Chica Hatakeyama Guimarães
Daniela Fogagnoli
Débora Cristina Fonseca
Elcimara Meire da Rocha Mantovani
Élcio dos Santos Sequeira
Elda Varanda Dunley Guedes Machado
Elisa Zaneratto Rosa
Fátima Regina Riani Costa Taino
José Roberto Heloani
Lúcia Fonseca de Toledo
Lumena Celi Teixeira
Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Maria Ermínia Ciliberti
Maria Izabel do Nascimento Marques
Maria José Medina da Rocha Berto
Marilene Proença Rebello de Souza
Oliver Zancul Prado
Patrícia Garcia de Souza
Sandra Elena Sposito
Sueli Ferreira Schiavo
Valéria Castro Alves Cardoso Penachini
Vera Lúcia Fasanella Pompílio
Vera Sonia Mincoff Menegon
Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

DIRETORIA:
27/09/2004 a 12/05/2006
Presidenta: Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidenta: Maria Ermínia Ciliberti
Tesoureira: Elisa Zaneratto Rosa
Secretária: Lúcia Fonseca de Toledo

DIRETORIA:
13/05/2006 a 26/10/2006
Presidenta: Maria da Graça Marchina Gonçalves

Vice-presidenta: Maria Ermínia Ciliberti
Tesoureira: Elisa Zaneratto Rosa
Secretária: Andréia De Conto Garbin

DIRETORIA:
27/10/2006 a 11/05/2007
Presidenta: Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidenta: Maria Ermínia Ciliberti
Tesoureira: Elisa Zaneratto Rosa
Secretária: Lúcia Fonseca de Toledo

DIRETORIA:
12/05/2007 a 24/05/2007
Presidenta: Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidenta: Maria José Medina da Rocha Berto
Tesoureira: Elisa Zaneratto Rosa
Secretária: Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

DIRETORIA:
25/05/2007 a 10/08/2007
Presidenta: Chica Hatakeyama Guimarães
Vice-presidenta: Maria José Medina da Rocha Berto
Tesoureira: Ana Paula Pereira Jardim
Secretária: Zuleika Fátima Vitoriano Olivan

DIRETORIA:
11/08/2007 a 25/09/2007
Presidenta: Maria da Graça Marchina Gonçalves
Vice-presidenta: Maria Ermínia Ciliberti
Tesoureira: Elisa Zaneratto Rosa
Secretária: Lúcia Fonseca de Toledo

Em 2004, as formas de relação e de comunicação entre as pessoas sofreu enorme impacto, que se estende até a atualidade. Era lançado o Facebook, que mudou o uso da internet, o comércio, a publicidade e até a política. Também nesse ano, o robô Opportunity, da National Aeronautics and Space Administration (Nasa), recolhe imagens de um sistema rochoso, em Marte, que indica a existência de água no planeta, e o presidente americano George W. Bush dá início à guerra contra o Iraque, prolongamento da invasão ao Afeganistão, em 2001.

No Brasil, ainda no primeiro mandato do presidente Lula, as questões sociais pareciam crescer. Feminicídio e violência doméstica, manifestações homofóbicas, as questões manicomial, indígena e carcerária, a necessidade de uma clara política de Direitos Humanos eram problemas que exigiam não só a reflexão, mas também a ação urgente. Ações governamentais, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), que possibilitava o acesso de estudantes de baixa renda e da rede pública a universidades particulares (2005), e a Lei Maria da Penha (2006), que tornava mais rigorosa a punição para agressões contra mulheres, visando coibir a violência

doméstica, ainda eram iniciativas tímidas frente à necessidade de luta por uma sociedade justa, plural e inclusiva.

Reafirmando a proposta de “cuidar da profissão”, Maria da Graça Marchina Gonçalves assumiu a gestão do XI Plenário, com pautas claras: ampliar a oferta, ao Estado, do trabalho de psicólogas/os em instâncias públicas, qualificar o Sistema Conselhos para a atuação da Psicologia nas Políticas Públicas, reforçar papel do CRP SP na orientação profissional, criar Grupos de Trabalhos temáticos e consolidar a Comissão de Direitos Humanos (CDH), instituída pelo Conselho Federal por meio da Resolução n. 11/1998.

Tendo como referência a experiência do Banco Social nas Políticas Públicas, que demonstrava o potencial das práticas psicológicas com compromisso social, o CRP SP cria o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), aprovado no V Congresso Nacional da Psicologia, em 2004. O Crepop apontava o CRP SP como entidade voltada para o constante trabalho de reflexão, pesquisa e produção de referências para atuação nas Políticas Públicas.

Durante o XI Plenário, foi implantado, em 2005, o Sistema Único de Assistência Social (Suas), com objetivo de unificar as políticas de assistência social desenvolvidas em âmbito nacional e que ampliava, de forma significativa, a atuação de psicólogas/psicólogos nesse campo de garantia de direitos de proteção social.

Foi nessa gestão, também, que ocorreu o lançamento da terceira versão do Código de Ética Profissional da Psicologia. No dia 27/08/2005, conforme Resolução CFP n. 10/2005, entrava em vigor o novo regimento com princípios fundamentais, responsabilidades e disposições gerais. Essas medidas atendiam às novas demandas do papel de psicólogas/psicólogos em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais. Passo importante na política de defesa dos Direitos Humanos, preconizada pelo Conselho por meio de sua Comissão de Direitos Humanos, presidida por Marilene Proença Rebello de Souza, docente da USP e especialista em Psicologia escolar e políticas educacionais.

Outras ações de destaque no período do XI Plenário foram a Estação da Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi), na sede do CRP SP; mostras estaduais de práticas da Psicologia; mesa-redonda sobre a/o profissional diante da situação de tortura e o início da série Cadernos Temáticos.

DETALHAMENTO:

- Continuidade do Programa Diversidade, transmitido pela TV PUC.
- No dia 27/08/2005, conforme Resolução CFP n. 010/2005, entrou em vigor o novo Código de Ética Profissional do Psicólogo – 4ª versão.
- I e II Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação (2005 e 2007) e IV e V Encontro de Psicólogos da Área de Educação (2005 e 2007).
- I Congresso da Ulapsi (2005).

- Comemoração dos 15 anos do ECA com o *slogan* “Direito a gente conquista”.
- Proposta do novo Código de Ética das/dos psicólogas/os, construída a partir de ampla consulta à categoria.
- Mesa-redonda sobre a/o profissional diante da situação de tortura.
- Luta Antimanicomial 2005: “A mudança acontece no cotidiano: construindo territórios e serviços”.
- XXII Semana da Psicologia. Refletindo Sobre as Diversas Faces da Psicologia (22 a 27 de agosto de 2005).
- Evento: A ética e o sigilo profissional: reflexões para um novo código (2005).
- Publicação do Jornal Psi n. 146 (jan./mar 2006), com o tema “O que foi feito para excluir não pode incluir”.
- Prêmio Monográfico Pedro Parafita Bessa – “Subjetividade, encarceramento e sistema prisional: desafios para Psicologia”, com o CFP.
- Ano da Psicologia na Saúde – [Jornal Psi, n.147 (abr/jun.2006)].
- Publicação do Jornal Psi n. 148 (jul.set/2006), com o tema “Muito além dos manicômios” sobre a luta pelos Direitos Humanos e questionamento de valores sociais que originaram o movimento antimanicomial no Brasil.
- Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira.
- Evento: 18 de maio – Dia do Combate ao Abuso Sexual Infanto-Juvenil.
- III Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas - Identidade Profissional e Políticas Públicas: o Diálogo Corporativo com o Estado.
- Programação de atividades sobre “Psicologia Jurídica e o Estatuto da Criança e do Adolescente”, que ocorreram em São José do Rio Preto (07/07/2005).
- Evento conjunto: XVIII Congresso Médico do Oeste Paulista e IV Congresso de Psicologia do Oeste Paulista, em que ocorreram atividades interdisciplinares. São José do Rio Preto (agosto de 2005).
- Evento “A ética e o sigilo profissional: reflexões para um novo código”.
- Encontro com psicólogas peritas/psicólogos peritos e assistentes técnicas/os.
- Evento sobre Psicologia e religião.
- Mesa-redonda “Psicologia do Trabalho e Organizacional”.
- Fortalecimento do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o FENPB, com mais 16 entidades de Psicologia, apresentando o projeto da profissão que queremos para a sociedade brasileira.

- Movimento “Psicólogas/os sem Fronteiras”, lançado no I Congresso da Ulapsi (abril de 2005).
- IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário.
- Publicação Psicologia & informática – Produções do III Psicoinfo e II Jornada do Núcleo de Pesquisa da Psicologia em Informática (NPPS).
- Ano da Psicologia na Saúde, o fórum de debate sobre o papel da/do psicóloga/psicólogo na área.
- I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública – 07 de abril – Dia Mundial da Saúde.
- ECA completa 16 anos.
- Palestras “Conversando sobre práticas profissionais em Psicologia”, programação sobre práticas da/do psicóloga/o em diversas áreas.
- Oficina IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário – Tear das Artes.
- II Congresso da Ulapsi, realizado em Cuba (setembro 2007).
- Dez anos da Biblioteca Virtual de Saúde - Psicologia (BVS-Psi) – inauguração de Estação da BVS-Psi, na sede do CRP 06.
- VI Congresso Nacional de Psicologia (2006), com o tema Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática, Construindo um Projeto Coletivo para a Profissão.
- Em 2007, lançamento dos Cadernos Temáticos “Profissionais frente a situações de tortura”, “A psicologia promovendo o ECA: reflexões sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente”, “A inserção da psicologia na saúde suplementar” e “Cidadania ativa na prática contribuições da psicologia e da animação sociocultural”.
- **Contexto**: Lançamento Prouni; regulamentação da Língua brasileira de sinais (Libras); 4ª. versão do Código de Ética Profissional da Psicologia; 18 anos Luta Antimanicomial; Lei Maria da Penha; ataques coordenados do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo; Museu da Língua Portuguesa; segundo mandato de Lula; Programa + Educação; Lei da Biossegurança; crise no sistema penitenciário; Resolução CFP n. 002/2006, estabelece referência para os símbolos oficiais da Psicologia; atendimento aos refugiados do Líbano.

XII Plenário
Gestão 2007-2010
Cuidar da profissão: compromisso social e participação

Adriana Eiko Matsumoto
Andréia De Conto Garbin

Beatriz Belluzzo Brando Cunha
Carla Biancha Angelucci
Carmem Silvia Rotondano Taverna
Elda Varanda Dunley Guedes Machado
Fábio Silvestre da Silva
Fernanda Bastos Lavarello
José Roberto Heloani
Leandro Gabarra
Leonardo Lopes da Silva
Lilihan Martins da Silva
Lúcia Fonseca de Toledo
Luciana Mattos
Luiz Tadeu Pessutto
Lumena Celi Teixeira
Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes
Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Maria de Fátima Nassif
Maria de Lima Salum e Morais
Maria Ermínia Ciliberti
Maria Izabel do Nascimento Marques
Mariângela Aoki
Marilene Proença Rebello de Souza
Oliver Zancul Prado
Patrícia Garcia de Souza
Sandra Elena Sposito
Silvia Maria do Nascimento
Sueli Ferreira Schiavo
Vera Lúcia Fasanella Pompílio

DIRETORIA:
26/09/2007 a 22/04/2010
Presidenta: Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidenta: Maria Ermínia Ciliberti
Tesoureira: Carla Biancha Angelucci
Secretária: Andréia De Conto Garbin

DIRETORIA:
23/04/2010 a 21/05/2010
Presidenta: Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidenta: Maria Ermínia Ciliberti
Tesoureira: Lúcia Fonseca de Toledo
Secretária: Andréia De Conto Garbin

DIRETORIA:
22/05/2010 a 27/08/2010
Presidenta: Andréia De Conto Garbin
Vice-presidenta: Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Tesoureira: Lúcia Fonseca de Toledo
Secretária: Carmem Silvia Rotondano Taverna

DIRETORIA:
28/08/2010 a 24/09/2010
Presidenta: Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidenta: Maria Cristina Barros Maciel Pellini
Tesoureira: Lúcia Fonseca de Toledo
Secretária: Andréia De Conto Garbin

A crise econômica gerada pela chamada "bolha imobiliária", nos EUA, em 2008, acompanhada da recessão econômica global que se estenderia pelos anos seguintes, era o pano de fundo em que ocorreu o XII Plenário (Gestão 2007-2010), presidido por Marilene Proença Rebello de Souza. Também foi o período em que mudanças significativas ocorreram no mundo da política internacional, afinal, pela primeira vez, um negro ocupava a Casa Branca, com a eleição de Barack Obama. No período, adquire significado a comemoração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

No campo da Psicologia, dois marcos ocorreram durante a gestão: promulgação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2009), que resultaram na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), e o Estatuto da Igualdade Racial (2010), favorecendo a promoção de políticas para o combate à discriminação e a efetivação da igualdade de oportunidades para a população negra.

Um dos grandes embates que marcaram a gestão foi a mobilização contra o chamado Ato Médico, que determinava que os cargos de chefia dos espaços de saúde somente seriam ocupados por pessoas com formação em medicina. Iniciativas como a I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia, o Prêmio Madre Cristina e a I Mostra Estadual de Práticas da Psicologia na Área da Infância e Adolescência foram atividades empreendidas.

Foi durante o XII Plenário que ocorreu a expansão das instalações com a inauguração da unidade administrativa localizada na rua Oscar Freire, n. 1.800, espaço que permitiu a criação do Centro de Documentação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Cedoc) para a guarda e divulgação da memória e produção do Conselho. Reforçando essa iniciativa, ampliaram-se as formas de comunicação com a categoria com a reformulação do site, que passou a disponibilizar as publicações com acesso aberto, além da diversificação das temáticas abordadas e a inserção da linguagem em Libras no Programa de TV Diversidade, além de expandir o atendimento à imprensa.

DETALHAMENTO:

- Realização do VII Congresso Nacional de Psicologia.
- Interiorização das ações por meio da inauguração da Subsede de Sorocaba, contando com a organização de, aproximadamente, 3 mil profissionais da região, de 79 municípios paulistas.
- Criação de sistema de oitivas dos processos éticos nas regiões de Campinas e Bauru.
- Transmissão *online* da Assembleia Orçamentária do CRP para todas as subsedes do interior e a realização de 15 encontros do Fórum de Gestores e Encontro Sede e Subsedes.

- Inserção de GTs de Sexualidade e Gênero, Assistência Social, Sistema Prisional.
- Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos.
- GT dos Povos Indígenas.
- GT Regionalização, entre outros.
- Implantação da web-tv CRP.
- Novo portal na internet.
- Criação do Boletim CRP SP para as/os psicólogas/psicólogos cadastradas/cadastrados, com notícias quinzenais.
- Novo formato ao Jornal Psi.
- Linguagem de Libras no Programa de TV Diversidade,
- Ampliação do atendimento à imprensa.
- Realização mensal do Videoclube.
- Adquirida a Subsede Metropolitana, situada na rua Oscar Freire, n. 1.800, visando à ampliação das instalações do Conselho Regional de São na capital, melhorando, assim, as condições de trabalho e de atendimento. Feitas reformas na recepção e no atendimento às/aos profissionais, no auditório e em várias subsedes do interior.
- Continuidade do Projeto Memória da Psicologia Paulista, com a produção dos vídeos sobre a Memória da Psicologia Paulista: Psicologia Escolar e Educacional e Psicologia Social e do Trabalho.
- Produção de um vídeo institucional utilizado na entrega das novas carteiras profissionais e para eventos institucionais.
- Atividades comemorativas do Dia da Psicóloga e do Psicólogo, 27 de agosto.
- Sessão de filmes comentados, em 2008, no Reserva Cultural, em São Paulo, e apresentações na Grande São Paulo e no interior.
- Participações na TV Minuto, do Metrô de São Paulo, *outdoors* no interior e as eleições em 2010.
- Lançamentos do livro *Psicologia e povos indígenas*, organizado pelo CRP 06.
- Quatro mostras estaduais: III Mostra de Práticas de Psicologia em Educação e VI Encontro de Psicólogos da Área da Educação, I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia - Prêmio Madre Cristina e a I Mostra Estadual de Práticas da Psicologia na Área da Infância e Adolescência, comemorando os 20 anos do ECA e a I Mostra de Práticas em Psicologia no Sistema Prisional e I Seminário sobre Saúde Mental no Sistema Prisional.
- Participação na Comissão Organizadora do III Congresso Brasileiro Psicologia Ciência e Profissão.
- Celebração dos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos por meio da publicação de livreto com os termos da declaração distribuídos a todas/todos as/os psicólogas/os paulistas e com a presença do Ministro Paulo Vannuchi, da Subsecretaria de Direitos Humanos.
- Homenagem às psicólogas Aurora Furtado e Yara Iavelberg, mortas na ditadura militar.
- Exposições sobre saúde mental nas estações do Metrô de São Paulo e nas da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).
- V Prêmio Arthur Bispo do Rosário.
- Comemorações do 18 de maio, Dia da Luta Antimanicomial, e do dia Contra a Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

- Participação na criação do Dia Nacional da Educação Inclusiva/Dia da Educação Inclusiva no município de São Paulo, por iniciativa da Câmara Municipal de São Paulo.
- Participação ativa de dois anos temáticos – da Educação e da Psicoterapia –, em todas as suas etapas: planejamento, constituição de documentos de orientação da discussão em âmbito nacional, das etapas regionais e estadual e do Seminário Nacional.
- Presença ativa em várias Conferências Nacionais, inserindo-nos nas etapas municipal e estadual, tais como Conferência Nacional de Educação – Conae 2010; I Conferência Nacional de Comunicação; IV Conferência Nacional de Saúde Mental; I Conferência Nacional GLBT; 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos; I Conferência Nacional de Segurança Pública; VII Conferência Nacional de Assistência Social; I Conferência Nacional de Saúde Ambiental; I Conferência Nacional de Defesa Civil e Assistência Humanitária; VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Participação na conferência que elaborou o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo.
- No campo das Políticas Públicas e da Psicologia, o Centro de Referência em Psicologia e Políticas Públicas fez o georreferenciamento sobre as áreas de atuação da/do psicóloga/psicólogo: educação inclusiva; liberdade assistida; atenção à mulher sob violência de gênero; serviços de saúde e ação básica; educação básica; álcool e drogas; mobilidade urbana; atuação no Centro de Referências Especializado de Assistência Social – Creas; serviços hospitalares do SUS; atuação no Centro de Referência de Assistência Social – Cras; Políticas Públicas de diversidade sexual; Políticas Públicas de esporte.
- Produção dos documentos DST Aids e Saúde do Trabalhador.
- Dois destaques importantes em termos de acordos de cooperação com o poder público: renovação do protocolo com a Alesp e a cooperação com o Ministério Público do Estado de São Paulo. No caso do MP, esse termo estabeleceu a cooperação mútua entre as instituições partícipes, visando à fiscalização e à promoção de medidas para a adequada prestação das ações e serviços de saúde mental e o respeito aos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, nas suas respectivas áreas de atuação, no campo de Direitos da Criança e do Adolescente e no âmbito da Educação.
- Outro destaque refere-se ao acompanhamento dos processos legislativos. Nessa gestão, esse tema foi considerado estratégico, sendo instituído um processo inicial de formação das/dos conselheiras/os para essa atuação, a criação de uma comissão específica de acompanhamento e ações no âmbito das comissões temáticas para a realização desse acompanhamento.
- No âmbito da Saúde, as discussões geraram inúmeras ações no estado e nacionalmente contra o Projeto de Lei do Ato Médico, que dispõe sobre o exercício do profissional de medicina. Essas ações mobilizaram os Conselhos das profissões da área de Saúde e teve o seu ápice, no estado de São Paulo, no evento denominado “Virada da Saúde”, que aconteceu no dia 27/02/2009, no Parque do Ibirapuera, em que estiveram presentes em torno de 20 mil pessoas, além da mobilização com os senadores e deputados federais paulistas.
- Atuação forte no acompanhamento de projetos de lei que tramitam na Câmara Municipal e que se referem à temática Psicologia e Educação: participação ativa dos debates contrários à aprovação de projetos de lei do município

paulista de caráter medicalizante/patologizante, realizando um importante Seminário na Câmara Municipal de São Paulo, “Dislexia: subsídios para Políticas Públicas”, em 21/09/2009. Essa ação, em específico, se desdobrou no I Seminário Internacional Educação Medicalizada: dislexia, TDAH e outros supostos transtornos, realizado em São Paulo, de 11 a 13 de novembro de 2009.

- Foram feitas várias ações de mobilização em relação a projetos de lei de inserção da Psicologia no Ensino Médio e da/do psicóloga/o na rede básica de ensino em âmbitos federal e municipal, e manifestações contra o projeto que prevê a criação da profissão de psicomotricista e psicopedagoga/o.
- No âmbito dos Conselhos de Controle Social, foi possível, pela primeira vez, congregar as/os psicólogas/psicólogos e colaboradoras/colaboradores que participam em representações de Conselhos Municipais no estado de São Paulo, para discutir princípios comuns, trocar as experiências nessas instâncias sociais e produzir um material de orientação às/aos participantes desses órgãos consultivos e deliberativos.
- Muitos dos eventos realizados foram publicados por meio dos Cadernos Temáticos, que deram continuidade à proposta de sistematização da gestão anterior. Nesses três anos, foram publicados sete cadernos, com os títulos “Cidadania ativa”, versão em português e em espanhol, ampliada; “Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional”; “Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf)”; “Dislexia: subsídios para Políticas Públicas”; “Ensino de Psicologia no Nível Médio” e “Psicólogo Judiciário nas Questões de Família”; todos disponíveis *online* e impressos.
- Comunicação fundamental para aproximação das/os usuárias/os dos serviços da Psicologia, por meio da publicação de duas cartilhas “A Psicologia e sua interface com os direitos das crianças e dos adolescentes” e “A Psicologia e sua interface com a assistência social”.
- Participação em ações junto aos movimentos sociais, como a Marcha dos Usuários de Saúde Mental a Brasília, em 30/9/09; a Caravana do SUS; à 13ª Parada do Orgulho LGBT, em comemoração aos 10 anos da Resolução n. 01/1999, Fórum Social Mundial, entre outras.
- O CR P realizou várias ações no campo da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), da Comissão de Ética e da Comissão de Acompanhamento do Título de Especialista. Realizadas em torno de 500 fiscalizações no estado de São Paulo e aproximadamente 15 mil pedidos de orientação. Tramitaram pela Comissão de Ética mais de 300 processos. Foram atribuídos 426 títulos de especialistas em diversas especialidades.
- Publicação de uma Nota Técnica sobre as atribuições da/do psicóloga/o no contexto escolar e educacional e as Recomendações para os Serviços-Escola de Psicologia do estado de São Paulo: “Compromisso Ético para a Formação de Psicólogas/os”.
- Ações de melhoria da infraestrutura e de condições de trabalho no CRP.
- Ampliação do quadro de funcionárias/os, contando com 104 funcionárias/os, condição que trouxe uma série de desafios para a qualidade do trabalho do Conselho Regional visando atender às demandas vigentes. Destacam-se as ações: negociação coletiva das relações de trabalho: instituída “Mesa de Negociação Coletiva entre CRP SP e Sindicato dos Trabalhadores das Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional e Entidades Coligadas” – Sinsexpro, ampliando os espaços de diálogos com os funcionários; ações de

saúde do trabalhador e sustentabilidade do desenvolvimento humano, como a Eleição da Comissão de Saúde do Trabalhador (Comsat), em 15/12/2009; programas “Pausa saudável”, com atividades de condicionamento físico e de compensação durante a jornada de trabalho e “Diversidade no trabalho”, com palestras e orientações sobre sexualidade e qualidade de vida; “Dia da Mulher”; “Hábitos alimentares saudáveis”; “Economia de recursos”; “Ambiente livre do tabaco” (nova lei estadual); “Curta no almoço”, com a exibição dos filmes BMW vermelho, Ilha das Flores e Dá para fazer; Jornada Cultural - Dia do Funcionário Público – 28 de outubro, com apresentações e exposições dos trabalhos das/os funcionárias/os e teatro de bonecos; atividades de capacitação e formação destinadas a todas/os as/os funcionárias/os e/ou voltadas às demandas operacionais de cada setor. Além disso, foram instituídos um extranet e um boletim interno.

- Também foi adquirida uma sala para ampliação da Subsede de São José do Rio Preto e da Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira e a constituição da Subsede de Sorocaba.
- Em 17 de setembro, inauguração do Centro de Documentação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Cedoc), na rua Oscar Freire, n. 1.800, um espaço do registro físico e virtual da Memória da Psicologia Paulista, ampliando, assim, o Projeto Memória da Psicologia Paulista, que teve início em 1999.
- **Contexto**: Crise financeira mundial de 2008; ratificação Lei Ficha Limpa; Lula na presidência; XV Jogos Pan-americanos no Brasil, Cartilha dos Direitos Humanos, Pandemia de Gripe A, massacre no Complexo do Alemão, acidente com avião da TAM, Lei Antifumo, Fidel Castro renuncia à presidência de Cuba ; Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência; programa Minha Casa, Minha Vida, Lei Antifumo, Eleição Dilma Roussef, primeira mulher presidenta do Brasil; Política Nacional de Educação Especial; I Conferência Nacional LGBTQIA+; Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT; obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira e Indígena na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

XIII Plenário
Gestão 2010-2013
Cuidar da Profissão

Alacir Villa Valle Cruces
Ana Ferri de Barros
Carla Biancha Angelucci
Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini
Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo
Fábio de Souza Santos (afastamento em 24/02/2012)
Fernanda Bastos Lavarello
Gabriela Gramkow
Graça Maria de Carvalho Câmara
Janaína Leslão Garcia
Joari Aparecido Soares de Carvalho
José Ricardo Portela
Leandro Gabarra

Lilihan Martins da Silva
Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Luiz Eduardo Valiengo Berni
Luiz Tadeu Pessutto
Makilin Nunes Baptista (afastamento em 10/06/2011)
Maria de Fátima Nassif
Maria Orlene Daré
Mariângela Aoki
Marília Capponi
Marly Fernandes dos Santos
Patrícia Unger Raphael Bataglia
Rita de Cássia Oliveira Assunção
Roberta Freitas Lemos
Rosana Cathya Ragazzoni Mangini
Teresa Cristina Lara de Moraes
Teresa Cristina Endo (afastamento em 14/05/2012)

DIRETORIA:
Presidenta: Carla Biancha Angelucci
Vice-presidenta: Maria de Fátima Nassif
Secretário: Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Tesoureira: Gabriela Gramkow

Tendo à frente Carla Biancha Angelucci, o XIII Plenário, "Cuidar da Profissão", teve início em 2010 e terminou em 27/09/ 2013. Foi um período marcado por mais uma catástrofe ambiental (acidente nuclear de Fukushima, no Japão), a continuidade de conflitos no Oriente Médio e a morte de Osama Bin Laden, enquanto no Brasil, pela primeira vez, uma mulher subiria a rampa do Palácio do Planalto, após a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2010; realizava-se o julgamento do chamado "Mensalão"; a Rio+20 e tinham início as "Jornadas de Junho". Em 2011, a Resolução CFP n.14 dispunha sobre a inclusão do nome social na Carteira de Identidade Profissional (CIP) da/o psicóloga/o. No campo dos Direitos Humanos e sociais, destacava-se a aprovação da Portaria n. 2.836/2011, que instituiu no Sistema Único de Saúde (SUS) a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

No ano de 2012, o CRP SP implantou uma nova forma de gestão, em que as ações da entidade passaram a ter o modelo de gestão por projetos, seguindo as diretrizes do Planejamento Estratégico 2012, realizado entre setembro de 2011 a janeiro de 2012. De acordo com o Planejamento, foram definidos seis projetos integradores, que passaram a orientar as ações do Conselho visando à garantia do efetivo exercício profissional, a descentralização dos serviços, o fortalecimento das subsedes e, sobretudo, uma abordagem dos temas ligados à Psicologia, sob uma perspectiva intersetorial e cada vez mais referenciada em situações do cotidiano.

Foi dentro desse novo modelo que grande parte das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho deixaram de existir, pois as ações passaram a ser realizadas por grupos reunidos em torno de cada um dos cinco projetos integradores, sob a coordenação de uma/um conselheira/o: "Democratização e Participação", "Interfaces com a Justiça", "Mundo do Trabalho", "Medicalização, Judicialização e Patologização

da Vida" e "Proposição de Políticas Públicas". De acordo com a presidenta Carla Biancha Angelucci, tal prática era largamente adotada em outras áreas e ela poderia trazer um salto de qualidade para a atuação do Conselho, evitando, como no modelo anterior, o isolamento e a fragmentação das discussões, que mesclavam áreas temáticas da profissão com recortes populacionais, como, por exemplo, de questões como criança e adolescente, sexualidade e gênero. Faltava, internamente, uma abordagem intersetorial. Sem renunciar ao conhecimento aprofundado, produzir novos olhares e permitir uma articulação mais efetiva com as questões vividas no dia a dia profissional, sempre marcado pela complexidade de experiências e múltiplas relações entre campos de saber.

DETALHAMENTO:

- Vitória da chapa 1, Cuidar da Profissão, ao CRP SP–, com um projeto político marcado pelo compromisso com a profissão e com a justiça social.
- Em 2012, o CRP SP implanta uma nova forma de gestão. As ações da entidade passam a ter o modelo de gestão por projetos, seguindo as diretrizes do Planejamento Estratégico 2012. Até 2012, o CRP SP articulava suas ações por meio de Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho, que focam sua discussão em temas específicos, pois é dessa forma que se apresentam as demandas da categoria.
- Foram definidos cinco projetos integradores, que deveriam orientar as ações do Conselho visando à garantia do efetivo exercício profissional, a descentralização dos serviços, o fortalecimento das subsedes e, sobretudo, uma abordagem dos temas ligados à Psicologia, sob uma perspectiva intersetorial e cada vez mais referenciada em situações do cotidiano. Cinco projetos integradores e seus principais objetivos: Democratização e Participação; Interfaces com a Justiça; Mundo do Trabalho; Medicalização, Judicialização e Patologização da Vida; Proposição de Políticas Públicas.
- Ficaram mantidas as comissões regimentais: Ética, Orientação e Fiscalização, Concessão de Título de Especialista e Direitos Humanos; e outra, considerada estratégica, Sexualidade e Gênero. Grupos de Trabalho, como o de Povos Indígenas e História e Memória da Psicologia, que servem de referência de atuação para todo o país, também seguem existindo. Grande parte das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho deixam de existir. As ações passam a ser realizadas por grupos reunidos em torno de cada um dos seis projetos integradores.
- Luta antimanicomial - participação ativa nas discussões e denúncias das graves violações de Direitos Humanos em Sorocaba e região.
- Em 2010, é lançado "Uma História da Psicologia Organizacional e do Trabalho em São Paulo", nono volume da série de documentários produzidos pelo projeto "História e Memória da Psicologia em SP", do CRP SP.
- CRP SP foi parceiro, juntamente com a Defesa Civil, na organização de oficinas de apoio às/aos psicólogas/os que atuaram no atendimento às emergências e desastres no estado.

- CRP SP repudiou a ação policial contra usuárias/os de drogas na área central de São Paulo, região conhecida como Cracolândia, em janeiro de 2012. Em conjunto com o CFP, defendeu uma política intersetorial de atendimento às/aos pessoas usuárias, envolvendo segurança pública, saúde e assistência social.
- Trabalho conjunto entre CRPs e CFP para a melhoria nas condições de trabalho da categoria, aproximando-se dos sindicatos profissionais e liderando a luta pela aprovação das 30 horas semanais para as/os psicólogas/os.
- Comemoração dos 50 Anos de regulamentação da Profissão no Brasil: 50 anos da Psicologia no Brasil - Exposição Itinerante / exposições Itinerantes tratam da História da Psicologia no Brasil, devendo passar por todos os Conselhos Regionais, culminando na 2ª Mostra do Compromisso Social da Psicologia que ocorreu em São Paulo, em setembro de 2012.
- 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.
- Selo comemorativo dos 50 anos, a todos os CRPs, para utilização nos documentos. Produção de vídeo/documentário de curtas.
- Constituição do GT História e Memória da Psicologia.
- Projeto Direito à Memória e à Verdade.
- Acompanhamento e ações pela não aprovação do Projeto de Lei conhecido como Ato Médico.
- CRP SP presta homenagem às pessoas pioneiras da Psicologia em SP (2012).
- **Contexto**: Lula sanciona Lei da Ficha Limpa (2010); Dilma Rousseff é eleita presidente (2010); Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais foi criado em 2010, alocado no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo; Maria Rita Kehl venceu o Prêmio Jabuti de Literatura na categoria "Educação, Psicologia e Psicanálise", com o livro *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*; desastres em diversos estados brasileiros, no início de 2011; a Política de Atendimento de Educação Especial é instituída por meio do "Programa Inclui", no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e instala as Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão; o Movimento Nacional da População de Rua lança a cartilha "Conhecer para lutar", que tem como "objetivo fortalecer a luta em todo país, com o papel de despertar a consciência política das pessoas que vivem em situação de rua" (2010).

XIV Plenário
Gestão 2013-2016
Cuidar da Profissão

Adriana Eiko Matsumoto
Alacir Villa Valle Cruces
Ana Maria Falcão Aragão (afastamento em 12/04/2014)

Ana Paula Porto Noronha (afastamento em 30/10/2014
Aristeu Bertelli da Silva
Bruno Simões Gonçalves
Camila de Freitas Teodoro
Dario Henrique Teófilo Schezzi
Elisa Zaneratto Rosa
Gabriela Gramkow
Graça Maria de Carvalho Camara
Guilherme Luz Fenerich
Gustavo de Lima Bernardes Sales
Ilana Mountian
Janaína Leslão Garcia
Joari Aparecido Soares de Carvalho
José Agnaldo Gomes
Lívia Gonsalves Toledo
Luis Fernando de Oliveira Saraiva
Luiz Eduardo Valiengo Berni
Maria das Graças Mazarin de Araujo
Maria Ermínia Ciliberti
Marília Capponi
Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso
Moacyr Miniussi Bertolino Neto
Regiane Aparecida Piva
Sandra Elena Spósito
Sergio Augusto Garcia Junior
Silvio Yasu

DIRETORIA:
Presidenta: Elisa Zaneratto Rosa
Vice-presidenta: Adriana Eiko Matsumoto
Secretário: José Agnaldo Gomes
Tesoureiro: Guilherme Luz Fenerich

Em termos de notícias em que o Brasil teve destaque nas capas dos jornais de todo o mundo, provavelmente 2013 foi um dos anos mais marcantes até hoje. O país ganhava visibilidade internacional, visto que se preparava para receber dois dos maiores eventos esportivos internacionais, a Copa do Mundo, em 2014, e a Olimpíada, em 2016. Para muitos, porém, esse foi o ano em que o "gigante acordou", com milhares de pessoas tomando as ruas, em junho, para protestar contra, entre outras coisas, a corrupção e os gastos nos preparativos para a Copa do Mundo de Futebol. Com as manifestações de junho, a presidenta da República Dilma Rousseff viu sua alta popularidade encolher em questão de dias, mas, mesmo assim, conseguiu a reeleição em 2014.

Foi nesse cenário de grandes mobilizações que Elisa Zaneratto Rosa assumiu o XIV Plenário. Uma gestão que teve início poucos meses após as "Jornadas de Junho" e terminou dias antes da finalização do processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Era o momento em que pautas conservadoras tomavam conta do noticiário, as redes sociais se tornaram uma ferramenta poderosa de

mobilização e de disputas de narrativas, até que os discursos de ódio e de intolerância ultrapassaram os canais digitais, numa forte influência da opinião pública e nos rumos políticos do país. O enfrentamento de tais pautas se apresentavam como desafio ao CRP SP.

Disputas em torno de temas sensíveis como a retirada da palavra *gênero* dos planos de educação e o debate sobre o Estatuto da Família, por exemplo, demandam postura de enfrentamento para evitar retrocessos. Esse enfrentamento se traduziu em ações e campanhas, por exemplo, sobre o reconhecimento dos laços afetivos e das diversas formações familiares. As ações do Conselho, segundo Elisa Zaneratto Rosa, em entrevista ao Jornal Psi, longe de qualquer bandeira político-ideológica, visavam "reconhecer a importância desses temas nas condições estruturais da formação social brasileira, que deveriam ser transversais a toda Psicologia. Um posicionamento em defesa da democracia, que é indispensável para a saúde mental".

Na Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP SP, os esforços se voltaram para transversalizar o tema racial nas discussões sobre violência de Estado, em aspectos como discriminações e punições sistemáticas, controle e brutalidade sobre a população negra. Ainda durante o XIV Plenário, essa complexa realidade das questões raciais penetrou o Conselho por meio da atuação de Jonathas José Salathiel da Silva, psicólogo atuante na área de saúde pública e militante de movimentos populares. Realizador de oficinas e encontros, Jonathas foi o idealizador e criador do Caderno Temático "Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia". Em sua homenagem, foi criado pelo CRP SP, em 2018, o Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais, com a finalidade de estimular a produção de artigos da área de Psicologia, assim como criações artísticas das mais diversas linguagens a respeito da violência causada pela questão racial, dar visibilidade para produção em saúde mental e relações raciais e sobre como a raça e o racismo afetam a prática das/os psicólogas/os.

Destacam-se também o projeto "Psicologia todo dia, em todo lugar"; a criação dos núcleos temáticos e grupos de trabalho; adequações da entidade à acessibilidade plena; e o Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos, que integrou a campanha estadual de Direitos Humanos do CRP SP, em 2016, e constituiu um incentivo e reconhecimento às/aos psicólogas/os e estudantes que têm contribuído para intensificar a reflexão sobre a Psicologia e os Direitos Humanos, em especial, sobre as vivências de inúmeros sofrimentos decorrentes das ações de violência de Estado e os efeitos na subjetividade humana.

DETALHAMENTO:

- Gestão trabalhou segundo os eixos: Eixo 01 – Gestão Descentralizada e Regionalizada; Eixo 02 – Produção de Diretrizes e Referências; Eixo 03 – Reconhecimento da Psicologia pela Sociedade; Eixo 04 –Defesa das Políticas Públicas; Eixo 05 – Qualificação da Comunicação e da Transparência da Gestão.
- Acompanhamento de Projetos de Lei de forma regionalizada; o avanço da descentralização das etapas do trâmite de processos éticos, visando maior

celeridade do processo; a realização das análises do reordenamento e da ampliação das subsedes do CRP SP; além de todas as ações do Projeto "Psicologia todo dia, em todo lugar", por uma sociedade mais democrática e igualitária.

- Fomento a atividades regionais.
- Produção de referências técnicas – nas lutas sociais por igualdade e democracia.
- Defesa das Políticas Públicas.
- Campanhas de 25 anos do ECA e de Direitos Humanos.
- Resistência à violência de Estado.
- Reconhecimento da psicologia pela sociedade (houve retrocesso nos movimentos sociais).
- A Comissão de Ética do CRP SP integrou a Câmara Técnica Interdisciplinar de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp), passando a fazer parte da comissão organizadora do VIII Congresso de Bioética de Ribeirão Preto; Programa *Diversidade* n. 88 trata da Bioética (2014).
- Discussão sobre atendimento psicológico A distância.
- Preparação do 9° Congresso Nacional de Psicologia - eventos preparatórios e Pré-Congressos - temas Igualdade e Democracia no Cotidiano (2016).
- CRP SP debate os 25 anos do ECA (2016).
- Crepop realiza pesquisa sobre direitos sexuais e reprodutivos (2016).
- Debates e organização do Prêmio Marcus Vinícius de Psicologia e Direitos Humanos. O Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos foi lançado pouco tempo depois que o psicólogo e professor, figura histórica na Luta Antimanicomial e na construção de uma Psicologia comprometida com a justiça e a igualdade, foi assassinado na Bahia. Um dos idealizadores das campanhas de Direitos Humanos no Sistema Conselhos, Marcus Vinicius dá nome ao prêmio que integrou a campanha estadual, com a finalidade de estimular a produção de artigos na área da Psicologia a respeito da violação de direitos praticada pelo Estado, no passado e no presente.
- Mostra de práticas antimanicomiais (maio de 2016).
- Doze edições do Jornal Psi.
- Quatro boletins.
- Oito Notas técnicas (referencial de orientação) - papel da/o psicóloga/o no cuidado com pessoas que estejam em conflito com sua orientação sexual e/ou

sua identidade de gênero; nota a respeito da prática da acupuntura por psicólogas/os.

- Duas Cartilhas Populares: “Ouvi falar... – Tudo o que você ouviu (ou não) falar sobre drogas e construindo caminhos” – a psicologia e a sua relação com a educação.
- Dois documentários: relações étnico-raciais e de gênero.
- Enfrentamento ao racismo institucional.
- Outras Publicações: Caderno de debates – Visitas institucionais à Fundação Casa São Paulo: 35 anos de comunicação e desafios – Jornal Psi; Povos indígenas e psicologia – a procura do bem viver; Psicologia e Políticas Públicas (2016).
- Cadernos Temáticos.
- Maior Corep da história.
- **Contexto**: Mobilizações de junho de 2013; Copa do Mundo, vitória da Alemanha por 7 a 1 contra o Brasil; centenas de milhares de pessoas polarizadas nas ruas; prisões dos presidentes das maiores empreiteiras atuantes no país; risco de que se reduza a maioridade penal; mobilizações feministas, luta dos secundaristas; Olimpíadas; atribulado contexto político nacional; segundo mandato de Dilma Roussef (2015) Mensalão (2014); Impeachment de Dilma Roussef (31/08/2016); Movimento Passe Livre; Operação Lava Jato.

XV Plenário
Gestão 2016-2019
Cuidar da Profissão

Andrea Mataresi (afastamento em 31/12/2017)
Aristeu Bertelli da Silva
Beatriz Borges Brambilla
Beatriz Marques de Mattos
Bruna Lavinas Jardim Falleiros
Camila Teodoro Godinho (afastamento em 02/02/2017)
Clarice Pimentel Paulon
Ed Otsuka
Edgar Rodrigues
Evelyn Sayeg
Fábio Silvestre da Silva (afastamento em 08/04/2017)
Guilherme Rodrigues Raggi Pereira
Ivana do Carmo Souza
Ivani Francisco de Oliveira
Larissa Gomes Ornelas Pedott
Luciana Stoppa dos Santos
Magna Barboza Damasceno
Maria das Graças Mazarin de Araújo

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves
Mary Ueta
Maurício Marinho Iwai
Monalisa Muniz Nascimento
Regiane Aparecida Piva
Reginaldo Branco da Silva
Rodrigo Fernando Presotto
Rodrigo Toledo
Suely Castaldi Ortiz da Silva
Suely Castaldi Ortiz da Silva
Vinicius Cesca de Lima

DIRETORIA:
Presidenta: Luciana Stoppa dos Santos
Vice-presidenta: Larissa Gomes Ornelas Pedott
Secretária: Suely Castaldi Ortiz da Silva
Tesoureiro: Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

No ano de 2016, a presidenta da República Dilma Rousseff sofre um processo de *impeachment*, cujos trâmites duraram de 17 de abril a 31 de agosto de 2016. Em seu lugar, assume o vice-presidente Michel Temer, em cujo período de governo teriam início retrocessos, principalmente no campo trabalhista e previdenciário.

Após a destituição de Dilma, ganhou força e visibilidade a Operação Lava Jato, que levou, nos anos seguintes, à prisão do ex-presidente Lula; ocorre o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, fato que ganhou repercussão no Brasil e no mundo; deflagrada a greve nacional dos caminhoneiros é provocando o risco de desabastecimento; e, nas redes sociais, discursos de ódio e de intolerância vêm à tona. Nesse ambiente, emerge a figura de Jair Bolsonaro que, em 2018, liderando o grande movimento reacionário e conservador, chega à presidência da República.

Durante a gestão do XV Plenário, sob a presidência de Luciana Stoppa dos Santos, os Conselhos Regionais de Psicologia criaram a Câmara de Mediação no âmbito de suas respectivas Comissões de Ética. Entre as principais ações desse Plenário estão a presença do CRP SP nas mídias sociais e a construção do novo site, a qualificação dos espaços da sede e de subsedes e o lançamento do Repositório Digital Fúlvia Rosenberg, que, ao lado do Cedoc, representam o empenho do CRP SP em preservar a história e a memória da Psicologia no estado de São Paulo e suas contribuições para os debates sociais.

Fica claro que, diante dos desafios do contexto sociopolítico que vinha se constituindo ao longo da década de 2010, o CRP SP adotou posturas incisivas e objetivas em defesa de uma sociedade inclusiva e democrática, de acordo com os princípios humanitários e éticos da categoria.

DETALHAMENTO**:**

- Com o lema “Pra cuidar da profissão, nossa luta cria”, quatro princípios nortearam a atuação deste Plenário: aumento da inserção social da Psicologia;

ampliação da eficiência técnica e responsabilidade ética; participação, transparência e rigor na gestão e, por último, cidadania e diálogo com a sociedade..

- Consulta pública, cujo objetivo foi democratizar e ampliar a participação no processo de planejamento a partir das diretrizes aprovadas pela categoria nos congressos, instância máxima de deliberações da Psicologia – 250 ações demandadas pela categoria, dentro dos eixos e diretrizes aprovados pelo CNP.
- Participação no I Congresso Brasileiro de História da Psicologia, em outubro de 2017, com organização Sociedade Brasileira de História da Psicologia.
- Realização do Encontro de Bauru, nos dias 08 e 09 de dezembro de 2017, que marcou os 30 anos de Luta Antimanicomial.
- Duas grandes fiscalizações em hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas, realizadas em parceria com outras instituições do poder público, como: Defensoria Pública Estadual, Ministério Público, Procuradoria, Comissões e Conselhos de Direitos Humanos e Combate à Tortura, visando à identificação das condições de funcionamento e atendimento em instituições de longa permanência para pessoas idosas, comunidades terapêuticas, manicômios, hospitais de custódia, hospitais psiquiátricos.
- Debates, participações em atos públicos e manifestações alusivas referentes ao 18 de maio, na sede e nas subsedes, continuidade ao projeto Caravanas da Luta Antimanicomial e Direitos Humanos, realização do VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário, projeto iniciado na gestão 2013-2016.
- Adesão do CRP à campanha mundial “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”.
- Espaço de diálogo com representantes de movimentos sociais, trabalhadoras/es da rede de serviços públicos e demais representantes da sociedade civil por meio do Grupo de Trabalho Psicologia e Moradia, contribuindo para problematizar essas questões à luz da Psicologia como ciência e profissão, ancoradas nos princípios da dignidade humana.
- O XV Plenário do CRP SP demonstrou seu posicionamento contrário ao desmonte das leis de proteção e direitos no mundo do trabalho, debatendo com a sociedade e com a categoria as consequências destas políticas. Realizou o “Seminário de Precarização do Trabalho: subjetividade e resistência” e o evento “A quem interessa a reforma da previdência?”, ambos transformados posteriormente em Cadernos Temáticos, publicados nesta gestão.
- O CRP SP, pelo seu Núcleo de Emergências e Desastres, de forma descentralizada, realizou atividades em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), sobre a importância do tema “Emergência e desastres” na formação em Psicologia. Na mesma perspectiva, ocorreram atividades em diversos territórios do estado na “Semana Nacional de Prevenção em Emergências e Desastres” e a divulgação da Nota Técnica sobre a atuação da Psicologia na Gestão Integral de Riscos e Desastres.

- Foram muitos diálogos e atividades sobre o tema, destacando-se o debate sobre o Dia Mundial da Água e o debate sobre as questões de Saúde Mental das pessoas com deficiência, afetadas por emergências e desastres.
- O CRP SP realizou campanhas e diálogos sobre Políticas Públicas e o cuidado de mulheres vítimas de violência; sobre o enfrentamento político ao racismo e o recorte racial em Políticas Públicas; sobre a consequência da guerra contra as drogas em contraposição às políticas de redução de danos; sobre o preconceito direcionado à pessoa com deficiência – o capacitismo –, entre tantos temas que enfrentamos neste tempo.
- Promoção e defesa da Resolução CFP n. 01/1999, sobre orientação sexual, e Resolução CFP n. 01/2018, sobre a atuação da/do psicóloga/o no combate à transfobia; campanha em comemoração e defesa do ECA, considerando o contexto de retirada de direitos e judicialização da infância e da adolescência.
- Ciclo de debates e orientações à categoria sobre questões relativas ao sofrimento psíquico na infância e na adolescência, construindo referências para o exercício da profissão diante do fenômeno das violências autoprovocadas, como a campanha sobre suicídio "Um dia acordei sem mim" e ampliação das discussões sobre as demandas escolares, orientando as/os psicólogas/os sobre a importância da atuação intersetorial entre educação, saúde e assistência social com rodas de conversa sobre esses temas.
- Dia estadual de luta contra a medicalização da educação – o CRP SP realizou atividades simultâneas em diferentes subsedes para debater o tema e marcar a data definida pela Assembleia Legislativa de São Paulo como o dia estadual de luta contra a medicalização da educação.
- No Seminário "Cotidiano das velhices: conflitos e conquistas", O CRP SP construiu e publicizou seu posicionamento em defesa da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, enfrentando a lógica de segregação das diferenças no espaço escolar.
- Campanha Nacional do Sistema Conselhos "A Psicologia no enfrentamento ao racismo: o que eu tenho a ver com isso?", com ações no âmbito da campanha "Todo racismo é uma forma de violência".
- Enfrentamento da redução da maioridade penal e do aumento do tempo de internação. Também foram realizadas importante atividade de orientação e debate sobre Direitos Humanos com as/os psicólogas/os da Fundação Casa em todas as regiões do estado.
- Ações de orientação à categoria sobre o trabalho das/os psicólogas/os diante da noção de modelo social da deficiência, enfrentando o capacitismo e as formas de discriminação e preconceito.
- Com outros órgãos de Estado, como Conselhos Profissionais, Ministério Público, Defensoria Pública e Condep, o CRP SP se posicionou em oposição à política de álcool e outras drogas denominada "Redenção".

- Articulação com as coordenações de curso de Psicologia e com a Abep visando fortalecer as discussões sobre Direitos Humanos na formação em Psicologia, orientando, inclusive, sobre o funcionamento e a regulamentação dos Serviço-Escola.
- O CRP SP se inseriu no âmbito da educação para o trânsito e no planejamento urbano, considerando as representações sociais de inclusão, equidade, acessibilidade entre características que têm impacto nas subjetividades, construindo espaços de diálogo sobre a participação da Psicologia no campo da mobilidade humana e trânsito. A atuação nesse campo se deu na promoção de diálogos sobre a gestão do trânsito e os novos rumos da Psicologia; mobilidade urbana na perspectiva da interação humana com os territórios e serviços, como saúde, educação, cultura, assistência, trabalho, entre outros.
- Construção do Observatório de Psicologia nas Políticas Públicas, como um recurso para mapear e monitorar de forma permanente a atuação das/os psicólogas/os nas Políticas Públicas, condição primordial para a superação das desigualdades.
- Mostra de Práticas em Psicologia nas Políticas Públicas.
- A campanha "Nossa luta cria: enfrentar as desigualdades e defender a democracia, um dever ético da Psicologia" trouxe para o debate as implicações do desmonte no cotidiano das/os profissionais, levantando a necessidade de reafirmar a laicidade do Estado e das Políticas Públicas e suas implicações no exercício profissional. Outro tema na campanha foi o evento "Nossa luta cria: Fórum pela Laicidade do Estado e de enfrentamento à intolerância religiosa".
- Foram criados três Grupos de Trabalho e outros dois com base nas demandas identificadas nos processos de pesquisa do Centro de Referência Técnica de Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), sendo eles: Psicologia e Moradia, Psicologia e Envelhecimento, Psicologia Obstétrica, Identidades Trans e Práticas Integrativas Complementares (PICs).
- O GT Psicologia e Envelhecimento promoveu o seminário "Cotidianos das velhices: conflitos e conquistas".
- O GT PICs, ainda em seu estágio inicial, contou com a participação de profissionais de diversas áreas que atuam com as PICs, além da Comissão de Orientação e Fiscalização e da Comissão de Ética do CRP SP, para uma primeira aproximação e melhor identificação das demandas e possibilidades de respostas à categoria.
- O GT Psicologia Obstétrica surgiu pela demanda provocada pela Defensoria Pública sobre a institucionalização de bebês e suas mães e promoveu os eventos "A potência da Psicologia obstétrica na prática interdisciplinar" e "Exercício da maternidade e proteção social", seguido de uma audiência pública em parceria com a Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama da USP. Ambos os eventos deram origem aos Cadernos Temáticos. Também foi elaborada, em parceria com o CRP 04 (MG), uma nota técnica sobre atuação na proteção social de mulheres e seus filhos em situação de vulnerabilidade.

- O GT Identidades Trans, considerando a Resolução n. 01/2018, que dispõe sobre o atendimento de pessoas trans e os desdobramentos oriundos da realização da pesquisa produzida pelo Crepop sobre direitos sexuais e reprodutivos, realizou a reformulação de uma nota técnica publicada em 2013, sobre orientação às/aos psicólogas/os sobre o processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans, que apontava importantes diretrizes para atuação profissional.
- Materiais de comunicação que orientam a atuação da/do psicóloga/o, como o material elaborado em parceria com pessoas usuárias dos serviços, pessoas trabalhadoras e movimentos sociais que tratam dos casos de violência policial e do enfrentamento ao genocídio da juventude negra e de desmilitarização das polícias.
- Realização do VII Encontro Estadual de Psicologia e Educação, com o qual o CRP SP buscou ampliar debates, construindo estratégias de orientação e aproximação da categoria na interface com a Justiça, com ênfase em questões referentes ao porte de arma e segurança pública, sistema prisional e alienação parental.
- Conjunto de ações que incidem sobre o processo de qualificação do exercício profissional das/os psicólogas/os: a produção de Cadernos Temáticos números 22 a 29, a produção de debates e elaboração da Nota de Orientação sobre Processo Transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans e a atuação profissional de psicólogas/os, Nota Técnica sobre a Atuação da/o psicóloga/o com as pessoas com deficiência, em uma perspectiva de enfrentamento à patologização e na perspectiva da deficiência como categoria social; a Cartilha Dialogar, com a proposta de apresentar à categoria e à sociedade as possibilidades de enfrentamento à lógica judicializante por meio da mediação nos processos éticos; livro Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais; A Psicologia e os Povos da Terra: o que a Psicologia tem a ver com isso? que trata da relação da Psicologia com os povos da terra; publicação do material "Parâmetros éticos na avaliação psicológica pericial de motoristas", com o objetivo de oferecer orientações à/ao psicóloga/o que atua como pessoa avaliadora e perita nos processos de avaliação no trânsito; publicação do livro resultado da Campanha Estadual de Direitos Humanos do CRP SP, intitulado *Prêmio Marcus Vinicius de Psicologia e Direitos Humanos*; elaboração e publicação da cartilha "Direitos Humanos de pessoas afetadas por emergências e desastres"; publicação do livro *Psicologia e Moradia: múltiplos olhares sobre a questão habitacional*; produção de três vídeos, "O que é participação social", "A história das psicólogas nos espaços de participação social" e o terceiro sobre o CRP e a tradição de ocupar os espaços de participação e controle social.
- O Crepop auxiliou pesquisas nacionais sobre atuação das/os psicólogas/os em políticas de direitos sexuais e reprodutivos e na Rede de Atenção Psicossocial, nas quais colaborou coletando dados por meio de entrevistas e grupos focais em todo o estado de São Paulo; consultas públicas sobre as referências técnicas para atuação em Atenção Básica, Atenção Hospitalar e DST-Aids. Revisão e atualização das referências já publicadas anteriormente, entre elas:

esporte, medidas socioeducativas de meio aberto, vara de família, sistema prisional, segurança pública, mobilidade urbana, educação básica e educação inclusiva, relações raciais, além de ter lançado a consulta sobre segurança pública.

- O Observatório de Psicologia nas Políticas Públicas buscou mapear, caracterizar e subsidiar a atuação das psicólogas nos diferentes campos das Políticas Públicas. Para isso, criou-se uma plataforma interativa, com a presença de mecanismos de pesquisas permanentes, possibilitando a identificação da atuação profissional segundo cinco eixos principais, como a Pesquisa de Direitos Sexuais e Reprodutivos, contando ainda com documentos oficiais publicados pelo Sistema Conselhos e marcos legais sobre políticas setoriais. Pretende-se também constituir um fórum de troca de experiências entre as profissionais, mediado pelo CRP SP. Durante o primeiro semestre de 2019, foram realizadas 11 entrevistas qualitativas com grupos focais nas nove subsedes de São Paulo.
- Participação no GT que trabalha na revisão de resoluções e procedimentos referentes à política de Orientação e Fiscalização e na revisão da Resolução de inscrição de pessoas jurídicas, já aprovada na Apaf de maio/2019, bem como da regulamentação da prestação de serviços psicológicos por meio de tecnologia de informação e comunicação (Resolução CFP 11/2018).
- Diálogo com instituições, como o Detran, participando de cursos ministrados às/aos psicólogas/os credenciados (parceria Detran/ Conselho Federal).
- Concurso para reposição de vagas na sede e para ampliação de quadro em subsedes, devido ao acréscimo nas demandas.
- Práticas relacionadas às normativas da mediação e outros meios de solução consensual de conflitos nos processos disciplinares éticos no Sistema Conselhos de Psicologia (Resolução CFP n. 07/2016 e Resolução CRP SP n. 01/2016), aprovadas na Gestão 2013-2016.
- Em 04/08/2018, lançou a “Dialogar: campanha para a Mediação de Conflitos”, com vídeo e a cartilha disponíveis *online*.
- Participação na reunião com conselheiras/os e psicólogas/os técnicas/os das Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização dos 23 Conselhos Regionais, ocorridas no CFP, em julho de 2017 e de 2018.
- Em 2019, foram realizadas Oficinas de Mediação na sede e nas subsedes do CRP SP, com objetivo de trazer a importância da mudança de paradigma de uma lógica judicializante para a lógica da responsabilização na abordagem dos conflitos e trâmite de processos. Presença no Fórum Nacional de Mediação (Foname), no V Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão e outros espaços, divulgando a campanha.
- Elaboração de pareceres e reuniões de COE passou a ocorrer também nas demais subsedes.

- Realização de 76 “Oficinas de Documentos Escritos” produzidos pela/o psicóloga/o em todas as unidades do estado.
- Reuniões periódicas com coordenadores do curso de Psicologia, Responsáveis Técnicas/os de Serviço-Escola e professoras/es de ética profissional das IE e realização 50 oficinas.
- Comissão de Ética representou o CRP SP no diálogo com alunas/os, sobre questões éticas em geral, com a produção de um material de referência, com participação de conselheiras/os e equipe técnica do COE, que foi enviado às/aos colaboradoras/es para ser utilizado nas reuniões.
- CRP SP participou do Grupo de Trabalho conduzido pelo CFP que sistematizou contribuições e produziu uma Minuta à Apaf com a proposta de atualização da Resolução CFP n. 07/2003, revogada e substituída pela Resolução CFP n. 06/2019, que orienta de forma mais precisa a escrita de documentos psicológicos, além de instituir normativa para a produção de documentos multiprofissionais.
- Em maio de 2019, foi lançado o Código de Ética – Edição Especial Comemorativa dos 20 anos da publicação da Resolução CFP n. 01/1999, que estabelece normas de atuação para as/os psicólogas/os em relação à questão da orientação sexual.
- COE solicitou a tradução em braile do Código de Ética Profissional, da Cartilha Dialogar-Campanha pela Mediação de Conflitos e do material da Oficina de Documentos Escritos e sua distribuição para todas/os psicólogas/os com deficiência visual inscritas/os no CRP SP, entidades com atendimento psicológico a pessoas com deficiência visual, subsedes, CFP, Fórum Nacional de Mediação e CNJ. Também foram disponibilizados alguns exemplares ao Cedoc do CRP SP, para acesso da categoria.
- Em junho de 2019, foi publicado o Novo Código de Processamento Disciplinar (CPD – Resolução CFP n. 011/2019), que entrou em vigor em 26/07/2019, revogando o antigo CPD, Resolução CFP n. 06/2007.
- Atenção ao Portal da Transparência para que estivesse permanentemente atualizado e alimentado com as informações da gestão, como licitações, contratos, relatórios financeiros e contábeis, relatórios de auditorias, gestão de pessoas, legislação, atas de reuniões plenárias ordinárias e de julgamento.
- Reposição e ampliação do quadro técnico, com a realização do concurso público para admissão de 13 psicólogas/os analistas técnicas/os, com distribuição tanto para a sede do CRP SP quanto para as subsedes e para o departamento de Recursos Humanos.
- Medidas de acessibilidade para o atendimento das/os profissionais psicólogas/os no estado de São Paulo; combate ao capacitismo nos espaços do Conselho, nos órgãos e departamentos, nas subsedes e nas equipes de trabalho na perspectiva de que se trata de um preconceito estrutural que precisa ser enfrentado de forma institucional, tal como o racismo e o machismo.

- Formação em Libras para funcionárias/os do CRP SP e garantia de contratação de intérpretes de Libras para as atividades do Conselho, além de publicações acessíveis.
- Oficinas: “Modelo Social de Deficiência”, sobre inclusão e acessibilidade, necessidade de luta contra o capacitismo; esforços de legendas, quadro de Libras e outras iniciativas em grande parte dos materiais de orientação e impressão de alguns materiais em braile.
- Finalização e implantação do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) das pessoas servidoras do CRP SP. O novo PCCS foi implantado em 01/08/2018, contando com a adesão de praticamente todas/os trabalhadoras/es do CRP SP.
- A Comissão de Saúde do Trabalhador, composta por pessoas trabalhadoras eleitas representantes, funcionárias/os do setor de gestão de pessoas, membras/os do sindicato e conselheiras/os, recuperou a sua estrutura funcional durante a gestão do XV Plenário.
- Reforma do Espaço Psi, espaço de atividades na sede do CRP SP na cidade de São Paulo, com as seguintes adequações: reforma da cobertura, pintura, reforma da copa e construção de sala de amamentação para funcionárias.
- Lançamento do aplicativo do CRP SP para facilitar o acesso aos conteúdos relacionados à profissão.
- Maior descentralização das atividades do CRP SP traduzida na qualificação de espaços de atendimento e acolhida das subsedes. Em Sorocaba, a unidade passou por reformas que incluíram a adaptação do imóvel para garantir acessibilidade. Em Mogi das Cruzes, foi inaugurada a Subsede Alto Tietê, o que atendeu a uma demanda de pelo menos três décadas da categoria e definição do Corep, vindo ao encontro às necessidades e aos anseios das profissionais que atuam nos 11 municípios abrangidos pela nova unidade. A Regional de Campinas logo se instalará em nova subsede, em imóvel adquirido e em fase de adequação, com instalações mais amplas e totalmente acessível, capaz de atender ao grande contingente de psicólogas que a compõe.
- Inspeções a hospitais psiquiátricos e a comunidades terapêuticas, com a Defensoria Pública, Ministério Público, Procuradoria, Comissões e Conselhos de Direitos Humanos e combate à tortura. Realização de campanhas para as Conferências de Assistência Social, ressaltando a importância da garantia de sua realização como espaço de participação e controle social.
- Atividades e debates envolvendo pessoas trabalhadoras de várias áreas (saúde, educação, sistema de justiça e assistência social) sobre temas, como: as implicações da Lei do Depoimento Especial e Escuta Social (Lei n. 13.440/2017); a importância do campo da Psicologia Obstétrica na prática interdisciplinar e a atuação das psicólogas em maternidades, apontando os desafios e potencialidades dessas práticas.

- Evento preparatório para a Mostra Sudeste de Práticas de Psicologia no Suas e articulação de rodas de conversa com trabalhadoras/es desse sistema nos territórios em conjunto com o Fórum Estadual de Trabalhadores do Suas, para debater os impactos do seu retrocesso e os impactos da PEC 241; ações em todo o estado para o combate ao preconceito da pessoa usuária desse sistema, como a "Mostra de lutas e lutas à mostra".
- Seminário para o lançamento de uma publicação sobre a Resolução n. 01/1999 – "Tentativas de Aniquilamento das subjetividades LGBTIs". A publicação resulta de um trabalho da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP em que foram recolhidos depoimentos de pessoas que passaram por situações envolvendo a tentativa de reversão da orientação sexual e de identidade de gênero, apontando as violências sofridas nesses processos.
- Com as subsedes, realização de atividades sobre a questão das pessoas idosas e o envelhecimento; promoção de atividades sobre o Dia Internacional dos Direitos Humanos nos três anos da gestão.
- Debates sobre Deficiência e Direitos Humanos e que serão utilizados como subsídio para a produção de um caderno temático, trazendo referências técnicas para a atuação da categoria.
- Participação na Rede de Proteção contra o Genocídio, tendo realizado seminário em conjunto com a rede. O CRP SP foi representado tanto nas reuniões do Condepe como em algumas de suas comissões. Participação em reuniões para a implantação do Mecanismo Estadual de Proteção contra a Tortura, em parceira com diversos movimentos de defesa dos Direitos Humanos e da criação do Observatório de Direitos Humanos da Alesp.
- Publicação de edições do Jornal Psi, atualização constante do site e uma forte presença nas mídias sociais para difundir posicionamentos. O resultado dessa política são as mais de 140 mil pessoas seguidoras no Facebook, chegando a mais de 23 mil no Instagram, e mais de 8.500 pessoas inscritas no Youtube e mais de 3 mil no Twitter.
- Resgate das memórias da constituição da Psicologia enquanto ciência e profissão, produzindo o documentário "Identidade, Metamorfose e Emancipação: Ciampa, construção de uma teoria", que objetivou apresentar a vida e obra de um dos pioneiros da Psicologia, professor e pesquisador no campo da Psicologia social.
- Materiais para divulgação para trabalhadoras/es do Conselho, colaboradoras/es e para a categoria sobre a Mediação como ferramenta de resolução de conflitos nos processos disciplinares.
- Produção de conteúdo para o projeto permanente "Linha do Tempo", presente no site do CRP SP.
- Atividades informativas nos espaços das Paradas do Orgulho LGBT e demais eventos com os movimentos sociais no estado, a fim de enfrentar a lógica patologizante e normativa.

- Posicionamento do CRP SP sobre temáticas envolvendo a interface da Psicologia com o sistema de Justiça, como porte de arma, segurança pública e maioridade penal, a partir da produção de material ilustrativo, notas e matérias no Jornal Psi.
- Ciclo de Debates "Experiências clínicas e de resgates de memórias", reconhecendo a importância da valorização da memória e da historicidade das experiências humanas na atuação da Psicologia.
- Ações, eventos e debates referentes à Campanha Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes em várias regiões do estado, enfatizando a importância da educação em direitos sexuais e reprodutivos.
- Debates sobre o exercício da maternidade e sobre as formas de violência contra mulher.
- Lançamento do Repositório Digital Fúlvia Rosemberg, uma plataforma digital que reúne o conteúdo digitalizado presente no Centro de Documentação do CRP SP (Cedoc), buscando a difusão e a democratização das informações produzidas pelo CRP SP desde sua inauguração. A eleição da psicóloga femenageada pelo Repositório foi feita por votação pública com a categoria.
- Elaboração e na aprovação dos protocolos de dispensação de metilfenidato, contribuindo com o enfrentamento às práticas patologizantes e medicalizantes; articulação e participação na Audiência Pública sobre a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio e dos debates sobre a reorganização escolar e ocupações estudantis.
- Participação do 12º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (Abep), apresentando à categoria as contribuições do Grupo de Trabalho História e Memória do CRP SP e, em parceria com a Abep, atuação nas discussões das etapas regionais e encontro sudeste sobre a revisão das diretrizes curriculares.
- Organização do 3º Encontro de Serviços-Escola dos cursos de Psicologia, com o objetivo de fomentar a discussão sobre formação e aproximação com a (Abep).
- Fórum Psicologia e Constituição de Campos de Atuação: contribuição Paulista, com a realização de quatro encontros em diferentes regiões do estado, promovendo um espaço de diálogo e discussão sobre a constituição da Psicologia nos campos da educação, trabalho, relações étnico-raciais e movimento estudantil.
- **Contexto**: ocupação estudantil nas escolas; Psicoterapia mediada por tecnologias; Jogos olímpicos no Rio de Janeiro; Emenda Constitucional para Teto de Gastos Públicos; Processo de impeachment contra Dilma Rousseff, Michel Temer assume a presidência do país. "Sem história não se faz percurso: poder saber das transformações da psicologia no Brasil em relação aos processos sociais nos faz caminhar no campo da ética e das práticas de

cuidado. O que diagnosticamos, nos falta no atual momento político do Brasil: não compreender os processos históricos nos faz, invariavelmente, repetir posicionamentos já fracassados e estratégias estéreis: é a partir da memória que vêm nossas capacidades transformativas". (Editorial Jornal Psi, n. 189/2016).

XVI Plenário
Gestão 2019-2022
Diversa

Ana Paula Hachich de Souza
Annie Louise Saboya Prado
Beatriz Borges Brambilla
Clarissa Moreira Pereira
Edgar Rodrigues
Eduardo de Menezes Pedroso
Emanoela Priscila Toledo Arruda
Ione Aparecida Xavier
Ivani Francisco de Oliveira
Jéssica Tomaz da Costa Silva (renúncia em 27/02/2021)
Julia Pereira Bueno
Jumara Silvia Van De Velde
Lauren Mariana Mennocchi
Lilian Suzuki
Luana Alves Sampaio Cruz Bottini
Luciane de Almeida Jabur
Maria da Glória Calado
Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves
Mariana Leite Hernandez (renúncia em 15/02/2020)
Mônica Cintrão França Ribeiro
Mônica Marques dos Santos
Murilo Centrone Ferreira
Raizel Rechtman
Rita de Cássia Oliveira Assunção
Rodrigo Toledo
Sarah Faria Abrão Teixeira
Sulamita Jesus de Assunção
Talita Fabiano de Carvalho
Tatiane Rosa da Silva

DIRETORIA:
Presidenta: Tatiane Rosa da Silva
Vice-presidenta: Raizel Rechtman
Secretária: Rita de Cássia Oliveira Assunção
Tesoureira: Mônica Marques dos Santos

O maior fato ocorrido no período correspondente ao XVI Plenário (Gestão 2019-2022) foi a pandemia da covid-19, provocada pelo vírus Sars-CoV-2. Outros

importantes acontecimentos desse período foram as grandes manifestações que ocorreram nos Estados Unidos, em razão do assassinato de George Floyd, contra o qual o CRP SP se engajou na Marcha Virtual pela Vida, em 2020; a invasão ao Capitólio, prédio sede do Poder Legislativo Federal dos EUA (2021); e o início da guerra da Ucrânia contra a Rússia (2022). No Egito, ocorre a 27ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 27), em 2022, buscando soluções para a crise climática e o aquecimento global. No Brasil, instala-se o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) e tem início um período de grande retrocesso nas questões sociais e de grande polarização política.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decreta emergência na saúde internacional devido à pandemia de covid-19, que duraria até 2022). O Brasil foi um dos países mais afetados, atingindo a marca de 700 mil mortos no período. Essa calamidade impactou especialmente populações historicamente vulnerabilizadas no Brasil, como povos tradicionais e quilombolas, povos indígenas, população em situação de rua, PCDs, população LGBTQIA+, pessoas negras, mulheres que sofrem violência, pessoas encarceradas, cujos direitos sofreram graves violações no período.

Mesmo com o início da vacinação em 2021, o isolamento social em razão da pandemia provoca impactos sobre a saúde mental das/os brasileiras/os, deixando sequelas físicas e emocionais, transtornos mentais e déficits cognitivos. Em 26/03/2020, em resposta às dúvidas e demandas da categoria, o CFP publicou a Resolução n. 04/2020 para orientar psicólogas/os sobre a atuação *online* diante do cenário de pandemia do coronavírus. Ao todo, foram mais de 20 normativas publicadas, com informações e direcionamentos para o enfrentamento da crise.

Na época, mesmo com as atividades presenciais suspensas, o Conselho manteve iniciativas como *lives*, reuniões *online* sobre a formação durante o período de distanciamento social, mobilização pela permanência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e “Mostra de práticas de Psicologia na pandemia”. Em junho de 2020, o Conselho realizou uma pesquisa para avaliar a qualidade do exercício profissional durante a pandemia, monitorar as estratégias desenvolvidas e detectar possíveis dificuldades encontradas para a atuação de psicólogas/os naquele contexto.

Durante a gestão, a Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas do CRP SP apresentou a segunda edição do “Manual da Psicologia e Direitos Humanos”, um compilado de normativas para orientar psicólogas/os no exercício profissional pautado pelo compromisso social e ético da Psicologia. Em 2019, um grande retrocesso recai sobre a sociedade em geral, e a categoria de psicólogas/os, em particular. Nesse ano, era sancionada, pelo governo federal, a chamada *Política Antidrogas*, que facilitava a internação compulsória e centralizava o tratamento de dependentes químicos em comunidades terapêuticas. O CRP SP posicionou-se firmemente contrário a tais entidades e contra toda e qualquer instituição que se funda em imposição religiosa, em privação de liberdade e/ou em qualquer violação de direitos mascarada como pretenso tratamento de saúde mental, reafirmando o envolvimento indissociável da Psicologia na Luta Antimanicomial.

Nessa mesma linha, a realização do X Corep (eventos para o X Congresso Nacional de Psicologia), discutiu a fragilização das instituições e as ameaças de retrocessos no campo dos direitos sociais. No VI Congresso Brasileiro de Psicologia, num cenário de desmonte de Políticas Públicas e ameaças à democracia, a categoria debateu sobre os desafios que incidem sobre o fazer psicológico e trata de matérias como diversidade e garantia de direitos, temática racial e LGBTQIA+, luto, redução de danos, educação, Direitos Humanos para o período 2022-2025.

Por fim, destacam-se diversas ações desenvolvidas pelo CRP SP no período, todas elas alinhadas com os princípios e pautas do Conselho. São elas: Campanha Prevenção ao Suicídio; Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres; Canal Estação Psicologia; Série Caminhos da Psicologia no Brasil: 60 anos de profissão.

DETALHAMENTO:

- Eleita a chapa Diversa, com o mote “Diversa: em defesa da Psicologia e Direitos Humanos – A Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos”.
- Pautas: saúde mental com cuidado em liberdade e a luta por um SUS antimanicomial; por uma prática profissional implicada na Psicologia antirracista, anticapacitista, antilgbtfóbica, antimachista e antietarista, que luta contra a violência de Estado e pela defesa intransigente das Políticas Públicas e dos Direitos Humanos.
- Eixos: Eixo 1 – Organização democrática e representativa do Sistema Conselhos, Eixo 2 – O diálogo da Psicologia com a sociedade brasileira e suas relações com a democracia e Direitos Humanos, Eixo 3 – Do exercício profissional.
- Diante das imposições resultantes do período mais agudo da pandemia, o CRP SP se organizou estrategicamente em cinco eixos de ação: 1) Atendimento e gestão administrativa; 2) Orientação à categoria; 3) Diálogo com a sociedade; 4) Gestão da pandemia na perspectiva das emergências e desastres; 5) Gestão com autoridades e movimentos sociais.
- Teletrabalho como forma de proteção das/os trabalhadoras/es e das/os psicólogas/os, que perdurou por 20 meses seguidos.
- Ações de orientação e fiscalização tiveram de ser executadas por meio do investimento em tecnologias de informação e comunicação, de modo a ampliar as possibilidades de participação, aproximação e resposta à categoria.
- Campanha “CRP SP Responde”, que serviu como canal de escuta das demandas da categoria.
- Seção especial no site da autarquia durante a pandemia: o “CRP Apoia”, na qual estiveram organizadas todas as cartas abertas lançadas pelo Conselho.
- Site especial “O Coronavírus e a Psicologia”, lançado no início da pandemia, para informar e orientar as/os psicólogas/os, atualizado diariamente.
- Campanha #COVIDNaReal, por meio de conteúdos com linguagem acessível; foram 35 artigos sobre os efeitos psicossociais da pandemia na vida das/os brasileiras/os, hospedada no site especial “O coronavírus e a Psicologia” – <coronavirus.crpsp.org.br>. O site tratou das implicações da covid-19 na Psicologia enquanto ciência, profissão e atuação ética; compilou resoluções, decretos e orientações à categoria, bem como difundiu diálogos com entidades

e a sociedade civil por meio de cartas abertas e da campanha #COVIDNaReal. A campanha atingiu aproximadamente 1 milhão de visualizações orgânicas.

- Maior aproximação com a imprensa nacional, fornecendo entrevistas para veículos e canais de comunicação por meio da seção “CRP SP na Mídia”,
- Rodas de conversa *online* (Diálogos *Online*); os territórios organizaram-se em 189 rodas de conversa, reunindo mais de 7 mil participantes.
- CFP orienta profissionais sobre atendimento *online* durante a pandemia.
- Criação do FAQ (perguntas e respostas frequentes) nos canais do Conselho, no qual profissionais passaram a esclarecer dúvidas sobre diversos tópicos (2021).
- Estreia do podcast oficial do CRP SP, o “Estação Psicologia”, que inicia com uma série de seis episódios intitulada “Cuidado em liberdade”.
- Lançamento de página oficial do CRP SP na rede social LinkedIn e crescimento dos canais do Youtube e do Instagram; reativação do Twitter.
- Campanhas como “Quem cuida da saúde mental de quem cuida”, voltada à saúde mental das/os profissionais, “Proteção de Dados na Psicologia”, com a série do CRP SP “Debates sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) 8” e “Psicologia hoje e amanhã, do luto à luta”, marcam o mês da Psicologia (2021).
- Lançamento do “Boletim CRP SP”, com envio mensal de notícias *online*, e do calendário de informativos, com planejamento integrado dos e-mails marketing da sede e das subsedes.
- Durante a pandemia, todas as atividades do CRP SP seguiram plano de biossegurança para garantia das medidas sanitárias necessárias contra a covid-19 e proteção da vida das/os trabalhadoras/es.
- Compromisso social da Psicologia na resistência ao Estado de exceção e nas redes de relações políticas, econômicas, sociais e culturais.
- Impactos subjetivos em tempos de intolerância no Brasil.
- Campanha Nacional de Direitos Humanos #DiscursoDeÓdioNão, do Sistema Conselhos de Psicologia, passou por todos os Conselhos Regionais de Psicologia do país. A campanha contou com uma instalação artística que denunciava as várias formas de violências no país, por meio de frases de ódio retiradas das mídias sociais e estampadas em camisetas brancas manchadas de vermelho, simulando sangue, fazendo referência aos povos tradicionais, à população em situação de rua, à população negra, à população LGBTQIA+, às pessoas usuárias de drogas, às mulheres, às pessoas usuárias de serviços de saúde mental, às crianças e aos adolescentes em situação de vulnerabilidade e às pessoas privadas de liberdade.
- Ministério da Saúde publicou Nota Técnica n. 11/2019, que propôs mudanças na política nacional de saúde mental e nas diretrizes da política nacional. Especialistas e profissionais da área demonstram insatisfação, pois, em linhas gerais, as mudanças propostas abrem portas para o antigo modelo da psiquiatria e para desmantelar a reforma psiquiátrica. A Política Antidrogas sancionada pelo governo federal, em 2019, facilitou a internação compulsória e centralizou o tratamento em comunidades terapêuticas. O CRP SP se posicionou contrário às comunidades terapêuticas e a toda e qualquer instituição que se funda em imposição religiosa, em privação de liberdade e/ou em qualquer violação de direitos mascarada como pretenso tratamento de saúde mental, reafirmando o envolvimento indissociável da Psicologia na Luta Antimanicomial.

- A Resolução n. 08/2020 do CFP indica normas para o exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero.
- O CRP SP se posicionou com manifesto contra a ampliação da posse e do porte de armas de fogo no Brasil em resposta ao decreto assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.
- Responsabilidade com relação à garantia de direitos no nosso país e à defesa da autonomia da profissão.
- O CRP SP conduziu as etapas do XI Congresso Nacional de Psicologia (CNP) "Fragilização das instituições e ameaças de retrocessos no campo dos direitos sociais", realizando os eventos preparatórios tanto para o CNP quanto para o Corep, ambos marcados para 2022. Ao todo, foram articulados 58 eventos preparatórios, contando com a elaboração de 481 propostas (2021).
- O XI Corep SP aconteceu entre os dias 08 e 10 de abril, em formato híbrido e c ontou com 89 profissionais e 9 estudantes de Psicologia.
- Resolução CFP n. 17/2022 institucionalizou o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) como ferramenta permanente de gestão e orientação no Sistema Conselhos de Psicologia. O principal objetivo do Crepop é sistematizar e difundir o conhecimento sobre a interface entre Psicologia e Políticas Públicas.
- O CFP publica a Resolução n. 18, de 11/08/2022, estabelecendo a criação do Sistema de Avaliação de Práticas Psicológicas Aluízio Lopes de Brito, com a finalidade é analisar as práticas psicológicas no contexto do exercício profissional, verificando se elas têm relação com a ciência e a ética psicológicas.
- Pesquisa respondida por quase cinco mil psicólogas/os resultou no Relatório "Práticas Psicológicas na Pandemia de covid-19" e inspirou a criação da I e II Mostra Virtual de Práticas da Psicologia, além de muitas outras ações de orientação, como o lançamento do "Manual da Psicologia e Direitos Humanos".
- Publicações sobre o vínculo indissociável entre Psicologia e Direitos Humanos, tema debatido em diversas *lives*, entre elas, o especial "Psicologia em tempos de pandemia".
- Inúmeras atividades para evidenciar a importância do Mês do Orgulho LGBTQIA+, da Luta Antimanicomial e de outras datas do calendário de defesa dos Direitos Humanos.
- Mobilização do CRP SP, em conjunto com diversas entidades, pela aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb.
- Implantado o BR Conselhos (BRC), sistema de atendimento e serviços institucionais que integra as áreas cadastral, financeira, de processos e de fiscalização, unificando o banco de dados da sede e subsedes. Esses dados dizem respeito ao histórico completo de cada uma das mais de 191 mil inscrições ativas e não-ativas no CRP SP (2021).
- Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP), ao longo de 2021, desenvolveu diversas ações estaduais, que foram guiadas por cinco eixos: 1) Violência estrutural; 2) Cuidado em liberdade; 3) Rede de proteção; 4) Saúde; 5) Compromisso social com a Psicologia. Desde o início do ano, o calendário de Direitos Humanos foi marcado com a publicação de 51 artigos nos canais de comunicação do Conselho.
- Elaborados documentos orientativos voltados ao exercício profissional, como: "Documento em resposta às demandas das/os psicólogas/os da Fundação

Casa", "Documento de Orientação CRP 06: a atuação profissional das psicólogas, psicólogues e psicólogos no atendimento à população bissexual" e os posicionamentos "Manifesto por vidas despatologizadas. Direito às diferenças, combate às desigualdades" e "Manifesto sobre o uso da linguagem neutra do CRP SP".

- A Luta Antimanicomial foi discutida e defendida na perspectiva de que a saúde mental se faz com o povo e na defesa do SUS, com cuidado e em liberdade. As ações foram debatidas nos territórios e nos episódios do podcast "Estação Psicologia", que derivou no volume 40 do Caderno Temático: "Cuidado em liberdade".
- Livro *História e memória da Psicologia*, Série Pioneiras da Psicologia: Lígia Assumpção Amaral (2022).
- A Comissão de Comunicação consolidou o "Manual de Linguagem do CRP SP" e a versão para consulta rápida "Guia do Manual de Linguagem do CRP SP" (2022).
- A Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas do CRP SP apresenta a segunda edição do "Manual da Psicologia e Direitos Humanos". O material traz um compilado de normativas para orientar psicólogas e psicólogos no exercício profissional pautado pelo compromisso social e ético da Psicologia.
- Publicação do livro *Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs* pelo CFP.
- II Prêmio Jonathas Salathiel, fruto de uma parceria entre o CRP SP, a Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os, Pesquisadoras/es (ANPSINEP) e do Sindicato das/os Psicólogas/os do Estado de São Paulo (SinPsi), resultou no livro do II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais, lançado em março de 2021.
- As lives "CRP SP Debate" inauguraram um novo formato de comunicação, com discussões semanais transmitidas ao vivo pelos canais do Conselho, como "Ações de Mulheres Negras pelo Bem Viver" e "O papel da Psicologia na gestão integral de riscos, emergências e desastres", além do ciclo de encontros internos "Formação em Direitos Humanos para Psicólogas/os Analistas Técnicas/os" (2022).
- Encontro Estadual de Re (Conhecimentos) foi um importante momento de acolhimento, que promoveu trocas e alinhamentos entre as/os colaboradoras/es focando em temas como álcool e outras drogas; saúde; assistência social; criança e adolescente; diversidade sexual e de gênero (LGBTQIA+); educação; idoso; justiça; mulheres; psicoterapia, avaliação psicológica e práticas integrativas complementares; relações raciais, comunidades e povos tradicionais (2021).
- Marcha Virtual pela Vida: CRP se engaja, depois do assassinato de George Floyd, nos EUA.
- Dez Anos do Cedoc.
- Quinze anos do Crepop, criado em 2006 - compromisso social da Psicologia e participação da categoria nas Políticas Públicas (2021).
- Quarenta anos do Jornal Psi–, que nasceu, em janeiro de 1981, durante o processo de redemocratização do país, uma publicação impressa intitulada Jornal do CRP 06, que, a partir de 1999, tornou-se o *Jornal Psi*. Desde o primeiro exemplar, o editorial do jornal abordou temas pertinentes aos interesses das/dos psicólogas/os, refletindo o momento histórico da sociedade.

- Relançada a série “CRP SP Orienta”, promovida pela Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). Cinco novos folders foram elaborados e incluídos na coleção, com aportes da então Comissão de Análise para a Concessão do Título Profissional de Especialista (Cate): “Uso de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas”; “Psicoterapias”; “Psicologia do trânsito: mobilidade humana e avaliação psicológica”; “Neuropsicologia” e “Atendimento clínico para crianças e adolescentes com pais separados”, enquanto o folder “Avaliação Psicológica” foi totalmente reeditado. A série completa foi divulgada semanalmente, de janeiro a junho de 2021, nos canais da autarquia.
- A Comissão de Psicoterapia e Avaliação Psicológica (Cpap) criou materiais de orientação, complementando a série de folders “CRP SP Orienta”, voltados à Psicoterapia, Avaliação Psicológica, Neuropsicologia e Trânsito, também apareceram com centralidade nas rodas de conversa *online* realizadas em dezembro de 2021. Além disso, foram temas de episódio especial do podcast “Estação Psicologia” e de artigos publicados no Jornal Psi.
- Vinte campanhas com o intuito de informar a categoria e discutir temas pertinentes às/aos profissionais e a toda sociedade, entre elas: campanha de 30 anos do ECA (“ECA+30, a Gente Luta, a Gente Brinca”); a de prevenção ao suicídio; a campanha “Saúde mental é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos”; “Saúde Mental da população negra importa”; “A Psicologia antirracista é para todo mundo e se faz conscientizando”. Com identidade visual própria, o CRP SP aderiu às campanhas de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres “16 dias”, em 2020, e “21 dias”, em 2021, realizando rodas de conversas nos territórios, lançando um caderno de orientação às/os psicólogas/os, conteúdos didáticos para mídias sociais, *live* e um conjunto de retratos e depoimentos de mulheres cujas vidas estiveram atravessadas pela violência de gênero.
- Realizadas pelo GT Mulheres da Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP) as oficinas “No Lugar Dela” ocorreram nas 11 subsedes, promovendo rodas de conversa e dinâmicas de sensibilização sobre violência doméstica e de gênero com as/os trabalhadoras/es e colaboradoras/es. As oficinas fizeram parte da campanha “21 ias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, sob o mote “Não vamos sucumbir!”, e foram divulgadas nos canais do Conselho (2021).
- Contratação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em agosto de 2021, que elaborou a proposta do novo Plano de Cargos, Empregos e Salários (Pecs), aprovada e publicada como Resolução CRP SP n. 03/2022, com o desenho de uma nova estrutura organizacional, além da elaboração do Programa de Demissão Voluntária (PDV) e a elaboração de nova Avaliação de Desempenho e do Processo Administrativo Disciplinar (PAD).
- Série especial do podcast Estação Psicologia: “Caminhos da Psicologia no Brasil: 60 anos de profissão”. Composta por seis capítulos, cada episódio voltou-se à recuperação e às reflexões sobre determinada década dessa trajetória, sendo eles: “Episódio 01 – Regulamentação da Psicologia: percursos e desafios”; “Episódio 02 – Psicologia e processo de democratização: a defesa da construção e a participação nas Políticas Públicas”; “Episódio 03 – Psicologia, movimentos sociais e a luta por direitos”; “Episódio 04 – Psicologia e o compromisso com a e: construções éticas, políticas e sociais”; “Episódio 05 – Psicologia, Transversalidade e Coletividades” e “Episódio 06 – O que esperar para os próximos 60 anos?” (2022).

- Aprovado Regimento Interno do CRP SP pela Resolução CFP n. 05/2023, para adequação à legislação.
- Publicada nova edição do Código de Ética Profissional da/o psicóloga/o, pela Comissão de Orientação e Ética (COE), em comemoração dos 16 anos da Resolução CFP n. 10/2005. A nova versão traz reflexões sobre os desafios da Psicologia no enfrentamento da pandemia e para o atendimento remoto e *online* (2021).
- A COE também ampliou e qualificou significativamente o número de mediadoras/es independentes de sua Câmara de Mediação (CAMCOE) e analisou editais de concursos de interesse da Psicologia, disponibilizando-os no site para acompanhamento da categoria (2021).
- Encontro de Justiça Restaurativa, Direitos Humanos e Compromisso Social da Psicologia, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (2021).
- COF participou da série de lives sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), voltada às/aos profissionais da Psicologia, e do quadro de orientações "Psicologia no dia a dia", que integrou o podcast Estação Psicologia (2021).
- Sessenta anos de regulamentação da profissão de psicóloga/o - sessões solenes nas Câmaras Municipais e por outros eventos localizados nos territórios; cerimônias solenes na Alesp e na Câmara Municipal de São Paulo, ambas localizadas na capital e, ainda, o seminário temático na sede do CRP SP, com transmissão ao vivo pelas mídias sociais (2022).
- Realização da série de "Projeções urbanas" em prédios públicos, com a Campanha da Luta Antimanicomial do CRP SP. A mobilização #PorUmSUSAntimanicomial percorreu 11 cidades do litoral e do interior do estado de São Paulo. A ação projetou frases nas fachadas e laterais de prédios com mensagens em defesa do cuidado em liberdade e contra os manicômios (2022).
- Seminário Estadual 60 anos de Psicologia – "Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos", realizado presencialmente na sede do CRP SP (2022).
- Encontro nas sete cidades da Subsede Grande ABC "Psicologia ABC 60 anos – Interfaces entre ciência e profissão" e o "Seminário Estadual 60 anos de Psicologia – Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos" (2022).
- Comissão de História e Memória (CHM) realizou a escuta de fontes da Psicologia, dos movimentos sociais e de outras instâncias constitutivas da profissão coletando depoimentos, memórias e saberes. Somados à extensa pesquisa documental, resultaram na série de podcast "Caminhos da Psicologia no Brasil: 60 anos de profissão, composta por seis episódios que promovem reflexões sobre a história e a atualidade da Psicologia (2022).
- Projeto Pioneiras da Psicologia, da Comissão de História e Memória, voltou-se à pesquisa documental e bibliográfica sobre a obra e vida da psicóloga Lígia Assumpção Amaral, referência nas discussões sobre a Psicologia e as pessoas com deficiências (2022).
- Para fomentar as Referências Técnicas mais recentes produzidas pelo Crepop, veiculou-se série de vídeos apresentando as muitas atuações da Psicologia nas Políticas Públicas (2022).

- Produção de 33 artigos e entrevistas para os canais do Conselho em datas como o Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva (14 de abril); Dia da/o Indígena/o (19 de abril); Dia Mundial da Saúde Materna (4 de maio); Dia Nacional da Luta contra o Racismo (13 de maio) e Dia Internacional de Luta contra a LGTQIA+fobia (17 de maio), entre outros (2022).
- Lançado o Caderno Temático vol. 40, "Cuidado em Liberdade", compilando as entrevistas e os depoimentos que fizeram parte da série de podcast de mesmo nome e sob mesma temática, veiculada no Estação Psicologia no ano anterior (2022).
- Guia Prático sobre Acessibilidade para Profissionais de Psicologia, elaborado por membras/os do GT dos Núcleos Temáticos das Pessoas com Deficiências de todo o estado. Em agosto, a Nota técnica e orientativa "A atuação profissional de psicólogas/os no atendimento a pessoas intersexo" foi publicada, sendo o primeiro documento de posicionamento de uma categoria profissional sobre o tema no mundo (2022).
- Discussões sobre o assédio contra psicólogas também ganharam pauta, com grupos de discussão sobre a questão, nota de posicionamento em conjunto ao Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, participação na imprensa, realização de evento de troca e escuta com as/os profissionais e publicação de artigo na última edição do Jornal Psi realizada sob esta gestão (2022).
- Reinício do processo de impressão e circulação das versões físicas das publicações do CRP SP; em maio de 2022, foram entregues mais de 7 mil publicações, entre Referências Técnicas do Crepop, edição especial do Jornal Psi sobre a Psicologia Antirracista e o Manual da Psicologia e Direitos Humanos (2022).
- No dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, através de sua Comissão de Riscos, Emergências e Desastres, o CRP SP manifestou o papel da Psicologia no estabelecimento de diálogos e articulação de Políticas Públicas perante a demanda ambiental e socioeconômica (2022).
- Criação de uma Biblioteca Virtual do CRP SP (2022).
- Campanha "Psicologia no dia a dia", com vídeos disponibilizados nas mídias sociais e demais canais oficiais do CRP SP, com orientações curtas sobre dúvidas frequentes (2022).
- Caderno Temático, vol. 39, "Segurança Pública e violência policial: quais corpos são alvos?" (2022).
- A campanha "Cuidado em Liberdade" estimulada pelo CFP veiculou vídeos, cuja transcrição de cinco episódios integraram o Caderno Temático 40, do CRP SP (2022).
- "CRP Acolhe": reuniões virtuais de acolhimento e orientação às/aos novas/os inscritas/os, através de uma plataforma de serviços/atendimento *online*. para dar suporte às/aos novas/os inscritas/os, alternativa *online* às cerimônias de entregas das Carteiras de Identidade Profissional (CIP) (2022).
- Acessibilidade na comunicação esteve entre as prioridades, como os vídeos, que passaram a conter legendas, locução, audiodescrição e/ou *hashtag* #PraTodosVerem, além da aplicação de Libras.
- **Contexto**: 30 anos do ECA; pandemia de covid-19 de 2020 a 2022; emergência de saúde internacional decretada pela OMS em março de 2020; a pandemia de covid-19 impactou as populações comumente vulnerabilizadas no país e afetou a saúde mental dos brasileiros; início da vacinação contra covid-19 em 2021; invasão do Capitólio nos EUA (2021); acirramento político no Brasil; guerra na

Europa entre Ucrânia e Rússia (2022); OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais; aumento da intolerância e do ódio – Dimensão subjetiva do ódio; assassinato de George Floyd nos EUA; governo Jair Bolsonaro, marcado por atritos com o Judiciário, por ameaças à democracia e pela pandemia de covid-19.

XVII Plenário
Gestão 2022-2025
Vamos em Frente, Psicologia Resiste! – Frente em Defesa da Psicologia

Ana Tereza da Silva Marques
Annie Louise Saboya Prado (renúncia a pedido)
Camila Andrade de Oliveira
Camila Prandini Prandini (vacância)
Carlos Eduardo Mendes
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (renúncia a pedido)
Davi Rodriguez Ruivo Fernandes
Dreyf de Assis Gonçalves
Eduardo de Menezes Pedroso
Fabiana Macena Luiz (renúncia a pedido)
Gabriela Alvim de Oliveira Freitas
Giseli de Fátima Assoni
Ione Aparecida Xavier
Ivani Teixeira Mendes (renúncia a pedido)
Janaina Darli Duarte Simão
Leonardo Maggi Gambatto
Lilian Suzuki (renúncia a pedido)
Luciane de Almeida Jabur (vacância)
Magna Barboza Damasceno
Maria da Glória Calado
Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo
Marta Eliane de Lima
Mayara Aparecida Bonora Freire
Mônica Cintrão França Ribeiro
Murilo Centrone Ferreira (renúncia a pedido)
Sonia Maria Motinho da Silva (renúncia a pedido)
Talita Fabiano de Carvalho
Tayná Alencar Berti de Souza (renúncia a pedido)
Valeria Campinas Braunstein (renúncia a pedido)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira

DIRETORIA:
Presidenta: Talita Fabiano de Carvalho
Vice-presidenta: Ana Tereza da Silva Marques
Tesoureiro: Eduardo de Menezes Pedroso
Secretária: Marta Eliane de Lima

Em razão da grande mobilização da sociedade civil brasileira no enfrentamento aos retrocessos ocorridos durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), se tornou

possível, por pequena margem, a vitória de Luís Inácio Lula da Silva para o exercício de seu terceiro mandato frente à presidência da República. Foi essa mobilização e a ação imediata das instâncias democráticas que garantiram não só a posse, como também o enfrentamento dos distúrbios de 08 de janeiro de 2023, o retorno do Brasil à normalidade democrática, à busca pela justiça social e pela defesa dos Direitos Humanos, e a reinserção do país na ordem internacional.

Resquícios da pandemia de covid-19, antigos e novos conflitos, avanço da extrema-direita pelo mundo, aumento do aquecimento global em várias partes do planeta e avanço da inteligência artificial (IA) são a face mais visível desse momento em que teve início o XVII Plenário (Frente em Defesa da Psicologia), comandada por Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781). Era um momento de mobilização para evitar o desmonte do SUS, em 2018, e pelo posicionamento contrário à Política Antidrogas, sancionada em 2019, assim como para eliminar qualquer violação de direitos.

Para subsidiar essa ação, durante a gestão Frente em Defesa da Psicologia, o CRP SP se propôs a construir o Manual da Psicologia e Direitos Humanos, como resposta ao índice de quase 75% das/os profissionais que não detectavam violações de direitos em seu exercício profissional.

Entre as ações que marcam o XVII Plenário, em consonância com os seus propósitos, estão a criação do Manual de Linguagem; a criação da Ouvidoria; o atendimento das pessoas intersexo e assexuais; o “Encontro Formativo Racismo e seus danos, branquitude e seus privilégios”; além da continuidade da Luta Antimanicomial.

Nas palavras da presidenta, devemos observar, nos dias de hoje, a relevância dos quase 20 anos de consolidação do Código de Ética da Psicologia, uma garantia para a construção do exercício profissional ético, pautado nos Direitos Humanos, enquanto ciência e profissão que emancipa pessoas, os quais servem de parâmetro para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação publicadas em 2023.

São 50 anos do CRP SP. Muito se construiu e avançou, outras tantas lutas estão por vir em busca de uma Psicologia cada vez mais antirracista, antimachista, anticapacitista e antiLGBTfóbica.

DETALHAMENTO:

- Em 23 de setembro, o XVII Plenário, eleito por votação da categoria, tomou posse em cerimônia na sede do CRP SP, transmitida pelos canais do Conselho (2022).
- Entrega de importantes instrumentos de gestão pautados em um novo modelo de conformidade, governança e qualidade, que implicaram a revisão, avaliação e construção de novos processos de trabalho em toda a autarquia.
- Revisões nos processos de gestão e acompanhamento de contratos, no acordo coletivo de trabalho, no reajuste das anuidades e também no impacto nos gastos fixos.

- Aprovação do novo Plano de Empregos, Carreiras e Salários (Pecs) (Resolução CRP SP n. 03/2022).
- Reformulação do Regimento Interno do CRP SP (Resolução CFP n. 16/2001).
- Plano de Demissão Voluntária – PDV.
- Participação da categoria das etapas regionais do 11º Congresso Nacional de Psicologia.
- Congresso Regional de Psicologia (Corep-SP), com 89 profissionais e 09 estudantes de Psicologia (2022).
- Comemoração de 60 Anos de regulamentação da profissão de psicóloga/o (2022) – sessões solenes nas Câmaras Municipais e em outros eventos localizados nos territórios; realizadas as cerimônias solenes na Alesp e na Câmara Municipal de São Paulo, ambas localizadas na capital e, ainda, o seminário temático realizado na sede do CRP SP, com transmissão ao vivo pelas mídias sociais.
- Publicação do Manual e do Guia de Linguagem do CRP SP, anticapacitista, antirracista e não misógina (2022).
- Comissão de Ética também participou do Encontro Nacional de COE e COF, promovido pelo CFP (2022).
- Produção de vídeo e divulgação nas mídias sociais sobre produção de documentos escritos e emitidos pelas/os profissionais da Psicologia (2022).
- Formação à equipe técnica e mediadoras/es sobre justiça restaurativa (2022).
- Acompanhamento dos editais de concursos e processos seletivos com vagas voltadas à categoria no estado de São Paulo (2022).
- Participação na organização do 6º Congresso Brasileiro de Psicologia (CBP).
- 6º Congresso Brasileiro de Psicologia – num contexto de desmonte de Políticas Públicas e ameaças à democracia, a categoria debateu sobre os desafios que incidem sobre o fazer psicológico, e tratou de matérias como diversidade e garantia de direitos, temática racial e LGBTQIA+, luto, redução de danos, educação, Direitos Humanos.
- Quase 135 mil psicólogas/os ativas/os em 2023, além de, aproximadamente, 10 mil empresas inscritas como pessoas jurídicas.
- Início da estruturação do novo modelo de gestão estabelecido pelo Pecs, que previu a criação de empregos estruturais organizados da seguinte forma: Assessoria Especial; Ouvidoria; Gerências, Coordenadorias; outras assessorias.
- CRP SP manteve uma sede na capital e 11 subsedes: Alto Tietê, Assis, Baixada Santista e Vale do Ribeira, Bauru, Campinas, Grande ABC, Metropolitana, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba e Litoral Norte.
- Publicação de notas de orientação sobre diversos temas nos canais de comunicação institucional.

- Reuniões virtuais de acolhimento e orientação às/aos novas/os inscritas/os, denominada CRP Acolhe.
- Campanha de orientação “Psicologia no dia a dia”, introduzida no ano de 2021, como um quadro no podcast “Estação Psicologia”, 17 vídeos com orientações curtas sobre dúvidas frequentes recebidas foram disponibilizados nas mídias sociais e demais canais oficiais do CRP SP.
- Podcast “Estação Psicologia”.
- Organizadas pelo GT Mulheres da Comissão de Direitos Humanos e Política Pública (CDHPP) – renomeada para Comissão de Direitos Humanos (CDH) –, as oficinas “No Lugar Dela” ocorreram nas 11 subsedes, promovendo rodas de conversa e dinâmicas de sensibilização sobre violência doméstica e de gênero com as pessoas trabalhadoras e colaboradoras. As oficinas fizeram parte da campanha “21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, sob o mote “Não vamos sucumbir!”, e foram divulgadas nos canais do Conselho.
- *Live* realizada no mês de dezembro para comemorar, no dia 10, o Dia Internacional dos Direitos Humanos, apresentando as temáticas do sistema prisional.
- A Resolução CFP n. 17/2022 institucionaliza o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) como ferramenta permanente de gestão e orientação no Sistema Conselhos de Psicologia. O Crepop tem como principal objetivo sistematizar e difundir o conhecimento sobre a interface entre Psicologia e Políticas Públicas.
- Lançamento do documentário “Psicologia e a luta de pessoas com deficiência: de Lígia Assumpção Amaral aos debates contemporâneos”, volume 14 da série “Pioneiras da Psicologia”.
- Seminário Estadual 60 anos de Psicologia – Psicologia é para todo mundo e se faz com Direitos Humanos, realizado presencialmente na sede do CRP SP (2022).
- Psicologia e antirracismo – CRP disponibiliza normas e publicações – CFP institui o Prêmio Profissional Virginia Bicudo (2022).
- Edição 201 do Jornal Psi foi temática sobre os debates em torno dos 60 anos de regulamentação da profissão, com matéria especial sobre as/os pioneiras/os da Psicologia, entre elas/es, a femenageada Mathilde Neder, psicóloga integrante do I Plenário do CFP e a primeira a receber, simbolicamente, a nova Carteira de Identidade Profissional (CIP), disponibilizada à categoria a partir de 2023.
- Articulados 13 pré-congressos (pré-Coreps) (2022).
- 11º Congresso Regional da Psicologia de São Paulo (Corep SP), por sua vez, aconteceu entre os dias 08 e 10 de abril, em formato híbrido (2022).
- Trechos do Seminário Estadual “Segurança Pública e violência policial: quais corpos são alvos?” foram recuperados e veiculados nas mídias sociais.
- O livro do II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais foi lançado em março.
- Segunda edição do Manual da Psicologia e Direitos Humanos, com atualização de resoluções, normativas e outras bibliografias.

- Guia Prático sobre Acessibilidade para Profissionais de Psicologia, elaborado por membras/os do GT dos Núcleos Temáticos das Pessoas com Deficiências de todo o estado. Em agosto, foi publicizada a Nota Técnica e Orientativa “A atuação profissional de psicólogas/os no atendimento a pessoas intersexo”.
- Criação de uma Biblioteca Virtual do CRP SP.
- A campanha “Psicologia no dia a dia” veiculou 19 vídeos.
- A série de folders “CRP SP Orienta” foi revisada e relançada, apresentando à categoria e à sociedade informações atualizadas sobre a prática e a ética profissional da Psicologia e as normativas vigentes. Cinco novos folders foram elaborados e incluídos na coleção, com aportes da então Comissão de Análise para a Concessão do Título Profissional de Especialista (Cate), sendo eles: “Uso de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas”; “Psicoterapias”; “Psicologia do trânsito: mobilidade humana e avaliação psicológica”; “Neuropsicologia” e “Atendimento clínico para crianças e adolescentes com pais separados”, enquanto o folder “Avaliação Psicológica” foi totalmente reeditado. Os 24 folders foram divulgados semanalmente, de janeiro a junho, nos canais da autarquia.
- O Crepop apresentou uma série de dez vídeos em formato de *reels*/*shorts*.
- Crepop atuou também na distribuição dessas Referências Técnicas impressas às instituições de ensino superior e entidades da Psicologia e na publicação dos Anais da I e II Mostra Virtual de Práticas da Psicologia, realizadas em anos anteriores.
- Boletim CRP SP foi enviado mensalmente aos e-mails das/os psicólogas/os, empresas e instituições inscritas/os no CRP SP.
- O Jornal Psi circulou em três edições: n. 199, com capa dedicada à Psicologia Antirracista; n. 200, estampando a defesa do cuidado em liberdade no contexto das projeções #PorUmSUSAntimanicomial e n. 201, voltado aos 60 anos da Psicologia, da regulamentação ao compromisso social da profissão.
- A Comissão de Comunicação consolidou o Manual de Linguagem do CRP SP – versão para consulta rápida, o Guia do Manual de Linguagem do CRP SP.
- Foram organizados 44 eventos territoriais pelas subsedes.
- CRP SP Debate (lives) “Ações de mulheres negras pelo bem viver” e “O papel da Psicologia na gestão integral de riscos, emergências e desastres”, além do ciclo de encontros internos “Formação em Direitos Humanos para Psicólogas/os Analistas Técnicas/os”.
- O processo de integração do banco de dados da sede e subsedes, disponibilizados dentro do sistema BRC, foi concluído. Esses dados dizem respeito ao histórico completo de cada uma das mais de 191 mil inscrições ativas e não ativas no CRP SP.
- Expedida Norma Técnica para atendimento às pessoas intersexo.
- Dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra a população LGBTQIA+ entregue ao CFP pelo Observatório.
- Responsabilidade da Psicologia na garantia de direitos das pessoas em privação de liberdade e seus familiares, no enfrentamento aos abusos, negligências e violações aos Direitos Humanos e na permanente contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e emancipatória. (2023)
- Conselhos de Psicologia do Sudeste (MG, ES, SP e RJ) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizaram o I Seminário Regional Psicologia e Violência de Estado.

- I Seminário Regional de Psicologia e Violência de Estado.
- Resolução CFP sobre sigla LGBTQIA+.
- O CFP lançou a Referência Técnica para atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicologues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+.
- Assinatura de portaria que estabelece, na esfera do CFP, o uso da sigla LGBTQIA+ para se referir às "pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras".
- Comissão de Riscos, Emergências e Desastres: no dia 05 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, através de sua Comissão de Riscos, Emergências e Desastres, o CRP SP manifestou o papel da Psicologia no estabelecimento de diálogos e articulação de Políticas Públicas perante a demanda ambiental e socioeconômica. De acordo com a publicação no Facebook, no dia 05/06/2024:

  > A contribuição da Psicologia é compreender como a pessoa avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como está sendo impactado e influenciado por esse mesmo ambiente.
- Comemorações dos 50 anos do CRP – edição especial do Jornal Psi e Edição Histórica Comemorativa.
- O CRP SP lançou mais uma publicação da série CRP SP Orienta: "Atendimento domiciliar e em contextos diversos".
- Marco Temporal: CFP se posicionou alertando para os possíveis impactos psicológicos, sociais, e ambientais decorridos da adoção do marco para demarcação de terras indígenas (2023).
- Seminário Tecendo Conexões: Interfaces entre Psicologia, Serviço Social, Sistema de Justiça e Sociedade Civil na Execução Penal.
- Colaboradora da Subsede Grande ABC, Suzana Contieri (CRP 06/61787) participa de matéria do SBT News sobre a importância da Psicologia do Esporte.
- Profissionais da Psicologia analisam como a objetificação dos corpos dificulta a autoaceitação e provoca sofrimento psicológico – conselheiro do CRP SP e coordenador da Subsede Grande ABC, psicólogo Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838), concedeu entrevista ao podcast Jabuticaba sem Caroço, do portal Sputinik Brasil.
- Oficinas CensoPsi – Representantes dos Conselhos Regionais do Sudeste (CRP SP, CRP MG, CRP ES e CRP RJ) participaram de oficinas imersivas sobre o Censo da Psicologia 2022.
- O CRP SP, em parceria com Cress SP, promoveu o seminário "Tecendo conexões: interfaces entre Psicologia, Serviço Social, Sistema de Justiça e Sociedade Civil na execução penal".
- Realizada a 2357ª Plenária Ordinária do CRP SP, na cidade de São José do Rio Preto, a segunda subsede a receber o encontro da gestão eleita e faz parte de um projeto de interiorização.
- Subsede São José do Rio Preto promove debate sobre os Desafios na Implementação da Lei n. 13.935/2019 e questões emergentes para a Psicologia.
- Realizada a 2364ª Plenária Ordinária do CRP SP na Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, na cidade de Taubaté, em sequência ao projeto de interiorização da autarquia – nessa Plenária, iniciou-se o projeto dos 50 Anos do CRP SP: a aprovação do selo em comemoração aos 50 anos do CRP SP, junto com o detalhamento dos planos e das iniciativas que estão sendo costuradas pela equipe de Comunicação junto com a Comissão Especial de História e Memória (CHM) para celebrar o meio século da autarquia.

- Primeiro Jornal Psi do ano, com foco institucional, faz parte das ações para celebrar os 50 anos do CRP SP – proposta da edição n. 204 é detalhar como funcionam os processos de gestão e administrativos, para facilitar o entendimento acerca das funções e das realizações da autarquia.
- Ampliação do diálogo com o Departamento Estadual de Trânsito de SP (Detran), e juntamente com o Sindicato das Psicólogas de São Paulo (SinPsi), esteve em reunião com a diretoria de habilitação do órgão.
- Encontro Regional de diretorias dos Conselhos Regionais do Sudeste, na Subsede Metropolitana.
- O CRP SP apresenta posição contrária à aprovação, no Senado, da PEC n. 45/2023, proposta de Emenda Constitucional que criminaliza o porte de "entorpecentes e similares" em qualquer quantidade.
- O CRP SP abre edital para mediadoras e mediadores independentes para a Câmara de Mediação da Comissão de Ética (CAM COE).
- Eventos preparatórios do 12º CNP – ações de mobilização com o objetivo de formular propostas a serem enviadas para as próximas etapas do Congresso.
- Representantes do CRP SP tomam posse no Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo: Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890), conselheira secretária do CRP SP; Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445), conselheira presidenta da Comissão de Ética (COE) do CRP SP, além da psicóloga Rosana Cathya Ragazzoni Mangini (CRP 06/31837).
- Subcomissão de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (Pics), Maconha e Psicodélicos realiza reunião aberta à categoria.
- Série de encontros, conferências e projeções de filmes sobre os desdobramentos do conflito Israel-Palestina: "Sumud e a terra das palavras" – encontros e reflexões sobre o conflito Israel–Palestina na escuta e cuidado clínicos. Realização do CRP SP, em parceria com o CRP MG, o coletivo Desorientalismos e o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL) da Universidade de São Paulo (USP).
- Abertura de inscrições para o IX Prêmio Arthur Bispo do Rosário.
- XVII Plenário implementa, a partir de 05 de agosto, a jornada de 30 horas para todas as pessoas trabalhadoras do CRP SP, por meio da Portaria CRP n. 99/2024.
- Etapa Sudeste da III Mostra Nacional de Práticas em Psicologia no Suas, organizada pelo CRP SP, em São Paulo, em 26 e 27 de julho, no campus Memorial da Uninove, na Barra Funda – parceria entre a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social do CFP (Conpas) e os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).
- 16º Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (Conpe), com o tema "Profissionais da Educação: por uma Psicologia em defesa dos Direitos Humanos", realizado pela Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee) e pela Universidade Paulista (Unip), com apoio do CRP SP e outras entidades.
- Encontro de Diretorias do Sistema Conselhos de Psicologia, com representantes dos 24 CRPs, em Brasília (DF). O CRP SP se fez presente nas pessoas de Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), conselheira presidente, Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890), conselheira secretária, e Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428), conselheiro tesoureiro.
- Terceira etapa de orientação continuada sobre as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Psicologia: "Diálogos que constroem:

compromisso social e ético da Psicologia" – realização da gestão do XVII Plenário do CRP SP, em parceria com a Abep.

- Comemorações dos 50 anos do CRP SP– informações detalhadas no anexo deste relatório.
- Participação do CRP SP no encontro sobre orientação e fiscalização com Conselhos Regionais de Psicologia do Sudeste, com vistas à qualidade do exercício profissional e a troca de experiências e saberes.
- Participação do CRP SP na 8ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais, realizada em Brasília.
- Encerraram-se as ações de mobilização para o 12º Congresso Regional. de Psicologia (Corepsi). Até agosto, foram 95 eventos — 77 encontros presenciais, 17 rodas de conversa *online* e uma *live*, que contaram com a participação de mais de duas mil psicólogas/os de todo o estado de São Paulo.
- Terceira edição do ano do Fórum de Gestores do CRP SP. O evento ocorreu no auditório Arrigo Leonardo Angelini, na Subsede Metropolitana, com a participação de conselheiras/as do XVII Plenário, das Comissões Gestoras das 11 subsedes e de pessoas trabalhadoras que integram a atual equipe de gestão.
- Seminário sobre atuação de psicólogas/os na educação básica.
- Participação de conselheiros do CRP SP na Semana da Diversidade em Belo Horizonte, organizada pelo CRP MG.
- Realização de oficinas pré-Giros Descoloniais: "Psicologia, mulheres e violências: o que a/o psicóloga/o precisa saber?", com foco na violência de gênero.
- Participação no 3º Seminário Estadual de Psicologia na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres.
- 6º Simpósio de Saúde e Bem-Estar para Profissionais de Saúde, organizado pelo Grupo Técnico Interprofissional (GTI) da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP), contou com a presença de representantes do CRP SP.
- Fórum dos Conselhos de Atividade-Fim da Saúde de São Paulo (FCAFS), entidade que reúne 13 conselhos de fiscalização profissional na área da saúde, promoveu a Caravana da Saúde. O CRP SP tomou parte orientando e divulgando o abaixo-assinado contra o ensino 100% EaD na área de saúde.
- Promoção pelo Crepop do CRP SP de seminário estadual sobre as referências técnicas para a atuação de psicólogas/os na educação básica.
- **Contexto**: 2022, mais de 690 mil vidas ceifadas pela covid-19; 75 anos da declaração dos Direitos Humanos pela ONU (2023); chip cerebral (2024); avanço da inteligência artificial e dos riscos de manipulação de subjetividades (2023); investimentos governamentais para Políticas Públicas para população LGBTQIA+; enchentes no Rio Grande do Sul (2023-2024); eleição de Luís Inácio Lula da Silva para presidente (2022); realização da COP 27, no Egito (nov. 2022); guerra Israel/Hamas (out. de 2023); marcas da pandemia e mudanças no contexto social, econômico, político e institucional; enlutamento em massa no Brasil após dois anos de pandemia – sequelas físicas e emocionais, transtornos mentais e déficits cognitivos – qual o papel da Psicologia nesse contexto brasileiro?; tentativa de golpe antidemocrático em 08/01/2023, uma semana após a posse de Lula na presidência (2023), com ataque às sedes do Três Poderes; 20 anos da Resolução CFP n. 018/2002 (enfrentamento ao racismo); retomada da vida presencial e dos encontros pessoais após a pandemia de covid-19; avanço tardio da vacinação no Brasil;

saúde mental da população afetada pelas crises econômica e social; efeitos das mudanças climáticas provocam enchentes catastróficas no Rio Grande do Sul e incêndio em grande parte do território nacional.

-

2.3 Subsedes do CRP SP – De delegacias a subsedes: interiorização e participação

Esta seção pretende apresentar as subsedes do Conselho Regional de São Paulo, de sua criação aos dias atuais, passando pelos principais acontecimentos e realizações.

A Lei n. 5.766/1971 estabeleceu a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia como autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público e com autonomias administrativa e financeira, destinadas a orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício profissional da Psicologia em cada estado brasileiro, zelando pela ética e pela disciplina da profissão.

Visando à descentralização da sede na capital paulista. foram criadas as primeiras Delegacias do CRP 06, em 1979, para melhor alcançar as/os profissionais de cada uma das regionais. Essas delegacias foram instaladas nas cidades de Assis, Bauru, Campinas, Ribeirão Preto, Lorena, Cuiabá e Campo Grande.

Estudos, discussões e trocas de experiências sobre as características de cada uma das regiões antecederam as propostas de criação de novas delegacias, a nomeação de representantes ou a ampliação do número de delegadas/os adjuntas/os. Sua organização em torno de grupos já existentes se revelou a melhor forma de atuação, fornecendo o respaldo de uma entidade como o CRP 06 às ações mobilizadoras. A linha de conduta era a de não duplicar os trabalhos, mas, sim, tentar um esforço de integração.

Em termos gerais, nos primeiros anos, as delegacias buscaram formas de ação para a divulgação da profissão e a mobilização de psicólogas/os na luta por melhores condições de trabalho e para se colocar a serviço da comunidade, promovendo a discussão de temas como o mercado de trabalho, o relacionamento da classe com as autarquias, institutos e universidades, os problemas de elitização de atendimento em saúde mental e alternativas de acesso a esse atendimento por parte de maior parcela da população. Essas condições fizeram com que a ação do CRP 06 se espalhasse por todo o estado de São Paulo, além de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, à época ainda pertencentes a ele.

As sucessivas gestões do CR P pautaram sua política em busca de uma abordagem mais dialógica e próxima da categoria, indo além das funções de disciplinar e fiscalizar. Dessa forma, concretizaram avanços e promoveram diversas mudanças até alcançar sua atual configuração.

Durante a gestão Palavra Aberta (1983-1985), a política que pautou seus três anos em relação às Delegacias Regionais teve como carro-chefe a Comissão de Delegacias, que foi responsável pelo processo de interiorização, iniciado na gestão anterior, e contribuiu, sob muitos aspectos, para dinamizar a relação do Conselho com a categoria.

O Jornal do CRP 06, n. 45 (jul./1986), apontava que, do ponto de vista administrativo, a interiorização possibilitava um atendimento mais próximo para a/o

profissional que morava distante da sede, da mesma forma que contribuía para que essa/esse profissional pudesse participar das discussões ligadas à profissão e às políticas mais gerais, isto é, as discussões ligadas à categoria.

Outro lado importante era a questão da representação, pois seria possível, efetivamente, ter-se esses representantes dentro do Conselho, ao trazerem uma visão mais concreta dos problemas de sua região.

Outro trabalho específico da gestão Palavra Aberta foi integrar as delegacias com todo o trabalho desenvolvido na sede, com a participação das/os delegadas/os nas Plenárias mensais, nas quais se tomavam as decisões mais importantes e quando a/o delegada/o passava a ter poder deliberativo, mesmo não sendo conselheira/o.

Escolher uma/um delegada/o era um fato bastante importante no cotidiano do Conselho, na medida em que ele tinha de observar uma identidade política com a chapa que compõe a entidade e, ao mesmo tempo, representar a região. Esse processo de regulação (representante da entidade e da região) foi fundamental para que a presença do Conselho se fizesse sentir desde seu dia a dia, em que as/os psicólogas/os vinham em busca de informações sobre, por exemplo, o campo profissional, até questões mais decisivas, como defesa dos interesses da categoria.

De acordo com José Roberto Tozoni Reis, no Jornal do CRP 06, n. 80, (dez. 1992/jan. 1993), "o critério inicialmente utilizado para definir a instalação das delegacias foi a existência de curso de Psicologia na região, com a finalidade de aproximar o Conselho das entidades formadoras; foram os casos de Assis, Campinas, Lorena, Bauru e Ribeirão Preto".

A Resolução do CRP 06 n. 01, 06/02/1993, altera a designação de delegacias para subsedes, estabelecendo as normas para sua instalação e definindo suas funções. As subsedes deixam de ser administradas por uma/um delegada/o e passam a ser dirigidas por uma Comissão Gestora, composta por um número variável de profissionais (três a cinco), de acordo com as especificidades de cada região. A Comissão tinha como prioridade a gestão política da subsede, ficando sua/seu coordenadora/coordenador responsável pelos aspectos administrativos. Visando à prática mais democrática e participativa, as recém-criadas subsedes se tornaram locais de encontro e articulação das/os profissionais, com base nos quais puderam desenvolver projetos de interesse da categoria e intervir no espaço social em defesa da cidadania. A descentralização das ações garantia maior autonomia às subsedes e valorizava projetos voltados para os contextos específicos de cada território.

A Resolução CFP n. 04/1996, de 30/05/1996, criou o Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região, desmembrando Mato Grosso e Mato Grosso do Sul do CRP 06, devido à necessidade de adaptar o conjunto da autarquia à extensão territorial do país e oferecer uma resposta eficaz aos problemas do exercício profissional, aproximando a representação da entidade aos locais de atuação da

categoria. Ao mesmo tempo, atendia à decisão de caminhar para a estadualização dos Conselhos Regionais, tomada pelo I Congresso Nacional da Psicologia.

Com o desmembramento, atualmente, o CRP SP é integrado pela Subsede Metropolitana na cidade de São Paulo e dez subsedes espalhadas pelo estado, que atendem e orientam profissionais da Psicologia, articulam eventos, debates, seminários, entre outras ações. Atualmente, o CRP SP é o maior Conselho Regional do Sistema Conselhos de Psicologia e se organiza nas subsedes: Alto Tietê (Mogi das Cruzes), Assis (Assis), Baixada Santista e Vale do Ribeira (Santos), Bauru (Bauru), Campinas (Campinas), Grande ABC (Santo André), Metropolitana (São Paulo), Ribeirão Preto (Ribeirão Preto), São José do Rio Preto (São José do Rio Preto), Sorocaba (Sorocaba), Vale do Paraíba e Litoral Norte (Taubaté) e uma sede administrativa na cidade de São Paulo.

Essas subsedes mantêm equipes técnicas próprias, que fazem atendimento administrativo, orientam profissionais, fiscalizam e acolhem outras demandas das localidades. Também contam com Núcleos Temáticos, que tratam de assuntos do interesse da sociedade e da categoria, abertos à participação de profissionais de Psicologia, e que podem estar integrados às comissões estaduais do CRP SP.

2.3.1 SUBSEDE ALTO TIETÊ: Aproximar a categoria do CRP SP

No início dos anos 1990, o grande número de psicólogas/os residentes na região do Alto Tietê exigiu a criação de uma delegacia nessa localidade. Essa solicitação foi atendida em 1991, com sua instalação na cidade de Guarulhos. No entanto, as/os profissionais que atuavam nas demais cidades da região continuavam a se reportar à sede, na capital. Grande parte da categoria se mobilizou para que a sede da delegacia fosse transferida para a cidade de Mogi das Cruzes, por sua localização privilegiada e por ser referência para os demais municípios do Alto Tietê.

Muitos anos se passaram até que, no decorrer do pré-congresso do IX Corep, ocorrido em 02/04/2016, no auditório da Universidade Anhanguera, em Guarulhos, foi aprovada a proposta de instalação de sua subsede na cidade de Mogi das Cruzes. Para que isso acontecesse, houve planejamento das ações de mobilização do território, como eventos realizados em várias cidades e intervenções em espaços de educação, saúde e cultura, além do legislativo.

A partir daí, a Comissão Gestora Metropolitana do Plenário seguinte assumiu a tarefa de procurar imóvel e mobilizar a categoria para o desafio de inaugurar suas instalações em novo endereço. Em um prédio comercial na cidade de Mogi das Cruzes, que oferecia boas instalações e contava com segurança e portaria, a subsede foi inaugurada em 29/05/2019.

Segundo dados de 2019, são quase 5 mil profissionais ativos atuando na região, composta por Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Isabel e

Suzano. Em fala uníssona, psicólogas/psicólogos da Subsede Alto Tietê entendem que o progresso obtido pela categoria na região, além da nova sede física, foi uma conquista de todas/os e que hoje podem atender melhor às necessidades territoriais, ampliar a participação nos debates locais e contribuir na formulação de Políticas Públicas.

Desde sua fundação, além de atender a categoria profissional, a Subsede Alto Tietê vem desenvolvendo intensas atividades como o Fórum de Saúde Mental, a Rede De Economia Solidária, o Fórum LGBTQIA+, o Movimento de Mulheres, assim como a atuação em parceria com universidades em eventos que contemplaram a Psicologia clínica, escolar, nas Políticas Públicas de assistência social, saúde, atuação profissional na defesa dos Direitos Humanos, entre outras pautas. Além de ocupar espaços nas cidades, desenvolve atividades, que incluem agendas como o pré-congresso do Corep, encontros com movimentos sociais, trabalho de apoio aos Direitos Humanos e à população LGBTQIA+, eventos contra a medicalização da educação e relacionados a emergências e desastres, bem como oficinas de documentos escritos para a categoria em diversos municípios do Alto Tietê. Dessa forma, mantém não somente profundo vínculo com as/os psicólogas/os no atendimento e na orientação de suas demandas, como também constrói diálogos com entidades e movimentos sociais da região.

A subsede tem ainda atuado de forma significativa em diversas ações na última década, como a organização e participação das Paradas LGBTQIA+ em Mogi das Cruzes, Suzano e Itaquaquecetuba; presença no Simpósio de Psicologia de Guarulhos, na Assembleia do Conselho Municipal da Mulheres – Mogi das Cruzes, no 1º Fórum Municipal da Rede de Atendimento Psicossocial (Raps) de Mogi das Cruzes, na Reunião com o coletivo 30 horas, de Mogi das Cruzes, na Plenária de Mulheres de Mogi das Cruzes; apoio às mulheres vítimas do cárcere, São Paulo; realização da roda de conversa “Justiça reprodutiva” e *live* “Violência doméstica”, com a Associação de Alunos e Ex-Alunos de Terapia Familiar e Casa (Atefac) da Unifesp.

Em articulação com instituições de ensino superior do Alto Tietê e da região, participa das reuniões com as/os coordenadoras/es dessas instituições, oferece orientação e acolhimento para alunos do curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC), realiza a Semana de Psicologia no Centro Universitário Piaget (UniPiaget) em Suzano, e encontros com as/os estudantes do 10º semestre do curso de Psicologia da UMC.

Cabe ainda ressaltar sua participação na luta a favor da jornada semanal de 30 horas e a constante defesa e formulação de Políticas Públicas – como as relativas ao SUS, ao Suas, à educação, ao sistema de Justiça e ao sistema de garantia de direitos, ainda mais relevantes nos últimos anos, em razão do momento político vivido no Brasil, que representa ameaças à democracia e às conquistas sociais.

Ao longo dos anos, suas gestões trabalharam para motivar e atrair a categoria, com base na atenção às demandas identificadas na região. Dessa forma, a

subsede mantém a perspectiva de mobilização do território, buscando fortalecer os movimentos sociais e dando protagonismo às/aos usuárias/os e psicólogas/os.

2.3.2 SUBSEDE ASSIS: construindo pontes sobre temáticas de saúde mental, educação, trabalho e assistência social

A delegacia de Assis foi inaugurada, em 1979, no Paço Municipal da cidade, em uma época em que as atividades das delegacias se restringiam a ações tipicamente administrativas, como recebimento de documentação das/os psicólogas/os ingressantes, pedidos de cancelamento e envio dos processos para a sede em São Paulo, mantendo cópias em arquivos na própria delegacia.

Durante 1982, em nova sede, quando o delegado era o psicólogo José Roberto Tozoni Reis (CRP 06/103), então professor da Unesp, foram implementadas ações para a organização da categoria e seu compromisso com um exercício mais contextualizado, coletivo e atento às mudanças políticas que ocorriam no país.

Uma das primeiras lutas da Delegacia de Assis se deu acerca da questão dos psicotécnicos. Reunidos em Marília, no dia 18/05/1985, examinaram a realidade do setor e discutiram formas de encaminhamento das principais reivindicações das/dos profissionais que atuavam na área, principalmente aquelas que diziam respeito ao cerceamento de sua autonomia, como profissional exposto a pressões e, até mesmo, a chantagens, vindas dos escalões aos quais estão subordinados e de grupos que exploram serviços conexos.

De acordo com o Jornal do CRP 06, n. 44 (jun./1986), a Delegacia de Assis promoveu, naquele ano, o encontro das/os psicólogas/os que trabalhavam no Sistema Nacional de Emprego (Sine), para iniciar um intercâmbio entre essas/esses profissionais e criar um espaço em que essa experiência de trabalho e seus direcionamentos pudessem ser veiculados e repensados, tendo em vista promover o 1º Encontro dos Psicólogos da região.

No bojo das discussões suscitadas pela Carta de Bauru, agosto de 1989, realizou o “Encontro de Profissionais de Saúde Mental”, com a presença de trabalhadoras/es em saúde, prefeitas/os e secretárias/os de saúde da região. O objetivo era divulgar o movimento que se expandia e que reivindicava outro olhar da Psicologia e da Psiquiatria para a saúde. Naquele ano e em anos subsequentes, foram também organizados os Fóruns de Educação, sediados na cidade de Ourinhos. Com base nessas experiências, a delegacia amplia sua ação política, fortalecendo os movimentos empreendidos pelas comissões temáticas, como saúde, educação, trabalho e assistência social, de forma a incentivar e acolher a participação de psicólogas/os da cidade e da região.

Nesse período, final dos anos 1980 e início dos 1990, a Comissão de Saúde participou ativamente da implantação do SUS em Assis, mais especificamente na elaboração das propostas de emendas ao projeto da Lei Orgânica Municipal da Saúde; na criação e na instalação do Conselho Municipal da Saúde; no Fórum de Debates sobre o funcionamento do Hospital Regional de Assis. Em 1991, a

delegacia indicou uma de suas integrantes, a psicóloga Cristina Amélia Luzio (CRP 06/7417), como Delegada na I Conferência Estadual de Saúde.

Entre 1990 e 1993, a Delegacia de Assis deu continuidade aos encontros de profissionais de saúde mental e educação, em colaboração com as respectivas secretarias municipais. Em 1993, a denominação *delegacia* é trocada por *subsede* . Nesse momento, estavam consolidadas e fortalecidas as comissões temáticas, especialmente a da saúde, t com uma marcante atuação da subsede nos movimentos de participação da sociedade civil na gestão da saúde pública.

Também em 1993, nos municípios de Marília, Presidente Prudente e Ourinhos, foram realizados encontros preparatórios para o I Congresso Nacional de Psicologia, que aconteceria no ano seguinte, em Campos do Jordão. Os indicadores de saúde e de saúde mental da cidade, o levantamento das necessidades e prioridades para o setor e outras informações foram apontados como relevantes pelos participantes.

Com a transferência da subsede, em 1996, para endereço próprio, localizado na rua Oswaldo Cruz, n. 47, onde permanece até os dias atuais, ocorre *o* recadastramento profissional das/os psicólogas/os, publicado com o título *Psicologia: formação, atuação profissional e mercado de trabalho – estatística.* A iniciativa contribuiu na consolidação da Luta Antimanicomial como um movimento social, promovendo ações e atos em espaços públicos de Assis e região.

Em 1996, aconteceu a I Jornada de Psicologia, realizada pelo departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho, da Universidade Estadual Paulista (Unesp). O evento contou com a participação do CRP SP, que organizou a mesa-redonda "Consolidando a profissão: diretrizes do II Congresso Nacional de Psicologia", bem como apoiou o ciclo de debates "Assistência em saúde mental pública: contexto e desafios", entre setembro e dezembro de 1996.

Em 1997, a regulamentação da profissão no Brasil completou 35 anos e, em agosto, o Dia da Psicóloga e do Psicólogo foi comemorado com a divulgação de outras formas de expressão profissionais: pintura, literatura, artesanato, música, parte do movimento antimanicomial.

Dando continuidade à luta em defesa dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, a Subsede Assis, em 07/05/1998, realizou o evento "Mão de criança não pega no pesado", parceria do CRP, Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Radialistas, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Adunesp-Unesp, Secretarias Municipais de Ação Social, Educação e Saúde. Na ocasião, foi realizado debate sobre o tema "Trabalho infantil, educação e maioridade penal". O principal objetivo do evento foi dar visibilidade ao tema e sua realização possibilitou a criação de um fórum permanente de discussões das questões referentes às crianças e aos adolescentes. Ainda em 1998, os dez anos da Luta Antimanicomial foram comemorados, em Assis, em 19 de maio, na Unesp, com diversas atividades, como música, dança, esportes, estampagem de camisetas e o debate sobre

“Experiências regionais de saúde mental”, com a participação de profissionais da saúde, familiares e usuárias/os do serviço de saúde mental.

Entre 1998 e 2002, merece destaque pela abrangência e envolvimento das/os psicóloga/os e profissionais de diferentes campos na região: “1º Fórum Cidadania na Educação: para além do papel” e “1º Fórum de Debates de Saúde Mental”. Outros temas também foram objetos de debates, como “Psicologia e Educação: construindo práticas coletivas”, “Impactos e perspectivas da municipalização”, “Psicologia e suas práticas na Educação”, “Educação inclusiva”. Foram incentivadas comissões temáticas que visam agregar psicólogas/os das diferentes áreas de atuação. Em 2001, a Subsede de Assis participou, em conjunto com a Direção Regional de Saúde, Unesp/Assis e secretarias municipais de saúde da região, da comissão organizadora da “I Conferência Regional de Saúde Mental”, atividade preparatória à realização da “II Conferência Estadual de Saúde Mental” e “III Conferência Nacional de Saúde Mental”.

No período de 2004 a 2007, a subsede assumiu um caráter mais propositivo de participação social e se inseriu nos órgãos de controle social e em conferências municipais de saúde. Assim, participou ativamente da organização das pré-conferências, preparando delegadas/os e representantes do segmento das/os usuárias/os, debatendo a finalidade das conferências. Merece destaque, dessa época, a criação do Núcleo da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (Abep), em Marília.

Em 2008, se dedicou à divulgação do ECA na imprensa e em debates na região, quando esse documento completava 18 anos. O evento foi realizado na Faculdade Toledo de Ensino, em parceria com a Diretoria Regional de Assistência Social/Drads. Em 2009, o V Prêmio Arthur Bispo do Rosário teve, como um de seus premiados, um trabalho fotográfico que registrou uma expressão coletiva das/os usuárias/os dos serviços de saúde mental de Assis nas paredes do Galpão Cultural. Nesse mesmo ano, foi realizado, em Tupã, o evento “Encontros Interdisciplinares sobre Psicologia e Povos Indígenas”, que recebeu o apoio do Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). No final de 2009, foi criado o Fórum Permanente de Saúde Mental da Região de Assis, um espaço coletivo de discussão e de ações referentes às questões de saúde mental comuns aos 13 municípios que compõem o Colegiado de Gestão da Região de Assis. Em 2010, acontecem as Conferências de Saúde Mental em Assis e Presidente Prudente, que elegeram um delegado rumo à Plenária Estadual de Saúde Mental Intersetorial (Etapa Estadual). Ao final de 2010, a participação de toda a Comissão Gestora no Planejamento Estratégico promovido pela sede contribuiu para iluminar a elaboração do Planejamento Estratégico da subsede, que contou com o chamamento, em 2011, de psicólogas/os de toda a região, buscando dar visibilidade e transparência às ações empreendidas e convocar as/os colegas à participação ativa na vida de seu Conselho.

Na última década, a Subsede Assis vem mantendo uma atuação dinâmica de lutas e realizações em prol da categoria, característica de sua trajetória histórica, cabendo destacar os eventos relativos à Luta Antimanicomial; “Diálogos online:

reflexões e orientações sobre a prática da Psicoterapia", "I Encontro multiprofissional: reflexões sobre a saúde mental do trabalhador da saúde pós-pandemia", "I Simpósio de saúde coletiva e Políticas Públicas: o amanhã e o hoje – em defesa do SUS como direito à vida nos territórios", "I Simpósio Internacional de Psicologia: Interseccionalidades na América Latina", "Elaboração de documentos escritos: aspectos éticos e técnicos", "Psicologia do tráfego: reflexões sobre uma prática ética e comprometida com a sociedade", "Semana da Luta Antimanicomial de Assis", entre outros.

Mantendo vínculos estratégicos com entidades e poder público para defesa e construção das temáticas relevantes à Psicologia, hoje, a Subsede Assis, que responde por mais de uma centena de municípios, mantém subcomissões que têm sido um canal importante de recebimento de demandas locais para realizar indicações, representações e apresentar posicionamentos e atender consultas sobre questões éticas e técnicas.

2.3.3 SUBSEDE BAIXADA SANTISTA E VALE DO RIBEIRA: articulação com os movimentos sociais

A Regional de Santos abrange um total de 24 municípios, desde Ubatuba, no litoral Norte, incluindo Ilhabela, Bertioga, Itanhaém, Peruíbe, Cananeia, Jacupiranga, até Sete Barras, no sul do estado. A maior concentração de psicólogas/os está no município de Santos, enquanto outros municípios contam com poucos ou nenhum/a profissional inscrito/a. As principais áreas de atuação da categoria são: clínica, supervisão, ensino, instituição, psicotécnicos, indústrias, empresas, creches, comunidade e hospitais.

Além da Subsede do CRP SP, a região conta também com uma infraestrutura de entidades de ensino e de discussão dos problemas profissionais formada pelos cursos de Psicologia das faculdades da região e pela Associação de Psicólogos de Santos, que desenvolve, também, o trabalho de união das/os profissionais e de alunas/os de Psicologia em torno de causas de interesse da categoria.

Desde sua fundação, em 1979, a luta da então delegacia por outra política de drogas e contra a lógica manicomial foi construída com os movimentos sociais, se tornando sua marca de atuação ao longo dos anos. Exemplo disso ocorreu durante a gestão 1992-1995, quando, de setembro a dezembro de 1993, a Subsede de Santos participou da organização do "3º Encontro nacional de entidades e usuários e familiares da Luta Antimanicomial", culminando, em maio de 1994, no acompanhamento de 300 familiares de doentes mentais à Assembleia Legislativa de São Paulo, em apoio ao projeto de lei que previa o fechamento dos hospitais psiquiátricos no estado.

Após ocupar instalações provisórias, em dezembro de 1996, foi inaugurada a primeira sede própria, na rua Martim Francisco, n. 225, Encruzilhada, Santos, com a homenagem ao psicólogo Luiz Celso Manço (CRP 06/1770), um dos fundadores

do curso de Psicologia da Universidade Católica de Santos e importante referência na Luta Antimanicomial santista.

A educação também ganha destaque e o Grupo de Trabalho em Educação tem início em 1999. Nesse mesmo ano, a mesa-redonda “Homossexualidade, um desvio? Perspectivas de atuação do psicólogo”, atende à Resolução n. 001/1999 do CFP, que indica que psicólogas/os não deveriam considerar a homossexualidade como doença. Comemorou-se também o Dia Mundial da Luta contra a Aids, com a exibição de filmes relacionados ao tema nas cidades de Registro e Pariquera-Açu.

No que se refere à proteção da infância e da adolescência, em 2000, foi realizado o evento “Comemoração dos 10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, acompanhado, em outubro, da campanha contra a redução da maioridade penal. Um momento muito marcante devido às discussões do tema com a sociedade por meio da imprensa.

No início da década de 2000, começou o período marcado pela priorização das ações políticas em conjunto com associações, universidades, órgãos municipais e psicólogas/os.

O período de 2001 a 2004 trouxe significativos avanços para a subsede, que inaugura sua sede própria na rua Dr. Cesário Bastos, n. 26, Vila Belmiro, Santos, e aprova, em Plenário, a mudança da nomenclatura de Subsede de Santos para Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira. Em 2003, na comemoração do Dia da Psicóloga e do Psicólogo, foi lançado o Banco Social em Santos. No mesmo ano, acontecem os eventos “Ética e Psicologia – Uma perspectiva cidadã: atualizando o Código de Ética” e “Justiça terapêutica: que está na subjetividade do instituído”, este segundo com a presença de 250 profissionais da área da saúde mental e do direito. Com a atualização do Código de Ética Profissional, o ano termina com debates sobre a exigência por tratamento psicológico ao dependente químico, chamado de *tratamento compulsório*.

Em maio de 2004, acontece o lançamento do Jornal PSI Via Subsede CRP SP– Santos e Região n. 3 – “Em defesa da dignidade humana: 15 anos da intervenção municipal na Casa de Saúde Anchieta”. Outro momento de destaque foi o evento “A inclusão na prática e a prática da inclusão: Políticas de inclusão e educação de qualidade” e uma mesa-redonda com apresentação de projetos relacionados à educação inclusiva, que contou com a presença do Prof. Pacheco, da Escola da Ponte: uma escola sem muros.

Nos anos que se seguiram, 2004-2007, a subsede passou a enfatizar para a categoria que a/o psicóloga/o é uma(um) prestadora(or) de serviço à população que, na condição de consumidora, tem direitos a serviços de qualidade, fundamentados pelos princípios profissionais. A Psicologia e a saúde pública também se destacaram nessa gestão, com eventos preparatórios para o VI Congresso Nacional de Psicologia.

Em 2005, os destaques foram a apresentação da “Rede Internúcleos: Por uma sociedade sem manicômios”, na Semana da Luta Antimanicomial; “15 anos do ECA: conquistas e desafios”, com parceria com a OAB – Subsecção de Santos e Conselho Regional de Serviço Social; o evento “Encerramento do Banco Social de Serviços em Psicologia” e a criação do Centro de Referências em Políticas Públicas (Crepop).

Em abril de 2006, foi realizada a “Semana da Saúde Coletiva”, com eventos preparatórios para o “I Fórum Nacional de Psicologia e Saúde Pública”, acompanhada, em junho, da oficina com usuários dos serviços de saúde mental da região. O período marca também as oficinas regionais da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (Abep) e o início das reuniões mensais do Grupo de Trabalho Sistema Prisional.

Na gestão seguinte, 2007-2010, a ideia da Psicologia a serviço da sociedade e a conscientização da categoria de que a prestação de serviços de qualidade envolve o conhecimento do que são Direitos Humanos e cidadania foi reforçada. Em 2008, os eventos “Descriminalização do aborto”. “Júri simulado: Lei Maria da Penha”, “1º Encontro Psicologia e povos indígenas”, “Seminário 18 Anos do ECA: a maioridade implica em mudanças que exigem novos desafios”, a “Conferência Regional de Direitos Humanos”, em Registro, “Saúde mental no sistema socioeducativo: desafios e perspectivas para o atendimento”, com participação de mais de 100 pessoas, deu início ao “I Encontro da Fundação Casa”.

Entre as comemorações, destacaram-se os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Semana do Dia da Psicóloga e do Psicólogo, marcada por vários eventos voltados para a educação devido ao lançamento, no dia 27 de agosto, do Ano da Educação no Sistema Conselhos de Psicologia e o Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva.

O atendimento às comunidades indígenas leva à realização, em 2009, em Itanhaém, de atividades específicas para essa população: os “Encontros Interdisciplinares sobre a Psicologia e Povos Indígenas” e a mesa-redonda “A interculturalidade na atuação à saúde dos povos indígenas”.

Após a realização do Seminário Nacional “A atuação dos psicólogos no Sistema Único de Assistência Social”, em 27 de agosto de 2010, tem início nova gestão. Oficinas de Psicologia, dias de luta específicos, como o de educação inclusiva, semanas da Luta Antimanicomial, com diversos eventos, encontros como “Diversidade Sexual: desnaturalizando concepções”, Saúde do trabalhador: cuidando de quem cuida”, “I Seminário da Baixada Santista: medicalização da educação e da sociedade – dislexia, TDAH e outros supostos transtornos” foram as marcas deixadas pela gestão e que se estenderiam pelos anos seguintes.

A Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira vem atendendo e apoiando a categoria em relação a novos campos ou novas práticas, seja no uso de recursos tecnológicos, seja na atuação em Políticas Públicas. Também estabeleceu parceria com IES, como o encontro sobre a Lei n. 13.935, de 11 de dezembro de 2019, em parceria com a Unifesp, e sobre a redução da jornada até 30 horas, com

o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi). Para construir possibilidades de trabalho, são feitas articulações políticas com as diretorias regionais de ensino, com as secretarias de saúde e assistência social, e com órgãos federais, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), com o objetivo de conhecer as necessidades e possibilidades do território, e atuar para ampliar e promover ambientes inclusivos para combater o racismo, o etarismo, o capacitismo, a violência de gênero e a LGBTQIA+fobia.

Santos foi a cidade pioneira na Reforma Psiquiátrica e, hoje, vive um retorno à lógica manicomial, com a proliferação das Comunidades Terapêuticas. Com atuação no litoral paulista, a subsede está envolvida em mobilizações em torno da Luta Antimanicomial, marca presença em instâncias de representação, como Conselhos Municipais, e articula ações com movimentos sociais e instituições de ensino superior da região.

A subsede está sempre em defesa da dignidade da pessoa humana, do ECA, das comunidades tradicionais e na luta das mulheres contra o feminicídio e pelos direitos da comunidade LGBTQIA+. Em ações mais recentes, tem elaborado notas, informes e rodas de conversa, com apoio dos Núcleos Temáticos de Psicoterapia e Direitos Humanos, e participado de eventos cujos temas variam de povos indígenas, descriminalização do aborto e saúde mental de jovens em sistemas socioeducativos, entre vários outros.

2.3.4 SUBSEDE BAURU: pelo fortalecimento da atuação de psicólogas e psicólogos

A Subsede Bauru foi instalada em 1979, ocupando uma sala comercial no centro da cidade, numa época em que o exercício profissional estava em ascensão no estado.

Em junho de 1984, psicólogas e psicólogos de Bauru, em reuniões com a Secretaria de Educação e com a Secretaria de Higiene e Saúde do município, conseguiram importantes vitórias, como a proposta de trabalho do psicólogo escolar e a definição de uma vaga para atuar com a equipe multidisciplinar do Centro de Pesquisa da Secretaria da Educação. Na Secretaria de Higiene e Saúde, aprovaram a proposta de trabalho dessas/desses profissionais como integrante de uma equipe multidisciplinar para os postos de saúde do município. Em maio de 1985, o Jornal do CRP 06 nº 34 (Maio/1985) anunciava estudos feitos pela Delegacia Regional de Bauru, juntamente com profissionais da área de saúde, revelando a necessidade da instalação de um ambulatório de saúde mental na região.

Pautada pelo fortalecimento da atuação de psicólogas/os no território, em 1987, a então delegacia, criou as Comissões de Saúde, de Educação e a de Trabalho, além de participar do 2º Congresso de Trabalhadores da Saúde Mental, que deu origem ao Documento Antimanicomial, conhecido como Carta de Bauru, referência para as políticas utilizadas em nível nacional. Esteve presente em

diversas instâncias de representação, como nos conselhos de controle social, fóruns e movimentos sociais. Com isso, a cidade se tornou a precursora da implementação de uma rede de atendimento psiquiátrico voltado à socialização dos pacientes.

Em 1996, Bauru sediou o “I Encontro sobre drogadição em crianças e adolescentes” perspectivas e rumos”. Participaram 360 profissionais entre membras/os de instituições educacionais e de atendimento à criança e ao adolescente, representantes de conselhos municipais, conselheiros tutelares, educadores, estudantes e público em geral.

A partir de 1998, passou a contar com uma sede própria, localizada na rua Albino Tâmbara, n. 5-28, bairro Vila Universitária. O novo espaço propiciava à entidade o atendimento mais personalizado às/aos) psicólogas/os e oferecia condições para debates e organização de eventos. Dali, saíram importantes ações desenvolvidas pela subsede, como a luta pela desativação da Cadeia Feminina de Cabrália Paulista, em 2005, a realização do encontro nacional “20 Anos de luta por uma sociedade sem manicômios”, em Bauru, em 2007, e a criação do Grupo contra Violência e Violação de Direitos Humanos, em 2008. Em 26/11/2010, a Subsede de Bauru recebeu o Troféu Gastão de Mouro Maia Filho, relativo ao Prêmio Direitos Humanos da OAB.

Ao longo de sua trajetória, essa subsede produziu diversos materiais de referenciais para a atuação das/os psicólogas/os, a saber: “Caderno comemorativo dos 40 anos da Psicologia na Região de Bauru” (2002); o livro *Práticas psicológicas e reflexões dialogadas* (2005) e a cartilha “Contribuições do psicólogo para a promoção da saúde, qualidade de vida do trabalhador” e “Desenvolvimento das organizações (2006), que lançou luzes sobre a prática da/o psicóloga/o nessa área, observando, principalmente, o movimento que indicava um novo foco de intervenção: a saúde mental do trabalhador.

Atualmente, abrangendo 84 municípios da região, nos últimos anos, além de ações de orientação para categoria, a subsede mantém articulação com IES da região e conta com diversas representações em órgãos de controle social. Também se destaca nos estudos sobre a violência, as questões relativas à saúde mental, a garantia dos Direitos Humanos, proteção da infância e adolescência, além, é claro, da Luta Antimanicomial.

2.3.5 SUBSEDE CAMPINAS: um Conselho o mais próximo da categoria

Em 1979, a atual Subsede Campinas foi inaugurada no Edifício Cruz Alta, na avenida Barão de Jaguara, no centro da cidade, ainda como delegacia. O modelo de gestão era altamente centralizado, inspirado no modelo autoritário de 1971, época da criação dos Conselhos, e reproduzia, na sua organização, o caráter centralizador e fiscalizador do Estado. Mudar essa visão do CRP como um órgão autoritário logo se tornaria o propósito das futuras gestões e a participação democrática adentraria as portas da entidade de Campinas.

De acordo com o Jornal do CRP 06 n. 23 (maio/1984), o cadastramento das/dos profissionais da região seria fundamental para que as Comissões pudessem atuar de modo mais significativo, pois a falta de centralização das/dos psicólogas/os com interesses e atuações afins tornava extremamente difícil a atuação conjunta para refletir sobre as dificuldades da área, lutar por reivindicações comuns, formar um grupo coeso etc.

A Comissão de Psicologia Social discutia o papel da/o psicóloga/o social e o que poderia fazer, em nível legal, para definir seu espaço na Psicologia. A Comissão de Deficiências tratava da problemática da pessoa com deficiência (mental, auditiva, visual e física) na sociedade e na área específica de trabalho da/o psicóloga/o, tendo preparado um trabalho sobre a reabilitação da pessoa com deficiência visual, apresentado no VI Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira, em Campinas. Já a Comissão de Psicologia Escolar foi formada defendendo, como um de seus objetivos, a estruturação de um levantamento de dados acerca das/os profissionais da área na região de Campinas.

Em 17 de setembro de 1984, a Delegacia do CRP 06 em Campinas passou a ter novo endereço, na rua Barão de Jaguara, 1.481, 17º andar, sala 172, em instalações que apresentavam várias vantagens em relação à antiga localização: maior espaço, acesso mais fácil e, principalmente, a possibilidade de realização de reuniões noturnas, que eram limitadas no endereço anterior.

Sob uma perspectiva histórica, entre 1985 e 1986, foram realizadas importantes atividades, como a participação no III Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sudeste, na Unicamp (1985), em que a delegação apresentou três trabalhos relacionados à ação da/o psicóloga/o na escola pública: “A relação psicólogo escola pública: um estudo exploratório”, “O psicólogo escolar e o ensino especial: perspectivas de técnicos em educação”, “Orientação sexual nas escolas: uma análise das opiniões de delegados e supervisores de ensino”, que discutiam temas como o espaço das/os psicólogas/os dentro de uma unidade escolar, a legislação que regulamenta o ensino especial e os problemas decorrentes de sua implantação, e as relações que o sistema educacional vem mantendo com a questão da educação sexual nos currículos acadêmicos.

Em 1986, a Delegacia Regional de Campinas convidava as/os psicólogas/os que atuavam na área de saúde mental nas prefeituras, ambulatórios do estado e universidades a participarem de sua recém-criada Comissão de Saúde Pública.

Em 1988, a Delegacia de Campinas abrangia uma extensa região e reunia cerca de 2 mil inscritas/os. Para atender esse público e enfrentar as dificuldades de comunicação com as/os psicólogas/os, foram criadas duas subdelegacias: Itatiba e Piracicaba. A ideia era multiplicar os locais de atendimento não apenas com o objetivo de facilitar as atividades formais do CRP com as/os profissionais, mas também estabelecer maior proximidade com as/os profissionais da área para encaminhar uma proposta de conscientização da categoria acerca do seu papel dentro do processo de transformação da sociedade. Desse modo, haveria uma porta aberta para a categoria e uma aproximação não só das faculdades, como também de outras instituições, numa perspectiva de cooperação mútua. Eram os

momentos iniciais de uma mobilização que se tornaria cada vez maior nos anos seguintes.

Em 1992, o modelo de gestão adotado propunha um rodízio entre as diferentes funções das/os conselheiras/os, como forma de garantir mais democracia. No ano seguinte, uma nova fase se iniciou e a comissão passou a ser formada por coordenador/a, subcoordenador/a e membras/os com uma nova política de participação da categoria.

As subsedes seriam orientadas por uma Comissão Gestora indicada pelas/os profissionais radicadas/radicados no território de ação de cada uma delas. Dessa forma, o processo de constituição da Comissão Gestora foi marcado por dois encontros. O primeiro buscou ouvir as expectativas da categoria sobre a nova gestão e colher sugestões. No segundo, foi discutida a composição da Comissão Gestora, para a qual somente poderiam se candidatar psicólogas/os que participaram desses dois eventos.

O aumento do contato com psicólogas/os da região era o sinal de que havia um caminho novo e acertado. Eram incentivadas a participação, a militância e o envolvimento com as Políticas Públicas em suas mais variadas expressões: saúde, educação, social, trânsito, jurídica etc. O aumento da presença da categoria nos diversos encontros demonstrava o interesse em construir um Conselho mais aberto. Nesses encontros, houve a participação de várias instituições de ensino na área de abrangência da subsede que mantinham curso de Psicologia, como a PUC-Campinas, a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), Faculdade Padre Anchieta, de Jundiaí, e Universidade São Francisco, de Itatiba.

Um evento marcante foi a comemoração do Dia da Psicóloga e do Psicólogo, com o tema “Psicólogo/a mostre a sua cara”, quando foi feita uma mostra de trabalhos artísticos das/os psicólogas/os, que também podiam cantar e declamar. Outras ações também mereceram destaque, como a mesa-redonda “Práticas alternativas”, apoiando-se nas discussões sobre o tema realizadas até então e nas resoluções do I e do II Congresso Nacional de Psicologia; a palestra abordando as questões sobre ética e CRP, dirigida a estudantes de Psicologia; além do “encontrão” sobre gestão semiplena, experiências e impactos na região.

A inauguração da sede própria da Subsede de Campinas ocorreu em 03/07/1997, na rua Frei Manuel da Ressurreição, n. 1.251, bairro Guanabara. Também nesse ano, no Dia Mundial da Saúde, 7 de abril, houve um ato público em defesa do SUS, no Paço da Prefeitura Municipal. O Conselho de Psicologia apoiou o evento, promovido pelo Movimento Popular da Saúde.

Outro grande momento, noticiado pelo Jornal do CRP 06 n. 111 (maio/jun./1998), foi o evento “Saúde mental e abertura para a vida”, organizado pela subsede, em 21/05/1998, no salão vermelho da Prefeitura de Campinas. O evento foi coordenado pelo CRP 06, pelo Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, pela Secretaria de Saúde – Comissão de Saúde Mental e pelo Núcleo do Movimento da Luta Antimanicomial. Na ocasião, se debateu a situação dos

serviços de saúde mental no município de Campinas, como a desospitalização do Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, a intervenção no Hospital Psiquiátrico de Tibiriçá (que em cinco anos estaria extinto) e a ampliação dos serviços da rede de postos de saúde com serviço de saúde mental, hospital-dia, leitos em hospitais gerais, outros equipamentos substitutivos, como parte, na região, dos objetivos não alcançados pelos esforços do Movimento da Luta Antimanicomial. A comemoração dos 10 anos da Luta Antimanicomial na região de Campinas contou ainda com exposições, palestras, apresentações teatrais, exibição de filmes, shows, além da abertura oficial de um salão de beleza no Centro de Convivência.

O evento "O psicólogo no mercado de trabalho e a realidade nacional" teve por objetivos promover discussão sobre a inserção da/o psicóloga/o no mercado de trabalho, propiciar a organização da categoria na região e a delimitação das funções das entidades representativas da/o psicóloga/o e da Psicologia. Durante o encontro, foram feitos debates sobre os temas: "A realidade nacional e o desenvolvimento da Psicologia no Brasil", "O psicólogo no mercado de Trabalho" e "Organização dos psicólogos". A subsede participou também das atividades de mobilização contra a exploração do trabalho infantil e contra a redução da maioridade penal, integrantes da Marcha Global contra o Trabalho Infantil, realizadas em Campinas, Americana, Indaiatuba, Araras, São João da Boa Vista, Mogi Guaçu e Amparo.

Ainda em 1998, o movimento "Pra cuidar da profissão" assumiu a gestão e ampliou o debate sobre a implementação de Políticas Públicas, o compromisso social da Psicologia com a sociedade e a defesa e garantia dos Direitos Humanos. Uma série de ações e debates ocorreram através dos anos, com o intuito de aproximar a Psicologia da sociedade.

Como segundo território com mais pessoas inscritas em 72 municípios, o desafio das gestões que se seguiram nessa subsede foi atender a categoria em suas demandas administrativas e de orientação, além de reforçar a importância da prática psicológica comprometida com os Direitos Humanos. Rodas de conversa, palestras em universidades e o CRP Acolhe foram algumas das ações implementadas, além da presença em mobilizações sociais. Aos poucos, a subsede atingiu o objetivo de ser um ambiente de representação e defesa dos ideais da profissão.

Nessa linha, podemos apontar a realização, ao longo dos anos 2000, dos eventos a "Maioridade penal: o futuro do Brasil não merece cadeia", contra a redução da idade penal e a "I Conferência da saúde mental de Campinas", com a parceria do CRP na organização (2001); 1º Torneio Intercaps, evento integrante da comemoração da Luta Antimanicomial, com a participação de Caps de 10 municípios da região de Campinas (2005); destaca-se como a primeira a iniciar a interiorização das instruções dos processos de ética (2008); "Marcha dos usuários pela reforma psiquiátrica antimanicomial – Brasília vai ouvir nossa voz!", com grande participação dos usuários dos Caps de Campinas e região (2009).

Em 2010, para celebrar os 20 anos do E C A, os debates também despertaram grande interesse. Violência sexual, patologização da infância e o plano municipal de convivência e família comunitária foram temas abordados durante o evento.

Em 2014, foi lançado o projeto “Psicologia todo dia, em todo lugar, para uma sociedade mais democrática e igualitária”, que se efetivou entre os meses de setembro e novembro. Uma das propostas desse projeto já vinha de algum tempo: desde 2012, houve uma série de encontros intitulados “Dia a dia da Psicologia”, nos quais as/os profissionais da região se reuniam e pautavam temas para serem discutidos pelo coletivo.

Em 2021, a subsede femenageia, no Dia da Psicóloga e do Psicólogo, a psicóloga, ex-conselheira e membra da Comissão de Ética (COE) do CRP SP Maria Isabel do Nascimento Marques (*in memoriam),* que atuou para a construção de bases e referências de atuação profissional com as/os usuárias/os dos serviços da Psicologia. Já em 2023, a Subsede Campinas acompanhou de perto os problemas enfrentados pela Educação, em especial, no que diz respeito aos casos de violência dentro das escolas da rede pública. Além de ouvir as demandas locais e contribuir para articulação com a rede pública para o enfrentamento da situação, as/os conselheiras/os aproveitaram para incentivar a implementação da Lei n. 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Em 2023, a subsede contava com três subcomissões, que realizaram ações de orientação e articulação com as instituições de ensino superior da região, além de estar presente em cinco órgãos de controle social do território. Nesse mesmo ano, passou a contar com novas instalações na rua José Paulino, n. 235, 1º andar, Centro, local com mais comodidade para atender as/os mais de 20.500 psicólogas/os inscritas/os no território.

2.3.6 SUBSEDE GRANDE ABC: articulação com o poder público, com coletivos e com a categoria

Implantada em 1985, a atual Subsede Grande ABC foi denominada, inicialmente, como delegacia regional e localizava-se em Santo André. Quando criada, se norteava por três objetivos intrinsecamente relacionados: 1) organizar a categoria; 2) debater sua formação técnico-profissional; 3) inserir-se política e socialmente na região. No propósito de organizar a categoria, se enquadravam as atividades das Comissões: Saúde, Organizacional e Educação — constituídas por profissionais vinculadas/os a cada uma dessas áreas, seja em instituições públicas, seja em empresas privadas. A ação das comissões, no plano geral, se dava desde a simples troca de experiências, até a preparação de debates, seminários etc.

Com relação à estratégia de se inserir política e socialmente na região, a delegacia procurou implementar ações em conjunto com o setor público, como os trabalhos realizados com o Escritório Regional da Saúde — 9ª Região (Ersa-9), em que se discutiu a saúde da mulher e do adolescente. Ao participar de programas

encampados pelos órgãos estaduais e municipais, a entidade visava ampliar a oferta de serviços de Psicologia dirigidos às classes populares e, ao mesmo tempo, buscava abrir novos campos de atuação para as/os profissionais.

Desde o início de suas atividades, um desafio se apresentava às/aos delegadas/os porque, apesar da proximidade entre as cidades que a compõem, na Região Metropolitana de São Paulo, as realidades das populações locais eram bem distantes, marcadas por desigualdades no acesso a serviços e direitos. Em meio aos desafios multifacetados da localidade, era adotada uma abordagem integrada e colaborativa para orientar sobre uma prática ética e defender os interesses de psicólogas/os. Para isso, a construção do diálogo e o chamamento da categoria para integrar as ações seguiam em constante desenvolvimento.

Com o objetivo de agregar, fortalecer e divulgar a Psicologia atual, a delegacia organizou a formação de Comissões – de Educação, de Instituição, de Trabalho, de Saúde e de Divulgação, Contato e Perspectivas de Trabalho – cuja preocupação principal era a de definir quem era essa/esse profissional denominada/denominado psicóloga/o e, consequentemente, o seu papel nas diversas áreas.

Cabe destacar também que, em seus primeiros anos de funcionamento, além do cumprimento de funções administrativas, como orientação, fiscalização e representação em diversas instâncias, a atual subsede se posicionava também no debate sobre Psicologia hospitalar, testes psicológicos e movimento pela Luta Antimanicomial. Esta última, inclusive, foi sempre uma causa de interesse da subsede, que apoiou o Fórum Popular de Saúde Mental da região ABCDMRR.

No ABC, desde 1985, a delegacia participava da discussão da Ações Integradas de Saúde (AIS), coordenada pelas secretarias municipais, estaduais e pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), no âmbito nacional. Participou, também, do Seminário realizado no Auditório Rebouças, sobre o “I Projeto de implantação de ações integradas para atenção à adolescência”.

Nas reuniões de integração com as/os novas/os inscritas/os, a/o profissional tinha a possibilidade de conhecer o trabalho empreendido pela entidade e de discutir sobre os aspectos político-sociais da profissão. O encaminhamento de eventos abrangentes — como “O papel da Psicologia em relação à mulher na sociedade”, “I Encontro de professores de Psicologia do 2º grau no Grande ABC” e “A Psicologia e o trabalho”, realizados em 1987 — correspondiam ao objetivo direcionado à formação técnico-profissional. No mesmo eixo, se inclui a meta da delegacia de estreitar suas relações com as faculdades locais.

Em 1994, participou do “Movimento de saúde mental do Grande ABC”, que discutia a resolução do governo estadual que retirava as aulas de Educação Física e Artística do currículo das/os alunas/os de classe especial. A alegação do governo é que as crianças de classe especial não tinham estrutura para acompanhar a carga horária total e, portanto, a resolução visava reduzir a carga a que estão submetidas. As crianças que frequentavam as classes especiais eram pessoas

com deficiência mental, auditiva, visual ou física e sua inserção nas classes especiais deveria ser feita com base na elaboração de um laudo subscrito por profissional habilitada/o. A subsede se propunha a rediscutir a resolução porque não havia nenhum embasamento técnico para a alegação e o movimento procurou incluir pais, professoras/es e diretoras/es na discussão.

Na I Conferência de Saúde Mental de Santo André, que ocorreu de 03 a 05 de abril de 1998, participaram profissionais de saúde mental e usuárias/os do sistema, quando ficou clara, mais uma vez, a necessidade da criação de serviços substitutivos. No evento, foi aprovada a necessidade de implantação dos trabalhos de saúde mental dentro do processo de territorialização. Nesse mesmo ano, participou, em Diadema, da inauguração da fundação da Associação Livre dos Usuários, Familiares, Profissionais e Amigos de Saúde Mental.

As reivindicações para uma sede própria se iniciaram na gestão de 1986. Entre os anos de 1998 e 2003, prosseguiram os esforços para essa aquisição, desafio alcançado apenas em dezembro de 2003. Os motivos que proporcionaram a aquisição do imóvel foram: um auditório para os eventos, estacionamento para maior comodidade das/os psicólogas/os e uma recepção ampla para um atendimento mais confortável em um local de fácil acesso. Apenas em agosto de 2006, a sede própria da Subsede do Grande ABC foi inaugurada.

A gestão de 2004-2007 foi norteada pelos seguintes temas: diretrizes para a formação em Psicologia e Saúde Pública; eventos preparatórios da região do Grande ABC para o Fórum Regional de Psicologia e Saúde Pública e I Fórum Nacional de Saúde Pública; e atuação das/os psicólogas/os com os adolescentes privados de liberdade.

Outros temas foram apoiados: assédio moral no trabalho e as oficinas motivadoras para o Prêmio Arthur Bispo do Rosário. No ano de 2007, foram realizados os eventos preparatórios do IV Congresso Regional de Psicologia, o Fórum Regional sobre Álcool e Drogas e o I Simpósio de Psicologia e Saúde, quando são discutidas práticas e pesquisas. O público participante desses eventos era composto em sua maior parte por usuárias/os de serviços da saúde mental.

Na gestão de 2007-2010, os assuntos abordados foram: saúde mental, Direitos Humanos, ECA, políticas educacionais e práticas de Psicologia e educação, o ano da Psicoterapia, Prêmio Arthur Bispo do Rosário, bioética, medicalização de crianças e adolescentes, emissão de documentos escritos, avaliação psicológica, o Ato Médico e os eventos do pré-congresso e do VII Congresso Nacional de Psicologia (CNP). Entre os temas citados, medicalização de crianças e adolescentes e adoção e desinstitucionalização de crianças e adolescentes tiveram grande repercussão entre as/os psicólogas/os, educadoras/es e pais da região.

Do período de 2010 a 2013, foram feitas parcerias com universidades da região para aproximar estudantes de Psicologia e o CRP SP. Entre as questões suscitadas em eventos e ações promovidos pela subsede, estavam saúde mental, ECA e práticas de Psicologia e Educação.

A Luta Antimanicomial sempre foi uma causa de interesse e a subsede apoiou o Fórum Popular de Saúde Mental da região ABCDMRR. A produção de documentos escritos, rodas de conversa, reflexões sobre Psicologia e Suas, diálogos *online*, teoria e prática sobre Psicologia na escola, a articulação com IES, ética, formação e boas práticas, relação Psicologia e Direitos Humanos são temas e ações desenvolvidos ao longo dos últimos anos.

Nos últimos tempos, a Subsede Grande ABC foca nas ações ao planejamento estratégico e na reestruturação de núcleos no território. Também se mantém atenta às demandas urgentes e emergentes, na articulação com o poder público, com coletivos e com a categoria. Ainda dentro da função precípua de orientação e fiscalização, dinamiza processos éticos e ações de instruções. Atualmente, a subsede tem cerca de 1.800 inscritas/os, vindas/os das cidades de Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano.

2.3.7 SUBSEDE REGIÃO METROPOLITANA: articulação mais efetiva e viabilização de ações locais

A proposta de abrir uma nova subsede em São Paulo surgiu, em 2016, pela necessidade de aproximar o CRP SP das psicólogas/os dos territórios metropolitanos, rearranjando sua estrutura administrativa em relação ao atendimento de profissionais radicadas/os nas cidades próximas. A criação da Subsede Metropolitana foi aprovada no pré-congresso do IX Corep, realizado na cidade de Guarulhos, que resultou numa articulação mais efetiva e na viabilização de ações locais com a inserção da Psicologia em debates sobre áreas de atuação profissional, como Políticas Públicas, Mobilidade Urbana, Deficiência, entre outras. Sua criação se deu pela Resolução CFP n. 05/2023 e atende os municípios de São Paulo, Osasco, Taboão da Serra e Mairiporã.

Na Região Metropolitana, o alcance do CRP SP foi expandido via Núcleos Temáticos, com a realização de rodas de conversa sobre Direitos Humanos, violência de gênero e de Estado, Luta Antimanicomial, entre outras, aproximando estudantes, categoria e sociedade civil. As transformações, pelas quais o CRP SP passava, levaram à aprovação da proposta de criação de uma nova subsede visando melhorar os fluxos de trabalho e as estratégias de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a categoria, os movimentos sociais e as IES.

Em 2021, contava com 12 Núcleos Temáticos: Núcleo Psicologia e Movimentos Sociais; Núcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho: Psicologia e Educação; Núcleo Psicologia em Defesa do SUS; Núcleo Psicologia e Moradia; Núcleo Psicologia nas Terapias Assistidas com Animais; Núcleo Psicologia, Sexualidade e Gênero; Núcleo Psicologia Hospitalar; Núcleo Psicoterapias; Núcleo Psicologia e Pessoa com Deficiência; Núcleo Neuropsicologia; Núcleo Medidas Socioeducativas.

Em seu Relatório de Gestão 2023, o CRP SP destacou entre as principais ações desenvolvidas pela Subsede Metropolitana: “Viagens Trans(gênero):

abordagens psicológicas, médicas, legais e vivências interseccionais"; "I Mostra de Práticas entre a Psicologia e o Serviço Social: possibilidades de atuação a partir da lei federal 13935/2019"; "VI Seminário do Grupo de Estudos Martín-Baró e a América Latina (que foi organizado pelo Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar da Universidade de São Paulo, com o propósito de fortalecer as pautas latino-americanas de psicólogas/os)"; "Ignácio Martin-Baró em diálogo: contribuições para os estudos latino-americanos"; "Roda de conversa sobre as portarias municipais SMS 333 e 538 que estabelecem metas para a atuação das/os psicólogas/os nos equipamentos de saúde e a Formação para PATS, conselheiras/os e colaboradoras/es sobre oficina de documentos escritos"; "Oficina de Documentos Escritos" ofertada para a categoria.

No mesmo ano, em sua articulação com as instituições de ensino superior destacaram-se: palestras sobre "Ética e o Sistema Conselho de Psicologia" na PUC-SP, na Unip, na Uninove e, na Estácio e três na São Camilo, e Subcomissões "Psicologia do tráfego", "Psicologia hospitalar" e "Neurociência e neuropsicologia".

Junto com as comemorações dos 50 Anos do CRP SP, a Subsede Metropolitana passou a ter um novo endereço, na rua Arruda Alvim, n. 89, imóvel que abrigou a sede regional até o início de 2024.

No dia 29/08/2024, membras/os da gestão do XVII Plenário do CRP SP estiveram reunidos para celebrar a autarquia paulista. Esse evento aconteceu na Subsede Metropolitana, com a presença de cerca de 100 pessoas, entre ex-presidentas/es, conselheiras/os, e representantes de diferentes entidades, como da Abep e do Sinpsi.

Na mesma data, foi inaugurado um auditório na Subsede Metropolitana, que recebeu o nome de Arrigo Leonardo Angelini, homenagem a um dos pioneiros da Psicologia no Brasil.

2.3.8 SUBSEDE RIBEIRÃO PRETO: Psicologia todo dia, em todo lugar, para uma sociedade mais democrática e igualitária

A Subsede Ribeirão Preto foi criada em 1979, ainda sob a estrutura centralizadora e hierárquica de delegacia e composta pelas funções de delegada/o e delegado-adjunto/a. Seu modelo de gestão mudou a partir de 1993, com a Comissão Gestora sendo formada pelas figuras da coordenação, subcoordenação e membras/os.

Em seus primeiros anos de existência, a rotina da delegacia basicamente girava entre compor ações nos órgãos de controle social, orientar profissionais (principalmente do serviço público), além das fiscalizações. Uma das especificidades era o alto número de pessoas jurídicas, o que, por vezes, sobrecarregava quem atuava na Comissão de Ética e na Comissão de Orientação e Fiscalização. Como a região era carente de movimentos sociais atuantes, a aproximação era feita por meio de oficinas e encontros orientativos, embora houvesse dificuldade em envolver a categoria quando os temas bordavam os Direitos Humanos.

Suas atividades se iniciaram no centro da cidade, no edifício Monte Líbano, rua Cerqueira César, n. 481, 3º andar, conj. 301. Após aproximadamente 15 anos com atendimento nesse edifício, o Plenário do Conselho deferiu a aquisição de um imóvel próprio. Os critérios para essa compra foram esquivar-se de prédio por causa do condomínio e evitar a região central devido às constantes queixas das/os psicólogas/os sobre dificuldade de acesso, trânsito e estacionamentos. Durante o período de busca por um imóvel adequado, a subsede se instalou no Edifício Chediak, rua General Osório, n. 882, 2º andar, sala 23, onde ficou por quase três anos.

A mudança de órgão regulador e fiscalizador para uma entidade mais atuante nas questões locais se deu ainda na década de 1980. Em comemoração ao Dia da Psicóloga e do Psicólogo, em 1985, a então Delegacia de Ribeirão Preto promoveu palestra e debate sobre o tema "Psicólogo, saúde mental, Constituinte: uma opção pelo trabalhador", com a participação das/os psicólogas/os que, embora em número reduzido, debateram o tema proposto e refletiram sobre a participação da categoria em eventos dessa natureza.

A partir desse encontro, as/os psicólogas/os se propuseram a se reunir semanalmente na delegacia para concretizar a mobilização da categoria na região. Nesse mesmo ano, anunciava o Jornal do CRP 06 n. 37 (ago./1985), a delegacia se reunia com psicólogas/os que trabalhavam em psicotécnicos da região para discutir a prática da divisão equitativa. Decidiu-se, então, pela elaboração de um documento, encaminhado ao Detran de São Paulo e às Ciretrans da região, que abordava o apoio à prática da divisão equitativa, solicitação de reajuste imediato do valor das taxas, com reajuste semestral, e luta pelo estabelecimento de critérios objetivos para a abertura de novos psicotécnicos.

Em 10/06/1986, segundo edição do Jornal do CRP 06 n. 44, na Delegacia Regional de Ribeirão Preto, foi instalada uma Comissão de Instituição, por meio da qual se pretendia maior participação dos/das profissionais da área institucional da região. No mesmo ano, aconteceu o Seminário sobre Psicologia e Trabalho em Ribeirão Preto, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto e o II Seminário sobre Psicologia e Trabalho, organizado pelo grupo de Psicologia Organizacional da Delegacia Regional de Ribeirão Preto, em conjunto com a divisão de Psicologia Organizacional da Sociedade de Psicologia da região, em que se discutiram a importância da sindicalização; a proposta inovadora para educação e treinamento de discentes e docentes de Psicologia de Natal, no Rio Grande do Norte; o trabalho de uma equipe multidisciplinar, em especial, o papel da/do psicóloga/o na unidade da Febem de Ribeirão Preto, e debates com os temas "A formação do psicólogo", "A relação teoria-prática", "O espaço do psicólogo organizacional" e "Novas estratégias de trabalho".

No dia 27/08//1997, a subsede passou a ocupar novo endereço, onde houve uma confraternização em comemoração ao Dia da Psicóloga e do Psicólogo, com apresentação musical e exposição de quadros de artistas locais. Nesse momento, sua atuação já estava consolidada e alcançava novos paradigmas de gestão e atuação, se aproximando e atuando em consonância com as diretrizes do CRP SP.

Sempre em consonância com as campanhas e os movimentos liderados pelo CRP SP ao longo dos anos que se seguiram, em 1998, a subsede participa da organização da recepção à Marcha Global contra o Trabalho Infantil, no dia 25 de abril, com panfletagem no centro da cidade alertando a população quanto aos malefícios causados pelo trabalho a crianças e adolescentes. Também naquele ano, em Ribeirão Preto, houve comemorações ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, com shows e exposição de fotos na estação rodoviária, exibição do filme *Uma janela para a lua*, no Museu da Imagem e do Som José da Silva Bueno (MIS), e ato público e panfletagem no calçadão do centro.

Em vários momentos, a subsede foi convidada por quintanistas de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto para falar a alunas/os do primeiro ano sobre o Conselho Regional de Psicologia, visando esclarecer sobre o que é o Conselho e as atividades que desenvolve, além de aspectos da realidade da profissão e do mercado de trabalho.

A celebração dos 20 anos do ECA, no dia 28/07/2010, contou com a presença de psicólogas/os de diversas áreas de atuação e efetivou a proposta da formação de uma comissão regional para dialogar sobre a temática criança e adolescente. O principal objetivo da comissão era auxiliar psicólogas/os que atuavam na área a enfrentarem os desafios cotidianos, com base no levantamento das demandas regionais.

Em 2011, a subsede marcou presença no Fórum Social de Ribeirão Preto, que reúne entidades em busca de alternativas para a solução de problemas e questões sociais da cidade. O objetivo foi promover a troca de experiências envolvendo os problemas da cidade – como moradia, transporte, saúde e educação e meio ambiente – e questões sociais como racismo, cultura, drogadição e terceira idade.

Com o tema “Uma outra Ribeirão é possível, necessária e urgente!”, o fórum buscou identificar caminhos para uma mudança. Um dos pontos altos do encontro foi uma manifestação, com ampla distribuição de panfletos, nas ruas da região central da cidade. O propósito foi sensibilizar a população para os problemas tratados no fórum e para a necessidade de se construir alternativas que beneficiem todas/os as/os moradoras/es da cidade. A Subsede do CRP SP deu apoio à iniciativa que, entre outros aspectos, levantou questionamentos em relação às áreas, como saúde e educação, nas quais há psicólogas/os atuando. Em relação à saúde mental, e a exemplo do que acontece em outras regiões do estado, o evento chamou a atenção para o crescimento das clínicas particulares de álcool e drogas operando com recursos do SUS que contrariam o modelo de atenção previsto pela Reforma Antimanicomial. Em relação à educação, havia uma preocupação com o processo de patologização de comportamentos nas escolas.

Em 2014, durante as comemorações do Dia da Psicóloga e do Psicólogo, a subsede lançou o projeto “Psicologia todo dia, em todo lugar, para uma sociedade mais democrática e igualitária”, momento em que o Conselho buscava uma aproximação maior com as/os profissionais e estudantes da área. Em Ribeirão Preto, por exemplo, promoveu um sarau apresentado por psicólogas/os

convidadas/os e encontros entre coletivos, com a proposta de que pudessem pautar a discussão de psicologia clínica ao longo dos anos, num diálogo com a categoria de forma criativa — seja por meio de coletivos, seja por meio de atividades culturais. A marca do projeto era o desejo de que as/os psicólogas/os entendam que o CRP é um espaço seu, e que precisam ocupá-lo.

Entre outras ações da subsede naqueles anos, se destacam a presença no debate Movimento em Defesa da Saúde de Ribeirão Preto, em 2010, e o apoio presencial feito por gestoras/es a estudantes que ocuparam a Escola Estadual Otoniel Mota contra as ações do governo estadual, em 2015, a fim de entender as demandas e necessidades do corpo estudantil em defesa da educação pública, democrática e de qualidade. Em 2022, a subsede recebeu as projeções da Luta Antimanicomial na cidade, que tem importância histórica e pioneirismo na Reforma Psiquiátrica

Atualmente, estão na ordem do dia da Subsede Ribeirão Preto as seguintes ações: “Capacitação para colaboradores COF”, “Orientações coletivas a psicólogas do sistema prisional”, “Conquistas e desafios na luta pelo orgulho LGBTQIAPN+: como a Psicologia entra nessa história?”, “Educação e saúde: interfaces do cuidado integral” (evento em parceria com Grupo Marista), roda de conversa: “O sistema Hygia e o Código de Ética: subcomissões e questões étnico raciais”.

2.3.9 SUBSEDE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO: entidade que nasce da reivindicação da categoria da região

A Subsede São José do Rio Preto foi inaugurada em 1985, a partir da reivindicação de um grupo organizado da região que fazia parte da Sociedade de Psicologia. Entre as finalidades da então delegacia estavam funções burocráticas, representativas e políticas.

A mobilização pela criação de uma Subsede do CRP SP em São José do Rio Preto teve início no segundo semestre de 1984, culminando, em janeiro de 1985, na instalação da delegacia e na escolha do delegado e delegado-adjunto. Com a presença de aproximadamente 25 profissionais, o encontro foi o segundo realizado naquela cidade pela Comissão de Delegacias, tendo em vista esse processo de implantação. Compreendia 85 municípios desmembrados da Delegacia de Ribeirão Preto e contava, aproximadamente, com 200 profissionais inscritas/os. No momento de sua fundação, várias providências foram tomadas, como escolha de local e criação de infraestrutura necessária para o seu funcionamento.

Em 25/07/1985, têm início as atividades da sede da Delegacia de São José do Rio Preto, na rua 15 de novembro, n. 2.171, 16º andar, sala 162, Edifício Metropolitan Center. Nesse ano, foram convidadas/os as/os psicólogas/os da região e demais pessoas interessadas para participarem de um debate sobre Constituinte, conduzido pela então delegada Kátia Vianna Ricardi, que proferiu

palestra sobre Constituinte aos operários do Sesi. No ano seguinte, foram implantadas as Comissões de Ética e de Saúde Mental, expandindo as ações da entidade.

Em 1993, a subsede passa a ter nova composição: coordenador/a, subcoordenador/a e dois membros para compor a Comissão Gestora.

Em 1996, a subsede adquiriu uma sede própria, onde está instalada até hoje, na rua Cel. Spínola de Castro, n. 3.360, 2º andar, –no Centro. Posteriormente, foram feitas reformas para adequar o espaço, contemplando recepção, sala de reunião, sala da Comissão Gestora, biblioteca e sala de arquivo. Em 2010, a aquisição de um novo conjunto, no mesmo edifício, possibilitou a criação de um auditório para cerca de 100 pessoas. Além do trabalho de atendimento e orientação à categoria e a estudantes universitárias/os, participa com representantes nos conselhos municipais de controle social. Atualmente, abrange 119 municípios e conta com cerca de 2.400 psicólogas/os inscritas/os.

Em seu histórico, destacam-se as representações nas seguintes entidades: Conselhos Municipais de Saúde; Fórum dos Conselhos Profissionais da Área de Saúde; Conselhos Municipais de Educação; Fóruns Municipais de Trabalhadores do Suas; Comitê de Políticas da Diversidade Sexual; Conselhos Municipais dos Direitos das Pessoas Idosas; Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Municipais de Álcool e outras Drogas; Conselhos Municipais de Assistência Social; Comitês de Ética em Pesquisa; Coordenadoria dos Direitos das Mulheres; Secretaria dos Direitos e Políticas para Mulheres; Procuradoria Especial da Mulher; e Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

A presença efetiva do CRP SP, Subsede de São José do Rio Preto, em todos os espaços, entre eles os Conselhos Municipais de Assistência Social, foi importante para promover a garantia dos Direitos Humanos e fortalecer os vínculos afetivos e sociais das pessoas em vulnerabilidade. A presença da Psicologia nesses espaços se tornou oportunidade de serem pautados o humano e a humanidade no arranjo institucional, que incorpora diversas Políticas Públicas, provocando discussões e reflexões no sentido do reconhecimento de todas as pessoas como sujeitos de direitos, compreensão fundamental para a conquista do seu pleno desenvolvimento.

Em seu processo, muitas ações foram derivadas de parcerias: com as instituições de ensino superior, foram resoluções e referências técnicas da profissão para as/os formandas/formandos; com o Conselho Regional de Serviço Social, o Conselho Regional de Enfermagem e o Ministério Público, ações conjuntas para fiscalizações em comunidades terapêuticas; além do reconhecimento por psicólogas/os que atuam nas Políticas Públicas como uma entidade de apoio, graças aos vínculos de colaboração com movimentos sociais, secretarias municipais e estaduais.

Uma das ações que, desde 1997, mereceu destaque na região foram as comemorações do Dia Internacional da Mulher, com atividades artísticas e

culturais e prestação de informações jurídicas à população feminina do Município. Nessas ocasiões, a subsede presta orientação sobre saúde da mulher (IST/Aids), amamentação, acompanhamento a gestantes e informações sobre os locais onde encontrar acompanhamento psicológico gratuito na cidade.

Em março de 2011, São José do Rio Preto e outros 15 municípios da região assinaram um compromisso para se integrarem à rede de Cidades Amigas do Idoso, projeto desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O acordo foi firmado durante o evento Desafios do Envelhecimento – Cidade Amiga do Idoso, que contou com a presença de Alexandre Kalache, doutor em Saúde Pública e um dos idealizadores do projeto na OMS. Pelo documento, as cidades se comprometeram a adaptar suas estruturas e serviços para que sejam acessíveis e includentes de pessoas mais velhas, o que envolve desde a formação de grupos de pessoas idosas apoiadas por cuidadores até a criação de equipamentos que levem em conta as necessidades específicas dessa população.

As estimativas da OMS, segundo Kalache, dão conta de uma população mundial de 2 bilhões de pessoas idosas em 2050. O Brasil deverá contar com 32 milhões já em 2025 e, caso não haja o desenvolvimento de políticas necessárias para essa faixa etária, no futuro, teremos mais pessoas idosas doentes e institucionalizados. Na ocasião, a Subsede do CRP SP de São José do Rio Preto atentava para o fato de a região merecer um olhar diferenciado por contar com uma população de pessoas idosas de 13% dos habitantes, superior à média do estado de São Paulo, que era de 10%.

Bioética, direitos sexuais e direitos reprodutivos e implicações no campo da saúde de questões como a violência doméstica foram alguns dos temas tratados no I Congresso de Saúde do Oeste Paulista, de 28 de setembro a 1 de outubro de 2011, em São José do Rio Preto. A proposta do evento foi abordar, sob uma visão transdisciplinar, a qualidade de vida no campo da saúde e representou a consolidação, em um único evento, de diversos congressos na área da saúde, anteriormente realizados na região.

A prioridade foi integrar as diversas áreas de conhecimento da saúde (Enfermagem, Fisioterapia e Psicologia), com apresentações de simpósios e mesas-redondas. Sua importância estava na aproximação entre profissionais de diversas áreas da saúde na região e a possibilidade de colocar em evidência temas que fazem interface com a saúde e que têm sido abordados pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Alguns dos temas foram: “Práticas da Psicologia em emergências e desastres”, “Evolução da ética até a bioética”, “Saúde e qualidade de vida e suas implicações”, “Envelhecimento e o luto”, Violência doméstica: um problema de saúde pública”.

Outro acontecimento importante no congresso foi um encontro destinado a discutir a formação das/os psicólogas/os, que contou com a participação de diversas/os coordenadoras/es de cursos da região.

Recentemente, a Subsede de São José do Rio Preto esteve envolvida em importantes discussões e movimentos. Em 2023, atuou no questionamento de um projeto de lei municipal encaminhado pela Câmara de Vereadores que autorizava a internação compulsória e involuntária de usuárias/os de drogas em comunidades terapêuticas, principalmente, pessoas em situação de rua. A subsede encaminhou um ofício à Câmara Municipal de São José do Rio Preto questionando o projeto de lei e solicitando uma audiência pública. A articulação das/os conselheiras/os do CRP SP foi fundamental para que o prefeito da cidade vetasse o projeto de lei. A partir da audiência, também foi criada uma comissão ampla para debater a nova legislação municipal sobre o atendimento às pessoas dependentes de álcool e de outras drogas.

A Subsede de São José do Rio Preto se mantém como uma das mais ativas e engajadas nas lutas do CRP SP. Suas ações continuam voltadas para a construção coletiva de estratégias para a Psicologia; reuniões periódicas com as/os psicólogas/os integrantes dos Grupos de Trabalhos, para planejamento das ações relacionadas às áreas específicas; Luta Antimanicomial; Psicologia e responsabilidade com a população intersexo.

Na questão de gênero e sexualidade, em 2023, a subsede marcou presença no 1º Ato Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha e promoveu rodas de conversas com os temas “A invisibilidade da mulher lésbica nas políticas de saúde e assistência social: desafios” e “A (in)visibilidade bissexual e o papel da psicologia”, além da oficina “Psicologia e os desafios potencialidades em uma perspectiva antirracista”, no campo da luta antirracista. A subsede mantém intensa articulação com universidades e faculdades da região.

2.3.10 SUBSEDE SOROCABA: Luta Antimanicomial, uma das principais causas da subsede

Inaugurada em 2010, a Subsede Sorocaba tem realizado atividades nas áreas de saúde mental, educação e Políticas Públicas, em especial, para crianças e adolescentes, e promovido ações descentralizadas para abranger psicólogas/os de outras cidades. As/os profissionais da região prestigiaram esse evento como uma conquista importante para a categoria. Abrangendo 79 cidades e com, aproximadamente, 3.600 profissionais, sua criação proporcionou mais conforto para todas as pessoas que necessitavam de providências do CRP, sem precisar se deslocar até a capital ou a Subsede de Campinas.

Sua criação vinha sendo pleiteada há alguns anos e, nesse processo, contou com a mobilização e a organização das/os psicólogas/os da região que desejavam estar mais próximas/os das ações do Conselho, participando e assumindo o protagonismo em muitas discussões. Segundo Rosana Cathya Ragazzoni Mangini (CRP SP/ 31.837), ex-conselheira do CRP SP e primeira gestora da Subsede de Sorocaba, em entrevista concedida em 27/05/2024:

> a subsede reforçava o novo papel da entidade, em substituição às antigas delegacias. Se as funções precípuas do Conselho Federal e dos Regionais são orientar e fiscalizar a profissão, diz ela, quando a gente fala delegacia, fica sempre o viés mais punitivo, mais repressivo, que acaba sobressaindo. Então, quando a gente fala em Conselhos Regionais de Psicologia, a gente está falando de território e de outra Psicologia; as ações ocorrerem no território é algo muito caro, algo muito importante.

Durante a década de 2010, essa subsede esteve presente ao organizar e participar ativamente em todas as ações da Semana da Luta Antimanicomial, atraindo cada vez mais profissionais e pessoas, reafirmando o apoio incondicional aos princípios de Direitos Humanos. Desde então, tem realizado atividades nas áreas de saúde mental, educação e Políticas Públicas, em especial, para crianças e adolescentes, e promovido ações descentralizadas para abranger psicólogas/os de outras cidades.

Localizada no município que tinha o maior número de leitos em hospitais psiquiátricos do estado, a Luta Antimanicomial se tornou uma de suas principais causas e a subsede chegou a promover, em 2011, em parceria com outras entidades, fiscalizações no atendimento em saúde mental da prefeitura de Sorocaba. O processo de desinstitucionalização, que resultou no fechamento de sete hospitais psiquiátricos entre 2012 e 2015, teve início em 2011, no cumprimento da Lei n. 10.216/2001 e dos esforços da Subsede Sorocaba do CRP SP. Em março de 2018, o hospital psiquiátrico Vera Cruz, de Sorocaba, foi o último oficialmente fechado. Com a desativação, a cidade de Sorocaba – que já foi o centro do maior polo manicomial no Brasil, com 2,7 mil pacientes – fechou oficialmente todos os seus hospitais psiquiátricos. Mesmo assim, em Sorocaba e região, ainda existe um residual daquelas instituições, que são as comunidades terapêuticas de internação de longa permanência para saúde mental, álcool e outras drogas, sobre as quais proliferam denúncias de violações de Direitos Humanos, o que exige a parceria com outras instituições, como o Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas) e outros órgãos de controle. Hoje, a luta se concentra em combater essas entidades.

Em 2017, a subsede participou da vigília, em Sorocaba, em memória dos assassinatos de pessoas LGBTQIA+, defendendo a educação para a diversidade.

As diversas Comissões Gestoras sempre procuraram realizar ações descentralizadas para abranger psicólogas/os de outras cidades, além daquelas que ocorrem na subsede. Nas entregas de Carteira de Identificação de Psicóloga/o (CIP), as pessoas recém-formadas encontram um espaço para conhecer seu Conselho e afinar seus conhecimentos a respeito do Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o e do funcionamento do Conselho; as rodas de conversa sobre saúde mental e educação também têm contribuído para que profissionais compartilhem experiências e discutam criticamente.

Cabe ressaltar que a Subsede Sorocaba tem um vínculo histórico com o movimento local de mulheres, que, mesmo após o desmonte do Conselho da

Mulher pela prefeitura da cidade, tem se articulado em torno de questões importantes. Atualmente, se somam mais de 30 entidades e movimentos populares para garantir os direitos das mulheres em todos os espaços do município. O mês de março de 2023 foi marcado por resistência e luta em vários espaços com a realização de diversas ações. Suas/seus conselheiras/os e trabalhadoras/es estiveram presentes em reuniões preparatórias do 8 de Março, fizeram panfletagens ao longo do mês e estiveram presentes na sessão solene por uma política não violenta na Câmara Municipal, no Ato do 8 de Março em São Paulo e na Exposição Frida Kahlo.

No mesmo mês, participaram também do protesto em frente ao Fórum de Justiça de Sorocaba, que pediu justiça para o adolescente Jeferson, de 17 anos, brutalmente assassinado. Preto e de periferia, ele foi morto com uma bala pelas costas, supostamente por um policial que estava de férias, em 2021, na Zona Norte da cidade. Para a família, o adolescente foi vítima de violência policial e de racismo. Jeferson foi abordado enquanto conversava com um amigo. Durante a abordagem, eles foram agredidos por coronhadas e, ao tentarem escapar da violência, Jeferson foi atingido por um tiro disparado contra eles. As mulheres de Sorocaba fizeram um manifesto em apoio à mãe do adolescente.

Atualmente, mantém as Subcomissões de Psicoterapias, Assistência Social, Direitos Humanos, Educação, Sexualidade e Gênero, Psicologia Organizacional e do Trabalho, e o compromisso com a desinstitucionalização dos hospitais, com a proteção das pessoas em sofrimento mental e com a garantia de seus direitos e redireciona o modelo assistencial em saúde mental para o cuidado em liberdade.

2.3.11 SUBSEDE VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE: repensando os significados e limites da prática profissional sob o título de trabalho social

A Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte foi criada em 1979, na cidade de Lorena, para facilitar o contato de profissionais da região com o CRP SP, sem a necessidade de deslocamento até a capital.

Em um primeiro momento, a então delegacia passou a funcionar nas dependências da Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena (hoje denominada Unisal). Seu objetivo principal era facilitar o contato das/os psicólogas/os da região com o Conselho e atender a futuras/os profissionais com o seu registro. A delegacia também tinha a função de orientar as/os profissionais da região, de fiscalizar o exercício profissional e verificar os possíveis casos de pessoas que exercessem ilegalmente essa profissão, comum na época.

Em 1986, a delegacia iniciou uma série de encontros com psicólogas/os da região que estivessem inseridos no trabalho social. A proposta de debates, nascida de questionamentos e críticas ao trabalho então realizado, veio ao encontro da necessidade sentida e manifestada pelas/os psicólogas/os de um

espaço que viabilizasse repensar dos significados e limites da prática profissional efetuada sob o título de *trabalho social*.

Com base na troca de experiências feita pelos participantes na primeira reunião, foram observadas as questões consideradas mais relevantes, com base nas quais se estabeleceu a prioridade de temas a serem debatidos em reuniões mensais e/ou quinzenais, conforme as possibilidades do grupo então constituído.

As principais questões levantadas e, consequentemente, relacionadas em uma sequência de temas foram: projetos de trabalho social *versus* reprodução do sistema social vigente; a natureza preventiva do trabalho social; entraves do trabalho social; funções da/do psicóloga/psicólogo no trabalho social; nível de reconhecimento da/do psicóloga/psicólogo na atuação social; a linguagem da/do psicóloga/psicólogo *versus* a linguagem da instituição; a ética do trabalho social; e o significado da instituição na resolução de problemáticas sociais.

Em 1993, teve início uma nova modalidade de gestão com um rodízio entre as diferentes funções das/os conselheiras/os, como forma de garantir um processo mais democrático. Passaram a fazer parte da Subsede do Vale do Paraíba as seguintes cidades: São José dos Campos e Jacareí, que pertenciam a Guarulhos, e Ilha Bela e São Sebastião, que pertenciam a Santos. Hoje, a localização estratégica da Subsede Vale do Paraíba abrange 39 municípios das seguintes regiões: Vale do Paraíba e Região Serrana, Alto Vale do Paraíba, Região Litorânea e Vale Histórico.

Em 1994, teve início a busca por um imóvel para receber a subsede na cidade de Taubaté. A transferência da Subsede de Lorena para Taubaté ocorreu em 05 de agosto de 1995, passando a funcionar em um prédio alugado na rua Carneiro de Souza, n. 66, 9º andar, sala 91, no centro da cidade. Mas somente em 1998, após incansável busca, que se efetuou a compra do imóvel na rua Nancy Guisard, n. 25, onde passou a funcionar em definitivo. Nesse ano, a Subsede do Vale do Paraíba, em Taubaté, começou a colher os primeiros frutos do trabalho de aproximação com os Conselhos Municipais da região, por meio do contato e da participação das/os profissionais nos Conselhos Municipais de Saúde de Ubatuba, de Caraguatatuba e de São José dos Campos. Esse era o reflexo do trabalho de articulação da região. Na época, também fruía a ideia de pensar modelos alternativos aos manicômios, que começava a ser assimilada com a adesão da categoria ao chamamento do CRP. Constatava-se também que, cada vez mais, as/os psicólogas/os procuravam a entidade para subsidiar debates e desenvolver projetos conjuntos, resultado do processo constituinte da Psicologia.

A chegada oficial da “Marcha global contra o trabalho infantil”, em 09/05/1998, mobilizou a subsede na preparação do evento, que aconteceu na cidade de Taubaté, com o objetivo de sensibilizar a sociedade civil da região sobre a marcha e sobre a luta contra a exploração do trabalho infantil e contra a redução da maioridade penal para adolescentes.

Em 2015, a subsede iniciou um processo de reforma de seu espaço físico visando à acessibilidade das pessoas. As obras foram concluídas no início de 2016

e a reforma buscou adequar o espaço físico para otimizar o trabalho das/dos funcionárias/funcionários, o atendimento às pessoas usuárias e se tornar um centro de referências da Psicologia para a sociedade e para as/os psicólogas/os. Com a reforma, a subsede se tornou a primeira a ter um espaço completamente acessível a usuárias/os.

A Subsede do Vale do Paraíba conta com uma Comissão Gestora formada por cinco profissionais, que recebem também o apoio e a participação de várias/os psicólogas/os que ajudam no sentido de fortalecer a atuação do CRP na região, que tem como principais características ser um polo industrial, abrigar nove unidades penitenciárias, cinco unidades da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Casa) e diversas universidades.

Nesse contexto, a subsede sempre buscou dar maior visibilidade à profissão, estabelecer o referencial de Psicologia nas diversas instâncias de representação, como nos conselhos de controle social, fóruns e movimentos sociais, trabalhando incessantemente para que a profissão possa ser exercida com ética, qualidade técnica e compromisso social. Entre suas atividades, hoje, destacam-se a atuação na orientação a estudantes de cursos de Psicologia e a articulação com as instituições de ensino superior e docentes da graduação em Psicologia.

Em 2015, o CRP SP iniciou campanha em defesa e qualificação do Sistema Único de Assistência Social (Suas). Na Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, esteve representado nas Conferências de Assistência Social de 14 municípios da região, abarcando municípios de pequeno, médio e grande portes, no Vale do Paraíba, no Vale Histórico, no Litoral Norte e na Serra da Mantiqueira. Em 11 deles, contribuiu com a realização da palestra magna abordando o tema "Consolidar o Suas de vez rumo a 2026". Alguns municípios contaram com o apoio do CRP SP em dois encontros – um em Taubaté e outro em Caraguatatuba – para fazer um balanço das discussões levantadas e da participação da Subsede do CRP SP e das/dos psicólogas/os nas conferências, assim como de mobilização para a etapa estadual.

Para a Comissão Gestora da subsede, a participação em diversos municípios revelava diferentes desafios pelas particularidades de cada realidade, assim como problemas comuns, pois, apesar do caráter único desse sistema de assistência social e de seus desafios estruturais, era fundamental reconhecer a diversidade, as especificidades territoriais, o momento de estruturação do Suas em cada município, para poder avançar em sua implementação.

Cabe lembrar que, no Vale do Paraíba e no Litoral Norte, dos 39 municípios que compõem o território, 23 têm menos de 20 mil habitantes. Devido ao número reduzido de psicólogas/os, ao longo dos anos, o desafio foi lidar com a precarização do trabalho, situação alertada nas aulas inaugurais e em representações nos cursos de Psicologia. A meta tem sido compor uma equipe sólida e bem distribuída nas microrregiões para reativar subcomissões e estar nos

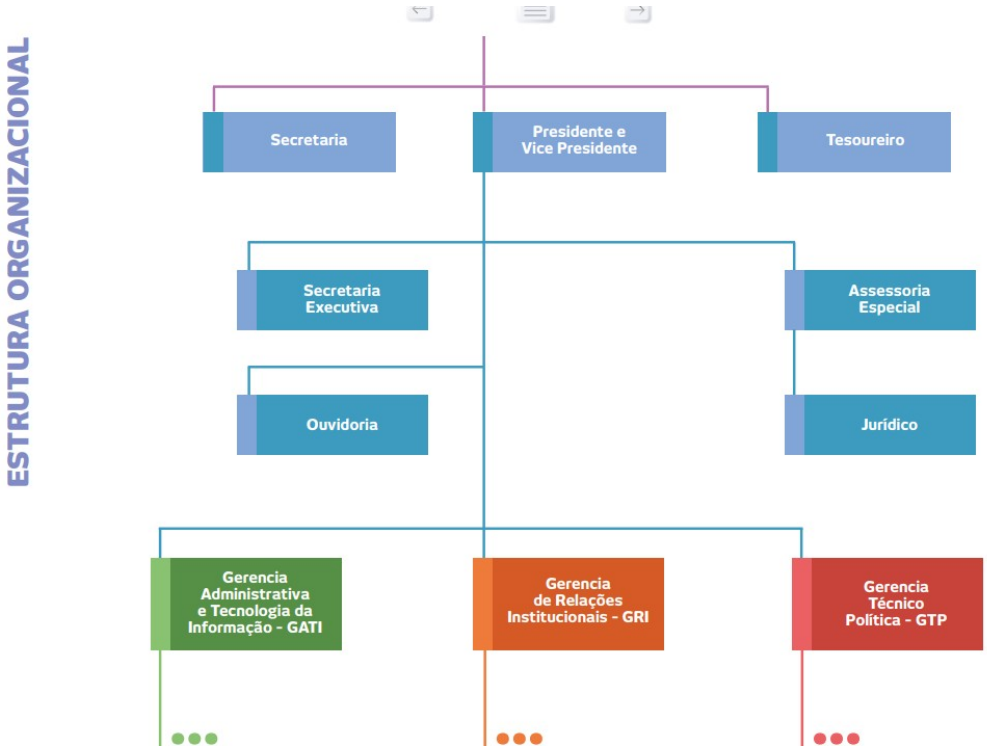
órgãos de controle social, para reforçar a garantia de direitos e a eliminação de quaisquer formas de discriminação.

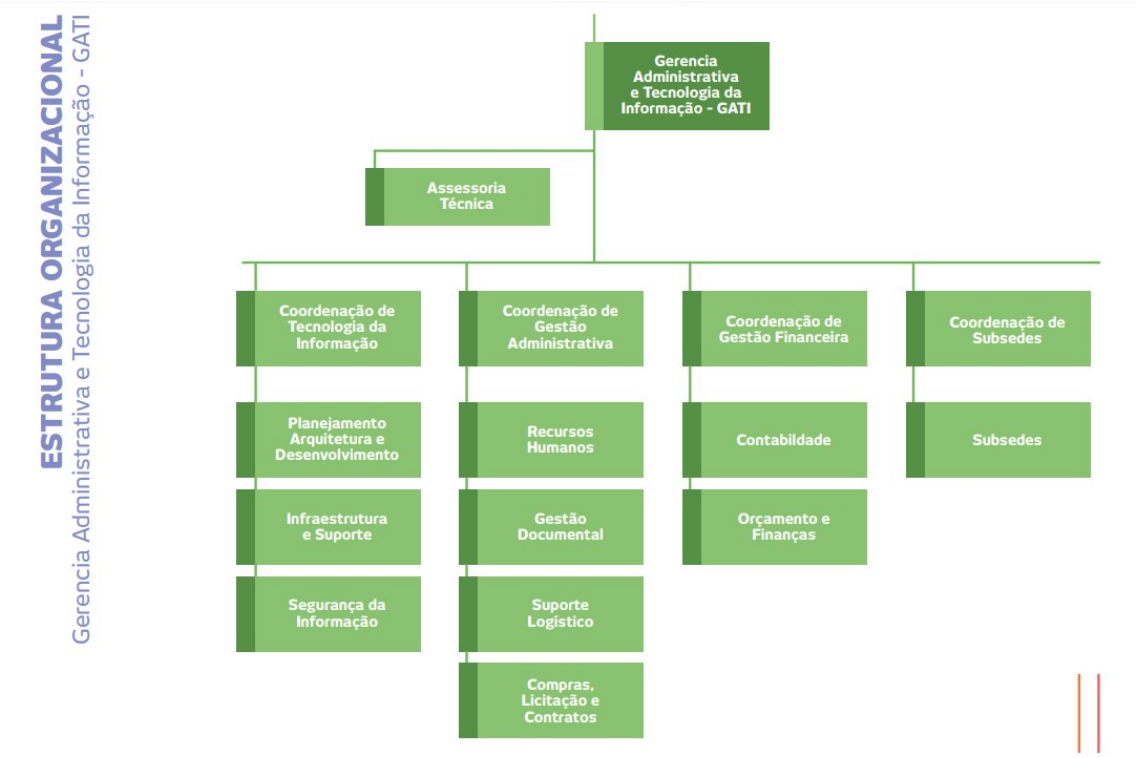
Nos mais de 40 anos de sua existência, inúmeras atividades se destacaram, como o atendimento e a orientação à/ao psicóloga/o nas questões relativas à documentação para o exercício profissional; fiscalização e orientação; orientação às pessoas que procuram informação a respeito do trabalho da/o psicóloga/o; planejamento dos trabalhos e discussões dos aspectos importantes para sua viabilização; reuniões periódicas com coordenadoras/es dos subnúcleos para planejar as ações relacionadas às áreas específicas; realização de eventos previstos em Planejamento Estratégico e outros demandados da realidade da região; participação, por meio de representação nos conselhos municipais de controle social; atendimento às faculdades da região para informação e orientação a discentes do curso de Psicologia sobre questões relativas ao exercício profissional de acordo com o Código de Ética; e participação em eventos promovidos por essas instituições.

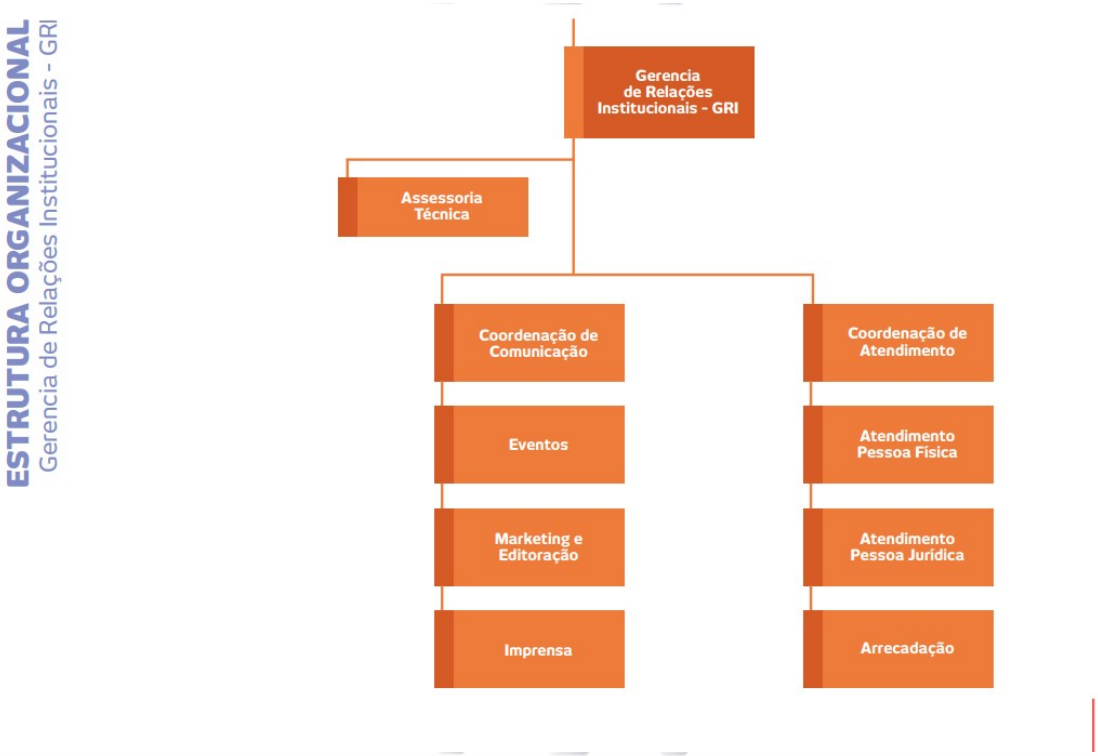
2.4 Estrutura Organizacional

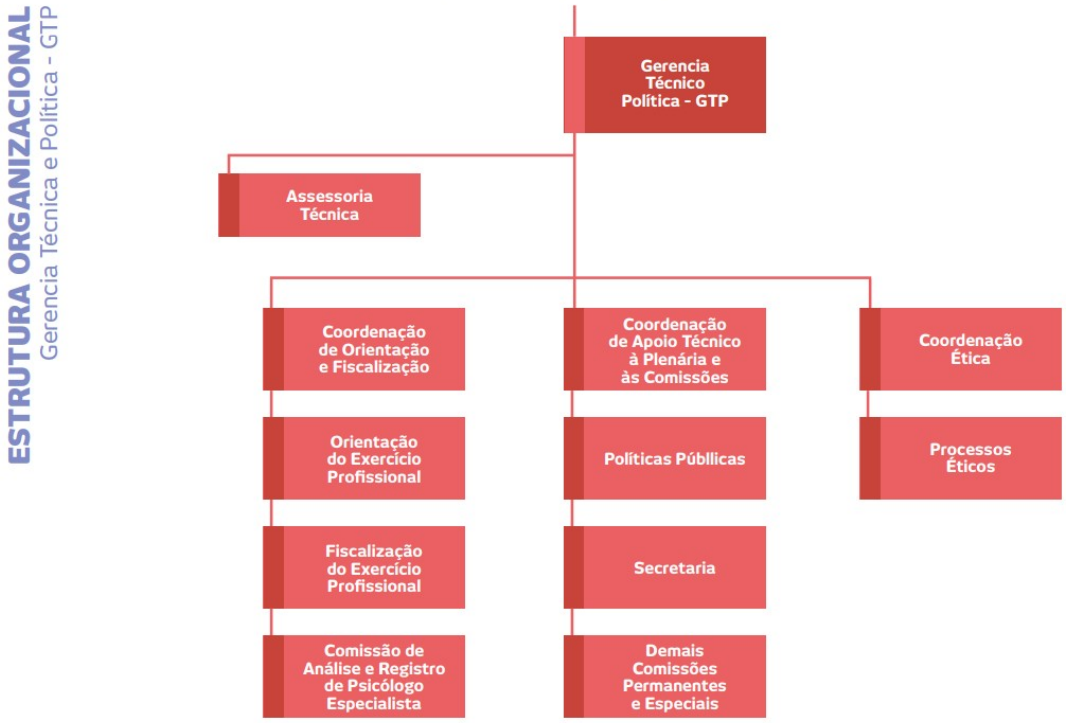
As gestões dos Conselhos Regionais de Psicologia são feitas por Plenários, que são eleitos a cada três anos. Eleições estas que ocorrem simultaneamente em todo o país, na data de 27 de agosto – Dia da Psicóloga e do Psicólogo. O voto é universal e obrigatório para quem tem registro ativo no CRP SP. Durante o período da eleição, é possível votar pelo site ou em pontos de apoio na sede e nas subsedes do Conselho. As chapas concorrentes são apresentadas no Congresso Regional da Psicologia, e podem ser compostas por quaisquer grupos que cumpram os requisitos da legislação vigente (Decreto nº 79.822/77). As plataformas eleitorais de quem se candidata estão baseadas nas decisões e prioridades votadas pela categoria presente nos Congressos. O mandato da conselheira e do conselheiro regional é de três anos, com a possibilidade de reeleição consecutiva por uma vez.

Para o encaminhamento das atividades rotineiras de sua estrutura interna, os Plenários contam com diversas áreas que compõem a administração do CRP SP, conforme o organograma:




ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
Gerencia Administrativa e Tecnologia da Informação - GATI
Gerencia Administrativa e Tecnologia da Informação - GATI
Assessoria Técnica
Coordenação de Tecnologia da Informação
Planejamento Arquitetura e Desenvolvimento
Infraestrutura e Suporte
Segurança da Informação
Coordenação de Gestão Administrativa
Recursos Humanos
Gestão Documental
Suporte Logístico
Compras, Licitação e Contratos
Coordenação de Gestão Financeira
Contabildade
Orçamento e Finanças
Coordenação de Subsedes
Subsedes





(*In*: Relatório de gestão 2023 - páginas 23, 24,25 e 26, disponível em: https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2024/03/Relatorio-de-gestao_2023_CRPSP_compressed.pdf)

2.5 As Comissões Permanentes e Especiais

Dentro dos CRPs, as Comissões têm caráter permanente, regulamentar ou especial. As Comissões têm caráter de assessoramento às instâncias deliberativas que são o Plenário e a Diretoria.

As **Comissões Permanentes** são mantidas independentemente da gestão, pois estão relacionadas aos objetivos e atividades principais do CRP e têm por função:

- Atender obrigações previstas em legislação;
- Atender às funções precípuas do Conselho;
- Justificar a importância, utilidade e funcionalidade como meio para garantir a continuidade e as funções finalísticas;
- Garantir orientação para o cumprimento dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional;
- Garantir o cumprimento das resoluções e normativas do CFP;
- Elaborar normas para o planejamento, a organização, execução, a coordenação e o controle das atividades legais.

São elas:

COE – Comissão de Ética e CAM/COE – Câmara de Mediação da COE

A Comissão de Ética (COE) é um órgão especial de assessoramento ao Plenário e à Diretoria do CRP SP para aplicação do Código de Ética Profissional e do Código de Processamento Disciplinar. Cabe à Comissão de Ética:

- Conduzir os processos disciplinares;
- Apropriar-se da legislação interna e externa referente ao exercício profissional;
- Informar ações;
- Realizar reuniões sobre assuntos de sua competência;
- Assessorar e propor decisões a respeito de medidas em sua área;
- Trabalhar em articulação com as demais Comissões e órgãos do CRP (Resolução CFP n. 16/2001, artigos 17 e 18);
- Exercer as atribuições previstas da Comissão de Ética definidas no Código de Processamento Disciplinar (Resolução CFP n. 11/2019).
- A Comissão de Ética realiza também a análise de editais e concursos, de interesse da Psicologia, a fim de verificar se o conteúdo deles garante exercício profissional com qualidade ética e técnica e se contemplam espaços para a atuação da/o psicóloga/o.

A Câmara de Mediação (CAM) da COE tem por objetivo:

- Conduzir procedimentos de mediação e outros meios consensuais e restaurativos de resolução de conflitos nos processos ético-disciplinares e desenvolver programas destinados a estimular a autocomposição no âmbito da atuação do CRP SP.

COF – Comissão de Orientação e Fiscalização

Seu objetivo é coordenar e executar em sua jurisdição as atividades de orientação e de fiscalização do exercício profissional, além de assistir ao Plenário do CRP SP nos assuntos de sua competência. São suas atribuições:

- Apropriar-se das legislações interna e externa referente ao exercício profissional, bem como das diretrizes definidas pela autarquia para a área;
- Submeter para aprovação do Plenário do CRP SP os projetos e o calendário de suas atividades;
- Propor ao Plenário decisões a respeito de medidas em sua área, implementando as ações para o cumprimento das decisões;
- Informar ao Plenário todas as suas ações por intermédio de atas, boletins informativos internos ou relatos em sessão plenária;
- Decidir sobre assuntos de rotina, de acordo com diretrizes fixadas pelo Plenário em consonância com as normas e diretrizes gerais da autarquia;
- Programar, convocar e realizar reuniões sobre assuntos de sua competência, recorrendo a serviços de assessoria, quando necessários;
- Assessorar o Plenário e a Diretoria, quando solicitada;
- Conduzir as ações, responder a consultas e tomar as medidas relacionadas à orientação e fiscalização do exercício profissional, assim como aquelas correlatas que lhe sejam atribuídas pelo Plenário;
- Coordenar o trabalho das/os conselheiras/os ou psicólogas/os devidamente credenciadas/os para a função de fiscais, orientando-as/os e supervisionando-as/os, assim como sugerindo ao Plenário novos procedimentos de fiscalização;
- Promover articulação com as demais comissões do CRP;
- Informar à sociedade e às/aos psicólogas/os de sua jurisdição, pelos meios disponíveis e julgados mais adequados, a respeito de normas e princípios éticos tais como:
    - Reuniões com as/os profissionais, por área de atividade e local, para avaliação crítica da prática profissional;
    - Reuniões com sindicatos, associações de psicólogas/os, cooperativas e entidades afins, viabilizando ação conjunta, de orientação ao exercício profissional;
    - Contatos com entidades formadoras, supervisoras/es, estudantes, professoras/es de disciplinas profissionalizantes, para acompanhar os estágios em andamento, visando a assegurar a qualidade da formação, respeitados os limites da competência tanto do CRP quanto da entidade formadora, e informar sobre o Conselho e os princípios éticos da profissão;

- Contato com órgãos da administração pública visando a influenciar na política de prestação de serviços ao público e melhoria das condições vigentes;
- Contato com entidades empregadoras e/ou prestadoras de serviços psicológicos.

CARPE – Comissão de Análise para Concessão de Registro de Psicóloga Especialista

A Comissão de Análise para Concessão de Registro de Psicóloga/o Especialista é de caráter permanente e visa analisar a documentação referente ao pedido da concessão e do registro de psicóloga/o especialista

O registro de especialista do Conselho Federal de Psicologia, se diferencia em relação aos títulos acadêmicos porque as especialidades regulamentadas pelo CFP são ligadas ao campo do exercício profissional da/o psicóloga/o, sendo normatizadas aquelas que se configuram como mais recorrentes e consensuais. Diferenciando, especialista é a/o profissional graduada/o que acumula notório saber teórico-prático em uma área específica, reconhecida por seu conselho de classe. A Resolução CFP nº 023/2022 determina que, para conceder o registro de psicóloga/o especialista, as/os profissionais deverão comprovar efetivo exercício profissional e demonstrar conhecimento teórico-metodológico mediante conclusão de curso de especialização reconhecido pelo MEC à época cursada ou aprovação em prova de especialista promovida pelo CFP.

Comissões Gestora das Subsedes

Em 1993, com a mudança na nomenclatura *delegacias* para *subsedes*, foram criadas as Comissões Gestoras das Subsedes para fazer com que esses espaços fossem mais autônomos e ativos.

A Comissão Gestora de cada Subsede, aprovada em Plenário, é homologada por meio de Portaria assinada pela/o Presidente/a do CRP 06 e composta por três a cinco membras/os, de acordo com o número de psicólogas/os da respectiva região.

As pessoas integrantes da Comissão Gestora são conselheiras/os ou psicólogas/os residentes na região, indicadas/os e aprovadas/os pelo Plenário.

São atribuições das Comissões Gestoras, por meio de atuação orgânica, realizar as seguintes atividades do CRP 06, na sua área de atuação:

- Orientar e fiscalizar o exercício profissional;
- Fazer a recepção de novas/os psicólogas/os;
- Acolher e protocolar denúncias referente ao exercício profissional, encaminhando-as à sede do CRP SP para providências cabíveis;
- Quando solicitado pelo CRP 06, realizar diligências, observando o prazo determinado;
- Proceder e autorizar a administração financeira dos projetos desenvolvidos na sua área de abrangência, após aprovação da Diretoria e por delegação desta;
- Representar o CRP 06 nas diversas instâncias que se fizerem necessárias, previsto no orçamento e no planejamento do Plenário;
- Promover a mobilização e a organização das/os psicólogas/os, como disposto na previsão orçamentária anual do CRP 06;
- Organizar e coordenar as etapas designadas pelo Plenário para o Congresso Regional da Psicologia (Corep), em especial os eventos preparatórios no âmbito dos territórios.

CDH – Comissão de Direitos Humanos

Objetivos e atribuições:

- Incentivar a reflexão sobre os Direitos Humanos inerentes à formação e articular, em conjunto com outros setores da sociedade, a defesa e a garantia de Políticas Públicas à prática profissional e à pesquisa em Psicologia;
- Intervir em situações em que existam violações de Direitos Humanos que produzam sofrimento psíquico, dentro das atribuições do CRP SP;
- Colaborar com organismos e movimentos nacionais e internacionais que atuam em defesa dos Direitos Humanos e de Políticas Públicas que visam à sua concretização, reforçando, ainda, o compromisso do CRP com a defesa e garantia dos Direitos Humanos na América Latina;
- Analisar as formas de desigualdade social e de opressão, como machismo, racismo, LGBTfobia, classismo, capacitismo, etarismo, manicomialização, patologização, que violam os Direitos Humanos e provocam sofrimento psíquico e social, a fim de orientar a categoria sobre o exercício profissional;
- Participar, por meio de representações, da Reunião Nacional das Comissões de Direitos Humanos e Políticas Públicas dos Conselhos de Psicologia e ações conjuntas;
- Promover a participação das/os psicólogas/os na construção, efetivação e gestão de Políticas Públicas que garantam a defesa dos Direitos Humanos;
- Desenvolver ações de orientação às/aos profissionais de Psicologia referentes à atuação em Políticas Públicas;
- Mapear práticas em Psicologia e Políticas Públicas que ofereçam maior visibilidade à contribuição da profissão para o campo da ciência, além da produção de recomendações e posicionamentos sobre a atuação do Estado em relação às formas de assistência à sociedade.

A Comissão de Direitos Humanos do CRP SP se organiza estadualmente, em grupos de trabalho (GTs). Os GTs discutem temas e demandas para a efetivação de ações políticas e contribuem para a orientação e o fortalecimento da atuação da categoria.

CCI – Comissão de Comunicação Institucional (COMCOM)

Sua função é manter o diálogo entre o CRP SP, a categoria e a sociedade por meio dos canais de comunicação social e projetos da autarquia. Atua formando e informando as/os psicólogas/os sobre temas associados à Psicologia, à atuação profissional e ao funcionamento do Sistema Conselhos, participando da construção e do fomento da Psicologia, especialmente no estado de São Paulo. É demandada pelas Comissões Estaduais, Comissões Gestoras, Grupos De Trabalho, Núcleos, Plenário, trabalhadoras/es e Sistema Conselhos de Psicologia.

Para isso, a ComCom concebe produtos (lives, podcast etc.) e planos de comunicação; produz e divulga informes, ações e campanhas; responde pelos canais proprietários do CRP SP (site, hotsites e repositório digital) e pela gestão de conteúdo e interação com o público nas mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram, YouTube,

Linkedin e WhatsApp); planeja e operacionaliza envios de malas-diretas (boletins digitais, e-mail marketing); lança as publicações gráficas da autarquia (Jornal Psi, Cadernos Temáticos, manuais, documentos de orientação, folhetos etc.); cria materiais visuais da sede e subsedes (banners, letreiros, placas); atende pela assessoria de imprensa intermediando participações institucionais nos veículos de imprensa e canais de influência; produz eventos nos âmbitos estadual e metropolitano, como rodas de conversa, seminários, assembleias, formações, entre outros; acompanha e sistematiza as métricas e os resultados decorrentes dessas ações; zela pela aplicação da Política de Comunicação do CRP SP, conduzida por uma linguagem inclusiva, anticapacitista, antirracista e não misógina.

CACI – Comissão de Auditoria e Controle Interno

Suas atribuições são verificar a existência, a suficiência e a aplicação dos controles internos, bem como se as normas internas estão sendo seguidas.

A Caci também assessora a Diretoria e o Plenário no cumprimento de seus objetivos, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança.

Outras atribuições da Caci são o controle interno por meio do exame da integridade e da confiabilidade das informações e registros contábeis, financeiros e de prestação de contas; análise da eficiência, da eficácia e da economicidade no desempenho e na utilização dos recursos e fazer com que sejam observadas as normas e as diretrizes da gestão.

CREPOP – Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

O objetivo do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) é promover a qualificação da prática profissional de psicólogas/os que atuam em Políticas Públicas, por meio de pesquisas e da sistematização e divulgação de informações acerca da prática profissional da categoria nessas políticas.

É instituído como setor permanente do CRP SP, de caráter operacional, estratégico e investigativo em Psicologia, no contexto das Políticas Públicas, com fins de ações regionais para a produção de referências técnicas para a atuação profissional.

Pode contribuir para a articulação das comissões temáticas de seus Conselhos Regionais, quando tratarem de Políticas Públicas, para que realizem as seguintes atribuições:

- Subsidiar a interlocução da Psicologia com espaços de formulação, gestão e execução de Políticas Públicas e fóruns específicos de áreas correlatas à Psicologia, como educação e outras;
- Promover o conhecimento sobre as práticas de psicólogas/os atuantes no campo das Políticas Públicas;
- Fomentar a presença de psicólogas/os em campos de atuação ainda emergentes no âmbito das Políticas Públicas.

Crepop: Fortalecendo a Psicologia nas Políticas Públicas

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), criado em 2006 pelo Sistema Conselhos de Psicologia, surgiu a partir do Banco Social

de Serviços em Psicologia, que buscou oferecer o trabalho de psicólogas(os) para serviços e políticas públicas nas quais ainda não havia atuação de profissionais da área durante os anos de 2003 a 2005; o Crepop foi proposto durante o V Congresso Nacional de Psicologia como uma estratégia de continuidade do trabalho realizado pelo Banco Social. Com a Resolução CFP 14/2022, formalizou-se a Rede Crepop Nacional, que articula os Conselhos Regionais de Psicologia e é responsável pela produção e disseminação de referências técnicas que orientam o trabalho das(os) psicólogas(os) em áreas fundamentais, como saúde, educação, assistência social e segurança pública.

O Crepop realiza consultas públicas, coleta e analisa dados, organiza pesquisas e promove discussões com psicólogas(os) e especialistas para identificar e sistematizar práticas de Psicologia aplicadas às políticas públicas. Essa produção resulta em documentos técnicos que servem como orientações para o trabalho das(os) psicólogas(os) em diferentes áreas, garantindo um atendimento ético e qualificado em prol da transformação social.

O Crepop é fundamental para a categoria por fornecer diretrizes bem fundamentadas para a prática profissional. Essas referências técnicas auxiliam psicólogas(os) a lidar com questões complexas da realidade social, ajudando a garantir que o trabalho da(o) psicóloga(o) seja coerente com os princípios éticos, de justiça social e de promoção de direitos.

Desde a sua criação, o Crepop tem consolidado um espaço de diálogo entre o Sistema Conselhos de Psicologia e as(os) profissionais, promovendo avanços importantes. Seu trabalho fortalece a Psicologia enquanto ciência e profissão, tornando-se uma referência ética e técnica para as(os) psicólogas(os) em políticas públicas de saúde, assistência social e educação, ampliando a presença da Psicologia na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

CPLC – Comissão de Processos Legislativos e Concursos

A CPLC realiza o levantamento de projetos de lei e informa aos coletivos da gestão sobre seu andamento, motivando, assim, ações políticas. A CPLC também alerta sobre a tramitação de projetos de maior relevância e propõe, eventualmente, alguma notícia para os canais do CRP SP.

Essa comissão também ajuda os grupos de trabalho a elaborarem ofícios ao legislativo sobre suas pautas, justificando o posicionamento do CRP SP.

Além disso, acompanha proposições legislativas que tramitam nas Câmaras Municipais e Assembleia Legislativa do estado de São Paulo e que se relacionam à Psicologia como ciência e profissão e ao monitoramento dos editais de concursos públicos para o provimento de cargos de psicólogas/os.

CL – Comissão de Licitação

Sua função é receber, analisar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações, considerando que esta é a forma de contratação definida por lei para a contratação da autarquia pública.

Comissões Especiais:

Os CRPs também mantêm **Comissões Especiais**, que são criadas por iniciativa exclusiva do Plenário para atender a objetivos especificados no ato administrativo que as institui.

Essas comissões são criadas por resolução do Conselho Regional e têm por função:

- Atender necessidades específicas para o funcionamento da gestão;
- Ter prazo determinado e nomeação;
- Subsidiar, tecnicamente, as deliberações do Plenário nas questões administrativas e financeiras.

São atribuições das Comissões Especiais, em 2024:

CHM – Comissão Especial de História e Memória

- Incentivar a reflexão sobre a história e a memória da Psicologia relativamente à formação, à prática profissional e à pesquisa em Psicologia; ampliar os trabalhos de pesquisa e divulgação sobre as/os psicólogas/os pioneiras/os do estado de São Paulo de acordo com a indicação do Crepop;
- Desenvolver ações de ampliação do reconhecimento dos campos históricos e emergentes de atuação das/os psicólogas/os e das instituições que foram importantes para a consolidação da Psicologia como ciência e profissão;
- Produzir conteúdo e desenvolver espaços de diálogo para acesso ao acervo do CRP 06 com a categoria; ampliar a produção e difusão do conteúdo das ferramentas de acesso, por meio da atualização permanente da Linha do Tempo da Psicologia em São Paulo e do Repositório Digital Fúlvia Rosemberg.

CRER – Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais

- Implantar e coordenar as políticas de ações afirmativas do Sistema Conselhos de Psicologia;
- Propor ações no âmbito do CRP 06 de políticas afirmativas e de combate ao racismo;
- Interseccionar ações antirracistas em defesa da população negra;
- Articular e discutir questões da ciência psicológica voltadas para a atuação com população indígena.

CPAP – Comissão Especial Psicologia Clínica e Avaliação Psicológica

- Subsidiar o cumprimento do Resultado Estratégico para discutir e construir orientações sobre a diversidade da Psicologia Clínica a partir das psicoterapias, avaliação psicológica e neuropsicologia, ou outras que mostrarem emergentes;
- Discutir em todo estado as temáticas para propor ações com a categoria; amparar o Plenário nas temáticas de sua competência elaborando pareceres.

CRED – Comissão Especial Riscos, Emergências e Desastres

- Favorecer aspectos, como a legitimação, o reconhecimento, as condições de trabalho e da formação, além da inserção nas Políticas Públicas na área de emergências e desastres;
- Transversalizar as presenças qualificadas da Psicologia nas pautas de riscos, emergências e desastres discutindo as especificidades nas diversas Políticas Públicas da defesa civil, saúde, assistência social e educação;
- Refletir, dialogar e propor melhorias para temas específicos atinentes à Psicologia, como ciência e profissão, articulando ações internas e externas subsidiando o Plenário em suas orientações sobre o tema.

CEIC – Comissão Especial de Entidades da Psicologia, Instituições Públicas e Coletivos Organizados

- Mapear e publicizar os espaços de representação ativos no CRP 06, considerando os espaços de referência, período de representação, pessoa de referência junto às/aos gestoras/es das subsedes;
- Estabelecer parceria com os sindicatos, SinPsi, Ministério Público, conselhos e organizações profissionais para articulações de fortalecimento na atuação nas Políticas Públicas e na melhoria das condições de trabalho decente;
- Organizar parceria com entidades para formação orientativa de coordenadores das IES do estado de São Paulo e construir material de orientação ética e técnica voltado para a formação em Psicologia (exercício profissional);
- Estabelecer fluxo com Ministério Público, SinPsi e demais entidades envolvidas para construção de diretrizes para orientação e fiscalização de serviços-escolas;
- Coordenar as rodas de conversas nas IES, priorizadas com a participação de professoras/es de ética, supervisoras/es de estágio e coordenadoras/es de último ano sobre formação ética e de Direitos Humanos, sendo esta ação relacionada à meta compromisso do CRP SP no Censo da Psicologia Brasileira – CFP.

Essa Comissão deve, obrigatoriamente, ter entre as/os membras/os conselheiras/os da Diretoria, CDH, COE, Crepop, CPLC e COF, e gestoras/es dos territórios.

Grupos de Trabalho são comissões temáticas estaduais. É facultado ao Plenário, quando necessário, constituir grupos de trabalho ou comissões temáticas para fins específicos.

Comissão Regional Eleitoral (CRE) é autônoma e composta em Assembleia Geral, de acordo com normativa específica do Conselho Federal de Psicologia para cada realização de pleito eleitoral.

2.6 CRP SP – 50 Anos atuando em prol do desenvolvimento da sociedade

Muitas coisas mudaram nesses 50 anos percorridos pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, tanto internamente, como em toda a sociedade. Ao iniciar suas atividades, em 1974, o CRP 06 tinha como objetivo fiscalizar e analisar as inscrições das/dos psicólogas/psicólogos, assim como orientar essas/esses profissionais, garantindo o compromisso ético na prestação de seus serviços. O Brasil estava sob uma ditadura militar, o que interferia no cotidiano das instituições por sua rigidez, e a/o psicóloga/psicólogo deveria ser conivente com os poderes instituídos a fim de garantir a reprodução do sistema social. Um exemplo dessa situação é o fato do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, fundado no ano anterior, ser encabeçado por um militar indicado pelo próprio governo.

Ao iniciar suas atividades e sem um endereço próprio, o CRP 06 ocupou, primeiramente, um local cedido pela Sociedade de Psicologia de São Paulo e não contava com nenhum aporte financeiro. Situação que logo viria a mudar com o crescente número de psicólogas/psicólogos que passaram a se inscrever no Conselho. Durante o I Plenário, já foi possível alugar uma casa e, na gestão seguinte, foi adquirido o primeiro imóvel próprio. Com o passar dos anos, para atender a novas demandas que surgiram, foram as aquisições e vendas de outras propriedades, com a consequente mudança de endereços.

Fato bastante comum, muitos dos pioneiros do Conselho eram provenientes das áreas de Filosofia ou Educação e tiveram sua formação em Psicologia em boa parte atribuída a especializações ou cursos de pós-graduação. Ao ser regulamentada a profissão de psicóloga/psicólogo, em 1962, havia o anseio de se construir sua identidade profissional. Naquela época, a graduação na área, sob a determinação de parâmetros fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), passou a ter um currículo mínimo para a formação comum, ao estabelecer as disciplinas, estágios e o formato do curso.

Ao longo das últimas décadas, as possibilidades que a Psicologia oferece se ampliaram muito e a/o profissional passou a ser muito requisitada/requisitado nos mais diferentes espaços. Se, em seus primórdios, a aplicação dos conhecimentos psicológicos se restringia a áreas mais técnicas, como o exame psicotécnico para motoristas, ou à psicoterapia nos consultórios, hoje, atua em Políticas Públicas sociais e de saúde, no combate ao racismo, na luta antimanicomial, nas questões de violência de gênero e dos encarcerados etc. A quantidade de profissionais e de cursos, aumentou de uma forma que não se podia sequer imaginar em 1974 e o ensino procurou acompanhar essas mudanças e saiu do currículo mínimo para diretrizes curriculares muito mais amplas, que apontam para a importância das Políticas Públicas e a transversalidade na questão dos Direitos Humanos e sociais.

Desde sua criação, o CRP SP tem acompanhado essas mudanças ao assumir posições e orientar a classe promovendo discussões em diferentes formatos, oferecendo subsídios para seu aprimoramento constante, com base nos princípios éticos que norteiam seu exercício profissional.

Quando foi criado, o CRP 06 abrangia os estados de São Paulo e Mato Grosso. Em 1979, para que houvesse maior descentralização e a representação do Conselho em diferentes regiões, foi aprovada a instalação das, então, chamadas *delegacias* em Cuiabá (MT), Campo Grande (MS) e nas seguintes cidades paulistas: Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e Santos. Novas unidades surgiram conforme se apresentava a necessidade.

Procurando aumentar a autonomia e a realização de atividades locais, em 1993, as delegacias tiveram seu nome alterado para *subsedes*, como permanece até hoje. Três anos mais tarde, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram desmembrados com a Resolução do CFP de n. 004/1996, que cria o CRP 14/MS, correspondente aos dois estados.

Atualmente, o CRP SP está organizado nas seguintes subsedes: Alto Tietê (1991 – VI Plenário), Assis (1979 – II Plenário), Baixada Santista e Vale do Ribeira (1979 – II Plenário), Bauru (1979 – II Plenário), Campinas (1979 – II Plenário), Grande ABC (1985 – IV Plenário), Metropolitana (2016 – XIV Plenário), Ribeirão Preto (1979 – II Plenário), São José do Rio Preto (1985 – IV Plenário), Sorocaba (2010 – XII Plenário), Vale do Paraíba e Litoral Norte (1979 – II Plenário) e uma sede administrativa na cidade de São Paulo.

Como já foi dito, nos anos 1960 e 1970, a Psicologia era valorizada por seus aspectos técnicos, não se levando em consideração os processos histórico e político no qual se inseria. Os trabalhos dirigidos para a população de baixa renda eram marginais e desenvolvidos por profissionais que também tinham alguma atuação política.

Nos últimos anos, as práticas psicológicas presenciaram a emergência de novos campos de ação. A partir da década de 1980, com a redemocratização do país, ocorreu o rompimento com o período anterior, mais tradicional. As instituições ligadas à profissão passaram a ter uma visão mais engajada com as classes mais populares. O surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS), no início dos anos 1990, possibilitou mais ainda o estreitamento dessa relação.

A crescente demanda dos serviços públicos pelo profissional de Psicologia levou a uma inserção maior de psicólogas/os nos diferentes setores de saúde, assistência social, planejamento urbano, entre outros, o que desembocou, em 2006, na criação do Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs). Seu objetivo é identificar as práticas desenvolvidas pelas/os psicólogas/os para qualificar e orientar sua atuação nos espaços das Políticas Públicas, aproximando a demanda social das possibilidades que a Psicologia apresenta. O CRP SP tem promovido eventos e publicado um diversificado material de referências técnicas que oferecem um importante respaldo para a atuação das/os profissionais da área em toda essa diversidade de ações.

Diferente dos primeiros anos de sua atuação, o CRP SP tem buscado, constantemente, orientar psicólogas/os em sua abertura para novas frentes e novos desafios, bem como procurado ajustar cada vez mais sua aproximação com os

diversos setores da sociedade, em toda a extensão do território paulista, no Brasil e na América Latina.

2. Desenvolvimento do Trabalho

O presente relatório é fruto da pesquisa histórica e iconográfica sobre os 50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, iniciativa da Comissão Especial de História e Memória para as comemorações dessa efeméride. O objetivo foi a elaboração de duas edições comemorativas dos 50 anos do CRP SP, sendo uma no formato Jornal Psi, e outra versão ampliada, com maior profundidade de tratamento dos assuntos. Além do trabalho das publicações, foi contratado um levantamento histórico do Conselho que reunisse, num só documento, as informações coletadas sobre a trajetória da autarquia.

Inicialmente foi proposta pelo setor de Comunicação uma estrutura temática da pesquisa, subdividida em 5 grandes temas, destinada à elaboração da Jornal Psi nº 205, e de sua versão estendida, conforme segue:

AMANHÃ - futuro
> perfil com a psicóloga nº 200 mil: começar com a apresentação do hoje, mas com uma perspectiva do amanhã. a partir das expectativas da entrevistada, recém-chegada na profissão, destacar onde estamos e quais devem ser os caminhos futuros.
>as tendências mais recentes da profissão: uso das novas tecnologias e atendimento online, análise de dados para identificar padrões e tendências, as áreas onde tem crescido a atuação das psis, elementos da Psicologia cognitiva já presentes nas IAs.
MEMÓRIA - pessoas
> perfil com o psi nº 1 do CRP SP (checar se tem condições) Entrevistar Arrigo Leonardo Angelini e tentar fazer um contraponto com a entrevista da psi nº 200 mil. enfatizar as diferenças, as mudanças de lá para cá e como foi ser o número 1 no início de um conselho que ainda se estruturava.
> perfil com personagens icônicos do CRP
entrevistas com pessoas fundamentais na história do Conselho, contando os avanços da autarquia por meio da vivência de cada pessoa.
> outras histórias
espaço para contar um pouco mais de atuações relevantes (a partir da pesquisa histórica) e dar mais pessoalidade ao Conselho.
HISTÓRIA - institucional/ regimental
> como tudo começou
antes o CRP SP era junto com o MT (CRP 14) e MS (CRP 18). contar como foi a separação das zonas de jurisdição. descobrir essas informações a partir de **entrevistas com as primeiras gestões (relação já enviada)**, contar como era a organização e os desdobramentos das mudanças. inserir materiais gráficos que possam ser relevantes.
POLÍTICA - social
> compromisso social da Psicologia
qual o papel das psicólogas e psicólogos na sociedade. a constituição do compromisso ético, social e político da Psicologia. envolvimento com lutas por melhores salários e condições de trabalho. a participação na reforma sanitária e psiquiátrica; na Luta Antimanicomial, cuidado em liberdade, despatologização e desmedicalização. Prêmio Bispo do Rosário e Prêmio Jonathas Salathiel.
ENSINO - transformações
> as mudanças na formação em Psicologia
o que era lecionado, quais os conteúdos que não são mais ensinados e nem praticados, o que de mais novo interessa aos estudantes. falar sobre o campo da pesquisa (poucas bolsas) e a legitimação dos estudos como ciência.
> o que levou a ser um dos cursos mais procurados
como era o perfil dos ingressantes e o que mudou nos últimos anos. ABEP.
> importância da orientação
atuação do CRP SP e a necessidade da atualização contínua.

A partir dessa definição, os trabalhos se seguiram acompanhando as solicitações da coordenação das revistas.

Durante o processo, além das atividades de pesquisa e entrevistas foram realizadas, nas datas que seguem, Reuniões/Visitas/Encontros entre a equipe contratada e o CRP SP (Comunicação e CEDOC): 12/04/2024; 26/04/2024; 30/04/2024; 03/05/2024; 07/05/2024; 08/05/2024; 16/05/2024; 22/05/2024; 04/06/2024; 18/06/2024; 27/06/2024; 11/07/2024, além das reuniões internas da equipe da Enfoque (cerca de 40 encontros). No dia 06/05/2024 houve uma reunião *online* com membros da Comissão Especial de História e Memória e a presidenta do CRP SP.

3.1 Pesquisa de fontes

Para atender a esse levantamento foram consultados materiais publicados, realizadas entrevistas e ocorreram diversas reuniões entre a equipe da Enfoque Consultoria e Pesquisa em História e o Setor de Comunicação do CRP SP.

A pesquisa teve como ponto de partida a consulta exaustiva no site do CRP SP e no Repositório Digital Fúlvia Rosemberg para verificação de conteúdos, identificação das fontes e publicações em formato digital e para nos familiarizarmos com a instituição, sua imagem e história através de sua própria produção documental.

Visitamos o Centro de Documentação do CRP SP (CEDOC) a fim de conhecer sua variedade documental. Durante parte do processo, o espaço físico do CEDOC não esteve disponível para consultas presenciais por atravessar um período de obras estruturais ou pela indisponibilidade de acompanhamento de representante do CRP SP no local. Um HD com o material iconográfico digitalizado do CEDOC foi proporcionado para consulta. Diante da expressividade do volume documental no site, repositório e HD fornecido foi possível prosseguir com nossas atividades.

Foram consultadas todas as edições do Jornal Psi, Cadernos Temáticos, revistas comemorativas, Linha do Tempo, folders, fotografias e demais publicações disponíveis no site e Repositório; assim como o Portal PePsic, Portal Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil, MEC, CFP, PUC e diversos outros sites relacionados à memória da Psicologia e que se encontram elencados na Bibliografia.

3.2 Entrevistas

Como parte da metodologia, durante a pesquisa foram realizadas entrevistas em conjunto com o Setor de Comunicação. Para cada um dos depoimentos abaixo foi produzido um roteiro específico, com base em pesquisa prévia; seis deles foram feitos presencialmente e três por via remota; as gravações desses depoimentos também foram transcritas e seus textos revisados (transcrições anexadas ao final deste relatório)

- Arrigo Leonardo Angelini (CRP 06/01)
- Maria da Graça Marchina Gonçalves (CRP 06/3983)
- Maria Imaculada Cardoso Sampaio (via Google Meet)
- Marlene Bueno Zola (CRP 06/4262)
- Marlene Guirado (CRP 06/2604)
- Odair Furtado (CRP 06/25594)
- Odette de Godoy Pinheiro (CRP 06/2155)

- Rosana Cathya Ragazzoni Mangini (CRP 06/31837) (via Google Meet)
- Marcos Toledo, do CEDOC (via Google Meet)

O Setor de Comunicação fez as seguintes entrevistas que também constituíram importantes fontes de informações para o nosso trabalho e estão no vídeo “50 Anos do CRP SP: por quem construiu e constrói essa história”:

- Ana Mercês Bahia Bock (CRP 06/2771)
- Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/58631),
- Irani Tomiatto de Oliveira (CRP 06/2336)
- Marilene Proença Rebello de Souza (CRP 06/6133)
- Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)
- Renata Arruda dos Santos (CRP 06/200000)
- Diógenes Antonio Pepe (ex-funcionário)
- Rose Mary da Silva Guidio (ex-funcionária)
- Cadência Alves Casemiro (estudante de Psicologia)
- Camila Sant’Ana de Oliveira (estudante de Psicologia)

3.3 Fichas de Pesquisa

A fim de auxiliar na produção de textos solicitados para as edições, foram produzidas as seguintes fichas de pesquisa, com referências básicas sobre os assuntos:

FP I – Prêmio Arthur Bispo do Rosário
FP II – Prêmio Jonathas Salathiel
FP III – Logos do CRP SP
FP IV – Formação em Psicologia
FP V – Subsedes
FP VI – Ensino
FP VII – Legislação
FP VIII – Endereços das Sedes
FP IX – Como tudo começou: CRP 06 (SP, MT e MS); mudança de Delegacias para Subsedes
FP X – Primeira sede
FP XI – Compromisso Social
FP XII – Reforma Psiquiátrica
FP XIII – Medalha Wilhelm Wundt
FP XIV – Prêmio César Ades
FP XV – Virgínia Leone Bicudo
FP XVI – Prêmio Marcus Vinícius
FP XVII – Gestões
FP XVIII – Ensino/depoimentos
FP XIX – SUS
FP XX – Relação de Temas por década
FP XXI – Lei de Cotas
FP XXII – Gestões 2014-2024
FP XXIII – Importância do CRP SP para o ensino
FP XXIV – Frases sobre Ensino (2004-2014)
FP XXV – Texto APAF (Religião e Espiritualidade)

FP XXVI – Sistema Único de Assistência Social
FP XXVII – Década de 2014-2024
FP XXVIII – Gestões 2004-2014

3.4 Produção de textos

Atendendo às demandas do Setor de Comunicação foram feitas redações de textos de referência e apoio, textos para o Jornal Psi 205 e sua versão estendida, textos para a Linha do Tempo, conforme segue:

3.4.1 Textos de referência

- Arrigo Leonardo Angelini
- Ensino de Psicologia no Brasil
- Logomarcas do CRP SP
- Prêmio Arthur Bispo do Rosário de Artes Plásticas
- Prêmio Jonathas Salathiel
- Reformas Psiquiátrica e Sanitária e Luta Antimanicomial
- Sedes do CRP SP em São Paulo
- Subsedes

3.4.2 Textos para o Jornal Psi 205

- Ensino de Psicologia no Brasil
- Prêmio Arthur Bispo do Rosário de Artes Plásticas
- Prêmio Jonathas Salathiel
- Década 2004-2014
- Década 2014-2024

3.4.3 Textos para a revista histórica / versão estendida

- Sorocaba na Luta Antimanicomial
- Compromisso Social (Caminhos do CRP)
- Memória – CEDOC
- Subsedes
- Publicações CRP SP
- CREPOP
- Outros prêmios
- Ensino de Psicologia / ABEP
- Biblioteca Virtual de Saúde / PePsic

3.4.4 Textos para a Linha do Tempo

- Contexto histórico (2020, 2021, 2022, 2023, 2024)
- Pensamento psicológico (2020, 2021, 2022, 2023, 2024)
- Práticas Psicológicas (2020, 2021, 2022, 2023, 2024)

3.5 Pesquisa iconográfica

A pesquisa de imagens utilizou as seguintes fontes:

- Site do CRP SP;
- HD do CEDOC;
- Repositório Fúlvia Rosemberg (site do CRP SP);
- Facebook do CRP SP;
- Acesso ao banco de dados do CEDOC, disponibilizado pelo link fornecido pela Comunicação;
- Sites externos para fotos de contexto

3.6. Listagem de Plenários (conferência)

Através de consultas no Portal da Transparência e nos Relatórios de Gestão do CRP SP, fizemos o levantamento e conferência dos nomes das(os) conselheiras(os) de todos os 17 Plenários (de 1974 a 2024). Para tanto, contamos também com uma listagem fornecida pela Secretaria do Conselho. Os mesmos encontram-se disponibilizados no início de cada um dos Plenários.

4. Produtos entregues ao CRP SP

Foram feitas as seguintes entregas ao Setor de Comunicação:

- **Textos de referência solicitados pela Comissão de Comunicação para as revistas comemorativas** (anexos), em 22/05/2024
- **Textos para o Jornal Psi 205** (anexos), em 04/07/2024
- **Textos para a revista histórica / versão estendida** (anexos) em 10, 11, 12, 14, e 26/7/2024
- **Textos para a Linha do Tempo**: Verbetes produzidos para o Contexto Histórico, Pensamento Psicológico e Práticas Psicológicas, de 2020 a 2024 (anexos), em 6/6/2024, 21/08/2024 e 23/08/2024
- **Pesquisa iconográfica** (cf. print anexo e arquivos digitais)
  - 1º lote: pesquisa no HD externo do CEDOC, em 03/07/2024.
  - 2º lote: pasta com 50 folders selecionados, em 5/07/2024.
  - 3º lote: seleção de fotografias, materiais gráficos e fotografias externas em 19/07/2024.
  - 4º lote: seleção de fotografias e materiais gráficos referentes à luta racial, anticapacitista e LGBTQIA, em 30/07/2024.
  - 5º lote: Fotografias das primeiras décadas do CRP SP (1974-1994), em 02/08/2024.
- **Fichas de pesquisa** (lista anexa e arquivos digitais)
- **Fontes e referências** (lista anexa e arquivos digitais)
- **Transcrição das 9 entrevistas feitas pela Enfoque** (anexa)
- **Áudios das entrevistas** (arquivos digitais)
- **Indicação de nomes relevantes para a História da Psicologia em São Paulo** (anexa)
- **Legislação e normas relevantes** (lista anexa e arquivos digitais)
- **Bibliografia** (anexa)

5. Anexos

5.1 Textos de referência solicitados pela Comissão de Comunicação para as revistas comemorativas

5.1.1 ARRIGO LEONARDO ANGELINI

Arrigo Leonardo Angelini é um dos mais proeminentes psicólogos do Brasil. Destacou-se como um dos expoentes que batalharam para que a profissão fosse reconhecida, assim como contribuiu na formação de inúmeros profissionais da área, tendo ajudado na fundação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Nascido em Santo André, em 28 de agosto de 1924, ao terminar o ginásio, iniciou o Curso Normal, que preparava professores para o ensino primário. Foi quando teve o contato inicial com matérias da Pedagogia e Psicologia, que lhe despertaram especial interesse.

Ao formar-se, ingressou no então recém-criado curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1942.

> Eu escolhi Pedagogia, que na ocasião tinha como sustentáculo, como base, a Psicologia, que era uma disciplina, não era um curso.

Ali destacou-se e chamou a atenção da Profa. Noemy da Silveira Rudolfer, que o convidou para mais tarde ser seu assistente. Foi através dela que começou a trabalhar na Universidade de São Paulo.

Uma experiência que marcou sua atuação profissional foi aquela desenvolvida junto ao Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, onde trabalhou antes mesmo de terminar a graduação:

"Uma instituição que selecionava todos os cargos da ferrovia, desde o maquinista, guarda de trem, enfim, todas as funções de uma estrada de ferro. E eu, então, comecei a trabalhar fazendo a parte de seleção e ensino de pessoal para cargos nas estradas de ferro. Nós aplicávamos testes psicológicos que eram produzidos ali mesmo, ou então eram adaptados dos testes psicológicos existentes. A gente fazia o estudo do teste para usá-lo na seleção do pessoal. Eu gostava de fazer a aferição, ou a criação de testes novos, ou ainda, a adaptação de testes americanos".

Em 1949 participou de um concurso para ingresso no Magistério Secundário e Normal do Estado de São Paulo, quando obteve o primeiro lugar devido às suas notas. Mas quando foi feita a avaliação dos títulos para a classificação geral, passou para o quinto lugar. Muito interessado no campo da Psicologia, especializou-se mais tarde em Psicologia Educacional. Naquela época, segundo Dr. Arrigo: "Quem fazia Psicologia, não era chamado de psicólogo. Era professor, era o técnico que usava os testes, era o técnico que fazia a seleção".

No final da década de 1950, tornava-se cada vez mais evidente a necessidade de se regulamentar a profissão de psicólogo no Brasil. Não existia ainda o psicólogo, como profissional liberal, nem uma formação específica nesse setor. Foi realizada, então, uma campanha junto ao Congresso Nacional para se aprovar a lei que regulamentasse a profissão e estabelecesse a respectiva formação, da qual participaram professores da Cátedra de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Sociedade de Psicologia de São Paulo, Associação Brasileira de Psicologia e profissionais de outros Estados da Federação.

> Eu me empenhei muito na criação da profissão de psicólogo. Havia uma resistência da área médica. Achavam que o psicólogo era uma derivada do

> médico. Eles dificultavam a designação de psicólogo em uma profissão independente. Achavam que a atuação do psicólogo dependia de uma prescrição médica. Isso fez com que demorasse a aprovação no Congresso Nacional. A Psicologia foi uma das áreas pioneiras nessa história de profissões e atividades de várias naturezas, que não precisa ser médico para fazer. Só foi aprovado quando retiramos da indicação os termos "clínico" e "tratamento", que foram substituídos por termos equivalentes. Surgiu o problema de como vamos chamar: psicotécnico, psicólogo, psicologista, outra coisa... E aí ficou consagrado o nome de psicólogo. Pessoas já aplicavam a Psicologia, mas não tinha um nome.

Finalmente, em 27 de agosto de 1962, a lei que rege a profissão foi sancionada. A Lei nº 4119/62 que regulamentou a profissão no País e dispôs sobre a formação do psicólogo foi complementada pelo Parecer nº 403/62 do Conselho Federal de Educação que estabeleceu o currículo mínimo para os respectivos cursos.

Nove anos mais tarde foram criados o Conselho Federal e os Conselhos Regionais através da Lei nº 5766/71, atendendo aos apelos das associações de Psicologia existentes na época. Apenas dois anos depois, esta lei foi aprovada pelo Ministério do Trabalho e Arrigo Angelini foi aclamado o primeiro presidente do Conselho Federal: "Julio Barata era o Ministro do Trabalho. Nós o forçamos para que ele convocasse pessoas para definir o primeiro Conselho de Psicologia. Demorou um pouco. E quando ele nos convidou para resolver o problema, nós já tínhamos preparado todo o esquema do Conselho, quem seria o presidente, quem seria o vice-presidente, quem seria o secretário. Fui aclamado presidente, nem foi por votação".

Arrigo Leonardo Angelini recebeu a carteira número 1 do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo como uma homenagem por sua importante contribuição na regulamentação da profissão.

A respeito do surgimento de diversos cursos de Psicologia após a regulamentação da profissão:

> Começaram a surgir cursos para formação de psicólogo em todo canto. De tal maneira, que às vezes não tinha professor. No começo ainda tinha os tradicionais professores das faculdades existentes. Depois, dali a pouco, não tinha professor para formar tanto psicólogo. Houve uma explosão que ninguém poderia imaginar. Há uma procura enorme!

Seu conselho para os novos profissionais é que se preparem melhor para o exercício da profissão, definam e se especializem na área em que vão atuar.

5.1.2 ENSINO DE PSICOLOGIA NO BRASIL

Segundo dados do Ministério da Educação, o Brasil tem hoje cerca de 314 mil alunos matriculados em cursos presenciais de formação em Psicologia, distribuídos em mais de 1100 cursos de bacharelado e licenciatura, segundo o Censo Psi de 2022. Somente em São Paulo, estado com o maior número de profissionais da área, são 277 cursos.

A matéria Psicologia era ministrada, desde o século XIX, em vários cursos superiores, como o de Direito, Medicina, Filosofia, Pedagogia. O primeiro curso de Psicologia no Brasil surgiu em 1932 e tinha a duração de quatro anos; antes mesmo da regulamentação profissional, três instituições de ensino superior já ofereciam curso de Psicologia (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo). A regulamentação da profissão, entretanto, só viria em 1962 com a Lei nº 4.119, de 27/08/62. O Parecer nº 403 do Conselho Federal de Educação, aprovado em 19/12/1962, estabeleceu o currículo mínimo e a duração do curso superior de Psicologia. A configuração desse currículo corresponde ao que se imaginava que fosse essencial para formação do profissional e para dar raízes sólidas a ele; sua formulação teve influência dos

mesmos profissionais que lutaram para criar a lei da profissão em 1962. O mesmo currículo mínimo praticamente se mantém até hoje, ficando vigente por mais de quarenta anos.

A preocupação inicial era garantir uma identidade ao profissional psicólogo, uniformizando nacionalmente sua formação; apresentava um conjunto específico de disciplinas, sem se referir ao contexto sociocultural em que o curso estava inserido.

Com o passar do tempo, esse modelo se mostrou insatisfatório para atender às mudanças que o cenário do país apresentava; a formação de psicólogos e psicólogas precisava responder às necessidades da heterogênea população brasileira frente ao novo panorama de mudanças sociais, abertura democrática do país, os novos campos de atuação profissional, a participação na formulação de políticas públicas.

Os currículos dos cursos de Psicologia hoje têm um perfil amplo, generalista e plural, que busca atender às doze áreas de atuação para profissionais indicadas pela Resolução CFP nº 03/2016, quais sejam Psicologia Escolar/Educacional; Psicologia Organizacional e do Trabalho; Psicologia de Trânsito; Psicologia Jurídica; Psicologia do Esporte; Psicologia Clínica; Psicologia Hospitalar; Psicopedagogia; Psicomotricidade; Psicologia Social; Neuropsicologia e Psicologia da Saúde.

Cada instituição de ensino define a grade de matérias, de acordo com os eixos estruturantes mencionados nas diretrizes curriculares quais sejam:

- fundamentos epistemológicos e históricos;
- fenômenos e processos psicológicos básicos;
- fundamentos metodológicos;
- procedimentos para a investigação científica e a prática profissional;
- interfaces com campos afins do conhecimento;
- práticas profissionais

5.1.3 SUBSEDES

A Lei Federal nº 5766/1971, entre outras providências, criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia, compondo o chamado Sistema Conselhos. Em 01 de julho de 1974, através da Resolução nº 2, o Conselho Federal de Psicologia fixa as atribuições dos Conselhos Regionais da Psicologia e estabelece a data de 27 de agosto de 1974, Dia Nacional do Psicólogo, para que se procedesse a instalação dos primeiros Conselhos Regionais de Psicologia e a posse de suas respectivas diretorias.

Em 1977, o Decreto nº 79822 regulamentou a lei de criação do Sistema Conselhos. A estrutura administrativa do CRP-06 se assentava em uma sede em São Paulo e onze representações distribuídas pelas regiões dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. As representações eram designadas como delegacias, com o papel restrito de serem escritórios avançados da sede, e seu relacionamento com as/os profissionais das regiões tinham fins burocráticos e administrativos.

Com o crescimento do número de profissionais da Psicologia, as reivindicações por autonomia, participação, representatividade e as necessidades de

descentralização, as onze delegacias passam a denominar-se, em 1993, Subsedes e ganham maior espaço de independência e ação.

Assim foram se fortalecendo e consolidando, ganhando inclusive representatividade política no Conselho ao participar das chapas em momentos de eleição. Algumas subsedes tiveram um desenvolvimento peculiar, servindo de meio de intervenção dos psicólogos da região no espaço social, principalmente na área da saúde mental.

Destas subsedes, duas se situavam na grande São Paulo (Santo André e Guarulhos), uma na região litorânea (Santos), seis no interior (Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), uma no Mato Grosso (Cuiabá) e uma no Mato Grosso do Sul (Campo Grande).

Em 1996, o CFP cria o Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região, com jurisdição sobre os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Campo Grande. Em decorrência dessa resolução, o Conselho Regional de Psicologia da Sexta Região tem sua jurisdição modificada, ficando circunscrita ao Estado de São Paulo.

5.1.4 SEDES DO CRP EM SÃO PAULO

Em 27 de agosto de 1974 foram instalados os primeiros sete Conselhos Regionais de Psicologia, oito anos após a homologação da Lei nº 4119, de 27 de agosto de 1962, que regulamenta a profissão.

A cerimônia de instalação do Conselho Regional da 6ª Região e de posse das psicólogas e psicólogos eleitos para compor o 1º Plenário desse novo órgão deu-se na sede da Sociedade de Psicologia de São Paulo, que ficava na Avenida Ipiranga, 345 – 9º Andar – sala 904. Nessa data, não contavam o Conselho Federal, nem os Regionais, com recursos públicos para sobreviver nesse início de atividades. A Diretoria da Sociedade de Psicologia colocou sua sede à disposição do CRP, para as reuniões do Plenário e da Diretoria. Alguns meses decorridos, o Regional tomou corpo e pôde mudar-se para um imóvel alugado, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 4187, próximo à Avenida Brasil.

Havia sido cogitada a compra de um imóvel para servir de sede, mas os conselheiros ponderaram que a casa que se adquirisse com o dinheiro disponível no momento logo se tornaria insatisfatória para as necessidades.

Neste endereço, o CRP 06 permaneceu até 1978, quando se muda para a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1084 – 10º andar, onde se manteria por dez anos.

Em 1988, a casa da Rua Borges Lagoa, nº 74, na Vila Mariana, passa a sediar o Conselho, que lá permaneceu até a metade de 1999, quando a autarquia se muda para a Rua Arruda Alvim, nº 89, para um imóvel próprio, já reformado e pronto desde 1997, dependendo apenas de ajustes burocráticos para seu funcionamento. A abertura deu-se no dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, data que também abre a nova fase da publicação oficial do CRP SP, o Jornal Psi.

Com a expansão dos serviços e de novas necessidades, a Sede do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo transferiu-se para um prédio, na rua Teodoro Sampaio, 417, no Bairro de Pinheiros, a partir de 2023. O imóvel da rua Arruda Alvim, 89 passou a ser ocupado pela Subsede Metropolitana, de cuja inauguração há registros fotográficos no anexo relativo às comemorações dos 50 Anos do CRP SP.

Conselheiros José Glauco Bardella, Carlos Del Nero, Maria do Rosário B. de Carvalho, Sergio Vilela Monteiro, Geraldina P. Witter e Samuel Pfromm Neto e outros Psicólogos presentes à solenidade de instalação do CRP-06.

Presidentes de Entidades: Dr. Arrigo Leonardo Angelini (CFP), Waldecy Alberto Miranda (CRP-06), Dra. Mathilde Neder (ABP), Dr. Suzy Vijande Cambraia (Sindicato) e Antonio Carelli (SPSP), presentes à inauguração da nova sede do CRP-06.

5.1.5 REFORMAS PSIQUIÁTRICA E SANITÁRIA E LUTA ANTIMANICOMIAL

A luta antimanicomial, ao lado da defesa da política pública de saúde mental pautada em fundamentação científica e em garantia de direitos de cada pessoa, tornou-se uma bandeira de luta do Conselho Federal de Psicologia (CFP), em conjunto com os Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs).

Iniciado na década de 1970 e marcado por um momento histórico de luta contra o regime ditatorial no Brasil e de discussões sobre a necessidade de uma ampla reforma sanitária, que englobasse o debate sobre o conceito de saúde integral e bem-estar social, o movimento ganha corpo com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, onde tais conceitos são amplamente discutidos e se propõe campanha nacional pelo direito universal à saúde, contra a mercantilização da medicina e pela melhoria dos serviços públicos, a serem incorporados à nova Constituição.

Em 1987, na I Conferência Nacional de Saúde Mental, propostas de mudanças estruturais nos tratamentos aos doentes mentais e a relação destes com a sociedade são debatidas. Definem-se mudanças no conceito de doença mental e a "despatologização" do usuário da saúde mental, com a retomada da luta iniciada na década anterior pela reforma psiquiátrica, contra a violência cometida nos hospitais psiquiátricos e o modelo asilar, pelo fim dos manicômios e dos tratamentos desumanos ministrados nesses ambientes.

A luta antimanicomial, naquele mesmo ano, produz o documento Carta de Bauru, manifesto conjunto produzido durante o II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, que se torna o primeiro documento antimanicomial do país e fornece as diretrizes para as políticas utilizadas até hoje em todo Brasil. Direitos de cidadania dos doentes mentais, contra a mercantilização e a reforma sanitária privatizante e autoritária são pontos aprovados no Manifesto, que também aprova o Dia Nacional de Luta Antimanicomial em 1988.

Em 1993, a Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira, do CRP-06, realiza o III Encontro Nacional de Entidades e Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial, que elabora a Carta de Direito dos Usuários e Familiares de Serviços de Saúde Mental, publicada em 1994. Neste mesmo ano, o Conselho acompanha 300 famílias de doentes mentais, da Subsede da Baixada Santista, à Assembleia Legislativa de São Paulo em apoio ao projeto que previa o fechamento dos hospitais psiquiátricos.

Desse processo de luta resulta o Projeto de Lei nº 3.657/1989, também conhecido como Lei Paulo Delgado, aprovada e sancionada em 2001 como Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica) que substitui a lógica asilar por rede de apoio e assistência ao doente mental, através de tratamentos alternativos.

Historicamente, a aprovação da Lei nº 10.216/2001, foi antecedida por um processo de mudança nas formas de tratamento que teve início, em 1987, com a criação do Centro de Atenção Psicossocial Prof. Luís da Rocha Cerqueira, primeiro CAPS em São Paulo, a primeira intervenção em hospital psiquiátrico em Santos-SP e o descredenciamento de aproximadamente 35 mil leitos em hospitais psiquiátricos, entre 1991 e 2002. No Estado de São Paulo, a Lei Complementar nº 791, de 09 de março de 1995, propõe a adoção e o desenvolvimento de ações predominantemente extra-hospitalares, na forma de programas de apoio à desospitalização e de ênfase à organização e manutenção de redes de serviços e cuidados assistenciais visando o retorno do paciente ao convívio social.

Nos anos seguintes à Lei nº 10.216/2001, são criadas leis e resoluções para sustentação da mesma, como a que regulamenta o funcionamento dos CAPS (Portaria nº 336/GM/MS/2002); a de auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações (Lei nº 10.708/2003); a que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS (Portaria nº 4.279/GM/MS/2010) e a que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), Portaria nº 3.088/2011.

Nos esforços da Luta Antimanicomial, em 2011, no cumprimento da Lei nº 10.216/2001 e dos esforços da subsede Sorocaba do CRP-SP, tem início o processo de desinstitucionalização que resulta no fechamento de sete hospitais psiquiátricos entre 2012 e 2015.

Mas a luta pela Reforma Psiquiátrica, desde o início, encontrou resistência e embates na sociedade, visto que muitos hospitais privados, financiados com dinheiro público, um setor extremamente rentável, impôs dificuldades para o fechamento de seus leitos. Por sua vez, a questão das “comunidades terapêuticas” representaria a reedição dessa história e uma nova frente de luta.

Tais comunidades reproduzem a lógica asilar dos manicômios, com emprego de violência física, emocional e sem tratamento adequado, muitas delas com trabalhadores não especializados. Por esses motivos, o posicionamento contrário do CRP SP ao investimento e funcionamento dessas instituições, trabalhando em sua fiscalização e na informação da sociedade através de material sobre os riscos dessas comunidades marca a nova fase da antiga luta.

De acordo com Elisa Zaneratto Rosa, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP:

> o combate às comunidades terapêuticas é combate a um modelo manicomial de atenção à saúde mental e de uma perspectiva privatista de saúde, perspectiva que toma a saúde como mercadoria, que investe no capital privado via aquilo que deveria ser um direito.

Cabe destacar, ainda, o retrocesso para o movimento antimanicomial representado pela aprovação do Decreto nº 9.761/2019, parte da política nacional sobre drogas e usuários, que, mesmo com o funcionamento dos RAPs e dos CAPs, cita textualmente que a assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal deve ser realizada em “comunidade terapêutica”. Neste ano, ainda é apresentado e defendido

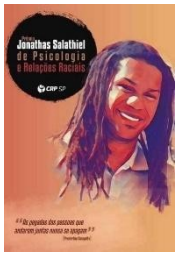
no CONASS o projeto de Lei nº 2.083, que previa alterações consideráveis de retrocesso na Política Nacional de Álcool e outras Drogas e na Política Nacional de Saúde Mental. O Movimento, conhecido como Revogaço, previa revogar mais de 100 atos de regulação da Saúde Mental, entre eles, orientações e portarias de programas estratégicos para a reforma psiquiátrica. Neste contexto, o CRP SP se posicionou publicamente contra as comunidades terapêuticas e a toda e qualquer instituição que se funda em imposição religiosa, em privação de liberdade e/ou em qualquer violação de direitos mascarada como pretenso tratamento de Saúde Mental.

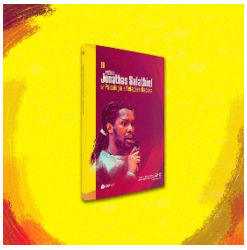
Por isso, o processo da luta antimanicomial continua. O CRP SP está presente de forma ativa, produzindo debates, reuniões, mesas redondas e eventos sobre o tema, bem como, documentos de orientação profissional para os psicólogos que atuam na área. Parte do trabalho do Conselho foi participar das inspeções nacionais realizadas pelo CFP, tanto nos hospitais psiquiátricos, em 2020, e nas clínicas terapêuticas, em 2018, com o objetivo de denunciar as irregularidades, analisar os tratamentos aos quais os usuários são submetidos e a qualificação dos trabalhadores do setor. Todos os anos, na Semana Antimanicomial, no mês de maio, a sede e as subsedes produzem materiais informativos, como folders ou panfletos de atenção à luta antimanicomial, bem como realiza eventos, palestras, mesas redondas, etc. Em 2022, para marcar o retorno das campanhas antimanicomiais, o Conselho organizou uma manifestação pública por meio de frases da luta projetada em fachadas dos prédios das principais cidades para conscientizar a população da importância da causa, com o tema “por um SUS antimanicomial”.

5.1.6 PRÊMIO JONATHAS SALATHIEL DE PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

O Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais foi criado com a finalidade de estimular a produção de artigos da área de Psicologia, assim como criações artísticas das mais diversas linguagens – fotografia, imagens, poesias, músicas e outras – a respeito da violência causada pelo racismo e dar visibilidade para produção em saúde mental e relações raciais. Numa iniciativa do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a primeira edição aconteceu em 2018 e a segunda, de 2021, resultou na publicação de um livro.

A criação do Prêmio expressa o reconhecimento e gratidão da Psicologia ao psicólogo Jonathas José Salathiel da Silva, grande colaborador, amigo e conselheiro do CRP SP para a construção de uma profissão comprometida com a igualdade racial. A contribuição de Jonathas possibilitou o lançamento de documentos orientadores às/aos profissionais de Psicologia sobre os efeitos do racismo na saúde mental da população negra e iniciou a organização do Núcleo de Psicologia e Relações Raciais do Conselho.





5.1.7 PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO DE ARTES PLÁSTICAS

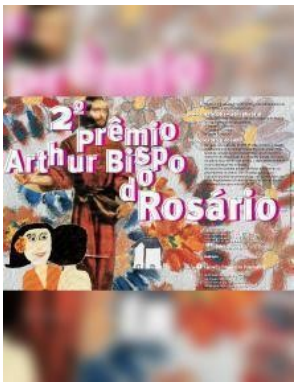
Na passagem de 1999 para 2000, entidades ligadas à área de saúde mental se reuniram para criar um prêmio voltado a usuários de serviços do CAPS - Centro de Atenção Psicossocial, em São Paulo. A Associação SOS Saúde Mental CRP SP, a Associação Franco Basaglia e a Associação Franco Rotelli criam o Prêmio Arthur Bispo do Rosário de Artes Plásticas com o objetivo da "promoção de uma sociedade mais justa, sem manicômios e sem preconceitos, e que tenha a solidariedade como elo principal das relações humanas".

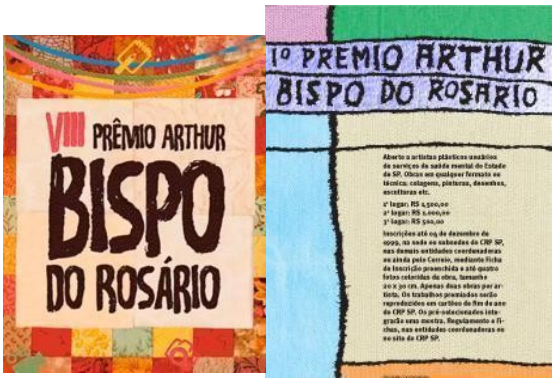
A ideia se originou no CRP SP, com a participação de Odair Furtado e de Diógenes Pepe, cresceu e virou concurso que selecionaria trabalhos de quatorze artistas plásticos usuários dos serviços de saúde mental do Estado de São Paulo, com prêmios em dinheiro e certificados de menção honrosa. Em abril de 2000, a sede da Rua Arruda Alvim, recém-inaugurada, receberia a exposição dos trabalhos.

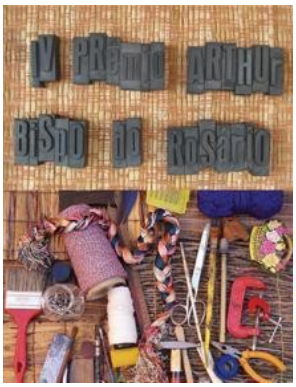
A premiação homenageia Arthur Bispo do Rosário, artista visual sergipano, que viveu recluso por cinquenta anos em instituição manicomial. Desenvolveu, com objetos cotidianos, uma produção em artes visuais reconhecida nacional e internacionalmente.

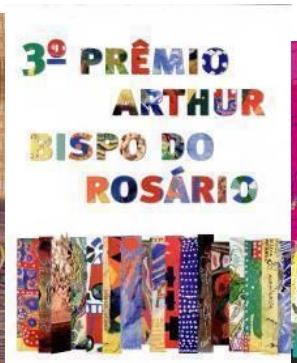
A criação do prêmio trouxe a público a beleza de criações artísticas que teriam o destino da exclusão; sua divulgação pretendia denunciar o cenário de desumanidade, reclusão e violência física e psicológica dos manicômios e hospitais psiquiátricos, que a luta antimanicomial pretendia transformar.

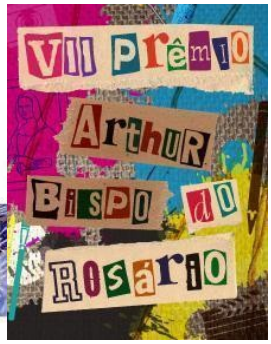
O Prêmio teve até o momento oito edições, sendo a última de 2018, aguardando-se para breve a divulgação de mais um concurso.

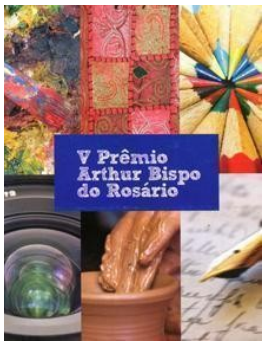


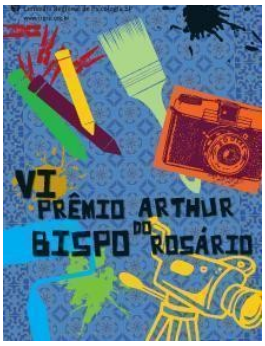












Transcrição de trecho de entrevista com Odair Furtado sobre o Prêmio Arthur Bispo do Rosário

O: Eu tenho um carinho especial pelo Prêmio Arthur Bispo do Rosário porque eu que fiz a proposta no plenário. E vou contar pra vocês um segredo. Quem pensou e sugeriu isso foi o Pepe que era... O Pepe! Então, eu estava lá conversando com o Pepe e o Pepe falou assim: "Não seria legal se a gente fizesse um prêmio, uma coisa assim pra Psicologia, um negócio da saúde mental"? Então, eu falei: "Nossa, Pepe, que ideia boa essa! Vamos pensar nisso". E aí eu tinha um acesso à presidente do Conselho que era um acesso privilegiado, eu sou casado com ela. Então, podia resolver isso no café da manhã. E conversei com a Lumena: "O Pepe deu uma ideia ótima"! Ela falou: "Legal mesmo". "Vamos chamar isso de Prêmio Arthur Bispo do Rosário"? "Ótimo"! Convenci a Lumena e ficou fácil apresentar. Eu apresentei a proposta no plenário, ela apoiou a proposta, o plenário adorou a proposta. Saiu, montamos a comissão. E saiu o Prêmio Arthur Bispo do Rosário. E foi uma ideia que era assim, quem que vai participar do Arthur Bispo? Os usuários! Os usuários! A ideia do Arthur Bispo era isso. Tem a ver com o quadro que está atrás de vocês, depois vocês fazem... Termina aqui apontando para o quadro. Evidentemente estava inspirado no projeto e no trabalho da Nise da Silveira, que era bastante conhecido, admirado. Enfim! Então juntava tudo isso com a história do Arthur Bispo, que naquele momento já tinha virado uma celebridade, Bienal, Bienal de Veneza... Enfim! A dificuldade de entender o que era esse trabalho realizado por usuários... Naquela época, eu fui convidar um professor da ECA que trabalhava no campo das artes plásticas lá na ECA. Um grande pesquisador. Eu fui convidá-lo para participar do júri que ia decidir o prêmio. Ele falou: "Eu tenho minhas dúvidas com relação ao que significa esse tipo de expressão artística". Ele estava falando do Arthur Bispo do Rosário. "Se eu posso colocar isso no campo das artes de uma forma objetiva, ou se isso passa paralelo". Era um acadêmico, estava pensando, portanto, o que define a arte. E o que ele pensava era em última instância qual era a decisão do artista. Então, assim, Arthur Bispo fez o manto porque ele estava fazendo arte, ou fez o manto porque ele queria fazer o manto? E o manto se expressa como uma obra de arte. Tá bom! Essa discussão corre no mundo das artes. Tem quem defendem uma coisa e tem os que defendem outra. E essa questão estava ali presente e o Arthur Bispo escancarava isso. Porque ele arrombou a porta. Toda a concepção de arte daquele momento, e ganhou! Ele é reconhecidamente um grande artista brasileiro. Isso traz a biografia do Arthur Bispo, traz as condições em que ele foi parar lá no Engenho de Dentro. Enfim, a loucura, traz a loucura para a pauta! E traz a condição do louco como sujeito. Ele foi retirado desta condição de pessoa, ele deixou de ter autonomia. E não tendo autonomia, ele é encarcerado, ele é seviciado. Passa toda sorte de abuso e de

sofrimento. Então, recuperar a cidadania do louco e reconhecer o louco como pessoa ativa, como pessoa capaz de pensar e tomar decisões. Que de uma certa maneira é o que está na carta que o Antonato(?) mandou para os médicos-chefes dos hospitais psiquiátricos que ele passou. Então está ali o propósito de uma luta que é uma luta antimanicomial. O prêmio Arthur Bispo do Rosário era uma forma de expressão da luta antimanicomial. E o resultado disso é um resultado muito positivo, porque CAPS, porque inúmeras entidades tinham esse propósito de utilizar a arte como uma forma, vamos dizer assim, como uma forma terapêutica que garante uma atuação do usuário, ali no seu cotidiano. E a gente teve muitas inscrições e muito trabalho de qualidade. Isso impressionou muito o corpo ali de jurados que avaliou as obras. E a premiação foi uma coisa muito emocionante. Cada um deles que veio para receber o prêmio, se sentia assim muito prestigiado, muito agradecido e muito emocionado. A plateia chorava a cada fala. Foi bastante importante! E ele prevaleceu. Nós saímos do Conselho e ele ficou.

Transcrição de trecho de entrevista com Pepe sobre o Prêmio Arthur Bispo do Rosário:

No fim de 99, a gente cria um prêmio, que eu não sei se hoje ele ainda teve continuidade, que é o prêmio Arthur Bispo do Rosário. Ele também nasce de uma coisa que é muito legal, por quê? Porque eu tinha conversado com o Odair Furtado. A gente estava se aproximando do Natal de 99, eu tinha trocado uma ideia com o Odair. Por que que a gente não fazia o cartão de fim de ano, de festa, de fim de ano, chamando os funcionários para criar com os filhos uma arte gráfica, que seria um desenho? Seria o cartão de Natal que o Conselho soltaria esse cartão de Natal. Mas seria um concurso interno que a gente faria junto dos funcionários. Bom, o desenho mais bonito que vencia o concurso seria impresso no cartão. Daí o Odair Furtado concorda com a ideia, mas ele progride no sentido de a gente criar então, bom já que nós vamos fazer um concurso, por que a gente não faz concurso com usuários de saúde mental? Por que Arthur Bispo? Porque era um... Como que eu posso falar? Ele foi um usuário de uma casa no Rio de Janeiro, e ele ficou famoso pelas artes que ele fazia, não só artes manuais, como quadros que ele pintava, tudo. E assim nasce o início do concurso do primeiro Arthur Bispo. A gente fecha o concurso do Arthur Bispo em setembro, posso estar um pouco perdido na data, mas acho que com certeza eu posso estar perdido no ano, se é 2000 ou 2001. Mas em setembro, vamos falar de 2000, a gente já vinha se organizando junto com o Conselho Federal e com o FENPB, que é a Federação de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira, de lançar na USP a Primeira Mostra da Psicologia. Então a gente vinha junto com o Conselho Federal organizando essa mostra. E por que em São Paulo? Porque São Paulo tinha mais estrutura, podia oferecer espaço. O Conselho, apesar de a gente ainda estar embrionário numa organização. Mas, na época, se entender que a gente tinha muito mais estrutura que os demais conselhos, que o Conselho Federal. E São Paulo oferecia espaços que outros lugares do país não ofereciam. Então a gente fecha uma parceria com a USP, fecha, se não me engano... Se não me engano não, com certeza, a gente fecha na USP, com duas faculdades da USP, no complexo, né, da USP, a FFLCH, que era a Filosofia e mais alguma coisa, e com a Engenharia. Então a gente fecha essa parceria com a USP, organiza a primeira mostra lá, e lá é que a gente fecha e entrega o prêmio para os ganhadores do concurso do Arthur Bispo. Então são coisas que aconteceram. Em 99, eu acho que essa é a primeira mostra...

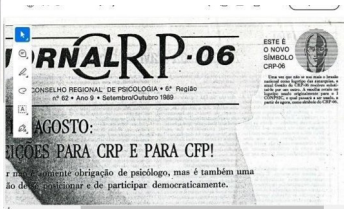
5.1.8 LOGOMARCAS DO CRP 06

Desde sua criação, o Conselho Regional de Psicologia 06 teve três símbolos ou logomarcas que o identificaram em todo o material de comunicação da autarquia.

O primeiro deles foi uma cabeça de estilo futurista, adotada em 1989 em substituição ao brasão nacional antes empregado nas publicações e documentos. Anteriormente este símbolo representava o I Conpsic – 1º Congresso de Psicologia, de 1988.

Em 31 de agosto de 1999, quando o Jornal CRP se transforma no Jornal Psi, aparece pela primeira vez a logo com letra Psi vazada em branco contra fundo em tons de lilás e roxo**.**

Finalmente, a logomarca atual - uma variação da anterior com luzes, sombras e tridimensionalidade - aparece na edição 185 do Jornal Psi, em 2015.



5.2 Textos para o Jornal Psi 205

5.2.1 2004-2014

O começo dos anos 2000, num cenário internacional de conflitos armados importantes e uma grave crise financeira de repercussão global, encontra um Brasil em processo de mudança, com pautas governamentais e sociais direcionadas para direitos humanos, violência de gênero, educação, preocupação com a inclusão, saúde mental e luta antimanicomial, dentre outras. Programas como o Brasil sem Homofobia, por exemplo, constituem-se como marcos históricos na luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença; a promulgação da lei Maria da Penha, que classificou como crime a violência doméstica contra mulheres e o Estatuto da Igualdade Racial, de 2010, também se inserem no rol de conquistas de direitos sociais.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo manteve-se atuante, participando de debates e discussões públicas a propósito dessas pautas e no enfrentamento das questões mais prementes de nossa sociedade.

Na área dos direitos da infância e juventude, foram alvo da atuação do Conselho a redução da maioridade penal e a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente, incluindo-se a defesa do direito à escolarização e da Escola Pública, conforme nos conta Marilene Proença Rebello de Souza, Presidenta do CRP SP entre 2007 e 2010. As pautas da Educação e dos Direitos Humanos, sempre presentes nas iniciativas do CRP SP, foram tema de amplo debate na sede da autarquia, acompanhado por psicólogos e coordenadores de cursos de todo o país. O Conselho também se posicionou em defesa do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) e da formação de uma Comissão de Verdade a fim de promover um resgate histórico dos fatos ocorridos durante o Regime Militar.

Formação em Psicologia e projeto para a profissão

Na área da formação profissional, em 2004, foram aprovadas novas Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia, mudanças que asseguraram respeito às singularidades institucionais, às vocações específicas e aos contextos regionais, atendendo à abertura proposta pela nova Lei de Diretrizes e Bases. Pretendia-se que cada curso oferecesse, no núcleo comum, conhecimento amplo da Psicologia e propiciasse ao estudante ao menos duas ênfases curriculares. Foram destacadas as ações multidisciplinares e a interfaces com outras áreas, abrindo para uma atuação profissional em novos contextos uma vez que o trabalho de psicólogas/os já se estendia para as áreas da Criança e do Adolescente, projetos de inclusão social, planejamento de ações comunitárias e sociais, ação junto a jovens em liberdade assistida, em programas na área do idoso, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e DST/AIDs, no campo de programas governamentais e não-governamentais de formação de educadores, nos órgãos de controle social, fóruns estaduais e nacional, dentre outros.

> O fato de a gente ter consolidado atuação no SUS, atuação no SUAS, no Sistema de Proteção Integral da Criança e Adolescente, e até experimentado atuações em outras políticas, portanto, uma diversidade muito grande de possibilidades, também chega no interesse dos alunos. Eu diria que não está ainda bem consolidada uma visão que combine tudo isso. É um desafio a gente pensar a Psicologia nessa inserção social de uma forma mais articulada, porque ela ainda aparece como se fossem coisas diferentes. Mas já tem, cresceu muito, e o fato de você ter demanda por Psicologia em muitos lugares diferentes, isso vai aparecer também na formação, e a gente tem que responder a isso. A diversidade de locais

> de estágio é uma amostra disso, os alunos hoje fazem estágio em muitas instituições diferentes, muitos espaços diferentes, e fazem estágios de coisas que normalmente não eram pensadas para a Psicologia, pelo menos os alunos não chegam pensando. Maria da Graça Marchina Gonçalves, em entrevista cedida em 04 de junho de 2024.

Em 2006, o CRP SP participou do VI Congresso Nacional de Psicologia que teve por tema "Do Discurso do Compromisso Social à Produção de Referências para a Prática, Construindo um Projeto Coletivo para a Profissão", o qual trouxe a reflexão sobre o compromisso social da área a ser construído coletivamente. O CRP SP manteve sua postura de construção continuada da profissão produzindo referências técnicas, mostras de práticas de Psicologia e publicações temáticas.

Nesse interesse, foram realizadas a I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia - Prêmio Madre Cristina, a I Mostra Estadual de Práticas da Psicologia na Área da Infância e Adolescência, a I Mostra de Práticas em Psicologia no Sistema Prisional e I Seminário sobre Saúde Mental no Sistema Prisional.

II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia - Prêmio Madre Cristina, 2011

Box:

Psicologia e o SUAS

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS, descentralizado e participativo, foi instituído em 2005, com o objetivo de gerir o conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Ao comentar sobre o papel dos Conselhos junto ao SUAS, o psicólogo Joari Carvalho (CRP 06/88775). afirma que o Sistema Conselhos de Psicologia é protagonista deste processo ao apoiar e articular Psicologia e Assistência Social: “Além de regulamentações gerais ou específicas com incidências na atuação da Assistência Social, a produção de referências específicas e transversais do CREPOP e outras publicações, atendimentos de pedidos de orientação, manutenção de comissões de GTs temáticos de Assistência Social, realização de eventos sobre o SUAS e de articulação em fóruns de trabalhadores e representação em conselhos de Assistência Social são alguns exemplos dos papéis exercidos”.

Educação: um tema central

A Psicologia Educacional esteve na pauta das reflexões do CRP SP desde o início de sua atuação; é um tema fundamental que toca a atuação das/os psicólogas/os como profissionais da educação e seu compromisso ético, democrático e social característico de seu trabalho.

A partir de 2004, o Grupo de Trabalho Psicologia e Educação, criado no interior do Conselho, organizou Mostras Estaduais de Práticas de Psicologia em Educação e Encontros de Psicólogos da Área da Educação. As discussões surgidas nesses eventos, relacionadas tanto às práticas já constituídas quanto às áreas pouco exploradas na formação profissional, indicaram a relevância da construção de novas

referências. A Psicologia se abria para contextos de saúde, cultura, assistência social, além de participação em Fóruns e Conselhos de Educação e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Em 2008 foi comemorado o Ano da Educação no Sistema Conselhos, e coube a cada CRP a organização de eventos preparatórios e regionais, considerando a presença da Psicologia na Educação seja como disciplina, seja como aplicação na formação das pessoas.

(Jornal Psi ed. 157, 2008)

De acordo com Marilene Proença Rebello de Souza: “Nós participamos, fizemos esse ano temático da Educação e o Sistema Conselhos já tinha construído, desde 2006, o CREPOP, o Centro de Referências em Políticas Públicas, que na sua discussão nacional, acha importante fazer uma pesquisa sobre os psicólogos que atuavam no campo da Educação. Então, após o ano temático, veio a pesquisa do CREPOP. Foram feitos vários debates regionais. Eu participei de vários deles em vários lugares do Brasil também. O CREPOP nos ajudou a escrever pela primeira vez as referências técnicas para a atuação de psicólogos e psicólogas na Educação básica. Essa referência sai em 2013. Você vê como demora o processo histórico! Então, nós conseguimos, em 2013, publicar pela primeira vez as nossas referências”.

Sobre o assunto, foram lançados pelo CRP SP três cadernos temáticos: Psicologia e Educação: contribuições para a atuação profissional, Dislexia: Subsídios para Políticas Públicas e Ensino de Psicologia no Nível Médio: impasses e alternativas. O Ano da Educação resultou em propostas de políticas públicas, políticas educacionais e de atuação nas instituições escolares. Várias dessas propostas foram levadas (e acolhidas) à Conferência Nacional da Educação (Conae).

Na área da Educação, ainda foram feitas ações de mobilização em relação a Projetos de Lei de inserção da Psicologia no Ensino Médio e da/o psicóloga/o na rede básica de ensino em âmbito federal e municipal e manifestações contra o projeto que prevê a criação da profissão de Psicomotricista e Psicopedagogo.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, buscava contribuir para uma educação inclusiva, comprometida socialmente, de acesso universal, fundamentada nos direitos humanos.

II Mostra Estadual de Práticas de Psicologia em Educação, 2007

Cuidado com a infância e adolescência

Em 2010 foram comemorados os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e o CRP SP marcou a data com a I Mostra Estadual de Práticas da Psicologia na Área da Infância e Adolescência.

"Outra dimensão interessante dessa época era a nossa participação junto à consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A questão do direito à escolarização, escolarização enquanto direito, como trabalhar isso através do Estatuto. Existia uma forte tendência, no início dos anos 2000, de querer rebaixar a idade penal no Brasil, de 18 para 16 anos, para 14, não é? O Conselho teve um papel muito importante, o Fórum Social Mundial de Educação teve um papel importante para essa luta contra a redução da idade penal. Era um momento de muitas pautas ligadas à educação que nós tínhamos que levar", afirma Marilene Proença Rebello de Souza.

Uma questão de relevo no período foi a medicalização de crianças em idade escolar. O CRP SP fez parte do I Seminário Internacional A Educação Medicalizada: Dislexia, TDAH e Outros Supostos Transtornos, realizado em 2010. "Nós começamos a receber, dentro do nosso centro de orientação e fiscalização do Conselho, muitas demandas de psicólogos falando do processo de utilização de medicamentos, de drogas psicoativas, para crianças em idade escolar. Começaram a vir vários relatos, várias demandas que eles não sabiam o que fazer, que havia uma quantidade muito grande de profissionais recebendo esse tipo de crianças já medicadas. Foi aí que nós começamos a discutir o processo de medicalização na escola, porque as drogas entraram como uma forma de controle das crianças, do comportamento das crianças, com essa ideia de melhorar a aprendizagem das crianças", nos conta Marilene Proença Rebello de Souza.

Em 2013, CRP SP e demais entidades que integraram o Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade participaram da Semana de luta contra a Medicalização da Vida.

Direitos Humanos e a Luta Antimanicomial

Em relação aos direitos humanos, em meados dos anos 2000, Maria da Graça Marchina Gonçalves relata que "ao mesmo tempo era uma discussão, não sei se nova, mas era uma discussão ainda difícil para a Psicologia, pensar nessa perspectiva de uma posição mais política, de defesa dos direitos humanos. Então foi uma experiência muito rica, porque a gente tinha o desafio de introduzir os temas e ganhar adesão das psicólogas para essa discussão mais política. Era ao mesmo tempo muito instigante a gente criar as campanhas e divulgar as campanhas de direitos humanos,

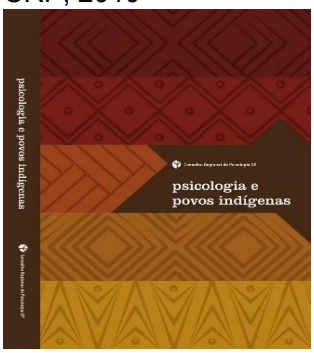
e ao mesmo tempo quase que convencer as psicólogas que elas tinham relação com aquilo".

Nesse contexto, são imprescindíveis as ações realizadas pelo CRP SP que vão de encontro à luta por esses direitos fundamentais, sejam na conscientização da categoria sobre a importância dos mesmos, sejam em ações para a sociedade, como a 3ª Jornada Lésbica Feminista, realizada em 2011, a I Mostra de Práticas em Psicologia no Sistema Prisional e o I Seminário sobre Saúde Mental no Sistema Prisional, de 2010. Questões como a discussão da Psicologia nas relações raciais, nas questões indígenas, na defesa da laicidade do Estado e da própria Psicologia, direito à igualdade e à democracia, o movimento antimanicomial, a proteção da infância e da adolescência, as relações de gênero e sexualidade e a violência contra a mulher são decisivas para uma prática em Psicologia que respeita a diversidade social.

O movimento da luta antimanicomial comemorou 18 anos em 2005 com algumas conquistas importantes: o número de leitos psiquiátricos caiu de 120 mil (na década de 1980) para pouco mais de 50 mil; desde 2001, já havia uma lei federal que pressupunha a internação somente em último caso: o modelo de atendimento passou a ter como objetivo a inserção familiar e social. A luta antimanicomial, portanto, permanece na pauta e diversas ações foram realizadas para defender uma sociedade sem manicômios e o tratamento em liberdade. O CRP SP teve participação ativa nas discussões e denúncias das graves violações de direitos humanos em Sorocaba e região.

Colóquio Psicologia e Povos Indígenas, 2006

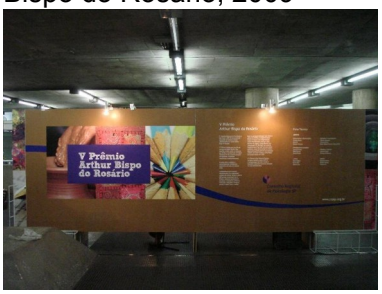
Psicologia e Povos Indígenas, CRP, 2010



Folder, 2013

Marcha Saúde não se Vende, 2014

Exposição do V Prêmio Arthur Bispo do Rosário, 2009



Assembleia pela Luta Antimanicomial, 2011

Box:

Psicologia, religião e espiritualidade

O GT Nacional Laicidade e Psicologia aprovou na Assembleia de Políticas, da Administração e Finanças-APAF, de maio de 2013, um documento que trazia o posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a questão da Psicologia, Religião e Espiritualidade. Entre os vários artigos que compõem o texto, ressaltamos o IV:

"Afirmar que o Estado é laico não implica alegar que o povo deva ser desprovido de espiritualidade e da prática religiosa. No Brasil, como se sabe, o povo experimenta forte sentimento de religiosidade, expresso por meio de múltiplas formas de adesão religiosa, dadas as suas raízes indígenas, europeias e africanas, a cujas determinações culturais e religiosas se associam outras, advindas do contente asiático. São exatamente os princípios constitucionalmente assegurados que permitiriam a ampliação das denominações religiosas, hoje presentes na cultura nacional, e também concederam aos cidadãos brasileiros o direito de declararem-se não adeptos de qualquer religião. Afirma-se, portanto, e, antes de tudo o 'direito à liberdade de consciência e de crença'.".

Ainda a respeito deste tema afirma o psicólogo Luiz Berni (CRP 06/35863), "discutir as fronteiras entre a religião e a Psicologia é fundamental, pois ambas são produtoras de subjetividades e desta forma cada saber poderá dar de forma legítima sua contribuição para que a sociedade seja aquilo que queremos, mais igualitária e justa".

Qualificando o CRP

As gestões do CRP SP vão paulatinamente aperfeiçoando a estrutura administrativa e física do Conselho, e introduzindo melhorias nas condições de trabalho na autarquia. São exemplos desse esforço a negociação coletiva das relações de trabalho, criação da Comissão de Saúde do Trabalhador – Comsat; Programa Pausa Saudável, Hábitos alimentares saudáveis; Economia de recursos, entre outras; foi instituída uma extranet e um boletim interno. Nesse período, o CRP SP havia ampliado para 104 o número de funcionários.

A interiorização do Conselho, através da ação das subsedes do CRP SP, foi fundamental para alcançar as/os profissionais nas diversas regiões do Estado envolvendo-os para a participação no debate e mobilização quanto às questões da Psicologia; foram consolidadas parcerias com as universidades da região de cada subsede e a realização de várias atividades com coordenadores/as, professores/as e estudantes do curso de graduação de Psicologia. Nessa época foi criada a subsede de Sorocaba, adquirido um imóvel para a subsede metropolitana e feitas melhorias em outras unidades do interior e litoral.

Box:

"Às vezes eu acho que tem ainda uma certa divisão de setores da sociedade ou mesmo da formação, que voltam a focalizar muito essa perspectiva mais individual de intervenção. Enquanto eu acho que sim, essa é uma possibilidade, mas todas as outras da Psicologia podem trabalhar na mesma direção, no sentido de organizar as pessoas para que elas possam elaborar esse mundo que a gente vive, a gente se organizar como sociedade, enfrentar as questões que nos causam temor mesmo, insegurança em relação ao futuro, mas isso tem que ser feito também, talvez principalmente coletivamente, de maneira organizada. E a Psicologia tem

instrumentos para isso, a Psicologia tem possibilidade de intervir em várias situações, pensar políticas mesmo". (Maria da Graça Marchina Gonçalves)

5.2.2 2014-2024

O período de 2014 a 2024 foi marcado por ameaças à democracia e aos direitos humanos, período em que o Brasil se voltou ao conservadorismo e retrocessos políticos em vários setores sociais. Esse ambiente propiciou a abertura de espaço para a retomada da discussão sobre a redução da maioridade penal, acompanhada do aumento das taxas de estupros e feminicídio, pelo discurso de ódio, pelo armamentismo e intolerância em relação aos grupos socialmente excluídos. O ano de 2013, que levou milhares de pessoas às ruas em movimentos ideologicamente opostos, prenunciava a grande guinada conservadora que se abateria sobre o Brasil.

Segundo Elisa Zaneratto Rosa, sua gestão no CRP SP (2013 – 2016), "ocorre em um momento político que antecede e que efetiva o golpe jurídico, midiático, e parlamentar que destitui a então presidenta Dilma Rousseff, uma quebra no processo democrático do Brasil, representando uma retomada do neoliberalismo num contexto de crise. Mas não foi um processo que se deu do dia pra noite, ele foi um processo em curso e que tem como uma das suas expressões um fortalecimento de perspectivas mais conservadoras na sociedade brasileira. Temos uma gestão que vai enfrentar muitas dessas pautas conservadoras na sociedade. Não se tratava de levantar, de colocar o Conselho a serviço de uma posição partidária, mas de colocar a Psicologia em defesa da democracia, vista como fundamental para a saúde mental da sociedade. Os processos institucionais devem ser construídos dentro dos pactos democráticos, no processo histórico de relações sociais, na possibilidade de convivermos com a diversidade de projetos, que é uma condição de saúde mental".

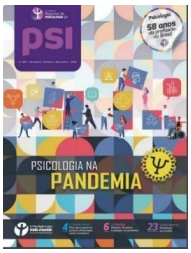
(http://cedoc.crpsp.org.br/handle/1/1858 - folder maioridade penal)

Nesse cenário, o CRP SP esteve sempre presente na defesa dos direitos humanos, buscando declarar publicamente seu posicionamento e apoiar as causas sociais. Saiu em defesa do ECA, na luta contra a diminuição da maioridade penal, participou ativamente contra o desmonte do SUS em 2018. Colocou-se contrário ao "Revogaço" de 2019, projeto apresentado ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde que previa, entre outras pautas, desmantelar a reforma psiquiátrica. Em 2023, o Sistema Conselhos tomou posição alertando para os possíveis impactos psicológicos, sociais e ambientais decorridos da possibilidade de adoção do Marco Temporal para demarcação de terras indígenas. O CRP SP se engaja na luta por uma sociedade antirracista, pelos direitos das mulheres, contra a violência de gênero, pelos direitos LGBTQIA+, contra a violência do Estado, manifestada por meio da violência policial e carcerária. Enfim, por uma sociedade inclusiva e democrática.

Capa do jornal Psi 192 - 2018

Pandemia de Covid-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decreta emergência na saúde internacional devido à pandemia de Coronavírus (2020 a 2022). O Brasil será um dos países mais afetados, atingindo a marca de 700 mil mortos no período. A calamidade causada pela Covid-19 impactou especialmente populações historicamente vulnerabilizadas no Brasil, como os povos tradicionais e quilombolas, povos indígenas, população em situação de rua, Pessoas Com Deficiência, população LGBTQIA+, pessoas negras, mulheres que sofrem violência, pessoas encarceradas, cujos direitos sofreram graves violações. Mesmo com o início da vacinação (2021), o isolamento social impacta sobre a saúde mental dos brasileiros, deixando sequelas físicas e emocionais, transtornos mentais e déficits cognitivos. De acordo com Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, "antes mesmo da pandemia, a gente já tinha uma plataforma, que quem quisesse oferecer serviços online devia se cadastrar. A gente tinha um processo interno para ver se poderia liberar ou não. Com a pandemia, muita coisa mudou e muitos processos se aceleraram com a Psicologia e com tudo. Naquela época, no auge da pandemia, quando a gente estava num momento de confinamento, o Conselho acaba flexibilizando isso, autorizando as pessoas a atenderem online, mesmo que não tivessem passado por todo aquele processo". O CRP SP publicou em seu site no dia 14 de julho de 2020 orientações para o atendimento psicológico on-line durante a pandemia.



Capa Jornal Psi set/out/nov 2020

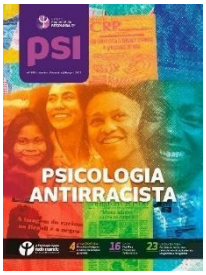
O CRP SP na defesa dos Direitos Humanos

Frente aos desafios postos pela conjuntura sociopolítica-econômica que se configurou no período 2014-2024, o CRP SP adotou posturas claras e objetivas na defesa da sociedade democrática e inclusiva, de acordo com os princípios humanitários e éticos que regem a categoria.

Diante da Política Antidrogas sancionada pelo Governo Federal, em 2019, que facilitou a internação compulsória e centralizou o tratamento em comunidades terapêuticas, o CRP SP posicionou-se contrário a estas entidades e a toda e qualquer instituição que se funda em imposição religiosa, em privação de liberdade e/ou em qualquer violação de direitos.

O X COREP já apontava em 2019 a fragilização das instituições e ameaças de retrocessos no campo dos direitos sociais, definindo as pautas para o X Congresso Nacional de Psicologia.

Num cenário de desmonte de políticas públicas e ameaças à democracia, a categoria debateu sobre os desafios que incidem sobre o fazer psicológico, e tratou de matérias como diversidade e garantia de direitos, temática racial e LGBTQIA+, luto, redução de danos, educação, direitos humanos, no 6º Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão, em novembro de 2022.



Capa do jornal Psi Jan | Fev | Mar - 2022

A Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas apresentou a segunda edição do “Manual da Psicologia e Direitos Humanos”, em 2022. O material traz um compilado de normativas para orientar psicólogas e psicólogos no exercício profissional pautado pelo compromisso social e ético da Psicologia.

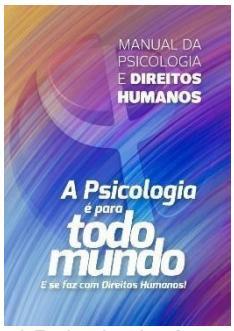
Os Conselhos de Psicologia do Sudeste (MG, ES, SP e RJ) e o Conselho Federal de Psicologia realizaram em 2023 o I Seminário Regional Psicologia e Violência de Estado tratando da responsabilidade da Psicologia na garantia de direitos das pessoas em privação de liberdade e seus familiares, no enfrentamento aos abusos, negligências e violações aos Direitos Humanos.

(Folder privação de liberdade: http://cedoc.crpsp.org.br/1/2245)

Nas palavras de Elisa Zaneratto Rosa, "não à toa a gente vai falar deste tema na nossa campanha de direitos humanos nesse período. Acho que tem uma coisa muito importante nessa gestão, a necessidade, o modo como a gente vai reconhecendo a importância de algumas temáticas que não deveriam ser pontuais na Psicologia, que diziam respeito a condições estruturais da formação social brasileira e que, portanto, não deveriam ser temas específicos da Psicologia, mas temas transversais à toda a Psicologia”.

Na luta pelo reconhecimento e garantia de direitos, o CRP SP tem se engajado no movimento de identidade de gênero e diversidade sexual; promove rodas de conversa, participação na Semana da Diversidade Sexual, presença das subsedes no Dia do Orgulho LGBTQIA+, feiras, entre outras manifestações.

“Era um tema importante, entender como o gênero e como as violências e as opressões de gênero se conformaram historicamente na formação social brasileira e, portanto, qual é a importância da gente estar atento a essas questões de forma transversal, quando a gente trabalha na clínica, quando a gente trabalha na educação, quando a gente está no sistema de justiça, enfim”. (Elisa Zaneratto Rosa)



(Capa Manual Psicologia é para todo Mundo. 2020
https://www.crpsp.org/impresso/index?categoria=8)

Pensando os rumos da Psicologia

Desde a instalação do então CRP 06, em 1974, quando sua atuação fundamental era fazer o registro das psicólogas e psicólogos, cuidar da fiscalização do exercício profissional respeitando os princípios éticos da Psicologia, muito se caminhou e se ampliou na aplicação dos saberes da ciência psicológica em desenvolvimento.

Sensível às demandas de cada momento histórico e sob conjunturas muitas vezes desafiadoras, o Conselho Regional respondeu, propôs e provocou mudanças no seu campo, trazendo para a categoria debates e atualizações, sempre revendo posturas, produzindo orientações e discutindo o papel da Psicologia na sociedade em constante transformação.

"Acho que um dos desafios é afirmar e reafirmar qual é o papel da Psicologia, que é auxiliar o outro no seu bem-estar, olhar o outro com dignidade, buscar nas suas técnicas e aprimorar a ciência psicológica para que a gente possa realmente atender à sociedade de um modo cada vez melhor", afirma Rosana Cathya Ragazzoni Mangini. "Não vejo como o Conselho pode estar desimplicado disso tudo. Ele está profundamente implicado, pois se é a autarquia que a gente tem que orienta, fiscaliza e normatiza, nesse tripé, nesses três vieses, ele está totalmente implicado ali".

A Psicologia hoje é uma área muito ampla e diversificada, acolhendo muitas especialidades, como, por exemplo, a Psicologia comunitária, social, esportiva, forense, hospitalar e organizacional. Requer formação adequada e especializada; nesse panorama, é fundamental a formação dos futuros profissionais com adequação dos currículos aos desafios que se apresentam, tendo em vista o que se espera de sua atuação no século XXI. A área vem se popularizando, com mais acesso da sociedade que reconhece o seu papel para aprimorar a qualidade de vida das pessoas, inclusive considerando as desigualdades enquanto fator que interfere na saúde mental.

Conclui Ana Mercês Bahia Bock: "A finalidade da psicologia é trabalhar pelo bem-estar, pela saúde mental das pessoas e nós sabemos completamente como psicólogas e psicólogos que a saúde mental depende da condição de vida. A vida psíquica não tem como ser compreendida, nem trabalhada, nem tratada, se não for considerado o meio em que se vive. Psicologia rima com democracia, porque a democracia seria o regime, hoje, que possibilitaria às pessoas fazerem, defenderem,

falarem e reverem seus projetos, juntar-se a outros que tenham ideias semelhantes, para estar ativo no mundo com autogoverno na luta pelo bem-estar".

5.2.3 ENSINO DE PSICOLOGIA

Contribuindo para o aprimoramento do ensino de Psicologia

O CRP SP vem contribuindo significativamente para o aprimoramento do ensino de Psicologia nas instituições de curso superior. Seu engajamento frente às mais diversas questões da atualidade está voltado para a atualização constante da grade curricular dos cursos de Psicologia.

Segundo dados do Ministério da Educação, o Brasil tem hoje cerca de 314 mil alunas/os matriculadas/os em cursos presenciais de formação em Psicologia, distribuídos em mais de 1.100 cursos de bacharelado e licenciatura, segundo o Censo Psi de 2022.

O primeiro projeto para um curso de Psicologia brasileiro foi elaborado em 1932, no Rio de Janeiro, e, desde então, discutir e construir diretrizes para a formação da/o psicóloga/o tem sido um grande desafio, visto a complexidade de seu objeto de estudo, com uma vasta diversidade epistemológica, metodológica e técnica.

Foi a partir da regulamentação da profissão no Brasil, em 1962, que se estabeleceu o currículo mínimo para os cursos de Psicologia (Parecer nº 403 do CFE) que vigorou por mais de quarenta anos. Tal currículo baseava-se na transmissão de conhecimentos organizados em um conjunto específico de disciplinas e praticamente não levava em conta ou não se referia ao contexto sociocultural no qual o curso era ministrado.

Com a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), através da Lei nº 5.766, de 20/12/1971, instituíram-se autarquias com funções de fiscalizar e orientar o exercício profissional para garantir o compromisso ético na prestação de serviços psicológicos, além de acompanhar a formação acadêmica de psicólogas/os. Nesse processo, avançou-se para a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia, que em 2011 passaram por reformulação visando regulamentar a licenciatura em Psicologia.

Nos sete anos de discussões, entre 2004 e 2011, chegou-se à proposta de formação generalista com ênfases curriculares que representariam a concentração de estudos e estágios em pelo menos dois domínios da Psicologia, que seriam eleitos por cada curso, e que propiciariam à/ao estudante a possibilidade de escolha e sua formação de psicóloga/o.

Para Irani Tomiatto de Oliveira, da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) “quando a profissão foi regulamentada em 1962, a preocupação principal era construir uma identidade profissional da/o psicóloga/o. Era construir um perfil do que era ser psicóloga/o como profissão regulamentada, com o curso de graduação com normas estabelecidas. A profissão tinha um currículo mínimo, determinação de como é que devia ser um curso naquela área. De certa maneira, o currículo mínimo criou uma formação comum, estabelecendo disciplinas, estágios e como deveria ser o curso”.

O CRP SP, desde sua criação, acompanhou com interesse a formação dos profissionais da Psicologia, principalmente devido à mudança constante no campo de trabalho, aos novos espaços de atuação, à integração ao Sistema Único de Saúde

(SUS), ao avanço da Psicologia Social, entre outros, que demandam a atualização permanente da grade curricular dos cursos de Psicologia.

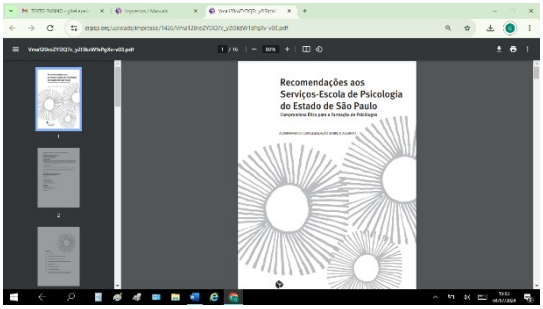
Hoje, a/o profissional de Psicologia é cada vez mais requisitada/o em espaços diversificados. Segundo Irani Tomiatto, “a Psicologia cresceu extraordinariamente em todos os sentidos. No número de psicólogas, no número de cursos, no número de vagas, nas áreas e possibilidades de atuação. A realidade foi caminhando frente às demandas que surgiam. E a formação saiu do referencial de currículo mínimo para um de diretrizes curriculares mais amplo”. A/O profissional da Psicologia hoje se engaja em campos como o de assistência a emergências e desastres, atuação em políticas públicas sociais e de saúde, combate ao racismo, à violência de gênero, às questões dos encarcerados, à luta antimanicomial, etc.

O CRP SP, frente às mais diversas questões da atualidade, toma posições e orienta a classe oferecendo publicações sobre vários temas, promoção de fóruns de discussão em diferentes formatos (seminários, fóruns, congressos, rodas de conversa, entre outros), dando subsídios para a atuação da/o psicóloga/o no campo das políticas públicas, refletindo a preocupação da entidade com a formação da/o profissional e seu aprimoramento constante, baseada nos princípios éticos que norteiam o exercício da profissão.

Nas últimas décadas, a Política de Cotas - ao garantir que 50% das vagas em universidades públicas fossem reservadas para alunos egressos das escolas públicas, vagas das quais 50% são exclusivas para pretos, pardos e indígenas – além de outros instrumentos de promoção como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fies, contribuíram para um maior acesso ao ensino superior, democratizando o ensino da Psicologia às classes sociais menos favorecidas e grupos antes excluídos da educação universitária. Essa abertura traz para a profissão o aporte de outros perfis, aprofundando posturas de engajamento, compromisso social e representatividade social.

Box:

Em 1968, em plena ditadura militar, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) realizou uma experiência que pode ser considerada inovadora até os dias de hoje, como relata Odette de Godoy Pinheiro: “Nós instituímos comissões paritárias, revolucionamos o curso. A gente propunha cursos que eram administrados pelos alunos e professores juntos. Parecia um seminário, porque não tinha um currículo fixo. É uma ideia que ficou marcada como uma proposta dos professores da PUC, que é a ideia de núcleo: um conjunto de seminários, aulas, pesquisas, que juntam pessoas interessadas num determinado assunto e que levam em frente isso durante um ano. (...) Se você tem uma condição de construção, a prática e a teoria têm que vir juntas. Eu me orgulho de ter colocado no currículo uma parte eletiva, em que você tem que estar aberto para as descobertas, para a Psicologia, para a ciência e para as práticas que vão se produzindo. É importante que mude sempre, que você não tenha sempre fechado o currículo, que se esteja aberto”.



5.2.4 PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO DE ARTES PLÁSTICAS

Na passagem de 1999 para 2000 entidades ligadas à área de Psicologia idealizaram e concretizaram a primeira edição do Prêmio Arthur Bispo do Rosário de Artes Plásticas, concurso aberto a obras em qualquer formato ou técnica, na área de artes plásticas, criado com o objetivo de valorizar e divulgar os trabalhos produzidos pelos usuários dos serviços de saúde mental do Estado de São Paulo, os CAPS - Centro de Atenção Psicossocial.

A iniciativa coube ao CRP SP, juntamente com a Associação Franco Basaglia e Associação Franco Rotelli e, desde então, teve como premissa a promoção de uma sociedade mais justa, sem manicômios e sem preconceitos, e que tenha a solidariedade como elo principal das relações humanas.

Originada no interior do CRP SP, a ideia cresceu e virou concurso que selecionaria trabalhos de quatorze artistas plásticos, com prêmios em dinheiro e certificados de menção honrosa. A primeira inspiração partiu de Diógenes Pepe, e com a participação e apoio de Odair Furtado a proposta foi apresentada no plenário do CRP SP, sendo imediatamente aprovada. A partir daí, formou-se a comissão organizadora e construiu-se o Prêmio Arthur Bispo do Rosário que teve oito edições entre 2000 e 2018, com inscrições para as categorias pinturas, ilustrações, esculturas, instalações, fotografias, vídeos, poesia, contos, livros, crônicas e textos.

Em abril de 2000, a sede da Rua Arruda Alvim, recém-inaugurada, receberia a primeira exposição dos trabalhos.

Evidentemente, afirma Furtado, todo o processo estava inspirado no projeto e no trabalho da Nise da Silveira, que era bastante conhecido e admirado. “Então juntava tudo isso com a história do Arthur Bispo, que naquele momento já tinha virado uma celebridade, Bienal de São Paulo, Bienal de Veneza...”, conclui.

“O concurso do Arthur Bispo foi fechado em setembro de 1999, ao mesmo tempo em que já vínhamos organizando, junto com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e com a Federação de Entidades Nacionais de Psicologia Brasileira (FENPB), lançar na Universidade de São Paulo a Primeira Mostra da Psicologia, e lá é que a gente fecha e entrega o prêmio para os ganhadores do concurso do Arthur Bispo do Rosário”, afirma Diógenes Pepe, co-idealizador do concurso.

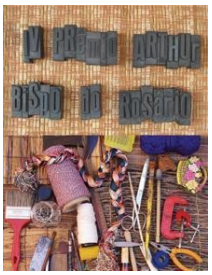
Por que Arthur Bispo do Rosário? Para Odair Furtado, a resposta é óbvia. “Ele é reconhecidamente um grande artista brasileiro. Isso traz a biografia do Arthur Bispo, traz as condições em que ele foi parar lá no Engenho de Dentro. Enfim, a loucura, traz a loucura para a pauta! E traz a condição do louco como sujeito. Ele foi retirado desta condição de pessoa, ele deixou de ter autonomia. E não tendo autonomia, ele é encarcerado, ele é seviciado. Passa toda sorte de abuso e de sofrimento. Então, recuperar a cidadania do louco e reconhecer o louco como pessoa ativa, como pessoa capaz de pensar e tomar decisões era o caminho a ser tomado".

Os trabalhos de Bispo do Rosário vão das *assemblages* e composições com objetos a obras bordadas. Geralmente utilizava itens de seu cotidiano nas instituições psiquiátricas onde esteve internado entre 1939 e 1989. Para seus trabalhos valeu-se

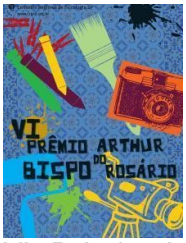
de canecas de alumínio, botões, colheres, madeira de caixas de fruta, garrafas de plástico, calçados e materiais comprados por ele ou pessoas amigas. Para os bordados, usou os tecidos disponíveis, como lençóis ou roupas, obtendo os fios ao desfiar o uniforme azul de interno. No início da década de 1980, com as questões levantadas pela arte contemporânea, a antipsiquiatria e as novas teorias sobre a loucura, os trabalhos de Bispo começam a ser valorizados e integrados ao circuito das artes.

A criação do prêmio e as exposições com as obras produzidas trouxe a público criações artísticas que teriam o destino da exclusão. Sua divulgação pretende denunciar o cenário de desumanidade, reclusão e violência física e psicológica dos manicômios e hospitais psiquiátricos, que a luta antimanicomial pretende transformar.

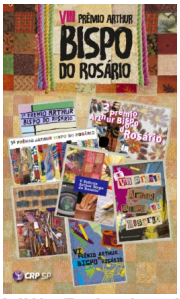
Cartaz do Primeiro Prêmio Arthur Bispo do Rosário de Artes Plásticas, 1999


Cartaz do IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário, 2006

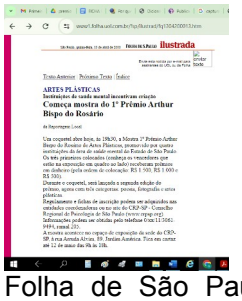
Exposição das obras do IV Prêmio Arthur Bispo do Rosário, 2006



VI Prêmio Arthur Bispo do Rosário, 2011



VIII Prêmio Arthur Bispo do Rosário


Folha de São Paulo, 13 de abril de 2000

5.2.5 PRÊMIO JONATHAS SALATHIEL DE PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS

Reconhecimento aos trabalhos sobre saúde mental e relações raciais

Nas últimas décadas, ganhou corpo na sociedade brasileira a necessidade do debate sobre o racismo estrutural/institucional e, no caso da Psicologia, suas relações com a saúde mental, particularmente aquela referente à população negra.

Um dos destaques nos estudos desse campo foi Jonathas José Salathiel da Silva (CRP 06/63200), psicólogo e estudioso para a construção de uma profissão comprometida com os direitos humanos e a igualdade racial. Sua luta contra a discriminação racial possibilitou o lançamento de documentos orientadores às/aos profissionais de Psicologia sobre seus efeitos sobre a subjetividade da população negra. Salathiel também colaborou para a criação de um grupo interno, no CRP SP, dedicado a pensar as questões raciais, organizado hoje como Núcleo de Psicologia e

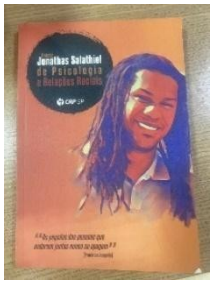
Relações Raciais. Foi, também, o idealizador do caderno temático nº 14 “Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia”.

Em sua homenagem foi criado pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), em 2018, o Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais, com a finalidade de estimular a produção de artigos da área de Psicologia, assim como criações artísticas das mais diversas linguagens – fotografia, imagens, poesias, músicas e outras – a respeito da violência causada pela desigualdade racial, dar visibilidade para produção em saúde mental e relações raciais e sobre como as questões de raça e o racismo afetam a prática dos psicólogos.

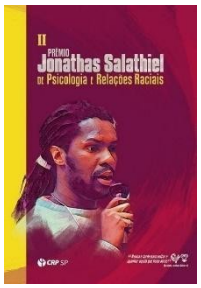
O Prêmio foi construído em associação com a Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es (ANPSINEP) e o Sindicato das/os Psicólogas/os do Estado de São Paulo (SinPsi) e expressa, sobretudo, o reconhecimento e a gratidão da Psicologia no Estado de São Paulo ao trabalho incansável de Jonathas José Salathiel da Silva.

A partir de uma leitura histórica da construção do que é ser negro no Brasil, discutem-se as formas como a Psicologia pode contribuir para o enfrentamento do sofrimento causado pela discriminação racial, a partir da compreensão da raça enquanto construção social que ressoa sob diversas faces, entre elas o racismo institucional.

Imagens sugeridas:



(I Prêmio Jonathas Salathiel)



(II Prêmio Jonathas Salathiel)

5.3 Textos para a revista comemorativa/versão estendida

5.3.1 BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE

O que é a biblioteca virtual?

A Biblioteca Virtual em Saúde é uma coleção de fontes de informação que tem como objetivo propiciar o acesso ao conhecimento científico em saúde. Trata-se de uma rede de produtos e serviços na Internet, que visa atender às necessidades de informação em saúde de autoridades, administradores, pesquisadores, professores, estudantes, profissionais e público em geral. A BVS se diferencia do conjunto de fontes de informação da Internet por obedecer a critérios de seleção e controle de qualidade.

Maria Imaculada Cardoso Sampaio, graduada em Biblioteconomia, Mestre em Ciência da Informação e Documentação e Doutora em Psicologia Experimental, coordenou a Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia durante 15 anos e contou-nos como foi o processo de implantação e administração da BVS-Psi e da rede latinoamericana de Periódicos de Psicología (PePsic) que atualmente "está em 16º lugar no repositório de acesso aberto do mundo", comenta Imaculada.

"Em 2001 nasce a Biblioteca Virtual no modelo da Biblioteca Virtual da BIREME, que é a Biblioteca Virtual em Saúde temática de Psicologia. A Biblioteca Virtual ganhou muita importância", segundo Imaculada. "Nós fomos modelo para execução de bibliotecas virtuais em vários países da América Latina e no Brasil também. A Biblioteca Virtual de Veterinária, a Biblioteca Virtual de outras áreas, sempre se apoiaram e se ampararam no nosso modelo".

O Conselho Federal de Psicologia e o Conselho Regional de São Paulo participaram ativamente da criação da BVS-Psi dando apoio financeiro, cedendo espaço para as reuniões e compondo comissões consultivas e deliberativas na gestão científica. Sobre essa participação, Imaculada explica que "é preciso ressaltar, enfatizar a importância que teve o Conselho Federal de Psicologia junto com o Regional, porque o Conselho Regional de São Paulo era e até hoje é muito atuante no sentido de apoiar, de dar incentivo. O CRP SP aportou recursos financeiros, juntamente com o Conselho Federal, porque a Universidade de São Paulo contribuía com o nosso trabalho. E o Conselho Federal dava recurso financeiro e fazia a gestão científica, dizendo quais bases de dados nós deveríamos fazer. A gente se reunia para decidir como seriam essas bases de dados. A BIREME dava a metodologia e o Ministério da Saúde dava seu apoio também. Então era e continua sendo até hoje uma parceria muito forte desses atores todos para fazer a Biblioteca Virtual".

No início do projeto, para que a Psicologia pudesse integrar a Biblioteca Virtual em Saúde e utilizar a metodologia do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME) era necessário seu enquadramento no campo da Saúde o que gerou muitos debates pois, segundo Imaculada: "A Psicologia nunca vai estar confortável totalmente na área da saúde. E não é para estar porque a Psicologia social não é saúde. A Psicologia escolar não é saúde. A clínica é. A experimental é, mais ou menos. Mas as outras áreas, elas estão nas ciências, nas humanidades. Aliás, foi de onde ela veio. Então, quando a gente quis usar o modelo da BVS-Saúde, foi um dia inteiro de discussão. Nós, o comitê consultivo, que era composto pelo Marcos Ferreira, pela Ana Bock, por essas pessoas que eram as referências da Psicologia naquele tempo, passamos o dia inteiro discutindo se a gente ia usar o S ou não. O Abel Parker, que é o executivo do Scielo até hoje, naquele tempo era o coordenador, o diretor da Biblioteca Virtual em Saúde. E ele dizia que se for para

usar o modelo da BVS Saúde, tem que ter o S. E os gestores da Biblioteca Virtual não queriam. Nós ficamos numa reunião no Conselho Regional, onde se faziam nossas reuniões do Comitê Consultivo, até que as pessoas se renderam e aceitaram usar a metodologia da Bireme e do Ministério da Saúde".

Biblioteca Virtual em Saúde
MINISTÉRIO DA SAÚDE

Para o campo científico da Psicologia, a BVS-Psi representou uma ampliação no referencial teórico de pesquisadores de todo o Brasil, possibilitando maior acesso a revistas científicas e livros para pesquisadoras/es em localidades remotas. “À medida que nós fomos ampliando esse acesso, a gente começou a perceber mudança na bibliografia das dissertações e teses. Nós fizemos estudos sobre isso na biblioteca. Porque quando nós começamos a avaliar as listas de referências das dissertações e teses, eram pouquíssimas as revistas citadas. O que mais se citava eram livros. À medida que a gente foi dando visibilidade às revistas científicas, a gente fez um estudo, está publicado, onde a gente mostra a visibilidade do conhecimento científico publicado em revistas, a partir das citações nas teses e dissertações. A Biblioteca Virtual proporcionou mudanças muito fortes em relação ao que o psicólogo passou a ler e a citar”, continua Maria Imaculada.

O apoio dos Conselhos, para divulgação da BVS - Psi junto aos profissionais da área foi fundamental, “e nesse aspecto, os Conselhos foram ímpares. Nenhuma área tinha Conselhos tão voltados para a promoção do acesso à informação igual à área da Psicologia. Por isso que a gente era modelo. Nós éramos convidados o tempo todo a mostrar como a Psicologia se organizou para dar acesso ao conhecimento para o psicólogo brasileiro”. Nesse sentido, a bibliotecária nos contou que “a gente tinha o que chamava de Estação BVS. O Conselho Regional de São Paulo foi um dos primeiros a ter uma. Era um ponto focal onde existia uma pessoa falando sobre fontes de informação para o psicólogo. Quando o profissional ia lá para fazer o seu registro, já recebia informação sobre a Biblioteca Virtual”.

Maria Imaculada Cardoso Sampaio explica que a rede latinoamericana de Periódicos de Psicologia (PePsic), iniciada em 2005, também é essencial para esse acesso a publicações científicas; foi a primeira plataforma temática feita no Modelo Scielo. “Graças à Biblioteca Virtual ser muito atuante, nós conseguimos, junto ao Scielo, a metodologia para fazer um portal só para a área da Psicologia, que promove o acesso aberto aos artigos publicados em revistas de Psicologia do Brasil e muitos outros países da América Latina. Nós temos mais de 100 títulos publicados no PePsic”.

Em 2023 a plataforma foi institucionalizada pelo Conselho Federal de Psicologia e sua gestão atual é realizada por um Comitê Gestor, composto por representantes indicados pelo CFP, pela Associação de Programas de Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), pela Associação Brasileira de Editores

Científicos de Psicologia (ABECIPSI), pela Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), além de três representantes de entidades participantes do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB).

5.3.2 CAMINHOS DO CRP SP

Por uma Psicologia voltada para o bem-estar humano e o bem-estar social

Quando de sua criação, na década de 1970, o papel do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais (CRPs) era de consolidação da profissão, sua divulgação junto à população, propiciando o esclarecimento do papel do psicólogo na sociedade. Naquele período, criavam-se as comissões, como as de fiscalização e ética, que denotavam a postura vigente de vigilância e controle sobre o exercício da profissão. Era um momento em que as ações estavam voltadas para a aprovação do Código de Ética Profissional, o currículo mínimo dos cursos de graduação e o projeto de lei 652/79, que previa a implantação do Setor de Serviço de Psicologia Escolar no governo de São Paulo. As ações possuíam nítido caráter corporativista.

Foi a partir da década de 1980 que ocorre o rompimento com esse período mais tradicionalista e as instituições passam a ter uma visão mais política da atuação da Psicologia e das instituições ligadas a ela, inclusive o Conselho. “O movimento histórico dos psicólogos que envolve a organização de Encontros expressa uma direção política de ruptura com um projeto conservador, apresentando um projeto ético-político vinculado à redemocratização do país com a finalidade de superar os marcos da repressão daquele momento, propondo uma Psicologia engajada com as classes populares. As gestões que compõem o SPESP (Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo) e o CRP-06 passam organizar e realizar uma série de ações conjuntamente, embasadas nessa nova orientação política, dentre as quais estava a discussão entre Psicologia e Educação”.

BOX:

Os Encontros de Psicólogos da área de Educação

Na esteira da redemocratização do país, entre dezembro de 1980 e maio de 1983, ocorreram três Encontros de Psicólogos da Área de Educação, promovidos pelo Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo e pelo Conselho Regional de Psicologia da 6a Região, na sede do Instituto Sedes Sapientiae.

No primeiro Encontro se discutiram os problemas dos psicólogos da área da Educação, os currículos das faculdades no que diz respeito à formação específica; no segundo, se promoveu a divulgação dos trabalhos desenvolvidos por psicólogos atuantes na área, alternativos ao modelo clínico tradicional; o terceiro Encontro procurou definir subsídios para elaboração de uma proposta de atuação do psicólogo na área de Educação.

Segundo Marlene Guirado (CRP 06/2604), “no Conselho conseguimos resgatar esse caráter político das ações de uma instituição de categoria profissional. Um trabalho que podia ser feito politicamente via interna, via ética profissional, via trabalhos comunitários. Porque antes o Conselho trabalhava mais com educação. Definíamos o Conselho como uma instituição de saúde, que tinha que atender os interesses das/os profissionais e da clientela por elas/es atendida... A população tinha um lugar de clientela para o Conselho também. Não era só clientela do psicólogo. Era

uma clientela extensa do Conselho. Precisava pensar o serviço que a Psicologia, como profissão, estava oferecendo para a população".

No processo de redemocratização do país, o Conselho contribuiu com a participação de diversos grupos na elaboração do texto enviado à Assembleia Constituinte. "A gente lia, discutia, apitava, opinava, entre tantos temas, o que dizia respeito à saúde pública. Se não temos uma coisa harmônica de ponto de partida, essa harmonia você vai construindo com mais trabalho", complementa Guirado.

A gestão de Marlene Guirado (1986-1989) tinha uma proposta mais democrática, de abrir a participação tanto para quem estava nas outras instituições, como para a população que podia levar para o Conselho suas queixas e reivindicações. Era "uma proposta de Psicologia cuja especificidade se assentava na diversidade, na interface de áreas do conhecimento como sociologia, política e análise do discurso, buscando falar, não em individualidades, mas sim, em sujeitos que só podem ser chamados de psíquicos porque matriciados em relações institucionais; buscando definir singularidades e não, indivíduos", prossegue. "A gente tinha que mobilizar a discussão. Esse é o caráter político. A gente tinha que pensar e pôr pra pensar as pessoas que trabalhavam, por exemplo, no Juqueri", continua Marlene Guirado.

Ainda nos anos 1980, momento de grandes mudanças, a ética passou a ser vista como uma atenção voltada à conduta da/o profissional de Psicologia, para além dos princípios que regulamentavam oficialmente o exercício da profissão. "Tínhamos que discutir com os profissionais como pensavam e faziam o trabalho que eles desenvolviam. Criamos comissões para trabalhar essas questões e a ética também. Organizamos debates públicos com a participação de representantes de diversas orientações para abrir o debate público, sem deixar de lado a posição do Conselho e argumentar", conclui.

Para Odair Furtado, desde seus primórdios, "o Sistema Conselhos defende uma Psicologia de qualidade para a população. As/Os psicólogas/os têm que trabalhar de acordo com essa perspectiva". Para ele, algumas questões relativas ao que é a garantia da saúde mental para o povo brasileiro puderam ser ampliadas, como o SUS, CRAS e outras entidades. "Como é que se pensa essas questões para o futuro? É preciso discutir isso, a Psicologia está na pauta do dia, hoje. Por conta das circunstâncias que nós estamos vivendo: o aumento exponencial da depressão, da ansiedade, as crianças sendo medicadas, sugere pensar nas perspectivas de uma política para a profissão e o que de fato faz um Sistema Conselhos", conclui.

Nesta mesma direção, Marlene Bueno Zola (CRP 06/4262) afirma entender quatro grandes princípios quando se pensa a Psicologia: "nós temos o avanço; é sempre importante pensar em direitos humanos e sociais. Então, esta é uma vertente que nós temos que ter clara, que embasa esta diretriz. Num segundo aspecto, isto só se reproduz se tiver políticas públicas; então nós tivemos um avanço de implantação de políticas públicas numa perspectiva de pensar saúde, assistência, educação e bem-estar. Se efetiva pensando enquanto ciência, apesar do seu início ter sido muito a partir da pesquisa-ação, mas reconhecer que a Psicologia é uma ciência; ela se fundamenta a partir daí e avança em mudanças nas suas concepções teóricas e metodológicas. Um quarto elemento que a minha vivência traz, eu poderia chamar de compromisso social ou de militância. Porque isto estava presente nas pessoas que fizeram alavancar e que ainda hoje fazem alavancar a luta antimanicomial, direitos de exclusões diversas e a busca de inclusão. Então, faz com que a militância e a responsabilidade social alavanquem muito este processo".

Esses elementos já estão incorporados nas diretrizes curriculares que se alteraram desde 2004, e mais recentemente com sua atualização, em 2023. Hoje são eixos definidos e que apontam para a importância das políticas públicas e a transversalidade na questão dos direitos humanos e sociais, que tornam a Psicologia o que é realmente, uma Psicologia voltada para o bem-estar humano e voltada para o bem-estar social. “O Conselho tem um papel de mobilização muito importante [e] existe uma expectativa também de que ele trace algumas diretrizes. O que é correto, o que é ético, no seu princípio mais amplo de falar a questão ética, de pensar a que serve a profissão, de ser uma profissão que atenda realmente o que uma coletividade espera ou precisa. Entendo que o Conselho, da minha época e da época atual, tem princípios que se mantêm. São princípios que estão presentes, de procurar a mobilização das pessoas, discutir temas que são importantes para direcionar, seja a formação, o objeto de recebimento, de serviço, de bem-estar oferecido para a coletividade, que sirva ao bem-estar da sociedade”, conclui Marlene Zola.

Esse movimento em fazer do Conselho não uma instituição rígida, fechada, formal, teve início na década de 1990. Se, por um lado, ele mantém a institucionalidade, o formalismo necessário, as atribuições legais, por outro, é também um espaço de encontro da categoria, onde ela pode falar sobre si mesma, sobre a sua profissão, pode ditar os rumos, decidir coisas e aprofundar o seu fazer. “A gente investia muito nesses espaços de participação democrática no Conselho; aí se experimentou várias formas de fazer com participação das/os psicólogas/os, a forma de funcionamento do próprio Conselho, nas suas decisões, e depois os instrumentos mesmo de consulta à comunidade, desde o setor de orientação, que tem realmente essa perspectiva, uma comissão de orientação e fiscalização, mas tem muita perspectiva da orientação, do diálogo, da categoria”, relembra Maria da Graça Marchina Gonçalves.

Segundo ela, isso é responsabilidade da gestão, dialogar o tempo inteiro com a categoria e procurar mecanismos para fazer isso. “A gente já tinha instituído o Congresso Nacional da Psicologia, que era pensado exatamente desde a base até uma organização nacional, para traçar projetos para as autoridades, para os Conselhos, mas além desse, que é a cada três anos, a gente pensava em outras formas de trazer as/os psicólogas/os na própria forma de funcionar do Conselho”, continua. O Conselho, para ela, é a instituição responsável pelo exercício profissional, mas, também, local em que a democracia avança junto com as pautas democráticas, de luta por igualdade e de compromisso com as questões sociais. “Todas as pautas sociais começam a fazer sentido para quem está na prática profissional, seja na saúde, seja no trabalho com criança e adolescente, seja na assistência social, ampliando a possibilidade dessa atuação profissional”, diz Maria da Graça Marchina Gonçalves.

Do final da década de 1990 aos anos 2000, fortaleceu-se a ideia de que a profissão pode estar antenada com o que é necessário para o país, no sentido de uma nova perspectiva de direitos, de políticas públicas, sociais, de como enfrentar a questão social, como enfrentar a desigualdade. Para isso, tornou-se obrigatória a análise da conjuntura e de como esta implica para a profissão. A escolha foi apostar na ampliação da presença da Psicologia na sociedade, reconhecendo sua tradição em áreas consolidadas e expandindo o fazer em outros campos.

Por exemplo, afirma Marchina, “a Psicologia pode fazer intervenções em relação ao direito à cidade, ao planejamento urbano, à apropriação do espaço público. Ouvimos que a cidade hoje é violência, temor, confinamento, isolamento e segregação. Podemos, a partir da Psicologia, trabalhar no sentido de rever isso, de

reorganizar a sociedade, de fortalecer os coletivos que tenham condição e que possam ocupar os espaços da cidade, direito de todos. Então é um tipo de intervenção que, no meu modo de ver, responde a esse sofrimento contemporâneo, mas responde não apenas pelo atendimento individual, mas por pensar uma forma de lidar socialmente, de estabelecer possibilidades de novas sociabilidades, de novos encontros, de novas ocupações de espaço público; devem ser políticas públicas para o enfrentamento da violência, das situações todas que a cidade oferece, para as dificuldades mesmo, o mesmo com a questão ambiental". E, segundo ela, "a Psicologia não fará sozinha isso, mas ela tem elementos para produzir relações diferenciadas, organização das pessoas, formas de sociabilidade respeitosas, solidárias. A Psicologia sabe disso".

Percebe-se, então, que a Psicologia, assim como seus objetos, é afetada pelos acontecimentos sociais e históricos capazes de forjar características, naturalizar diferenças e ocultar condições de vida desiguais ao longo do tempo. Vivemos um momento em que a Psicologia adquire papel de extrema relevância, marcado por questões ligadas às temáticas étnico-raciais, ao gênero, às discriminações sociais, às desigualdades, ao meio ambiente. A Psicologia precisa caminhar no sentido de contribuir para a compreensão desses fenômenos. Tudo isso engloba, cada vez mais, a necessidade da ampliação do compromisso social da Psicologia e de seu sistema de Conselhos. Por isso, para Ana Mercês Bahia Bock, "o CRP é a entidade que faz a mediação entre o que a sociedade precisa, demanda da Psicologia e suas possibilidades".

"Nós não podemos jamais pensar a profissão sem pensar no conhecimento que nós temos para exercê-la. E, ao mesmo tempo, temos que criar condições para que essa profissão seja cada vez mais próxima das necessidades sociais e da realidade social na qual nós estamos inseridos. Que a gente possa cada vez mais constituir um conhecimento que responda às demandas e às necessidades do sofrimento social", corrobora Marilene Proença Rebello de Souza. Afinal, esteja onde estiver, a/o psicóloga/o irá se deparar com uma realidade social complexa, multifacetada, repleta de conflitos e contradições que se manifestam por meio de desigualdades e processos de exclusão.

"Se a finalidade da Psicologia é trabalhar pelo bem-estar, pela saúde mental das pessoas, sabendo que a saúde mental depende da condição de vida, depende da vida vivida, do seu cotidiano, das suas condições, da sua luta, do seu empenho, não dá para uma psicóloga trabalhar pela saúde mental das pessoas e ignorar as condições de vida em que elas vivem", continua Ana Mercês Bahia Bock. Para ela, sempre foi papel do Conselho apontar para a necessidade social e ofertar possibilidades e ferramentas para lidar com isso.

Em sua essência, o Conselho, nas palavras de Maria da Graça Marchina Gonçalves, deve continuar pensando em como inovar e avançar, como ter um projeto que ponha a Psicologia refletindo sobre coisas que ela não nunca pensou, contribuindo para congregar a categoria, a trazer os jovens, a trazer novas experiência para os que vieram antes. O Conselho, diz ela, continuará a cumprir as suas funções, que estão previstas em lei, ao mesmo tempo em que continuará abrindo espaço para participações diversas, incorporando novas ideias, contribuindo para modificar a própria profissão e o seu lugar na sociedade. A Psicologia continuará apoiando os movimentos sociais, ao mesmo tempo produzindo conhecimentos e ofertando práticas de intervenção que favoreçam processos e reorientações voltados às questões sociais.

(2023 - facebook)

(2022 - facebook)

Seminário de Psicologia e Políticas Públicas, 2015

Sarau na Quebrada, 2017

Conferência indigenista, Sede do CRP SP, 2015

3a. Jornada Lésbica Feminina_sede do CRPSP, 2011

2021(facebook)

2021(facebook)

5.3.3 CREPOP

Instrumento de gestão do compromisso social da Psicologia e da inserção da categoria nas políticas públicas

Analisar a conjuntura e como ela implica para a profissão ampliando a presença da Psicologia na sociedade, em novas áreas, reconhecendo a tradição da Psicologia sempre, esse é o papel do CREPOP.

Com o objetivo de orientar e qualificar a atuação profissional de psicólogas/os atuantes nas políticas públicas em todo o país, em 2006 foi criado o Centro de

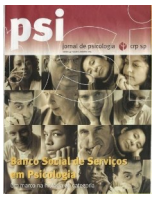
Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs).

A ideia do CREPOP surgiu durante a realização do V Congresso Nacional de Psicologia, em 2004, e da experiência do Banco Social de Serviços, cuja missão era apresentar a ministérios e secretarias estaduais as possíveis contribuições da Psicologia e ofertar projetos de intervenção em áreas nas quais não havia psicólogas/os atuando e se observava a necessidade de ação urgente.

Segundo Maria da Graça Marchina Gonçalves, "é importante observar que a questão do Banco Social era mostrar que a Psicologia tem o que fazer e pode gerar informações e subsídios para a elaboração de políticas públicas. Em 2005, quando eu era presidente do Conselho, o Banco Social foi o embrião do CREPOP, com o objetivo de mostrar que o Conselho estaria permanentemente vinculado ou desenvolvendo o trabalho de reflexão, pesquisa, produção e referências para atuação em políticas públicas. Era a perspectiva de não só analisar o que a Psicologia já fazia no campo das políticas públicas, mas apontar que outras coisas podiam ser feitas. Ele sai dessa ideia de que é preciso se dedicar como categoria a pensar essa possibilidade de uma atuação mais ampla, mais diversa no campo das políticas públicas, que até no período anterior não era possível, porque ou não tinha espaço suficiente para o trabalho social que envolvesse a Psicologia, ou não havia mesmo políticas públicas sociais da magnitude que a gente teve depois da Constituição, e notadamente a partir de 2003".

(Jornal Psi ed. 136, 2003. https://www.crpsp.org/impresso/view/344)

(Jornal Psi edº137, 2003. https://www.crpsp.org/impresso/view/345)



(Jornal Psi, ed 145, 2005. https://www.crpsp.org/impresso/view/353)

A criação do Centro foi aprovada pela Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) de dezembro de 2005 e o início das atividades ocorreu no ano seguinte, com representação do CREPOP em todos os Conselhos Regionais de Psicologia existentes. Seu objetivo é identificar as práticas desenvolvidas pelas/os psicólogas/os no interior das políticas públicas, muitas vezes desorganizadas e dispersas pelos diferentes territórios.

Sua origem atendia às novas demandas surgidas pela inserção da Psicologia junto à sociedade brasileira, um novo campo de trabalho em expansão que exigia de psicólogas/os a reinvenção de suas atividades até então muito centradas na prática da clínica e no trabalho com organizações. Daí a necessidade para o Sistema Conselhos de qualificar e orientar a atuação das/os profissionais nos espaços de políticas públicas. O CREPOP veio preencher essa lacuna.

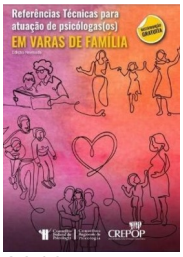
Para Ana Mercês Bahia Bock, o CREPOP cumpre no Conselho "esse papel de fazer a aproximação entre a demanda social e as possibilidades que a Psicologia apresenta como profissão. Quando a gente associa direitos humanos, as pessoas percebem o sentido de que você está ampliando as possibilidades da Psicologia.

Quando você vai para as políticas públicas, luta por esse espaço, regulamenta fazeres dos profissionais nas políticas públicas, ampliando a resposta que você pode dar à sociedade brasileira a partir das suas demandas".

O Centro está presente em 23 dos 24 CRPs existentes no país orientando o fazer técnico e ético das psicólogas e dos psicólogos, voltado ao alinhamento profissional, à garantia de direitos e às demandas do povo brasileiro. De acordo com Irani Tomiatto, "o Conselho construiu, no decorrer do tempo, referências técnicas fundamentais, entre elas o trabalho do CREPOP. Temos a publicação de referências técnicas para tantos tipos de atuação, e isso é um respaldo inestimável que o Conselho oferece para os profissionais, que precisa ser utilizado desde a formação, porque o estudante precisa aprender durante a sua formação quais são as referências técnicas que ele deve utilizar em cada contexto de trabalho onde for atuar."

Além de seu significativo papel político e técnico, coloca a Psicologia em favor da transformação social e construção de vidas dignas. Para isso, diz Maria da Graça Marchina Gonçalves, "o CREPOP é um bom instrumento para suprir a/o profissional da sua necessidade de orientação, de reflexão, de ter referências para a prática profissional, na perspectiva do que isso representa socialmente e politicamente".

2012

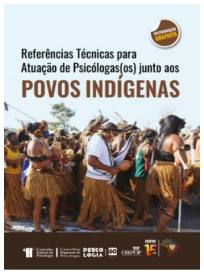


2019

2019

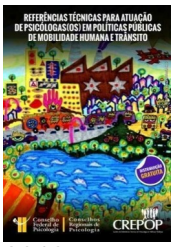
2021

2019



2022

2019



2018.
(https://www.crpsp.org/impresso/view/497)

(consulta pública para política de segurança pública, 2019)

(reunião CREPOP na subsede metropolitana, 2018.)

5.3.4 DESCENTRALIZAÇÃO: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A primeira sede do CRP–06 funcionou entre 1974 e 1975 no prédio que sediava a Sociedade de Psicologia de São Paulo, na Avenida Ipiranga, centro de São Paulo. Foi neste endereço que tomou posse o primeiro Conselho. Foi o apoio prestado pela Sociedade de Psicologia que permitiu ao CRP-06, dar seus primeiros passos, tomar corpo e poder mudar-se para um imóvel alugado, na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, próximo à Avenida Brasil, ali funcionando até 1978.

Conta-nos Waldecy Alberto Miranda, primeiro presidente do Conselho: "No ano de 1974, mais precisamente no dia 27 de agosto, o Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais, na época presidido pelo Prof. Arrigo Leonardo Angelini, delegou poderes ao Conselheiro Federal Professor Oswaldo de Barros Santos para instalar o 1º Conselho Regional da chamada 6ª Região, com abrangência nos Estados de São Paulo e Mato Grosso e dar posse às/os psicólogas/os eleitos pelo CFP para compor o 1º Plenário desse novo órgão. Na mesma solenidade, os Conselheiros Efetivos se reuniram e elegeram a 1ª Diretoria do recém-criado CRP-06. Na ocasião, fui honrado com a escolha pelos colegas para o cargo de Presidente. Pois bem, encerrada a solenidade, eleitos os Conselheiros, deparamo-nos com o problema: não dispunha o novo órgão de nenhum apoio logístico, nem administrativo, sequer tinha um lápis como patrimônio para enfrentar a enorme missão que tinha pela frente". Nesta época, segundo ele, as despesas decorrentes de viagens, estadia e alimentação, saíam dos bolsos dos próprios conselheiros, auxiliados dentro do possível pelas entidades de psicólogos, como o Sindicato dos Psicólogos e a Sociedade de Psicologia de São Paulo, dentre outras.

A compra de um imóvel para sediar o Conselho foi proposta em duas Assembleias Gerais — uma Extraordinária a 14/10/75 e outra Ordinária a 29/10/75, mas ponderou-se primeiramente alugar um local e posteriormente fazer a aquisição da sede própria.

A compra do local para instalar a sede passou a ser cogitada com maior intensidade no segundo semestre de 1976, mas o CRP seria transferido apenas no início de 1978 para o Edifício Jaguari, à Av. Brigadeiro Faria Lima, 1084. A inauguração ocorreu em 27 de agosto de 1978, e o Conselho lá permaneceu até 1988.

Com o crescimento da atuação do CRP-06 e as novas demandas da categoria, a Gestão de 1986-1989, que tomou posse em 26 de setembro daquele ano, logo propôs vender a sede da Avenida Faria Lima, considerada pequena e pouco funcional, para comprar um imóvel nas proximidades da estação de metrô Vila Mariana, mais

precisamente na Rua Borges Lagoa, 74, transação concluída em 1988. O local permaneceu como sede do CRP-06 de maio de 1988 até junho de 1999.

Segundo Diógenes Pepe, “ali é o meu início. Era um prédio bastante acanhado, que não comportava o número de funcionários para a época, ao redor de 58”. A necessidade de aquisição de um espaço que pudesse contar com auditório, salas de reuniões e biblioteca, além de outras instalações, levou às negociações de compra do imóvel na rua Arruda Alvim, 89, uma sede que propiciava um espaço de organização, estudos e encontros das/os psicólogas/os”. A inauguração, prevista para junho de 1995, teve de ser adiada, por problemas na contratação de serviços de reforma do imóvel. “Então cuidamos primeiro de criar a estrutura, ver junto à Prefeitura de São Paulo como que a gente podia rapidamente resolver as deficiências apresentadas para poder mudar para o prédio que tinha lá, praticamente desde 97, e nós estávamos em janeiro de 99, dois anos parado”. Continua Pepe: “não tinha absolutamente nada aqui na Arruda Alvim. Então passo a passo a gente foi conseguindo se alinhar com a prefeitura”. O imóvel só ficaria pronto em 1999 e a inauguração aconteceu em 27 de agosto; “a gente conseguiu mudar para lá na semana de comemoração do aniversário da Psicologia e a inauguração do novo jornal”.

Foi neste período que a Resolução CFP nº 04/96, de 30 de maio de 1996, criou o Conselho Regional de Psicologia da 14ª Região, desmembrando Mato Grosso e Mato Grosso do Sul do CRP-06, devido à necessidade de adaptar o conjunto da autarquia à extensão territorial do País e dar uma resposta eficaz aos problemas do exercício profissional, aproximando a representação da entidade aos locais de atuação da categoria. Ao mesmo tempo, atendia a decisão tomada pelo I Congresso Nacional da Psicologia de caminhar para a estadualização dos Conselhos Regionais.

Até então, a estrutura administrativa do CRP-06 se assentava em uma sede em São Paulo e onze representações distribuídas pelas regiões dos Estados de São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Destas, duas se situavam na grande São Paulo (Santo André e Guarulhos), uma na região litorânea (Santos), seis no interior (Assis, Bauru, Campinas, Lorena, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto), uma no Mato Grosso (Cuiabá) e uma no Mato Grosso do Sul (Campo Grande). Com o desmembramento, atualmente o CRP SP é integrado pela subsede Metropolitana na cidade de São Paulo e dez subsedes em todo o Estado, que atendem e orientam profissionais da Psicologia, articulam eventos, debates, seminários, entre outras ações.

Ao longo de sua trajetória, as gestões do Conselho Regional de Psicologia concretizaram avanços e promoveram diversas mudanças até alcançar sua atual configuração. Dentre elas, destaca-se a abordagem mais dialógica e próxima da categoria, indo além das funções de disciplinar e fiscalizar. Entre as iniciativas de distanciamento do simples aspecto fiscalizador, está o movimento de alteração da nomenclatura “delegacias” para “subsedes”, em 1993; essa escolha teve como objetivo a descentralização para garantir maior autonomia às subsedes e valorizar os projetos focados nos contextos específicos de cada região. De forma geral, as (ex) delegacias restringiam seu papel ao de um escritório avançado da sede, pautando seu relacionamento com as/os psicólogas/os das regiões em fins burocráticos e administrativos.

De acordo com José Roberto Tozoni Reis, “o que se chamava ‘delegacia do CRP’, passa a ser ‘subsede’, terminologia mais adequada ao novo papel que lhe era atribuído. Ao invés de ser administrada por um delegado, a subsede passa a ser dirigida por uma Comissão Gestora, composta por um número variável de psicólogos

(3 a 5), de acordo com as especificidades de cada região. Esta Comissão terá como prioridade a gestão política da subsede, ficando seu coordenador responsável pelos aspectos administrativos". Visando uma prática mais democrática e participativa, as recém-criadas subsedes se tornaram locais de encontro e articulação das/os profissionais, a partir dos quais puderam desenvolver projetos de interesse da categoria e intervir no espaço social em defesa da cidadania. A descentralização das ações garantia maior autonomia às subsedes e valorizava projetos voltados para os contextos específicos de cada território.

Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, da subsede de Sorocaba, reforça esse novo papel, "porque delegacia dá um outro aspecto. Se as funções precípuas do Conselho Federal e dos Regionais são orientar e fiscalizar a profissão, quando a gente fala delegacia, fica sempre o viés mais punitivo, mais repressivo, que acaba sobressaindo. Então, quando a gente fala em Conselhos Regionais de Psicologia, a gente está falando de território e de outra Psicologia; as ações ocorrerem no território é algo muito caro, algo muito importante. Segundo ponto, eu acho que quando a gente pensa em Conselho Regional, a gente se sente mais pertencente a ele também. Tem uma questão aí de fomentar o pertencimento".

Hoje, o CRP SP está organizado em 11 territórios, nomeados de subsedes, sob a responsabilidade de Comissões Gestoras (CGs), cada uma com demandas específicas, que variam conforme a realidade e a infraestrutura de cada região; a subsede Metropolitana, que ocupou imóvel na rua Oscar Freire, 1800, adquirido na gestão de 2007-2010, hoje está instalada na Rua Arruda Alvim; os departamentos da sede foram transferidos para a rua Teodoro Sampaio, 417.

5.3.5 MEMÓRIA DO CRP SP: 50 ANOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO CONSELHO

Esta edição comemorativa dos 50 anos de instalação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo está dedicada a reunir e resumir os principais fatos e ideias que construíram a entidade, recuperando memórias e fazendo reflexões sobre sua trajetória.

São inúmeros os registros mantidos pelo CRP SP, como é abundante todo o trabalho construído ao longo de meio século de atividade, desde 1974, ano de sua instalação na capital paulista.

Grande parte dos materiais que documentam esse percurso está reunido e organizado no CEDOC – Centro de Documentação do CRP SP, criado em 2010 como projeto do pioneiro Grupo de Trabalho Memória da Psicologia (1999) que depois foi nomeado GT História e Memória e hoje é a Comissão Especial de História e Memória (CHM).

As principais produções do projeto de memória do Conselho têm a finalidade de resgatar a história da Psicologia em São Paulo, ampliar o campo de conhecimento e possibilitar a reflexão sobre o contexto atual da Psicologia e da função social do psicólogo. Tais produções incluem vídeos documentários sobre as contribuições e transformações da Psicologia paulista, além da Galeria dos Pioneiros da Psicologia no Estado de São Paulo - uma série de onze banners contendo a biografia de psicólogas/os importantes no desenvolvimento desta ciência e profissão. O site do CRP SP traz também biografias de psicólogas reconhecidas, como a série Pioneiras da Psicologia, com 14 edições até 2022.

Contribui ainda para o registro dessa memória a série de episódios Caminhos da Psicologia no Brasil: 60 anos de profissão, acessível no canal do CRP SP na plataforma Youtube.

As datas comemorativas também têm se constituído como motivadoras para encontros, debates e a publicação de obras que reúnem materiais e textos sobre os caminhos do Conselho e da Psicologia. Marcos históricos celebrativos da regulamentação da Psicologia no Brasil, decênios de aniversário de instalação do Conselho são especialmente dignos de menção; resultaram em edições como Uma profissão chamada Psicologia, lançada em 1994, nos 20 anos do CRP SP, e a edição especial 201 do Jornal Psi, com matéria de capa relativa aos 60 anos da regulamentação da Psicologia no Brasil e o seu desenvolvimento como ciência e profissão.

- Imagem do folder dos 40 anos de profissão: http://cedoc.crpsp.org.br/bitstream/handle/1/926/folder%20384%20-%202002.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Imagem capa "Uma profissão chamada Psicologia" https://www.crpsp.org/impresso/view/133/uma-profissao-chamada-psicologia-fora-de-catalogo
- Destaca-se ainda a exposição itinerante 50 anos da Psicologia no Brasil - A história da psicologia no país, que passou por todos os estados brasileiros e chegou à Mostra de Práticas em Psicologia, onde foi ampliada. O Conselho publicou um catálogo da exposição (2013), disponível no site da autarquia.
- Inserir imagem catálogo exposição 50 anos https://www.crpsp.org/impresso/view/145/50-anos-da-psicologia-no-brasil-a-historia-da-psicologia-no-pais

A Linha do Tempo da Psicologia em São Paulo é um projeto permanente da Comissão Especial de História e Memória e articula, em meio digital, o contexto histórico em suas dimensões políticas, econômicas e culturais aos campos do Pensamento e Práticas da Psicologia. Ela cobre esses aspectos desde o século 19 até a atualidade.

Box:

CEDOC – Centro de Documentação do CRP SP

Em 17 de setembro de 2010 foi inaugurado o Centro de Documentação do CRP SP, cujo acervo é de fundamental importância para a reunião, organização e disponibilização de conteúdos produzidos pela atuação do Conselho, além de outros materiais relativos à Psicologia. Instalado inicialmente à Rua Oscar Freire, 1800, em São Paulo, o acervo hoje está acessível fisicamente no espaço do CRP SP da rua Teodoro Sampaio, 417.

No conjunto documental encontram-se materiais em diversos formatos, quais sejam imagens fotográficas, gravações em áudio e vídeo, além de impressos, como o Jornal PSi, Anais do Conpsic, Cartilhas de Referências Técnicas do CREPOP, publicações do Conselho Federal de Psicologia e materiais em braille. Por intermédio do Repositório Digital Fúlvia Rosemberg, lançado em 2019, o acervo encontra-se disponível na internet, e tem sido acessado por pesquisadores, estudantes e demais interessados.

Segundo Marcos Toledo, bibliotecário responsável pelo CEDOC desde 2012, o desejo do Grupo de Trabalho era disponibilizar o acervo on-line, para garantir acesso universal aos conteúdos do centro de documentação. Após muitas pesquisas em instituições de referência em São Paulo, ele descobriu o "DSpace, que é um software dos Estados Unidos, que é público, do Instituto de Massachusetts". Conclui: "era uma necessidade, provou-se a importância disso na pandemia também, porque não se podia sair, o vírus estava aí no ar…o repositório se tornou imensamente útil".

Beneficiam-se do acesso on-line conselheiras e conselheiros, psicólogas/oa, estudantes, pessoas da carreira acadêmica e a sociedade em geral. Para Marcos, é gratificante "ver que cresceu o acesso, a quantidade de acessos; ver que surgiram outros conteúdos em dissertações, trabalhos acadêmicos, artigos científicos, teses" a partir do Repertório Digital, que se tornou hoje referência na área.

5.3.6 O CRP SP NA LUTA ANTIMANICOMIAL

Os primeiros anos de luta pela conquista do tratamento em liberdade

A reforma psiquiátrica é um processo que surge mais concretamente com a redemocratização no Brasil, no final dos anos 1970, quando afloram críticas à ineficiência da assistência pública em saúde e ao caráter privatista da política de saúde do governo. Surgem também graves acusações de fraude no sistema de financiamento dos serviços, assim como denúncias de abandono, violência e maus-tratos a que eram submetidos os pacientes internados em muitos dos hospitais psiquiátricos do país.

A chamada Luta Antimanicomial, pautada em fundamentação científica e em garantia de direitos de cada pessoa, está presente na sociedade desde então e se torna também uma preocupação do Sistema Conselhos.

Marcada por discussões sobre a necessidade de uma ampla reforma sanitária, que englobasse o debate sobre o conceito de saúde integral e bem-estar social, o movimento pelo tratamento em liberdade ganha corpo com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, onde tais conceitos são amplamente discutidos e se propõe campanha nacional pelo direito universal à saúde, contra a mercantilização da medicina e pela melhoria dos serviços públicos a serem incorporados à nova Constituição.

Em 1987, na I Conferência Nacional de Saúde Mental, propostas de mudanças estruturais nos tratamentos aos doentes mentais e a relação destes com a sociedade são debatidas. Definem-se mudanças no conceito de doença mental e a "despatologização" do usuário de saúde mental. Na raiz do movimento estava reeducar o modo de compreender os transtornos mentais, não como um estigma, mas uma nova forma de ver e estar no mundo.

A Carta de Bauru

Durante o II Congresso Nacional de Trabalhadores de Saúde Mental, em 1987, foi produzido um documento em conjunto entre os usuários, familiares e trabalhadores da saúde mental que ficou conhecido como Carta de Bauru. Este manifesto se tornou o primeiro documento antimanicomial do país e forneceu as bases para as políticas utilizadas até hoje em todo Brasil. Nele se ressalta que "lutar pelos direitos de cidadania dos doentes mentais significa incorporar-se à luta de todos os trabalhadores por seus direitos mínimos à saúde, justiça e melhores condições de vida". E se posiciona "contra a mercantilização da doença; contra uma reforma sanitária

privatizante e autoritária; por uma reforma sanitária democrática e popular; pela reforma agrária e urbana; pela organização livre e independente dos trabalhadores; pelo direito à sindicalização dos serviços públicos; pelo Dia Nacional de Luta Antimanicomial em 1988".

E a luta continua

Nesse sentido, ainda em 1987, é criado o Centro de Atenção Psicossocial-CAPS Prof. Luís da Rocha Cerqueira, no bairro da Bela Vista, em São Paulo, com uma equipe diversificada para oferecer cuidados às pessoas com transtornos mentais. Primeiro CAPS do Brasil, seu nome é uma homenagem ao antigo coordenador de Saúde Mental do Estado, que muito contribuiu para a elaboração de novos rumos no atendimento. Dois anos mais tarde, ocorre a intervenção na Casa de Saúde Anchieta, hospital psiquiátrico em Santos, que dá força ao movimento pela humanização no tratamento. Entre 1991 e 2002, aproximadamente 35 mil leitos em hospitais psiquiátricos foram descredenciados.

Prêmio Arthur Bispo do Rosário

Uma das iniciativas mais significativas do CRP SP foi a criação, em 1999, do Prêmio Arthur Bispo do Rosário, que valoriza e divulga os trabalhos produzidos pelos usuários dos serviços públicos de saúde mental e promove a defesa de uma sociedade mais justa, sem manicômios e sem preconceitos. Esse prêmio também contou com a inspiração no trabalho que a psiquiatra Nise da Silveira, reconhecida por sua não aceitação das formas agressivas de tratamento, desenvolveu. Até hoje foram realizadas oito edições do Prêmio.

Arthur Bispo do Rosário, nascido em 1911, viveu por muitos anos em instituições manicomiais na cidade do Rio de Janeiro. Diagnosticado como esquizofrênico-paranoico, alterna momentos de internação com períodos em residências cariocas onde realizava pequenos ofícios. No início dos anos 1960 começa seu trabalho nas artes. Sua produção vai das *assemblages* e composições com objetos a obras bordadas. Geralmente utiliza itens de seu cotidiano nas instituições psiquiátricas onde esteve internado entre 1939 e 1989. Para seus trabalhos vale-se de canecas de alumínio, botões, colheres, madeira de caixas de fruta, garrafas de plástico, calçados e materiais comprados por ele ou pessoas amigas. Para os bordados, usa os tecidos disponíveis, como lençóis ou roupas, obtendo os fios ao desfiar o uniforme azul de interno. No início da década de 1980, com as questões levantadas pela arte contemporânea, a antipsiquiatria e as novas teorias sobre a loucura, os trabalhos de Bispo começam a ser valorizados e integrados ao circuito das artes. Falece no Rio de Janeiro em 1989.

O caso de Sorocaba

No início dos anos 2000, Sorocaba era o maior polo manicomial da América Latina, o que fomentou um importante movimento pelo fechamento dessas instituições. Quem acompanhou intensamente este processo foi a antiga conselheira do CRP SP e ex-coordenadora da subsede de Sorocaba Rosana Cathya Ragazzoni Mangini (CRP 06/31837): "a gente começa a fazer um levantamento das pessoas que estavam internadas nos hospitais de Sorocaba e passa a ver um número de óbitos muito elevado dentro dos hospitais psiquiátricos, especialmente nos meses de inverno. O número de pessoas sem documentos acaba chamando muito a atenção, e aí se faz uma parceria muito importante com a Defensoria Pública, para auxiliar nessa questão de documentação. Muitas pessoas chegaram em Sorocaba, foram extraídas,

arrancadas dos seus espaços, dos seus territórios e perderam totalmente o vínculo social, o vínculo familiar. A gente tinha muitos pacientes que não sabia nem por onde procurar qualquer tipo de vínculo, que pudesse trazer memória para essas pessoas, que pudesse trazer dignidade".

Desde 2010, o movimento social denominado Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS) tem atuação importante na reforma psiquiátrica e reúne agentes de diversos segmentos sociais, estudantes, professores, profissionais, familiares e usuários de serviços de saúde mental e áreas afins. O FLAMAS denunciou em rede nacional as mortes ocorridas em hospitais psiquiátricos da região através do dossiê "Levantamento de Indicadores sobre os Manicômios de Sorocaba e Região".

Reuniões na subsede do CRP SP em Sorocaba, seguidas de abaixo-assinado e denúncias feitas por psicólogas/os foram levadas e discutidas na IV Conferência de Saúde Mental em Brasília, em 2010. Esse movimento resultou no processo de desinstitucionalização, iniciado em 2011, a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta-TAC, em cumprimento da Lei 10.216/2001, que possibilitou o fechamento de hospitais psiquiátricos no município.

Alguns desafios persistem

Mesmo com a aprovação da Lei da Reforma Psiquiátrica, em 2001, e a participação ativa de movimentos sociais e instituições na defesa pelo cuidado em liberdade, a Luta Antimanicomial encontra resistência e embates na sociedade desde o seu início, visto que muitos hospitais privados, um setor extremamente rentável, financiado com dinheiro público, impõem dificuldades para o fechamento de seus leitos.

As "comunidades terapêuticas", caracterizadas por ongs, grupos de auto-ajuda e religiosos, entre outras entidades, muitas vezes sem qualquer tipo de lei ou regulamentação, se propõem a "cuidar" dos usuários de álcool e outras drogas e representam a reedição dessa história e uma nova frente de luta. Reproduzem a lógica asilar dos manicômios, com emprego de violência física, emocional e sem tratamento adequado, muitas delas com trabalhadores não especializados. "Muitas comunidades terapêuticas atuam como pequenos hospitais psiquiátricos", explica Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445), psicóloga e conselheira do CRP SP da região de Sorocaba. "Cada vez que fechamos uma comunidade terapêutica, outra aparece ou a mesma reaparece com outro nome". Por isso, o processo da luta antimanicomial continua.

O CRP SP tem promovido debates, reuniões, mesas redondas e eventos sobre o tema, bem como, documentos de orientação profissional para os psicólogos que atuam na área. Parte desse trabalho tem sido participar das inspeções nacionais realizadas junto ao Conselho Federal de Psicologia nas clínicas terapêuticas e nos hospitais psiquiátricos com o objetivo de denunciar as irregularidades, analisar os tratamentos aos quais os usuários são submetidos e verificar a qualificação dos trabalhadores do setor.

Todos os anos, no mês de maio, é promovida a Semana Antimanicomial, quando a sede e as subsedes produzem materiais informativos, realizam seminários, oficinas, eventos artísticos, para chamar a atenção para a causa. Em 2022, marcando o retorno presencial das campanhas antimanicomiais, o Conselho organizou manifestações públicas com a projeção de frases em defesa do Cuidado em Liberdade em fachadas dos prédios das principais cidades. Percorreu 11 municípios do litoral e do interior com o tema "Por um SUS antimanicomial".

Nessa ocasião, na cidade de São Paulo, no dia da Luta Antimanicomial, em 18 de maio, foi feita uma homenagem à memória de Carlos Augusto de Oliveira, o Carlão. No Largo do Arouche foram projetadas fotografias suas com os dizeres: Carlão, presente! Falecido em 2020, era usuário da saúde mental e militante por uma sociedade sem manicômios, sem violência e sem opressão. Por muitos anos, frequentou a sede do CRP SP, participando de reuniões, debates e plenárias. Carlão era de luta, entendia de tudo um pouco, se tornou amigo de todas e todos e, mesmo sendo considerado louco pela psiquiatria normatizadora, sabia se posicionar nos diferentes espaços, sempre com colocações muito pertinentes. Carlão, presente! Por uma sociedade sem manicômios.

Principais leis e portarias que regulamentam a Reforma Psiquiátrica:

- Lei Complementar nº 791, de 09 de março de 1995, do Estado de São Paulo, propõe a adoção e o desenvolvimento de ações predominantemente extra-hospitalares, na forma de programas de apoio à desospitalização e de ênfase à organização e manutenção de redes de serviços e cuidados assistenciais, visando o retorno do paciente ao convívio social.
- Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), também conhecida como Lei Paulo Delgado, substitui a lógica asilar por rede de apoio e assistência ao doente mental, através de tratamentos alternativos.
- Portaria nº 336/GM/MS/2002, regulamenta o funcionamento dos CAPS.
- Lei nº 10.708/2003 de auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.
- Portaria nº 4.279/GM/MS/2010 que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS.
- Portaria nº 3.088/2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 9.761/2019 que representou um retrocesso para o movimento antimanicomial, parte da política nacional sobre drogas e usuários, que, mesmo com o funcionamento dos RAPS e dos CAPS, cita textualmente que a assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal deve ser realizada em "comunidade terapêutica".
- Projeto de Lei nº 2.083, de 2019, que é apresentado e defendido no Conselho Nacional de Secretários de Saúde e que previa alterações consideráveis de retrocesso na Política Nacional de Álcool e outras Drogas e na Política Nacional de Saúde Mental. O Movimento, conhecido como Revogaço, previa revogar mais de 100 atos de regulação da Saúde Mental, entre eles, orientações e portarias de programas estratégicos para a reforma psiquiátrica.

CRP SP na Luta Antimanicomial

Diversos eventos têm sido promovidos pela sede e subsedes do CRP SP para contribuir para a reflexão sobre esse movimento. Destacamos alguns:

- 1999 - São José do Rio Preto - comemoração do Dia da Luta Antimanicomial: “Reforma psiquiátrica em curso e a Luta antimanicomial”.
- 1999 - Campinas - Semana da luta antimanicomial: festa, evento teatral, oficinas
- 2000 - Assis e Região - Semana da Luta antimanicomial: Conferência "Avaliação Psicológica"; Entre na Roda: "Trocando Experiências em Saúde Mental"; Conferência "Modo Psicossocial nos Tratamentos da Saúde Coletiva".
- 2000 - Bauru e Região - Semana da Luta antimanicomial: Ciclo de debates “O Serviço Social e a Psicologia na luta antimanicomial”; Dia Nacional da Luta Antimanicomial; manifesto na Tribuna Livre da Câmara Municipal de Bauru; Conversas informativas nas Unidades Básicas de Saúde com a equipe do NAPS; Programas de rádio sobre saúde mental e publicação de artigos/cartas sobre saúde mental no Jornal da Cidade.
- 2007 - Semana da luta antimanicomial: Apresentação do grupo de teatro “Tecendo Cenas”; CAPS II - Projeto Tear de Guarulhos.
- 2007 – São Paulo – Lançamento do programa da TV Diversidade: 'Luta antimanicomial - produção da TV PUC e do CRP SP.
- 2008 – São Paulo – Semana Antimanicomial: Roda de Conversa “Saúde Mental e Encarceramento (Sistema Prisional e Hospitais de Custódia)”; Oficina: “Gigantes de Madeira” em parceria com Museu de Arte Moderna – MAM; Feira de Artes da Vila Pompéia Apoio: Fórum Paulista da Luta Antimanicomial e serviços substitutivos; Seminário: “Políticas de saúde mental e adolescentes em situação de vulnerabilidade”.
- 2010 - Dia da Luta Antimanicomial: Carta aberta para a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, tema: “Para Além dos manicômios judiciários: A reforma psiquiátrica antimanicomial e sua implementação na execução das medidas de segurança”, Sistema Conselhos.
- 2011 - Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira - Semana da Luta Antimanicomial: em defesa do SUS e fortalecimento das redes antimanicomiais. Debates, palestras, oficinas, evento teatral e outros eventos.
- 2011 - Subsede Ribeirão Preto - Semana da Luta antimanicomial: em defesa do SUS e fortalecimento das redes antimanicomiais: A Subsede de Ribeirão Preto integra a comissão avaliadora do I Prêmio Dr. Luís da Rocha Cerqueira, em comemoração ao Dia da Luta Antimanicomial; Sarau: Caminhos de Expressão; Evento online "Roda de Conversa: Como temos cuidado da saúde mental da criança e do adolescente?"
- 2011 - Panfleto contra comunidades terapêuticas
- 2014 - São Paulo - Ato 18 de Maio: SAÚDE NÃO SE VENDE! LOUCURA NÃO SE PRENDE!
- 2022 - São Paulo, 18 de maio, o CRP SP esteve presente, na Avenida Paulista, no ato “Democracia Antimanicomial: Contra o Fascismo, em defesa do Cuidado em Liberdade e dos Direitos Humanos”, organizado pela Frente Estadual Antimanicomial – São Paulo, em parceria com diversas entidades e

movimentos sociais da saúde mental e da Psicologia, reunindo profissionais, usuárias/os dos serviços de saúde e ativistas.

- 2022 - Campanha #PorUmSUSAntimanicomial Campanha da Luta Antimanicomial do CRP SP neste ano, que percorreu 11 cidades do litoral e interior do estado de São Paulo. A ação projetou frases nas fachadas e laterais de prédios com mensagens em defesa do Cuidado em Liberdade e contra manicômios.

5.3.7 O ENSINO DE PSICOLOGIA E A ABEP

Ao longo de sua carreira, a psicóloga Irani Tomiatto de Oliveira foi coordenadora de cursos de graduação em Psicologia, professora e supervisora de estágio em graduação e pós-graduação e coordenadora de serviços-escola de Psicologia. Junto à Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP) foi diretora por quatro mandatos e na atual gestão (2023-2025) é sua Presidenta. Entre outras atividades, destaca-se sua atuação na coordenação nacional do processo de revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia. Ainda no início de sua carreira, trabalhou com saúde mental, em uma época anterior à reforma psiquiátrica e à luta antimanicomial. Ao longo de sua vida profissional dedicou-se tanto à prática em clínica, quanto ao trabalho como professora.

Ao falar de seus primeiros anos na profissão nos conta que fez a sua graduação na primeira metade da década de 1970. “O CRP está fazendo 50 anos e eu, no ano que vem, faço 50 anos de formada. Começamos praticamente juntos. Ainda na graduação, eu tive a oportunidade de fazer monitoria e gostei muito da experiência. Assim que me formei, fui convidada para continuar como auxiliar desta professora para quem eu fazia a monitoria. De certa maneira, eu comecei imediatamente a trabalhar como professora e isso é uma coisa que permaneceu para o resto da vida”.

Os primeiros anos

Não se pode esquecer que a profissão de psicóloga/o foi regulamentada apenas dois anos antes do golpe militar de 1964. O curso, assim como a própria atuação das/os profissionais da área, ficou muito limitado e a graduação de Tomiatto transcorreu durante um período muito difícil para a democracia brasileira. “Não se podia falar em trabalhos grupais, muito menos em trabalhos comunitários. Quer dizer, as reuniões eram consideradas perigosas e potencialmente subversivas. Toda a minha formação, que foi de 1971 a 1975, foi na pior época da ditadura - uma experiência muito difícil, muito pesada e muito limitante. Eu me formei na USP, tínhamos excelentes professores, que se posicionavam, muitos deles, politicamente, e que traziam para a sala de aula uma variedade maior de ricas experiências. Nas aulas, nós fazíamos trabalhos com grupos, estudávamos psicologia social de alguma maneira, escondido, meio restrito, porque toda a atuação era muito vigiada”.

O Ministério da Educação (MEC) determinava os parâmetros para o currículo mínimo do curso de Psicologia, com as referências sobre quais disciplinas e o tipo de estágio seriam oferecidos. Inicialmente essa estrutura foi importante, pois garantia uma identidade comum para quem cursava Psicologia nas diferentes universidades e faculdades. Este currículo mínimo ficou vigente por 42 anos.

A necessidade de mudanças

Nas décadas seguintes, houve uma evolução nas necessidades e preocupações das/os profissionais da área. Durante a década de 1990 ocorreram diferentes mobilizações e debates a respeito da formação profissional de Psicologia, que envolveram o Sistema Conselhos, associações científicas e as pessoas envolvidas em seu ensino.

O Encontro de Serra Negra, que aconteceu em 1992, contou com um número bastante expressivo de participantes, 98 das 103 agências formadoras no país. Nesse encontro foram discutidos os seguintes temas: princípios que poderiam ser norteadores para a formação acadêmica do psicólogo; de que forma estes princípios podem ser contemplados no currículo; de que forma estes princípios podem ser contemplados nos estágios. Três anos mais tarde, o MEC estabeleceu uma comissão de especialistas em ensino de Psicologia a fim de desenvolver diretrizes curriculares para a graduação de Psicologia, em substituição ao antigo currículo mínimo.

Assim como o curso de Psicologia, na mesma época, outros cursos superiores no Brasil também passaram por uma mudança em seus programas. De acordo com Tomiatto “a formação sai do referencial de currículo mínimo para um referencial de diretrizes curriculares, que estabelece que competências o egresso deve ter na hora que se tornar um profissional. E permite que os cursos tenham uma certa flexibilidade, existindo diferenças entre eles. Isso também é interessante no sentido de que o curso pode atender às demandas regionais da comunidade onde ele está instalado, ele pode se adaptar melhor às mudanças que vão acontecendo”.

Em 1997, o MEC solicita às instituições de ensino superior propostas para novas diretrizes curriculares dos cursos superiores. Prossegue Tomiatto, “quando se começou com uma coisa de 'os cursos têm que ser práticos, têm que formar profissionais'; nessa época, a gente correu um risco importante de ter cursos muito mais curtos, porque era para aprender a fazer. Então, estudos mais aprofundados, por exemplo, de sociologia, eram considerados perda de tempo. Foi uma grande luta da categoria de psicólogos contra isso. Por várias outras questões de dissidências de diferentes grupos da categoria profissional, demorou muito tempo, desde 1997 até 2004, para se chegar a diretrizes curriculares da Psicologia”

Em 2004 são publicadas as primeiras diretrizes curriculares da Psicologia, que representaram uma enorme mudança em relação ao currículo mínimo. Havia o grupo que era a favor de uma formação generalista e outro que era a favor de uma formação mais especializada. Chegou-se a um entendimento comum através da proposta de formação generalista com ênfases curriculares, com concentração de estudos e estágios em pelo menos dois domínios da Psicologia, eleitos por cada curso, e que proporcionariam à/ao estudante a possibilidade de escolher. Estabeleceu-se ainda que os cursos teriam uma única terminabilidade, a formação de psicóloga/o. Isso daria flexibilidade e a possibilidade de atender melhor as demandas regionais. “Essas diretrizes de 2004 trouxeram tantas novidades, que eu acho que algumas delas não foram totalmente assimiladas até hoje. Porque são realmente propostas muito inovadoras, um jeito de pensar um curso muito inovador”, conclui Tomiatto.

Em 2011 publicaram-se novas diretrizes, mas que alteravam apenas a questão da licenciatura com o detalhamento do artigo 13º, que tratava da formação de professoras/os. A/O estudante poderia optar por fazê-la ou não. Quanto ao restante, permaneceu igual.

Incentivado pelo Conselho Nacional de Saúde, em 2017, teve início um novo movimento de revisão curricular. Tendo participado ativamente desta missão, Tomiatto nos dá detalhes daquele momento: “Nós nos unimos: a ABEP, o Conselho

Federal e o SinPsi, pensando em unir formação, atuação profissional e trabalho, que são os sindicatos. Decidimos fazer um processo de revisão das nossas diretrizes, mas queríamos que fosse um processo muito amplo, muito democrático e muito participativo de toda a categoria. Eu participei desse processo do primeiro ao último dia. A gente construiu esse regulamento, as normas. Construímos, a ABEP particularmente, textos disparadores de discussões; disparamos um processo de reuniões preparatórias, que podiam ser organizadas por quem quisesse organizar, por uma instituição de ensino, um curso, um sindicato, um grupo de profissionais, por um Conselho. E aí aconteceram, pelo país todo, 118 reuniões preparatórias, que discutiram a partir daqueles textos disparadores que nós tínhamos produzido e elaboraram propostas dos diferentes aspectos que compõem as diretrizes. Foram 118 reuniões que levaram propostas para cinco encontros regionais, um em cada região do país, que aprovaram propostas e elegeram delegados para um encontro nacional em Brasília, com toda a estrutura do Conselho Federal e ali foram votadas e aprovadas as muitas propostas para a construção das diretrizes. A partir disso, um grupo de especialistas do qual eu fiz parte, construiu uma minuta das diretrizes, que passou por vários processos: pela aprovação do Conselho Nacional, por uma consulta pública, por uma aprovação do Conselho Nacional de Saúde; passou por uma revisão de um grupo de especialistas novamente e foi apresentada ao Conselho Nacional de Educação. Então, aconteceu um processo de discussão com o Conselho Nacional de Educação, até que em 2019, finalmente, ela foi aprovada. Foram dois anos desse processo de construção até sua aprovação; só que para ela entrar em vigor, tem que ser homologada pelo Ministro da Educação. E aí, isso levou quatro anos".

Essa homologação só ocorreu em 2023, com a mudança do Governo Federal. Essas novas diretrizes mantém todo o referencial básico de 2004, mas trazem uma atualização muito grande no que se refere a questões de direitos humanos, processos inclusivos, ética, lutas contra preconceitos, entre outras. A carga horária de estágios aumentou e deve percorrer todo o processo de formação das/os alunas/os.

Consequências da flexibilização do MEC ao longo dos anos

Paralelamente a todo esse percurso feito pelo ensino de Psicologia, a partir dos anos 1970, começou a acontecer a expansão do ensino superior no Brasil. Muitos cursos foram criados, em todas as áreas, principalmente em instituições privadas. Com o passar dos anos, o próprio MEC se tornou menos rígido em suas avaliações, diminuindo as exigências e o controle sobre a qualidade dos cursos. Explica Tomiatto: "se antes você tinha um tipo de exigência, por exemplo, de mestres e de doutores no corpo docente, isso mudou bastante. Os próprios instrumentos de avaliação de curso que o MEC foi criando são instrumentos com poucos parâmetros quantitativos. Então eles têm uma carga subjetiva de avaliação e a qualidade dos cursos foi caindo muito, em média. Claro, continuamos tendo cursos excelentes, mas são ilhas de excelência; temos muitos cursos com graves problemas. E os estágios têm sofrido um processo de precarização muito grande. Grupos enormes, com muito pouco tempo de supervisão, que não dão conta de orientar efetivamente os estudantes. Muitos dos professores mais titulados e mais antigos foram demitidos porque tinham salários mais altos".

A respeito do Ensino à Distância (EAD) comenta que o curso de Psicologia está entre os pouquíssimos cursos que até hoje não tem permissão de ensino à distância. E isso seria consequência de uma reação conjunta do Conselho, da ABEP e dos sindicatos.

Em seus anos à frente do ensino das diferentes práticas em Psicologia, Irani Tomiatto de Oliveira diz que cansou de encontrar alunos que se surpreenderam muito com a amplitude das possibilidades que a Psicologia oferece; que em geral, as pessoas ainda têm uma visão clássica, mais tradicional, muito vinculada à clínica. Mas que, muitas vezes, a descoberta do que é de fato a Psicologia só vai ser feita dentro do curso, dentro do processo de formação. Daí a importância de se montar uma estrutura que dê conta das competências fundamentais que devem compor o perfil de um profissional de Psicologia – o que vem a ser um processo extremamente complexo.

A participação do Sistema Conselhos nas discussões para elaboração das novas diretrizes educacionais de Psicologia tem sido essencial para representar as demandas da sociedade e do exercício profissional.

BOX:

ABEP

A Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), associação civil, de âmbito nacional, promove o desenvolvimento e aprimoramento do ensino de Psicologia, ao assegurar a qualidade do ensino e a formação de profissionais qualificados.

Criada em 1998, foi resultado da deliberação do Fórum Nacional de Formação, que aconteceu no ano anterior, em Ribeirão Preto. Sua fundação refletiu o desejo de muitos segmentos da Psicologia brasileira, constituindo-se em um espaço que estava descoberto na interseção entre o exercício profissional e as entidades científicas. Atualmente tem uma diretoria muito representativa nas diferentes regiões do Brasil, em parcerias com seus respectivos Conselhos Regionais e com o Conselho Federal.

Já como coordenadora de cursos, Irani Tomiatto aproximou-se da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), pois, com a enorme responsabilidade que havia assumido, percebia a necessidade dessa interlocução. Transcorridos alguns anos, passou a orientar os profissionais mais jovens que chegavam com as mesmas demandas que tinha anteriormente. Foi, então, que passou para o outro lado: “faz um pouco mais de 20 que eu estou na ABEP trabalhando. Durante muitos anos eu não aceitei a presidência da ABEP porque eu trabalhava muito. Agora que me aposentei das atividades na academia, resolvi dedicar um tempo maior”.

5.3.8 OUTRAS PREMIAÇÕES DA CATEGORIA

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo criou diversos prêmios que expressam o reconhecimento da categoria às contribuições das/os profissionais notáveis da área, estudantes, coletivos, celebrando as suas competências e

conhecimentos no campo da Psicologia. Ao longo dos últimos cinquenta anos, destacamos:

Medalha Wilhelm Wundt

Conhecido como o “pai da Psicologia Experimental”, o alemão Wilhelm Wundt (1832 – 1920), trouxe contribuições de grande importância para a área, as quais foram e ainda são estudadas por profissionais do mundo inteiro. As ideias e a obra de Wundt se tornaram referência nos estudos sobre os métodos experimentais utilizados pela Psicologia.

Em sua homenagem, o Conselho Regional da Psicologia de São Paulo (CRP 06) entregou a Medalha Wilhelm Wundt, em 1979, a personalidades pioneiras da Psicologia Experimental na região.

Prêmio Marcus Vinícius de Psicologia e Direitos Humanos: Violência de Estado Ontem e Hoje - Da Exclusão ao Extermínio

Reconhecida liderança na construção de uma profissão comprometida com a justiça, a igualdade de direitos e a democratização, Marcus Vinícius de Oliveira Silva atuou na problematização da ciência e da profissão, apontando para sua necessária descolonização. É um dos principais idealizadores das Comissões de Direitos Humanos no Sistema Conselhos de Psicologia e responsável pela realização das primeiras Campanhas de Direitos Humanos no Sistema.

Faleceu em 2015 e, em sua homenagem, foi criado, em 2016, o Prêmio Marcus Vinícius, como reconhecimento a seus esforços e a relevância de sua luta. A entrega do prêmio fez parte da Campanha Estadual de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, selecionando trabalhos de psicólogas/os e estudantes que têm refletido sobre os efeitos que a violência de Estado causam na subjetividade humana. Os trabalhos foram reunidos em uma publicação lançada em 2017.

Marcus Vinícius também foi coordenador do Grupo de Trabalho sobre Psicologia e Direitos Humanos da União Latinoamericana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) e um dos fundadores e impulsionadores desse projeto junto a esta entidade. Em 2019, com o objetivo de reconhecer e divulgar o trabalho de coletivos que tenham a participação de profissionais da Psicologia pela defesa dos Direitos Humanos na América Latina, a ULAPSI instituiu o Prêmio Marcus Vinícius, o Matraga.

Prêmio Madre Cristina

O Prêmio Madre Cristina é ofertado às/aos profissionais envolvidas/os em práticas inovadoras e transformadoras em Psicologia. Presta homenagem à educadora, psicóloga e religiosa agostiniana Célia Sodré Dória, Madre Cristina (1916 – 1997).

Inicialmente, licenciou-se em Filosofia e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sedes Sapientiae, depois entrou para a vida religiosa e começou a lecionar para os universitários. Estudou Freud sozinha e, em 1954, doutorou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP); mais tarde, foi para o exterior complementar seus estudos em Psicologia.

Lutou contra a ditadura militar, defendendo a liberdade, a igualdade de direitos e a transformação social. Em 1977 fundou o Instituto Sedes Sapientiae, definido como um espaço de debates, estudos e práticas para construção da sociedade com base na justiça social.

A primeira entrega do Prêmio Madre Cristina foi realizada pelo Conselho Regional de Psicologia de São Paulo durante a I Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia, em dezembro de 2009, e coroou iniciativas em diferentes instituições.

5.3.9 COMUNICAÇÃO NO CRP SP – ORIENTAÇÃO E DEBATE

Dentre as principais atribuições do CRP SP está a de orientar e produzir referências para a categoria, buscando qualificar de forma crescente o exercício profissional da Psicologia. O Conselho também incorpora o papel de captar os temas prioritários da área que requerem reflexão, debate e divulgação, em direção à construção permanente e continuada da Psicologia enquanto ciência e profissão.

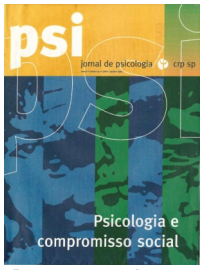
Nesse sentido, a área de Comunicação reveste-se de fundamental importância para a difusão dos conteúdos, questionamentos e posturas gerados no interior do Conselho Regional, disponibilizando às psicólogas e aos psicólogos publicações impressas ou digitais, de fácil acesso e interesse atualizado.

Desde os primeiros anos de sua instalação, o CRP SP se preocupou em publicar notícias e informes para a categoria; o Jornal do então CRP 06 começou a ser produzido em janeiro de 1981, no formato tabloide, com quatro páginas; num período em que o Brasil ainda estava sob regime militar, já neste primeiro número, o Conselho manifestava em seu editorial a intenção de “estabelecer junto com os psicólogos um ponto de vista crítico-racional sobre a coletividade, o direito de poder se opor, de poder questionar as condições nas quais somos chamados a intervir”.

O jornal-boletim perdurou nesse formato até o número 117, de junho de 1999, quando foi reformulado editorialmente, ampliado, ganhou novo design gráfico e passou a chamar-se Psi, hoje ultrapassando duas centenas de edições de 32 páginas. O primeiro número de Psi trazia como matéria de capa o tema Psicologia e Compromisso Social.

(Imagem da primeira página do Jornal do CRP de 1981. https://www.crpsp.org/uploads/impresso/39/-9oqvg_epeUp6rmtf73X-9kvCkUpl6ZE.pdf)

Imagem da capa da última edição do Jornal do CRP de 1999



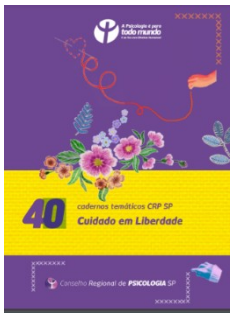
(Imagem da capa da primeira edição do Jornal Psi https://www.crpsp.org/uploads/impresso/694/yKXFPem8eqXvh8JSOCuMWV078jlisAbx.pdf)

Além do Jornal Psi, o CRP SP publica ativamente materiais de referência para os profissionais da área, como manuais de orientação, folders instrutivos e de divulgação, livros, referências técnicas, com destaque para a série Cadernos Temáticos, disponível desde 2007, e que já alcançou a marca de 40 títulos e reflete os debates realizados no Conselho em diversos campos da Psicologia.

Com linguagem acessível e direta, a publicação das Cartilhas Série Comunicação Popular CRP SP, entre 2010 e 2022, trouxe temas como Psicologia e Educação, Medicalização, Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Psicologia e o contexto do álcool e outras drogas. Foi elaborada por psicólogas/os, diferentes profissionais, movimentos sociais, entidades e usuárias/os, que contribuíram, opinaram, analisaram e validaram cada conceito ou explicação, em construção conjunta e efetiva.

(Imagem de capa de https://www.crpsp.org/uploads/impresso/202/sIRjMQGdLRrhOVh2mXQ2vVu6O65iwfL9.pdf)

O Conselho ainda publica livros e coleções temáticas versando sobre assuntos que tocam as treze especialidades da Psicologia; têm maior ênfase a Psicologia Educacional, a Psicologia Social, Políticas Públicas, a desigualdade social, as questões identitárias, saúde mental, segurança pública e justiça.



(Imagem da capa de https://bibliotecacrpsp.com.br/wp-content/uploads/2022/10/Caderno-Tematico-40-Cuidado-em-Liberdade.pdf)

O site do CRP SP também disponibiliza em versão pdf as edições integrais das Referências Técnicas publicadas pelo CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas, materiais de orientação fundamentais para o exercício profissional da área.

A divulgação pelos meios digitais é uma das ferramentas mais utilizadas pelo CRP SP para a comunicação com seus públicos. O Conselho mantém o site https://www.crpsp.org/, por meio do qual atualiza as notícias e possibilita o acesso às múltiplas publicações, a maioria delas em versão integral em pdf. No compromisso com a memória da instituição e da área da Psicologia, foi criada a Linha do Tempo, com inserções ano a ano de notas sobre o contexto histórico, pensamento psicológico e práticas psicológicas.

Na plataforma de streaming Youtube, no canal Conselho de Psicologia de São Paulo, são disponibilizadas em vídeo múltiplas rodas de conversa, lives, documentários e entrevistas. Oferece ainda nas plataformas de áudio as séries de podcasts, como Estação Psicologia e Caminhos da Psicologia no Brasil, com variedade de assuntos relevantes e atuais para a área. O CRP SP está acessível também nas redes sociais como Facebook, Instagram e Linkedin.

5.4 Textos para a Linha do Tempo

5.4.1 2020

I - CONTEXTO HISTÓRICO

Pandemia do coronavirus-19
Emergência de saúde internacional decretada pela OMS em março de 2020

Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou em 11 de março que a organização elevou o estado da contaminação para pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). A mudança de classificação se deve à disseminação geográfica rápida que o Covid-19 tem apresentado, e não à gravidade da doença. "A OMS tem tratado da disseminação em uma escala de tempo muito curta, e estamos muito preocupados com os níveis alarmantes de contaminação e, também, de falta de ação [dos governos]", afirmou Adhanom no painel que trata das atualizações diárias sobre a doença.

Fonte:
UNASUS. Disponível em: https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus. Publicado em 11/03/2020. Acesso em 28/05/2024

HASHTAGS:
#Pandemia
#Coronavirus
#Covid19
#OMS

VERBETE:
Sars-Cov-2:
“Vírus da família dos coronavírus que, ao infectar humanos, causa uma doença chamada Covid-19. Por ser um microrganismo que até pouco tempo não era transmitido entre humanos, ficou conhecido, no início da pandemia, como novo coronavírus”.

Fonte:
Portal do Butantan. Disponível em: https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade
Acesso em 21/08/2024

30 anos do ECA
Estatuto da Criança e do Adolescente ECA+30

Crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos, como todas/os as/os demais brasileiras/os, sendo passíveis de todos os direitos fundamentais, como assegura a Constituição Brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990.
Substituindo o antigo Código de Menores, de base autoritária e patriarcal, o ECA é uma conquista que trouxe uma série de garantias legais a essas pessoas, a fim de proporcionar seu desenvolvimento pleno.

A Psicologia está engajada politicamente e envolvida na sua práxis cotidiana na atenção e garantia aos direitos de crianças e adolescentes. Através de ações, debates, orientações, o CRP SP se mostra presente no sentido de assegurar vida digna, plena e saudável a esses indivíduos.

Fonte:
Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Menor não. Criança e adolescente sim! (14/09/2020). Disponível em: https://www.crpsp.org/pagina/view/294/serie-eca30;
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Jornal Psi N 197, set/out/nov 2020
https://www.crpsp.org/noticia/view/3056/eca-33-anos-sou-psicologa-e-reconheco-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente. Acesso em 29/05/2024

HASHTAGS:

#ECA
#ECA30Anos
#CriancaeAdolescente

VERBETE:
Constituição Brasileira de 1988:
Ficou conhecida como "Constituição Cidadã", por ter sido concebida no processo de redemocratização, iniciado com o encerramento da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Os trabalhos da Constituinte duraram 20 meses, sendo encerrados em 22 de setembro de 1988, após a votação e aprovação do texto final da nova Constituição brasileira. Participaram de sua elaboração 559 parlamentares (72 senadores e 487 deputados federais) e contou com intensa participação de diversos setores da sociedade brasileira.

Fonte:
https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1988
Acesso em 20/08/2024

Vidas Negras Importam
Marcha pela Vida

A morte de George Floyd, homem negro assassinado por um policial nos Estados Unidos, desencadeou onda de protestos e manifestações antirracistas em todo o mundo. O caso colocou novamente em evidência a "urgente necessidade de enfrentar as desigualdades e encerrar o ciclo de impunidade que cerca o tema".

O enfrentamento ao racismo é tema recorrente no âmbito dos Conselhos de Psicologia e, em 2020, o CFP se engajou na Marcha Virtual pela Vida – atividade que buscou "colocar em diálogo questões sobre a importância da vida, da democracia, da ciência, do Sistema Único de Saúde (SUS), da solidariedade, do meio ambiente e do respeito à Constituição Federal para a defesa dos direitos humanos, sobretudo diante do cenário de pandemia da Covid-19".

Fonte: https://site.cfp.org.br/marcha-pela-vida-cfp-realiza-atividade-virtual-para-discutir-psicologia-e-combate-ao-racismo/ Acesso em 29/05/2024

HASHTAGS
#Racismo
#GeorgeFloyd
#VidasNegrasImportam
#ViolênciaPolicial
#MarchaVirtualpelaVida
#CFP

II - PENSAMENTO PSICOLÓGICO

Pandemia e saúde mental
Repercussões da pandemia sobre a saúde mental dos brasileiros

A pandemia do novo Coronavírus trouxe mudanças significativas na vida das pessoas diante da calamidade mundial. Novembro de 2020 encontrou o país atingindo a marca de 160 mil vítimas fatais da pandemia de coronavírus, atrás apenas dos Estados Unidos na lista de países com maior quantidade de mortes. Com a ausência de vacinas e de tratamento efetivo, inúmeros países adotaram medidas de isolamento social, fechando escolas, estabelecimentos comerciais e serviços não essenciais; hospitais tiveram que alterar suas rotinas para atendimento de números crescentes de pacientes.

Ao impor mudanças no estilo de vida das pessoas e provocar inúmeras perdas e inseguranças, a pandemia trouxe consequências psicológicas, sociais, econômicas e políticas. Estudos sobre o impacto da pandemia sobre a saúde mental da população ainda estão sendo realizados. Entretanto, os dados já existentes indicam repercussões negativas sobre a saúde mental da população e das/os profissionais trabalhando na linha de frente do combate à doença e aos seus efeitos.

Fonte:
Jornal PSI Nº 197 – set/out/nov 2020. Disponível em:
https://www.crpsp.org/uploads/impresso/44182/q_rXq83vS814T5C8cNfm9U40ju0CsRzq.pdf. Acesso em 28/05/2024

HASHTAGS:
#Pandemia
#Coronavirus
#Covid19
#SaudeMental

Caderno Temático vol. 38
Alienação parental

Em 2020, o CRP SP publicou o Caderno Temático Vol. 38, com o tema Cristalização, patologização e criminalização da vida no sistema de Justiça: "Alienação Parental" e a atuação da/o psicóloga/o. A exemplo de outras edições da série, esta publicação é fruto dos debates realizados no interior do CRP SP sobre temas e questões de atenção prioritária, de forma a produzir referências para a categoria e representar democraticamente posturas e posições dos profissionais frente às provocações de nossa realidade.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Disponível em: https://www.crpsp.org/uploads/impresso/282379/jCvM_nE3mXC7hH4NjF80XMOVZZ96BOAK.pdf. Acesso em 29/05/2024

HASHTAGS:
#AlienaçãoParental
#LeiAlienaçãoParental
#AtuaçaoPsicologa

VERBETE:
Alienação Parental:
"Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este." (Lei 12.318/10)

Fonte:
https://www.migalhas.com.br/depeso/367269/o-que-mudou-na-lei-sobre-alienacao-parental. Acesso em: 21/08/2024

III - PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

Atendimento remoto
CFP orienta profissionais sobre atendimento on-line durante a pandemia

Em função das recomendações do Ministério da Saúde, Organização Mundial de Saúde (OMS), Secretarias de Saúde e autoridades civis sobre eventuais possibilidades de quarentena, resguardo e isolamento a fim de evitar o alastramento da pandemia da Covid-19, o novo coronavírus, o Sistema Conselhos de Psicologia comunicou à categoria que as(os) profissionais que optassem pela prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologia da informação e da comunicação, como o atendimento on-line, deveriam realizar o cadastro pelo site “Cadastro e-Psi” (link: https://e-psi.cfp.org.br/). Porém, temporariamente para os meses de março e abril, não foi necessário aguardar a confirmação da plataforma para começar o trabalho remoto.

As orientações sobre o exercício profissional passaram a se concentrar no site, redes sociais e e-mail do CRP SP e o Conselho criou especialmente para este período o site “O coronavírus e a Psicologia” para veicular a campanha CRP Responde destinada a responder questionamentos dos profissionais da área. Nesse ano tão extraordinário, a Assembleia Geral Ordinária foi feita de modo on-line.

Fonte:
Conselho Regional de Psicologia de SP. Jornal Psi Nº 197 – set/out/nov 2020. disponível em: https://www.crpsp.org/noticia/view/2456/cfp-orienta-profissionais-sobre-atendimento-on-line. Publicado em: 17 de março de 2020.

HASHTAGS:
#Covid19
#AtendimentoOnline
#CRPResponde

Resolução CFP 08/2020
Violência de gênero

É de conhecimento público o alto índice de casos de violência contra a mulher, destacando-se o grande número de feminicídios que ocorrem no Brasil. Há que se ressaltar que, desde o início da pandemia, o número de casos de violência contra a mulher tem aumentado drasticamente. Embora fundamental para conter a COVID-19, o isolamento social faz com que muitas mulheres viessem a permanecer confinadas com agressores e distantes de contatos externos e de suas redes de afeto e de cuidado.

Em 2020, o Conselho Federal de Psicologia publicou a resolução 08/2020 pela qual estabelece normas de exercício profissional da Psicologia em relação às violências de gênero.

Fonte:
Conselho Regional de Psicologia de SP. Jornal PSI, out/nov/dez 2021. Disponível em: https://crpsp.org/noticia/view/2527/crp-sp-responde-quais-as-orientacoes-asaos-psicologasos-com-relacao-a-atuacao-no-atendimento-a-mulheres-em-situacao-de-violencia-durante-a-pandemia-de-covid-19. Acesso em 29/05/2024

HASHTAGS:
#ViolênciaContraMulher
#Feminicídio
#IsolamentoSocial

VERBETE:
Feminicídio:
É o assassinato de mulheres em contextos marcados pela desigualdade de gênero. No Brasil é considerado crime hediondo.

Fonte:
Disponível em: https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/capitulos/o-que-e-feminicidio/. Acesso em 21/08/2024

Saúde mental na pandemia
Impactos da pandemia na saúde mental

A Mostra de Práticas de Psicologia na Pandemia aconteceu nos dias 28 e 29 de agosto – no marco dos 58 anos da profissão no Brasil – e recebeu 211 submissões. Foi o primeiro evento 100% online desse porte realizado na história do CRP SP, e destinou-se a divulgar e discutir a percepção dos alunos de Psicologia Hospitalar quanto aos sentimentos dos familiares de pacientes diagnosticados com Covid-19 no Hospital das Clínicas de São Paulo.

O encontro refletiu sobre o modo como essa calamidade mundial impactou a vida e a subjetividades das pessoas, sobre as principais dificuldades para o acolhimento, promoção da saúde mental e garantia de direitos, e sobre quais alternativas estão sendo construídas na prática cotidiana de psicólogas/os e seus ensinamentos.

Fonte:
Conselho Regional De Psicologia de São Paulo - CRP SP. Jornal Psi Nº 197 – set/out/nov 2020

Hashtags:
#PsicologiaHospitalar
#SaúdeMental

Dez anos do CEDOC
Centro de Documentação do Conselho Regional de Psicologia SP

Em setembro de 2020 comemoram-se 10 anos da implementação do Centro de Documentação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CEDOC). Nesta trajetória, além de

preservar a memória da Psicologia e dos conteúdos produzidos pelo CRP SP, o acervo contribui na formação acadêmica de estudantes, psicólogas/os e no interesse do público, de forma geral.

O acervo físico possui mais de 30 mil itens, sendo documentos de diversos formatos, fotografias, vídeos, manuais, materiais em braile, entre outros.

O CEDOC também desenvolveu o Repositório Digital "Fúlvia Rosemberg" com o objetivo de viabilizar o acesso amplo a todo material produzido.

Fonte:
Conselho Regional De Psicologia de São Paulo - CRP SP. Disponível em: https://www.crpsp.org/noticia/view/2601/centro-de-documentacao-do-crp-sp-completa-10-anos. Acesso em 29/05/2024

HASHTAGS:
#CEDOC
#FúlviaRosemberg

VERBETE:
Fúlvia Rosemberg:
Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg (1942-2014) foi uma professora e psicóloga brasileira conhecida por seus trabalhos sobre educação infantil e ações afirmativas. Foi pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e professora da PUC SP, onde coordenou o Negri (Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade).

Fonte:
Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%BAlvia_Rosemberg. Acesso em 22/08/2024
Escavador. Disponível em: https://www.escavador.com/sobre/7301810/fulvia-maria-de-barros-mott-rosemberg. Acesso em 22/08/2024.

Ensino de Psicologia
Impactos do distanciamento social na formação em Psicologia em 2020: as primeiras discussões

O início da pandemia causada pelo Coronavírus, em 2020, e as medidas de distanciamento social tornaram este um ano totalmente atípico. Assim como toda a sociedade, o ensino e a formação em Psicologia também foram impactados.

A Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, do MEC, dispunha sobre a substituição das aulas presenciais pelo ensino remoto enquanto durasse a pandemia. Essa modalidade, à distância, foi a forma encontrada para preservar vidas, embora trouxesse aspectos negativos para a formação das (os) profissionais de Psicologia, que se viram impossibilitadas (os) de vivenciar toda a profundidade da atuação profissional no seu aprendizado.

A realização de estágios em Psicologia na modalidade online durante o período de isolamento social levantou muitas discussões com argumentos favoráveis e contrários a esta prática. A fim de debater as novidades que se apresentavam e toda a complexidade envolvida na formação de psicólogas (os), o CRP SP em parceria com o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), realizou o "Seminário Formação em Psicologia no Contexto da Pandemia da Covid-19: impactos da Portaria MEC nº 544". No relatório produzido a partir do seminário, a ABEP e o CFP enfatizam o quanto o momento era inusitado e, ao mesmo tempo, defendem a importância de se levar em consideração o caráter eminentemente presencial da formação para o exercício profissional na Psicologia.

HASHTAGS

#Pandemia
#Corononavírus
#Covid-19
#FormaçãoemPsicologia
#Estágio

Fontes

Conselho Regional de Psicologia Crp Sp. Disponível em: https://www.crpsp.org/noticia/view/2668/psicologia-na-pandemia-edicao-especial-do-jornal-psi https://crpsp.org/uploads/impresso/44182/q_rXq83vS814T5C8cNfm9U40ju0CsRzq.pdf. Acesso em 20/08/2024

VERBETES:

- Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Portaria-544-de-16-de-junho-de-2020.pdf

- relatório produzido a partir do seminário: https://www.crpsp.org/uploads/impresso/282384/LckQ88RNTZERg7IkE7RWr8r1ZLgXKYqe.pdf

Vídeos:

1. LIVE - "Formação em Psicologia no contexto da pandemia da COVID-19: impactos da Portaria MEC n. 544" https://www.youtube.com/watch?v=3nsdlLbFLNY
2. LIVE - Formação em Psicologia no contexto da pandemia da Covid-19 https://www.youtube.com/watch?v=25SRScVKm74

5.4.2 2021

I - CONTEXTO HISTÓRICO

Vacinação
Início da vacinação contra a Covid-19 em todo o país

A vacinação contra a Covid-19 teve início pelos grupos prioritários da chamada fase 1: trabalhadores de saúde, pessoas institucionalizadas (que residem em asilos) com 60 anos de idade ou mais, pessoas institucionalizadas com deficiência e população indígena aldeada.

O pior cenário no país foi observado na semana de 4 a 10 de abril de 2021, quando foram registrados 21.141 óbitos e o país contabilizava mais de 351 mil vítimas, de acordo com os dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

O CRP SP publicou Orientação às/aos psicólogas/os para atuação profissional frente ao agravamento da pandemia de Covid-19.

Fontes:
Agência Brasil. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1mqXgt7021vOkhT5x9TRv0Ey26s87fQgn?usp=drive_link. Acesso em: 12/05/2024
CNN Brasil. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/1a-morte-por-covid-19-no-brasil-ocorreu-ha-3-anos-como-a-vacinacao-mudou-o-cenario-da-doenca/. Acesso em 12/05/2024

Invasão do Capitólio
Invasão do Capitólio nos EUA

Após a confirmação da vitória de Joe Biden nas Eleições Presidenciais de 2020 nos Estados Unidos da América, centenas de apoiadores do então Presidente republicano Donald Trump, alegando fraude nas votações, invadiram o Capitólio, centro legislativo do país em Washington.

No ataque, os agressores conseguiram superar momentaneamente a segurança do local, entrando no Capitólio e destruindo diversos objetos – muitos com significado histórico – e ameaçando de morte os congressistas. Cinco pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas, numa insurreição que deixou profundas marcas na democracia americana.

Fonte:
CNN Brasil. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/invasao-ao-capitolio-completa-um-ano-relembre-o-ataque-a-democracia-dos-eua/. Acesso em: 12/05/2024

Mudanças Climáticas
Mudanças Climáticas

Inundações catastróficas engolem cidades na Europa. Brasil vivencia a maior crise hídrica em 91 anos.

Fonte:
Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-09/brasil-enfrenta-pior-crise-hidrica-em-91-anos. Acesso em: 12/05/2024

Olimpíadas sem público
Olimpíadas em Tóquio

Após o adiamento das Olimpíadas, os Jogos Olímpicos de Tóquio foram realizados no segundo semestre de 2021. A realização do mega evento aconteceu por conta da pandemia da Covid-19, e também por este motivo, foi realizada sem público.

Fonte:
Folha de Pernambuco. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/confira-os-10-fatos-que-marcaram-o-mundo-em-2021/209969/. Acesso em: 12/05/2024

Bolsonaro na ONU
Jair Bolsonaro discursa na ONU e defende tratamento precoce

Em seu discurso na ONU, o presidente Jair Bolsonaro (PL) fez declarações consideradas imprecisas sobre a gestão federal. As informações foram verificadas por agências de Factcheck de todo o País. O presidente defendeu o "tratamento precoce" da Covid-19, falou do meio ambiente e disse que estamos há dois anos "sem corrupção" no Brasil.

A atuação de Bolsonaro na pandemia foi criticada por especialistas e autoridades em saúde, uma vez que o próprio presidente negligenciou a gravidade da doença – que chegou a chamar de "gripezinha" – e desestimulou o cumprimento de medidas sanitárias. Até o final de 2021, mais de 620 mil pessoas haviam morrido em decorrência da contaminação pelo Coronavirus.

Fonte:
Folha de Pernambuco. Disponível em: https://www.folhape.com.br/noticias/confira-os-10-fatos-que-marcaram-o-mundo-em-2021/209969/. Acesso em: 12/05/2024
Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/09/20/bolsonaro-assembleia-onu.ghtml. Acesso em: 12/05/2024

II - PENSAMENTO PSICOLÓGICO

15 Anos do CREPOP
Psicologia e Políticas Públicas

O Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP é uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia (CFP e CRPs), criado em 2006, para orientar e qualificar a atuação profissional de psicólogas e psicólogos presentes nas políticas públicas em todo o país. É um trabalho que integra conselhos regionais de todo o país.
Sua fundação está intimamente relacionada às discussões sobre o compromisso social da Psicologia e a maior inserção da categoria nas políticas públicas a partir da década de 1990.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Disponível em: https://crpsp.org/uploads/impresso/181121/9F4XF7d7faiWHV1ocgTo9dGC9rtae7OT.pdf. Acesso em 31/05/2024

II Prêmio Jonathas Salathiel
II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Sociais

O prêmio homenageia o legado de Jonathas José Salathiel da Silva, que foi psicólogo, colaborador e conselheiro do CRP SP. Sua luta contra a discriminação racial possibilitou o lançamento de documentos orientadores para profissionais de Psicologia sobre os efeitos do racismo na saúde mental da população negra. Jonathas Salathiel também colaborou com a criação de um grupo interno, no CRP SP, para pensar as questões raciais, organizado hoje como Núcleo de Psicologia e Relações Raciais.

Esta premiação foi instituída pelo CRP SP em sua primeira edição, em 2018, e neste ano de 2021 voltou a ser editado com a finalidade de estimular a produção de artigos da área de Psicologia, assim como criações artísticas das mais diversas linguagens (fotografia, imagens, poesias, músicas,

etc.) sobre a violência causada pelo racismo e também para dar visibilidade para a produção em Saúde Mental e relações raciais.

Fonte:
Geledes. Disponível em: https://www.geledes.org.br/premio-jonathas-salathiel-de-psicologia-e-relacoes-raciais-reconhece-trabalhos-sobre-saude-mental-e-relacoes-raciais. Acesso em: 12/05/2024.
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/PremioJonathas/. Acesso em: 12/05/2024.

III - PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

Pandemia e populações vulnerabilizadas
Pandemia e Populações Vulnerabilizadas

A calamidade causada pela Covid-19 impactou especialmente populações historicamente vulnerabilizadas no Brasil, como os povos tradicionais e quilombolas, povos indígenas, a população em situação de rua, as PCDs, a população LGBTQIA+, as pessoas negras, as mulheres que sofrem violência, as pessoas encarceradas, cujos direitos sofreram graves violações.
Vivemos a trágica perda de mais de 620 mil brasileiras/os, e milhões de pessoas impactadas pelo enlutamento e outras situações de sofrimento como o desemprego, a fome e o agravamento das desigualdades e violências.

Chegando ao segundo ano de pandemia, as condições de vulnerabilidade pré-existentes são amplificadas, exigindo que os profissionais da Psicologia sejam convocados a enfrentar, discutir e compartilhar novas experiências de enfrentamento aos desafios.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Disponível em: https://crpsp.org/uploads/impresso/181121/9F4XF7d7faiWHV1ocgTo9dGC9rtae7OT.pdf. Acesso em 31/05/2024

Psicologia e Direitos Humanos
Manual de Psicologia e Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas do CRP SP apresenta a segunda edição do “Manual da Psicologia e Direitos Humanos”. O material traz um compilado de normativas para orientar psicólogas e psicólogos no exercício profissional pautado pelo compromisso social e ético da Psicologia. Esta nova versão traz resoluções e referências atualizadas para a atuação profissional.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Disponível em: https://bibliotecacrpsp.com.br/?p=163. Acesso em: 12/05/2024

40 Anos do Psi
Jornal Psi - 40 Anos

Nasceu, em janeiro de 1981, durante o processo de redemocratização do país, uma publicação impressa intitulada Jornal do CRP/06 que, a partir de 1999, tornou-se o Jornal PSI. Desde o primeiro exemplar, o editorial do jornal abordou temas pertinentes aos interesses das psicólogas e psicólogos, refletindo o momento histórico da sociedade.

O ano de 2021 marca os 40 anos de existência do Jornal Psi, ferramenta fundamental para o diálogo e a publicização da Psicologia no campo da profissão no Estado de São Paulo.
A publicação, que já inteirou 198 edições, tem por principal objetivo o diálogo constante com as demandas da sociedade, acompanhando processos e mudanças, de modo a demonstrar a capilaridade da Psicologia.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Jornal Psi, out/nov/dez de 2021. Disponível em: https://www.crpsp.org/impresso/view/527. Acesso em: 12/05/2024

CRP Orienta
Relançada a série CRP SP Orienta

A Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP tem por finalidade orientar e fiscalizar as práticas da profissão para a garantia de uma atuação ética e tecnicamente embasada. De

janeiro a dezembro deste ano de 2021, a área realizou mais de 15 mil orientações junto às psicólogas e psicólogos, por telefone e e-mail.

Com o relançamento da série CRP SP Orienta, no formato folder, o CRP SP compartilha as principais questões trazidas pela categoria, e os conteúdos orientativos relativos a elas, baseados em Referências Técnicas e Resoluções. Esta segunda edição do CRP SP Orienta traz cinco novos temas voltados às seguintes áreas de atuação profissional: Atendimento clínico para crianças e adolescentes com pais separados; Neuropsicologia; Psicologia do Trânsito; Psicoterapias e Uso de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Jornal PSI, Nº 198, out/nov/dez de 2021. Disponível em: https://www.crpsp.org/impresso/view/527. Acesso em: 12/05/2024

Atendimento remoto
Prorrogação do atendimento administrativo remoto

Durante a pandemia, todas as atividades do CRP SP seguem plano de biossegurança para garantia das medidas sanitárias necessárias contra a Covid-19 e proteção da vida das/os trabalhadoras/es.

Algumas atividades internas do CRP SP, neste momento, têm sido retomadas de modo gradual para dar celeridade aos procedimentos necessários para o retorno ao atendimento presencial, de modo a garantir a agilidade deste atendimento e evitar filas e aglomerações. Os retornos presenciais serão devidamente comunicados nos canais do CRP SP (site e redes sociais).

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA CRP SP. Disponível em: https://www.crpsp.org/noticia/view/2737/crp-sp-informa-atendimento-administrativo-remoto-prorrogado-ate-31-de-julho-de-2021. Acesso em: 12/05/2024

Ensino de Psicologia

Mudanças na formação em Psicologia no segundo ano da pandemia

As repercussões da pandemia do Coronavírus, declarada pela OMS em março de 2020, afetaram milhões de vidas em todo o mundo e deixaram muitas sequelas em toda a sociedade.

A saúde mental da população foi afetada, com aumento expressivo dos quadros de ansiedade, pânico, depressão e ideação suicida; isto levou a um incremento na demanda pelos serviços de psicólogos e a adoção de adaptações nas práticas psicológicas para enfrentar as limitações impostas pelo distanciamento social e outras medidas de prevenção.

A pandemia trouxe também dificuldades para a continuidade de aulas e para os processos formativos e pedagógicos, sendo necessário reinventar as práticas relacionadas à formação. Em 2021 eram evidentes os sofrimentos e impactos na qualidade do aprendizado dos alunos de Psicologia, assim como na qualidade do ensino ministrado. Houve precarização do ensino, demissões em massa de docentes, aumento da mediação via novas tecnologias, com a perda da presencialidade. A dificuldade com os estágios, etapa fundamental na formação dos estudantes, também prejudicou a trajetória acadêmica das (os) futuras (os) psicólogas (os). Soma-se a isso a dificuldade com equipamentos e serviços de internet, nem sempre acessíveis a todos os alunos.

Especialistas avaliam que essas repercussões na Saúde Mental se estenderão por período prolongado e algumas áreas da Psicologia serão mais demandadas, como a Psicologia da Saúde e a Psicologia Social. Este fato interferirá na estrutura de formação das (os) futuras (os) profissionais psicólogas (os) que poderá receber maior ênfase nessas e em outras áreas afins.

Fontes
Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/faculdades-pequeno-principe/profissoes-que-transformam-o-mundo/noticia/2021/08/06/especialistas-explicam-como-a-pandemia-impulsionou-a-carreira-de-psicologo.ghtml. Acesso em 20/08/2024
Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/faculdades-pequeno-principe/profissoes-que-transformam-o-mundo/noticia/2021/08/06/especialistas-explicam-como-a-pandemia-impulsionou-a-carreira-de-psicologo.html. Acesso em 20/08/2024

HASHTAGS
#Pandemia
#Coronavirus

#Covid-19
#Psicologia
#Formação em Psicologia
#Estágios

VERBETES:
Pandemia de Coronavírus
Em **11 de março de 2020, o** diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciou em Genebra, na Suíça, que a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus, é então caracterizada como uma pandemia. O fim da Pandemia só seria oficialmente declarado em 5 de maio de 2023, deixando no mundo quase 13 milhões de vidas perdidas e ultrapassando a marca de 700 mil pessoas mortas no Brasil.

Repercussões na Saúde Mental:
As pesquisas apontam que durante as epidemias, **o número de pessoas com a saúde mental afetada tende a ser maior** que o número de pessoas afetadas pela própria infecção.
https://fibbauru.br/site/conteudo/1918-psicologia-em-tempos-de-pandemia.html

Adoção de adaptações nas práticas psicológicas:
O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e a **Associação Brasileira de Ensino de Psicologia** (ABEP) promoveram, no dia 23 de fevereiro, a live "Ensino da Psicologia na Pandemia: aprendizados e desafios para 2021". https://site.cfp.org.br/cfp-e-abep-debatem-ensino-da-psicologia-na-pandemia/

5.4.3 2022

I - CONTEXTO HISTÓRICO

Eleição de Luís Inácio Lula da Silva
Lula é eleito Presidente do Brasil

Lula vence o segundo turno das eleições em 30 de outubro de 2022 e se torna presidente do Brasil pela terceira vez. Ao fim da apuração, Lula ficou com 50,90% (60,3 milhões de votos), e Bolsonaro, com 49,10% (58,2 milhões de votos). A disputa dividiu o país politicamente.

Fonte:
Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/02/10/cronologia-as-datas-chave-da-tentativa-de-golpe-de-estado-para-manter-bolsonaro-no-poder-segundo-a-operacao-tempo-da-verdade.ghtml

Guerra na Ucrânia
Russos invadem Ucrânia

Em 24 de fevereiro de 2022, forças russas invadiram o território da Ucrânia com bombardeios em cerca de seis cidades do país. O confronto entre os dois países já promoveu destruição em todo o território ucraniano, com devastação de cidades, milhões de pessoas sem alimentos e energia e milhares de mortos, sendo mais de 10 mil civis.

Principal responsável pelo início do conflito, a Rússia busca ter controle sobre o território ucraniano, comandada pelo ex-agente da KGB (organização de serviços secretos do governo soviético) Vladimir Putin. As disputas territoriais entre os países se arrastam desde 2014, com a deposição do líder ucraniano russo Viktor Yanukovych e a invasão a Criméia por parte do exército russo. É a primeira guerra entre nações europeias no século XXI. Em setembro de 2022, quase 18 milhões de pessoas na Ucrânia precisavam de ajuda humanitária; em novembro, mais de 7,8 milhões de refugiados da Ucrânia foram registrados em toda a Europa.

Fonte:
Central de Notícias Uninter. Disponível em: https://www.uninter.com/noticias/seis-fatos-que-impactaram-o-mundo-em-2022
ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/2022/12/20/retrospectiva-2022-o-ano-em-que-o-mundo-atingiu-a-marca-de-100-milhoes-de-pessoas-forcadas-a-se-deslocar/ Acesso em 02/06/2024

COP 27
Agenda ambiental mundial – COP 27

Duas semanas de negociações sobre a agenda ambiental mundial chamaram a atenção do mundo. A COP 27 - Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima – reuniu no Egito representantes de 198 países para reafirmar e ampliar as metas estabelecidas anteriormente com relação ao agravamento dos efeitos das mudanças climáticas.

Entre os assuntos abordados durante a conferência destacam-se o estresse hídrico, o desmatamento (tema de muito destaque no Brasil), questões referentes ao metano e aos combustíveis fósseis e a emissão de carbono em todo o planeta. O encontro resultou na criação de um fundo para países pobres que sofrem com os desastres causados pelas mudanças climáticas.
No Brasil, o desmatamento na Amazônia em 2022 foi equivalente a quase 3 mil campos de futebol por dia.

Fonte:
Brasil Escola. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/geografia/cop-27-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-as-mudancas-climaticas.htm. Acesso em 02/06/2024.
Agência Brasil. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/em-2022-amazonia-teve-maior-desmatamento-em-15-anos-diz-imazon. Acesso em 02/06/2024.
https://www.uninter.com/noticias/seis-fatos-que-impactaram-o-mundo-em-2022. Acesso em 02/06/2024

Covid em 2022
Decorrências da Covid 19 após dois anos de pandemia

A vida cotidiana foi paulatinamente voltando à normalidade em 2022, com o avanço da vacinação, queda da taxa de letalidade, diminuição das medidas restritivas. Com oscilações ainda nas medidas como uso de máscaras e distanciamento de contato físico, o ano fechou com 690 mil mortes pela Covid-19, enlutamento em massa e muitos brasileiros apresentando sequelas físicas e psicossociais.

No Brasil, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) avaliaram 425 pacientes acometidos pelas formas moderada e grave da covid-19, e constataram alta prevalência de transtornos mentais e déficit cognitivo nesse grupo. Transtorno de ansiedade generalizada, transtorno de estresse pós-traumático e depressão foram os que apresentaram aumento em sua incidência.

Fonte:
CNN Brasil. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/saude/covid-em-2022-queda-de-mortes-aumento-de-casos-autotestes-e-descobertas/. Acesso em 02/05/2024
Drauzio Varella. Disponível em: https://drauziovarella.uol.com.br/neurologia/neurocovid-conheca-os-efeitos-psiquiatricos-e-cognitivos-da-covid-longa/#:~:text=Um%20estudo%20da%20Universidade%20de,de%20concentra%C3%A7%C3%A3o%2C%20esquecimento%2C%20cansa%C3%A7o%20e. Acesso em 02/05/2024

II- PENSAMENTO PSICOLÓGICO

Psicologia antirracista

O Jornal Psi em sua edição 199, traz como matéria de capa a questão da Psicologia antirracista. Este é um campo em construção em Políticas Públicas e um posicionamento ético que busca responder ao compromisso social da Psicologia como ciência e profissão para o enfrentamento dos desafios do tempo presente, reflexos das desigualdades sociais e históricas inerentes na formação da sociedade brasileira.

O CRP SP disponibiliza uma série de normativas e publicações para que as/os profissionais da Psicologia possam se alicerçar para uma atuação ética e reflexiva sobre a discriminação e o combate ao preconceito, contribuindo para a eliminação do racismo.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP SP. Disponível em: https://www.crpsp.org/uploads/impresso/335019/jKf_tuFiqvhVkXZLc01poW7wiydyHksO.pdf. Acesso em 03/06/2024.

Prêmio Virgínia Bicudo
Práticas para uma Psicologia Antirracista

O Conselho Federal de Psicologia premiou nove trabalhos teórico-técnicos apresentados com o tema "Práticas para uma Psicologia Antirracista", concorrendo ao Prêmio Profissional Virgínia Bicudo. O Prêmio, que será anual, tem como objetivo" identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas(os) e coletivos que envolvam a Psicologia e as relações étnico-raciais, fundamentadas nos direitos humanos e que tenham impacto na saúde mental, na redução das desigualdades sociais e no posicionamento antirracista."

Virgínia Leone Bicudo foi a primeira mulher a fazer análise na América Latina, autora da primeira tese sobre relações raciais no Brasil e também a primeira psicanalista não médica no país. Na década de 1940, sob o título "Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo", o trabalho de Bicudo foi o primeiro a ser defendido sobre o tema das relações raciais em uma universidade brasileira.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP MS. Disponível em: https://www.crpms.org.br/conselho-federal-de-psicologia-anuncia-asos-vencedorases-do-premio-virginia-bicudo/ Acesso em 03/06/2024

III – PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

Atendimento às pessoas intersexo
Nota Técnica e Orientativa sobre atendimento às pessoas intersexo

O CRP SP, em construção conjunta com a Associação Brasileira de Intersexos (ABRAI), elaborou a Nota Técnica e Orientativa: "A atuação profissional de psicólogas/os no atendimento às pessoas intersexo". A publicação busca orientar psicólogas e psicólogos no atendimento e escuta às pessoas intersexo, sob o compromisso ético de contribuir para a qualidade de vida dos sujeitos e coletividades, sem julgamentos prévios e sem ferir suas existências.

A Nota Técnica, entre outras orientações, aponta que "A atuação psicológica deve estar amparada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, entre eles, direito à autonomia e autodeterminação, não discriminação e integridade corporal. Além disso, a atuação psicológica deve responsabilizar-se eticamente pela população intersexo, compondo uma atuação despatologizante que parta da diversidade".

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP SP. Disponível em: https://crpsp.org/uploads/impresso/282383/-1qSOtY369iEwQJbXXdxUesZS2YRbXLw.pdf. Acesso em 03/06/2024

Políticas Públicas de Saúde Mental
Posição do CRP SP na Luta Antimanicomial

Em 2001, como resultado da Luta Antimanicomial, a Lei 10.216 regulamentou a Reforma Psiquiátrica, estabelecendo que é dever do Estado fechar hospitais psiquiátricos e unidades asilares e abrir novos serviços de promoção da Saúde Mental em espaços comunitários. A Lei da Reforma Psiquiátrica prevê que os pacientes sejam tratados em unidades apropriadas e por equipes multidisciplinares – com psicólogos, médicos e outros profissionais de saúde – que promovam a reintegração do doente ao convívio social.

Instalou-se nos últimos anos um movimento governamental de retrocesso, com estagnação na implantação de serviços de base comunitária. A Política Antidrogas sancionada pelo governo federal, em 2019, facilitou a internação compulsória e centralizou o tratamento em comunidades terapêuticas.

O CRP SP posicionou-se contrário às comunidades terapêuticas e a toda e qualquer instituição que se funda em imposição religiosa, em privação de liberdade e/ou em qualquer violação de direitos mascarada como pretenso tratamento de Saúde Mental, reafirmando o envolvimento indissociável da Psicologia na luta antimanicomial.

Fonte:
Agência Câmara de Notícias. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/868531-lei-da-reforma-psiquiatrica-completa-21-anos-em-meio-a-avancos-e-desafios/. Acesso em 03/06/2024

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP SP. Disponível em: https://www.crpsp.org/uploads/impresso/335018/rl5KjsCbKZ8ritjm7z5DWTPRAjtrGrNW.pdf. Acesso em 03/06/2024.

6º Congresso Brasileiro de Psicologia
Desafios para a Psicologia

2022 marca a comemoração dos 60 Anos de regulamentação da Psicologia como profissão. Neste ano realizou-se em São Paulo o 6º Congresso Brasileiro de Psicologia, que reuniu cerca de 7 mil profissionais e estudantes em torno das questões mais urgentes do campo.
Num cenário de desmonte de políticas públicas e ameaças à democracia, a categoria debateu sobre os desafios que incidem sobre o fazer psicológico, e tratou de matérias como diversidade e garantia de direitos, temática racial e LGBTQIA+, luto, redução de danos, educação, direitos humanos.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – CRP SP. https://www.crpsp.org/uploads/impresso/335016/hQ8zSo-Ed-ANJcQmTxfX16E_-AVypiHw.pdf. Acesso em 03/06/2024

5.4.4 2023

I - CONTEXTO HISTÓRICO

Posse Presidente Lula
Posse de Lula e tentativa de golpe

Em 1º de janeiro de 2023, Luís Inácio Lula da Silva toma posse iniciando seu terceiro mandato presidencial, após disputa acirrada com Jair Bolsonaro durante o processo eleitoral.

Em 8 de janeiro, golpistas apoiadores de Bolsonaro invadem e vandalizam o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto, sede da Presidência da República, em Brasília. Os golpistas invadiram gabinetes, vandalizaram acervo de documentos e obras de arte, quebraram móveis e vidraças, danificaram o patrimônio público, num ataque sem precedentes à democracia brasileira.

Fonte:
Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/o-dia-em-que-bolsonaristas-invadiram-o-congresso-o-planalto-e-o-stf-como-isso-aconteceu-e-quais-as-consequencias.ghtml . Acesso 31/05/2024

HASHTAGS
#PosseLula2023
#InvasãoCongressoSupremoePlanalto
#TentativadeGolpe2023

Mortes e violências contra LGBTQIA+
Dossiê 2023: Mortes e violências contra LGBTQIA+ no Brasil

O Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, que reúne um conjunto de entidades da sociedade civil de referência na área, apresentou ao Conselho Federal de Psicologia o *Dossiê 2023: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil*, com dados sobre a letalidade dessa população no Brasil. O estudo revela que, em 2023, 230 pessoas LGBTQIA+ foram mortas de forma violenta no país, representando uma morte a cada 38 horas. Dessas, 184 foram causadas por assassinato (80%), 18 por suicídio (7,8%) e outras 28 (12,2%) em decorrência de outras motivações.

Segundo o conselheiro do CFP Roberto Chateaubriand, "sob a ótica da Psicologia, as mortes e violências revelam o impacto que os diversos aspectos da intolerância LBGTQIA+fóbica produzem na construção de subjetividades, que tornam corpos LGBTQIA+ vulneráveis ao ódio e à diferença percebida diante de um padrão arbitrário de comportamento que tem a heterossexualidade como norma".

A Psicologia brasileira tem atuação histórica em defesa da promoção de direitos da população LGBTQIA+; um exemplo disso é a Resolução CFP 01/1999, que define normas de atuação para a categoria em relação à questão da orientação sexual, alinhada com o compromisso ético com o

“reconhecimento da diversidade presente na orientação sexual dos sujeitos como vivências e expressões legítimas e merecedoras de abordagens despatologizantes”.

Fonte
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Disponível em: https://site.cfp.org.br/18-de-maio-cfp-participa-de-atividades-alusivas-ao-dia-nacional-de-combate-ao-abuso-e-a-exploracao-sexual-de-criancas-e-adolescentes-2/ Acesso em 29/05/2024

HASHTAGS
#LGBTQIA+
#ObservatóriodeMorteseViolênciascontraLGBTI+
#DireitosHumanos
#Resolução011999

Marco Temporal
CFP se pronuncia contra Marco Temporal

A tese do Marco Temporal está em julgamento pelas(os) ministras(os) do Supremo Tribunal Federal (STF); esta tese preceitua que a demarcação de terras indígenas esteja condicionada à presença dessas populações em seus referidos territórios na data da promulgação da Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988, sob o argumento de que a legislação não atingiria situações anteriores à edição da Carta Magna.

O Conselho Federal de Psicologia divulgou nota de posicionamento na qual alerta para os possíveis impactos psicológicos, sociais e ambientais decorrentes da adoção do marco temporal para demarcação das terras indígenas. Na avaliação do CFP, a adoção do marco temporal para terras indígenas pode acarretar consequências psicológicas e sociais, tais como, o desenraizamento, a ruptura de laços e o apagamento da identidade coletiva dos povos originários.

Fonte:
Conselho Federal de Psicologia. Disponível em: https://site.cfp.org.br/conselho-federal-de-psicologia-alerta-para-impactos-da-adocao-do-marco-temporal-para-terras-indigenas/ Acesso em 29/05/2024

Inteligência Artificial
IA, ética e práticas profissionais da Psicologia

O ano de 2023 foi marcado pelo avanço da Inteligência Artificial, com a popularização de ferramentas como o ChatGPT influenciando diversos setores da sociedade como cultura, economia, comunicação, entre outros. Profissionais da Psicologia já debatem sobre os impactos da IA na reconfiguração da profissão e nas relações pessoais, incluindo as questões éticas e as práticas profissionais. Em 2020 o Conselho Regional de Psicologia 6R, em conjunto com outras entidades brasileiras, já emitia um alerta sobre os riscos do uso da IA, uma vez que “por meio do uso desses dados são estabelecidas possibilidades de manipulação das subjetividades, de um modo inimaginável, até hoje, na história da humanidade”.

Fonte:
Conselho Regional de Psicologia. Disponível em: https://www.crpsp.org/noticia/view/2657/entidades-de-psicologia-fazem-alerta-a-sociedade-brasileira. Acesso em 29/05/2024

Conflito no Oriente Médio
Guerra entre Israel e Hamas

Em 7 de outubro, o grupo fundamentalista islâmico Hamas, da Palestina, invadiu Israel num ataque surpresa, matando centenas de pessoas e fazendo muitos reféns. Israel respondeu fortemente à invasão e o conflito na Faixa de Gaza persiste, gerando uma calamidade humanitária, com mais de 10 mil mortos, multidões de refugiados e graves violações de direitos humanos.
A ajuda humanitária só chegou à região dois meses após o início do conflito. Além das mortes, destruição, fome, a guerra afeta também a saúde mental, particularmente de crianças e adolescentes, que são submetidas ao medo, tristeza, ansiedade e insegurança.

Fonte:

Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/12/17/pela-1a-vez-desde-o-inicio-da-guerra-israel-libera-a-passagem-de-ajuda-humanitaria-de-sua-fronteira-para-gaza.ghtml. Acesso em 31/05/2024.
Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/10/29/90percent-tem-ansiedade-psicologos-contam-como-a-guerra-impacta-a-saude-mental-de-criancas-em-israel-e-gaza.ghtml. Acesso em 31/05/2024

II - PENSAMENTO PSICOLÓGICO

Declaração dos Direitos Humanos da ONU
75 anos da Declaração dos Direitos Humanos

Após a 2ª. Grande Guerra - o maior conflito armado do século XX, que matou 60 milhões de pessoas - diferentes países consideraram essencial promover relações amistosas entre as nações e garantir igualitariamente os direitos fundamentais dos seres humanos. Em dezembro de 1948, a organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 2023, portanto, completaram-se 75 anos do documento.

A Constituição Brasileira de 1988 traz artigos que seguem as diretrizes apontadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como não-discriminação, liberdade, segurança, acesso à justiça, liberdade de ir e vir, propriedade, liberdade de consciência, livre expressão.
O Código de Ética das/os psicólogas/os está alicerçado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Fonte:
Instituto Aurora - Educar em Direitos Humanos. Disponível em: https://institutoaurora.org/o-que-sao-direitos-humanos/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw6uWyBhD1ARIsAIMcADojzLwy4Dk1Li7vToTfnFOh9OZsEWog4tGWOXCUQu00D4zOcjrNmX8aAk7XEALw_wcB. Acesso em 31/05/2024

Cenário de mudança pós eleições
Nova conjuntura política no Brasil e as perspectivas para a Psicologia

Qual o papel da Psicologia no contexto brasileiro após as marcas deixadas pela pandemia e pelas mudanças no cenário social, econômico, político e institucional? Projetos políticos distintos no âmbito estadual e federal podem impactar o exercício profissional da Psicologia? Neste novo cenário, diminuiu a presença de parlamentares profissionais da saúde e defensoras/defensores do SUS, enquanto há um aumento no número de parlamentares com projetos privatistas, ligadas/os, principalmente, aos planos de saúde particulares. Tramitam no Congresso atualmente projetos para a aprovação da jornada semanal de 30 horas e o piso salarial da categoria.

Fonte:
Conselho Regional de Psicologia. https://www.crpsp.org/uploads/impresso/332399/IRXPLqRL6CWrmGBDs_hvqcKIrByvlQ5x.pdf. Acesso em 31/05/2024

CAOS 2023
Congresso Acadêmico de Saberes em Psicologia

Realizou-se em Palmas, Tocantins, o CAOS 2023 , com o tema Psicologia e Direitos Humanos. Organizado pelo Ceulp/Ulbra, trouxe, entre muitos, temas como Reforma Psiquiátrica e Direitos Humanos, Psicologia, direitos humanos e decolonialidade, Quebrando estigmas: desmistificando a relação entre identidade lgbtqiapn+ e transtornos mentais na história da psicologia, Educação antirracista em grupos terapêuticos para crianças.

"É cada vez mais emergente que temas como combate ao racismo, pensamento decolonial, promoção de cidadania e dos movimentos sociais, lugar de fala, pesquisa a partir de diferentes bases epistemológicas e metodológicas, combate ao sexismo e promoção de saberes ancestrais entre na pauta cotidiana da Psicologia, esta ciência e profissão que se tornou, nos últimos anos, uma das profissões mais concorridas do país", segundo a coordenadora do curso de Psicologia da Ulbra Palmas, profa. Dra. Irenides Teixeira.

Fonte: Portal ULBRA Palmas - Psicologia. Disponível em: https://ulbra-to.br/cursos/Psicologia/noticia/2023/11/17/CAOS-2023-Congresso-discutira-por-uma-semana-a-interface-entre-Psicologia-e-Direitos-Humanos

Caminhos para uma nova Segurança Pública

No mês de março, Conselhos de Psicologia do Sudeste (MG, ES, SP e RJ) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizaram o I Seminário Regional Psicologia e Violência de Estado, com o intuito de produzir saberes sobre os impactos da violência de Estado no dia a dia das pessoas e suas comunidades e o papel da Psicologia neste cenário.

O seminário apontou a responsabilidade da Psicologia na garantia de direitos das pessoas em privação de liberdade e seus familiares, no enfrentamento aos abusos, negligências e violações aos Direitos Humanos e na permanente contribuição para a construção de uma sociedade mais igualitária, inclusiva e emancipatória. Os participantes se debruçaram sobre os temas Segurança Pública, Privação de Liberdade, Violências Territoriais, ambientais e comunitárias, Guerra às Drogas e antiproibicionismo, Violência de Gênero, Extermínio da Juventude Negra e Periférica.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Disponivel em: https://www.crpsp.org/uploads/impresso/332399/IRXPLqRL6CWrmGBDs_hvqcKIrByvlQ5x. Acesso em 31/05/2024

III – PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

Políticas Públicas para população LGBTQIA+

Referência Técnica para atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicologues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+

Em junho, o CFP lançou a Referência Técnica para atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicologues em Políticas Públicas para a População LGBTQIA+.

A publicação, desenvolvida no âmbito do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop), enfoca as possibilidades de atuação nas diversas políticas públicas às quais a população LGBTQIA+ percorre, debatendo as vivências LGBTQIA+ para além da violência e na perspectiva da promoção dos direitos.

Outra importante ação do Conselho Federal de Psicologia neste Dia Internacional do Orgulho LGBTI+ é a assinatura de portaria que estabelece, na esfera do CFP, o uso da sigla LGBTQIA+ para se referir às “pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras”.

Fonte:
CREPOP. Disponível em: https://crepop.cfp.org.br/referencia-tecnica-para-atuacao-de-psicologas-psicologos-e-psicologues-em-politcas-publicas-para-a-populacao-lgbtqia/ . Acesso em 31/05/2024

Uso da sigla LGBTQIA+

Portaria do CFP estabelece uso da sigla LGBTQIA+

O Conselho Federal de Psicologia , em consonância com o Decreto Presidencial nº 11.471, de 6 de abril de 2023, que instituiu o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (CNLGBTQIA+), no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, estabeleceu, através da Portaria 74, DE 28 DE JUNHO DE 2023,o uso da sigla LGBTQIA+ no âmbito do Conselho Federal de Psicologia, para se referir às "pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras". A sigla será adotada pelo Conselho Federal de Psicologia em seus documentos internos, comunicações e publicações à categoria profissional e à sociedade.

Fonte:
CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Atos Oficiais. Disponível em: https://atosoficiais.com.br/cfp/portaria-cfp-n-74-2023-estabelece-o-uso-da-sigla-lgbtqia-no-ambito-do-conselho-federal-de-psicologia?origin=instituicao Acesso em 04/06/2024.

Prontuários e Documentos Escritos

Manual de Produção de Prontuários e Documentos Escritos

A elaboração inadequada de documentos psicológicos, utilizados há décadas no exercício profissional e regulamentados pelo CFP No. 6/2019, tem sido uma das principais causas de instauração de processos éticos no CRP SP.

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo destaca a importância das psicólogas e dos psicólogos conhecerem e seguirem os parâmetros éticos e legais quanto à produção dos documentos escritos para que possam ofertar à sociedade uma Psicologia de qualidade, com ética e compromisso social.

Assim, a Comissão de Fiscalização e Orientação (COF) do CRP SP elaborou o "Manual de Produção de Prontuários e Documentos Escritos", que traz as Resoluções CFP nº 06/2019 e nº 001/2009 voltadas à elaboração e ao manejo de documentos na prática profissional das psicólogas e dos psicólogos.

Fonte:
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Disponivel em: https://www.crpsp.org/uploads/impresso/343561/rR8gsC7_c6JCNIuHjWFzM3m1w_moPlFs.pdf. Acesso em 31/05/2024

5.4.5 2024

I – CONTEXTO HISTÓRICO

Responsabilidade por escravidão
Portugal admite responsabilidade por escravidão desde o período colonial

Marcelo Rebelo de Sousa, presidente de Portugal, disse que o país "assume total responsabilidade" pelos crimes cometidos durante o período colonial, como a escravidão nos dois lados do Atlântico, o massacre de povos indígenas e o saque de bens em terras estrangeiras.

No continente americano, o Brasil foi o país que mais importou escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro.

Fonte:
O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/04/24/presidente-de-portugal-admite-pela-1a-vez-responsabilidade-do-pais-por-escravidao-e-crimes-coloniais.ghtml. Acesso em 04/06/2024.
IBGE. Disponível em: https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=Presen%C3%A7a%20negra,%C3%A9%20exatamente%20para%20ser%20comemorada. Acesso em 04/06/2024.

Chip cerebral
Implante de chip cerebral em humano

A empresa Neuralink, do bilionário naturalizado estadunidense Elon Musk, anunciou o primeiro implante de chip cerebral em humanos, realizado em janeiro de 2024. O dispositivo deve processar ondas cerebrais para que pacientes sem mobilidade possam controlar celulares, computadores, etc, com o pensamento.

Nas semanas seguintes à cirurgia, vários fios se retraíram no cérebro, resultando em uma diminuição líquida no número de eletrodos efetivos. "Em resposta a essa mudança, modificamos o algoritmo para ser mais sensível aos sinais da população neural. Esses refinamentos produziram uma melhoria rápida", segundo a empresa.

Fonte:
Forbes. Disponível em: https://forbes.com.br/forbessaude/2024/05/eu-tentei-avisar-afirma-miguel-nicolelis-sobre-falhas-em-implantes-cerebrais-de-elon-musk/ Acesso em 04/06/2024

Políticas públicas para pessoas LGBTQIA+
Governo anuncia investimentos para políticas públicas para população LGBTQIA+

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) anunciou, em 1º. de junho, o investimento de R$ 8,5 milhões para o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação e de promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

Os programas são o Acolher+, Empodera+ e Bem Viver+, que promoverão o fortalecimento das Casas de Acolhimento LGBTQIA+, geração de trabalho e renda voltado para pessoas LGBTQIA+, e a promoção dos direitos humanos dessa população nos territórios do Campo, Águas e Florestas (para pessoas LGBTQIA+ camponesas, agricultoras familiares, assentadas, ribeirinhas, caiçaras, extrativistas, pescadoras, indígenas e quilombolas).

Fonte:
CNN Brasil. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/programas-de-combate-a-discriminacao-contra-lgbtqia-terao-investimento-de-r-85-milhoes/. Acesso em 04/06/2024

Enchentes no Rio Grande do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul enfrenta, desde setembro de 2023, uma séria e devastadora sequência de enchentes que já provocou destruição, causou aproximadamente 200 mortes e deixou mais de 600 mil desabrigados. Cerca de 78% dos municípios gaúchos foram afetados, resultando em danos principalmente no setor habitacional.

Um novo estudo, realizado pelo World Weather Attribution (WWA), um grupo internacional de cientistas especializados em assuntos climáticos, aponta que as mudanças climáticas aumentaram em duas vezes a probabilidade de ocorrência das chuvas históricas que causaram enchentes devastadoras no estado.

O CRPRS realiza uma série de Rodas de Orientação sobre Emergências e Desastres com o objetivo orientar e instrumentalizar psicólogas/os que já estão prestando serviço às vítimas das enchentes, tanto nas políticas públicas quanto voluntariamente, sobre Primeiros Socorros Psicológicos e Emergências e Desastres.

Fonte:
Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/06/03/mudancas-climaticas-chuvas-extremas-do-rio-grande-do-sul-estudo.ghtml. Acesso em 04/06/2024
https://www.crprs.org.br/atividades-do-crprs/rodas-de-orientacao-sobre-emergencias-e-desastres-5. Acesso em 04/06/2024

II – PENSAMENTO PSICOLÓGICO

Dia Mundial do Meio Ambiente
Psicologia e impactos da emergência climática

No dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o CRP SP através de sua Comissão de Riscos, Emergências e Desastres, manifestou o papel da Psicologia no estabelecimento de diálogos e articulação de políticas públicas perante a demanda ambiental e socioeconômica. “A contribuição da Psicologia é compreender como a pessoa avalia e percebe o ambiente e, ao mesmo tempo, como está sendo impactado e influenciado por esse mesmo ambiente”.

Fonte:
Linkedin. Disponível em: https://pt.linkedin.com/posts/crp-sp_neste-05-de-junho-dia-mundial-do-meio-ambiente-activity-7204172805809053697-PVt2. Acesso em 06/06/2024

Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências
Germinário: Mulheres, Psicologia e Enfrentamento às Violências

O Conselho Federal de Psicologia lançou em 2024 o livro eletrônico *Germinário: mulheres, psicologia e enfrentamento às violências,* resultados das falas das convidadas para o encontro, que objetivou pensar a Psicologia e as estruturas de gênero e raça que atravessam a constituição das mulheres.

O evento reuniu mulheres (que representam a maioria das psicólogas registradas nos Conselhos Regionais) que discutiram os desafios enfrentados por todas em sua forma de viver e estar no mundo: “o machismo estrutural, o racismo, a misoginia, as desigualdades salariais, as baixas oportunidades de trabalho e emprego”, as significativas diferenças na remuneração e o assédio.
A publicação está disponível para download no site do CFP.

Fonte:
Conselho Federal de Psicologia. Disponivel em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/03/germinario_WEB-1.pdf Acesso: 06/06/2024.

III- PRÁTICAS PSICOLÓGICAS

Uso consciente das telas
Vício em jogos eletrônicos e o despertar de comportamentos compulsivos na infância

As atividades on-line ganham cada vez mais espaço em nossa sociedade digital; a quantidade de tempo dedicada nas plataformas pode gerar sérios problemas de vícios, ansiedade e dependência.

A agência Africa Creative, com o apoio institucional/técnico do CRP SP, lança a plataforma Geração Vegas, um site que tem como objetivo alertar, informar e dar suporte às pessoas responsáveis sobre o vício em jogos eletrônicos e o despertar de comportamentos compulsivos na infância.

O Conselho Federal de Psicologia participa de um grupo de trabalho criado pelo Governo Federal para elaborar e disponibilizar à sociedade o “Guia para Uso consciente de Telas e Dispositivos Digitais por Crianças e Adolescentes.”

Fonte:
Facebook - CRP SP. https://www.facebook.com/crpsp/?locale=pt_BR Acesso em 04/06/2024

Série CRP SP Orienta
Atendimento domiciliar e em contextos diversos

O CRP lançou neste ano mais um número da Série CRP SP Orienta: Atendimento domiciliar e em contextos diversos, para orientação às psicólogas e psicólogos. A publicação aponta que "contextos diversos" referem-se aos casos nos quais o processo de trabalho na modalidade presencial de psicólogas/os extrapola os espaços já tradicionalmente caracterizados na literatura e na prática da Psicologia e afiguram-se como novos desafios para o exercício profissional.

O Conselho Regional também publicou folder orientador para atendimentos on-line.

Fonte:
Conselho Regional de Psicologia. https://www.crpsp.org/uploads/impresso/352789/aCbffM0t6IMmfbFGp64Ubmdm5DJwU-3F.pdf. Acesso em 06/06/2024

5.5 Fichas de pesquisa

FICHA DE PESQUISA I - PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

FICHA DE PESQUISA II - Jonathas Salathiel

FICHA DE PESQUISA III – LOGOS CRP

FICHA DE PESQUISA IV – FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

FICHA DE PESQUISA V – SUBSEDES

FICHA DE PESQUISA VI- ENSINO_sequência ficha IV

FICHA DE PESQUISA VII – LEGISLAÇÃO

FICHA DE PESQUISA VIII – SEDES DO CRP

FICHA DE PESQUISA IX - CRP 06 (SP, MT E MS)_como tudo começou

FICHA DE PESQUISA X - Primeira Sede_Sociedade de Psicologia_sequência da Ficha VIII

FICHA DE PESQUISA XI - Compromisso Social_entrevistas

FICHA DE PESQUISA XII - Reforma Psiquiátrica

FICHA DE PESQUISA XIII - Medalha Wilhelm Wundt

FICHA DE PESQUISA XIV - CFP Prêmio Cesar Ades

FICHA DE PESQUISA XV - Virgína Leone Bicudo

FICHA DE PESQUISA XVI - PRÊMIO MARCUS VINÍCIUS

FICHA DE PESQUISA XVII - gestões

FICHA DE PESQUISA XVIII - Ensino. Depoimentos_sequência ficha IV

FICHA DE PESQUISA XIX – SUS

FICHA DE PESQUISA XX - Relação de temas das publicações

FICHA DE PESQUISA XXI - Lei de Cotas

FICHA DE PESQUISA XXII - Gestões 2014-2024

FICHA DE PESQUISA XXIII - Importância do CRP SP para o ensino_sequência ficha IV

FICHA DE PESQUISA XXIV - Frases sobre Ensino_sequência ficha IV

FICHA DE PESQUISA XXV - Psicologia, Religião e Espiritualidade

FICHA DE PESQUISA XXVI - Sistema Único de Assistência Social

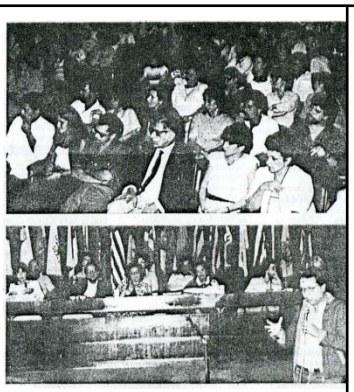
FICHA DE PESQUISA XXVII - Década de 2014-2024

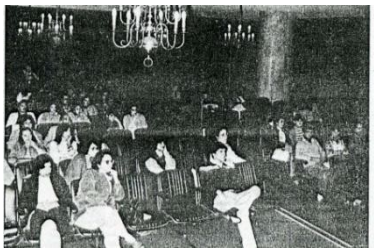
FICHA DE PESQUISA XXVII - Gestões 2004-2014

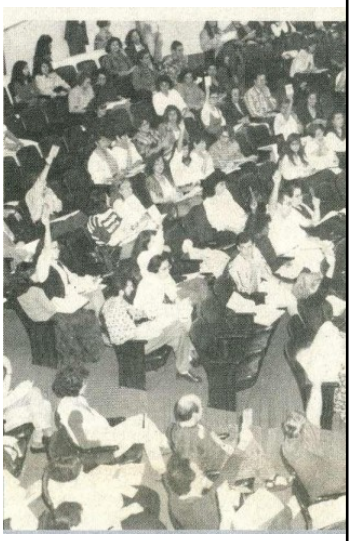
FICHA DE PESQUISA XXIX - Lei de Cotas_sequência ficha XXI

5.6 Pesquisa iconográfica
(fotografias, material gráfico, fotos externas ao CRP SP)

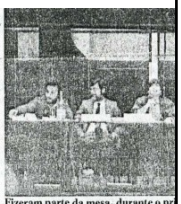
- **Fotografias**







presentes jovens e velhos psicólogos das Instituições da Promoção Social



Fizeram parte da mesa, durante o pr seminário: da esquerda para a direita José Augusto Guilhon de Albuquerq Marlene Guirado e Sueli Duarte Pac

Os participantes do debate Saúde e Constituinte, no auditório do Senac.

Da esquerda para a direita: Aníbal Sales Bastos, Paula Inez Cunha Gomide, José Roberto Tozzesi Rolo, Jorge Ponciano Ribeiro, Francisco de Paula Troupacicos e...

Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, A Gonçalves Khouri, Eulina da Rocha Lordelo, Berlim, Neli Klix Freitas, José Soltero Neto Leite.

Da esquerda para a direita: Marco Antonio Salomão, Silvia Siqueira, José Paulo Correia de Menezes, Denise Monetti, Tatiana Wernikov, José Soliero Neto e Antonio Waldir Biscaro (embaixo).

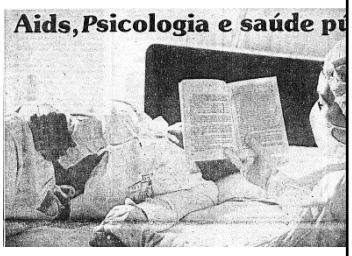
Um dos grupos de

Uma das reuniões plenárias da gestão Palavra Aberta

ABORTO
Crime, direito ou opção?

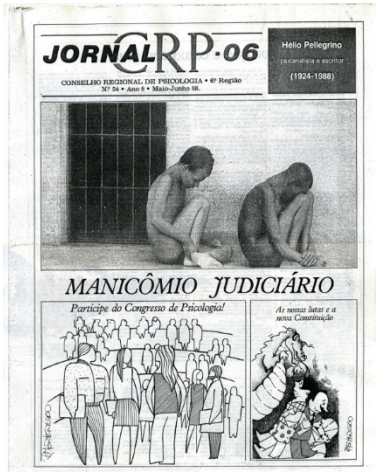
Maria José Torelli

Palavra Aberta



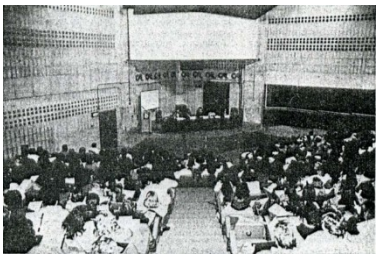
Jornal Pensata/Agência Estado

Esta é uma obra artística criada por um paciente intern em hospital psiquiátrico


JORNAL CRP-06
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região
Nº 54 • Ano 6 • Maio-Junho 88.
Hélio Pellegrino
psicanalista e escritor
(1924-1988)
MANICÔMIO JUDICIÁRIO
Participe do Congresso de Psicologia!
As novas leis e a nova Constituição

Luiz C. Murauskas/Agência Fotlas

Este prédio foi inaugura no conjunto hoje psiquiátrico Franco da permaneceu como Manicômio Judiciário até (janeiro de 86). Durante todo, a sua fachada f imagens bastante v deste tipo de instituiç



Nuno Sena

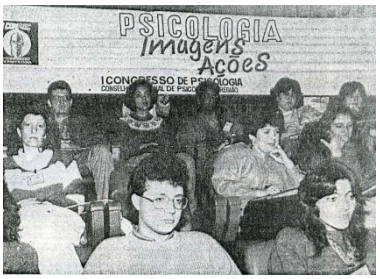
J.A.Guilhon Albuquerque, Osmyr Gabbi Jr., Marlene Guirado, Antonio Lancetti.

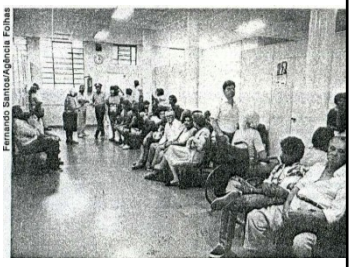
Neide Sierra

Antonio Camillo, Adalberto Boletta, Vera Stella, João Augusto F. Pereira.

Neide Sierra

Denise Monetti, Avelino Rodrigues, Marlene Zola, Leny Sato.



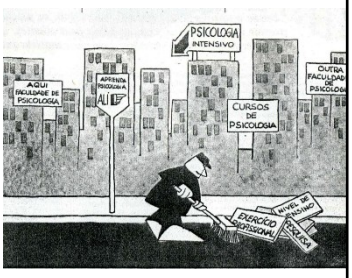


Fernando Santos/Agência Folhas

Neide Sierra

Da esquerda para a direita: Ademir Ramos, Adalberto Boletta, Nanci Buhrer, Marlene Guirado, Regina Maciel, Marlene Zola e Valter Apolinário.

Abaixo os Conselheiros assinam o Termo de Posse.



Cortesia da Prefeitura de Santos

Atividade Terapêutica dos pacientes da Casa de Saúde Anchieta

Valter B. Sobrinho - Agência Folhas

Fotos

Zeca Silva e Lima

Antonio Gaudério - A

Menino cortador de cana.

Foto: Rosa Gaudi - Ag. Folha

Foto: Verbena Porto C. Coelho - Correio Em. Mun. da Saúde - SP

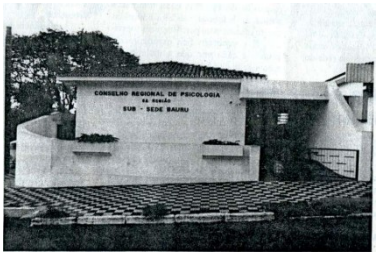
FOTO: VALENTIN BARBOSA

No Hospital Vila Nova Cachoeirinha, o respeito pelo

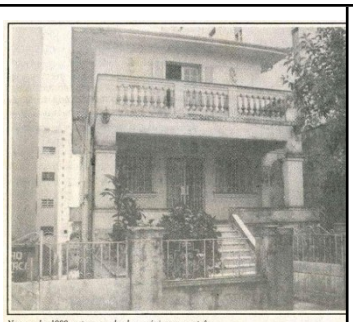
FOTO: MARIA DE LOURDES

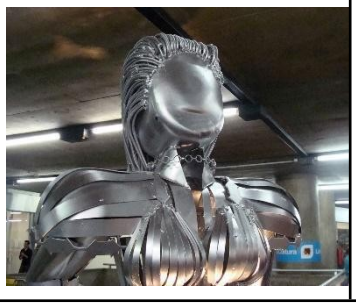
FOTO: MARILENE BERGANO

FOTO: MÁRCIO REVISES



Momento de votação: delegados regionais definem os rumos da psicologia.


Nova sede: 1000 metros quadrados, próxima ao metrô.



15º Mês do Orgulho LGBT
Pela Livre Manifestação das Orientações Sexuais e no Enfrentamento da Homofobia
2011

Conselho Regional de Psicologia SP
www.crpsp.org.br

9º Ciclo de Debates
Mesa "Eros e Psique"

INCLUSÃO SOCIAL MELHOR REMÉDIO PARA A SAÚDE MENTAL
SEDE GRANDE ABC

18 DE MAIO - DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL

NÃO

FORUM POPULAR de SAÚDE MENTAL
POR UM SUS SEM MANICÔMIOS
NA LUTA POR UMA REDE de CUIDADOS INTEGRAL PUBLICA de QUALIDADE

18 DE MAIO
DIA NACIONAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL
SaUDe NaO se VeNDe!
LoUCuRa NaO se PreNDe!

Conselho Regional de Psicologia SP

Conselho Regional de Psicologia SP

Em São Paulo, a Psicologia tem certeza: a Cura Gay não tem vez!
TRAIG

Conselho Regional de Psicologia SP

Conselho Regional de Psicologia

A LUTA SE FAZ COM VÁRIAS MÃOS

Conselho Regional de Psicologia SP

ECA
contra a redução da maioridade penal
aumentar o tempo de internação também não é solução
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

ENCONTRO DE BAURU
20 ANOS DE LUTA POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS
Quadra poliesportiva

Pela livre expressão da diversidade sexual e de gênero
em defesa da Resolução CFP 01/99
Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

CAPSI
RECRIAR

SARAU NA QUEBRADA
Conselho Regional de PSICOL
01-01-81
SANTO ANDRÉ

I Ciclo de Debates do GT
História e Memória:
Experiências Clínicas e de
Resgate de Memórias

CNP
I Ciclo de Debates do GT
História e Memória:
Experiências Clínicas e de
Resgate de Memórias
26 de outubro de 2018
Auditório do CRP SP
NOSSA LUTA CRIA

Dialogar

CREPOP recebeu na Subsede
Metropolitana psicólogas/os
do NASF de Brasilândia e região

ANGELA SOLIGO
ROGERIO HAMMNI
FERNANDA PASSARO
Conselho Federal de Psicologia
ABEP
ANO DA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA/2018
REVISÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

"UM DIA EU ACORDEI SEM MIM"
29 de setembro de 2018, das 9h às 12:30

Lançamento do
Repositório Digital
do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
LUCIA 410F A
RODRIGO TOLEDO

NOSSA LUTA CRIA:
Enfrentar as desigualdades e defender a democracia: Um dever ético para a Psicologia
NOSSA LUTA CRIA
CRP SP

NOSSA LUTA CRIA
NOSSA LUTA CRIA
CRP SP

NOSSA LUTA CRIA

Congelamento
POR UMA PSICOLOGIA ANTIRRACISTA

VII CONGRESSO
PSICOLOGIA

"VIII PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSARIO
CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO"

18 DE MAIO
CAPS SIM, MANICÔMIOS NÃO!!!
CAPS II Adulto - Cidade Ademar

FRENTE ESTADUAL DE LUTA ANTIMANICOMIAL - FEASP
MANICÔMIO NUNCA MAIS!
POR UMA DEMOCRACIA ANTIMANICOMIAL

EVENTO:
TRANS VISÍVEL

CONSELHO NACIONAL POPULAR LGBTI+

ASSIS

"MELHOR SER UM LOKO NA BOA DO QUE UM NORMAL ASFIXIADO"
Arouche
Rua do Arouche

SAÚDE MENTAL É

CAMILÃO PRESENTE!
POR UMA SOCIEDADE
ANTI MANICOMIAL e PROIBICIONISTA

PRETA GONIS
DESDE 2019

ANTIPROIBICIONISMO POR UMA QUESTÃO DE CLASSE
REPARAÇÃO POR NECESSIDADE

não há cura porque não está doente
Em defesa dos direitos LGBTQIAP+

NÃO AO MARCO

Nossos Passos Vêm de Longe
PSICOLOGIA ANTIRRACISTA

CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA
Audiência Pública
05:00

Nossos Passos Vêm de Lon
PSICOLOGIA ANTIRRACISTA
Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

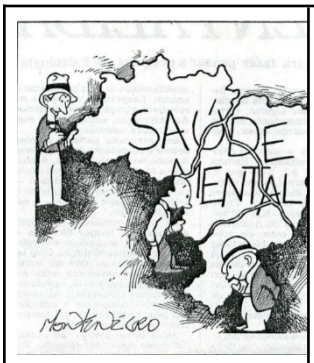
BASTA
DE FEMINICÍDIO!
CRP SP

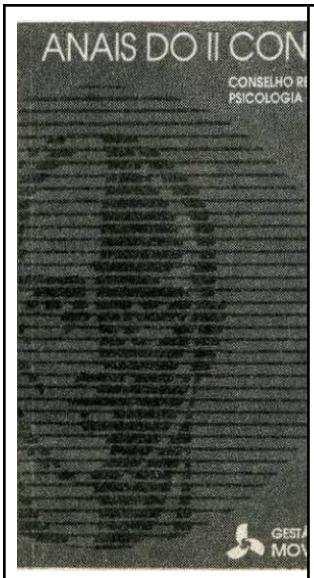
GAYLATINO

não
há cura
pois quem
não está
doente
Em defesa dos
direitos LGBTQIAP+

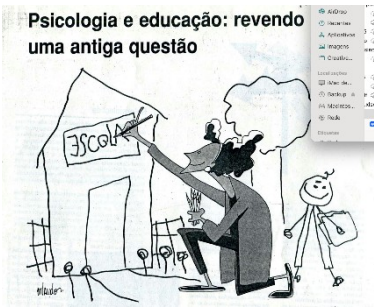
não
há cura
pois quem
não está
doente

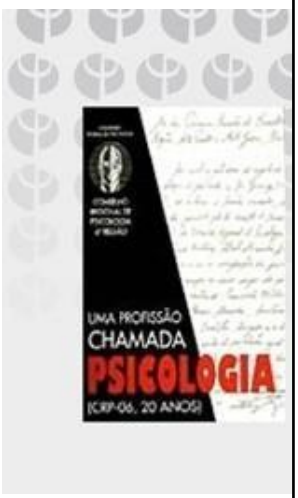
- **Material Gráfico**




ANAIS DO II CON
CONSELHO R
PSICOLOGIA

O Direito ao Ensino
Conselho reage contra portaria do Ministério da Educação
que pode impedir os psicólogos de exercerem
o magistério no 2º grau

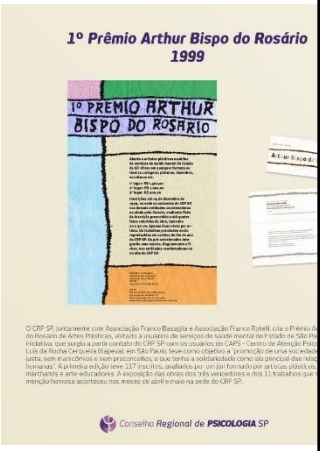

Psicologia e educação: revendo
uma antiga questão
ESCOLA


UMA PROFISSÃO
CHAMADA
PSICOLOGIA
(CRP-06, 20 ANOS)

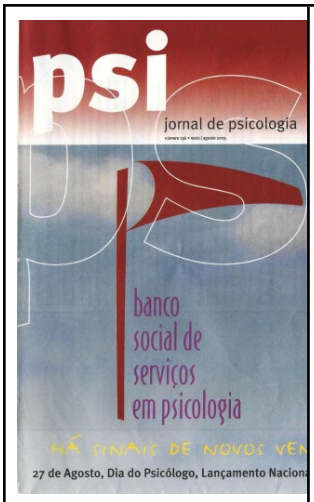
Direitos Human
Sociedade organizada quer m
a cara do Brasil
BERTRAND
Avaliação

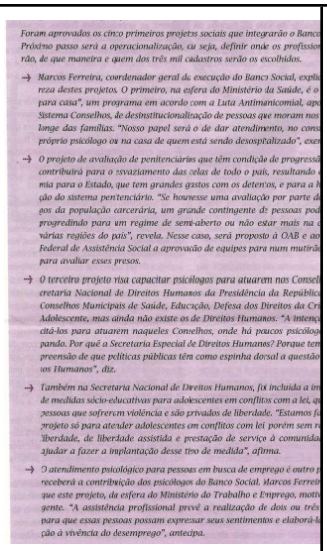
Psicologia: 35 anos de cabe
27 de agosto de 1997 • Dia do Psicólogo / 35 Anos de Regulamentação da Profissão • Conselho Regional de Psicologia

Participe da nossa roda de conv
das 12h as 15h no estande d
CRP SP, com o tema:
Pela livre expressão
da diversidade sexua
e de gênero.
Em defesa da Resolução CFP 01
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP


1º Prêmio Arthur Bispo do Rosário
1999
1º PREMIO ARTHUR
BISPO DO ROSARIO
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

psi
jornal de psicologia
crp sp
Políticas públicas comemoram
o lançamento do Banco Social
→ De Volta para Casa é o primeiro projeto definido
Psicologia social é reconhecida como especialidade





Foram aprovados os cinco primeiros projetos sociais que integrarão o Banco
Próximo passo será a operacionalização, ou seja, definir onde os profissio
rão, de que maneira e quem dos três mil cadastros serão os escolhidos.

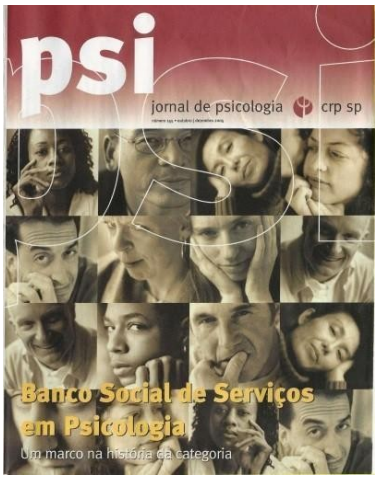
→ Marcos Ferreira, coordenador geral da execução do Banco Social, expli
reza destes projetos. O primeiro, na esfera do Ministério da Saúde, é o
para casa", um programa em acordo com a Luta Antimanicomial, apo
Sistema Conselhos, de desinstitucionalização de pessoas que moram nos
longe das famílias. "Nosso papel será o de dar atendimento, no cons
próprio psicólogo ou na casa de quem está sendo desospitalizado", exe

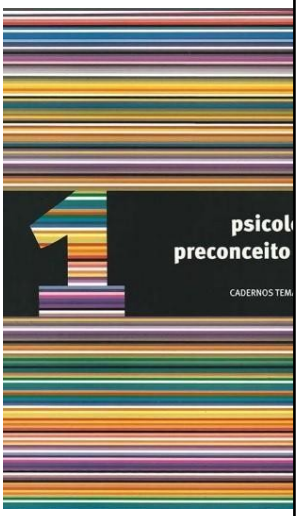
→ O projeto de avaliação de penitenciárias que têm condição de progressã
contribuirá para o esvaziamento das celas de todo o país, resultando
mia para o Estado, que tem grandes gastos com os detentos, e para a h
ção do sistema penitenciário. "Se houvesse uma avaliação por parte d
ros da população carcerária, um grande contingente de pessoas pod
progredindo para um regime de semi-aberto ou não estar mais na
várias regiões do país", revela. Nesse caso, será proposto à OAB e ao
Federal de Assistência Social a aprovação de equipes para num mutirão
para avaliar esses presos.

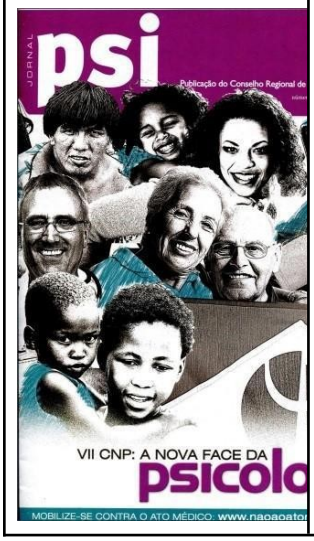
→ O terceiro projeto visa capacitar psicólogos para atuarem nos Conselh
cretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República
Conselhos Municipais de Saúde, Educação, Defesa dos Direitos da Cri
Adolescente, mas ainda não existe os de Direitos Humanos. "A intenç
citá-los para atuarem naqueles Conselhos, onde há poucos psicólog
pando. Por quê a Secretaria Especial de Direitos Humanos? Porque tem
preensão de que políticas públicas têm como espinha dorsal a questão
os Humanos", diz.

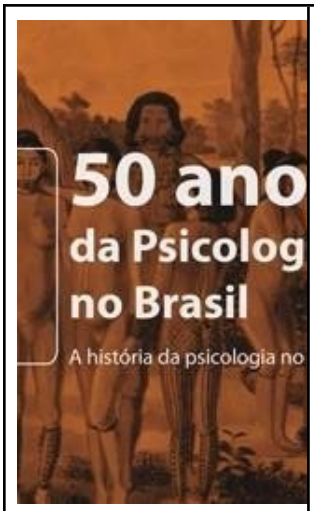
→ Também na Secretaria Nacional de Direitos Humanos, foi incluída a im
de medidas sócio-educativas para adolescentes em conflitos com a lei, q
pessoas que sofrerem violência e são privados de liberdade. "Estamos fa
projeto só para atender adolescentes em conflitos com lei porém sem re
liberdade, de liberdade assistida e prestação de serviço à comunida
ajudar a fazer a implantação desse tipo de medida", afirma.

→ O atendimento psicológico para pessoas em busca de emprego é outro p
receberá a contribuição dos psicólogos do Banco Social. Marcos Ferrei
que este projeto, da esfera do Ministério do Trabalho e Emprego, mont
gente. "A assistência profissional prevê a realização de dois ou três
para que essas pessoas possam expressar seus sentimentos e elaborá-l
ção à vivência do desemprego", antecipa.





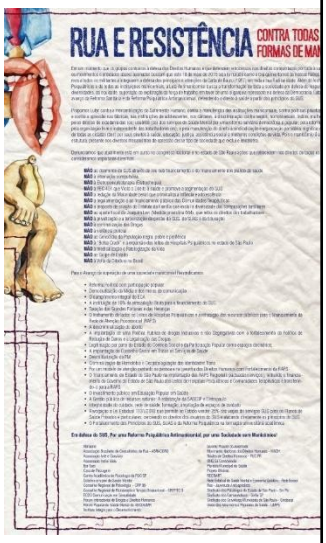


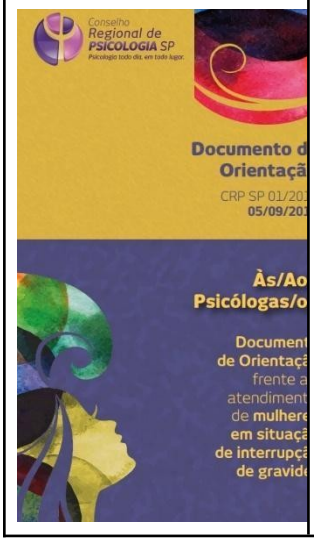

50 ano
da Psicolog
no Brasil
A história da psicologia no

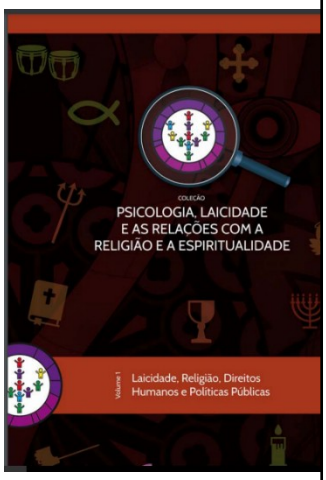
Psicologia:
somando diferenças,
chegamos aos 40

psi
Conselho Regional
de Psicologia SP
A subjetividade
no país do futebol
Copa do Mundo no Brasil divide opiniões,
traz à tona contradições e suscita debate sobre
a fragilidade da democracia

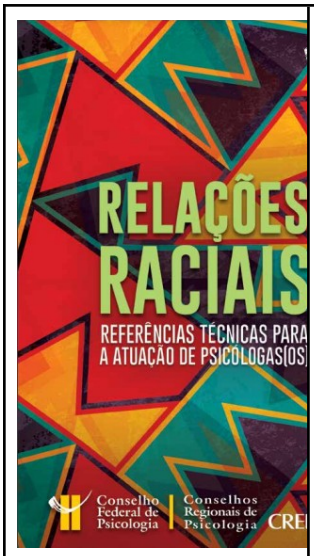
Contra o ge
popula
subsídios
teóricos para

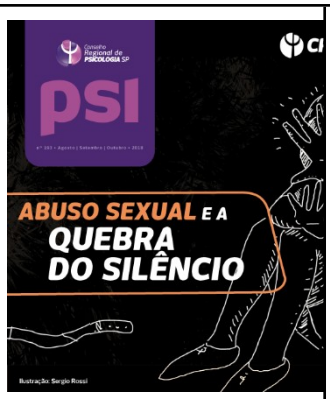

RUA E RESISTÊNCIA
CONTRA TODAS
FORMAS DE MA


Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP
Psicologia todo dia, em todo lugar.
Documento d
Orientaçã
CRP SP 01/20
05/09/20
Às/Ao
Psicólogas/o
Document
de Orientaçã
frente a
atendiment
de mulhere
em situaçã
de interrupçã
de gravid

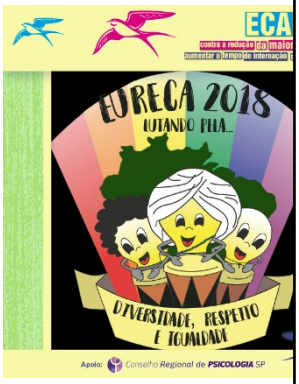

COLEÇÃO
PSICOLOGIA, LAICIDADE
E AS RELAÇÕES COM A
RELIGIÃO E A ESPIRITUALIDADE
Volume I
Laicidade, Religião, Direitos
Humanos e Políticas Públicas

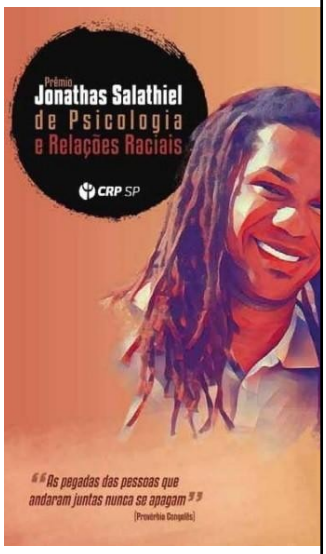
PRÊMIO MARCUS VINÍCIUS
DE PSICOLOGIA E
DIREITOS HUMANOS
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP


RELAÇÕES
RACIAIS
REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA
A ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)
Conselho Federal de Psicologia
Conselhos Regionais de Psicologia


Conselho Regional de PSICOLOGIA SP
psi
ABUSO SEXUAL E A
QUEBRA
DO SILÊNCIO
Ilustração: Sergio Rossi

Conselho Regional de PSICOLOGIA SP
psi
CRP SP
A DIMENSÃO
SUBJETIVA DO
ÓDIO
crpsp

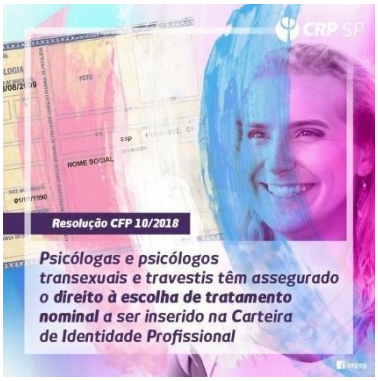

ECA
EUREKA 2018
LUTANDO PELA...
DIVERSIDADE, RESPEITO
E TOLERÂNCIA
Apoio: Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

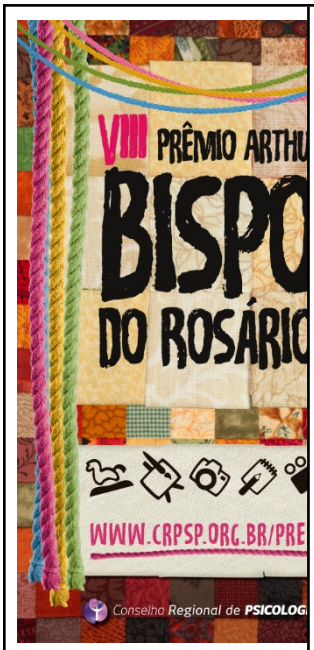

Prêmio
Jonathas Salathiel
de Psicologia
e Relações Raciais
CRP SP
"As pegadas das pessoas que
andaram juntas nunca se apagam"
(Provérbio Congolês)

Conselho Regional de PSICOLOGIA SP
psi
CRP SP
CRP SP LANÇA
REPOSITÓRIO
DIGITAL
crpsp

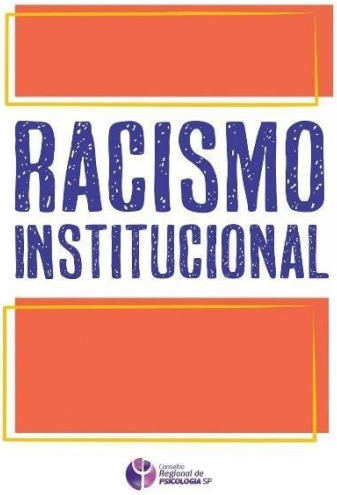
CRP SP
5 DE SETEMBRO
Dia Internacional da
Mulher Indígena

REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃ
DE PSICÓLOGAS(OS) EM POLÍTICAS PÚBL
DE MOBILIDADE HUMANA E TRÂNSITO
Conselho Federal de Psicologia
Conselhos Regionais de Psicologia


CRP SP
NOME SOCIAL
Resolução CFP 10/2018
Psicólogas e psicólogos
transexuais e travestis têm assegurado
o direito à escolha de tratamento
nominal a ser inserido na Carteira
de Identidade Profissional
crpsp


VIII PRÊMIO ARTHU
BISPO
DO ROSÁRIO
WWW.CRPSP.ORG.BR/PRE
Conselho Regional de PSICOLOG

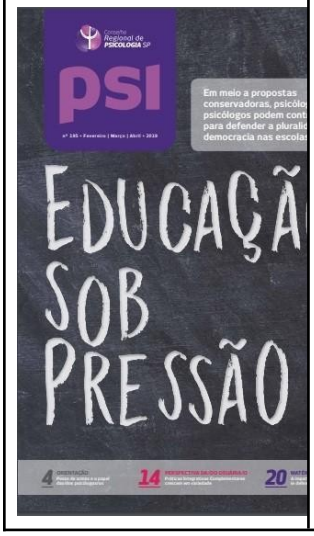
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP
psi
RESISTÊNCIA EM TEMPOS DE DESMONTE DO SUS
12
24
26


RACISMO
INSTITUCIONAL
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

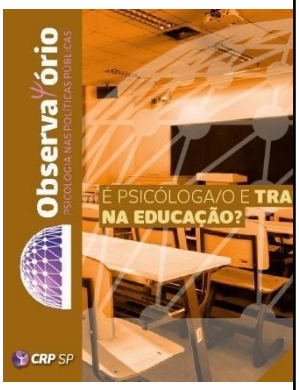
Conselho Regional de PSICOLOGIA SP
psi
Contra o capacitismo e pela acessibilidade
Oficinas em todo o estado de São Paulo sensibilizaram e orientaram sobre preconceitos e desafios enfrentados por Pessoas com Deficiência
crpsp

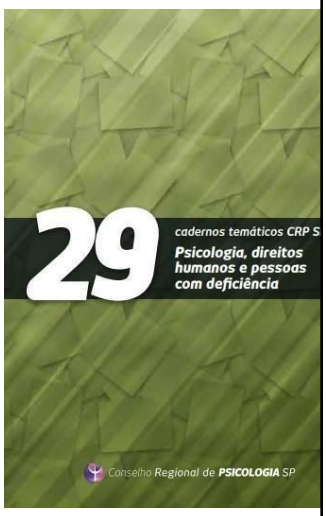
CRE
Consulta pública do CREPOP:
Atuação de psicólogas/os em Programas de IST/HIV/Aids
CRP SP

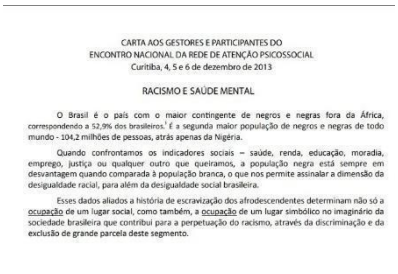
CONSULTA PÚBLICA DO CREPOP
REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEIXE SUA CONTRIBUIÇÃO
CRP SP


Conselho Regional de PSICOLOGIA SP
psi
Em meio a propostas conservadoras, psicólo
psicólogos podem cont
para defender a pluralid
democracia nas escola
EDUCAÇÃ
SOB
PRESSÃO
4
14
20

A PSICOLOGIA PELO FIM DA
VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
ATO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER
8 DE MARÇO, SEXTA FEIRA, ÀS 16H
VÃO LIVRE DO MASP







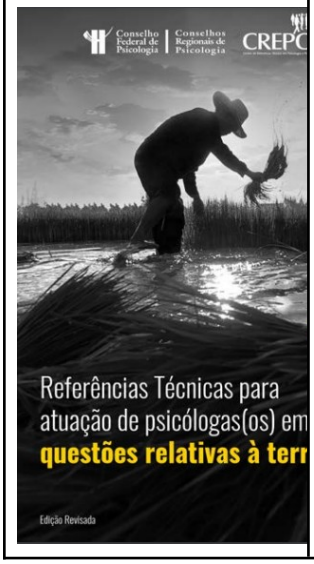
CARTA AOS GESTORES E PARTICIPANTES DO
ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL
Curitiba, 4, 5 e 6 de dezembro de 2013

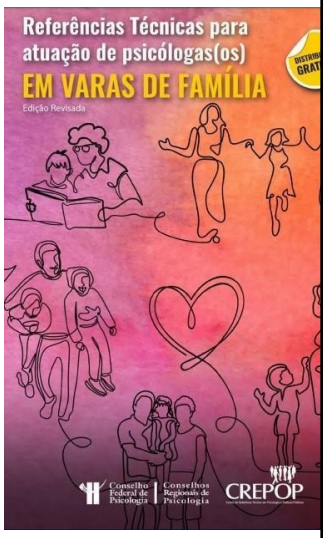
RACISMO E SAÚDE MENTAL

O Brasil é o país com o maior contingente de negros e negras fora da África, correspondendo a 52,9% dos brasileiros.[1] É a segunda maior população de negros e negras de todo mundo - 104,2 milhões de pessoas, atrás apenas da Nigéria.

Quando confrontamos os indicadores sociais – saúde, renda, educação, moradia, emprego, justiça ou qualquer outro que queiramos, a população negra está sempre em desvantagem quando comparada à população branca, o que nos permite assinalar a dimensão da desigualdade racial, para além da desigualdade social brasileira.

Esses dados aliados a história de escravização dos afrodescendentes determinam não só a ocupação de um lugar social, como também, a ocupação de um lugar simbólico no imaginário da sociedade brasileira que contribui para a perpetuação do racismo, através da discriminação e da exclusão de grande parcela deste segmento.



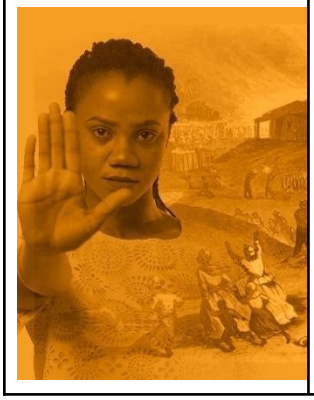


BASTA!
Frantz Fanon

NÃO FOI ACIDEN
É GENOCÍDI
Apoio a nota pública da coalizão negra por direito

16 DIAS DE ATIVISMO
PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
CRP SP

DIREITO DAS PESSOAS CO
DEFICIENCIA SOB ATAQUE
POR RELAÇÕES E UMA
SOCIEDADE INCLUSIVA
CRP SP



PSICOLOGIA E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

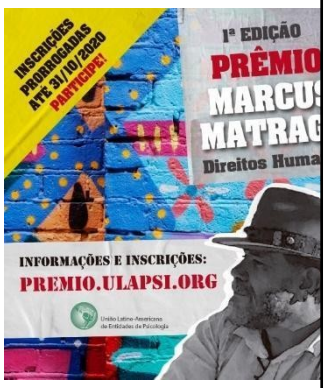
#SaúdeMentaldaPopulaçãoNegraImporta!

A importância de falar sob
saúde mental
o ano inteiro
CRP SP

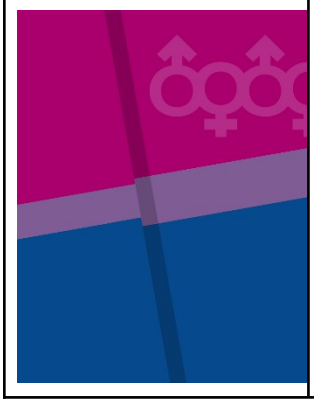
CRP SP REPUDIA O DECRETO QUE INSTITUI A "POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL"
O Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, é contrário ao modelo social pautado na inclusão das pessoas com deficiência. Possibilita retrocessos aos direitos já garantidos em âmbito legislativo e constitucional.
#FiqueemCasa
CRP SP

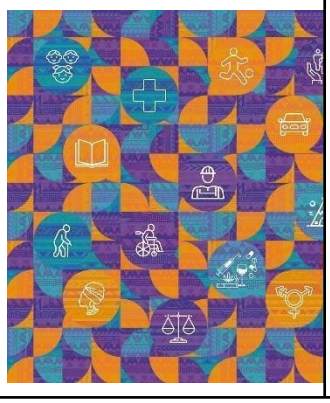
19 de abril
Dia dos Povos Indígenas
#FiqueemCasa

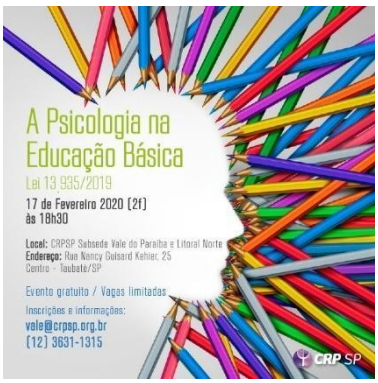
CRP SP
Virgínia Leone Bicudo:
uma história de luta, resistência e pioneirismo
13 de março de 2020
(sexta-feira) das 18h às 22h
Auditório do CRP SP
R. Arruda Alvim, 89, Jd. América, São Paulo/SP
Próximo ao Metrô Clínicas

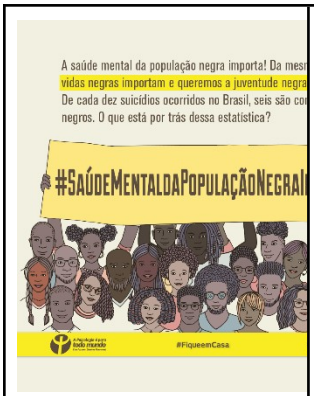

INSCRIÇÕES PRORROGADAS ATÉ 31/10/2020 PARTICIPE!
1ª EDIÇÃO
PRÊMIO
MARCUS
MATRAG
Direitos Huma
INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES:
PREMIO.ULAPSI.ORG

SOU PSICÓLOGA/O
E LUTO PELOS
DIREITOS DA
POPULAÇÃO LGBTQIA+





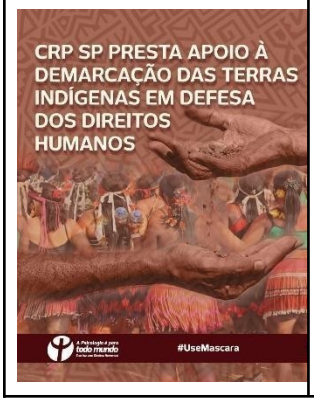

A Psicologia na Educação Básica
Lei 13.935/2019
17 de Fevereiro 2020 (2f)
às 18h30
Local: CRPSP Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte
Endereço: Rua Nancy Guisard Kehler, 25
Centro - Taubaté/SP
Evento gratuito / Vagas limitadas
Inscrições e informações:
vale@crpsp.org.br
(12) 3631-1315
CRP SP


A saúde mental da população negra importa! Da mesm
vidas negras importam e queremos a juventude negra
De cada dez suicídios ocorridos no Brasil, seis são co
negros. O que está por trás dessa estatística?
#SaúdeMentaldaPopulaçãoNegraI
#FiqueemCasa

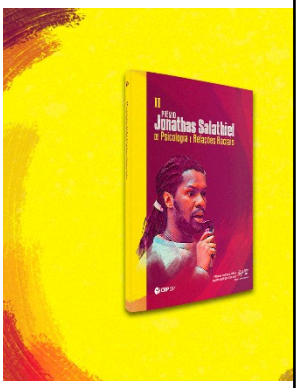
A Psicologia é para todo mundo
SEMINÁRIO
FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA PANDEMI DA COVID-19: IMPACTOS DA PORTARIA MEC Nº 544
Relatório Estadual Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
JULHO DE 2020

CRP SP é signatário da "Nota de repúdio à portaria do Ministério da Saúde que impõe entraves à realização de procedimento previsto em lei de interrupção de gravidez em caso de estupro"
#FiqueemCasa
CRP SP

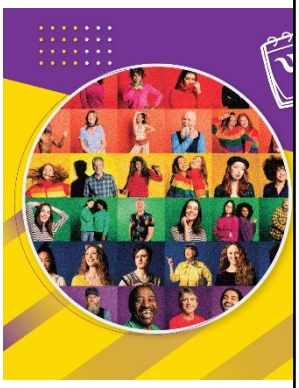
29 DE JANEIRO
DIA NACIONAL DA
VISIBILIDADE
TRANS

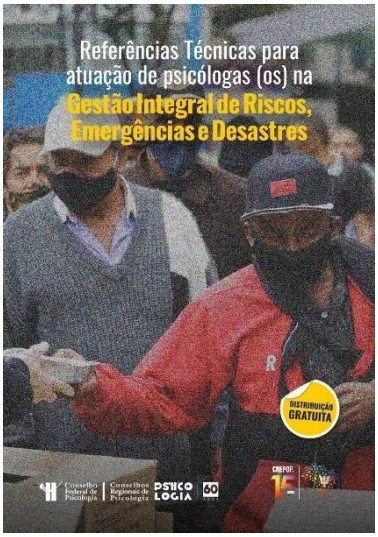

CRP SP PRESTA APOIO À DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
#UseMascara

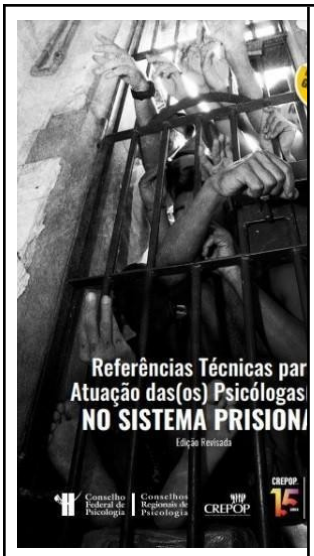
19 DE AGOSTO
LUTA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
#FiqueemCasa


Jonathas Salathiel

06 DE JULHO
ANIVERSÁRIO DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI)
#FiqueemCasa

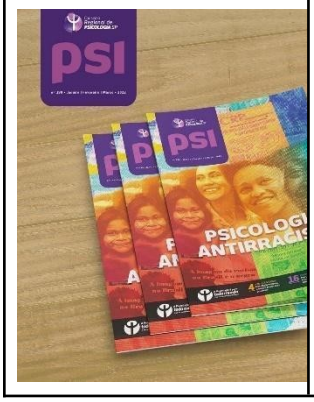


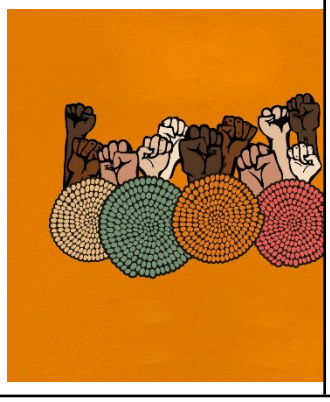

Referências Técnicas para atuação de psicólogas (os) na
Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA


Referências Técnicas par
Atuação das(os) Psicólogas
NO SISTEMA PRISIONA
Edição Revisada
Conselho Federal de Psicologia
Conselhos Regionais de Psicologia
CREPOP

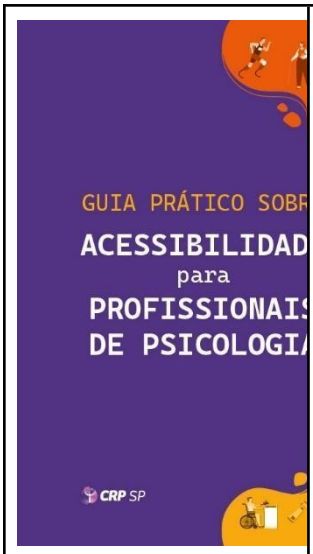
GUIA PRÁTICO SOBRE
ACESSIBILIDADE
para
PROFISSIONAIS
DE PSICOLOGIA

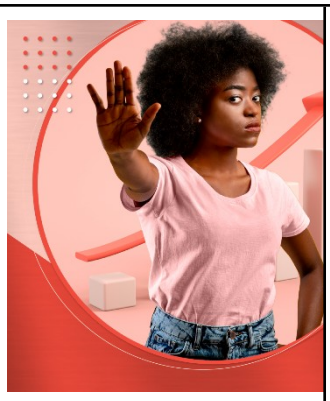
#UseMascara
CRP SP

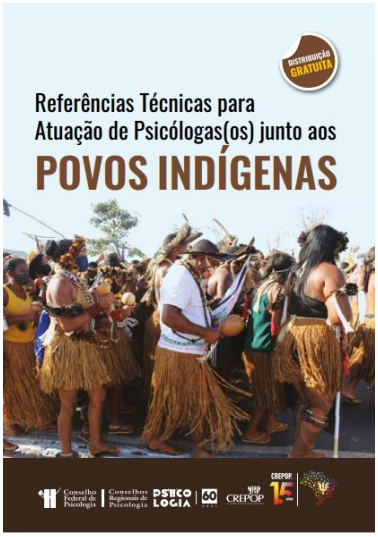

psi
psi
PSICOLOGI
ANTIRRACIS



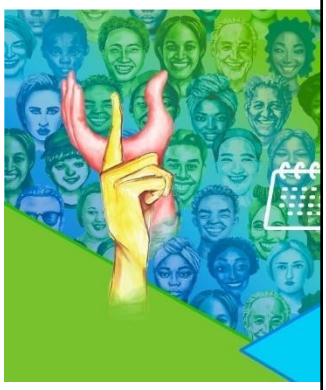
21 DE
MARÇO
DIA INTERNACIONAL
DA LUTA CONTRA A
DISCRIMINAÇÃO RACIAL
#UseMascara
CRP SP


GUIA PRÁTICO SOBR
ACESSIBILIDAD
para
PROFISSIONAIS
DE PSICOLOGIA
CRP SP

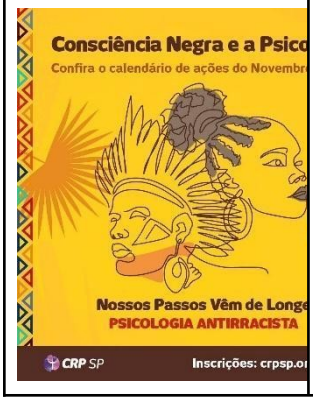



DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
Referências Técnicas para
Atuação de Psicólogas(os) junto aos
POVOS INDÍGENAS

NOTA PÚBLICA
CRP SP manifesta apoio à
Resolução CNJ que institui
política antimanicomial
CRP SP



CRP SP

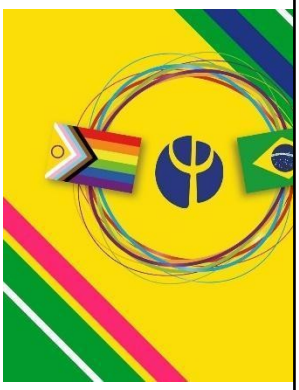

Consciência Negra e a Psico
Confira o calendário de ações do Novembr
Nossos Passos Vêm de Longe
PSICOLOGIA ANTIRRACISTA
CRP SP
Inscrições: crpsp.or

CFP VAI AO
GOVERNO
FEDERAL PARA
POSICIONAMENTO
SOBRE
COMUNIDADES
TERAPÊUTICAS
Conselho Federal de Psicologia

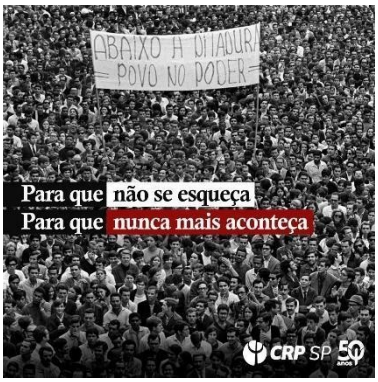
08 DE MARÇO
DIA INTERNACIONAL
DA MULHER
CRP SP

psi
Construir o Futu
Perspectivas da Psicol
na nova conjuntura
política brasileira

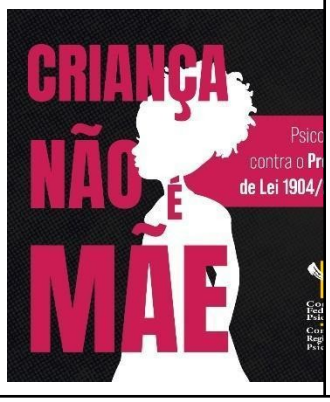
29 DE JANEIRO
DIA NACIONAL
DA VISIBILIDADE
TRANS
CRP SP



14 DE A
DIA NACIO
DE LUTA P
EDUCA
INCLUS


ABAIXO A DITADURA
POVO NO PODER
Para que não se esqueça
Para que nunca mais aconteça
CRP SP 50

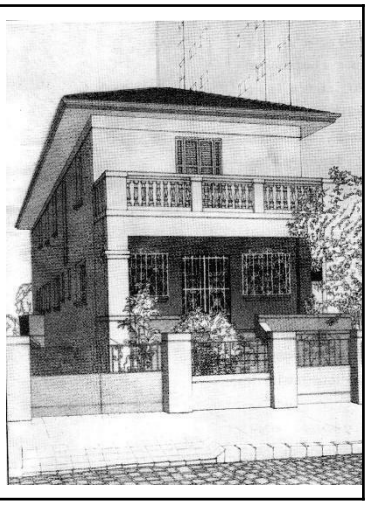
NOTA PÚBLICA
08/01: CRP SP
lança nota em
defesa da democracia
CRP SP


CRIANÇA
NÃO É
MÃE
Psico
contra o Pr
de Lei 1904/

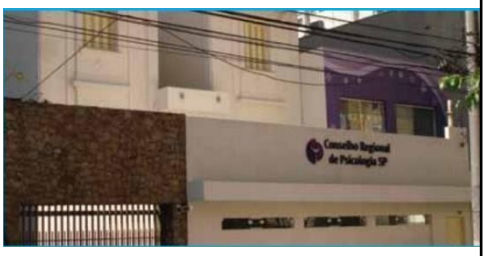
25 DE JULHO
DIA NACIONAL DE
TEREZA DE
BENGUELA
DIA INTERNACIONAL DA
MULHER NEGRA
LATINO-AMERICANA
E CARIBENHA
CRP SP 50

		Conselho Regional de Psicologia SP
Conselho Regiona PSICOLO		

- **Sedes**

Na capa deste folheto, a fachada da nova sede do CRP-06, à Rua Borges Lagoa, no bairro de Vila Mariana, em São Paulo.

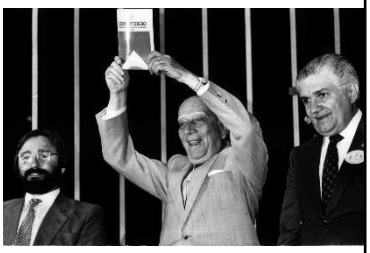


- **Fotos externas**

ABAIXO A DITADURA
POVO NO PODER

Eu quero votar pra Presidente
VENHA EXIGIR SEU DIREITO NO
GRANDE COMÍCIO DAS DIRETAS
DIA 25 - PRAÇA DA SÉ - 16 HORAS

SÃO PAULO EXIGE DIRETAS JÁ



CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL

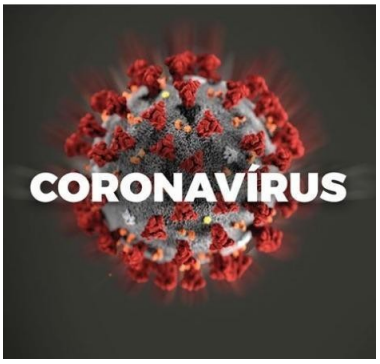
LEI MARIA DA PENHA
11.340/2006

A inclusão não é favor e nem deve
um privilégio só de algu
A INCLUSÃO É U
DIREITO DE TODO
"Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhum tipo de discriminação."
Lei n. 13.146/2015, art. 4º

MAKE AMERICA GREAT AGAIN!
iStock
Credit: olya_steckel
Editorial use only

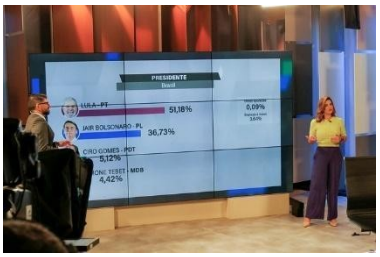
NÃO VOU COLOCAR MEU NOME NESTA INFÂMIA

Transexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS
Decisão reforça a Resolução CFP nº 01/2018, que orienta a atuação profissional de psicólogas(os) para que travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias


CORONAVÍRUS

iStock
Credit: kadirkaba

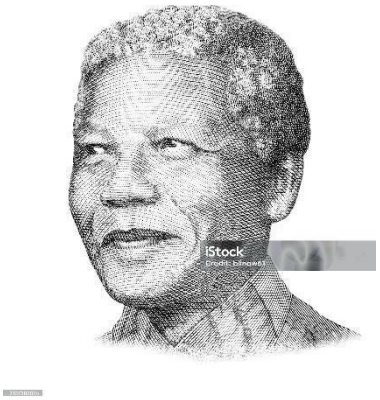
16 dias de ativismo
Pelo fim da violência contra mulheres e menin
CFP integra mobilização global
PSICOLOGIA
60


PRESIDENTE
Brasil
LULA - PT
51,18%
JAIR BOLSONARO - PL
36,73%
CIRO GOMES - PDT
5,12%
SIMONE TEBET - MDB
4,42%

CONSTITUIÇÃO

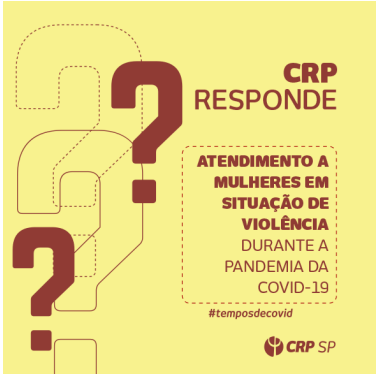
banco
social de
serviços
em psicologia

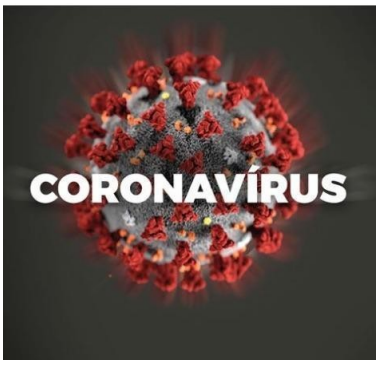
iStock

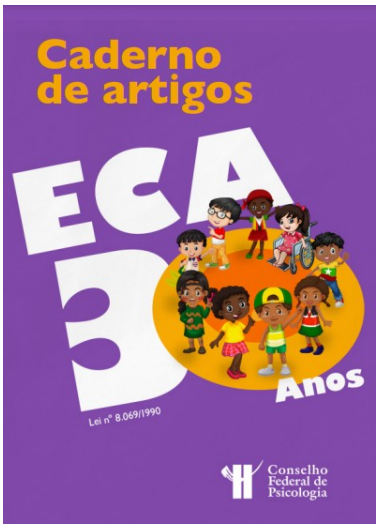

iStock

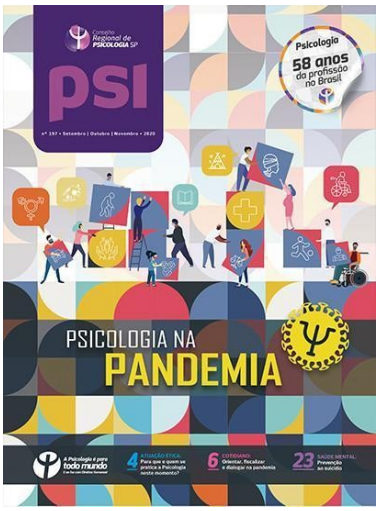
Linha do Tempo

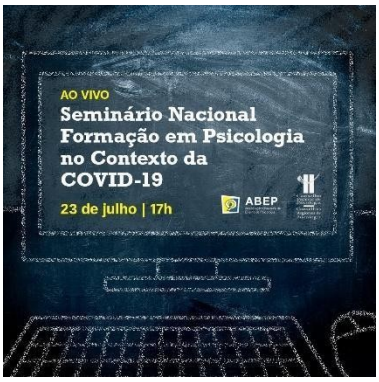
2020



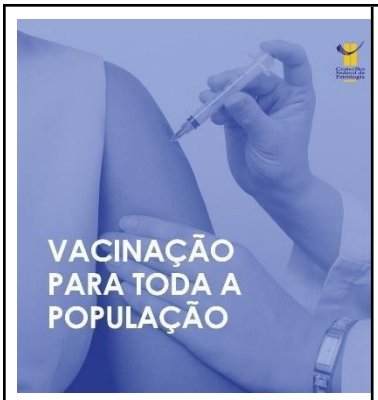


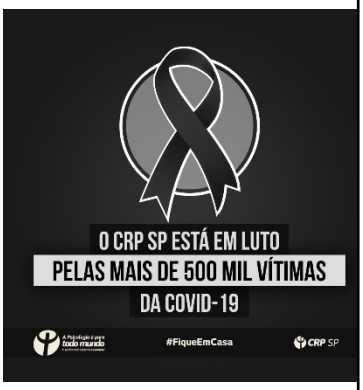






2021





Jornal do CRP /06

JANEIRO/FEVEREIRO - 1981

ANO 1

Nº 1

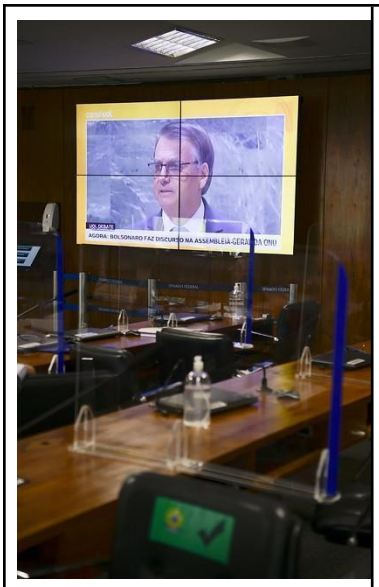
ORGÃO OFICIAL DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª REGIÃO

Em Santos, a atuação do CRP

Anuidade: por que aumentamos 100% ?

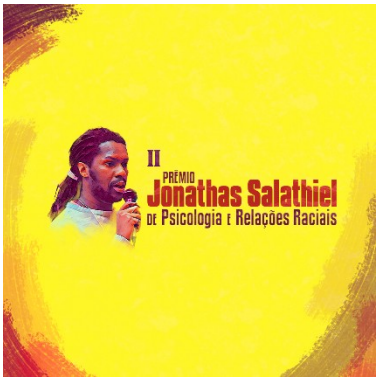
Psicólogo em educação: chegou a sua vez
(Pág 4)

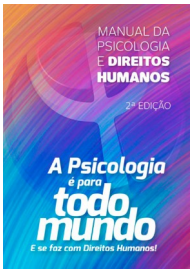
Finalmente, alguém se lembra do doente mental
(Pág 4)

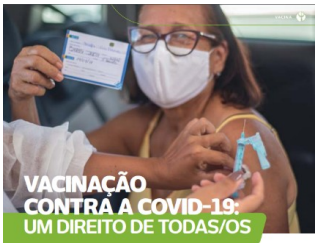


SÉRIE
CRP SP
ORIENTA

CREPOP
15
anos

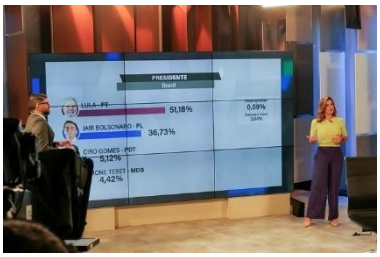

II
PRÊMIO
Jonathas Salathiel
de Psicologia e Relações Raciais

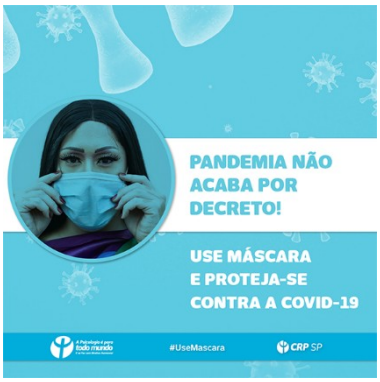

MANUAL DA
PSICOLOGIA
E DIREITOS
HUMANOS
2ª EDIÇÃO
A Psicologia
é para
todo
mundo
E se faz com Direitos Humanos!


VACINAÇÃO
CONTRA A COVID-19:
UM DIREITO DE TODAS/OS

2022

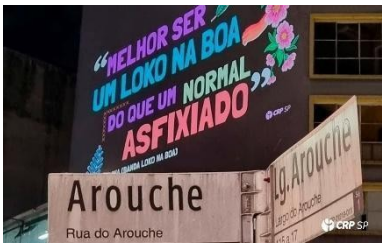
NOTA TÉCNICA E ORIENTATIVA DO CRP SP:
A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE PSICÓLOGAS/OS NO ATENDIMENTO ÀS PESSOAS INTERSEXO

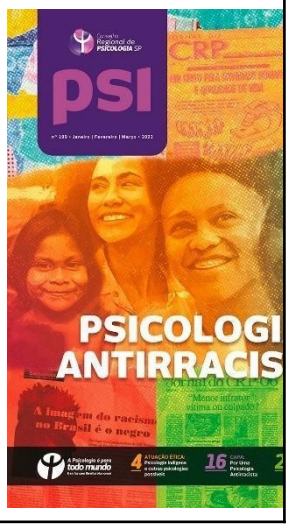

PRESIDENTE
Brasil
51,18%
36,73%
5,12%
4,42%

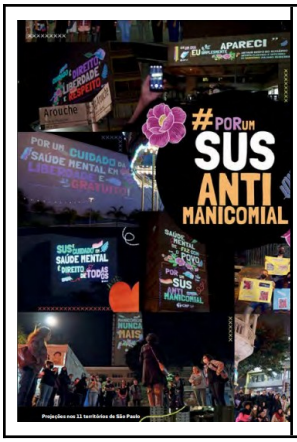

PANDEMIA NÃO ACABA POR DECRETO!
USE MÁSCARA E PROTEJA-SE CONTRA A COVID-19
#UseMascara
CRP SP

01 DE MAIO
DIA INTERNACIONAL DAS TRABALHADORAS/ES
#UseMascara

iStock

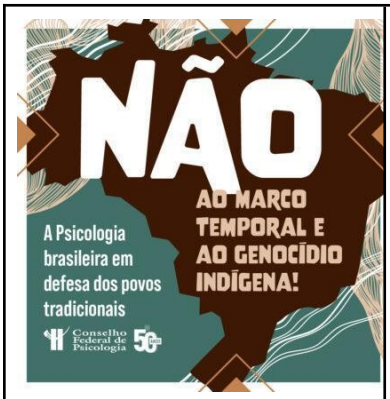

"MELHOR SER UM LOKO NA BOA DO QUE UM NORMAL ASFIXIADO"
Arouche
Rua do Arouche
CRP SP

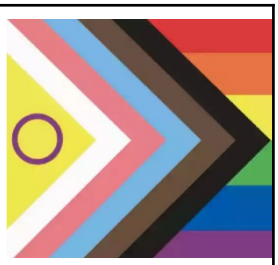

psi
PSICOLOGI
ANTIRRACIS



6º CONGRESS
PSICOLOGI

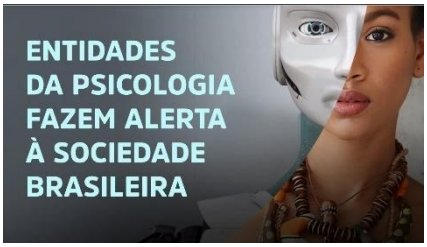
2023





DH
75
ANOS
10 DE DEZEMBRO
DIA INTERNACIONAL DOS
DIREITOS HUMANOS
75 ANOS DA
DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS
CRP SP

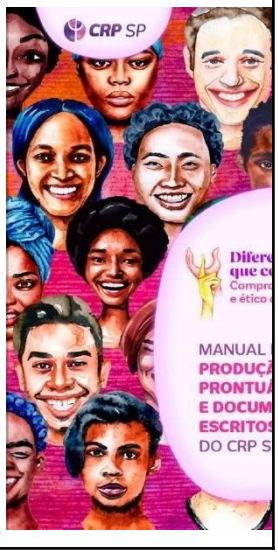
DH
75
ANOS


ENTIDADES
DA PSICOLOGIA
FAZEM ALERTA
À SOCIEDADE
BRASILEIRA

LETALIDADE DA
POPULAÇÃO LGBTQIA+
Pesquisa apresentada ao
CFP denuncia a morte de
uma pessoa LGBTQIA+
a cada 38 horas
Conselho
Federal de
Psicologia

CAOS
CONGRESSO ACADÊMICO DE SABERES EM PSI
PSICOLOGIA E DIREITOS HUMANO
20 A 25 DE NOVEMBRO

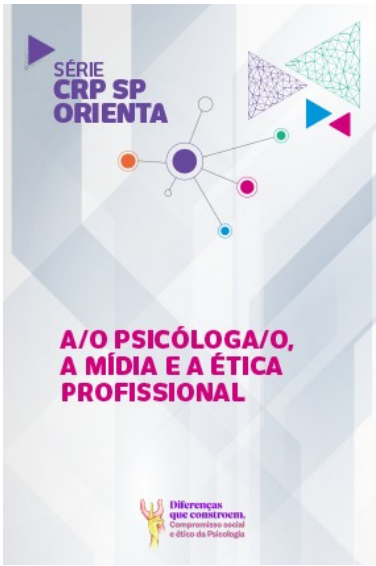
DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA
Referências Técnicas para
Atuação de Psicólogas,
Psicólogos e Psicólogues em
Políticas Públicas para
POPULAÇÃO LGBTQIA+
Conselho
Federal de
Psicologia
Conselhos
Regionais de
Psicologia
CREPOP

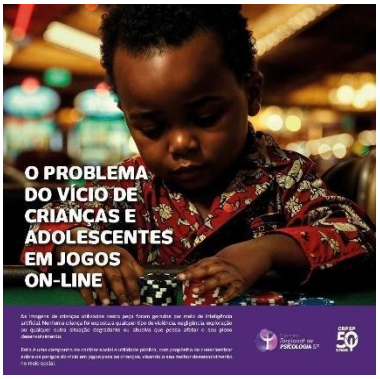

CRP SP
MANUAL
PRODUÇÃ
PRONTUÁ
E DOCUM
ESCRITOS
DO CRP S

2024

05 DE JUNHO
DIA MUNDIAL DO
MEIO AMBIENTE
CRP SP 50 anos

não
há cura
para quem
não está
doente
Confira programação
do CRP SP e CFP nas ações da
28ª Parada do Orgulho LGBT+
de São Paulo
CRP SP 50 anos
Conselho Federal de Psicologia


SÉRIE
CRP SP
ORIENTA
A/O PSICÓLOGA/O,
A MÍDIA E A ÉTICA
PROFISSIONAL
Diferenças que constroem.
Compromisso social e ético da Psicologia


O PROBLEMA
DO VÍCIO DE
CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
EM JOGOS
ON-LINE

5.7 Listagem dos arquivos digitais enviados

5.7.1 Fontes e referências

Pasta: Diversos

- BIBLIOGRAFIA CONSULTADA revisada 15_09_2024
- Caderno-de-Deliberações-do-I-CNP- processo constituinte
- Cadernos CRP-06 Entrevistas - Franco Rotelli Fúlvia Rosemberg
- Crepop - Jornal Psi 198
- Eduardo Freitas Prates.Dissertação
- Interação entre estudantes cotistas e não cotistas e sua influência na integração social e desempenho acadêmico na universidade
- livro_fenpb
- manual de psicologia e direitos humanos
- Maria Imaculada.Citações a Periódicos
- Maria Imaculada.dissertação.ReBAP
- O surgimento da esquerda
- Observatório de Políticas Públicas - CRP SP
- Relatório final de práticas psicológicas na pandemia de covid-19
- Virgínia Leone Bicudo_ construindo e difundindo a psicanálise no Brasil

Pasta: Edições Comemorativas

- 50 anos exposição_2012
- 20 Anos - uma profissão chamada psicologia
- 30 anos dezembro 2004.indd
- 35 anos de Comunicação e Desafios
- 50 Anos CRP_ Jornal Psi 205_2024
- 60 ANOS. Jornal Psi 201
- Linha do tempo.100 anos.cfp
- Poster 60 anos

Pasta: Formação em Psicologia

- Cartilha-Ano-da-Formação-em-Psicologia
- Currículo_ quais mudanças ocorreram desde 1962_ Currículo_ quais mudanças ocorreram desde 1962
- Dez tendências para a psicologia em 2024 - Cursos e Pós-Graduação em Psicologia - Instituto Suassuna
- Formação em Psicologia no Brasil_ Aspectos Históricos e Desafios Contemporâneos
- Impacto da pandemia na formação em psicologia
- SciELO - Brasil - Currículo_ quais mudanças ocorreram desde 1962_ Currículo_ quais mudanças ocorreram desde 1962
- TRAJETÓRIAS DE ESTUDANTES COTISTAS PARA O INGRESSO NUMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Pasta: História da Psicologia

- 60 anos Jornal Psi 201
- 70 Anos da Sociedade de Psicologia - depoimento Waldecy
- A Psicologia no Brasil -SciELO – Brasil
- A Psicologia no Brasil
- CFP_Dicionario_Historico
- Comemoração do 70º aniversário de Fundação da Sociedade de Psicologia de São Paulo
- Conheça o Histórico da SBP, relatado por Ricardo Gorayeb e Reinier Rozestraten
- História da Psicologia _Revista_psicologia_completa
- História da Psicologia_pesquis_formaçã_ensino
- HIstória da Psicologia.José A. D. Abib
- Os 70 anos da Associação de Psicologia de São Paulo antiga Sociedade de Psicologia de São Paulo
- Para_uma_dimensao_etica_da_pratica_psicologica_em_
- Psi Site do CRPSP - História e Memória da Psicologia em SP - Percursos da Psicologia Clínica em São Paulo – Artigo

- QuemPsicologoBrasileiro
- Revista-Diálogos-60anos-1801
- SciELO - Brasil - 50 Anos
- SciELO - Brasil - A Psicologia no Brasil_ um ensaio sobre suas contradições
- Sessenta Anos da Profissão de Psicóloga_ Scielo

Pasta: Memória do CRP SP

- 10 anos CEDOC-Jornal Psi 197
- 50 Anos CRP_ Jornal Psi 205_2024
- 20150526-PROJETO CEDOC GESTAO ACERVO
- Conselhos Federal e Regionais de Psicologia completam 50 anos de mobilização e luta – CFP
- O que faz o CRP_ psi 204
- Psicologia e resgate de memoria
- Resolucao-CRP-005-20-Institui-a-Comissao-Historia-e-Memoria-final

Pasta: Reforma Psiquiátrica - luta antimanicomial

- Brasil sem Manicômios no ano 2000
- Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde
- CARTA-DE-BAURU-30-ANOS
- Declaração de Caracas
- Elisa Zaneratto Rosa.tese.Doutorado
- I Conferência Nacional de Saúde Mental - Relatório Final
- JORNAL DO CRP N 81 1993
- Jornal Psi 200-comunidades_terapeuticas
- Jornal Psi 200
- Lei 10216_2001 - Lei Paulo Salgado
- Luta antimanicomial_ processo contra psicólogos é extinto pela Justiça _ CFP
- Manifesto-de-Bauru

- Marcos históricos da Reforma Psiquiátrica Brasileira_ Transformações na legislação, na ideologia e na práxis
- Notícias
- Por um sus antimanicomial_Ribeirão Preto_2022
- Psicoterapias
- Relatório 8a. Conferência Nacional de Saúde
- Relatório I Conferência Saúde Mental_1987
- Relatório_Inspeção_HospPsiq
- Revista temática_cuidado em liberdade
- Uma breve e recente história da Reforma Psiquiátrica brasileira – Desinstitute

Pasta: Relatórios de Gestão

- Gestão 1983-1986_Jornal CRP 45_86
- Gestão 1986-1989_Jornal CRP 62_1989
- Gestão 1989-1992_Jornal CRP 79_1992
- Gestão 1992-1995_Jornal CRP 95_1995
- Gestão 1992-1995
- Gestão 2007-2010_ Jornal Psi 166_2010
- Relatório de gestão 2007-2010
- Relatório de gestão 2010-2013 XIII Plenário
- Relatório de gestão 2013_2016
- Relatório de gestao 2016-2019 XV
- Relatório de gestão2019-2022

5.8 Transcrição das entrevistas

Durante a pesquisa sobre os 50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo foram realizadas com a participação da equipe da Enfoque Consultoria e Pesquisa em História nove entrevistas com profissionais ligados ao CRP SP e/ou a história da Psicologia em São Paulo. Destas, seis foram realizadas junto à equipe de Comunicação do CRP SP e as demais pela equipe da Enfoque.

Apresentamos a seguir as transcrições, assim como um breve resumo da fala de cada um dos entrevistados. As transcrições são praticamente literais a fim de manter o ritmo da fala dos depoentes. Eliminamos apenas alguns vícios de linguagem, repetições, etc.

Entrevistas:
Arrigo Leonardo Angelini
Marcos Antônio de Toledo
Maria da Graça Marchina Gonçalves
Maria Imaculada Cardoso Sampaio
Marlene Bueno Zola
Marlene Guirado
Odair Furtado
Odette de Godoy Pinheiro
Rosana Cathya Ragazzonni Mangini

Arrigo Leonardo Angelini

Resumo:
Nascido em Santo André em 1924, Arrigo Leonardo Angelini destacou-se como um dos expoentes que batalharam para que a profissão fosse reconhecida, assim como contribuiu na formação de inúmeros profissionais da área, tendo ajudado na fundação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. No curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde ingressou em 1942, chamou a atenção da Profa. Noemy da Silveira Rudolfer, de quem tornou-se assistente. Discorre sobre seu trabalhou no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional; suas primeiras atividades profissionais; as dificuldades para que o Congresso Nacional reconheça e regulamente a profissão do psicólogo; a criação dos Conselhos Federal e Regional; explosão no número de cursos de Psicologia e de pessoas interessadas. Faleceu em 29 de julho de 2024, aos 99 anos, em São Paulo.

Data: 15.05.2024
Entrevistadoras: Priscila Haikal e Fernanda Scalvi
Filmagem: Rodolfo Morandi
Local: residência do entrevistado

Entrevista:

F: Dr. Arrigo, eu gostaria que o senhor se apresentasse rapidamente. Onde e quando o senhor nasceu? Onde o senhor passou a sua infância? Estudou?

A: Pois não. Eu nasci em Santo André. Hoje, Santo André é quase ligado à São Paulo, não é? Uma coisa só. Mas naquele tempo, Santo André era bem distinto. E morei em Santo André até completar 27 anos, quando me casei. Aí vim para São Paulo e fiz o curso de... Fiz o curso na Universidade de São Paulo, na área de Psicologia Educacional.

F: Não havia ainda o Instituto, né? O senhor foi um criador. O senhor estudou onde? Em qual unidade da USP?

A: Na Faculdade de Filosofia e Ciência de Letras. Então, tinha a matéria Psicologia, Psicologia Educacional. E eu fiz a carreira nessa matéria, Psicologia Educacional, que era dada no curso de Educação, no curso de Ciências Sociais. Então, era uma disciplina. E depois se tornou uma área mais distinta do curso de Pedagogia.

F: Dr. Arrigo, onde se aplicava essa matéria?

A: No curso de Pedagogia, no próprio curso de Pedagogia e... Que mais? E também a matéria era dada para o curso de Ciências Sociais e de Filosofia. Então, era matéria, não era uma sessão especializada, separada. E eu me formei, então, em Psicologia Educacional. Na matéria que era do curso de Pedagogia. Fiz outras matérias, filosofia... Outras matérias no curso de Pedagogia. E lá estava, então, a Psicologia Educacional. É isso.

F: O senhor poderia falar um pouquinho sobre a sua vida profissional, esse início?

A: Pois é, eu fui convidado para ser assistente de uma antiga professora do curso de Educação, que era a professora Noemy da Silveira Rudolfer. E, eu formado, ela me convidou para ser assistente dela. Então, eu continuei na Faculdade como assistente da professora Noemy da Silveira Rudolfer. É isso aí.

P: E por que, na época, o senhor escolheu essa matéria, Psicologia? Qual era o seu interesse?

A: Na verdade, eu não escolhi Psicologia, eu escolhi Pedagogia. Mas a Pedagogia, na ocasião, tinha como sustentáculo, como base, a Psicologia. Então, era uma disciplina, não era um curso, era uma disciplina de Psicologia. E a professora Noemy se aposentou e eu fiz concurso de cátedra para essa disciplina, Psicologia Educacional. E fui aprovado nessa disciplina. Não sei se faz sentido isso tudo.

F: Faz, faz sim. Ao longo da sua carreira, em quais empresas, em quais instituições o senhor trabalhou? Quais foram as atividades que o senhor teve?

A: Ah, isso é importante. Eu fazia o curso ainda de Pedagogia e tinha disciplina de Psicologia. E comecei a trabalhar na instituição que fazia a seleção de pessoal ferroviário. Havia uma instituição que selecionava todos os cargos da ferrovia. Desde o do maquinista, do guarda do trem, enfim, de todas as funções de uma estrada de ferro. E eu, então, comecei a trabalhar fazendo a parte de seleção e ensino de pessoal para cargos nas estradas de ferro de todo o país. Então havia um serviço de centro ferroviário de ensino e seleção profissional.

F: E era aqui em São Paulo?

A: Em São Paulo. E fazia toda a seleção de pessoal para várias posições na estrada de ferro. Inclusive no interior do estado. Eu viajava para o interior e fazia a seleção de pessoal. E esse centro ferroviário mantinha um curso para adolescentes. E desse curso então saíam os futuros trabalhadores na ferrovia. Como eu disse, desde o ensino com a função mais simples até as atividades mais específicas da ferrovia. Então fiquei muitos anos lá.

F: Isso concomitante a sua vida na academia?

F: É concomitante ainda ao último ano do curso. E nós já aplicávamos para a seleção de pessoal ferroviário testes psicológicos que eram ou produzidos ali mesmo, ou então eram testes adaptados dos testes psicológicos existentes. Então, a gente fazia o estudo do teste para usá-lo na seleção do pessoal. O quê mais?

F: Depois desse trabalho que o senhor fez nessa empresa, passou a fazer o quê profissionalmente?

A: Antes ou depois?

F: Depois.

A: Depois, profissionalmente, eu fiz um concurso para professor secundário. Era um concurso que era para cargos de professor secundário que devia ser feito regularmente. Mas há muitos anos não faziam. E quando foi feito, então, tinha mais de 400 candidatos. E eu tive o primeiro lugar nesse conjunto. Só nas provas que eu fiz. Mas eu não fiquei em primeiro lugar. Eu fiquei em quinto lugar porque eu era ainda muito jovem e tinha pouco material já resolvido. Então, passei para o quinto lugar. Mas foi aí que eu entrei para o ensino secundário. E nesse momento ainda eu era aluno de Pedagogia ou de Psicologia para terminar minha formação. Que mais?

P: Depois que você terminou essa sua formação, você continuou sempre na área de Psicologia?

A: Sim.

P: E você esperava isso quando você entrou para a Pedagogia?

A: Eu estava ainda no último ano e a professora Noemy, que eu era assistente dela, estava esperando uma vaga para me indicar como continuador... Tinha uma professora que fazia esse trabalho, mas ela se casou com um americano e foi para os EUA. E aí ela largou a vaga aí e eu fiz concurso com essa vaga. Então comecei como assistente da professora Noemy da Silveira Rudolfer.

P: E o que o senhor mais gostava de fazer nesse trabalho da Psicologia que estava começando ainda, estava caminhando no país?

A: Eu gostava de fazer aferição de testes. Ou criação de testes novos, ou então a adaptação de testes americanos nos estrangeiros. Então eu fazia a aferição de testes para usá-los na seleção de pessoal para as ferrovias. Trabalhei lá um ano.

F: Como era o panorama da Psicologia nessa época?

A: Bom, era bem diferente do atual. Começa por aí. Realmente, quem fazia Psicologia não era chamado psicólogo. Era professor, era técnico que usava os testes. Então a função de psicólogo só se definiu posteriormente com esse nome, porque não se dava esse nome. Era o técnico que fazia a seleção, era o técnico que aplicava o teste. Mas aí passou-se a profissão só mais tarde. E no começo até havia dúvidas se deveria ser psicólogo, ou então técnico de qualquer coisa. A pessoa trabalhava em psicologia, mas tinha outra função. Outra função. É isso aí.

F: Dr. Arrigo, o que levou à criação da profissão? A criação da lei, enfim, que regulamentou? Esses bastidores, sabe? A gente queria saber um pouquinho mais disso.

A: O que levou à profissão? A aplicação de conhecimentos psicológicos, sobretudo de testes de seleção, já era feita por técnicos ou professores, ou enfim... Que não tinham o nome de psicólogo. Eram técnicos, eram professores, eram... A palavra... Até quando se pensou na palavra para definir o psicólogo, pensou-se em outros nomes. Psicotécnico, ou então, com outros nomes, psicologista. Mas, no fim, pegou mesmo psicólogo. Foi o nome que pegou.

F: Já havia um movimento dos profissionais para que houvesse essa regulamentação?

A: Sim. Havia movimento, mas, como eu disse, eram profissionais de outras áreas, que aplicavam psicologia. O termo psicólogo só veio quando se definiu legalmente a atividade. Porque antes era técnico, era, enfim, um nome que não era psicólogo. Que mais?

P: Nessa definição, nessa época, como o senhor se envolveu nessa articulação para regulamentar? Era onde o senhor trabalhava? Mais gente queria?

A: Era onde eu trabalhava. Eu fazia aplicação, nós fazíamos, pegava um teste americano, traduzia e estudava como funcionava o teste, para depois aplicar à turma. E esse Centro Ferroviário que fazia isso, ele mantinha para jovens, jovens adolescentes, um curso. Um curso. Então esses jovens faziam o curso e depois iam trabalhar em alguma área da ferrovia, digamos assim, em várias posições nas estradas de ferro. E as estradas de ferro mantinham esse Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional. Quer dizer, que selecionava a turma e dava também cursos para pessoas se aperfeiçoarem nas tarefas de uma estrada de ferro. Desde o maquinista, o foguista, até o funcionário do escritório. Então, todos eram selecionados por esse centro ferroviário de ensino e seleção profissional. Era isso.

P: E o senhor lembra quando o senhor foi escolhido como o número um da Psicologia? Primeira pessoa que ia ter um registro de psicólogo, o senhor lembra disso?

A: Eu me empenhei muito na profissão de psicólogo. E havia um projeto no Congresso Federal para definir o psicólogo. E havia uma resistência da área médica. Achavam que o psicólogo era uma derivada do médico. Então, acontece o seguinte. Eles dificultavam a designação de psicólogo em uma profissão independente. Diziam que isso é uma questão de saúde, médico. Então, não pode haver um sujeito independente fazendo Psicologia. Devia ser uma área médica. Mesmo que o médico nunca tinha estudado Psicologia. Eles achavam que a atuação do psicólogo dependia de uma prescrição médica. Como hoje o médico é oculista, por exemplo. Então, tinha que ter uma indicação médica. Não podia trabalhar isoladamente, individualmente. Isso demorou a aprovação no Congresso Nacional. Porque os médicos não queriam que se aprovasse uma profissão independente da medicina. A Psicologia foi uma das áreas que foi pioneira nessa história de profissões e atividades de várias naturezas, que não precisa ser médico para fazer isso. Não precisa ser médico. Mas os médicos não admitiam isso. Até que... E sobretudo porque se falava em Psicologia Clínica. E termo clínico é termo médico, eles diziam. Então, tem que ser supervisionado por um médico. “Está certo que ele trabalhe, mas ele tem que ser indicado por um médico. Ele não pode trabalhar independentemente”. Isso demorou um pouco no Congresso Nacional, a aprovação da nova área. Só foi aprovado quando nós retiramos da indicação o termo clínico e o termo... Clínico, qual o outro termo que indicava necessidade de ter um médico por trás. Mudamos até a condição para ter essa função que não tem a palavra clínico. Para não confundir com médico. Mas...

F: Dr. Arrigo, o senhor teve um papel fundamental nessa história da criação da lei da regulamentação da profissão. O senhor poderia citar outras pessoas que também trabalharam junto ali para que isso fosse feito? Outras pessoas que atuaram junto ao senhor para a regulamentação da profissão?

A: Eu, de acordo com a minha idade, tinha várias pessoas, mas todas já se foram. Geralmente eram pessoas da Educação ou pessoas que trabalhavam em cursos, onde existia disciplina. Mas eles já se foram. Estou sobrando.

F: Como foi a repercussão da criação dessa lei nesse grupo de pessoas?

A: Pois é, retirada a palavra clínico, aí foi substituído por uma expressão equivalente, mas que não usava a palavra clínico. E aí começou-se a trabalhar especificamente na área da Psicologia. Entre as funções do psicólogo, não existe a palavra clínica. Foi substituído por uma expressão que não falava a palavra clínica. E clínica é uma área específica da Psicologia. Mas não podia ser usada por causa dos médicos. Então, falava assim, ajustamento, e o que mais?

F: O senhor poderia falar um pouquinho sobre a constituição do Conselho Federal de Psicologia?

A: Pois bem, aí é que me ocorre uma dúvida. O Conselho Federal... Porque existe uma lei que foi aprovada, os conselhos. Mas existia, por outro lado, a necessidade de criar a profissão, por assim dizer, de psicologia... Estou um pouco confuso.

(...)

F: Dr. Arrigo, nós estávamos falando sobre a repercussão da criação da profissão, né? E aí a gente foi para a história do Conselho Federal e junto os Conselhos Regionais. Então, eu queria que o senhor falasse um pouquinho a respeito disso.

A: Deixa ver para onde eu vou começar.

F: Por que era importante ter um Conselho?

A: Por que era importante ter um Conselho? Aprovada a profissão pela qual eu me bati muito, eu tive uma atuação intensa para que se aprovasse a profissão de psicólogo. E isso aconteceu em 1962, parece. E foi aprovada a profissão. E a sua pergunta era?

F: A respeito da criação, da fundação dos Conselhos. A importância de se ter esses Conselhos.

A: Aí eu fiquei com uma dúvida que nunca foi esclarecida. Saiu uma lei aprovando todos os conselhos. O Conselho Federal, o Conselho Regional. E eu tinha outra informação. Que o Conselho devia ser proporcionado ou organizado a partir da aprovação. Não...

F: Tudo bem. Vamos de acordo com a sua memória aí, com o seu ritmo.

A: Agora fugiu. Eu estou muito fraco nessa história. Também com quase 100 anos...

F: Está perdoado. Está perdoado.

A: Está perdoado. Se vem uma coisa, vem outra.

P: O senhor lembra dessa época quando começou a ter essa... O senhor falou que os médicos não queriam e tal. Tinha essa desavença. Mas quando começou de fato a profissão, vocês tinham uma causa que vocês queriam defender mais forte? Como era?

A: Sim, era a causa da profissão de psicólogo. Eu precisava criar essa profissão. E aí agora me veio, embaralhou um pouco. Espera um pouquinho... Diz que era necessário ser aprovado no Ministério do Trabalho. Porque era um trabalho a Psicologia. Então tinha que ser aprovado pelo Ministério do Trabalho. E o ministro era o... Até o nome dele eu tenho aqui. Era o Júlio Barata. O Júlio Barata dizia que tinha que convocar as pessoas que trabalhavam em Psicologia para formar a profissão. E realmente isso sucedeu e nós apresentamos já um esquema de pessoas que trabalhariam na área da Psicologia. Mas aí aparece uma lei geral. Uma lei geral. E não ficou muito claro isso. Porque nós tínhamos que começar com o Júlio Barata, que era o que fazia a aprovação da profissão. O Júlio Barata era do Trabalho. E precisava definir que trabalho era esse. E ele então convocou... Ele não convocava, nós é que forçamos para que ele convocasse as pessoas para definir o primeiro Conselho de Psicologia. Demorou um pouco. E quando ele nos convidou para resolver o problema, nós já tínhamos preparado todo o esquema do Conselho. Quem seria o presidente, quem seria o vice-presidente, quem seria o secretário, quem seria ele. E já fomos lá com ele. Ele disse, poxa, foi muito rápido isso. Em outras profissões, foi muito mais difícil, porque havia brigas entre os candidatos. Então já chegamos lá com tudo pronto. O presidente era eu, fui aclamado presidente e nem foi votação. Então, ele consagrou que estava feita a águia(?). Mas depois eu vi que tem uma lei em que em uma única lei aprovaram tudo. Aprovaram o Regional e o Federal. E eu não entendi por que nós já tínhamos aprovado. Não os Regionais, o Federal. O Federal foi aprovado. E que então deveria ser aprovado os Regionais, é outra coisa. Mas não, tem uma lei aí que diz que foi tudo aprovado. Bom, a lei, a lei se respeita. Então, a lei determina que o Ministro do Trabalho, porque afinal o psicólogo é o trabalho. Então tinha que definir o psicólogo. E aí surgiu o problema de como é que vamos chamar? Psicotécnico, psicólogo, psicologista, outra coisa. E aí ficou consagrado o nome de psicólogo. Só aí. Que pessoas já aplicavam a psicologia. Na estrada de ferro, aqui. Já aplicavam, mas não tinha o

nome. Era um funcionário, um especialista em outra área, que fazia trabalho de psicólogo. E aí é que surgiu o psicólogo.

F: Dr. Arrigo, a gente pode falar um pouquinho de política?

A: Sim, pode.

F: Porque é o seguinte: o Conselho Federal, Federal, Regional, enfim, foram criados justamente na época brava lá da ditadura, da ditadura militar. Como que era esse contato com o governo?

A: Quando nós estávamos discutindo esse problema de nome, surgiu esse boato de que o psicólogo foi criado por uma determinação da política federal. Que fazia parte do papel da política de então. E isso não tinha nada a ver. Mesmo porque entre os participantes da área de psicologia, tinha um político. Ele era um deputado. E como deputado, nunca se manifestou em problema de ditadura. Então, nós estávamos interessados em criar a profissão, e não em... Porque disseram, ah, isso... Havia um zum, zum, zum. Foi criado uma atividade aí, que é para a manutenção da democracia. Mas ela não tinha nada a ver com política. Esse deputado federal, que ficou fazendo parte do Conselho, ele era deputado pelo Rio de Janeiro.

F: Mas ele era psicólogo também?

A: Não, não era... Bom, sim, era psicólogo também. Ele ficou participando dos psicólogos. Mas ele nunca se manifestou em política. Que devia ser a ditadura, não devia ser... Nós não estávamos interessados na ditadura, nisso, naquilo. Nós estávamos interessados no psicólogo. E criar a profissão de psicólogo. Clóvis Stenzel. Clóvis Stenzel. Era um deputado pelo Rio de Janeiro e ele nunca se manifestou sobre política. Eu não fiquei sabendo de que lado ele era na política. Nunca quis forçar nada nesse sentido. Clóvis Stenzel. Deputado pelo Rio. E ficou sendo também... Participando da equipe de candidatos lá.

F: Dr. Arrigo, quando foi criado, instituído, na verdade, o Conselho Regional, que era de São Paulo e, na época, era São Paulo e Mato Grosso, o senhor foi o número um. Queria que o senhor comentasse um pouquinho.

A: Pois é, isso que eu não estou entendendo. Por que São Paulo e Mato Grosso? Quem é que dizia que devia ser São Paulo e Mato Grosso? Por que não São Paulo e Rio? Não, porque São Paulo e Paraná.

P: É porque era tudo junto, na época. São Paulo, porque era um estado só, na época. Era uma coisa só, pessoal.

A: Não sei. Não, eram dois estados.

P: Era São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que ficou o Conselho Regional. Ficaram os três juntos. Não eram nem só os dois, eram os três. Eram os três juntos. Agora...

A: Pois é, mas aí... Porque nós criamos o Federal, conversando com o governador, o Júlio Barata, que era... Ministro da área de... Júlio Barata. Ah, estou também misturando isso.

P: Nesse tempo foi muita mudança, né? Foram muitas mudanças desde esse início, né? O que mais o senhor lembra que foi importante nessa sua trajetória de tantos anos aí na Psicologia? O que o senhor gosta de lembrar?

A: Era tudo tão importante! E, por exemplo, para a criação da profissão de psicólogo no Conselho, no Congresso Nacional, foi uma coisa difícil, porque no Congresso havia médicos que defendiam a Psicologia na medicina. E não havia psicólogos, evidentemente. Então nós temos que trabalhar no sentido de que psicólogo é uma coisa à parte de médico. Ter uma função determinada. É isso aí. O que mais?

F: Quando houve a redemocratização no país, muda um pouco essa cara, enfim, as características que a Psicologia tinha até então? Houve alguma atuação em outras áreas?

A: Não. Nós não... Teoricamente, nós não percebemos isso. Não interessa. Nós estamos criando a profissão de psicólogo. Não interessa se está... Se é de acordo com a política ou se é contra política. Não interessa. Nós queríamos criar a profissão. Só tem que... Tivemos que mudar para escapar dos médicos, né? Não se falava em clínica, terapia. Não se podia falar. "Isso é medicina". E essa visão das coisas pegou de tal forma que outras áreas não médicas, não médicas e que eram de saúde, vieram ao encalço da nossa posição. E que... A atividade é uma atividade específica, não tem nada a ver com medicina. Aí depois vieram todas as áreas de... como fisioterapia, terapia não sei do que, daqui e tal. Outras áreas que aparentemente é de saúde, mas por fim uma coisa à parte. Os médicos não queriam isso.

P: E o senhor sempre ficou trabalhando na área de Educação ou o senhor atuou em outras áreas também?

A: Não, eu fiquei mais em Educação. Mais em Educação. E também como eu trabalhei no Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, nós fazíamos adaptação de testes americanos, tradução, adaptação, aplicação experimental de testes americanos, ou criando novos testes. E era uma coisa bonita, eu não sei se existe agora. E todas as atividades ferroviárias passavam por esse crivo da atividade. E a escola de... a escola do Centro Ferroviário. Então, esse centro, como eu disse, funcionava como uma escola de adolescentes que iam depois trabalhar como ferroviários. O que mais?

F: Nesses anos todos, quais foram as principais mudanças que o senhor percebeu na área?

A: Como assim?

F: Na atuação do psicólogo, na importância dele pra sociedade, houve mudanças, enfim, o senhor observou alguma coisa que chamou a atenção?

A: Bom, com a aprovação da profissão, começaram a abrir cursos de Psicologia. Cursos de Psicologia. E muitos cursos foram abertos já com atividades que existiam, mas ainda não eram cursos específicos. Quer dizer, existia ainda atividade de clínica e de adaptação, mas não... Como quero dizer? Escapou!

F: Houve mudança na grade curricular? Mudança na grade dos currículos, nas matérias?

A: Bom, para ser psicólogo, precisava ter determinadas matérias, isso quer dizer... Então foram definidas as matérias básicas para o senhor ser psicólogo. Está muito ruim.

P: A gente estava falando que hoje muita gente quer estudar Psicologia, né?

A: Pois é, então o que aconteceu? Quando foi aprovada a profissão, a duras penas, e com a dificuldade contra os médicos, etc., etc., começaram a surgir cursos para formação de psicólogo, em todo canto. De tal maneira que às vezes não tinha professor. O problema era esse. No começo ainda tinha os tradicionais professores das faculdades existentes. Depois, dali a pouco, não tinha mais professor para formar tanto psicólogo. Tanto é verdade que eu

acho que muitos desses que fizeram o curso, nem foram exercer a profissão. Porque começaram a criar cursos de formação de psicólogo, em todo canto. Ou tinha já alguma coisa das universidades maiores, ou eram criados novos cursos. E então houve uma explosão. Uma explosão que nunca ninguém podia imaginar. Porque no começo nós tínhamos que lutar para criar a profissão. E agora tem que lutar para dar curso para essa turma. Há uma procura enorme, uma situação que eu acho que a profissão de psicólogo é uma das mais frequentes em outros países. O Brasil está super abundante em cursos de Psicologia. Nunca se esperava isso.

P: Hoje é um dos cursos mais concorridos na USP.

A: É, né? A gente ainda não vê no vestibular engenharia, só vem psicólogo. Houve uma explosão. Nós passamos de um momento em que precisava lutar para ser psicólogo, para um outro momento em que é excesso de psicólogo. Você é da área de psicólogo?

P: Eu sou jornalista.

A: Ah, você é jornalista.

P: Jornalista. Mas pensei em fazer Psicologia. Pensei, quase prestei Psicologia.

A: Pois é. De fato, houve uma explosão. Coisa impressionante!

F: Em relação à área de atuação dos psicólogos, hoje é diferente do que quando o senhor iniciou suas atividades?

A: Como é? Não entendi.

F: Em relação à área de atuação dos psicólogos, hoje o mercado provavelmente é muito maior. Enfim, como o senhor percebe essa diferença? De quando o senhor era jovem, recém-formado, antes da lei que criou a profissão. Em relação a hoje, quais são as maiores diferenças?

A: A maior diferença? Bom, é essa ali, de criação de cursos. Criação de cursos. E introdução da Psicologia em certas atividades. Seleção de pessoal. Mas é isso. O que mais?

P: O que o senhor falaria para os psicólogos de hoje em dia, que estão aí, tanta gente, e na sua época o senhor que lutou para que eles pudessem...

A: Eu falaria o seguinte. Deveriam se preparar melhor para o exercício da profissão. Embora a lei que foi aprovada seja suficiente legalmente para o indivíduo ser designado psicólogo, é preciso definir a área e é preciso se especializar na área. Porque hoje você fala psicólogo para uma porção de coisas. Então, além de formou em quatro anos, está formando... E o que deve fazer o psicólogo? Ele deve primeiro definir a área da Psicologia. Tem áreas enormes. Definir a área que vai atuar. E depois se especializar nessa área. Embora legalmente ele possa exercer a profissão. Mas, normalmente, o que é legal nem sempre é satisfatório. Nem sempre é satisfatório. Então, é muito psicólogo! Não sei se todos esses que se formam em Psicologia passam a fazer a profissão. Acho que no começo até desistiam. Porque o certo seria escolher uma sub-área, uma área, e acompanhar alguém que seja especialista nessa área. Ter uma formação pós-graduada, digamos assim. Esse é o problema.

P: Não sei se o senhor lembra aí como foi se aposentar da profissão. É, se aposentar, quando o senhor deixou de trabalhar. Como foi?

A: Deixa eu pensar. Eu deixei de trabalhar?

P: É. Quando falou “chega, já fiz minha contribuição para a Psicologia”.

A: Acontece o seguinte. Eu era professor efetivo por concurso na Faculdade de Psicologia. E... E ocorre... Fugiu o pensamento. Qual é a sua pergunta mesmo?

P: Quando o senhor deixou de trabalhar. Como foi?

A: Ah, quando eu deixei de trabalhar. Acontece o seguinte. Eu já era... Deixei de trabalhar por idade. Tinha que se aposentar. Mas eu podia ficar um pouco mais. Mas acontece que a minha mulher sofria do coração. Ela era também psicóloga, mas não aguentou e faleceu. E eu já tinha tempo de serviço para me aposentar. E... Não aposentava, porque continuava, gostava de trabalhar. Mas aí como a minha esposa ficou muito doente, eu me aposentei para cuidar dela. E aí... Ela faleceu e eu continuei. É isso. Não sei se faz sentido.

P: Sim, faz sim. Faz sim, o senhor teve uma contribuição enorme.

A: Eu podia ter me aposentado já há mais tempo. Tem certas profissões... Você sabe, é obrigado se aposentar. Não adianta...

F: Entra na compulsória, né?

A: É a compulsória. Mas eu não podia ter ficado mais por esse fato.

P: Acho que é isso. Muito obrigada pelo seu tempo.

F: Muito obrigada.

A: É, olha, eu sinto muito. Está muito desconectado tudo isso.

F: Não, a gente une tudo depois. A gente tem o poder de unir tudo depois.

A: Mas eu não consigo mais.

F: Mas o senhor já contribuiu tanto, tanto, tanto, né? Enfim, é isso que a gente comentou aquela hora. O senhor tem o direito...

A: Pois é, quando surgiu o problema federal de discutir a profissão, eu entrei em jogo. Eu fazia reuniões. Eu fazia reuniões na Faculdade, na Filosofia, para ajudar o movimento de criação da profissão. Fiz isso para criar a profissão, em 1962, quando tivemos que tirar a palavra clínica e substituir. Hoje em dia, as pessoas dizem, “por que não existe a área de escolha clínica”? “Não existe porque os médicos diziam que a clínica era a medicina”. Mas hoje já existe uma porção de sub-áreas que não é exercida por médicos. Como fisioterapia, por exemplo. E nem por isso, os médicos têm o direito de dizer que isso não pode ser feito. Mas...

P: Deu certo.

A: Deu certo. Deu certo.

F: Muito obrigada.

A: Olha, eu sinto muito toda essa coisa toda embaralhada e desproporcionada que eu estou falando, porque... Bom, primeiro nós tivemos que tirar a palavra clínica e terapia. Terapia e

clínica são termos médicos. E só pode ser exercido por médicos. E pode autorizar alguém a fazer. Olha, tem muito médico que não sabe nada de Psicologia. Existem alguns médicos que depois caminharam para a área de Psicologia. Mas aí é outra fase. Do começo, a área de Psicologia abriu a estrada para esse desligamento dos médicos. Porque o médico não admitia que podia haver fisioterapia e todas essas sub-áreas, que aparentemente são da medicina, mas aparentemente são da medicina. São áreas específicas. Sempre fisioterapeuta, é fisioterapeuta. Sempre tem um que faz outra área de terapia e é daquela área. Estamos assim.

P: Obrigada.

A: Eu sinto muito.

P: Fica tranquilo.

A: Não sei como é que vão acertar essa parte.

Marcos Antônio de Toledo

Resumo:
Marcos Antônio de Toledo é bibliotecário e ingressou em 2012 no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo para organizar o Centro de Documentação (CEDOC) do CRP SP.
Fala sobre sua vinda para o CRP SP para organizar um centro de documentação; desafios para montar o repositório digital – a escolha pelo DSpace; composição do acervo do CEDOC; digitalização do acervo; sistema híbrido de trabalho; instalações na rua Oscar Freire; as novas instalações na rua Teodoro Sampaio; a escolha pelo nome de Fúlvia Rosemberg para o repositório digital; administração do site; devolutivas dos atendimentos aos pesquisadores.

Data: 11.07.2024
Entrevistadoras: Giselle Peixe e Giselle Rodrigues
Entrevista realizada por Google Meet

Entrevista:

GP: Fizemos uma lista de perguntas para você, algumas que são de praxe numa conversa, para você se identificar e dizer como é que você chegou até o CRP.

M: Como eu cheguei no CRP? É longo, mas vou cortar, vou editar na minha mente. Eu estava em Rondônia. Eu estava trabalhando em Rondônia porque não tinha trabalho em São Paulo, não conseguia, eu lembro. Uma expectativa tão grande de voltar para São Paulo, uma esperança. Ironicamente, eu estava trabalhando em uma grande faculdade lá em Rondônia, em Porto Velho. O telefone tocou, engraçado, eu sempre conto isso. Achei que era ligação de presídio, achei engraçado. Eu estava tão nessa expectativa de entrar nesse concurso, que eu fiquei em terceiro lugar, de 103. Daí, de repente, tocou. Falei: “mas não é...” Só sei que fiquei tão feliz! Dizia: “precisamos saber do seu endereço para mandar o telegrama”! Foi uma grande alegria e uma grande surpresa entrar no CRP. Uma grande novidade. Comecei a ficar estudando o que é que eu vou fazer lá. Eles não mostraram exatamente. Para mim era uma biblioteca. Mas não era uma biblioteca, era um centro de documentação. No dia... A gente nunca esquece. 3 de setembro de 2012, lá vou eu, ingressar lá. Eu lembro que entrei no setor, né? Estranhei tudo, achei interessante, mas só que daí falei assim: “puxa...” Mas quem me orientava eram psicólogos que colaboravam com o Conselho. Que existia um GT, depois até falo mais sobre isso, um grupo de trabalho relacionado à história e memória. Daí, eu fiquei igual... Falou assim: “Você entra, fica aqui, faz assim, depois uma hora a gente conversa”. Daí, a gente vai indo, né? Vai pegando o jeitinho da casa com o tempo. Daí eu fui entendendo a ideia do GT. Daí foi a novidade para mim, a ideia do GT, logo de começo mesmo. Esse grupo de trabalho que era constituído por ex-conselheiras, uma ex-presidente e outras também psicólogas que são voltadas à ideia da história e memória da Psicologia do Estado de São Paulo. Então, o que foi passado, de imediato, eles queriam um repositório, queriam guardar as coisas do Conselho numa nuvem, tipo um site na cabeça deles. E eu tinha essa cobrança. Estava no período de experiência. Puxa, tinha que em pouco tempo referendar uma coisa. Eu tinha uma escolha prévia deles. Daí era um software daqui. Daí fui pesquisando, não tinha nada a ver. Como que eu vou dar um sim para uma coisa que eu não acredito, por exemplo? Daí eu fui pesquisar uma alternativa, rapidamente. Daí fui e descobri o DSpace, que é um software dos Estados Unidos, que ele é público, do Instituto de Massachusetts, aquela coisa, referendar, dar uma base para... Falei: “Olha, a minha proposta é essa. O que vocês ofereceram não é a melhor alternativa”. Mas daí eu tive que correr atrás, correr atrás, correr atrás. Além de organizar o acervo físico. Mas a expectativa deles, muito, era a urgência de colocar tudo no ar. Na nuvem. De acessar assim, online. Mas isso aqui, do modo que eles queriam, não ia ser uma coisa boa. E foi batata. Eu provei com A mais B, se eles tivessem feito essa escolha hoje, coitado deles. Daí fui em instituições que usaram isso e instituições daquilo que eu defendia. O que eu defendi, baseado em DSpace, eu fui na USP, no Instituto Hércule

Florence, Instituto Paulo Freire, também falei com pessoas, daí eu criei uma base. Tanto é que isso até me ajudou a criar o meu... Na especialização que eu fiz na FESP, foi baseada nisso. Até eu fiz um trabalho sobre isso. Até uma hora também posso apresentar para vocês. E é isso. Nesse tempo que eu estou lá, tem altos e baixos do trabalho, da experiência de trabalho. Cada gestão tem uma cara. Tem umas que são mais participativas. Outras que deram abertura maior. Quando foi lançado o Repositório Digital, daí estava o conselheiro, que estava comigo. Daí eu fui mais ativo. Participei mais ativo dos planejamentos estratégicos que existiam. Sempre dei sugestões, foram acatadas. E o Repositório Digital foi lançado, fizemos um evento. Ele foi bem acessado. Fizeram uma campanha, uma campanha de... Depois eu posso falar com mais detalhes disso, tá? Que é importante. Estou avançando muito. Então, foi dessa forma. Agora, foi numa outra gestão. E essa é a outra situação. Daí depois a gente... Mas assim, é gratificante para mim, como bibliotecário, fazer algo assim. A coisa que para mim é mais gostosa, é ver o resultado positivo das coisas que foram feitas. Que foram defendidas, que eu fui lá atrás, ver que nasceu o... O acesso, a quantidade de acessos. Ver que surgiram outros conteúdos Como conteúdo de uma dissertação etc. e tal. Outros trabalhos acadêmicos. Um artigo científico. Uma tese. É isso. Mas fique à vontade.

GP: Legal, legal. E aí, quando você chegou, que tipo de material você precisou organizar?

M: Então, o acervo. Ele tem múltiplos itens que tem lá. Você vai encontrar lá livro, vai encontrar coisas antigas. Fita, toda a evolução. Betacam. Depois pulou para outro formato. VHS, DVD etc. Tem até umas coisas... MiniDV. Você vai acompanhando isso. Tudo isso a gente não pode excluir do acervo. Também itens como os cartazes das campanhas. O CRP fez muitas campanhas envolvendo direitos humanos, luta antimanicomial, etc. Várias causas. Então, é a obrigação da gente agregar naquele espaço esses itens que falam dessa memória do CRP. Áudio, material audiovisual, livros, cartilhas em Braille. Até itens de campanha. Por exemplo, as camisetas. Botons. A gente agrega tudo o que foi feito durante uma gestão, que traga significado para o usuário, para quem vai lá pesquisar. Eles gostam até. E é isso. Também tem do Conselho Federal de Psicologia. Porque se trabalha em conjunto. O Conselho Federal de Psicologia é a maior representação para o país todo. Para o Sistema Conselhos. Então, a gente tem uma parte só para isso. Que tem muito conteúdo deles também. Que é uma referência.

GP: Legal. E vocês fazem, por exemplo, esses materiais, essas mídias mais antigas. Que tem uma transformação muito rápida. Acelerada no correr do tempo. Você tem isso transcrito para outros suportes? Ou para a nuvem, por exemplo? Se a gente quer ver um filme ou um vídeo que já estava em outro suporte. A gente consegue visualizar?

M: Sim. Um exemplo disso é o Betacam. O Conselho de Psicologia de São Paulo. Ele tinha uma parceria. Constituiu parcerias com a PUC, por exemplo. Essa Betacam que está lá, por exemplo, que é uma fita enorme, a gente não desfaz, protege, fica ali. Era um programa chamado Diversidade. Com vários temas. Até na TV apareceu um período. TV da PUC, etc. Desse passar de formatos, aconteceu. Isso aconteceu. Hoje você acessa no canal do YouTube. Mas está lá. A obrigatoriedade do acervo é preservar. E dar condições. Se um dia alguém quer acessar aquilo ali... Isso é uma obrigação de quem cuida do acervo. Não é jogar fora e pronto. Mas aceitar que ele vai mudar de formatos. Tanto é que a importância de se guardar isso, que a PUC, por exemplo... De vez em quando eles mantêm lá o equipamento de leitura para isso. É o material original. Então eles solicitam e a gente faz o empréstimo dessa Betacam. Que a imagem é mais rica. Foi o original. Tudo que vai passando de formato, vai se desgastando.

GP: É isso aí. Vai perdendo a qualidade, é verdade.

M: Também houve um outro processo. Também que eu mesmo fiz. Acabei fazendo a digitalização de todos os jornais. Foi uma coisa bem “piãozão” mesmo. Passar ferro elétrico em cima, com cuidado, de algumas edições bem amassadas. E hoje está acessível online. Mas foi uma coisa assim, tudo já voltando-se para a ideia do Repositório Digital. Que hoje temos ainda. Não sei se você já ouviu falar. Sabe?

GP: Sim, mas a gente gostaria que você falasse.

M: Depois a gente fala. A gente vai falar. Mas sobre essa questão do pular de formato é isso. Tudo é convergir para o digital. Porque nós mantemos um Repositório e a gente quer... A obrigação minha e eu tento convencer a gestão, as pessoas que estão lá na administração do Conselho. Ele tem o maior alcance. Alcançar o quê? As universidades, as entidades da Psicologia, outros interesses em geral da comunidade, da sociedade. Até pessoas de outros países que acessam. Porque pelo Repositório Digital há o relatório. Você vê cidades, locais que você nem imagina. O alcance é mundial.

GR: Marcos, você falou sobre as questões das fitas, dessa transformação, passagem das fitas para o digital, para a digitalização. Com relação às imagens, as imagens novas que são produzidas atualmente em formato digital pelo setor de comunicação ou outro setor, essas imagens também mandam para você para ser colocada no repositório?

M: Sim. Quando eu falo, que cada gestão tem um modo de trabalhar. Nessa gestão começou uma nova fase. Um problema que existe lá no Conselho é a questão do fluxo. Fluxo de envio mesmo. Desde o começo existiu. Para você convencer o pessoal lá da subsede, lá de Bauru. Tem pessoa que sempre argumenta que tem muito trabalho. “Você está me pedindo mais trabalho”? Aquela coisa... Mas na verdade, você fez um evento aí na região é só enviar a foto para mim. Digamos a foto no formato papel. Havia uma dificuldade desse fluxo além de outros conteúdos. Você solicitava. Mas quando eu ia na subsede, por exemplo, eu ia lá ser solicitado para ajudar a organizar o acervo deles, local. Eu aproveitava e agregava essas coisas. Só que esse é um problema que agora nessa gestão... Eu conversei com a minha superior. Ela disse que a gente vai desenhar esse fluxo para a gente fazer isso. A obrigatoriedade é isso, sim. Antes, quem cedia era do setor de eventos. Fazia um evento e mandava as fotos para mim. Mas tem muita coisa que vai ter que voltar. Faz, cria um volume grande e depois fica aquela fila. Mas agora foi prometido solucionar. Porque envolve o grau de superioridade de falar aquela coisa. Às vezes eu ouvia a mim mesmo, um reles bibliotecário, de repente não tem tanto peso quanto ouvir uma outra pessoa superior.

GP: É interessante que, na verdade, você é o futuro. Você trabalha com as coisas que já aconteceram, mas você é o futuro. Porque se as coisas não chegarem até você... Não tem como criar novas coisas a partir do acervo, desses registros aí todos.

M: Agora, estou acompanhando agora, parece sentir uma boa vontade mesmo de fazer a mudança. Eu sei que está no final de uma gestão praticamente, mas se a gente desenhar certinho, fazer uma coisa que permaneça, ok. Mas eu também vou até alguns setores, vou lá, aquela coisa tem que ir. Às vezes não adianta só esperar, mas a gente provoca uma reação também. Mas é isso. A gente depende também do outro. Mas acho que ele desenha assim. E agora vai ficar nesse sistema híbrido do Conselho... Vocês souberam disso? E agora a necessidade desse fluxo, que a Giselinha... Ela falou do fluxo, dessas coisas de envio, vai ser agora, torna-se muito mais importante, porque a gente vai ficar mais assim. Mais uns dias em casa, vai ser um trabalho híbrido. Então eu vou trabalhar muito com a questão digital. Então eu preciso desse material para eu trabalhar, vai mandando para o repositório, vai sendo trabalhado, vai sendo detalhado, etc. Feito o trabalho de bibliotecário.

GP: Isso. Desculpe, Gi, pode falar.

GR: Era só para finalizar. Então o híbrido que você falou é que a partir de agora o Conselho vai trabalhar com essa questão de trabalhos em home office e presencial, é isso?

M: Isso. E presencial, como lá no CEDOC, é raro. Muito raro. Mudou o local. Antes era na Oscar Freire. O local era na Oscar Freire. Na verdade, depois você pode detalhar a ideia do que, porque eles criaram lá, isso é importante para você saber. Mas sobre home office, esse híbrido, ficará uns dias em casa e os outros lá, para marcar o presencial, é uma necessidade desenhar isso. Então todo o Sistema Conselhos vai fazer isso. Eu estou adorando!

GP: É outra coisa, né?

GR: A pandemia acelerou esse processo de home office em todos os setores da sociedade.

GP: Mas você faz atendimento, por exemplo, quando está no presencial, por exemplo, um pesquisador precisa de algum material, ele pode ir presencialmente, fisicamente, até o CEDOC?

M: Pode. Tanto é que pode, pode e acontece. Por exemplo, agora, dos 50 anos, tem a Fernanda. Ela está pesquisando sobre os 50 anos, duas edições especiais, ela foi lá pessoalmente, a gente também conversa por WhatsApp, por todos os meios, tudo que puder mandar de forma digital para ela, eu mando, que a maioria está. Também às vezes a pessoa gosta de ver, sentir, olhar o material. Algumas coisas, por exemplo, não estão totalmente no digital porque o Conselho, digamos assim, esqueceu de um detalhe, porque pode estar com problemas jurídicos. Por exemplo, o áudio. Tem entrevistas ricas, só que não teve assinatura, permissão, direitos etc. Uma edição do jornal Psi uma vez, eles colocaram fotografias e o fotógrafo não colocou as referências, etc. Ele processou e ganhou uma grana. Esse problema de processar existe, algumas coisas só vão ficar ali mesmo. Tem publicações riquíssimas lá que não vão poder ir para o Repositório Digital, porque a pessoa não fez esse processo legal e a pessoa não permitiu. Tem um livro ótimo sobre direitos humanos lá. A pessoa está lá nos Estados Unidos, disse não, não sabe se está viva mais, e daí que esse filme não venceu.

GP: Você não tem que esperar o domínio público, né?

M: Vai longe, hein?

GP: É isso. E a gente está usando, precisando, na verdade, para essas publicações, de algumas fotografias. A gente já coletou, dentro do que está dentro do site, a gente já coletou muita coisa, né?

M: Do site ou do Repositório Digital? Do site ou do repositório?

GP: Acho que foi do site, né, Gi? Que a gente pegou algumas imagens ou de publicação.

GR: Das duas coisas, porque eu peguei algumas pelo Repositório também, e algumas a gente pegou... As publicações a gente pegou direto dentro do site, naquela área de publicações. Mas a gente fez pesquisa no Repositório também, de coisas que vieram via repositório, na verdade.

M: Você está precisando de mais fotografias, é isso?

GP: Na verdade, a gente já está finalizando, sabe, Marcos? Mas sempre é bom ter algumas alternativas, vamos dizer. E a gente... A pergunta é isso, se a gente precisar de algumas imagens, se a gente pode te acionar nesse sentido.

M: Imagens de que período, por exemplo?

GP: Do tempo todo, na verdade. Por exemplo, fotos das sedes, das antigas sedes do Conselho em São Paulo, por exemplo. O que a gente encontrou foi uma de uma inauguração lá na Faria Lima, mas é uma foto interna, do ambiente interno.

M: Isso, do ambiente interno.

GR: Fotos de fachada.

M: Tem foto da inauguração do CEDOC, achei que vocês... Também do CEDOC, tem da... Eu posso agregar tudo isso para enviar para vocês, vocês passam o e-mail, aquelas coisas. As recentes, mais recentes, dos últimos três anos, vou ter que entrar em contato com a Comunicação. Porque houve um freio no anterior. É bom que volte, para mim, acho que daí é até uma motivação. Daí eu já agrego novamente com aquela ideia.

GP: Falando nisso, você pode falar, então, da Oscar Freire, já que a gente está falando em prédio, em local?

M: Eu até tirei uma foto lá, que foi um local muito legal, teve um período muito feliz lá. Agora foi demolido. Mas, a ideia inicial, só para entender, é bom entender o sentido até da... Por que que criaram o CEDOC? O Centro de Documentação. Eles... Tudo ficava assim, disperso, o acervo. Ficava no setor de eventos, de comunicação, e depois eles pegavam, tinha uma empresa de arquivo externo, enfiavam tudo lá de qualquer jeito, sem muita descrição do que tinha. E a empresa enviava para um galpão na Grande São Paulo. E daí, o que acontecia? Lá não tinha muitos cuidados, porque tem traças, aquela coisa. E eu, quando entrei, em 2012, já havia sido inaugurado. Foi 17 de setembro de 2010. Então, o GT História e Memória lutou, lutou com a gestão e conseguiu. Quem era presidente na época é a Marilene Proença. Ela é uma super... Se vocês quiserem o contato, para depois conversar sobre isso, que é muito interessante isso, porque o CEDOC é uma iniciativa pioneira no Brasil. Tem biblioteca na Bahia, em Minas Gerais, mas esse cuidado aqui que São Paulo faz é bem mais amplo. É muito maior. Então, daí criou-se, lutaram e conseguiram. A Marilene Proença, a presidenta, e as outras conselheiras, ex-conselheiras. O espaço foi, assim, improvisado. Ali na Oscar Freire. Daí fizeram uma subsede, funcionavam outros setores, como RH, financeiro, compras, essas coisas, jurídico. E o meu lá embaixo, o meu lá embaixo, da garagem, é uma garagem que foi improvisada, com problemas de ventilação, de umidade, tudo foi só avançando com o tempo. Mas daí, beleza, fiquei lá trabalhando. Nos últimos tempos, ficou bem precária mesmo a situação. Prédio antigo, entendeu? E o acervo cresceu muito durante esse tempo. Fui agregando, tirando aquelas caixas da Arquitec, que estavam no arquivo externo, fui selecionando, separando, tornou-se pequeno. Enfim, daí depois conseguiu, essa gestão vendeu lá, e daí estamos agora na Teodoro Sampaio. O espaço é maior, sem bolor, sem mau cheiro, sem barata, etc. e tal.

GR: Em que momento, que ano que foi vendido o da Oscar Freire e vocês mudaram para a Teodoro?

M: O ano que foi vendido? Acho que foi esse ano mesmo. Esse ano foi que bateu o martelo. Fizeram uma reunião com a categoria, a categoria decidiu não vender a sede, porque eles queriam vender a sede, mas a categoria aceitou. É chamada APAF, é uma coisa financeira, e vendeu, aceitou a (venda da) Oscar Freire. Desta forma, ali no prédio da Teodoro Sampaio, está funcionando vários setores em vários andares. No primeiro andar funciona o meu setor. Daí está ali, e agora a gente está redesenhando, reorganizando, e as pessoas já... Tem pessoas que vão lá para pesquisar presencialmente, e a gente está tocando o barco.

GR: Então, hoje tem o endereço da sede e esse da Teodoro, é isso? E foi vendido o da Oscar Freire.

M: Da Oscar Freire já nem existe mais. Tirei foto até do processo que passava ali, tirei foto da demolição, aquela coisa, e acabou. Para quem ficou ali um tempinho, é até engraçado olhar.

GP: E a subsede, vamos dizer, a gente tem a sede do CRP, vamos dizer, do estado todo, do regional.

M: A nomenclatura eles mudaram lá. É bom depois dar uma perguntadinha, porque eles vivem mudando a nomenclatura.

GP: Porque tem a subsede metropolitana também, né?

M: Então, é bom até conversar com a secretaria, que nome eles têm agora, como está se tratando. Para mim, ali, era subsede onde eu estou.

GR: Isso era uma das dúvidas que a gente tinha. Qual é o endereço atual da subsede metropolitana e da sede? Se a Teodoro virou o endereço da subsede ou da sede do CRP?

M: Exatamente. Eu aconselho até dar uma perguntadinha para a secretaria, porque daí eu não poderia... porque eu mesmo estou por fora. Que toda hora muda, é uma novidade. É igual LGBTQI, que é mais do I, não sei que sei lá. (risos)

GP: Cada hora tem uma mudança, incorpora uma coisa nova.

GR: Desculpe, eu te interrompi. Você estava falando dessa questão que saiu da Oscar Freire e veio para a Teodoro.

M: Ali o espaço é melhor, a gente tem que fazer uns acertos. Agora, por exemplo, eu não estou lá, por isso que cheguei, não deu para fazer ontem a reunião. Por quê? Fizeram uma obra lá e entupiu todo o encanamento e lá está todo molhado o chão, não seria legal aquela coisa lá. Por isso que estou aqui no interior. São Luís do Paraitinga, conhece?

GP: Já trabalhei aí, eu adoro São Luís do Paraitinga!

M: Estou aqui trabalhando, trouxe o material todo para ajudar vocês também. Conversei com a superior daí e enquanto não é arrumado, eu fico aqui. Voltando, saímos de lá, agora estamos nessa implantação naquele local e a gestão quer fazer uma forma de reinauguração do CEDOC, que está chegando o dia da psicóloga, do psicólogo, e fazer seus simbolismos de um novo local. A ideia deles é essa, fazer o marketing também da gestão e ser mais usual. Mas ali o local é bem melhor. Nossa Senhora, se eu mostrar as fotos da outra, vocês não iriam... A ex-conselheira, coitada, a Carmen, passou mal, porque tinha muito problema de mofo lá. Agora esse local, graças a Deus, não tem. E agora é uma nova fase, uma fase bem melhor.

GP: Que bom. Que bom. Marcos, a Fernanda pediu para te perguntar uma coisa, bem uma coisa de informação mesmo, que ela não conseguiu fechar, que é o nome das plenárias, de todas as plenárias, se você tem isso compilado.

M: Ah, o nome das plenárias, ela estava...

GR: Com a grafia... A grafia, né, também.

GP: Não só o mote, né, o título, vamos dizer, do grupo, é isso, como a grafia correta do nome dos conselheiros, né? Porque às vezes...

GR: Desculpa, é que eu me confundi, acho que é só o nome das plenárias mesmo, acho que a grafia já resolveu junto com você.

M: Ah, então tá bom. A grafia das pessoas, eu levei lá e conseguimos. Agora, seria o nome das plenárias?

GP: Porque tem muitas que têm nome, tem outras que não têm, né? Assim, por exemplo...

M: A secretaria, esse até é um trabalho mais da secretaria, né? Que daí agora eu vou cuidar das atas a partir de agora, vou digitalizar as que não são digitais e vou cuidar de tudo, colocar tudo. Mas eu posso também ficar conversando com a secretaria, eu faço esse jogo, converso com a menina lá, com a responsável, como eu fiz com a questão agora sobre os nomes, aquela coisa, para dar celeridade para ela também. Mas eu vou falar com ela sobre isso. O nome das plenárias, de todas.

GP: Das plenárias, é. Foi o que eu anotei aqui. Ela não pôde estar aqui hoje, inclusive, porque ela está com um outro compromisso, mas...

M: Deixa ver o que aqui... Das fotografias, já marquei, as mais simbólicas, as mais importantes, é isso, né? Uma curiosidade, que trabalho vai resultar de vocês? O da Fernanda é jornal, né?

GP: É a mesma coisa, nós somos da mesma equipe.

M: Ah, você é da mesma equipe, então é voltado ao jornal mesmo.

GP: Isso, o jornal e a edição especial.

M: Poderia sair um livro, né? Seria interessante também, né? Daria para fazer uma coisa...

GP: É que 50 anos, né? É uma data.

M: Bem simbólica, né? Meio século, né?

GP: Sendo que até já se discutiu, em um determinado período, se deveria haver ou não, né?

M: Nossa, é verdade.

GP: A ideia sobreviveu, né?

M: É, sobreviveu. E igual bibliotecário. Será que ainda existe... É necessário bibliotecário? Vira e mexe, eles falam que aí vai morrer a profissão. Ainda está indo aí.

GR: Eu queria aproveitar, você comentou sobre o GT de memória, sobre o processo do repositório. A questão da linha do tempo que está no site, toda essa parte de memória, você participou também junto com eles? Ou foi um trabalho só do GT de memória?

M: Ah, sim. Daí, da parte da linha do tempo, diretamente não, mas eu passei a fornecer informações. Daí foi assim, vamos lembrar. O conselheiro me levou, falou assim: “olha, você pode, posso ceder o espaço? Você vai trabalhar junto com a psicóloga, que seria responsável

por alimentar, atualizar a linha do tempo”? “Ah, tranquilo”. Aí comecei, então, a trabalhar junto com ela também, auxiliando nesse processo. Só que precisa de atualização, né? É uma necessidade de atualização. Parece que tem que voltar a atualizar, mas é todo um trabalho. Não sei qual que é a intenção, que ainda não sei a intenção da gestão atual sobre isso, atualizar. E também, o Repositório Digital agora vai ser atualizado também. Daí, uma empresa foi contratada, batemos o martelo, então ele vai mudar a cara. Agora, do... da linha do tempo, especificamente, tem que saber perguntar pra... Por exemplo, da... Antes era GT, né? A questão da memória, da história, dentro do CRP, foi ganhando importância com o tempo, porque antes era tudo jogado. Daí criou-se o CEDOC. O GT foi ganhando força. Daí demonstrou mais força quando tornou-se o quê? Uma Comissão de História e Memória. A partir daí, tem um documento, depois eu consigo pra vocês, tornou-se a importância. Isso envolve o CEDOC, daí eu participei junto, participava de reuniões, planejamento estratégico, etc. Então, as coisas... Ganhou força, aquela coisa, nos últimos anos.

GR: A administração do CEDOC, do repositório, faz parte da Comissão de Memória, ou não?

M: Sim, está até no documento, até oficial. É uma coisa assim, documento oficial, nos planejamentos estratégicos, daí trabalha tudo juntinho. Atualmente, infelizmente, nunca participei de nenhuma outra reunião. Nos últimos três anos, teve a pandemia, devia ter voltado, mas não houve a se participar. Que era muito rico de experiência, sabe? Eu opinava da minha forma, da forma que eu poderia colaborar, e a gente fazia. Era bem rica a experiência e surgiam novas possibilidades. Surgiu muita coisa boa. Mas agora, parece que houve uma mudança de proximidade, da forma de administrar. Isso pode resultar em coisas boas.

GR: Sim. O repositório, ele seria a versão online do CEDOC? Tem alguma coisa diferente? O Repositório é a forma de transformar o CEDOC em uma versão online? Como funciona essa relação dos dois?

M: Olha, a ideia é que tudo que for relacionado à memória do Conselho, e for possível, está exposto. No repositório, a ideia é fazer isso. Por exemplo, até mesmo tudo, até áudio, tudo mesmo. Porque o DSpace, que é a base disso, que é um software do Instituto Massachusetts, então, ele permite agregar todo tipo, e é uma forma de alcance mundial, e tem muitas coisas positivas. As instituições mais sérias no mundo, elas são colaborativas, de atualização, é muito bonito o trabalho. E no Brasil, quem cuida disso, desse software, é o IBICT. Daí o Conselho, eu consegui convencer, e houve uma campanha para lançamento, depois foi alimentado. E eles colocaram o termo “amadrinhamento”, porque o Conselho é da questão da mulher, então não é “apadrinhamento”, não, é “amadrinhamento”. Daí foram selecionadas cinco psicólogas que tiveram representatividade na Psicologia de São Paulo, para serem candidatas. Houve no período bastante grande, que fizeram campanhas nas redes sociais, Facebook, etc, e tal, para votarem qual deveria ser a representativa. E tinha Ecléa Bosi, teve várias, e também da Educação, que foi a Fúlvia Rosemberg. Foi ela que ganhou, teve o maior número de votação, expressiva mesmo, até eles ficaram surpresos, nossa! Houve um lançamento, no lançamento da filha da Fúlvia foi, foi lá. Foi muito emocionante, ela cedeu fotos. Também tem uma parte, só no repositório, da Fúlvia Rosemberg. Eu lembro que fiz um, eu lembro de fazer um, que estava quase terminando um evento, assim, fiz um vídeo com as fotos, aquela coisa, coloquei um som ao fundo. Foi muito emocionante isso no dia. Apaga essa luz, vê lá aquela filha chorando, todo mundo emocionado! Foi bonito, foi uma coisa tão simples. Todo mundo vai lá e fala assim: “então, está tudo bem, vai terminar”? “Não, não, pelo amor de Deus, tem um vídeo que eu fiz ainda”! Foi muito bonito, foi sensível, foi marcado por muita emoção. Foi também pra mim, como bibliotecário, foi legal que daí as ex-conselheiras, a Carmen, a Mônica, também estavam sentadas lá, tiveram a palavra pra falar de toda essa luta pra lançar. Foi uma coisa muito legal, que era uma necessidade, e é uma coisa que provou-se

a necessidade e a importância disso na pandemia também, porque daí a gente não podia se locomover, não podia sair daqui, o vírus estava aí no ar. Mas daí, então, como acessar, daí pronto, o Repositório se tornou imensamente útil, imensamente útil. Eu fazia de casa, olha, mandava isso, mandava aquilo, o link pra isso... Foi indo. Da Comissão, acho que já entendeu, existe Comissão, porque ela é importante. Essa Comissão, inclusive, quando tinha planejamento estratégico, era uma das que mais ganhava, assim, digamos, verbas pra trabalhar. Entendeu? Tinha uma disputa, né, quanto vai querer fazer, é aquela coisa, cada Comissão tem isso. Daí permitiu-se fazer muitas publicações, lançaram o repositório, etc.

GP: Ela é uma comissão permanente agora, então, do Conselho, né?

M: Só que deveria existir, mas acho que com o tempo volta, reunir-se aqui, aquela coisa que seria um marco importante, historicamente, de trabalho, assim, foi bom. Mas cada gestão tem sua cara, né?

GP: É, tem, estabelece prioridades e tudo isso, né? E o site, Marcos, como que ele é alimentado? É você também que faz isso? Ou tem uma outra equipe que faz? Como é?

M: Não, o site, quem trabalhava bastante é o Adolfo, ele é o webmaster. Também bem acessível para conversar, é interessante vocês conversarem com ele. Já conversaram, não?

GP: A Gisele, já, né?

GR: É, não, mas sobre a memória, não. A gente o conheceu, até foi o dia que eu fui aí junto com a Fernanda, que ele desceu, a gente conversou com ele, mas foi só uma conversa rápida, não tivemos nenhuma entrevista com ele sobre o assunto.

M: Mas ele também, ele entrou ali, parece com 16 anos, já está, não sei quantos, ele é uma história em vida. Ele sabe muita coisa, nessa parte do site, é ele mesmo. Trabalhou com várias versões, vários períodos, várias gestões. Atualmente, também deve trabalhar, mas, exatamente o que ele está fazendo agora, não sei.

GR: Mas o conteúdo colocado no site, quem decide ou quem faz o conteúdo é o Adolfo, ou ele vem da Comissão, enfim?

M: Não, eu acho que como ele estava ligado ao setor de Comunicação, então, daí a supervisão, né? A chefe. Daí, direcionava para ele, as pessoas que estavam ali falavam: “Faz isso, poderia fazer isso”. Era assim, entendeu? Era isso, isso. Anteriormente, também, eu era ligado ao setor da Comunicação. Agora mudaram aí, diz que agora o CEDOC está na parte administrativa. Não, mas daí é a decisão deles, daí não sei. Mas com o Adolfo, sobre a evolução do site, que teve várias versões, seria melhor conversar com ele.

GP: Tá bom, tá bom.

M: Da linha do tempo, tem que ver com alguém da Comissão de História e Memória, porque alguém tem que estar tomando frente a isso.

GP: É, porque parou em 19, né, a linha do tempo. Bom, teve dois anos aí de pandemia no meio, mas...

M: Até isso tem que ser contado, né? Até isso tem que ser contado, porque nesse período fizeram muita coisa. Havia muitas *lives* também, daí todo mundo lá, todo o planeta estava em

live, né? Daí o Conselho também mergulhou nas *lives.* Bastante *live*s. Você também vai entrar no repositório, tudo isso também.

GP: Ah, tá previsto isso.

GR: Essas *lives*, elas têm vídeo delas, é isso? E aí elas vão... E aí não estão ainda no Repositório?

M: Elas tiveram alguns problemas, né, de espaço, já não estava suportando. Agora contratou-se a empresa, agora vai ser atualizado também.

GR: Mas esses vídeos, eles estão no CEDOC ou ainda não também?

M: Estão online, eles eram transmitidos via YouTube, né, no canal YouTube, daí fica gravado lá. Então já nasceu lá.

GR: Ah, sim, as *lives* estão no YouTube, mas elas não têm uma... Esses arquivos não estão na nuvem como arquivo permanente do CEDOC ainda?

M: Não, não, não, não, só lá. A gente teria que baixar ele, aquela coisa, a gente vai ter que parar e discutir sobre isso. Porque vai que um dia, eu sei que o YouTube desaparece, sei lá, digamos, é difícil, né, vai imaginar isso, mas será que tem algum pane mundial? Onde foi parar toda essa memória? Isso daí tem que sentar e discutir, porque às vezes algumas coisas, elas são bem morosas. Morosas, assim, sabe? Como falar com a Subsede pra mandar isso aqui, tem... Há resistência do trabalho, desse processo de fluxo, é tudo mais demoradinho, algumas coisas, entendeu? É isso, mas agora parece que vai ganhar outro ritmo, as pessoas vão ficar mais felizes também trabalhando no híbrido, ficam mais motivadas, de repente. Mas é isso.

GP: Olha, das coisas que eu tinha anotado aqui, acho que está tudo ok. Gi, você tem mais alguma coisa?

GR: Não, acho que todas as questões que eu tinha também, foram respondidas.

GP: Que bom. E você tem alguma coisa que você queira acrescentar, Marcos, que você ache importante?

M: Deixa eu ver, eu acho que é mais relacionado ao... Por exemplo, relacionado ao CEDOC, já foi conversado com a Marilene Proença, houve uma entrevista com ela. Fico preocupado para algumas pessoas representativas terem voz para falar, por exemplo. Não é só a questão do CEDOC, mas é a principal, se ela conversou na entrevista, está ótimo. E eu estou aqui para isso, para ajudar vocês, tá? Pode mandar pelo WhatsApp à vontade, como a Fernanda também. Essa é a função. É isso que dá o sentido para eu estar lá. Eu quero que vejam que saia um trabalho bonito de vocês nesse processo todo. E daí ele volta para o CEDOC também, coisas boas.

GR: Desculpa, pode falar, não queria te cortar...

M: Não, sou um pouco emotivo também, mas tem o lado técnico, mas tem o lado emotivo. Acho que é uma coisa bonita quando você vê uma pessoa realizada, no que você trabalha, o tempo é pequeno... Mas ver a satisfação de vocês depois, ter essa devolutiva boa, é bonito! Também um usuário que já entrou lá no CEDOC, que dá um abraço de agradecê-lo, ou que outro manda, escreve lá na dedicatória, da dissertação, da tese, que convida para ir, é uma coisa boa, quem que não gosta? Carinho, quem que não gosta?

GP: É reconhecimento, tem uma dedicação aí.

M: É questão de conhecimento, é da evolução, saber que o que fazemos vai ter resultado positivo para outros também.

GR: Sobre essa questão dos resultados, uma coisa que você comentou, vocês têm alguma medição, mais ou menos, do acesso do CEDOC ou do Repositório? Uma forma de medir qual alcance dessa memória, a partir do momento que vocês disponibilizaram para pesquisadores?

M: Não, agora... Existia sim, dava para ver na versão anterior. Agora houve a mudança, agora já se transformou. Vou até acessar, a empresa está mudando, vai ter relatório mais específico por países, isso vai ser definido para eles, isso que é legal. Vocês vão saber os temas mais usados, os tipos, e pode usar até para o marketing deles: "olha, estamos sendo bem acessados". Muitas empresas fazem isso. Entendeu? Olha o alcance, o significado, mas permite isso, sim. Tá bom?

GP: Legal. E, Marcos, uma pergunta de praxe, se a gente precisar usar alguma das tuas falas para construir um texto e tudo, você autoriza?

M: Autorizo, tranquilamente.

M: Você acabou de falar que não tinha autorização em muitos vídeos. Então, como a gente está online...

M: Tá bom, então, tranquilamente.

GR: Eu vou confirmar com a Fernanda para pegar o documento que a Priscilla fez para os outros depoentes, para você poder assinar também o documento, mesmo que seja de forma online. Hoje em dia a gente tem usado para várias coisas essa questão, para assinar esse documento, a gente já tem autorização em vídeo, mas para ter esse documento de autorização também, como foi feito com as outras pessoas que deram depoimento.

M: Uma pergunta também, vocês chegaram a ver uma publicação do GT História e Memória, que agora é Comissão, né? Um caderno temático que foi da época do lançamento do Repositório Digital. Chegaram a ver?

GP: É um que tem uma capa meio marrom e teve um evento também, não é isso?

M: É um livro, um caderno.

GP: De memória, né?

M: Isso, memória. Ah, então tudo bem. Porque lá tem as falas de todos nós. É isso. Da minha parte é isso.

GP: Então tá bom. Podemos encerrar? Tá todo mundo satisfeito?

GR: Eu vou encerrar então a gravação.

M: Venham para São Luiz do Paraitinga mais. Agora vai ter festa da comida caipira aqui.

Maria da Graça Marchina Gonçalves

Resumo:
Maria da Graça Marchina Gonçalves graduou-se em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1976. Fez o mestrado e doutorado na mesma instituição, onde também se tornou docente. Foi conselheira na Gestão "Tô aqui em São Paulo para cuidar da profissão", vice-presidenta entre 2003 e 2004 e presidenta na gestão "Cuidar da profissão em São Paulo" (2004 a 2007). Fala sobre sua aproximação junto ao Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; quando conselheira participou da Comissão dos Direitos Humanos; desafios para a aproximação das psicólogas com o Conselho nos anos 1990; relação com o Conselho Federal; políticas públicas; Banco Social de Serviços (projeto do Conselho Federal); o CREPOP; novas demandas para a categoria com a ampliação do SUS e nos CRAS; participação na criação da ABEP; diversidade muito grande de possibilidades para as psicólogas; demandas atuais dos alunos; questões hoje para a Psicologia.

Data: 04.06.2024
Entrevistadoras: Priscilla Haikal e Fernanda Scalvi
Filmagem: Rodolfo Morandi
Local: CRP SP

Entrevista:

P: Bom, primeiro, obrigada por ter aceito esse convite, por estar aqui. E eu acho que começar sempre com o começo, né? Como é que foi a tua chegada no CRP, os teus primeiros contatos naquela época? Porque a tua gestão na presidência foi de 2004 a 2007, né? Antes, você já tinha um documento...

MG: Eu fui conselheira na gestão anterior, de 2001 a 2004. E, pra mim, foi assim, eu fui me aproximando, eu tinha mais experiência no movimento de professores. Como dou aula há muito tempo, eu participava bastante do movimento de professores e acompanhava um pouquinho mais de longe, assim, organização das psicólogas, as atividades da Psicologia. Mas aí tinha várias amigas, vários amigos que estavam nesse espaço, e aí eu fui me aproximando, porque a gente discutia sempre muito projetos, né, projetos da profissão, fosse qual fosse, de professor no primeiro momento, professora, mas também como psicóloga, e aí eu fui me aproximando. Fiz parte da gestão, como conselheira da gestão de 2001 a 2004, que a presidente era a Ana Bock, e ela é minha amiga de muito tempo, a gente trabalha juntas, então tinha já uma certa proximidade, mas eu comecei mesmo a perceber a importância de estar no espaço da Psicologia, sendo professora de Psicologia, né, que é o que eu fui a vida inteira. E foi muito boa essa aproximação, porque acho que trouxe uma experiência diferente com a profissão. Eu tinha muita experiência da formação, e estar no Conselho me aproximou muito da Psicologia praticada, das questões da profissão, das diferentes áreas, dos diferentes desafios, e aí foi uma experiência muito boa. Na gestão anterior, que eu era conselheira, eu estava na Comissão de Direitos Humanos, a gente estava instalando a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional. A Comissão de Direitos Humanos como uma comissão permanente era uma coisa meio nova ainda, e os Conselhos Regionais estavam instalando as suas Comissões de Direitos Humanos. E aí, nessa gestão anterior, eu participava e fui coordenadora da Comissão de Direitos Humanos. Uma experiência ótima, porque era um encontro diferente com a categoria, um encontro por essa temática, isso dava a oportunidade de a gente identificar ali as psicólogas muito envolvidas com essas questões; mas ao mesmo tempo era uma discussão, não sei se nova, mas era uma discussão ainda difícil para a Psicologia, pensar nessa perspectiva de uma posição mais política, de defesa dos direitos humanos. Então foi uma experiência muito rica, porque a gente tinha o desafio de introduzir os temas e ganhar adesão das psicólogas para essa discussão mais política, porque eu acho que na história da nossa profissão, esse viés da discussão política é mais recente e é uma coisa

mais difícil, às vezes, de você começar. Então foi uma experiência muito boa e uma experiência boa também de conhecer o Conselho. E aí na gestão seguinte, quando eu fui presidente, eu já tinha algum conhecimento, a gente nunca tem total, mas eu já tinha algum conhecimento do funcionamento do Conselho e dos desafios de administrar um Conselho de Psicologia e um conselho profissional. E foi assim que eu fui me aproximando, já experimentando coisas de instalar, e era muita coisa nova para mim, em termos de conhecer a profissão efetivamente e como ela se dá. E eu acho que uma das experiências mais ricas mesmo que eu tive na minha vida foi ter essa aproximação com a Psicologia por esse lugar, que não é o lugar da pesquisa exatamente, não é o lugar da formação, mas é o lugar da prática mesmo. Então foi muito bom, ganhei bastante ali.

F: Como arregimentar as psicólogas para participar desse movimento que estava começando, que na verdade já tinha começado, vocês estavam dando continuidade a esse movimento.

MG: Então, eu acho que assim, tem... Acho que a gente vinha no período, hoje mais distante, a gente percebe como foi rico esse período, década de 90, início dos anos 2000, foi bastante rico, porque tem que lembrar que a nossa profissão nasce em um período de muita impossibilidade de um debate, nasce praticamente já na ditadura, 1962, em 1964 a gente tem o golpe, e aí a gente tem anos ali em que o debate público era muito restrito, muito contido. E uma profissão que se torna regulamentada nesse momento, ela teve acho que marcas desse período em que o debate público era muito restrito. E a gente sabe que isso marca, marca uma certa visão da profissão, o próprio campo de trabalho era mais reduzido mesmo, mais limitado. Então, a década de 90... Aí a gente tem sempre uma discussão, desde a década de 70, 80... Sempre a gente, às vezes, até analisa como foi interessante uma profissão que surge e quase que imediatamente começa a se questionar sobre a sua identidade: “quem sou eu, o que serei, vamos rever”. Mas rever uma coisa que é uma história recente. Mas a gente reconhece que tinha aí na década de 1980, principalmente, muito questionamento sobre o lugar da Psicologia, o papel da Psicologia. E aí os anos 90 foi a década de começar a experimentar, até porque o contexto social permitia, depois da Constituição de 88, um outro espaço de atuação profissional, permitia mais debate, permitia que a gente falasse em democratizar os espaços, inclusive a ideia de democratizar os Conselhos. Então, foi uma década muito rica essa de experimentar formas novas, de estar nos diferentes espaços sociais, inclusive nos Conselhos de Psicologia. Acho que foi uma experiência bem interessante. Aí os anos 2000, o início principalmente, é a hora de começar a fazer. A gente discutiu, se debateu muito, e aí eu acho que teve um debate bom da categoria porque era mesmo um momento de muita procura por participação, por organização, por experimentar, como eu disse, coisas diferentes que estavam proibidas até tão pouco tempo naquele momento. E aí a gente tinha esse interesse, vamos dizer assim, da categoria de ter o seu espaço de participação. E tinha o mesmo tempo que por conta desse acúmulo aí, de uma parcela da categoria, de vamos inovar, vamos pensar campos novos de atuação, vamos pensar o compromisso com questões sociais de uma forma mais nítida, mais direta. Aí vamos falar de direitos humanos, vamos falar de atuação em outros campos que começam a se desenvolver nas políticas públicas, vamos falar de democracia, vamos falar de participação. Então esses temas que não eram reconhecidos pela categoria como seus temas... Na verdade se a gente pensar, é uma questão do contexto histórico, as pessoas não discutiam isso de forma geral. As psicólogas também estavam ali naquela situação. Então foi interessante porque a gente tinha interesse e ao mesmo tempo o desafio de conseguir adesão para esses temas. Então eu acho que nos direitos humanos eu senti muito isso, como era ao mesmo tempo muito instigante a gente criar as campanhas e divulgar as campanhas de direitos humanos, e ao mesmo tempo quase que convencer as psicólogas que elas tinham relação com aquilo. Da perspectiva da Psicologia, não só como cidadãs, claro, todo mundo tem como cidadão, mas as psicólogas teriam como... Mesmo a sua prática, o seu conhecimento, o seu saber, que poderia fazer uma leitura diferenciada das questões de violação dos direitos, o desrespeito aos direitos e assim por diante. Então acho que essa novidade, vamos dizer assim, da discussão num certo sentido, nesse momento que era muito

assim de experimentar coisas novas, de certa forma ajudou. Mas sempre era um desafio, um desafio da gente conseguir relacionar o campo profissional, o conhecimento da Psicologia com essas questões que estavam postas socialmente naquele momento histórico. Mas eu lembro de situações de discussões muito boas, às vezes parecendo completamente novas para a maioria das pessoas, mas ao mesmo tempo se percebendo que tinha alguma coisa sendo produzida de um novo pensamento, de uma nova compreensão da inserção, que a profissão, a categoria podia ter socialmente. Então acho que foi assim, não fácil, porque acho que nunca é fácil, mas foi bem interessante, bem instigante. Acho que foi um trabalho que foi bom de fazer. E acho que tinha muito essa preocupação de ter espaços no Conselho de participação. Acho que esse movimento começa aí, na década de 90, que vai se aprofundando, de fazer do Conselho não uma instituição rígida, fechada, formal. Sim, ela tem uma institucionalidade, tem o formalismo necessário, tem as suas atribuições legais, mas é também um espaço de encontro da categoria, onde ela pode falar sobre si mesma, sobre a sua profissão, pode ditar os rumos, decidir coisas. Então, a gente investia muito nesses espaços de participação democrática no Conselho, desde as condições, e aí se experimentou várias formas de fazer as condições, com participação das psicólogas, a forma de funcionamento do próprio Conselho, nas suas decisões, e depois os instrumentos mesmo de consulta à comunidade, desde o setor de orientação, que tem realmente essa perspectiva, uma comissão de orientação e fiscalização, mas tem muita perspectiva da orientação, do diálogo, da categoria. Acho que todas essas coisas eram discussões muito importantes para que o Conselho fosse apropriado pela categoria, era um pouco essa ideia, democraticamente. A responsabilidade é da gestão, mas a gestão tem que dialogar o tempo inteiro com a categoria, então a gente ia pensando mecanismos de fazer isso. A gente já tinha um instituído, que era o CNP, o Congresso Nacional da Psicologia, que era pensado exatamente para você, desde a base até uma organização nacional, traçar projetos para as autoridades, para os Conselhos, mas além desse, que é cada três anos, a gente pensava em outras formas de trazer as psicólogas na própria forma de funcionar do Conselho, nas suas condições temáticas, nos eventos, a gente tinha muita essa preocupação, realmente se tornou um espaço democrático.

F: Isso era junto com o Conselho Federal, ou houve alguma dificuldade, alguma diferença nessa condução?

MG: Então, não, era junto com o Conselho Federal, as dificuldades são as, vamos dizer assim, de tocar o trabalho, que sempre você tem demandas gerais, o Conselho Federal tinha suas atribuições, os Conselhos Regionais outras atribuições, mas em termos de perspectiva de como estar nos Conselhos, havia muita afinidade, a gente tinha muita afinidade, a gestão Regional, com a gestão do Federal. Tanto quando eu fui conselheira, como depois, quando eu fui presidente do Conselho Regional, a Ana Bock, que tinha estado em São Paulo, era presidente do Federal. Então o grupo, claro, com muita diversidade, uma participação ampla, em todas as regiões, mas era um grupo que sentia como perspectiva geral, era a mesma, no sentido de democratização dos Conselhos, de incentivar e fortalecer as pautas do envolvimento da Psicologia com os temas ali urgentes, de a gente consolidar a democracia, de a gente fazer valer o que estava previsto na Constituição em termos de garantia de direitos, de a gente realmente ter espaços de uma Psicologia que fosse bem antenada com as questões sociais. Então nesse aspecto geral, é muita afinidade, e aí era um trabalho bom porque a gente tinha lá o âmbito regional, mas tinha também uma repercussão e um anteparo, vamos dizer assim, do projeto do Conselho Federal, então foi um período bom de trabalho.

P: É, né, calhou que você chegou depois logo do Cuidar, da primeira gestão do Cuidar, que foi com a Ana Bock, e deu continuidade com essa bandeira do compromisso social, e foi bem logo depois da eleição do Lula, o primeiro mandato. Então se você tem essa memória de como é que foi essa repercussão de começar a levantar efetivamente essa bandeira dos direitos do compromisso social, que era uma coisa que também acompanhava um pouco as bandeiras da

presidência, acho que era um outro momento que a gente estava tendo, como é que vocês sentiam, como é que era a repercussão? Porque, claro, sempre tem uma certa... não é sempre todo mundo, é uma categoria diversa; a gente lidando com a categoria, a gente vê que tem uma diversidade e era um tema até que, não sei se efetivamente novo, mas como é que era essa recepção, as estratégias que vocês usavam a partir de encontros, ou uma comunicação, o que era... Mais uma rede, como é que vocês lidavam com isso e como é que era a recepção?

MG: Então, eu acho que tem a ver com esse histórico que eu me referi rapidamente, porque a gente, como categoria, tinha muitas questões, desde a década de 80, para que serve a Psicologia, que a Psicologia queremos, então eram debates que aconteciam, às vezes limitados pelo contexto, mas a gente até tinha já instalado esse debate. Claro, a Psicologia é muito diversa, mas a temática da democratização da sociedade era geral, muita gente, independente de outras pessoas, mas tinha essa ânsia, essa busca por uma sociedade aberta, com participação. Então acho que tinha esse ponto positivo, mesmo dentro da diversidade da Psicologia. Daí, a Constituição de 1988, de novo, deu um anteparo ali muito bom, você afirma direitos sociais, logo em seguida você tem o SUS, logo em seguida você tem o ECA, e você vai consolidando aquilo que está lá com direitos, proteção integral, direito de saúde, direitos universais, isso começa a se concretizar, e isso vai bater nas profissões, porque quem é que vai realizar esse trabalho? E a Psicologia percebeu, a categoria percebeu logo que ela tinha a ver com isso, vamos dizer assim. Isso é unânime? Não, nada nunca é unânime, numa categoria tão grande, tão diversa, mas estava muito claramente colocado que era necessário enfrentar essa discussão. Ela foi caminhando, aliado à criação de mecanismos gerais de participação, uma coisa vai fortalecendo a outra. Acho que desse histórico, da década de 80, já de participar de alguma forma desses movimentos pela democratização, depois pela Constituinte, etc, pelos direitos, acho que ficam experiências, e aí acho que cada um vai para o seu pedaço, aí quem vem para o Conselho, pensa como é que isso aparece no Conselho, porque a democracia tem que se concretizar nas instituições, ela não é algo abstrato. E aí a gente tem uma instituição que é responsável pelo exercício profissional, como é que ali também você faz a democracia avançar junto com as pautas democráticas, de luta por igualdade, de enfrentamento das questões e tal. Então, isso vai se desenhando de uma forma muito interessante e acho que tem adesão de uma boa parcela da categoria, mesmo não sendo uma discussão mais própria, mais comum na história da categoria, pelo que a gente já comentou, mas começa a interessar. E aí, eu acho que esse paralelo que você faz é importante, a gente costuma fazer também um pouco, que é o quanto o contexto social vai criando condição para você desenvolver certas possibilidades de trabalho e tal. E aí, os anos 2000, eles vão representar, é assim, é agora, agora tem que fazer, porque 2003, eleição de um governo que tem um compromisso maior, claramente colocado com o desenvolvimento dos direitos, com as questões sociais e tal... Isso estava posto, que começa no Fome Zero e daí vai desenvolvendo. Todas as pautas ali sociais para o governo, elas começam a fazer sentido para quem está na prática profissional, seja na saúde, seja no trabalho com criança e adolescente, seja assistência social que não estava tão configurada como está hoje, mas já tinha várias demandas colocadas, então começa a se abrir a possibilidade dessa atuação profissional. Então, é isso que a gente vai fortalecendo, sabe? Acho que nesses projetos aí do final da década de 90, dos anos 2000, a gente vai fortalecendo essa ideia de que a nossa profissão pode estar antenada com isso que é necessário para o país, no sentido de uma nova perspectiva de direitos, de políticas públicas, sociais, de como enfrentar a questão social, como enfrentar a desigualdade. E aí, a gente vai se apresentando, vamos dizer assim. Você vê, em 2003, foi a eleição, o começo do primeiro governo Lula, a gente estava ali, a gente inventou lá o Banco Social de Serviços. A gente, quando eu falo a gente, entenda-se, é um grupo muito grande. Como eu participo bastante disso, a gente às vezes personaliza, mas não, é um projeto mesmo coletivo, de uma ampla parcela da categoria. E aí, quem estava na gestão dos Conselhos, se formula, a partir do Conselho Federal, se formula a proposta do Banco Social de Serviços, que era uma proposta de oferecer ao Estado o trabalho das

psicólogas em áreas onde normalmente não há psicólogas e psicólogos. Então, por exemplo, a proposta era assim, o Conselho de Psicologia, o Conselho Federal e os Conselhos Regionais iam aderindo conforme a sua condição, em cada região, era uma proposta do Conselho Federal, mas com a adesão possível dos Conselhos Regionais para desenvolver nos diferentes lugares. Era uma proposta assim, vamos oferecer ao Estado um projeto de intervenção, por exemplo, em relação a egressos do sistema prisional, porque não tem uma política consolidada de acompanhamento dos egressos, de volta. Então, vamos oferecer, usando o conhecimento da Psicologia, pessoas que têm essa especialidade, com trabalho, num primeiro momento, voluntário, de pessoas que aderiram, psicólogas que aderiram ao projeto, nós vamos mostrar o que as psicólogas podem fazer no atendimento a egressos do sistema prisional. Ou então, fizemos isso, estou falando de projetos que realmente aconteceram. Vamos oferecer projetos para acompanhamento da questão do trabalho e emprego, que era um momento de ainda muito desemprego, e aí como que se faz o atendimento, acompanhamento do desempregado, no sentido dele pensar a situação dele, mas não individualmente apenas, pensar sim como ele lida com a situação, mas como é que você vai, de alguma forma, criando possibilidades de um atendimento que venha de uma política pública, que dê referências e possibilidades e novos horizontes para o desempregado. Então, teve um projeto que era junto a um, esqueci o nome agora daquele setor, que era do Ministério do Trabalho, que faz o atendimento, faz recolocação das pessoas, eu esqueci o nome do setor, mas enfim, era junto ao Ministério do Trabalho e se oferecia ali trabalho de psicólogas para fazer roda de conversa, para fazer orientação, para fazer o que fosse necessário para recolocar, de alguma forma, acolher a situação do desempregado e dar algumas possibilidades dele pensar um projeto e tal. Aí tinha outro projeto que acompanhou, “De volta para casa”, que é o projeto que acompanhou o fechamento de manicômios, e as pessoas que estavam internadas há muito tempo, como é que você faz esse processo. Então, tinha outros, no total acho que eram seis projetos. Tem um ligado à avaliação da mídia, qual é o efeito da mídia, como é que a mídia trabalha, a subjetividade, incide sobre a subjetividade, e que a avaliação é possível que a Psicologia faça disso. Sempre com a perspectiva de que essas questões poderiam, deveriam ser objeto de políticas públicas, ainda não existentes ou não consolidadas, a depender do caso. E aí se desenvolveram esses projetos e a gente dizia, o lema do Banco Social Serviços era “Há Sinais de Novos Ventos”, era uma biruta, porque exatamente ele dizia disso, agora é para fazer, era essa a mensagem do Banco Social de Serviços, agora você tem que inventar. Por que agora? Porque é isso, uma década de 90 sofrida, apesar da aprovação da Constituição em 88, a década de 90 não é fácil, pelo tipo de governo que a gente tem, de projeto econômico, político etc. Aí, ano 2000, com todo desemprego, todas as dificuldades. Em 2003 é uma esperança de que será diferente, então o recado era esse, Há Sinais de Novos Ventos, ou seja, é possível fazer mais coisas, e vão fazer em outra direção, vão fazer com a participação da Psicologia. Isso que eu digo que era o inovar ali naquele momento, era assim, de alguma forma ganhar categoria para a ideia de que tem algum espaço social neste momento histórico, nesta conjuntura, começo dos anos 2000, de fazer coisas diferentes, ampliar a penetração, deixar a Psicologia mais próxima das necessidades sociais, enfim. E foi por aí que a gente caminhou, e aí desenvolveu aqui no Regional de São Paulo, não sei se o Regional de São Paulo participou de todos os projetos que tinham em Federal, mas tem essa história contada, e é muito interessante.

P: O Banco Social de Serviços? Ele não foi do CRP exclusivo?

MG: Ele era um projeto do Federal, o desenho era do Federal, mas quem realizava, os Regionais realizavam de acordo com a sua condição. Em São Paulo a gente realizou, isso que eu não lembro exatamente agora quantos projetos, mas sim, a gente realizou aqui. O realizar significa isso tem a ver com a administração do Conselho, como é que você organiza desde o orçamento até o funcionamento mesmo, para que essas coisas possam ser feitas, efetivamente, com a participação. Tinha um apoio de uma infraestrutura que o Conselho fornecia, de pessoas para ajudar a organizar e acompanhar o projeto, e tinha participação

voluntária de psicólogas, que apostavam em quê? Não no trabalho voluntário, porque até na época deu bastante polêmica, as pessoas eram contra o trabalho voluntário, como a gente também em princípio era. Mas a questão do Banco Social, o foco dele não era o trabalho voluntário, não era para fortalecer a ideia de trabalho voluntário, que tinha sido instituída na década anterior. A ideia era sim, vamos mostrar que a Psicologia tem o que fazer e pode gerar informações e subsídios para a elaboração de uma política pública. E aí, para fazer isso, precisa de psicólogas, e aí sim, vamos fazer neste primeiro momento voluntariamente, ou seja, sem pagamento do trabalho das psicólogas, mas apostando que isso vai mostrar um caminho possível de atuação profissional dentro de uma política pública e tal. E aí, antenado com essa ideia, é o momento no Brasil, o tipo de governo que assume, que requer isso, que todo mundo invente formas novas de fazer as coisas para realmente produzir mudanças. Então, acho que a gente trabalhou bastante nisso. Daí em 2005 eu era presidente do Conselho, o Banco Social é o embrião do CREPOP, na verdade, porque ele faz essa experiência e daí, não dá para manter, nós não vamos manter isso para sempre. Ele era datado, quando ele foi aprovado, era para ser de 2003 a 2005, as datas acho que são essas, posso ter enganado em alguma coisa, mas é mais ou menos isso. E aí se lança o CREPOP, para dizer assim, agora o Conselho estará permanentemente vinculado ou desenvolvendo um trabalho de reflexão, de pesquisa, de produção de referências para atuação em políticas públicas. E aí se criou o CREPOP, que também continuou com essa perspectiva de não só analisar o que a Psicologia já fazia no campo das políticas públicas, e apontar que outras coisas podem ser feitas. Até porque as pesquisas do CREPOP, por exemplo, elas mostravam a prática, elas começavam caracterizando a prática num determinado campo de política pública, se fazia lá uma definição, um contorno ligado à política social etc. E aí se fazia a pesquisa do que essas psicólogas já estão fazendo nesse campo, e que questões a gente tem em relação a isso, que práticas inovadoras, por que precisa ser superado, por que não responde àquela área, o que é uma participação importante? Então o trabalho do CREPOP era isso, e a partir disso produzia as referências. Ele sai dessa ideia de que é preciso se dedicar como categoria a pensar essa possibilidade agora de uma atuação mais ampla, mais diversa no campo das políticas públicas, que até no período anterior não era possível, porque as políticas ou não tinham espaço suficiente para o trabalho social que envolvesse a Psicologia, ou não tinham mesmo políticas públicas sociais da magnitude que a gente teve depois da Constituição, e notadamente a partir de 2003. Então acho que essas coisas que foram sendo experimentadas, criadas e tal, era uma maneira de trazer a categoria, de trazer para essa novidade, porque ao mesmo tempo que tudo era novo, a gente já estava assim, por exemplo, depois do SUAS, as psicólogas começam a ser contratadas para o SUAS, para trabalhar, que era uma discussão supernova, o que é assistência social, assistência social é da assistente social, não é nossa, né?

(...)

MG: Eu estou dando exemplo, porque tem muitos outros exemplos, eu acho, né? Eu dou o exemplo de uma coisa que eu atuei mais de perto, que foi a discussão dos direitos, depois o acompanhamento do Banco Social, eu acompanhando aqui no CRP, depois no CREPOP e tal, porque eu acho que é isso, como é que a gente, como Conselho profissional, você, de certa forma, eu acho obrigatório você ter uma análise da conjuntura e do que a conjuntura implica para a profissão, e nesse processo, nessa análise, qual a escolha? E a escolha foi apostar numa ampliação da presença da Psicologia na sociedade, em novas áreas, reconhecendo a tradição da Psicologia sempre, as áreas mais tradicionais que tinham que ser consolidadas, mesmo que renovadas, mas eram áreas consolidadas, toda a área da educação, toda a área da clínica, toda a área da saúde, num certo sentido, porque ela também se amplia com o SUS, a compreensão que é atuar na saúde também se amplia. Já tinha áreas tradicionais consolidadas, mas tinha também essa percepção, mas dá para fazer muito mais em outras áreas. Então, eu estava falando quando o SUAS é criado, começa a ter concurso para psicólogas, nos CRAS, e aí nos primeiros documentos do CREPOP, é exatamente de

atuação nos CRAS, porque era uma demanda que a categoria, então, que não tinha experiência nisso, estranha até esse chamado para atuar na assistência social, tem que responder a isso, e responde evidentemente, porque é espaço de trabalho, possível, importante, e aí a gente começa a aprofundar esse debate. O que é essa atuação na assistência social, como que ela deve ser, e aí o CREPOP vai ser um bom instrumento. Então, isso ia trazendo a categoria que tem a sua necessidade de orientação, de reflexão, de ter referências para a prática profissional, e a gente vai alinhando isso, uma discussão do que isso representa, socialmente, politicamente. Essa adesão vai acontecendo aí, e sendo interessante nesse momento.

F: Eu quero voltar um pouquinho, até uma coisa um pouco mais pessoal, que eu queria que você falasse um pouquinho mais sobre a sua produção acadêmica, a sua produção, o que você aproveitou da sua produção, do seu trabalho na academia, e trouxe para o CRP?

MG: Então, eu sempre trabalho na formação, então, eu já participava dos debates da formação, que sempre me interessou, eu fui coordenadora de curso, fui diretora do curso, enfim, eu tinha sempre uma discussão, gostava de discutir, e pela própria função que eu tinha como professora, eu estava discutindo as questões da formação, então, eu participava muito, já tinha participado da criação da ABEP, desse movimento que desemboca na criação da ABEP, porque a formação era um tema já que me interessava. Então, assim, eu acho que já tinha essa participação. Quando eu começo a participar do Conselho, especificamente, aí se abre o mundo de todas as possibilidades de atuação profissional. A minha atuação na formação sempre foi na área de Psicologia Social, então, assim, tinha essa análise que a gente já fazia na Psicologia, de uma inserção via Psicologia comunitária, ou via uma entrada que é já em questões sociais, vamos dizer assim, mais diretamente. Ajudava nessa discussão da formação, e um pouco me ajudava a entender essa diversidade da profissão. Mas eu acho que foi muito mais esse contato, foi quase ao contrário, eu acho que esse contato com a diversidade da atuação profissional, com as questões da profissão, é que me ajudaram na pesquisa, me ajudaram na formação, a entender melhor a formação, pensar com mais elementos, como tem que ser a formação em Psicologia para esse campo tão diverso, para tantas possibilidades de atuação, e também para os campos novos. Essa questão foi posta como uma questão para a formação e de pesquisa. O meu doutorado, que eu fiz no começo dos anos 2000, vai ser sobre isso, sobre a atuação da Psicologia em políticas públicas, o que é a situação, enfim, fiz lá uma discussão a partir do referencial teórico, mas com essa preocupação de fazer uma reflexão que ajudasse exatamente a categoria a avançar, a entender melhor esses novos campos que se abriam aí nas chamadas políticas públicas. Às vezes a gente usa também genericamente o termo, mas acho que no contexto da Psicologia faz muito sentido, porque é isso, a gente vinha de uma profissão muito marcada pela ideia da atuação no serviço privado, fosse empresa, fosse em escolas, que em geral eram as privadas que faziam a contratação. Não tinha essa mesma atuação ainda, era pouca atuação possível na política educacional, de uma forma mais ampla, fosse na clínica, que era pensada do modelo, muito fortemente, do modelo do consultório privado. Então, o público aí, foi uma discussão importante, não, é outro espaço de atuação, que pese que os demais também são importantes, esse é um outro espaço de atuação, é uma outra entrada, tem que haver uma outra compreensão. Eu pesquisei um pouco isso, mas eu acho que foi muito mais a experiência no Conselho que me ajudou na pesquisa e aí o que eu tentei fazer e faço até hoje nessa discussão, meu núcleo de... Na pós-graduação, é um núcleo de políticas públicas em desigualdade social, então eu continuo pesquisando isso, mas essa participação no Conselho me abriu para muitas questões que a academia tem que, eu acho que tem que enfrentar, como contribuição ao desenvolvimento da profissão, como resposta às questões que estão colocadas. Acho que foi importante esse... Mais nessa eu me alimentar aí das questões da profissão para pensar pesquisa, pensar a formação.

P: E uma das coisas que a gente tem falado é da formação justamente, eu conversei com a Irani também, tal, e um dos pontos é que tem se tornado um dos cursos mais procurados, a gente já estava procurando muito grande, a gente viu muitas mudanças, agora um pouquinho na sua experiência como professora, como acadêmica, desses últimos anos, do que você tem sentido, teve uma mudança de perfil? Você acha, das pessoas que têm ingressado, também tem muita gente optando como segunda à graduação, fazer Psicologia, como é que você tem sentido esse movimento dentro da sala de aula de quem está forçando, e da própria formação como estrutura curricular? Não sei se você sente uma mudança ou se, a partir do momento que houve uma abertura para deixar possibilidades dentro do currículo, se isso se manter, como é que você vê da sua experiência?

MG: Eu acho que a gente na formação ainda tem o desafio de inserir as psicólogas e psicólogos, fazer a formação para que garanta essa inserção em campos muito diversos. A gente ainda tem o desafio de ampliar a visão que chegam os alunos e alunas sobre o que é possível fazer em Psicologia. Isso era muito forte, vamos dizer, no início dos anos 2000, mas isso ainda, de certa forma, ainda existe. Ainda existe um pouco a ideia, ou uma ideia mais restrita das possibilidades da Psicologia, por um lado. Por outro, o fato de a gente ter consolidado atuação no SUS, atuação no SUAS, no Sistema de Proteção Integral de Criança e Adolescente, e até experimentado atuações em outras políticas, portanto, uma diversidade muito grande de possibilidades, também chega no interesse dos alunos. Eu diria assim, não está ainda bem consolidada uma visão que combine tudo isso, ainda tem um pouco... Por isso que eu disse, um desafio a gente pensar a Psicologia nessa inserção social de uma forma mais articulada, porque ela ainda, às vezes, aparece como se fossem coisas diferentes. Mas já tem, cresceu muito, e o fato de você ter demanda por Psicologia em muitos lugares diferentes, isso vai aparecer também na formação, e a gente tem que responder a isso. A diversidade de locais de estágio é uma amostra disso, os alunos hoje fazem estágio em muitas instituições, muitas instituições diferentes, muitos espaços diferentes, e fazem estágios de coisas que normalmente não eram pensadas para a Psicologia, pelo menos os alunos não chegam pensando. E aí são demandas, demandas que estão postas, as pessoas reconhecem, então, isso dá a entender que parece que tem um reconhecimento maior da Psicologia, até porque se a gente pensar, hoje a população tem mais contato com a Psicologia. A gente, antes de você ter psicólogas no SUS, no SUAS, nas escolas, etc., a maioria da população encontrava uma psicóloga para fazer o exame psicotécnico, para tirar a carta, e nunca mais na vida encontrava, nem sabia direito do que se tratava. Hoje não, hoje é comum as pessoas encontrarem a profissional de Psicologia em muitos espaços diferentes, então, isso dá um reconhecimento maior, isso de alguma forma, chega na formação e põe demandas para a formação, porque daí você também tem que diversificar e responder ao que é necessário nesses diferentes espaços. Em relação ao interesse que parece que cresce, realmente, a gente teve um número enorme de cursos, os cursos cresceram. Os cursos de Psicologia não têm problema de procura, de uma forma geral, não cai a procura, outros cursos de nível superior caem a procura, tem menos ingressantes, mas a Psicologia não. Esse é um fenômeno da gente tentar entender melhor. Às vezes, eu acho que é meio dividida essa busca, ela ainda vem muito para aquele viés mais tradicional da Psicologia que cuida do indivíduo que tem algum problema, naquele sentido mais tradicional, que a Psicologia superou. Não que ela não tenha que cuidar, sempre a gente tem que lembrar que essa atuação é fundamental, a clínica, da psicoterapia, do trabalho individual, ela continua sendo fundamental, referência etc., mas a Psicologia é muito mais que isso. Então, parece que de repente, até pela situação social que a gente vive, de muita incerteza, muito temor em relação ao futuro, muitas dificuldades, a recém pandemia que trouxe uma situação completamente nova, agora todas as emergências climáticas que as pessoas se sentem muito impotentes, acho que tem um contexto que favorece um pouco essa ideia que alguém precisa cuidar disso, especificamente desse sofrimento. Com certeza precisa mesmo. Mas eu não sei, às vezes eu acho que tem ainda uma certa divisão de setores da sociedade ou mesmo da formação, que voltam a focalizar muito essa perspectiva mais individual de intervenção. Enquanto eu acho

que sim, essa é uma possibilidade, mas todas as outras da Psicologia podem trabalhar na mesma direção, no sentido de organizar as pessoas para que elas possam elaborar esse mundo que a gente vive, a gente se organizar como sociedade, enfrentar as questões que nos causam temor mesmo, insegurança em relação ao futuro, mas isso tem que ser feito também, talvez principalmente coletivamente, de maneira organizada. E a Psicologia tem instrumentos para isso, a Psicologia tem possibilidade de intervir em várias situações, pensar políticas mesmo. Sei lá, um exemplo meu ocorre agora, às vezes, eu discuto com os alunos no começo do curso, eles entendem e tal, e ao mesmo tempo parece que é novidade. A Psicologia pode fazer intervenções em relação ao direito à cidade, ao planejamento urbano, à apropriação do espaço público da cidade. E a gente ouve a cidade hoje é violência, é temor, é confinamento, é isolamento, é segregação. A gente pode, a partir da Psicologia, trabalhar em direção, no sentido de rever isso, de reorganizar a sociedade, de fortalecer os coletivos que tenham condição e que possam ocupar os espaços da cidade, que é direito de todos ocupar a cidade. Então é um tipo de intervenção que, no meu modo de ver, responde a esse sofrimento contemporâneo, mas responde não apenas pelo atendimento individual, mas por pensar uma forma de lidar socialmente, de estabelecer possibilidades de novas sociabilidades, de novos encontros, de novas ocupações de espaço público, que devem ser políticas públicas para o enfrentamento da violência, das situações todas que a cidade oferece, para as dificuldades mesmo, mesmo com a questão ambiental. Nós vamos enfrentar a questão ambiental individualmente, não devemos enfrentar individualmente. E eu acho que a Psicologia pode colaborar nisso, a gente pensa maneiras do enfrentamento da questão ambiental que requer coletivos, requer pessoas com algum projeto de enfrentamento, requer apropriação dos temas. Então nessa forma de posicionar as pessoas em relação aos problemas e se organizar para enfrentá-los, eu acho que a Psicologia pode contribuir muito. E acho que essas contribuições podem estar formatadas como políticas públicas, políticas de lidar com as questões da cidade. O que é a questão urbana, como a gente trabalha isso. De certa forma, acho que algumas políticas chegam bem perto disso já hoje, acho que tem muita discussão no SUS que passa por aí um pouco, sobre a apropriação do território, de como é que você lida com o território, mas que pode ser complementada por uma leitura que até amplia aquilo que o SUS eventualmente coloca, ou mesmo o SUAS. O SUAS também tem um desenho territorial, mas como é que você fortalece essa ideia do território, porque o território fala de uma apropriação do lugar, uma apropriação do tempo, uma apropriação das relações, uma apropriação do que se passa ali na vida cotidiana, que é importante que todos tenham. E a Psicologia não fará sozinha isso, mas ela tem elementos para produzir relações diferenciadas, organização das pessoas, formas de sociabilidade respeitosas, solidárias, a Psicologia sabe disso. Eu acho que esse saber deve alimentar essa atuação, nessa perspectiva, e aí eu acho que é um bom jeito da gente responder ao crescimento, à demanda, para não fazer mais do mesmo simplesmente. Mas fazer aquilo que é importante, que se consolidou como uma prática importante, mas fazer mais, fazer coisas diversas que respondam às novas questões que a gente tem nesses tempos atuais. É um pouco por aí que eu acho que a gente deveria responder, e com certeza aproveitar no bom sentido essa demanda que tem por formação em Psicologia, por atuação em Psicologia, acho que a gente deve potencializar isso para contribuir de uma forma relevante no enfrentamento das questões sociais que a gente tem.

F: E esses novos alunos, essa grande demanda agora, eles trazem coisas também novas? Uma forma de instigar um pouco mais toda essa discussão.

MG: Eles trazem, eu acho que muito, é um desafio, eu acho que os professores mais jovens, menos desafio. Eu acho que eles trazem muitos desafios, porque eu acho que também tem um certo aspecto contraditório, eles são muito vorazes no que eles querem, no que eles acham importante, eles querem ir nas mudanças, e eles acompanham, e no ritmo, e na aceleração, mas às vezes as coisas ficam um pouco refletidas, pouco trabalhadas. A gente tem esse desafio, porque eles instigam no sentido de, não dá mais para responder do mesmo jeito, tem que responder de uma forma nova, e isso eles trazem sempre, eles sempre têm

novas perguntas e muitas vezes novas soluções. Então, eu acho que o nosso desafio é conversar, dialogar com essas novas perguntas e essas novas soluções que eles trazem, e pensar a Psicologia nesse processo. Eu acho que tem a coisa da rapidez com que as coisas mudam, que eles nos desafiam em relação a isso, o uso da tecnologia, que a gente não pode deixar de falar disso, é uma coisa também que a Psicologia tem que se preocupar em entender, que o uso é esse, claro, a tecnologia existe, não deixará de existir, e é necessária, e ela responde a questões, ela traz soluções. Então, estamos desafiados a pensar qual a melhor maneira de fazer, de usar, de realmente ter um uso produtivo e importante disso. Então, eles nos desafiam em relação a isso. Eles nos desafiam no sentido de, rapidamente, acolherem novas ideias e ficarem provocando no bom sentido também, porque a gente incorpora novos conhecimentos, novas ideias. Eu tenho tido uma experiência assim, eles são, às vezes, ingênuos, mas às vezes são muito críticos. É uma mistura de uma certa ingenuidade, às vezes, um pouco conhecimento de algumas questões, mas ao mesmo tempo eles são antenados com as questões, são críticos. Acho que eles têm... Essa questão do futuro é muito pesada para todo mundo, e eu acho que para os jovens é uma questão pesada, porque parece que é muito difícil de pensar o futuro. Então, acho que eles nos desafiam também em relação a isso. Como ter o futuro? Como consolidar o projeto de futuro? Que projeto é esse? E eu acho que tudo isso tem que ser incorporado na formação. Às vezes, um tempo atrás, a gente discutia assim, como lidar com problemas de transtornos ou de sofrimentos que os alunos têm, como que o aluno que está na universidade, que tem lá qualquer dificuldade, ou tem um sofrimento psíquico, ou tem um transtorno, como é que a gente lida com isso? Por que é que isso está aumentando? E a gente tem procurado discutir que não está exatamente aumentando, ou pode ser até que esteja, mas é uma questão social mais ampla. E, na verdade, a gente tem que responder a isso com Psicologia, mas com Psicologia que tem que, por exemplo, entender a juventude. Quais são as questões da juventude hoje? Então, de novo, não é individualizar o aluno que tem algum problema. Muitos terão vários tipos de problemas e vários tipos de não problemas. Então, acho que é isso. Mas como é que é isso no contexto da juventude hoje? Quais são as questões da juventude? Que políticas a gente tem para a juventude? Como é que a gente, como sociedade, que lugar que a juventude tem? Tudo isso interfere em como o aluno se coloca, como ele pensa a formação dele. Então, acho que é um pouco a gente entender que a formação tem que pensar também as questões gerais e inserir os problemas, as dificuldades, dentro desse contexto geral e achar as respostas juntos. Quando eu digo que eles trazem questões, mas trazem às vezes também as soluções, é assim, é dialogando, é dando espaço para a participação dos jovens que a gente vai achar soluções para as questões da juventude. Acho que a formação tem que incorporar tudo isso. É muito desafiador, eu acho, porque ao mesmo tempo você vai formar um profissional, tem lá tudo aquilo que você quer garantir para que seja um profissional ético, competente, que saiba realmente atuar de uma maneira adequada na profissão. Então, essas coisas todas têm que ser enfrentadas e têm que ser consideradas. Então, é desafiador, mas é um trabalho bom também. É um trabalho bom.

P: É um trabalho grande, não é? Nossa, muito interessante, muita coisa aqui de pensar, um jeitinho muito de professora de falar, é bom ouvir, dá até uma luz. Mas, e para o Conselho da tua experiência, que você teve, você falou de memórias boas nessa construção, muito interessante, sabe? É claro, a questão do Banco Social ainda não tinha cruzado com ele, mas é que é muito bom, né? Da tua experiência do que foi bom, o que você acha que, daí o Conselho daqui em diante, ele pode, nessa conjuntura de crescimento, muitos psicólogos, uma categoria diversa, jovens que estão vindo com novas questões, novas tecnologias, o que você acha que é bom que o Conselho seguir adiante, que ele poderia fazer para sempre melhorar essa relação?

MG: Então, eu acho que não é a mesma coisa que foi feita anteriormente, mas é o mesmo, eu acho que certa proximidade, assim, da mesma perspectiva. Tem que avançar sempre, eu acho que o Conselho, ele tem que, sabe, jogar uma meta, assim, o que nós vamos inovar na

categoria, na profissão? E aí as pessoas veem, sabe? Porque as vezes a gente fica assim, mas a categoria, eu tenho que atender... Claro, tem que atender as demandas da categoria naquilo que já está posto, as questões que as psicólogas trazem, elas são fundamentais de serem consideradas, as mais básicas que sejam, não importa, o Conselho tem que orientar, tem que produzir referências, tem que dar todas as diretrizes da atuação profissional e tem que tomar conta disso, é a sua função. Mas, como projeto, eu acho que se você avança, você faz isso em movimento mais claramente, você não fica rígido no mesmo lugar. E aí o que eu digo que avançar é, assim, descobrir quais são as questões hoje que a Psicologia poderia estar se envolvendo e que ainda não se envolveu suficientemente. Então, alguns temas até que eu já mencionei, sei lá, a questão climática. A questão climática nunca foi uma questão *str icto sensu* da Psicologia, é lá do pessoal que estuda clima. Não, não é verdade, a gente está sabendo que não só, eles têm lá um conhecimento específico, mas a gente tem que falar disso. O que seria? O que caberia a Psicologia falar em relação às urgências, à mudança climática, ao enfrentamento disso? O que cabe à Psicologia? Eu acho que cabe bastante coisa. Vamos fazer um projeto que fale disso, que traga esse saber acumulado da Psicologia, tantas experiências de tantas áreas, que agora pense uma coisa um pouco diferente para essa questão que é do nosso tempo. A questão democrática, a gente enfrentou de um jeito lá, nós temos que enfrentar de outro agora. Ela está posta de novo, a nossa democracia não está garantida, não está ali firme, a gente é ao contrário, a gente está vivendo um tempo histórico em que aquilo que nos parecia já resolvido, de repente não está e reaparece. O que são os sujeitos democráticos? Um tempo atrás a gente fazia essa discussão, o que são os sujeitos democráticos? A gente fez lá atrás, no início dos anos 2000, e agora parece que de novo, não fizemos o suficiente talvez, e a gente tem que fazer de novo. O que é hoje falar em democracia? Como que as pessoas entendem isso? Ainda é uma meta, a gente conseguiu muitas coisas, mas a gente não tem muitas coisas muito garantidas, inclusive porque a gente tem desigualdade. A gente vem falando de desigualdade há muito tempo, o que a gente pode falar mais sobre isso? Enfim, eu estou aqui falando a democracia, a desigualdade, aí quando a gente fala da democracia saem vários subtemas, que até cruzam com o outro. A democracia e o acesso à tecnologia, se fizer um cruzamento aí dá um monte de coisa para a gente discutir. Quando a gente fala de tecnologia, tem uma parte, como que incide o uso da tecnologia na tradição subjetiva, esse parece que é o nosso tema, mas nessa discussão a gente tem que pensar mais coisas, mas como incide a partir do quê? Quem está produzindo? Não faz diferença saber quem tem o controle da produção do conteúdo, de quem tem a possibilidade de questionar esse conteúdo, quais são os mecanismos de reação a isso que a sociedade tem? Nós podemos falar disso com Psicologia, é um tema para a gente se tratar. Então, sei lá, a gente tem falado muito também da questão da desigualdade, no aspecto da insegurança alimentar, que de repente explode de novo. A gente começou 2003 falando do Fome Zero, de repente, nós estamos em 2024 falando de novo, em 2022, 2023 falando de novo em crescimento da insegurança alimentar e tal. Então, é um tema para a gente tratar. Estou dando só alguns exemplos, acho que tem muitos outros. A própria discussão da violência, que sempre foi um tema da Psicologia, tem facetas novas, tem expressões novas na sociedade. A gente continua enfrentando situações de violência diversas e a gente tem que tomar na mão isso com Psicologia, sem falar sobre isso. Então, eu acho que, estou dando só alguns exemplos, mas coisas que a gente tem pensado, que tem pensado com outras pessoas, enfim. Mas que dizem assim, no Conselho é importante que também pense como inovar, como avançar, como ter um projeto que põe a Psicologia pensando coisas que ela não nunca pensou, como se fizesse de certa forma. E, por isso, isso ajuda a congregar a categoria, a trazer os jovens, a trazer a experiência para os mais velhos. Sabe, acho que faz um movimento interessante, onde o Conselho vai cumprir as suas funções, que estão previstas em lei, é isso mesmo, mas faz isso num movimento interessante, abrindo espaço para participações diversas, incorporando novas ideias, e com isso contribuindo para modificar a própria profissão e o lugar da profissão na sociedade. Então, eu acho que o segredo é sempre ter um projeto, um projeto de avanço, e quando eu falo avanço, aí, claro, você tem a posição, avanço em relação a quê? Avanço em relação a mais democracia, superação da

desigualdade, fim do racismo, enfim, das violências todas, do machismo. Aí a gente começa a nomear, porque é assim, que vai falar realmente de uma sociedade que consolide igualdade, democracia, aquilo que a gente tem apontado como necessário. Infelizmente ainda necessário, a gente não superou, mas tem que enfrentar. E acho que é por aí que vem o futuro diferente, se a gente quiser falar de futuro, porque eu acho que o futuro é uma questão hoje, né? As pessoas meio que estão desistindo de pensar no futuro, dada essas dificuldades, e a gente precisa ter projeto, né? Não é um futuro ilusório, nem um futuro só de imaginação, mas é um futuro possível a partir de um projeto. E eu acho que é legal que o Conselho que cuida da profissão, que tem relação com a categoria nas suas dificuldades cotidianas, consiga mostrar-se um horizonte um pouquinho adiante, porque isso anima as pessoas, traz as pessoas, né, para produzir algo novo.

P: Ótimo! Por mim, acho que é isso.

F: Muito obrigada.

MG: Obrigada a vocês.

Maria Imaculada Cardoso Sampaio

Resumo:
Formou-se em Biblioteconomia em 1989, fez o mestrado em Ciência da Informação e Documentação na ECA/USP e doutorou-se em Psicologia Experimental pelo IP/USP. Coordenou a Biblioteca Virtual em Saúde-Psicologia durante 15 anos. Fala sobre seu interesse pela biblioteconomia e seu ingresso na biblioteca do Instituto de Psicologia da USP; aproximação com o Conselho Federal e Regional de Psicologia; Biblioteca Virtual de Psicologia; apoio recebido pelo CRP SP; a Psicologia como modelo na promoção do acesso à informação; uso do modelo Scielo para a área de Psicologia; aumento de citações nas dissertações e teses; Psicologia como ciência; importância da Psicologia brasileira diante dos demais países da América Latina; importância dos Congressos; ABEP.

Data: 28.05.2024
Entrevistadoras: Giselle Rodrigues e Fernanda Scalvi.
Entrevista realizada por Google Meet

Entrevista:

F: Gostaria muito que você se apresentasse, dissesse onde e quando você nasceu, de onde vem seu interesse pela Psicologia e aí também, né, pela Ciência da Informação.

M: Ok. Bom, eu nasci no dia 31 de março de 1954. Eu nasci no interior de São Paulo, Araraquara, e vim para a capital com seis anos. Bom, depois eu tive um percurso de vida trabalhando, me casei, tive meus dois filhos, e aí eu fui fazer universidade, que eu não tinha nível universitário. A minha sogra era bibliotecária e ela me apresentou à biblioteconomia. Então, eu me interessei, eu queria fazer uma graduação e ela me apresentou e eu achei bastante, bastante instigante essa carreira. E aí eu, então, estudei, fiz o vestibular e entrei na biblioteconomia da USP. Me formei na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo no ano de 1989. E eu fui, para a minha sorte trabalhar na biblioteca do Instituto de Psicologia da USP. Então, em fevereiro de 1999, perdão, 1990, eu começo a trabalhar na biblioteca do Instituto de Psicologia da USP. Essa biblioteca era uma biblioteca, é, até hoje, uma biblioteca temática, porque a USP tem as suas diversas bibliotecas nos diversos cursos. E a Psicologia da USP, então, tinha essa biblioteca, que era uma biblioteca temática em Psicologia. Reconhecidamente, no Brasil, a biblioteca mais completa, com o acervo mais valioso, com mais recursos e acesso. Naquele tempo, nós não tínhamos ainda fontes de informação eletrônicas, mas a biblioteca já contava com um instrumento importantíssimo para o psicólogo brasileiro, chamado Psychological Abstracts, que indexava a publicação da área de Psicologia do mundo. Então, isso era um diferencial já, naquele tempo, da biblioteca do Instituto de Psicologia. Bom, e trabalhei no Instituto de Psicologia, na biblioteca, até 2015. E lá, no Instituto de Psicologia, então, eu iniciei como bibliotecária, depois eu passei a supervisora-chefe e fui para a direção da biblioteca. Aí eu assumi a direção da biblioteca do Instituto de Psicologia. Bom, essa biblioteca, então, ela vai ganhando bastante relevância à medida que a tecnologia vai avançando. Bom, e eu fiz, então, completando minha formação, eu fiz meu mestrado em Comunicações. E o fato de eu estar na Psicologia, de eu trabalhar com a área, me fez despertar muito interesse por estudar mais Psicologia. Então, não era o caso de eu fazer outra graduação, mesmo porque eu não tinha tempo para isso. Eu trabalhava, o meu período de trabalho era período integral. Se bem que eu fui fazer doutorado em Psicologia, que não é nada mais simples do que fazer outra graduação, mas eu já não queria fazer outra graduação. Então, eu fui fazer doutorado na área de Psicologia Experimental, no Instituto de Psicologia da USP. Concluí meu doutorado e continuei atuando na biblioteca do Instituto de Psicologia. Então, esse é o meu percurso de estudante e profissional. E aí, quando eu entrei na biblioteca do Instituto de Psicologia, meu interesse pela área foi muito grande. E aí, eu vi o potencial que a Psicologia tinha, desde que houvesse fontes de informação amparando,

apoiando, dando suporte ao psicólogo brasileiro, que era uma área bastante carente de informação, com pouco recurso, uma área bastante, vamos dizer assim, abandonada em relação a recursos de informação na área. Bom, eu não sei o quanto você vai entrar nesse detalhe, foi por causa desse meu interesse por trazer informação atual, informação pertinente, relevante para o psicólogo, que fez eu me aproximar do Conselho Regional e do Conselho Federal de Psicologia. E aí, nós demos início a um projeto muito importante para a Psicologia daquele período, a Biblioteca Virtual de Psicologia. Era uma parceria da Universidade de São Paulo com o Conselho Federal de Psicologia e com os conselhos regionais de um modo geral.

F: Em relação a isso, eu vi que o Ministério da Saúde é quem capitaneava as bibliotecas virtuais de saúde. Então, qual que é a relação? Porque a BVS-Psi, ela é vinculada a essa do Ministério da Saúde ou é uma coisa à parte?

M: Não, ela é vinculada, mas como que isso aconteceu? É importante a gente resgatar que o Conselho Federal de Psicologia, ele também se conscientizou da importância de... Naquela ocasião tinha um grupo de pessoas atuantes no Conselho Federal de Psicologia e no Regional também, que entendiam a importância do psicólogo ter informação atualizada, informação relevante, mas informação acessível. E aí foi, em 97, o Conselho Federal de Psicologia, ele publicou um edital convidando bibliotecas para fazerem a primeira fonte de informação na área da Psicologia brasileira, que se chamou Index PC Periódicos. Era uma base de dados cujo objetivo era organizar, indexar e divulgar os artigos publicados em revistas brasileiras de Psicologia. Esse projeto foi desenvolvido entre o Conselho Federal de Psicologia e a PUC Campinas. A biblioteca da PUC Campinas comandou esse projeto junto com o Conselho Federal. Quando foi em 99, o Conselho Federal de Psicologia convidou a biblioteca da USP para expandir esse projeto, para fazer esse projeto mais robusto, sair apenas de uma base de dados e periódicos para ampliar para outras fontes de informação. Então nós entramos para atuar junto ao Conselho. Como nós já éramos uma biblioteca que fazia indexação para a LILACS. A LILACS é coordenada, LILACS é Literatura Latino-Americana e do Caribe Informação em Ciências da Saúde. A nossa biblioteca era o centro indexador da área da Psicologia. Então a gente já tinha um contato com a BIREME, Centro Latino-Americano de Informação em Ciências da Saúde. E a BIREME já tinha desenvolvido uma metodologia para fazer bibliotecas virtuais. E essa metodologia que a BIREME desenvolveu era em parceria muito estreita com o Ministério da Saúde. Então aí entra o Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde entra como um incentivador, apoiador e mantenedor das bibliotecas virtuais em saúde. Então era a BIREME, a Organização Pan-Americana da Saúde, o Ministério da Saúde e os centros cooperantes. E nós éramos o centro cooperante de Psicologia. Então, nós da área de Psicologia. E é preciso ressaltar, enfatizar a importância que teve o Conselho Federal de Psicologia junto com o Regional, porque o Conselho Regional de São Paulo, ele era e até hoje é muito atuante. É muito forte, é um Conselho muito forte.

F: Você diz isso em qual sentido?

M: No sentido de apoiar, de dar incentivo e dar dinheiro, porque sem dinheiro não se faz nada. Então o Conselho Regional ele aportou recursos financeiros, juntamente o Conselho Federal então aportou uma quantia grande, porque a USP ela dava o trabalho, o nosso trabalho. E o Conselho Federal dava recurso financeiro e fazia a gestão científica, como a gente chamava. Dizia quais bases de dados nós deveríamos fazer. A gente se reunia para dizer como seriam essas bases de dados. A BIREME dava a metodologia e o Ministério da Saúde dava seu apoio também. Então era e é, continua sendo até hoje uma parceria muito forte desses atores todos para fazer biblioteca virtual. Num tempo em que não existia Google, não existia Google Acadêmico, porque hoje o Google Acadêmico vem meio que entrando nessa parte de organizar, indexar, reunir conhecimento científico. Naquele tempo não tinha nada. Foi nesse sentido que em 2000 o projeto Biblioteca Virtual em Psicologia ganha forma e em 2001 ele é

inaugurado. Então nasce a Biblioteca Virtual no modelo da Biblioteca Virtual da BIREME, por isso que se chama BVS, que é a Biblioteca Virtual em Saúde, “hífen” Psicologia, temática de Psicologia. E foi, a Biblioteca Virtual ganhou muita importância. Nós fomos, em se tratando de área temática, nós fomos a área mais forte que trabalhou junto a BIREME e ao Conselho, a BIREME e a OPAS e o Ministério da Saúde. Nós fomos modelo para execução de bibliotecas virtuais em vários países da América Latina e no Brasil também. A Biblioteca Virtual de Veterinária, a Biblioteca Virtual de outras áreas sempre se apoiaram, se ampararam no nosso modelo. A gente foi uma Biblioteca Virtual muito forte, muito forte mesmo.

F: Vocês têm ideia do número de pessoas que consultavam, que consultam a Biblioteca Virtual? Tem alguma coisa ali que conte?

M: É, nós tínhamos estatísticas, nós tínhamos estatísticas de acesso. Não vou me lembrar para falar para você imediatamente, mas nós tínhamos muito acesso. Porque além de nós fazermos a Biblioteca Virtual durante esse período do auge da sua ascensão e da sua também execução, nós estivemos em praticamente todos os congressos e eventos da área de Psicologia. Então tinha um congresso, por exemplo, o Congresso de Psicologia, Ciência e Profissão. A Biblioteca Virtual tinha um estande e ali nós ficávamos apresentando as fontes de informação, mostrando para o psicólogo os recursos para ele ter acesso à informação. Fazíamos cursos. Então toda essa ação que só era possível, porque existia o FENPB, o Fórum Nacional das Entidades de Psicologia, com todas as associações, com as entidades da Psicologia. Como essas entidades faziam parte do conselho gestor da Biblioteca Virtual, nós estávamos em todos os congressos, pelo Brasil todo. A gente viajava promovendo o uso da Biblioteca Virtual. Então nós tínhamos muito acesso, nós tínhamos muito acesso e muita visibilidade e muita... Nós gozávamos de um valor e de um respeito muito grande junto ao psicólogo brasileiro. Sim, foi um momento bastante glorioso. Quando a informação... Você veja, o psicólogo brasileiro, as revistas de Psicologia, as teses de Psicologia, elas não ficavam visíveis, porque elas estavam nas estantes das bibliotecas. E aí quem tinha acesso? Quem era a biblioteca que tinha o maior acervo? Era a nossa. A nossa biblioteca tinha o maior acervo. Tanto em livro, quanto revistas, quanto teses. Só que ficava aqui, no Butantã, na Universidade de São Paulo. O resto do Brasil penava para ter acesso a isso. Quando foi criado o Índex Psi-periódicos, que a gente juntou numa base de dados só, todas as revistas de Psicologia, isso foi uma coisa espetacular para o psicólogo. Porque aí ele tinha acesso. Ainda não tinha acesso ao texto completo. Mas ele tinha acesso ao resumo, aos dados, aos metadados, ao resumo. E aí era possível pedir o artigo via comutação bibliográfica para a nossa biblioteca ou outra biblioteca. Então, você abriu uma porta de acesso à informação. E além das revistas, aí nós fizemos isso com as teses, nós fizemos o Índex Psi-livro. Nós fomos ampliando para que a gente fosse dando acesso ao conhecimento na área de Psicologia. Essa era a meta, era o desejo nosso, mas a gente não fazia isso sozinho, enquanto biblioteca. A gente fazia isso junto com o psicólogo. E nesse aspecto, os Conselhos, eles foram ímpares. Nenhuma área tinha conselhos tão voltados para a promoção do acesso à informação igual à área da Psicologia. Por isso que a gente era modelo. Nós éramos convidados o tempo todo a mostrar como a Psicologia se organizou para dar acesso ao conhecimento para o psicólogo brasileiro. Então, outras áreas convidavam a gente para mostrar como é que isso foi feito. Isso foi uma mudança no curso das águas da Psicologia brasileira.

F: Olha, parabéns. E que honra poder participar desse processo, né?

M: Maravilhoso, emocionante! Na verdade, é emocionante, sabe? Porque como profissional da informação, eu via a carência, as dificuldades para uma pessoa lá no Ceará, na Universidade Federal do Ceará, fazer a sua dissertação de mestrado, o levantamento bibliográfico, a sua tese de doutorado. Quando a gente possibilitou, a gente quebrou barreiras. A gente pegou o conhecimento e botou na internet. Eu falo isso e me emociono, sabe? Até porque isso foi uma coisa tão grandiosa, tão maravilhosa, que a gente quebrou as fronteiras. A

gente possibilitou ao psicólogo acesso à informação onde ele estivesse, onde ele estivesse. Precisou de muito recurso, precisou de muito... O Adolfo, que é aí do Conselho, o Pepe, trabalhava com a gente. Os conselheiros, né? A Marilene Proença e outros conselheiros aí, trabalhavam junto com a gente. A gente tinha um comitê onde a gente se reunia. Eram psicólogos e bibliotecários. Tudo isso para dar acesso à informação. Então, a área da Psicologia, ela foi... Não é que foi. Ela é ainda um modelo na promoção do acesso à informação. E continua sendo porque o portal de revistas de Psicologia, o PePsic, que foi o primeiro portal temático feito no Modelo Scielo. O que nós fizemos? Nós pegamos o Modelo Scielo e fizemos um igual para a área da Psicologia. E aí as revistas, porque as revistas que vão para o Scielo, elas passam por um rigorosíssimo processo de avaliação. Nesse processo, a maioria fica de fora. Então, as revistas, elas não estavam em formato eletrônico. Nós conseguimos, graças à Biblioteca Virtual ser muito atuante, nós conseguimos, junto ao Scielo, a metodologia do Scielo para a gente fazer um portal no Modelo Scielo só para a área da Psicologia. E esse portal existe até hoje. Esse portal, ele publica revistas científicas brasileiras e latino-americanas da área da Psicologia. Ele está em 16º lugar no repositório de acesso aberto do mundo. Ele tem um posicionamento grandioso no repositório de revistas de acesso aberto. Porque ele é muito acessado, ele é muito usado. E ele continua usando a metodologia Scielo e tem muitas revistas. Nós temos mais de 100 títulos publicados no PePsic. É muita coisa, é muita coisa. E isso, a Biblioteca Virtual, ela, com o Google, ela precisou ser revista. Agora, as revistas não. As revistas continuaram precisando muito estar em acesso aberto. E o Pepsi, que promove o acesso aberto aos artigos publicados em revistas de Psicologia do Brasil e muitos outros países da América Latina também. E o PePsic continua. Continua, o Conselho Federal tem um comitê gestor para isso.

F: Eu ia perguntar, quem fazia essa avaliação, essa filtragem? Porque não é tudo que vai para lá, certo? Então, queria, enfim, se você puder explicar um pouco melhor isso, quem faz essa, é um grupo de...

M: É um grupo, é um comitê consultivo. A Biblioteca Virtual tinha, e o PePsic tem até hoje, um comitê consultivo. Esse comitê consultivo, ele é composto por psicólogos, mas que estão no Conselho Federal, no Regional, na Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia, nas entidades do FENPB, do Fórum Nacional das Entidades. Então, é um comitê que tem bibliotecários e psicólogos, mas os psicólogos que estão nesses postos de gestão, de comando. Então, é esse comitê, tanto que avalia as revistas, para dizer se elas estão apropriadas para fazerem parte do portal, e que dá o seu parecer para isso. Existe um comitê consultivo para isso, um comitê gestor para isso.

F: Em relação à clientela da biblioteca, enfim, você ficou 25 anos na... De quando você começou, décadas atrás, até mais recentemente, eu queria que você falasse um pouco das mudanças que foram observadas nos usuários da biblioteca, no perfil. Porque a Psicologia, algumas décadas atrás, realmente, o número comparado com hoje era muito menor do que o que tem de faculdades e de estudantes de Psicologia, formandos, recém-formados. E aí, se você puder falar um pouco sobre isso.

M: Quando nós começamos com esse trabalho, a Psicologia ainda se questionava muito a questão de ser ciência. Era ciência a Psicologia? Era um curso técnico? Esse questionamento havia. E as teses? Onde que os estudos da Psicologia e de as outras áreas, onde eles desovam? Eles desovam em dissertações e teses, em artigos científicos e trabalhos e eventos. Vamos lá, mas trabalho e evento é diferente. Nos artigos, eles vão com mais força e nas dissertações e teses também. Quando a gente começou esse trabalho, o que a gente via eram dissertações e teses feitas com uma fundamentação teórica ainda muito reduzida. Por quê? Porque não havia acesso à informação. Então, quando um pesquisador vai fazer a sua fundamentação teórica ou vai falar sobre o que já se escreveu sobre aquele tema, se ele não tem acesso a isso... Vocês concordam comigo que essa fundamentação teórica é bastante

tímida e limitada? Porque vai se limitar àquilo que ele tem acesso, que foi recomendado por seu orientador, pelo seu professor. À medida que nós fomos ampliando esse acesso, a gente começou a perceber mudança na bibliografia das dissertações e teses, nas referências das dissertações e teses. Nós fizemos estudos sobre isso na biblioteca. Nós fizemos estudos sobre isso porque quando nós começamos a avaliar as listas de referências das dissertações e teses, eram pouquíssimas as revistas citadas. O que mais se citava eram livros. Então, era Freud, era Wayne (?), era Piaget. Eram os clássicos e pouquíssima citação às revistas científicas. À medida que a gente foi dando visibilidade às revistas científicas, a gente fez um estudo, está publicado, onde a gente mostra a visibilidade do conhecimento científico publicado em revistas a partir das citações à tese de dissertações. Então, a gente pode não só observar, mas a gente pode medir e escrever sobre isso. A Biblioteca Virtual, ela proporcionou mudanças muito fortes em relação ao que o psicólogo passou a ler e a citar. As citações em revistas aumentaram muito. Então, isso foi um ganho, foi um ganho que a gente comemora até hoje. Uma outra coisa que a gente, paralelo a isso, tanto nós quanto os professores de Psicologia, a gente começou a se preocupar com a Psicologia Científica. O que a Psicologia Científica faz? Ela valoriza o método científico. E aí a gente começou a publicar livros. Publicamos um livro chamado Publicar em Psicologia, um enfoque para a revista científica, e nesse livro a gente mostrava para o psicólogo, para o estudioso da Psicologia, a importância do rigor do método científico. Que uma Psicologia científica se faz com rigoroso método científico aplicado. Então, a gente depois fez também um estudo sobre isso, para poder observar nos artigos como os métodos havia... Agora eles eram registrados com mais rigor, eles eram explicados passo a passo na metodologia das revistas, dos artigos científicos. Então, isso não foi um mérito só da Biblioteca Virtual, de jeito nenhum. Isso foi um mérito de uma Psicologia unida em prol da grandeza de uma área. Então, era uma Psicologia que já não queria mais questionar se ela era ciência ou não. Era uma Psicologia que dizia: “nós somos ciência, e nós vamos fazer ciência”. E isso foi uma mudança de paradigma. Então, isso são coisas que a gente conseguiu medir em artigos, em estudos, e a gente publicou. Nós temos muitos artigos publicados na Psicologia, Ciência e Profissão, e em outras revistas, onde a gente relatava os ganhos disso tudo em publicação de artigos.

F: E aí você vai para a docência e você leva isso com você, né?

M: Sim, com certeza. Aí você vai para a docência e leva todo esse ganho. E hoje, hoje já não se discute mais. A Psicologia é ciência? Sim, a Psicologia é Ciência. A Psicologia se apoia no rigor do método para desenvolver suas pesquisas. Você veja, tem a questão do comitê de ética, a aceitação do comitê de ética não foi fácil para nenhuma área, só para Medicina. Para a Medicina foi muito fácil. Para as outras áreas não, né? As outras áreas não entendiam muito bem aquela coisa de submeter um projeto de pesquisa ao comitê de ética. Nós fomos bastante defensores disso o tempo todo, junto com a Associação Brasileira de Editores, junto com o FENPB, e a gente tinha espaço, a gente tinha curso nos congressos, a gente tinha palestras nos congressos, conferências, onde a gente ia lá falar sobre isso para o psicólogo, sobre a importância do comitê de ética, sobre a importância do método, sobre a importância de citar revistas internacionais e não só livros. Então, a gente teve bastante apoio, bastante amparo, e a gente tinha uma rede chamada REBAP, Rede de Bibliotecas na Área da Psicologia. Essa rede tinha representantes do Brasil todo, eram bibliotecários do Brasil todo. Nós chegamos a ter 160 bibliotecas integrando essa rede. Então, era uma voz única falada por bibliotecários no Brasil todo, e a gente ampliou isso para a América Latina. A União Latino-Americana de Entidades de Psicologia cuidou em ampliar isso para outros países, para o México, para Cuba, para Argentina, Paraguai, Uruguai. A gente tinha trabalho, a gente formou uma rede latino-americana de bibliotecas da área de Psicologia. E várias bibliotecas virtuais no modelo do nosso foram desenvolvidas. A da Argentina continua até hoje. A da Argentina, na verdade, agora ela é mais forte do que a nossa, do que a brasileira. Mas nós tivemos biblioteca virtual na Colômbia, no Peru, no Paraguai, no Uruguai, a do Uruguai também era muito forte.

Tivemos em Cuba, tivemos no México. Então, a Psicologia brasileira, ela fez escola. Ela fez escola na América Latina e no Caribe.

F: É referência, né?

M: Referência. Até hoje, né? Até hoje, a Psicologia brasileira é referência para esses países. Para esses países que estão na América Latina, no Caribe. Nós somos referência, sim. A Psicologia brasileira, ela é muito forte, ela é muito atuante. E ela vai mostrando aí caminhos para os outros países.

F: A gente falou do lado bonito aqui da história. Houve problemas?

M: Sim. Sempre há, né? Sempre há problemas, porque primeiro você tem que convencer as pessoas de que isso é importante. Naquele tempo, né? Quando você pensa em 97, 98, 1997, 98, a tecnologia estava ganhando forma. E aí você convidar pessoas para fazer uma base de dados de revistas, as pessoas nem entendiam o que era isso. Mas foi graças à força que o Conselho Federal de Psicologia tinha, naquele momento, que se conseguiu fazer isso. Aí teve uma coisa curiosa, né? Que eu vou contar para vocês. A Psicologia, ela nunca, e até hoje, e eu acho que nunca, ela vai estar confortável totalmente na área da saúde. E não é para estar. Porque a Psicologia social não é saúde. A Psicologia escolar não é saúde. A clínica é. A experimental, ela é. Mais ou menos. Mas as outras áreas, elas estão nas ciências, nas humanidades. Aliás, foi de onde ela veio, né? Então, quando a gente quis usar o modelo da BVS-Saúde, foi um dia inteiro de discussão, nós, o comitê consultivo, que era composto pelo Marcos Ferreira, pela Ana Bock, por essas pessoas que eram as referências da Psicologia naquele tempo, o dia inteiro discutindo se a gente ia usar o S ou não. Porque o Abel Parker, naquele tempo o Abel Parker, que é o executivo do Scielo até hoje, né? Naquele tempo ele era o coordenador, o diretor da Biblioteca Virtual em Saúde. E ele dizia assim: “Se usa o modelo da BVS Saúde, tem que ter o S. Então, é BVS Enfermagem, é BVS Veterinária, é BVS Saúde Ambiente, Meio Ambiente, tem que ter o S”. E os gestores da Biblioteca Virtual não queriam diziam: “Não, mas Psicologia não é só saúde. Então, a gente não quer o S. A gente só quer BV Psicologia”. Menina, nós ficamos numa reunião no Conselho Regional, onde vocês estão trabalhando, que é onde a gente fazia nossas reuniões do Comitê Consultivo, nós ficamos o dia inteiro nessa discussão. Até que as pessoas se renderam e falaram: “Bom, o lucro é maior do que o prejuízo, né? Então, a gente vai usar a metodologia da Bireme e do Ministério da Saúde, a gente vai usar o S de Saúde e a gente vai ter uma Biblioteca Virtual. Então, foi cedendo para que isso acontecesse. Isso gerou bastante problema, porque a Psicologia social, ela não queria estar aí. Nós não somos saúde, né? A escolar também não se sentia confortável. Então, foi todo um convencimento. Isso deu bastante trabalho, isso deu bastante conversa, isso deu bastante... E atrasou bastante o avanço. Então, isso foi um problema a ser vencido. Outro problema a ser vencido era a questão financeira sempre. Sempre, porque naquela época a gente fazia muita coisa, mas fazer muita coisa demanda muito recurso financeiro. Então, nós começamos a usar um dinheiro alto do Conselho Federal de Psicologia. A gente fazia parte de uma linha alta de recursos do Conselho Federal. O Conselho Regional de São Paulo repassava a verba para a gente, também contratou pessoas para trabalharem no projeto, contratadas pelo Conselho Regional de São Paulo. Então, o Conselho Regional tinha uma atuação também na questão financeira e a gente tinha que, todo ano, justificar por que a gente estava pedindo dinheiro. Então, eu ia para Brasília, levava dados e me apresentava na plenária. Ainda bem que essa porta nós tínhamos. Ia na plenária mostrar a importância da biblioteca virtual, de como a gente estava no Brasil, com o Brasil todo integrado em torno dessa rede, mostrar dados para conseguir garantir os recursos para o próximo ano. Isso também foi bastante desafiador. A gente conseguir manter isso por tantos anos foi bastante desafiador. Então, tinha essas dificuldades que a gente foi vencendo, mas que sempre pairaram pelo projeto. Pairaram porque a questão de dinheiro é sempre muito complicada e sempre é pouco. Nunca tem muito dinheiro e era um projeto caro, naquele

tempo era um projeto bastante caro, envolvia muito recurso. Mas, a gente foi vencendo. Não era um projeto de uma pessoa e não era um projeto de uma instituição. Não era do Conselho Federal de Psicologia. Não era do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Era da Psicologia Brasileira. Era da Psicologia Brasileira. Então, estavam as universidades todas, estavam todas as entidades de Psicologia, todos os Conselhos. Nós tivemos um tempo em que a gente tinha o que a gente chamava de Estação BVS. O Conselho Regional de São Paulo foi um dos primeiros a ter uma Estação BVS. O que era uma estação BVS? Era um ponto focal onde existia uma pessoa falando sobre fontes de informação para o psicólogo. Então, quando o psicólogo ia lá para fazer o seu registro, para tirar sua carteirinha, ele já recebia informação sobre a Biblioteca Virtual, uma apresentação. Ele já saía de lá com o seu CRP e com a informação de que ele tinha uma biblioteca virtual dedicada para a sua atualização profissional, para os seus estudos. Isso foi um... Nós fomos a área que mais teve estações BVS, porque as outras áreas também faziam esse tipo de trabalho, né, como o nosso, a enfermagem, a veterinária. Mas nós fomos a área que mais deslanchou. Foi a área que mais teve estações BVS, foi a área que foi para a América Latina. A gente, graças a ULAPsi, a gente reinou na América Latina com a Biblioteca Virtual de Psicologia. Então, tudo isso demandava bastante conversa, sabe? Argumento, e não é só argumento, é demonstração. Na Biblioteca Virtual nós temos uma linha do tempo, que a gente fez baseado na linha do tempo do CRP SP. Porque o Conselho Regional há muito tempo tem uma linha do tempo, e a gente pediu para o Adolfo, para usar a metodologia que ele usava para fazer a linha do tempo da Biblioteca Virtual de Psicologia. E a gente conseguiu junto a diretoria do CRP. Então, se você olha nessa linha do tempo, você vai ver quanta coisa foi feita em prol da expansão, da divulgação do conhecimento científico na área. Foram muitos, muitos esforços, e tudo isso demandou muito trabalho. E assim, eu insisto, não é trabalho de uma pessoa, é trabalho de um grupo que entendeu a importância do acesso à informação para engrandecimento de uma área. Isso é o bonito dessa história toda. Eram muitas pessoas envolvidas com isso, muitas pessoas.

F: E hoje você vê desafios ainda serem vencidos, como você enxerga esse trabalho?

M: Os desafios continuam. Eu não atuo mais na Biblioteca Virtual. Eu atuei até 2017. Depois eu me afastei. Aí eu fui dar aula exatamente para divulgar tudo o que eu tinha aprendido. E aí a docência ocupa muito a gente. Mas eu acompanho a Biblioteca Virtual, porque a Biblioteca Virtual, ela ainda está na Bireme, a USP ainda tem um pé na Biblioteca Virtual. Então eu ainda sei do quanto as dificuldades todas. E o PePsic, o portal de revistas de Psicologia, era uma preocupação que eu tinha muito forte. Porque eu dizia: “esse portal não pode acabar. Esse portal não pode acabar. Nós estamos em 16º lugar em relação aos repositórios do mundo. É muito importante o que nós estamos fazendo”. E eu tenho bastante contato com a Angélica, que é a diretora atual da Biblioteca no Instituto de Psicologia. E eu junto com a Angélica, sem uma atuação formal, eu fiz, porque eu tenho bastante contato com o Scielo, com a BIREME. Eu trabalhei anos com eles, né? Tenho uma ligação de amizade com eles. Então eu acho que um desafio que a Psicologia venceu, nesse ano, nesse ano é 2024, foi criar uma forma do Conselho Federal de Psicologia patrocinar a atualização, a execução, a modernização do portal de revistas. Então esse foi um ganho para a Psicologia brasileira, que aconteceu agora, nesse ano de 2024. Então você veja, é um desafio constante. É um desafio constante. Mas isso entrou agora numa linha do Conselho Federal de forma a ter recurso todos os anos. Então isso faz com que a gente descanse um pouquinho, né? Diz, isso vai continuar, pelo menos por enquanto vai continuar. E o que foi feito, né? De toda, eu acho que a cultura que foi deixada da importância da informação como embasamento para uma área forte, né? Como a Psicologia se tornou. Eu sou consultora. Eu faço consultoria em relação à elaboração de artigos, teses, dissertações. Então eu estou na área, na área da Psicologia que eu sou apaixonada! Eu me apaixonei pela Psicologia quando eu comecei a trabalhar com informação nessa área. Eu vejo o quanto a Psicologia avançou. E o quanto ela está avançando, né? A gente já... Teve um tempo que a gente brincava que a gente era o patinho feio da USP. A Psicologia era o patinho feio da USP. Hoje a gente já não é mais o patinho feio. A gente virou um belo cisne. E a gente...

E a Psicologia ganhou, assim, uma força que é maravilhosa de ver, né? Maravilhosa de ver. E não dá pra não falar da importância de quem pôs muito esforço pra isso. As gestões do Conselho Federal, do Conselho Regional, naquele período, né? Todos esses que certamente estarão aí na história que vocês estão escrevendo. Foram os precursores. Foram as pessoas que permitiram que isso acontecesse. Trabalharam muito. Mas conseguiram fazer uma mudança. Uma mudança de paradigma na área.

G: Eu acho que, pensando nessa questão da biblioteca, mas também da questão do ensino, acho que você já até respondeu isso junto com as outras informações. Mas um pouquinho, se desse para falar um pouco mais sobre a questão do ensino da Psicologia, que é uma das áreas que a gente está pesquisando também, essa transformação no ensino da Psicologia como currículo, como universidade, enfim, nesse sentido das mudanças, talvez curriculares ou de embasamento, enfim, dentro da área da Psicologia.

M: Bom, em relação ao ensino da Psicologia, eu acho que eu até já falei em se tratando de... Quando eu falei das dissertações e teses, a mudança que houve nos embasamentos teóricos, nas fundamentações teóricas, isso ficou patente e registrado em artigos, como eu disse. Mas a graduação também ganhou com isso. Também ganhou com isso, porque a graduação, à medida que o Conselho, os Conselhos, quando eles começaram a fazer o congresso Psicologia, Ciência e Profissão, esse congresso, ele trazia tantos alunos de graduação, era uma verdadeira festa da Psicologia brasileira. Ainda é, porque é o maior congresso que tem no Brasil na área da Psicologia. Mas era dado tanto incentivo para os alunos de graduação virem para esse congresso, e eu acredito que isso continua acontecendo, que aí a graduação tinha contato com o que a Psicologia estava fazendo, porque uma coisa é o que os professores estão ensinando lá na sala de aula. Outra coisa é o que a Psicologia brasileira está fazendo. De verdade, de fato. Então, são coisas que não estão juntas. Então, quando esses alunos vinham para esses congressos, eles tinham contato com a efervescência da Psicologia atual. E isso realmente impactou, porque aí o aluno volta para a sua universidade e ele fala: “mas a gente quer isso também. Nós queremos esse avanço da Psicologia. Nós queremos essa Psicologia atuante, forte, moderna aqui na nossa universidade também”. E isso impacta. E a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia, a ABEP, eu não me lembro quando a ABEP foi criada, mas a ABEP deve ter uns 20 anos já. Deve ter uns 20 anos. Quando a ABEP foi formada, o foco da ABEP era a graduação. É a formação do psicólogo. Então, a ABEP teve uma atuação muito forte. Eu penso que a Psicologia, depois que a ABEP foi criada, eu acho que ela mudou. Ela se tornou outra Psicologia. Uma Psicologia mais *pari passu* com a Psicologia do mundo desenvolvido. Porque até então a gente tinha uma Psicologia tímida. Então a nossa Psicologia aprendeu a fazer estudo científico, aprendeu a fazer pesquisa científica com rigor do método. E isso foi um avanço muito grande. Então eu penso que tudo isso impactou a formação do psicólogo e continua impactando. A importância dessas associações, do FENPB, do Fórum Nacional das Entidades, e da ABEP, é assim, é indiscutível. A formação foi impactada. À medida que a informação ficou disponível, quando você procura no Google Acadêmico, hoje, você faz uma busca por tema, por assunto, o número de artigos que vem publicados no PEPSIC, publicados nas revistas do PePsic, publicadas nas revistas do Scielo, porque à medida que a Biblioteca Virtual e o comitê consultivo começou a mostrar a importância de revistas bem feitas, revistas bem elaboradas, conselho editorial sério, à medida que tudo isso foi sendo feito, as revistas começaram a entrar no Scielo. Então hoje nós temos muitas revistas de Psicologia no Scielo. A gente tinha só quatro. Hoje nós temos, eu acredito que nós temos 14 ou 15 títulos no Scielo. É uma expansão enorme, a área que mais tem revista, tirando a área da saúde, né? Então tudo isso impactou, impacta o ensino da Psicologia. É claro que a gente não está no mundo ideal ainda. Ainda há muito por fazer. Não estamos no mundo ideal, mas nós podemos dizer que a Psicologia teve um avanço na formação do psicólogo muito grande, muito importante.

F: O meu roteirinho aqui, a gente meio que já cumpriu. Não sei se a Gi tem mais alguma coisa para perguntar.

G: Eu acho que era mais essa dúvida com relação ao ensino, que na verdade foi uma complementação. Você tinha comentado bastante, inclusive, sobre o tema também. Era só mais essa parte da graduação. Mas está bem esclarecido.

F: Maria Imaculada, você gostaria de colocar mais alguma coisa que a gente não falou, não perguntou?

M: Bom, eu acho que foi dito aí o que eu considero mais relevante para essa nossa conversa. Mas eu gostaria de incentivar ainda, de enfatizar o quanto a organização, a cooperação de uma área é importante. Porque não se faz Psicologia sozinha, assim como não se faz medicina sozinha, assim como não se faz nada sozinha. Então a Psicologia ganhou essa distinção. É uma distinção. A Psicologia, ela se distinguiu de outras áreas graças a essas organizações todas. Quando o FENPB reuniu as entidades todas numa organização única, ele fez as pessoas saberem umas das outras. Então eu só queria deixar bastante registrado a importância de se manter a cooperação, de se manter a união, de se manter as pessoas em torno de um mesmo objetivo. O que é o objetivo? É uma Psicologia forte, científica, mas também voltada para o humano. O que a Psicologia faz? Ela cura as almas das pessoas, não é isso? Ela não cura um braço, uma perna. Ela cura a alma da pessoa. Então é uma área muito importante. Nos momentos que nós vivemos agora, cada vez mais, trabalhar com a alma da pessoa, com o que a pessoa tem lá no seu íntimo, é o que mais importante existe. Então para isso é preciso uma Psicologia forte, integrada, cooperativa, junto em torno desse objetivo. Então quero deixar para finalizar, falando da importância de toda essa cooperação, essa união, essa integração que vem, que eu acompanhei nos últimos 30 anos, posso dizer nos últimos 30 anos, mais de 30, mas que isso não se perca. Que isso não se perca em disputas menores, em competições infrutíferas, porque é junto que nós somos fortes. É junto que nós fazemos coisa. Olha o exemplo do que foi feito quando a gente se juntou em torno de um objetivo. Fazer fontes de informação, de apoio ao ensino e à pesquisa e atuação profissional do psicólogo. Então é junto que essa união, que essa cooperação nunca se perca. Que esse espírito colaborativo, cooperativo permaneça na área da Psicologia.

F: Muito obrigada!

Marlene Bueno Zola

Resumo:
Marlene Bueno Zola é psicóloga, mestra e doutora em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais pela PUC-SP. Tem experiência profissional em Gestão Pública de políticas sociais, nas áreas da Saúde, Trabalho e Assistência Social, em órgãos estadual e municipal. Atualmente é Supervisora, Docente e Coordenadora do Curso de Psicologia no Centro Universitário Fundação Santo André e coordenadora acadêmica da área de Ciências Biológicas, Biomedicina, Educação, Humanidades e Psicologia na mesma instituição. Foi vice-presidenta na Gestão Psicologia em Movimento (1989-1992). Discorre sobre seu ingresso no Conselho de Psicologia em meados dos anos 1980, na então Delegacia do ABC; movimentos na saúde pré-Constituinte; processo de descentralização da saúde; grupo da luta antimanicomial; vinda de Franco Rotelli; quatro grandes princípios para pensar Psicologia: direitos humanos e sociais, políticas públicas, ciência e compromisso social/militância; princípios do Conselho; processo de descentralização no Conselho; perfil dos alunos hoje; parceria com a prefeitura de Santo André (serviço escola).

Data: 05/06/2024
Entrevistadoras: Priscilla Haikal e Fernanda Scalvi
Filmagem: Rodolfo Morandi
Local: Fundação Santo André

Entrevista:

P: Eu acho que sempre para começar, para situar, é bacana falar sobre como foi essa tua chegada no Conselho, a tua trajetória um pouquinho antes, como é que você se deparou até chegar à presidência, ouve uma aproximação anterior, como é que se deu um pouquinho essa história toda dentro da tua carreira na Psicologia?

M: É um prazer estar com vocês. O meu ingresso no Conselho de Psicologia, ele se dá principalmente num momento de organização da categoria aqui no ABC em 85, 86. Foi quando foi implantada a Regional do ABC, chamada na ocasião Delegacia. Nós tínhamos dois conselheiros que eram do ABC, Silvio Leite e José Paulo Menezes. Eram conselheiros e estava num momento de descentralização de algumas Delegacias, e foi o período que foi implantado. E naquele início houve um movimento, reuniões, uma mobilização importante, e logo de início o Silvio assume a Regional, a Delegacia do ABC, e eu fico como adjunta do Silvio nesse período 85, 86. E era um momento que nós tínhamos uma articulação como profissionais, destacadamente na área da saúde e na área da questão da mulher. Eu era presidente de uma associação de mulheres, que era a AMUSA, e naquela ocasião, no pré, no processo constituinte, vamos dizer assim, nós levamos vários temas em debate sobre a questão da mulher, pela AMUSA, em conjunto com a Câmara Municipal. E nós já tínhamos um período que foi uma vereadora mulher, inclusive, Maria Luísa Sardinha, um material disponível, inclusive na Câmara Municipal, em Atas, taquigráficas, que eles têm lá... Até seria um desejo de ter o material. E nós, naquela ocasião, tivemos uma mobilização grande de profissionais da Psicologia, muitos recém-formados, e isto fez com que a Regional tivesse um movimento importante. E também na área da saúde, por essa articulação de gênero, ou por articulação da própria questão da saúde, nós participávamos de debates, de discussões na saúde, num momento em que o SUS não tinha acontecido, mas que estava um processo de descentralização da saúde da esfera nacional para a esfera estadual. Então já existia esse movimento chamado SUDES, já estava, Oitava Conferência, você já tinha um movimento de saúde pré-Constituinte que fazia com que tivesse uma mobilização na área da saúde. Então foi um momento importante, nós éramos ainda iniciantes, mas mesmo nesse momento iniciante, lembro que nós fomos falar o que faz o psicólogo, o que faz a psicóloga, o que faz o psicólogo, nós fomos num evento na Secretaria da Saúde, no INCOR, no auditório do INCOR,

nos posicionamos, fomos num grupo grande do ABC. Nos posicionamos e logo depois deste processo, começamos a conversar aqui na Regional da Saúde, ainda chamado na ocasião de ERSA (Escritório Regional de Saúde) 9, que era Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, os quatro municípios, que era esta organização aqui. O ABC tinha o ERSA, tinha também o de Mauá, mas o que nós estávamos mais ligados era o ERSA 9. E na ocasião, conversamos muito e foi feito um concurso público que um número expressivo de psicólogas e psicólogos entraram na rede de saúde. E isto ajudou a alavancar este processo. Então, em 87, foi quando eu entrei, também por este concurso, tivemos um número expressivo de profissionais. E foi um processo onde estava caminhando, ainda era o SUDES, não era o SUS, era o Sistema Decentralizado de Saúde, ligado à esfera estadual. Então, eu tenho a honra na minha carteira profissional, porque eram processos seletivos, de estar escrito SUDES. Eu fui contratada como psicóloga, em 87, pelo SUDES. Então, foi um processo bastante intenso da discussão da saúde, da descentralização da saúde. Na ocasião, tinha um projeto específico que era de parceria da educação, da saúde e educação. Ainda tinha um modelo mais tradicional, mas tinha um olhar da gestora local, da diretora regional local, de valorizar a atuação da Psicologia. Então, naquela ocasião, para esses quatro municípios, nós contratamos um número expressivo de psicólogos que atuavam na educação, junto com a saúde. Foi um trabalho interessante. Nós temos na rede, ainda, algumas pessoas que entraram neste período, ainda em 87, que depois passou pela municipalização, foram instituídos no modelo descentralizado do SUS. Também estivemos presentes no Encontro de Bauru, que saiu a famosa Carta de Bauru, pela luta antimanicomial. Olhando e fazendo um paralelo com a regional, logo do início, depois que o Silvio deixou de ser o que seria o responsável da Delegacia, o delegado regional, era chamado assim, eu fiquei delegada e a Maria Lúcia Pietra Catelli era minha adjunta. Ficamos um tempo desta forma. Depois, num outro mandato, fiquei eu, a Maria Regina Tonin e a Maria Luísa Malatesta, ainda na regional do ABC. Neste período, nós tínhamos um grupo da luta antimanicomial aqui presente. A Regina, até hoje, foi uma pessoa que permaneceu nesta área com muita liderança. Ela está na prefeitura de Diadema, passou pela prefeitura de Santo André. Com a Maria Luísa, que também é uma liderança na área da saúde, de uma maneira mais geral, na saúde coletiva, nós fomos juntas no Encontro de Bauru. Então, tínhamos uma função no Conselho e acompanhávamos a luta antimanicomial em esfera nacional, íamos para Brasília. Tive a honra de coordenar uma mesa no Congresso organizado pelo Conselho, com a presença do Franco Rotelli, que foi em 1991. Tem um jornal do Conselho e tem uma entrevista do Franco Rotelli. Na ocasião, que o Franco Rotelli veio para esta atividade, nós fomos para Santos. Estava no período em que o Anchieta foi fechado e foi feito um Seminário. O ANSET(?), o pessoal estava assumindo um novo modelo descentralizado. NAPS ainda, não era chamado de CAPS, era chamado de Núcleo, mas com os mesmos moldes, com os mesmos princípios de fechamento dos manicômios, de institucionalização e implantação da rede psicossocial. Então, foi bastante interessante o período de acompanhar a busca, a lei do Paulo Delgado, acompanhar este processo, o tempo de demora que quase foi 12 anos para ela ser efetivada. Então, existia um grupo que acabava participando aqui, representando o Conselho, indo para Brasília. Então, um movimento importante e como já estávamos na saúde aqui, era viva essa participação na saúde. Aqui, se nós formos remeter a história de Santo André, podemos resgatar algumas publicações, inclusive, que a saúde mental foi implantada com uma estrutura importante antes de outros municípios. E isto foi logo após este período. Tivemos a implantação de uma política de saúde mental aqui no município de Santo André e também na região.

F: Isso por algum motivo específico ou não?

M: Sempre é um somatório de determinações. Então, nós tínhamos aí uma determinação nacional da luta antimanicomial, nós tínhamos uma mobilização local, nós tínhamos, na ocasião, um prefeito sensível, que era o prefeito Celso Daniel. Então, foi uma somatória de ações em que a questão da saúde mental, ela tinha um avanço importante. Então, quando nós

comparamos hoje, e eu fiz até uma fala, começamos um pouco de forma tradicional, a fazer um trabalho com a escola, ainda naquele modelo, pensando a educação especial, mas você já discutia temas muito relevantes, que eu acho que impacta hoje na formação, impactou posterior nas diretrizes curriculares, impactou no reconhecimento da Psicologia como uma profissão da saúde. E ela se coloca como uma profissão da saúde, é importante deixar bem claro, pelo conceito de saúde estabelecido, entendendo que saúde é bem-estar.
Entendendo que saúde é bem-estar, o conceito da Organização Mundial de Saúde coloca claramente que quando eu falo em saúde, eu falo de uma maneira ampliada, eu falo do bem-estar social, eu falo do bem-estar físico, eu falo do bem-estar mental. Então, a abordagem biopsicossocial, que ela sintetiza uma forma de falar, mas ela é mais ampla, quando eu falo social eu posso abrir um leque muito mais diversificado disso, já neste período se vislumbrava. Então, eu entendo que seja o movimento da luta antimanicomial, que vem nesta mesma esteira, baseado muito no que a Constituição, os direitos humanos, sociais, se colocavam na época, amplia-se. Existe uma vertente que vai para pensar a profissão e que eu entendo hoje, eu estou no ensino superior de Psicologia, e entendo quatro grandes princípios que se formos pensar a Psicologia e olhar este passado um pouco que eu estou me referindo a vocês, eu acredito que ajuda a compreender. Nós temos o avanço, sempre importante pensar em direitos humanos e sociais. Então, esta é uma vertente que nós temos que ter claro, que embasa esta diretriz. Um segundo aspecto, isto só se reproduz se tiver políticas públicas, então nós tivemos um avanço de implantação de políticas públicas numa perspectiva de pensar saúde, assistência, educação, de pensar bem-estar. Se efetiva pensando enquanto ciência, apesar do seu início ter sido muito a partir da pesquisa-ação, mas reconhecer que a Psicologia é uma ciência e ela se fundamenta a partir daí e ela avança em mudanças nas suas concepções teóricas e metodológicas. Um quarto elemento que a minha vivência traz, que eu poderia chamar de dois nomes, eu poderia chamar de compromisso social ou eu poderia chamar de militância. Porque isto estava presente nas pessoas que fizeram alavancar e que ainda hoje fazem alavancar a luta antimanicomial, direitos de exclusões diversas e a busca de inclusão. Então, faz com que a militância e a responsabilidade social alavanquem muito este processo. Eu acho que o termo que nós usamos nos documentos é a responsabilidade social, mas eu quero dizer que às vezes começou pela militância, começou pelo... A luta antimanicomial é um exemplo. Então alguns técnicos profissionais iam, acreditavam, estavam presentes, entendiam que aquilo era importante para a sociedade, era alguma coisa além do que ele lia nos livros, mas era alguma coisa que ele tinha esse compromisso com a sociedade. Então eu penso que ao olhar estes elementos, nós temos incorporados, seja nas diretrizes curriculares que se alteraram, já sinalizava 2001, 2004, mas, mais recentemente com esta atualização, é muito claro. Você tem eixos definidos, eixos que apontam a importância das políticas públicas, você tem uma transversalidade na questão dos direitos humanos e sociais. Isto tem feito uma Psicologia que é realmente uma Psicologia voltada para o bem-estar humano e voltada para o bem-estar social. Eu acho que isto nos conduz, não é?

P: Legal, e como foi esta construção, porque você deu vários exemplos de elementos, lutas, militância, diretrizes como normas curriculares, qual que é o papel do Conselho nessa articulação? Que você vê, porque a gente sabe que é uma categoria plural que vem crescendo, principalmente, na época que você ocupou a vice-presidência também, a articulação aqui, não só em São Paulo, mas também fora. Como é que você via esta construção, o papel do Conselho, ele conseguia agir, ele precisava ter algumas estratégias ali? Como é que foi esse período como gestora mesmo, que você sentia isso, era fácil, era um pouco mais difícil, como é que você viu esse período de construção como um papel do Conselho mesmo?

M: Perfeito. O Conselho tem um papel de mobilização muito importante, existe uma expectativa também de que ele trace algumas diretrizes, nós temos um número grande de profissionais que se formam, não é? Então, o que o Conselho, o que é correto, o que é ético, no seu princípio mais amplo de falar a questão ética, no seu princípio de pensar a que serve a

profissão, no princípio de ser uma profissão que atenda realmente o que uma coletividade espera ou precisa, entendo que o Conselho, da minha época e da época atual, eu entendo que tem princípios que se mantêm. São princípios que estão presentes desde esse período e se mantêm, que é procurar a mobilização das pessoas, discutir temas que são importantes para direcionar, seja a formação, seja o objeto de recebimento, de serviço, de bem-estar oferecido para a coletividade. Então, eu vejo que isto faz com que as pessoas avancem, estejam presentes junto ao Conselho. Eu lembro que nós tínhamos um sentido de mobilização na época que eu era vice-presidente, não sei se era uma atribuição da vice-presidência, mas, coincidentemente, eu acho que era um pouco, não sei se instituído formalmente, mas eu assumia o contato, era chamado de "presidir as Regionais". Então, você procurava ter uma ação mobilizadora das Regionais, sempre antenado ao que estava presente na sociedade. Então, pensar uma profissão, eu entendo que ela tem uma expertise, que é importante você direcionar a esta expertise, você direcionar diretrizes curriculares para que você tenha aquela expertise definida, mas que ela sirva ao bem-estar da sociedade. Então, quando eu penso que ela tem a função de servir ao bem-estar da sociedade, é importante pensar o que a sociedade precisa, estar presente na sociedade. Então, creio que este é um motivador necessário no sentido de mobilizar recém-formados, é muito importante esta presença no Conselho, nas comissões existentes no Conselho. Traz uma troca de experiência, traz um fortalecimento das pessoas que estão ingressando no mercado. Então, ela tem uma função, seja no campo das diretrizes, no campo da mobilização, no campo ético e no campo de traçar realmente diretrizes. Ela pode avançar e eu acredito que faça isto. O tema de direitos humanos está muito presente sempre. Isto é uma dimensão ética, um compromisso da Psicologia, da sociedade, que cada vez mais cresce. Acho que a saúde mental, durante um período, ainda tem um pouco sensações assim. Durante um período, você permitia ter a doença física e a doença mental ainda sofria alguns estigmas. Eu vejo que hoje, felizmente, nós reconhecemos que o sofrimento mental, você trabalhar na prevenção, você trabalhar na atuação. Por isso, falamos na atenção primária, secundária, terciária. Nós temos que pensar a saúde mental de uma forma única e vejo o Conselho sempre muito presente nestas ações.

P: Você chegou a gerir todas as subsedes?

M: Nós fazíamos reuniões e coordenávamos as reuniões das subsedes.

P: Como é que era esse desafio de lidar com o estado inteiro de São Paulo, que é tão diverso? Estava essa mudança de Delegacia. O que você lembra desse período que vocês mais conseguiram construir juntos? Acho que devia ser um desafio e tanto.

M: Era um desafio grande. E dizer para você que não era só o estado de São Paulo. O 06 era São Paulo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Então, nós tínhamos regionais e algumas em implantação ainda, ainda se discutindo, se fundamentando para que você pudesse estar implantando a Regional. Mas isso era algo muito bem aceito no Conselho. Enquanto o princípio de descentralizar e implantar uma organização local era um princípio bem aceito, valorizado. Então, você tinha reuniões regulares, que eram reuniões mensais regulares e você tinha, ocasionalmente, encontros que você fazia troca de experiências nesses locais. Então, dentro dos grandes princípios, as Regionais propagavam, multiplicavam aquele tema que você discutia, ela trazia o que era representativo daquela região, daquele território. Então, eram temas trazidos tanto pelas Regionais, como também as Regionais levando temas que estavam presentes no Conselho. Então, eu acredito que foi um momento rico e era valorizado. Tínhamos, já na ocasião, um delegado e um adjunto. Em alguns locais, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, existiam algumas cidades que começavam a demonstrar a necessidade de descentralizar um pouco mais. Então, também foram criadas, naquela ocasião, algumas regionais, destacadamente em Mato Grosso, naquela ocasião. Então, era uma ação muito ativa, intensa e muito parceira, corresponsável dentro do Conselho.

F: Houve problemas, houve desafios que foram vencidos nesse sentido ou não?

M: Olha, desafios você sempre possui, desafios... Entendo que era uma gestão que se comunicava bem, não tínhamos maiores problemas. Lembro de uma gestora, na ocasião, que era a Idalina, que ela era muito forte na questão de dar respaldo financeiro e dava apoio nesse sentido. Os desafios eram os desafios da implantação. Nós já tínhamos uma ajuda financeira pequena, um jeton financeiro pequeno. Mas você tinha muito mais mobilização sem que isso fosse necessário. Eu acredito que era um momento de esperança. Eu acho que como estávamos na sociedade, vínhamos impulsionados por uma Constituição, por luta de direitos. Então, nós tínhamos uma mobilização maior. Era um período, inclusive, que para fazer parte do Conselho tinha mais disputa, o que é muito saudável, porque as pessoas estavam participantes. Então, eu acredito que era um momento rico, era um momento que vislumbrava avanços. Tinha caminhos a serem percorridos e as pessoas se apropriavam disso.

P: Que legal! Você lembra de mais alguma coisa nesse sentido? As pessoas tinham algum tipo de seleção? Como era feita essa escolha das pessoas para fazer parte do Conselho? Tinha algum procedimento? Você disse que era concorrido porque tinha mais gente querendo participar?

M: Normalmente saía da mobilização local. Era um período intenso. Eu corro risco de errar em alguns períodos. Mas foi o período que começa a ter a mobilização para a ABEP. Então, foi um momento importante. Você tinha uma relação positiva com o Conselho Federal. Então, claro, sempre você vai ter, mas dentro do campo democrático, você ter debates. Isto é muito positivo. Então, não tínhamos embates, tínhamos um debate que acontecia e um momento rico. Me lembro de ter participado de um encontro em Minas Gerais. Eu acho que foi um pouco embrião da ABEP. Alguma coisa nesse sentido que foi onde cresceu. Também a presença, a relação com o sindicato. Existia uma relação boa do Conselho com o sindicato. Uma clareza de funções. Mas, creio que eram voltados aos mesmos princípios. Tínhamos grupos, às vezes, diferentes. Mas eles não eram significativos enquanto posição. A gente vê mais recente, posições antagônicas, mais recentes no Conselho. Você podia ter, olha, “prefiro aquilo”. Mas eram gestões democráticas. Eram gestões que tinham um olhar voltado de uma forma mais ampla para a realidade social que estava acontecendo.

P: Legal você ter falado da ABEP. Para a gente falar um pouquinho também da formação. Acho que é importante falar um pouco de mudanças que você sente nessa época. Porque é isso. Teve um período de se afirmar a Psicologia como regulamentação. Depois passou o que é psicólogo, o que faz a Psicologia. E agora como é essa formação do psicólogo. Quais mudanças que você sente que é importante a gente pontuar nesse período? Desde essa época que estavam começando essas discussões para a organização. E até hoje que a gente tem uma grande procura, cada vez maior pela formação de psicólogos.

M: Perfeito. Eu avalio que o Conselho, a ABEP, o Sistema Conselhos, seja no âmbito aqui de Estado de São Paulo, seja no âmbito federal, são bem articulados. Olhando, aí eu estou olhando um pouco do lado externo. Eu não estou dentro do Conselho no momento. Mas olhando um pouco do lado externo, eu entendo que as regulamentações, as diretrizes curriculares estão todas caminhando muito juntas. Existe uma preocupação de mobilização da categoria nos processos que ocorrem, de debate. Então, vejo isso muito forte. Vejo, às vezes, impactos na sociedade, diferenças na sociedade hoje. A sociedade do processo constituinte era uma, mobilizada, direitos humanos. Hoje você vê uma outra sociedade presente, mais imediatista, com outros impactos. Nem sempre muito participativa. Mas, nos momentos objetivos, o debate junto às universidades, fica muito claro de seguir as diretrizes curriculares que são emanadas pelo Sistema Conselhos e a ABEP. Então, nós vemos uma legitimidade nesse reconhecimento destas diretrizes. Sentimos a presença do Conselho em órgãos como o Conselho Nacional de Saúde. O que dá um respaldo importante. Esse processo que tivemos

com a Covid. De afastamento. Mantivemos, pegando esta análise específica, tivemos uma formação pensada, uma formação séria. Apesar da distância. Mas com diretrizes claras, de garantir uma formação de Psicologia de qualidade, ética. Então, sinto isto muito presente na relação com o Conselho e ABEP.

P: E como professora daqui de uma das maiores fundações... De formação de Psicologia aqui no ABC é uma das maiores?

M: É a maior.

P: Como que chegam esses alunos para você hoje em dia? Você está aqui há mais de uma década. O que você sente? Você acha que teve alguma mudança no perfil dos alunos? Como é que eles estão chegando buscando essa Psicologia? Que Psicologia eles esperam quando eles chegam na sala de aula? E o que tem sido entregue?

M: É inegável ainda que a Psicologia mais reconhecida no senso comum é a Psicologia Clínica. Então, a vinda dos alunos, vem muito ainda com o que é mais reconhecido no senso comum da Psicologia Clínica. Mas nós vemos um perfil também mudando. Um perfil... Hoje nós temos um número expressivo de homens. Não é interessante? Uma profissão feminina, ainda um indicador muito maior feminino. Mas nós temos um número expressivo de jovens do sexo masculino, que estão ingressando no curso. E pensando a formação, nós temos um cuidado e debatemos isso, de que nós possamos ofertar uma Psicologia que seja uma Psicologia que garanta a diversidade dela, que tenha referenciais teóricos que embasam também de uma forma representativa de uma realidade, que tenha essa diversidade. A título de exemplo nós temos como referencial teórico Psicanálise, Comportamental Cognitiva, Existencialista Fenomenológica e Sócio-histórica, Psicossocial. Nós temos as quatro abordagens, num olhar generalista de formação, nos diversos campos ocupacionais. Então, trabalhando esta articulação, integração teórico e prática, mas de uma forma a conduzir realmente para o mercado. Nós somos uma fundação pública. E temos parceria com a prefeitura de Santo André para vários projetos. Então, nós estamos com alunos no SUS. Nós estamos com alunos na RAPS. Além do trabalho que nós desenvolvemos aqui junto ao serviço escola. Serviço escola, clínica. E estamos na Delegacia da Mulher. Estamos junto com o Ministério Público. Estamos em espaços diversificados. Então, eu penso que a Psicologia caminha realmente para ser reconhecida nos seus diversos espaços de bem-estar. Nos seus diversos espaços de pensar uma sociedade nos diferentes níveis de sofrimento que ela possa ter. De não trabalhar apenas transtorno. Ou focar no indivíduo. Mas de uma maneira ampla esta formação da Psicologia. Uma Psicologia voltada aos interesses da sociedade. E ao bem-estar humano e social. Então, eu penso isso.

P: Perfeito. Por mim, acho que é isso.

F: Muito obrigada.

Marlene Guirado

Resumo:
Marlene Guirado é formada pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, onde é Professora Titular e Pesquisadora, no Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade. Foi conselheira na Gestão "Palavra Aberta" (1983-1985) e presidenta na Gestão "Palavra Aberta II" (1986-1989). Discorre sobre sua formação e experiência profissional; atividade junto a Igreja; atuação em Movimentos Sociais; veio político da Psicologia; entrada para o Conselho Regional de Psicologia; diferenças com o Sindicato na época (início dos anos 1980); trabalho desenvolvido em creche da Liga das Senhoras Católicas; teses com crianças da FEBEM; prefeitura de Luiza Erundina permitiu que a Psicologia estivesse mais presente na saúde; movimento das Diretas Já; desafio das "Psicologias Alternativas"; Constituição de 1988; diferença entre o Sindicato e Conselho na concepção de Psicologia; mudança para a rua Borges Lagoa; estrutura administrativa do Conselho em sua gestão; vídeo e Congresso: "Psicologia, Imagens e Ações".

Data: 24.05.2024
Entrevistadoras: Priscilla Haikal e Fernanda Scalvi
Filmagem: Rodolfo Morandi
Local: residência da entrevistada

Obs.: A entrevista foi revisada pela entrevistada e devolvida em 08.06.2024.

Entrevista:

M: Eu sou da primeira metade do século XX. Setembro de 49.

P: Que dia que é?

M: 13 de setembro.

P: 13, legal. Sou do dia 11. Sou do dia 11.

M: Ah, você é do dia 11? 13 de setembro de 49.

P: Ah, que legal.

M: E mais alguma pergunta, assim, histórica? Histórica, pessoal?

F: Sim, eu gostaria de saber um pouco mais da sua formação, para que isso fique registrado. Onde e quando você estudou? Onde você se especializou?

M: Bom, eu fiz USP, né? Entrei em 71 e formei em 75. E fiz USP na graduação e assim que eu terminei a graduação, eu comecei a dar aula lá. Eu entrei na pós e tinha um cargo de professora, auxiliar de ensino... Eu prestei um concurso interno e eu entrei para dar aula lá, ainda no primeiro ano da pós-graduação. Aí fiquei. Eu não via para mim outra coisa, a não ser psicóloga e professora. Eu sempre gostei de dar aula. Eu fiz magistério. E o primeiro veio foi realmente a USP: foi ser professora de Psicologia. E o caminho que fiz desde então, foi exatamente esse de "Psicologia: o que que é?" Relação entre psicologia e política. Estavam sempre na minha cabeça. Mas por um veio que não era o veio da política partidária. Eu nunca fiz nenhum movimento estudantil. Nada disso. Era, sim, pela dimensão política do trabalho em Psicologia. E isso foi me mobilizando a produção acadêmica inteira. De diferentes modos. Eu vinha, antes de entrar na USP, eu vinha de um trabalho político de bairro feito junto à igreja. Pastoral... Pastoral operária... Pastorais. Na época do Dom Evaristo Arns. Então, eu trabalhei

bastante junto a comunidades... Junto à minha comunidade. Onde eu morava tinha uma Capela... A gente chamava de comunidade. Era um bairro médio-pobre. E havia um grupo de pessoas que tralhavam junto à igreja. E eu comecei ali... Dirigi pra lá, inclusive, a minha vontade de ser professora. Porque eu comecei a faculdade um pouco mais tarde. Então, dirigi pra lá a minha vontade de ser professora. E fiquei. Falava nos evangelhos, falava... Sempre a leitura que o evangelho podia permitir dirigida às pessoas que estavam ali. Na relação com a vida delas. Aí, montei o núcleo Paulo Freire nessa mesma comunidade. Ensinei pelo Paulo Freire. E, assim, torno político o trabalho. Não era político partidário. Não pertencia a nenhum partido (clandestino ou oficial, porque naquela época a ditadura militar assim dividia a organização política). Eram os movimentos sociais. E aí, quando eu entro em Psicologia, fiz todo o meu trabalho estudando na USP e fazendo esses Movimentos. E, quando fui chegando perto da formatura, trabalhei numa creche-orfanato. Uma instituição pra crianças sem recursos pra ficarem com suas famílias. Trabalhei lá. Acho que foi aí que comecei a descobrir que eu posso fazer política pelo meu exercício profissional. Não preciso fazer uma política que seja diretamente... "política", com seus alvos e territórios próprios, como aqueles dos movimentos estudantis, sociais de bairros, na comunidade. Que não tenha a ver, necessariamente, com a minha profissão. Eu podia fazer política pela profissão. Estava no quinto ano da faculdade quando assumi esse trabalho como psicóloga da creche. E acho que eu aprendi lá a força política do trabalho em Psicologia. Eram crianças... Não podiam viver com suas famílias. Eram famílias que tinham algum contato, eram famílias muito pobres. Era uma instituição da Liga das Senhora Católicas. E eu lá no meio delas comecei a trabalhar com as funcionárias, que tinham o título de pajem naquela época. Com as funcionárias, trabalhar como elas trabalhavam com as crianças. Para mim foi minha grande escola, esse trabalho. Então era uma atenção voltada para a educação. Ao mesmo tempo, promoção social e ao mesmo tempo, psicologia e política. E foi ali que eu percebi isso. O veio político que a Psicologia tem. E que, se ela não se prender às especialidades dela... O que eu digo de especialidade? A tendência *behaveorista*, a tendência psicanalítica, a tendência... Se não se prender a essas instituições parciais da Psicologia, a Psicologia tem um veio, um trabalho político importante. Fui organizando, registrando, estudando esses modos de pensar e fazer psicologia. Enquanto isso, dava aula no SEDES, sobre grupos, organizações e instituições. E aí apareceu esse Conselho Regional fazendo divulgação de eleições lá. Era um tempo que o Lula também estava despontando na política. Estava lá e eu o via, sentadinho ali, discutindo com um bando de gente. O Sedes era uma instituição importante. De resistência política em todos os sentidos. Abrigou vários movimentos desse tipo. Então lá estava eu, de repente, discutindo uma chapa para o Conselho Regional de Psicologia e brigando muito com o sindicato. É uma coisa que marcou a minha entrada no Conselho, foi uma disputa com o sindicato pelo trabalho político junto à categoria profissional. O sindicato achava, e a Ana Bock era a presidente do sindicato naquela época. E eles faziam, naquela época, uma discussão nada velada de reservar ao Sindicato o caráter de trabalho político junto à categoria, insistindo em negar do Conselho essa função. Para eles, o Conselho precisava ser estatutário. Ele tinha que ser o que ele era no Ministério do Trabalho. Não tinha que se debruçar sobre trabalhos políticos. Quem tinha que fazer isso era o sindicato. E a Ana era muito severa nessa posição. As pessoas que faziam esses movimentos dentro da psicologia vinham da PUC, sobretudo. Da USP, era eu solitária. Então, eu entrei para os Conselhos, com a marca desse confronto com o Sindicato. Pelo caráter político da ação do Conselho. Estávamos bem no início da década de 1980, com o Brasil fervilhando pelo retorno da democracia, com lutas internas no trabalho junto à categoria, pode? Mas era assim... Lembro que era muito claro para as pessoas que concorriam ao Conselho em 1982, que tentávamos fazer uma instituição que não se resumisse a ser um Órgão do Ministério do Trabalho que regulamentasse a profissão.

(...)
P: Só cortar um pouquinho... Quando você falou que começou a dar aula na creche, a escola de... Como é o nome? Aquela escola que é para os alunos, para os filhos dos funcionários? Não?

M: Não. Não era a creche da USP. Era uma creche ligada à Liga das Senhoras Católicas. E eu trabalhei lá porque eu tinha feito um curso. Um curso Montessori. Tinha estudado Montessori para pequenos. A pessoa que dirigia o curso Montessori era uma freira. E essa freira tinha contato com essa creche. E foi ela que me encaminhou para o trabalho na creche, porque estavam precisando de psicólogo lá. E eu tinha experiências ligadas à educação, pelos trabalhos que desenvolvia enquanto fazia o curso Psicologia

P: E na USP você começou na pós-graduação. Da creche, você foi para a pós-graduação?

M: Da creche, eu terminei meu curso. Depois, continuei na creche mais dois anos. Eu sempre fiz muita coisa ao mesmo tempo. Então, eu estava me formando na USP, me enraizando na creche para mais dois ou três anos de trabalho. Ligada à educação, fazia palestras em todo lugar sobre o método Montessori, que até hoje eu acredito ser um método muito importante e muito interessante para crianças pequenas. Aproveitei muito, estudei muito esse método e entendia muito bem por que ele era daquele jeito, por que ele tinha material sensorial à disposição da criança.

P: E na pós-graduação você lembra qual a matéria que você lecionava?

M: Não, na pós-graduação eu comecei como aluna. Eu era formada na graduação e entrando na pós-graduação, eu comecei a dar aula na graduação. Aí eu fiz a pós, fiz mestrado e doutorado lá na USP, os dois com o Lino de Macedo, portanto no departamento PSA. Aquela vaga que eu assumi como auxiliar de ensino era do PSA. PSA é Psicologia do Aprendizado e Desenvolvimento da Personalidade. Então é um departamento ligado a educação, na verdade, dentro do Instituto de Psicologia. É de escola, é Escolar. Então eu estava nesse contexto. E aí eu fiz minhas duas teses com crianças da FEBEM. A pergunta me foi despertada, pelo trabalho na creche: eu ficava muito intrigada em saber como é que era, o que acontecia com a criança quando ela se separava da mãe. E tinha um menininho que vinha direto da FEBEM e tinha um contato muito diferente naquele contexto. Ele devia estar na faixa dos dois, três anos, porque ele estava no Berçário correspondente a essa idade. Ele me chamava muito a atenção. Aí, fui ver na ficha dele e ele vinha direto da FEBEM. Desde que chegou, não tinha mais contato com o pai, nem com a mãe, nem ninguém da família. Então, fui me interessando em acompanhar esse menino lá na creche mesmo, como psicóloga, trabalhando com as funcionárias, pedindo para darem atenção a ele. Bom, aí eu fui estudar a separação mãe-criança na FEBEM: o que acontecia quando uma mãe deixa uma criança tão pequena na FEBEM e sai da vida dela. E a FEBEM, nome dessa instituição oficial de atendimento total a crianças e jovens na década de 1970//80, fica responsável por essa criança. E fiz o meu mestrado com essas crianças, observando-as. Uma história à parte, não vou agora contar, mas foi fundamental para eu entender um certo ramo da Psicologia, que era essa compreensão do afeto. E que não se desvinculava da instituição, do modo como a instituição trabalhava com as crianças internadas lá. O desenvolvimento delas que era altamente prejudicado. Eu via a mãe sendo entrevistada por uma assistente social ou uma psicóloga, e a criança ali, ela era viva. Sabe, ela... Pititica de um ano e pouco, dois anos. Ela sai da sala, porque vai uma funcionária, coloca um esparadrapo nas suas costas com o nome dela. E aquele é o último momento que ela vê a mãe que de lá vai embora e ela fica internada naquele negócio louco, que era a Unidade de Recepção da FEBEM. Essa menina deu um grito só, quando a funcionária a pegou no colo. E ela calou o tempo todo que ficou lá. E eu fiquei por perto dela. Eles me chamavam de mosquita perseguidora de criança lá na FEBEM. Eu ficava ali acompanhando. Isso me chamou atenção, porque interferiu no desenvolvimento. Ela passou a andar de um jeito muito mais precário do que ela andava. Ficava um tempão só mexendo na própria bainha da roupa. E ela era muito viva na sala com a mãe. O que morreu nessa criança? E o que pode morrer nessas crianças que têm esse tipo de desenvolvimento atropelado pela pobreza, pelas condições sociais. É com essa pergunta ainda em mente que

abri minhas atenções de pesquisa, quando comecei o doutorado, acompanhando adolescentes que tinham muito tempo de instituição, agora nas Unidades de Permanência. Ou porque não tinham para onde ir, desde que deixados na FEBEM ainda pequenos, ou porque tinham sido levados para lá pela polícia. Analisei o discurso em entrevistas que fiz com eles. Meninos e meninas. É com eles que começo a me dar conta da importância de fazer análise de discurso nos trabalhos em psicologia, onde quer que ela se faça.

P: Que época que era isso? Na década de 80, mais ou menos?

M: Oitenta e quatro...

P: Foi o período que você estava se aproximando com o Conselho?

M: Foi. Então eu já entro no Conselho. Eu era psicóloga e analista, uma "protoanalista" de discurso, digamos. Tinha interesse por essa área e fui estudar isso na academia. E trabalhava no Conselho. Agora, você imagina essa pessoa com esses pensamentos todos revolucionando a cabeça, discutir com sindicalistas que forçavam a barra para uma espécie de monopólio do termo "político". Acordos eram quase impossíveis. Limitávamo-nos ao civilizado... Torci muito para que nossa chapa levasse o Conselho e pudesse fazer com ele esse político-institucional, diferente do que se entendia por político. Esse político pelo e no exercício da psicologia, com seus procedimentos e recursos conceituais, éticos e metodológicos. E foi o que a gente fez, nas duas gestões. As oposições do sindicato acabaram tendo um caráter produtivo, no sentido de definirmos novas estratégias para o Conselho. A gente, tendo como contraponto o sindicato, construiu um perfil político característico dos Conselhos. Lembro que eu lia o Althusser, um autor marxista que criticava os sindicatos em seu livro, muito lido entre nós sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado e colocava os sindicatos, ao lado da mídia, da família, da escola e da igreja como instituições de aparelhamento do Estado. Fui entender por que ele diz isso dos sindicatos. E pensei: "esses caras estão fazendo isso aqui; estão querendo reivindicar um território político, que não reconhece as especificidades de se trabalhar com psicologia, que não é a mesma coisa que o trabalho direto na produção, que constitui trabalhadores que devem ser protegidos por leis e lutas, sem deixar de lado o âmbito específico de sua produção. É nesse âmbito que se faz trabalhador. Aliás, sempre houve, por parte dos que se diziam politizados uma séria restrição ao "psi qualquer coisa", porque esse prefixo indicava o que historicamente o pensamento burguês teria reservado ao "um", em detrimento do "social". Um pensamento simplista, sem sombra de dúvida, mas seriamente intencionado a produzir seres críticos do capitalismo. O que conseguimos resgatar nesse tempo no Conselho foi esse caráter político das ações de uma instituição de categoria profissional e um político que passava pelo exercício da Psicologia. Eu não sei se fomos bem-sucedidos nesse aspecto, mas era tudo o que procurávamos fazer. Passar pela Psicologia. A Psicologia tem recursos, que não precisam ser considerados produtos de pensamento burguês. É um trabalho que pode ser feito politicamente via interna, via ética profissional, via trabalhos comunitários, via trabalhos com a prefeitura... Em um determinado momento a prefeitura foi assumida pela Luiza Erundina e, com ela, veio a maior chance para o Conselho trabalhar com saúde. Porque antes o Conselho trabalhava mais com educação. Saúde entrou direto com a Luiza Erundina. Não que ele não fizesse saúde. Fazia, e a gente definia o Conselho como uma instituição de saúde, que tinha que atender os interesses dos profissionais e da clientela por ele atendida... A população tinha um lugar de clientela para o Conselho também. Não era só clientela do psicólogo. Era uma clientela extensa do Conselho. Precisava pensar o serviço que a Psicologia, como profissão, estava oferecendo para a população. E foi nisso que a gente levantou muitos trabalhos diferentes naquela primeira gestão do Conselho. E na segunda gestão o que marcou foi o trabalho atrelado à Constituição de 88. Porque a gente estava lá. Foi em 86, depois foi 87, 88 e 89. Antes, em 1984, tivemos o Movimento das Diretas Já, também

F: Deixa eu só... Porque até eu queria conhecer um pouco mais a história do Conselho dentro das Diretas Já. Como participou? Vocês foram para a marcha? Eu li que parece que tinha uma reunião, até as pessoas se atrasaram para chegar, porque estavam na marcha, no movimento...

M: Você leu?

F: Eu li isso em algum lugar. Não vou lembrar, mas eu li isso em algum lugar.

M: Acho que nem me lembro exatamente dessa reunião. As coisas eram regularmente complicadas... Tinha que andar uma cidade para chegar aonde estava a marcha. Tinha a mobilização das Diretas Já. Tinha a plenária do Conselho também, que era importante fazer. Então, a gente se dividia e ficava entre uma coisa e outra. Mas eu me lembro muito bem de estar lá naquele dia em que milhões de pessoas foram para o Anhangabaú. Estava num cantinho de cá, à esquerda do grande palanque. Eu e a Suely Pacífico, que além de Conselheira do CRP, era psicóloga na FEBEM e militante do PCdoB. Imagina? Uma pessoa guerreira em vários contextos em que a psicologia se exerce! Uma verdadeira festa! E, sem dúvida antes e depois dessa festa, as reuniões do Conselho giravam muito em torno: "Por que as Diretas Já"? Isso é importante, porque não era a nossa meta, preocupação, fazer macropolítica. Mas era o momento, esse era o contexto amplo. Se você não toma as linhas desse contexto amplo, você fica à margem da história toda. Então, o que se discutia com as Diretas Já, por que era importante fazer? Como o Conselho entrava nessa? A diferença entre o Conselho que podia escolher seu presidente em uma instituição pequena, e sua presidente em uma reunião pequena. E isso, como é que era? Isso a gente tinha muito lá no Conselho. Só que a gente, ao mesmo tempo e termo, também tinha uma atenção voltada a certas práticas profissionais que complicavam um pouco a imagem da Psicologia como um trabalho no plano da subjetividade, da cabeça das pessoas. Apareceram naquela época já, o que se convencionou chamar Psicologias Alternativas. O exercício alternativo da Psicologia, por pessoas que trabalhavam com terapias em nome de outras coisas que não fossem a própria Psicologia. Em nome da fé, em nome de uma religião, em nome de uma coisa mais sincrética, do pensamento sincrético. Estava muito presente a Psicologia das Vidas Passadas. Foi um verdadeiro fantasma que atravessou o Conselho. Começou nessa época de 84 e foi até a segunda gestão. Então, tinha questões que eram internas no exercício da profissão de Psicologia que também mereciam atenção. Se eu considero que a população é clientela do Conselho e que passa pelo exercício do profissional que a atende, precisamos pensar que as vidas passadas deveriam ser, no mínimo, conhecidas por nós. Não as vidas passadas, claro! O movimento das vidas passadas. As vidas passadas eu nunca tive chance de conhecer. Mas, eu me lembro que surgiam, nas nossas discussões Plenárias e em Comissões, situações, como por exemplo, de filas de atendimento nas instituições públicas e pessoas, profissionais que se diziam dessa orientação e que iam lá, convidavam essas pessoas e as levavam para uma espécie de treinamento em vidas passadas. E elas estavam lá para ser atendidos pelo posto, pela UBS, pelo Ambulatório. Estavam tendo algum problema de saúde mental, sofrimentos por ansiedades e medos... E o que sê-lhes oferecia, na fila para atendimento público, era essa alternativa terapêutica. E isso mereceu nossa atenção. Antes de fazer qualquer comunicado geral à população, a gente estudou muito. Dentro do Conselho. O que estava acontecendo com a profissão nessas situações? Chamamos pessoas que trabalhavam com isso. Sem processo ético, sabe? Chamamos pessoas para explicar. Elas explicavam e a gente também começava a explicar para elas o que a gente pensava. Um trabalho político dentro da Psicologia para o atendimento de qualidade às pessoas.

P: Mas essas pessoas eram psicólogas, não?

M: Tinha psicólogos e tinha não-psicólogos, que diziam exercer psicologia dessa forma. Com não-psicólogo a gente não tinha o que fazer. Mas os que eram psicólogos foram convidados a

comparecer para discutir com o Conselho que prática era essa de Psicologia. Isso foi mais intenso na segunda gestão. Que aí, então, deu para fazer um comunicado geral à população dizendo: “olha, o objeto institucional da terapia de vidas passadas não é o objeto da Psicologia. Entenda-se por objeto...” E explicava. Entre outras publicações, saiu na Folha de São Paulo. Explicávamos que o objeto, quer dizer, aquilo que a instituição faz e que coloca como seu alvo. É diferente aquilo que faz a Psicologia e o que fazem as terapias de vidas passadas. O primeiro embate foi com essa terapia e depois apareceram outras. Bom, então, isso era de dentro. Enquanto isso, Diretas Já: teve eleição daquele jeito, aconteceu o que aconteceu com Tancredo e tal. E veio a nova Constituição e nessa eu me lembro muito bem, a gente assumiu uma posição de estudiosos no plenário do Conselho, de estudiosos do que era essa Constituição que estava sendo montada. E a gente tinha primeiro, assim, em princípio, um compromisso porque... Puxa! Depois de tanto tempo a gente poder participar para essa Constituição sair daqueles atos todos, arbitrários, inconstitucionais e entrar num regime diferente, de Direito Institucional, parecia assim a hora da história e a gente tinha que estar presente. Então nessa época a luta com o sindicato já tinha ficado quase que sem importância... Só voltamos a nos confrontar depois, no Federal. No Regional, a gente tinha uma atenção voltada imediatamente para o texto da nova Constituição, para os grupos que contribuíam com o texto. Fomos um grupo que contribuiu. Então a gente lia, discutia, apitava, opinava. E eu me lembro que quando chegou a última versão, eu estava sentada lá na cabeça da mesa do Conselho, numa reunião plenária cheia de gente ali, e eu me lembro que algumas partes, no que dizia respeito à saúde pública, por exemplo, algumas partes me pareciam assim... um quebra-cabeças que não estava encaixando bem as peças ainda, né? Aí eu pensei assim: “mas é o que pode, é o possível”. “Vamos aprovar, vamos dar o nosso apoio porque é o possível nesse momento, não tem como achar uma coisa harmônica de ponto de partida. Essa harmonia você vai construindo com mais trabalho”. Então, me lembro que esse foi o filé mignon do final da nossa segunda gestão Palavra Aberta. O termo Palavra Aberta tinha essa proposta mesmo de liberar a palavra, tanto para quem estava nas instituições outras, as de cima, as paralelas, quanto a população mesmo que podia levar para o Conselho suas queixas e suas reivindicações também. Vocês queriam me perguntar mais alguma coisa?

P: Incrível, milhões de coisas. Eu acho que de trás para frente é um pouquinho... É muito interessante esse aspecto de falar que são instituições políticas que vão disputar. Mas tem algo mais prático que a gente possa dar um exemplo ou que vocês conseguiram fazer quando chegaram com essa postura mais política? Se o sindicato não queria que vocês fizessem isso? Ou o que vocês acham que conseguiram?

M: Mas você não acha que isso é picuinha?

P: Não sei. Acho que se a gente deixar algo muito aberto, pode ficar meio generalista, mas...

M: Não, generalista não. Procurei deixar claro que tinha uma diferença na concepção da Psicologia como profissão. Eles achavam que a Psicologia tinha que se deter a sua seara... Eles, sindicatos. Tinha que se deter a sua seara psi, e tinha uma certa arrogância com relação ao psi, que o psi não era o “socius”. Por isso não se trata, aqui, de ser psicologia social ou qualquer outra psicologia. É Psicologia. E, sobretudo na PUC, na época, havia uma psicologia, digamos, mais nobre, que era a psicologia social. E isso parecia encobrir um certo jeito de ver as coisas, que ainda poderia salvar a natureza psi da psicologia, seu viés burguês, conforme o dicionário da época. É muito difícil explicar isso. Só muita atenção e ouvidos bem abertos, para entender os motivos de tanto conflito. Você não podia cochilar porque se você cochilasse vinha um ataque, e era um ataque feito às pessoas. Pra dizer a verdade, de um lado e de outro, mas claro, me recordo mais dos de lá pra cá...Por exemplo, eu fui considerada assim durante muito tempo como psicóloga com essa cara que eu estou fazendo. Psicóloga muito USP, é, psicóloga, muito USP, que não estava trabalhando os trabalhadores num “Órgão de

classe". E eu ficava cá pensando: "cara, cada trabalhador tem sua especificidade". Essa especificidade eles pareciam não reconhecer, eles do sindicato. Eu havia escrito um texto sobre "A especificidade da Psicologia como profissão", argumentando que essa especificidade não renega, uma dimensão política intrínseca. Uma relação de interioridade com a política, inspirada que já estava nas concepções de relações de poder, como as formulava M. Foucault. Distante de termos do marxismo clássico das lutas de classe para falar em diferenças sociais. Nesse ideário, os profissionais em psicologia eram nomeados "classe" e sindicatos e conselhos seriam órgãos de classe... numa extensão até indevida do pensamento marxista, mas muito comum naqueles tempos. Uma classe um pouco perdida porque ela se constituiu no iluminismo e não, imagina você, numa luta do proletariado! Mas o fato é exatamente este: ela se fez por recursos de uma outra dimensão das instituições sociais, e constituiu trabalhadores, trabalhadores que tem formação, e a formação é fundamental para esse trabalho. Inclusive para e na Saúde Mental, o que hoje tanto se privilegia como seu campo de trabalho, por todos que aí estão ainda nos Conselhos. Só que o Conselho de São Paulo, nos idos de 1980, teve que batalhar muito para lhe definir essa especificidade... e, voltando ao texto que escrevi em 1986, porque toda essa conversa também passa pelo que lá estava escrito, foi considerado corporativista, como se considerava corporativista toda a ação dos Conselhos de Psicologia. Me lembro de um Congresso Geral de psicólogos e suas entidades de categoria, em Brasília. Foi o primeiro Congresso Unificado de Psicologia. Era um verdadeiro "Encontrão" para discutir questões da profissão. Esse texto já tinha sido publicado. E foi ocasião de menções públicas das lideranças dos sindicatos, por ter sido considerado corporativista. Entende como as ideias são o mote de uma luta, praticamente ideológica? Noias e práticas políticas de assembleias à parte, aquela foi uma ocasião em que, sob a pecha do corporativismo, a Psicologia como um fazer profissional foi discutida, entre as questões da formação e do mercado de trabalho. Houve um notório sindicalista que me disse que 300 não apagariam o mal que eu fazia à psicologia. Ora, acho que a praga não se concretizou! E penso que até hoje eles não entenderam que eu fazia e faço uma proposta de psicologia cuja especificidade se assenta na diversidade, na interface de áreas do conhecimento como sociologia, política e análise do discurso, buscando falar, não em individualidades, mas sim, em sujeitos que só podem ser chamados de psíquicos porque matriciados em relações institucionais; buscando definir singularidades e não, indivíduos. Esse é, inclusive, o fundamento da disciplina que propus na USP, "Psicologia Institucional", em 1990. Falo isso porque o intrincamento entre o exercício profissional da docência e a experiência no Conselho vai desenhando o perfil da minha experiência profissional, nessa perspectiva de não a dissociar de sua dimensão política. A título de exemplo, a configuração das práticas do Conselho articuladas às de Saúde e as discussões internas que fazíamos, no sentido de considerar a Psicologia como uma profissão na área da Saúde, tudo isso se fazia enquanto participávamos dos movimentos da luta antimanicomial. Acolhíamos e fazíamos no interior do Conselho discussões estratégicas sobre as políticas de Saúde. Talvez, esteja aí a construção de uma positividade para as ações do Conselho, que deixava de lado a intensidade dos problemas e confrontos com os sindicatos. Íamos produzindo nosso espaço, e só nos lembrávamos dos perrengues quando organizávamos ações conjuntas como aquele Congresso Nacional Unificado de Psicologia.

P: Discussões, muitas discussões.

M: Eu sei que eu também falei muito, mas...

P: Não, é importante entender os embates que tinha na época que eu acho que era um período também de definição de muita coisa. Acho que é legal a gente falar um pouco porque eu vi que houve outros momentos também marcantes nesse período de gestão, teve a crise no Juqueri, teve discussão de Código de Ética, teve mudança... Você consegue lembrar de coisas pontuais de gestão que era um desafio? Tipo contratar trabalhador, estruturar...

M: Tá! Não sei se entendi a pergunta. Mas, a gente não tinha que contratar trabalhador, a gente tinha que discutir com os profissionais como pensavam e faziam o trabalho que eles desenvolviam. Mas contratar não. A gente tinha que mobilizar a discussão. Esse é o caráter político. Naquela época, pelo menos, sabe? Era tão tudo novo! A gente tinha que pensar e pôr pra pensar, as pessoas que trabalhavam, por exemplo, no Juqueri. Me lembro que tinha um profissional de lá que ativamente participava das comissões do Conselho. A gente desenvolveu comissões para trabalhar essas questões e a ética também. Pensávamos a ética como uma atenção voltada à conduta do profissional de Psicologia, para além dos princípios que regulamentavam oficialmente o exercício da profissão... Uma ética pautada por princípios de uma ação da Psicologia junto à população em geral. Era uma ética da produção da Psicologia desde a produção escrita, leitura, formação, até o trabalho concreto dos psicólogos com a clientela que atendia, nos consultórios e em outras instituições. No Conselho de Ética, sim, a gente teve que tomar algumas decisões de orientação mais incisiva, como te falei a respeito das Terapias das Vidas Passadas. Organizamos debates públicos. Lembro-me especificamente de um na USP, com o tema das Alternativas, com a participação de representantes de diversas orientações. Como você vê, ao invés de perseguir, a gente chamava para conversar e abrir ao debate público, sem deixar de lado a posição do Conselho e argumentar. Como já afirmei, tivemos naquela época, logo no começo, muitos problemas de profissionais que faziam atendimentos, digamos, out. E houve denúncias ao Conselho, dessas condutas. A pessoa não estaria bem e atendia. Diga-se de passagem, há questões da ética que até hoje eu não sei pensar, a não ser num fórum de discussão ampla. E numa dessas denúncias tivemos que nos haver com situação de um psicólogo que apesar de limitações físicas graves, atendia pessoas que corriam risco no atendimento em função disso: atendia em andares altos, sem as devidas proteções no ambiente. A Comissão de Ética teve que chamá-lo e acionar os procedimentos de orientação e acompanhamento, para que ele pudesse ouvir que, sim, havia outros jeitos de trabalhar que não aquele; ele não poderia, de forma alguma, colocar em risco os pacientes... Teve também o caso de religiosas, psicólogas, no interior de SP, que levavam grupos de crianças para rezar e cantar na calçada da rua e na praça, como terapia infantil... Então a gente teve que chamar e conversar sobre a terapia que faziam e por que era assim que faziam...

P: É que assim, eu estou pensando, não sei se eu me fiz explicar, mas hoje em dia a gente tem questões porque o CRP é uma instituição que tem pessoas que trabalham no atendimento e isso demanda muita gente, é uma procura, é um aspecto que a gente tem dificuldade, precisa melhorar. Tem trabalhadores que são contratados da Comissão de Ética, tem pessoas que trabalham no Conselho...

M: Esses trabalhadores...

P: É o que eu falei, me expliquei mal, porque o que eu li no memorial que a gente tem, a gente leu que em 88 houve uma mudança de sede, eu acho que deve ter sido uma mobilização grande para a Borges Lagoa. Provavelmente estava crescendo a estrutura do Conselho, em meio a muita coisa.

M: O aluguel estava muito caro na Faria Lima, a gente tinha sede na Faria Lima. Então tivemos que ir mais para o bairro, baixando um pouco a bola da ostentação que já caracterizava aquela localidade, digamos assim. Além dos custos com que tínhamos que arcar. Eu não sei se a gente tinha um espaço maior, tinha um espaço mais confortável de trabalho em um lugar em que havia acesso a muitos recursos, como transporte, por exemplo... A avenida Domingos de Moraes logo em cima, embaixo a 23 de Maio.

P: Foi mais fácil o acesso, entendi. Eu acho que era um pouco isso, tentar lembrar esse desafio porque a gente fala como deve ser difícil para um psicólogo ter que assumir a gestão de um lugar que você tem que lidar com uma série de burocracias, né? Quais que eram os

desafios que você lembra da gestão? Era mais esse campo de discussão política ou tinha coisas de ordem prática que também tinham que resolver, que era difícil?

M: A gente já pegou uma instituição que tinha profissionais que trabalhavam lá na administração. Pegamos uma estrutura administrativa, digamos, a dos trabalhos de suporte do Conselho. O que eu acho que a gente pôde fazer foi aproveitar dessa estrutura para fazer o resto. Contratamos uma assessora de secretaria, que era uma psicóloga. Ela ficou meio que como coordenadora de todos os trabalhos administrativos burocráticos. Tínhamos também uma tesoureira conselheira que tinha uma responsabilidade maior sobre essa administração e esses gastos. Centralizamos numa função essa administração da administração para que ela não atrapalhasse e para que ela pudesse ser orgânica naquele nosso trabalho. A nossa conselheira tesoureira que era um azougue, queria as continhas todas no papel. E ela, inclusive, confrontou muito o Conselho Federal.

F: Quem que era?

M: Nanci Bührer. Ela confrontou o Conselho Federal porque, como não poderia deixar de ser, o dinheiro tinha um lugar importante na administração dos Conselhos e na relação com os sindicatos. Os sindicatos tinham sempre uma queixa de que os Conselhos tinham grana porque tinham uma inscrição compulsória no exercício profissional e eles não tinham isso. Como o Conselho tinha isso, "então fiquem vocês aí com..." Eles dizendo: "suas burocracias". E a Nanci tinha um papel importante porque se o dinheiro tinha um lugar importante, ela, no jeitão dela, tinha um papel também importante porque ela era bem tesoureira mesmo, pegava no pé. Ela tinha que brigar porque as pessoas acreditavam que o Conselho tinha muita verba... O Conselho de São Paulo. A briga era de todos os Conselhos com São Paulo, Federal com São Paulo, fora o sindicato. Brigava todo mundo com São Paulo porque São Paulo tinha o maior número de inscritos. A Nanci mostrou o trunfo que era tê-la como conselheira tesoureira, porque ela punha a mão nas cadeiras e dizia: "é isso sim, vai ser empregado aqui, vai ser empregado ali o dinheiro". Mas eles a obrigavam a prestar contas em tudo quanto é coisa. Ela prestava as contas e tinha esse suporte administrativo, que já veio e a que a gente só deu mais organicidade. Porque administração e burocracia nas instituições, se elas caducarem, acabam com a administração, atrapalham o trabalho institucional. Porque elas acabam com a possibilidade de um trabalho decente, porque ficam ali recrudescendo, recrudescendo, recrudescendo e não rende produção. Produção naquilo que é de interesse, naquilo que é objeto institucional daquela instituição também.

F: Como a senhora vê a profissão hoje? Tem um recado pra quem está começando?

M: Para os psicólogos que começam tenho a dizer apenas, que tenham força e coragem, porque o futuro dura muito tempo... As pessoas que estão saindo hoje, elas já estão indo mais para instituições de saúde e de educação. E o consultório tem se revelado uma sereia. Desencanta. E, de início, é complementar de horário dedicado aos empregos e estágios em . Discussões éticas ultrapassam os muros das Comissõesambulatórios, CAPs e outras instituições.

P: Acho que pra encerrar, acho que já contemplou tudo, se teria alguma coisa de alguma lembrança, de alguma história durante a sua gestão. Foram acho que quase de meados de 1983 até 89.

M: Seis anos, no Regional seis anos. Ah! Dois fatos ainda a registrar em torno de 1987: fizemos um Vídeo Institucional e um Congresso aqui em São Paulo. Ambos giravam em torno da psicologia como instituição do exercício profissional. O primeiro, com cenas e falas de profissionais e de sua clientela real ou potencial: no Juqueri, em empresas, escolas e com

transeuntes nas ruas e avenidas da cidade; a pergunta era sempre: “pra você, o que é psicologia?” e encerramos com a enigmática cena-resposta de uma jovem cigana, na Praça da Sé, devolvendo a pergunta “Psicólico? O que é?”. O segundo, o Congresso, pretendeu colocar em discussão com a categoria, praticamente a mesma questão, com Mesas Redondas e Debates; toda gama de produção acadêmica e de atuações, como as psicologias alternativas, astrologia e psicologia, espiritualismo no exercício profissional, especificidade de objeto institucional; eram discussões calorosas, com uma plateia que apresentava praticantes, pesquisadores e estudantes de todas essas orientações. Debate aberto. Palavra Aberta. Em que, Conselho e sua clientela (profissionais e população) tinham direito à palavra! Pensando bem, agora, eu elegeria essas duas ações institucionais, as mais expressivas e representativas de nossas gestões. Aqui, em ato, se fazia Política e Psicologia. Na especificidade de nossa área de saber e profissão, o caráter político. Só o Conselho de Psicologia poderia fazer essa inflexão de debater com seu público-alvo, especificidades e excentricidades de monta como essas. O título foi, agora me recordo, tanto do vídeo quanto do Congresso: PSICOLOGIA, IMAGENS E AÇÕES. Discussões éticas ultrapassam os muros das Comissões de Ética do Conselho, a fiscalização é batida pelo debate com todos os personagens implicados em cena, e a dimensão dessa política institucional se positiva para além do confronto com entidades sindicais. Falando, pra vocês, nesta entrevista, me dou conta que, talvez, como numa estratégia em que se objetivam ações e sujeitos, concretamente fomos fazendo o Conselho... E disso, não nos dávamos conta, naquele momento. Apenas confrontávamos os desafios que o exercício profissional apresentava naquele final da década de 1980...Quer termo mais definidor do caráter político dessa instituição? E isto, do interior das especificidades: da prática profissional e do próprio Conselho.

P: É isso, muito obrigada pelo seu tempo, pelo seu depoimento, pela sua disposição.

Odair Furtado

Resumo:
Odair Furtado possui doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde atualmente é professor associado, trabalhando no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social (PSO) e na graduação no curso de psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde. Foi vice-presidente na Gestão "Um Conselho para cuidar da profissão em São Paulo" (1998-2001). Fala em sua entrevista sobre os movimentos sociais no país no final da década de 1970; retomada do Sindicato dos Psicólogos; o Sistema Conselhos de Psicologia; proposta pelo "fim dos Conselhos", que não teve sucesso; formação da APAF; transição democrática no CFP; Primeira Mostra de Práticas em Psicologia; movimento Cuidar da Profissão; Prêmio Arthur Bispo do Rosário; descentralização com as subsedes; expectativa para a Psicologia.

Data: 06.06.2024
Entrevistadoras: Priscilla Haikal e Fernanda Scalvi
Filmagem: Rodolfo Morandi
Local: residência do entrevistado

Entrevista:

P: Primeiramente, obrigada por nos receber, né? Por fazer essa colaboração com esse material que a gente está fazendo. A gente está fazendo uma série de entrevistas para o Jornal Psi e também para as redes sociais, marcando os 50 anos de CRP. Então, a gente está tentando fazer um apanhado das gestões, marcos, né? Coisas importantes que foram realizadas. E eu acho que um bom ponto para começar é falar da tua experiência, como que foi a tua chegada no CRP, porque a gestão foi de 98 a 2001, né? Que você esteve na diretoria. Mas, como é que foi antes disso? Você já tinha contato? Como é que foi a tua chegada, a tua aproximação? O que que você via no Conselho nessa época? Quais eram os desafios? Como é que foi contar um pouquinho de história mesmo dessa tua chegada?

O: É uma longa história. É preciso considerar o momento que a gente estava vivendo. Era um momento, vamos dizer assim, tenso. Politicamente tenso. O país começava a vislumbrar uma transformação. No plano político nacional, a ditadura encontrava-se desgastada, começando a enfrentar uma crise econômica. Havia, assim, uma mobilização que crescia para além daquilo que era já tradicional. Era a mobilização estudantil, que estava forte, bastante atuante. E as grandes greves. As greves dos metalúrgicos. A greve dos metalúrgicos, da Cosipa. Enfim, uma greve importante na história do Brasil. Ela trouxe um impacto muito forte. A partir daquele momento, nós tivemos a fundação do PT. O apoio desse movimento. A anistia. Anistia que não foi exatamente a anistia que a gente queria. Mas... Ocorreu. Os exilados voltaram. Foi uma festa à volta dos exilados. Todo mundo ia receber os nomes principais no aeroporto, o Arraes, o Brizola, o Betinho. Foram recebidos como heróis. Tudo isso mostrava que as coisas estavam mudando. Então, nós estamos falando de 1978, 1979, 1980. Eu me formei em 1978. Nesse período, nós estávamos discutindo ali. Eu, ainda jovem profissional, recém-formado. A Ana, apesar de ser da minha geração, já formada há algum tempo. A Ana foi minha colega de movimento estudantil e foi minha professora, logo depois. Ela saiu e foi imediatamente contratada pela PUC. Odete Pinheiro, que era professora aqui na PUC São Paulo. A Veróca, a Paiva, que era do movimento estudantil na USP. Uma grande liderança. Enfim, era muita gente. Agora, citando nomes, eu vou certamente esquecer de muitos importantes. Esse grupo, que era amplo, a gente se reúne no Sedes, plenários, assembleias, reuniões que lotavam o auditório do Sedes. Tinha muita gente interessada em mudanças. E o nosso primeiro foco foi o sindicato. O Sindicato dos Psicólogos era um sindicato inoperante. Era uma salinha ali na Faria Lima. Tinha um coronel reformado do exército, que era psicólogo e que era o presidente do Sindicato. Era o eterno porque não tinha eleitores. A turma dele

acabava mantendo aquele aparelho. E o primeiro movimento que nós fizemos foi a retomada, ou tomada, do Sindicato para torná-lo um sindicato atuante. A Odete se candidatou como presidente. A Ângela (Ana?), que era vice-presidente, se não me engano. E assim montamos um grupo que tomou o Sindicato. Ganhamos a eleição. Sindicalizamos muita gente. Ganhamos a eleição. E aí passamos a ter uma atuação sindical, que foi uma atuação forte. Anos depois, a Ana sucedeu à Odete, depois de uma gestão. Ali se procurou organizar nacionalmente os sindicatos de psicólogos. Esse mesmo processo estava ocorrendo em outros estados. E no bojo desse movimento, que acompanhava toda aquela mobilização nacional que estava começando a crescer, se formou a FENAP, a Federação Nacional dos Psicólogos. O Sindicato do Rio de Janeiro, o Sindicato de Minas Gerais... E com isso se formou um campo, um grupo nacional, progressista, que estava procurando repensar e fazer a defesa da Psicologia e das psicólogas e dos psicólogos. Bom, foi uma consequência disso, natural, natural no sentido de que parecia ser o caminho a percorrer, começar a pensar nos Conselhos, esses Conselhos. O Sistema Conselho de Psicologia, naquela época, estava sendo dirigido pela Ivone Cury, que era uma professora da PUC, que tinha uma visão progressista. O Sérgio Leite participava dessa gestão e o Marcos Vinícius. Outros tantos mais, porque naquele momento o sistema era assim: elegia-se as plenárias dos Regionais, a plenária escolhia a sua diretoria. Você não sabia quem seria o presidente. O presidente era decidido a posteriori pela plenária. E junto com um membro desse plenário que iria para o Federal. Eu não lembro se era um ou dois, mas enfim, se elegia junto com aquela chapa de conselheiros. Em geral, era uma chapa única, tinha uma disputa muito intensa. Era difícil reunir um número suficiente para compor o grupo de conselheiros. Esses conselheiros, que eram eleitos para o Federal, formavam a plenária do Federal. Na época, eram poucos Conselhos Regionais. Você tinha São Paulo, por exemplo, reunia São Paulo e Mato Grosso. Mato Grosso ainda não estava dividido. No Nordeste, se reunia três, quatro, cinco estados para formar um Conselho Regional. Maranhão e Piauí eram uma coisa só. No Maranhão, tinha quatro psicólogos. Quatro! Você tinha Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Enfim, era um número reduzido de Regionais. Então, você tinha um plenário pequeno, um plenário exuberante. E esse plenário, a partir da sua primeira reunião, escolhia quem seria o presidente. Tinha-se secretário, tesoureiro. Então, você pensava que ele era um sistema que era muito indireto e burocratizado. É isso que a gente chamava de modelo. Não era somente o modelo da Psicologia. Era o modelo de todos os Conselhos. Alguns Conselhos funcionam assim até hoje. E era isso que precisava ser transformado. Além do que é a pauta. A pauta dos Conselhos, naquela época, era uma pauta conservadora. Eles não conseguiam fugir daquela pauta. O sistema funcionava de tal maneira que os Regionais faziam uma pressão direta sobre o plenário do Federal. O Federal não tinha a autonomia que ele tem hoje. E interferia muito pouco na política da profissão. Era um órgão regulador que funcionava como isso. O seu conselho de ética talvez fosse a coisa mais atuante naquele cenário. E mesmo uma diretoria, que era uma diretoria, vamos dizer assim, progressista, como era o caso dessa direção da Ivone Cury, não era confiável. Ela não tinha uma expressão forte na categoria. E isso levou aquele grupo que estava nos sindicatos, e outros que não estavam vinculados aos sindicatos, mas tinham interesse em uma mudança, começassem a se organizar. Aqui em São Paulo nós formamos um grupo amplo que passou a discutir o que era o Conselho, para que servia o Conselho, propostas de que a categoria não precisava de Conselho, tinha de tudo. E isso também começou a ocorrer em outros estados, no Rio Grande do Sul, sim, no Rio de Janeiro, e Minas, fortemente em Minas. O crescimento desse movimento levou a uma proposta de... Me foge agora o termo exato da organização, mas você encontra isso com facilidade. Mas se fez um movimento para formular o regulamento do Conselho, o regulamento, o regimento, e toda a discussão era como democratizar. Então se fazia análise de conjuntura... As discussões eram muito intensas e com muitas diferenças.

P: Isso em que ano era, mais ou menos?

O: Isso era por volta de 88, 89.

F: E isso a reboque na história da Constituinte, da Constituição de 88?

O: Exatamente, esse era o termo que eu queria dizer, você ajudou. A proposta era essa, era uma Constituinte, a Constituição Brasileira tinha acabado de ser promulgada, a sociedade estava mobilizada, e isso evidentemente também influenciava os psicólogos. Em São Paulo, nós passamos a nos reunir com a Presidente do Conselho, a professora da USP, bastante conhecida, mas eu não vou lembrar o nome dela, e passamos a discutir, entre, dentro dessa história, o próprio Conselho Regional de São Paulo. No primeiro instante, ela perguntava assim: "vocês querem ser vocês"? Era esse grupo organizado que tinha o pessoal do Sindicato como proa desse movimento. Estava lá a Ana, que era a Presidente do Sindicato, estava, acho que a própria Odette participava, eu participava, a Lumêna participava, a Ana Maria Junqueira participava, a Graça participava, enfim, boa parte daqueles que depois foram conselheiros, participava assim intensamente. E eles perguntavam: "o que vocês querem? Vocês querem formar uma chapa ou algo assim ou não"? "Não. A gente quer só repensar o Conselho e ter um Conselho que seja um Conselho ativo, atuante, progressista". Isso tudo levou a que se montasse uma chapa de uma forma bastante coletiva. Se não me engano, foi o Odair Sass que foi o presidente naquela época. O Tozoni também, que já participava, tinha participado do Federal. Enfim, tinha gente de Assis que participava intensamente, tinha gente de Bauru que participava intensamente. O pessoal da Baixada também estava presente. E com isso se montou uma chapa com bastante apoio. Foi um momento de muita atividade e atuação. Essa diretoria do Conselho foi importante para começar a pensar o Conselho Federal. E dali, junto com o pessoal do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, se começa a se pensar essa história da Constituinte. Estou falando assim de resumo, mas foi um embate político intenso! O pessoal do Paraná se recusava, dizia que não era isso, que a gente não estava compreendendo, que a gente não entendia o que eram os Conselhos, mas estava junto. Então, o grupo não era exatamente coeso, tinha muitas diferenças. O grupo da diretoria do Regional de São Paulo estava meio dividido. Tinha gente que achava que tinha que ir com mais calma, tinha gente que achava que tinha que ir pro pau, tinha gente que achava que tinha que acabar o Sistema Conselhos. Aquilo pegava fogo. Nesse momento, a gente se aproxima muito do Marcos Vinícius. O Marcos Vinícius, se não era da diretoria, era conselheiro, porque ele era o conselheiro indicado da Bahia. E muito próximo da Ivone Cury. E o Sérgio Leite também, muito interessado nessa história. Então, havia um clima dentro do próprio Conselho Federal interessado nessa mudança. E, depois de muita conversa, o Conselho Federal, junto com a FENAPSI, chama uma plenária e tal, mas que já indicava a Constituinte. E foi feito em conjunto, entre o campo sindical e o campo dos Conselhos. Tudo isso ocorreu rapidamente. Foi um ano, um ano e meio de mobilização muito intensa e a cada mês tinha uma novidade. Esse encontro foi em Brasília, a gente indicou delegados, os delegados eram metade do Conselho, metade da FENAPSI. Chegou lá, a proposta de fim dos Conselhos ganhou corpo. Então, ganhou corpo e todo o movimento sindical passou a apoiá-la. "Não precisamos de Conselho. Conselho é burocrático, Conselho não sei o quê... Não precisamos de Conselho". E ganhou corpo e o campo dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal se fechou na proposta contra o fim dos Conselhos. Havia uma certa ingenuidade naquela proposta porque aquilo era definido por lei, teria que anular aquela lei, enfim, revogar a lei, isso quem faria era a Câmara Federal. Nada simples. A gente, na realidade, não estava enxergando esse fato. A gente achava que podia tudo naquela altura. O que a gente quisesse bastava levantar o braço e votar. E essa, evidentemente, estava super dividida, ninguém conseguia prever o resultado. Acabou não votando nada. Melou! Então, foi um esforço, assim, três dias intensos de debate, de discussão, de gente gritando, de gente chorando, de gente rindo. Era, assim, bonito, muito bonito. E terminou sem conclusão. Nem sim, nem não. E continuava-se o debate. Aos poucos, essa posição foi amadurecendo, o grupo "fim dos Conselhos" começou a rever a sua posição, o grupo progressista que estava dentro do Conselho Federal começou a ser convincente em relação de que, na realidade, tudo aquilo deveria ser feito no sentido de transformação do Sistema Conselho e de ocupação do Sistema Conselho. Aquele movimento todo nacional

deveria ocupar o Sistema Conselhos. Daí houve um acordo. Com isso, se fechou um acordo legal. A proposta "fim dos Conselhos" desapareceu. Ela ficou absolutamente minoritária. A partir desse acordo, não foi um acordo de cúpula, foi um acordo feito ali no enfrentamento. E isso leva, finalmente, aos encontros pra Constituinte. A diretoria do Conselho já estava mais tranquila com relação ao que poderia acontecer. E esse movimento estava mais seguro de que aquele caminho era um caminho adequado. E aí o debate passou a ser em um outro patamar. Que Conselho nós queremos?

P: Isso já era que ano?

O: Provavelmente, 89. Provavelmente, 89. Não tenho segurança das datas. É preciso conferir essas datas. Está tudo registrado. E com isso, se fez encontros regionais para definir os delegados. Teses. Os encontros regionais, então, aprovaram suas teses. As teses foram concluindo. E com isso, chegamos lá a esse encontro que talvez tenha sido em Minas, em Belo Horizonte, em que chegou o momento das decisões.

F: Deixa eu só esclarecer uma coisa, perdão. O que seriam essas teses? Seriam os pressupostos desses grupos?

O: As teses do que seria o Conselho Federal a partir de então.

F: Seriam desses grupos que tinham se formado e debateram e tudo, é isso?

O: Isso. A essa altura, você tinha a participação dos Conselhos Regionais de maneira intensa. Você tinha a participação do campo sindical. Estava lá assim decidido. E participação da base. Gente que foi lá e chegou a falar: "tudo o que está acontecendo aí eu quero participar". Foi bem massivo. Os Conselhos estavam assim, naquele momento, fervilhando. E esse encontro foi um encontro histórico. Porque ali se formulou a APAF, ali se formulou todo o que é todo o arcabouço, que é o arcabouço de eleições diretas, chapas, enfim, de um Conselho aberto e voltado para a sociedade, foi construído ali. Fez do sistema do Conselho de Psicologia o mais avançado do período. Logo em seguida veio o de Serviço Social. O Serviço Social talvez tenha avançado mais do que a gente, porque aproveitou inclusive a nossa experiência. E que eu saiba nenhum outro Conselho seguiu a mesma dinâmica. Mas esses dois foram bastante importantes nessa construção da democratização do sistema de Conselhos. E a partir desse momento o Conselho passa a funcionar da maneira como ele funciona até hoje. Ele tem uma debilidade porque a lei não foi reformulada. Então a gente tem que fazer assim uma espécie de desvio para poder regularizar a situação do Conselho. Então nós temos uma eleição nacional que define os Conselhos Regionais e define a chapa do Conselho Federal. Portanto, os psicólogos e as psicólogas votam numa proposta política. Não mais aquele tipo de eleição que você votava em nomes. Marlene Guirado era a presidente que eu estou mencionando. Professora da USP.

P: Sim, a gente conversou com ela também. Ela falou que os embates naquela época eram fortes.

F: Quentes!

O: Quentes, exatamente. Ela foi uma pessoa bastante importante nesse período. Ela presidiu o Conselho e abriu o Conselho para essa discussão. Então eleições diretas e com proposta política. Achar grupos organizados se apresentando. E isso evidentemente precisa ser adequado às condições da lei que rege o Sistema Conselho. A lei não prevê a APAF. A lei prevê esse voto indireto. Só que a gente está elegendo o presidente. Aí quando se faz a eleição, depois a APAF define a política como ela foi garantida pela eleição e se reúne os conselheiros para eleger o presidente que já foi eleito. Então se reafirma ali. Esse é um

combinado. A qualquer momento, você imagina, se um grupo de direita se une ao Conselho, ele pode mudar isso no dia seguinte. Até o momento, desde esse período que estou falando, 88, 89, isso vem sendo respeitado. Mas a lei diz outra coisa. Ela pode ser eventualmente reivindicada por algum interessado e não muito democrático. Portanto, a partir disso, o Conselho passou a funcionar nessas condições. Como ele tem uma plataforma a defender, o sistema fica mais ativo, porque ele será cobrado por isso. E com isso ele tem propostas. São propostas que procuram atender aos interesses de todos os psicólogos e à expectativa da sociedade. Porque o Sindicato defende os psicólogos para uma defesa da categoria, das relações de trabalho, das condições de trabalho. O sistema Conselho defende uma psicologia de qualidade para a população. E aí os psicólogos têm que trabalhar de acordo com essa perspectiva. Qual é essa perspectiva? Uma resolução como aquela que proíbe o psicólogo de considerar homossexualidade como doença, aliás, coisa que está definida pela Organização Mundial de Saúde, já estava na época. Uma medida como essa é uma medida política. É um posicionamento da entidade. Tem grupos, tem psicólogos, tem parlamentares que são contra. Aqueles que defendem a cura gay, por exemplo, por sorte não são muitos, são contrários a essa resolução. Portanto, isso responde a uma garantia de direitos. Isso responde a uma perspectiva de saúde, de saúde pública. Isso responde a uma orientação às psicólogas e aos psicólogos de como a Psicologia deve atuar. Isto é resultado de toda essa mobilização que ocorreu nesse período. E tem outras tantas, a luta contra o racismo, a questão feminista, todas elas estão na pauta dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal. A atuação em prol dos direitos humanos, tudo isso são definições políticas, que é resultado dessa mobilização de princípios progressistas.

P: O senhor acha que naquela época que começou, que tinha essa mobilização toda mais forte, a categoria entendia mais esse papel político?

O: Entendia perfeitamente. Como que a gente sabe disso? A nossa gestão foi das primeiras, não é? Nós tivemos a gestão do Odair Sass na presidência do Federal, mas ela foi a da transição. Ainda não tínhamos eleições diretas. A primeira pessoa eleita em eleições diretas foi a Ana Bock.

P: Em 2001?

O: Em 2000?

P: Em 2001! Que eu acho que foi depois...

O: Não, antes de 2000.

P: No CFP? Ou será que foi no CFP?

O: No CFP. Essas datas todas que eu estou falando, que eu estou falando de memória, há muito tempo, elas podem estar assim...

P: Eu tenho mais fresquinho...

O: Eu acho que em 89 foi quando a Ana assumiu a presidência do Federal. E foi uma gestão mais curta por conta da transição. Eu acho que ela foi uma gestão de dois anos. Foi... E foram duas gestões. A Ana foi reeleita na gestão seguinte. Essa gestão terminou... A segunda gestão terminou em 2001, com cinco anos. Se fizer essa conta, foi um pouquinho antes do que eu estava imaginando. Em 2002 eu assumi a presidência do Conselho Federal.

P: Isso, que foi logo depois do CFP.

O: Foi logo depois. Na primeira gestão do Federal, essa que foi mais curta, eu era conselheiro. E na segunda gestão, eu fui vice-presidente aqui no Regional de São Paulo. E na terceira gestão, na sequência do início dessa fase, eu sou eleito presidente do Conselho Federal. E na quarta, a Ana volta e faz a sua última gestão como presidente. Nessa eu voltei a ser conselheiro. Foi esse período que foi o período de consolidação ali. Curiosamente, a oposição se chamava Consolidação. Mas foi o período de consolidação desse projeto. A partir daí, vamos dizer assim, ficou mais tranquilo. Eu queria dizer para vocês que o... Como que a categoria respondia? Nós, acho que na primeira gestão da Ana, a primeira ou a segunda gestão, nessa gestão de cinco anos, nós fizemos... Nós, Sistema Conselho. Foi o Federal, a proposta veio do Federal, mas foi... Foi encampado pelos Conselhos em geral. Foi na segunda gestão da Ana, porque nessa época a Lumêna era presidente do Conselho aqui em São Paulo e eu era o vice. E nós fizemos a Primeira Mostra de Práticas em Psicologia. E foi aqui em São Paulo. E nós fizemos no Anhembi e tinha mais de cinco mil psicólogos e psicólogas participando. Era... foi uma feira assim que era impressionante! Todos os Estados Brasileiros enviaram trabalhos e enviaram representantes e foi um evento impactante. Impactante. Com isso, a gente conseguiu carregar muita gente pra lá. O Stedile, do MST, foi. O Márcio Thomaz Bastos, que era ministro da Justiça, esteve lá. O Márcio Thomaz Bastos, quando ele começa a falar, ele era muito... Falava muito bem e era muito simpático. Ele começa a falar e ele falou assim: “Eu estou aqui muito feliz de estar aqui. Vocês não imaginam o quanto, porque eu faço análise e eu pago muito caro pela minha análise. E pela primeira vez, eu estou falando com um monte de psicólogos e não estou pagando nada”! E essa piada dele lá foi... A gente lembra dela até hoje. E o evento produziu assim um efeito que logo, anos depois, tivemos a segunda mostra que também foi grande. E isso gerou, acabou gerando, o Congresso Nacional da Psicologia, que também é um evento importante pra Psicologia brasileira. Tudo isso com muita participação. Então a base dos psicólogos reconhecia essa condição e ao mesmo tempo que a gente via a Psicologia que estava sendo produzida ali, que estava sendo apresentada na mostra, do Rio Grande do Sul, do sul do Rio Grande do Sul, ao norte do Amapá, era uma Psicologia que era uma Psicologia transformadora. Trabalhos assim belíssimos que estavam sendo desenvolvidos em que a gente não tinha visibilidade. Só olhar a revista que o Conselho Regional fez na época sobre os trabalhos, uma revista linda, linda, certamente está lá nos arquivos. Ela mostra assim a diversidade e a importância dos trabalhos. Essa era a resposta da categoria. A categoria das psicólogas, dos psicólogos brasileiros, ele adotou essa linha da transformação de uma Psicologia transformadora para uma Psicologia progressista. Ela apoia essas decisões e essas resoluções que são essas resoluções mais impactantes do Sistema Conselho em todo o seu período. E ela vem sistematicamente elegendo grupos que são grupos progressistas. Tem uma história que eu estou evitando ela aqui, porque ela partidariza, que é a história do Cuidar da Profissão. Mas o Cuidar da Profissão, ele construiu uma história nessa... Dentro do Sistema Conselhos e ele se espalhou para o movimento sindical. Ele surge no movimento sindical de uma certa maneira, mas foi a junção daquele grupo que eu citei do Conselho Federal, principalmente o Marcos Vinicius de Oliveira, e o nosso grupo que era a Bock, a Graça, eu, a Lumêna e Marcos Ferreira. Esse grupo que constrói o movimento Cuidar da Profissão. No primeiro momento, assim, quase que um Exército de Brancaleone, um grupo pequeno ainda e muito atrevido. Mas que construiu essa história, que assumiu as primeiras gestões, que foram muito importantes, que elas definiram o caminho.

P: E como é que foi esse período? É legal a gente dar alguns exemplos. Essa mostra muito legal, a gente vai pesquisar alguns elementos que tinham nessa época.

O: Essa mostra, ela é decisiva! É decisiva porque...

P: Ela foi o embrião do CNP.

O: O CNP é possível. Depois da mostra é possível. A mostra estava visando a prática dos psicólogos, a gente precisava pensar como o psicólogo constrói e teoriza e pensa um método na Psicologia. E aí surge a ideia do Congresso Nacional.

P: Legal! Daí puxando um pouquinho mais pra São Paulo essa realidade, a gente sabe que nessa época uma das iniciativas importantes do Conselho, até hoje, foi o Prêmio Bispo que está muito atrelado à luta antimanicomial. Tem... A importância que você vê dessa e de outras iniciativas? Se puder comentar como é que foi.

O: Eu tenho um carinho especial pelo Prêmio Arthur Bispo do Rosário porque eu que fiz a proposta no plenário. E vou contar pra vocês um segredo. Quem pensou e sugeriu isso foi o Pepe que era... O Pepe! Então, eu estava lá conversando com o Pepe e o Pepe falou assim: "Não seria legal se a gente fizesse um prêmio, uma coisa assim pra Psicologia, um negócio da saúde mental"? Então, eu falei: "Nossa, Pepe, que ideia boa essa! Vamos pensar nisso". E aí eu tinha um acesso à presidente do Conselho que era um acesso privilegiado, eu sou casado com ela. Então, podia resolver isso no café da manhã. E conversei com a Lumêna: "O Pepe deu uma ideia ótima"! Ela falou: "Legal mesmo". "Vamos chamar isso de Prêmio Arthur Bispo do Rosário"? "Ótimo"! Convenci a Lumêna e ficou fácil apresentar. Eu apresentei a proposta no plenário, ela apoiou a proposta, o plenário adorou a proposta. Saiu, montamos a comissão. E saiu o Prêmio Arthur Bispo do Rosário. E foi uma ideia que era assim, quem que vai participar do Arthur Bispo? Os usuários! Os usuários! A ideia do Arthur Bispo era isso. Tem a ver com o quadro que está atrás de vocês, depois vocês fazem... Termina aqui apontando para o quadro. Evidentemente estava inspirado no projeto e no trabalho da Nise da Silveira, que era bastante conhecido, admirado. Enfim! Então juntava tudo isso com a história do Arthur Bispo, que naquele momento já tinha virado uma celebridade, Bienal, Bienal de Veneza... Enfim! A dificuldade de entender o que era esse trabalho realizado por usuários... Naquela época, eu fui convidar um professor da ECA que trabalhava no campo das artes plásticas lá na ECA. Um grande pesquisador. Eu fui convidá-lo para participar do júri que ia decidir o prêmio. Ele falou: "Eu tenho minhas dúvidas com relação ao que significa esse tipo de expressão artística". Ele estava falando do Arthur Bispo do Rosário. "Se eu posso colocar isso no campo das artes de uma forma objetiva, ou se isso passa paralelo". Era um acadêmico, estava pensando, portanto, o que define a arte. E o que ele pensava era em última instância qual era a decisão do artista. Então, assim, Arthur Bispo fez o manto porque ele estava fazendo arte, ou fez o manto porque ele queria fazer o manto? E o manto se expressa como uma obra de arte. Tá bom! Essa discussão corre no mundo das artes. Tem quem defendem uma coisa e tem os que defendem outra. E essa questão estava ali presente e o Arthur Bispo escancarava isso. Porque ele arrombou a porta. Toda a concepção de arte daquele momento, e ganhou! Ele é reconhecidamente um grande artista brasileiro. Isso traz a biografia do Arthur Bispo, traz as condições em que ele foi parar lá no Engenho de Dentro. Enfim, a loucura, traz a loucura para a pauta! E traz a condição do louco como sujeito. Ele foi retirado desta condição de pessoa, ele deixou de ter autonomia. E não tendo autonomia, ele é encarcerado, ele é seviciado. Passa toda sorte de abuso e de sofrimento. Então, recuperar a cidadania do louco e reconhecer o louco como pessoa ativa, como pessoa capaz de pensar e tomar decisões. Que de uma certa maneira é o que está na carta que o Antonato(?) mandou para os médicos-chefes dos hospitais psiquiátricos que ele passou. Então está ali o propósito de uma luta que é uma luta antimanicomial. O prêmio Arthur Bispo do Rosário era uma forma de expressão da luta antimanicomial. E o resultado disso é um resultado muito positivo, porque CAPS, porque inúmeras entidades tinham esse propósito de utilizar a arte como uma forma, vamos dizer assim, como uma forma terapêutica que garante uma atuação do usuário, ali no seu cotidiano. E a gente teve muitas inscrições e muito trabalho de qualidade. Isso impressionou muito o corpo ali de jurados que avaliou as obras. E a premiação foi uma coisa muito emocionante. Cada um deles que veio para receber o prêmio, se sentia assim muito prestigiado, muito agradecido e muito emocionados. A plateia chorava a cada fala. Foi bastante importante! E ele prevaleceu. Nós saímos do Conselho e ele ficou.

(...)

P: Mas aí foi Ciência e Profissão, não foi o Jornal Psi.

O: A Ciência e Profissão também tem uma publicação. Mas a nossa foi anterior. Ela induziu a do Federal. Acho que eu participei dessa do Federal também. Participei do grupo. Mas a de São Paulo fez uma... Como a gente tinha todo o material aqui, a gente registrou. A gente fez uma revista contando o que tinha acontecido a partir do Regional. Era um número único. Tinha uma mostra, primeira mostra de Psicologia. Mas ela é linda! Dá uma olhada!

P: Se eu não achar peço socorro de novo, mando mensagem, com alguém. Eu sei quem sabe...

O: Eu devo ter aqui... Guardar os documentos da gestão, deve estar a revista aqui também. Mas certamente vocês têm.

P: Agora sabendo os caminhos, já fica mais fácil. Nesse... São muitas histórias, até para selecionar, para falar, mas eu acho que um aspecto que é legal, que a gente precisa, que é legal contar por que fez parte... Eu acho que foi um pouquinho antes dessa gestão, que separou o Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul, que deixou de ser... Que ficou só o Estado de São Paulo?

O: Eu acho que a gente já pegou só São Paulo.

(...)

P: Bom, acho que é legal, não sei como é que era para vocês a articulação com as outras subsedes, porque eu acho que já nessa época foi quando também começou a deixar de ser delegacia, né? Começou a ter essa coisa mais autônoma, de descentralização, que eu acho que acompanha a própria proposta das gestões de ter uma autonomia maior. Mas como é que vocês viam, se começou já a ter essa descentralização, se era uma coisa mais autônoma, se tinha uma participação bacana...

O: Foi direto, porque como estava muito mobilizado, as pessoas das subsedes, os psicólogos, psicólogas que estavam ali pelas subsedes, reivindicavam autonomia. Queriam ficar como satélite ali da diretoria do Conselho. E toda a proposta para chegar mais perto das psicólogas e dos psicólogos, era preciso uma atração mais efetiva, fazer evento, cineclube, fazer coisa assim que abrisse a sede. A sede deixar de ser uma delegacia, né? Um espaço que era um espaço burocrático, que obrigava o psicólogo a ir lá para fazer a sua carteira de identidade, para pagar anuidade, para não sei o que... Enfim, tudo aquilo que são as obrigações das psicólogas e dos psicólogos frente a um Conselho que ele não entendia muito bem para que que servia. Tinha que fazer aquilo funcionar, ter gente circulando, ter interesse, ter comissões, Comissões de Criança e Adolescente, questões da Antimanicomial... E por tudo aquilo que era política, tinha que trazer gente para agregar. E as subsedes falavam assim: “E aí? E nós vamos fazer o que? A gente tem que ficar vindo para São Paulo para participar de reunião? Queremos fazer as nossas lá. A nossa quer discutir Psicologia e Assistência Social. Não quer discutir o que vocês estão discutindo. Regionalmente, a questão é outra”. Então tinha pressão de todo lado. A composição de chapa para se eleger, você tem que pensar nas regionais. Então tinha que trazer gente das regionais para compor a chapa. Na hora que você traz o regional que está dentro do plenário como conselheiro, ele quer fazer: “Então, agora eu vou fazer o que na minha subsede”? Tudo isso eram arranjos políticos, acordos que você tinha que ir fazendo. Começava a ter... Como está seu próprio plenário. Não passava a ser uma relação hierárquica. Era uma relação política. E isso evidentemente foi reforçando as subsedes. Uma

subsede se destacava, as outras corriam atrás. Iam aprendendo. E foi assim que elas foram se consolidando. Ao mesmo tempo a categoria cresceu bastante. E o crescimento da categoria exigiu que as subsedes fossem subdivididas. Então em um determinado momento, assim, Sorocaba não pode ficar ligada, não lembro se era a Campinas, que era ligada. Ou seja, se demorava horas pra chegar na nossa subsede. O psicólogo tem que sair de Sorocaba, das cidades no entorno de Sorocaba, Mairinque, pra ir até Campinas. Às vezes ficava mais fácil vir pra São Paulo. Não, Sorocaba tem que ter subsede. E assim foram se pensando em como subdividir essas subsedes. Elas foram crescendo. Enfim, só muito antes.

P: Legal Acho que duas coisas que meio que já pra caminhar para fechar. Se nesse tempo de memória de atuação no Conselho, se você, além desses encontros, e um pouquinho dessa conquista de transformação, se tem algo que você se orgulha mais, "eu acho que essa conquista que a gente teve foi muito importante..." E diante desse crescimento todo que a gente tem dos psicólogos hoje em dia, passados quase 20 anos, como é que você vê, assim, o que você acha que consolidou? O que ainda está faltando, olhando pro próximo? Porque o legal de falar que a gente está fazendo 50, também é olhar pro que tá vindo aí.

O: Sim. Bom, primeiro aquilo que eu mencionei, que é a legislação. Além dos Conselhos, precisa ser alterada. Alguém precisa pegar isso. O melhor momento já passou, porque agora nós temos um Congresso conservador, você imagina discutir isso agora, abrir essa discussão! E o centrão que tem uma visão moral muito conservadora. Nosso propósito... O tiro pode sair pela culatra. Em vez de melhorar, pode piorar. Então, essa questão da oportunidade sempre fica amarrando a gente. Eu esperaria as próximas eleições e uma renovação com Congresso. Com o Lula reeleito, um Congresso mais progressista, mais favorável e tal, aí leva lá pra Câmara através... Pode ser através de um deputado, pode ser através do próprio Governo Federal, uma indicação de transformação. Uma situação tranquila, uma situação normal, um país funcionando de uma maneira adequada, falando assim, espantando o golpismo, essa visão neofascista que nos assombra...Não somente a nós, mas o mundo inteiro. Então se arrefecer esse movimento que está acontecendo agora, eu acho que provavelmente passa isso com facilidade, sem sustos. Então isso é importante. Segundo, se é para passar, tem que fazer uma revisão. Então tem que pensar para o futuro. Tudo que foi feito, foi feito a partir da análise crítica e a visão política daquele momento que era o fim da ditadura, o movimento pelas Diretas Já e todo o movimento por uma Constituinte popular na Constituição Brasileira, na Constituição de 88. Tudo estava mobilizando o país e a gente estava naquela... Dentro daquela mesma vertente. São mais de 30 anos. É evidente que a história muda, as coisas mudam. Questões que naquela época que eram uma grande novidade, hoje está na pauta, tranquilidade. Não se precisa tanto esforço para colocá-las na mesa. Mas existem outras que precisam ser enfrentadas. Algumas questões relativas ao que é a garantia da saúde mental para o povo brasileiro. É Sistema Único de Saúde, CRAS... Como é que se pensa essas questões para o futuro? Tem que ser discutido, tem que ter proposta para isso. Qual que é a perspectiva da profissão para os próximos 50 anos? É preciso discutir isso, a Psicologia está na pauta do dia, hoje. Por conta das circunstâncias que nós estamos vivendo. O aumento exponencial da depressão, da ansiedade, as crianças continuam sendo medicadas. Enfim, tudo isso. O autismo, na época que a gente estava assumindo o Conselho, pouco se falava nele. Não era desconhecido, mas pouco se falava. Hoje está escancarado. Então tudo isso tem que ser pensado. Tem que ser pensado nas perspectivas de uma política para a profissão, tem que se pensar na saúde dos brasileiros, tem que se pensar naquilo que é o que de fato faz um Sistema Conselhos. Quem sabe uma nova constituinte, algo que mobilizasse os psicólogos para eles pensarem agora com calma, porque não existe a pressão que é aquela pressão daquela época, da reorganização e dos interesses na Psicologia.

P: E nas suas aulas? Só para fechar um pouco porque a gente também tem falado bastante, dos seus alunos... Você dá aula também há muitos anos. Quais são as mudanças que você vê no perfil dos alunos que chegam na universidade? E o entendimento deles em relação a

profissão? Você acha que tem mudado ou ainda está...

O: Nós tivemos essa discussão ontem. Eu, primeiro, eu estou um pouco afastado da sala de aula, porque há oito anos que eu estou na gestão da pós-graduação da PUC. Eu sou o assistente do pró-reitor de pós-graduação. Então isso já me tirou da sala de aula. Mas eu tenho... Eu tenho ministrado a aula pelo meu interesse próprio. Dois anos atrás, eu ministrei na graduação. Nesses últimos dois anos, eu tenho ministrado na pós-graduação. Ontem, nós tivemos uma reunião com os alunos do mestrado e do doutorado do Programa de Psicologia Social. Bom, eles são alunos, mas são nossos colegas. Todos eles são formados. A maior parte são psicólogas e psicólogos. E muitos são professores. E eles estavam falando das condições, tanto das universidades particulares que os contratam... E do aluno que ele recebe. Então, eles estavam ali preocupados e fazendo uma certa crítica. Curiosamente, a Graça fez a... A Graça Gonçalves respondeu a essa questão, e ela falou assim: "Nós aqui professores da PUC vivemos uma situação privilegiada. Por que isso? Porque a PUC oferece 250 vagas para alunos de Psicologia por ano. Só tem vestibular uma vez por ano". A USP, até onde sei, oferece 70 vagas. Os dois cursos são cursos integrais, tanto da USP, quanto da PUC. O da USP literalmente integral, as pessoas estudam o dia todo. A PUC divide em dois períodos, manhã e tarde, tarde e noite, pensando naqueles que trabalham. Mas o caso, só tem aluno um período para trabalhar. São 30 horas em sala de aula, é bastante tempo. Semanalmente, com muita atividade. Isso significa que os 400 alunos que entram na USP e na PUC representam uma elite dos vestibulandos A procura na USP é sempre maior, não só porque é uma universidade pública, que não cobra mensalidades, como é a maior universidade do país. Ela traz gente do Brasil inteiro. Os estudantes que fazem vestibular na PUC, eles fazem na USP também. Na segunda lista a gente perde uns 50 alunos, que fizeram nos dois e vão para lá. E também temos aqueles que escolhem a PUC por ser PUC. Esses 250 alunos que ficam na PUC são, acho que 200 ou 210, são os alunos que entram regularmente. E tem 40 ou 50 vagas reservadas para o PROUNI. Que é uma questão que é uma questão de princípio para a gente. Então é uma cota, né? O nosso PROUNI é a nossa cota para o ensino público, a cota da diversidade. A chance do aluno negro entrar na PUC é por essa via. Os outros vêm de colégios, vêm do Porto Seguro, vêm do Equipe, vêm do Vera Cruz... São colégios caríssimos! Pagam mais lá do que pagam na PUC aqui. Mas são alunos que vêm com uma formação crítica fortíssima. Eles vêm preparados, eles têm uma visão crítica, eles falam, eles cobram os professores. Então a gente vive uma situação como disse a Graça, o professor da PUC vive uma situação privilegiada. E a concorrência ali na PUC está por volta, com esse crescimento da Psicologia, de 9 para 1. Então é uma seleção bastante forte, rigorosa. Ali a gente não sente o impacto que o meu colega sente na escola privada que atende alunos da periferia. E que evidentemente não imagino quantas vagas existem para Psicologia no Estado de São Paulo. Mas são muitas, são muitas. Essas vagas são as vagas da PUC de São Paulo, da USP, da UNICAMP, da PUC de Campinas, da UNIFESP da Baixada, da Federal de São Carlos. São vagas que atendem a um grupo muito seleto. E no caso da PUC, não é barata, um grupo que é um grupo que tem as condições financeiras para bancar a universidade nessas condições. Uma classe média alta. Daí a importância do PROUNI, para romper ou quebrar... E gente que escolhe a Psicologia tem pelo menos boas intenções. Eu não conheço nenhum aluno fascistinha. Na Psicologia, nenhum. Se existe, eles ficam quietinhos.

P: Nas nossas redes sociais, como tem gente que reclama, que fala que às vezes a gente é de partido... Principalmente quando defende pautas mais polêmicas.

O: Sim. Você tem um campo evangélico superconservador, que defende pautas dentro das questões sociais que são pautas complicadas. Evidente que isso atinge também o campo da Psicologia. Claro! Toda eleição tem uma chapa com esse perfil. Há uma pressão nesse sentido. A sua pergunta foi muito direta: "Na tua experiência". A minha experiência é assim. Na

Psicologia Social é um paraíso, vira um paraíso. Todos os mestrandos e doutorandos que procuram a PUC ara fazer suas pesquisas... Eu posso escolher de olho fechado, todas elas são pesquisas interessante, todas elas estão dentro dessa pauta. Elas são visando o feminismo, ela é antirracista, ou... Sim. E ainda uma reunião como a de ontem, os estudantes falam assim: "É, vocês são muito conservadores"! Eles querem mais, eles querem avançar. Bom!

P: Acho que da minha parte era isso.

Odette de Godoy Pinheiro

Resumo:
Odette de Godoy Pinheiro estudou na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde doutorou-se e mais tarde tornou-se professora e diretora da Faculdade. Atualmente está aposentada. Foi conselheira e vice-presidenta (11/06/2001 a 20/09/2001) na Gestão "Um Conselho para cuidar da profissão em São Paulo". Discorre sobre a influência que o Dr. Enzo Azzi teve em sua formação; início da carreira como professora de pré-escola; a ideia de núcleos no ensino da PUC nos anos 1960; experiência de Osasco; relação com a PUC; atividade no Sindicato; relação entre o Sindicato e o Conselho; abertura no mercado de trabalho; mudanças no currículo de ensino de Psicologia na PUC; papel do psicólogo.

Data: 20.05.2024
Entrevistadoras: Priscilla Haikal e Fernanda Scalvi
Filmagem: Rodolfo Morandi
Local: residência da entrevistada

Entrevista:

P: Primeiro, é legal a gente começar falando como você foi parar na área de Psicologia? Você foi para Pedagogia e como foi para a Psicologia?

O: Então, a Psicologia para mim começou a existir através de uma figura muito importante na minha vida, que era um professor vindo da Itália, para a Pontifícia Universidade Católica, e ele montou o Instituto de Psicologia. Então, não existia Psicologia, para ele existia, com certeza. Então, ali eu me aproximei bastante dele, era uma pessoa, um italiano muito interessante, muito vivo, muito disposto a partilhar seus conhecimentos, e tinha esse instituto, tinha uma biblioteca, tinha um funcionamento e trazia pessoas de fora para darem cursos. Eu fiz cursos incríveis, proporcionados pelo Instituto, financiados pelo Instituto. Então, isso foi a minha introdução à Psicologia. Eu estudava Pedagogia, meu professor era esse Doutor Azzi, eu fiquei empolgada com as aulas, com a bibliografia, com tudo. E daí me interessei.

F: A senhora fez pedagogia em qual instituição?

O: Lá mesmo, mas eu sou muito PUC. Na PUC eu me formei, na PUC eu me casei, tive os filhos que estudaram na PUC. Na PUC é uma casa.

P: E qual é o nome desse professor?

O: Enzo Azzi.

P: Legal. E daí, logo que você formou, você já começou a dar aula lá?

O: Deixa eu me lembrar. Não, eu fiquei um tempo, demorou um pouco que eu entrar e começar a dar aula. Eu não me lembro a data, eu acho que não é importante. Mas aí, eu não

sei... Coisa que eu não sei, não sei te dizer, viu? Não sei de dizer, mas tudo bem, né? Eu assumo, minha memória não dá.

F: Mas quando a senhora começou a trabalhar, a senhora começou a trabalhar onde? Fazendo o quê?

O: Eu comecei a trabalhar como professora, porque eu tinha formado uma Escola Normal. Então, eu comecei a trabalhar dando aula para crianças pré-escolares de uma escola católica, que é o Sion, que eu me formei. E lá eu comecei a dar aula como professor. Quer dizer, eu acho que ser professora é uma coisa importante na minha vida. Eu acho que eu fui professora sempre, eu gosto muito.

P: E daí você iniciou a dar aula na PUC, ainda era mais ou menos nos anos 60, assim. Era por volta dos anos 60, onde o movimento estudantil era muito forte, né? A senhora lembra de questões políticas?

O: Não, não, eu era completamente fora de tudo isso. Isso aí, essa revolução... A minha participação maior em política, em coisas dessa natureza, foi muito mais tarde. Sabe? Eu acho que foi em... Eu acho que é um ano que é uma marca no Brasil e marcou para mim também, que foi em 68. 68 é um ano glorioso, né? Onde você estava terminando, estava saindo da ditadura, né? E tinha um movimento grande, inclusive vinha de fora, né? Alguma coisa da França, e se nós vivermos... E a PUC sempre foi muito aberta para essas coisas, né? Então, assim, nós vivemos um ano maravilhoso. Nós instituímos comissões paritárias, revolucionamos o curso, não tinha mais curso. A gente propunha, assim, cursos que eram administrados, vamos dizer, pelos alunos e pelos professores juntos. Juntava alunos de todos os anos e professores interessados e tal. Eles montavam um grupo e propunham um... Parecia um seminário. Porque não tinha um currículo fixo. Então, você montava de acordo com o interesse ali do grupo, né? Então, nessa época surgiu a ideia, que é uma ideia que ficou marcada como uma proposta da PUC, dos professores da PUC, que é a ideia de núcleos, né? Então, núcleo é um conjunto. É um conjunto de seminários, aulas, pesquisas, que juntam pessoas interessadas num determinado assunto e que levam em frente isso durante um ano. Então, não tem mais currículo. Nessa época era assim, né? Por exemplo, eu fiz parte de um núcleo que era o núcleo da linguagem. Tudo que se referia à linguagem, tanto pesquisa, como teoria, como... Porque você envolve aí muitas áreas da Psicologia. E isso foi a primeira ideia de núcleos. Núcleos era isso. Era um conjunto de pessoas interessadas num assunto que se juntavam. Mas isso é uma coisa, assim, incrível. Incrível, né? No tempo que isso começou, imagina! Melhor do que são hoje. Eu acho que hoje é tudo muito mais, vou dizer... Acho que as pessoas não têm esse espírito de desbravar coisas. São mais acomodadas, são mais... É outro mundo. A gente viveu um mundo muito em ebulição. Vivemos coisas interessantes, assim, no Brasil, fora do Brasil. Eu acho que isso foi... E isso é uma coisa, certo? A ideia de núcleo. Até hoje, núcleo segue. Estou certa. Ainda é a marca do currículo da Psicologia da PUC.

F: Dra. Odette, posso voltar um pouquinho? A senhora já estava atuando quando a profissão foi efetivamente regulamentada, criada. A senhora se lembra como foi a recepção por parte dos psicólogos? Qual foi a reação das pessoas com essa regulamentação?

O: Quais pessoas? Eu não sei porque isso foi...

F: Dentro do grupo que... Não eram ainda psicólogos, né? Eles viraram psicólogos a partir dessa regulamentação.

O: Eu acho que tinha um grande número de pioneiros que eram professores, por exemplo, na Caetano de Campos. Tem muitas pessoas lá, né? Que eram as primeiras psicólogas, que eu

chamaria de pioneiras. Eu acho que passaram do magistério para o exercício da profissão. Acho que esso foi o meu caso também, né?

P: Sim, certo. E eu não sei se a senhora... Se é possível falar, mas nessa época as pessoas queriam ser psicólogas mais para dar aula, para trabalhar em recursos humanos. Como é que era quando a profissão chegou aqui? O que vocês queriam fazer com a profissão?

O: Eu não consigo falar em nome de um grupo. Eu acho que eu falo como foi para mim, né? Porque eu acho que eu sempre tive uma... Quer dizer, eu sempre tive uma... Não sei o que dizer. Mas empatia ou trabalhar com gente, entender gente, eu acho que isso era o básico. Quer dizer, eu fiz magistério, Escola Normal e tal, e mesmo com Pedagogia, mas sempre isso foi uma coisa importante. Eu gosto de gente, eu gosto de gente. É muito menos teórico do que prática. É uma coisa que eu acho que marca. E assim, eu sempre tive... E aí eu tive experiências porque eu trabalhei na prefeitura e eu consegui... Deixa eu ver se eu me lembro da história. Mas tinha uma pessoa que eu acho que era colega, na PUC, não sei, que ela conseguiu me transferir, isso já tinha a profissão, para a clínica escola da prefeitura, entendeu? Então, eu fui para o, vamos dizer, público, né? Eu fui para a prefeitura e comecei a trabalhar lá. Então, eu sempre trabalhei com uma comunidade mais pobre, sempre tive interesse, sempre me dei muito bem nisso aí, trabalhei com Psicologia da Comunidade, participei de um projeto. Eu sempre tive essa ligação com a periferia, com uma população diferente daquela da qual eu saí. Porque, afinal, eu fui educada num super colégio, católico, Sion, mas eu mudei totalmente.

P: Era aquela experiência em Osasco, né, que tinha?

O: Isso. A experiência de Osasco foi maravilhosa! Porque daí, assim, era uma forma de você reinventar a Psicologia, que o atendimento lá, por exemplo, era completamente diferente.
A gente tinha uma ação comunitária e eu fiquei responsável pelo atendimento na casa. A gente tinha uma casa superlegal que era em cima de um, acho que era um armazém, uma coisa assim, muito diferente, muito simples, muito... E lá eu recebi as pessoas que me procuravam, às vezes, encaminhadas pela escola e tal. E era interessante, né? Porque, por exemplo, eu cheguei a atender... Eu me lembro disso muito bem. Eu cheguei a atender uma pessoa que veio assim. Ela, o cachorro e a criança, que era uma coisa completamente diferente. Não tinha o “set”, né? Sabe? A definição, assim, é como você faz para atender.
Mas era uma coisa que... Ou então você atendia a pessoas, que não tem ideia do que faz o pessoal. Então, entrava a pessoa e eu atendia a criança, conversava, desenhava e depois ela perguntava: “E aí, o que a senhora viu”? Como se fosse uma doença, um diagnóstico. E aí eu tive uma experiência. Foi montar um grupo de mães. Eu queria isso e não dava certo. Até que tinha uma das mulheres que tinha levado o filho resolveu tomar a iniciativa. E ela resolveu oferecer a casa dela para ela chamar as vizinhas para formar o grupo. Essa foi a maior lição de vida que eu tive. Porque era maravilhoso, né? As mães iam assim... A gente conversava à vontade. E elas tinham uma ideia... Iam tomar café na cozinha e tal. Daí iam para uma outra sala. E aí mudavam. Elas mudavam, né? Elas respeitavam a mudança. E muito interessante. Muito interessante o jeito de elas se colocarem. Até tinha uma pessoa... E os problemas eram muito interessantes. O problema de uma senhora, o problema maior dela era não ter conseguido passar os ternos de linho do marido. Mas era um problema, né? Era um problema dela. E um comentário de uma delas que falou para a outra assim: “Dona Odette, a senhora não está achando que ela está virando psicóloga? Porque ela fez uma observação a respeito da fala da outra”. É riquíssimo, riquíssimo! Você vê assim que a Psicologia é do mundo. É das pessoas. Não é de uma classe social.

P: E de onde veio essa ideia de querer criar o grupo de mães? Por que essa ideia de reunir as mulheres em um grupo de mães?

O: Então, porque elas, vamos dizer... É porque elas têm os problemas de mães, né? Com seus filhos, com o marido, com seu cotidiano. Problemas delas. São problemas banais, mas que não tem um ouvido. Se elas puderem conversar entre elas, ter alguém que facilite isso, elas vão tomando consciência de como é que é a vida e o que elas podem fazer. Eu acho que é legal.

F: Dra. Odette, quando mais ou menos foi que ocorreu esse trabalho?

O: Meu Deus do céu!

F: Isso foi no início dos anos 70?

O: Desculpe, desculpe.

F: Eu estou perguntando pelo seguinte. Porque era uma reunião. Se isso foi no início dos anos 70, a gente está bem na época ferrenha da ditadura. E isso era uma coisa, uma reunião, não era exatamente permitida. Por isso que eu estou perguntando.

O: Então, mas você sabe que... É engraçado porque é distante, né? Porque quando você vai num bairro desses, num bairro proletário com pessoas simples, não tem esse problema. Não tem esse problema. Eles têm uma abertura, uma coisa legal que o que vale é o contato, à confiança, o olho no olho. Entendeu? Eu não me lembro de ter tido dificuldade. Quer dizer, tinha mais dificuldade dentro da PUC, da cidade, do que lá no trabalho comunitário.

P: E você ficou muito tempo, né? A senhora ficou muito tempo dando aula na PUC. Foram quase 40 anos, né?

O: 40 anos.

P: O que a senhora viu que era mais diferente quando começou e no final dessa experiência? Os alunos, os professores?

O: Eu tenho uma... A minha memória da PUC é muito... É muito afetiva, eu diria, porque eu vivi lá. Vivi lá, conheci meu marido lá, casei lá na capela. Então, é uma memória afetiva. É forte, isso é muito forte. Quer dizer, a PUC foi uma segunda casa para mim, né? Eu acho que uma instituição maravilhosa. Eu acho, assim, muito aberta. Os alunos sempre muito interessantes. Eu tenho amigos até hoje, que vêm dessa época que eu dei aula. Então, para mim, assim, tem essa marca. São marcas importantes. Eu acho que do Dr. Enzo Azzi, enquanto professor de Psicologia em Instituto, em pesquisa e tal, eu acho que isso é marcante. E, depois, essa abertura da PUC, né? Porque a gente acha que fazia os professores, principalmente da área, sempre foram muito atuantes, entendeu? Então, não sei como é que a gente fazia, mas a gente dava um jeito e fazia revoluções internas, né? Eu me lembro, assim, de ter uma... Por exemplo, em 68. Imagine só. A gente fazia aquela... Acabou tudo, não tinha mais comigo, não tinha mais disciplina nem nada. Isso em 68. Então, a gente fazia isso e tinha uma das professoras envolvidas que ela ajustava aquela revolução ao currículo mínimo, as coisas que a gente, legalmente, tinha que cumprir, né? Senão, nada teria valor. Então, a gente fazia a revolução e mascarava com o currículo legal. É bom. Eu acho bom ter vivido isso.

F: Dra. Odette, voltando à pergunta da Priscila. Quando a senhora começou a lecionar na PUC, quais eram os valores que eram importantes passar para os alunos e fazer um contraponto para o final já da sua carreira? Ainda eram os mesmos valores? Havia mudado alguma coisa? A forma, talvez?

O: Olha... Aí eu não entendi. Fala pra mim.

(...)

P: Vamos voltar a contar essa historinha de novo?

F: Isso. A comparação entre os alunos e o ensino de quando a senhora iniciou.

O: Eu comecei a dar aula de disciplina, vamos dizer, técnica, que eram testes de inteligência e discutia isso bastante com os alunos. Não questionava muito, né? Porque os testes, naquela época, eram importados. Então não tinha uma adaptação, nem normas para o Brasil. Então tinha critérios de correção fixos, que eram vindos de lá. E daí nada. Eu questionava bastante isso. Eu me interessava mais para alguns testes que davam margem para uma análise mais qualitativa, não numérica. Acho que isso foi uma marca da maneira como eu comecei lá. Depois eu mudei de departamento, né? Porque eu fui para o Departamento de Psicologia Social. Daí eu integrei mais as minhas experiências.

P: E nessa área social era uma abordagem bem aceita ou é difícil, né? Ter essa abordagem social da Psicologia?

O: Eu acho que tinha pessoas na faculdade, nesse departamento, que tentavam mudar, né? Porque eu acho que... Aproximar, entendeu? A chamada Psicologia clínica da Psicologia social. Não tem uma separação, você pode fazer junto. Como esse projeto em Osasco. Saiu do Departamento de Psicologia social. Tinha uma abordagem, ao mesmo tempo clínica e tinha uma abordagem social. Porque tinha uma parte da equipe que tinha um trabalho na comunidade, né? Grupos discutindo a questão. E era interessante. Mesmo assim, vamos dizer, nesse grupo de mulheres, introduzir uma questão, por exemplo, de atendimento em saúde. Um questionamento disso, né? Do sistema de saúde brasileiro. Eu consegui introduzir. E as pessoas eram muito alheias, né? Tinha uma ideia de direitos, vamos dizer. Tinha uma ideia de receber o serviço. Então, isso foi interessante. Abrir a cabeça, fazer discutir.

F: Ao longo dos anos 70, houve uma mudança na postura. Daí, da área de Psicologia, começam a surgir dois grupos. Um mais à esquerda, ligado às políticas mais de esquerda. E um que se mantinha ainda conivente com o regime de então.

O: Mas eu acho que não é só isso. Porque eu acho que, mesmo acabado o regime militar, essa dicotomia existe até hoje. Eu acho que você tem um grupo de psicólogos de alto padrão, vamos dizer, que cobram bem as suas consultas e se dedicam a atender (?) a vida inteira. E tem o outro grupo que é ativo em relação às mudanças sociais. Uma aproximação maior com a realidade. A realidade brasileira. Se não, você forma um castelo.

P: E nessa sua experiência também, você também foi do sindicato, né?

O: Também, também, também. Porque eu tenho... Olha, eu defendi a minha tese de doutorado muito tempo depois de todo mundo. Porque eu fiquei durante muito tempo, que eu tenho aqui um memorial que eu vim consultar para vir. E o memorial conta essa história, né? De como eu saí da universidade, de como eu voltei para a universidade. E tudo era empolgante. Numa época em que a gente tinha que resistir, né? Então, no sindicato, a gente montou... A história foi em um fórum, se não me engano, no Sedes, onde alguém trouxe um problema. Um problema que era das pessoas que trabalhavam na prefeitura. Mas aí era uma época em que... Isso eu me lembro bem. Uma época em que estava... Era uma coisa muito... Era a época em que se criticavam os sindicatos pelegos, né? E você pensava... Então, os...
(...) Então, deixa eu falar, deixa eu falar. Então, era uma época em que era usual você ter a chapa 2. A chapa 2 era sempre a contra os pelegos. Então, nós organizamos um movimento com os psicólogos, todos do Sedes. E daí nós tínhamos um advogado muito interessante que

nos ajudou bastante e que conseguiu... Ele conseguiu... Conseguiu fazer com que a nossa chapa fosse Chapa 2. Dessa chapa aí eu fui presidente, né? Eu fui presidente do sindicato. E daí foi legal, né? Porque a gente conseguiu. E, olha, foi uma época... Vocês vejam. Eu cheguei... Porque naquela época o sindicato era coisa de homem. Só tinha homem. Inclusive no dos psicólogos. A maioria das psicólogas eram mulheres, tinha uma minoria de homens. Mas o presidente do sindicato era homem. Aí, quando eu fui lá me apresentar, ele falou assim... Não, eles esvaziaram tudo. Caixa, tudo. Deixaram só os móveis. E falaram pra mim: "A senhora precisa ter costas quentes para ser do sindicato". Entendeu? Era coisa de homem. Não sei costas quentes pra quê, por política ou o que for. E aí eu acho que foi... Eu acho... Eu gosto muito de mim. Uma vida boa!

F: Quando a senhora chegou e encontrou o sindicato vazio, meio terra arrasada, como foi reconstruída aí essa...

O: Foi interessante. A gente tinha um grupo mobilizado que tinha votado na campanha. Fizemos coisas muito interessantes. Eu tenho um amigo até hoje que era do... Era do Departamento Cultural. Ele tinha essa função. Ele organizou coisas ótimas! Por exemplo, ele organizou uma palestra e uma discussão sobre novelas. Foi ótimo. Entendeu? Porque era um assunto assim. Todo mundo via novela, até hoje. E aí era interessante. Pareceu um assunto meio pequeno, mas deu margem a uma discussão legal. Acho que atraiu gente. Então, a gente foi tomando conta e mudando o espírito. Organizando festas. A gente organizava coisas que tinham a ver com psicólogas em geral. Psicólogos incluídos. E foi interessante, para ver como eram as coisas! Porque eu tinha sido professora. Então, alguns que disputavam a chapa comigo tinham sido alunos. Não sei em que circunstância, mas eu me lembro de uma hora que eles começaram a se declarar não em oposição. Entendeu? Porque não podiam ir contra a mestra! É divertido. Eu acho que isso... Com 90 anos, eu ainda tenho capacidade de dar muita risada nas coisas. Me divirto um pouco! (risos)

F: Eu acho que colocaram a senhora lá com segundas intenções. Justamente porque foi um golpe baixo e todo mundo ficou sem coragem de ir contra a mestra.

O: Pois é! Eu usei, aí eu usei o meu poder. (risos)

P: Nesse período, a senhora tem mais lembrança desse tempo do sindicato? Alguma história curiosa?

O: O sindicato, tirando essa entrada, acho que fizemos coisas interessantes. Mas não consigo me lembrar. Acho que tinha uma coisa sobre... Tinha uma coisa sobre salários, não me lembro o que era, acho que de campanha. Então, tem uma coisa que eu gostaria de dizer, que é assim, as coisas... Eu participei de coisas. Mas nunca participei... Não queria falar "eu". Porque eu sempre fui muito aberta e sempre trabalhei com muita gente junto. Não é um plano individual. Eu tenho coisas que eu não sei. Eu facilitei o acontecimento. Então, eu não quero que fique uma coisa pessoal. Não fui eu que fiz. Fizemos juntos. Isso é verdade.

P: Que legal! E pra senhora, o que mais te encanta na profissão? Que você falou alguns aspectos, de questões sociais, comentários. O que você mais gosta que te fez ficar mais de 40 anos lecionando sobre isso?

O: Eu acho que esse trabalho comunitário é o que mais dou valor. O que mais lembro, o que mais gosto de lembrar, é o que me faz mais me sentir psicóloga. Quer dizer, não é uma profissão de rico, mas uma profissão para o mundo, para as pessoas. Eu gosto muito. Gosto muito de ser. Acho que eu tenho uma condição que aproveito até agora, porque eu fico fascinado com isso aqui (onde mora). Com a velhice, com esse mundo. É uma coisa extraordinária. Eu posso ficar uma hora só observando. Observando e tentando entender o

que pensam essas pessoas. Como é que é? Eles são tristes em geral. Os velhos são tristes. Eles são sozinhos. Dependentes. Acho uma coisa que eu ainda gostaria de fazer alguma coisa, de saber o que pensam. Porque eles são abandonados. Alguns têm família, é legal. Porque aqui, esse lugar é dos chamados lúcidos. Eu me sinto super lúcida! Lúcido é aquele que fala, que come sozinho, que pensa. Então, formou-se um grupo de lúcidos. Que eu fui, eles convocaram. Tem muita gente que foi. Eu cheguei assim, logo... Já tinha começado o grupo. E quando eu cheguei, eu sentei do lado de uma pessoa que acabou dizendo assim: "Eu sou psicanalista". Aí, eu achei esquisito, mas daí eu era a segundo a falar. Daí eu falei: "Eu sou psicóloga". Daí, essa pessoa disse assim pra mim: "Odette, você foi minha diretora"! E eu disse: "Mas você é psicanalista. Eu fui professora do curso de Psicologia". Mas aí eu descobri devagarzinho, o espírito. Olha, que absurdo! Porque ela mora aqui há bastante tempo. Ela não frequenta nada. Ela fica no quarto. Ela não vem em muita reunião. Ela se isolou. Ela está vivendo uma velhice do jeito que ela possuiu. Ela foi minha aluna. Ela já tinha idade. Ela foi uma aluna já com alguns anos. Mas eu não lembro dela. São coisas da profissão, contraditórias, eu diria.

P: Como você se sente, sendo essa lembrança pra tanta gente que você nem imagina, lecionando tanto tempo, sendo uma referência?

O: Então, eu acho assim. A minha referência é, por exemplo, essa entrevista. Eu gostaria que fosse. Eu gostaria que lembrassem de mim como eu sou. Um tanto informal, falando coisas que dão na cabeça. Eu não sou formal. Eu não sou formal. Eu sou aberta. E gosto de ser psicóloga do jeito que eu sou, podendo compreender as pessoas, podendo dar alguma coisa, favorecer um movimento qualquer. De preferência coletivo. Então, isso eu acho que é a minha contribuição. Por isso mesmo, que acho que a Ana Bock me indicou, que foi minha aluna também, a gente tem muito em comum. Tem muito em comum. Ela é uma pessoa assim, combativa, muito importante na categoria. Ela trabalhou comigo no Sindicato.

F: E a convivência entre o Sindicato e o Conselho de Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia?

O: Eu não participei do Conselho. Eu só fui em algumas reuniões, mas representava alguma coisa. Tinha uma relação legal do Sindicato com o Conselho, porque a pessoa que presidia o Conselho era uma pessoa próxima. Tínhamos sido colegas na prefeitura. A gente sempre teve uma relação, era o mesmo prédio. O Sindicato era num andar, e dois andares acima era o Conselho.

F: As ideias eram meio convergentes?

O: Eram. Coincidiu nessa época de ser.

P: Acho que é isso. Essa lembrança que você tem dessa relação com o Conselho, você não lembra tanto?

O: Eu me lembro de uma coisa anedótica. Até passei por alguma coisa ridícula. Eu fui representando não sei quem, não me lembro, numa reunião do Conselho Federal em Brasília. Eu fui lá representando, não sei se São Paulo, o que eu fui representar. E eu estava lá, era um grupo enorme, uma sala lá, muito confusa, o Federal de Psicologia, bastante gente tinha. E eu estava distraída. De repente, todo mundo estava olhando para mim. Eles falaram o meu nome. E eu estava distraída. Daí, quando eu vi todo mundo olhando, eu olhei e disse: "não sou eu". (riso) Todo mundo começou a dar risada e provar que era eu. E eu conclui que não era eu mesmo, que eu não queria estar lá. Mas foi engraçado. Acho isso uma coisa espantosa!

F: Em relação ao mercado de trabalho, a senhora viu diferenças? O que a senhora observou ao longo desses anos?

O: Foi abrindo. Acho que foi aparecendo coisas, por exemplo, na prefeitura mesmo, acho que teve uma abertura. Começaram a contratar psicólogos. Era uma equipe de psicóloga, assistente social... Foi abrindo. O serviço público abriu bastante para esse mercado, eu acho que tem... Por exemplo, nos hospitais, na área de saúde, tem bastante espaços de trabalho para psicólogos. E eu acho que isso tem... Acho que o currículo tem acompanhado essas mudanças. Então, o currículo da PUC parece que é um currículo meio que... Específico. Segundo a Ana, parece que teve alguma influência em currículos de outras faculdades. Porque ele tem duas características. Ele continua tendo núcleos, que é uma invenção que veio desde 1968, que é um conjunto de teoria e prática, que é muito importante. Se você tem uma condição de construção, você tem que estar aberto. A prática, a teoria, têm que vir junto. A teoria fica só em cima da prática que vai se inventando. Então, isso é uma característica importante, eu acho. E a outra coisa, que eu também me orgulho de ter participado disso, é de ter colocado no currículo uma parte eletiva. Eletiva, porque também é isso, você tem que estar aberto para as descobertas, para a Psicologia, para a ciência, para as práticas que vão se produzindo. Então, é importante que mude sempre, que você não tenha sempre fechado o currículo, que você esteja aberto a isso. Então, isso acho que é uma característica. E aí, eu não sei, porque eu separei uns negócios aqui, eu podia até dar para vocês, se vocês quiserem. É o meu memorial.

P: Que lindo!

O: Eu posso emprestar para vocês tirarem coisas. Você acha legal? Porque aqui tem a minha história, mas tem os pedaços que eu marquei, por exemplo, quanto ao currículo da PUC. E isso aqui, por exemplo, que nós inventamos, que era a área onde o profissional trabalha. Tem uma área que se chama Saúde A, que são as instituições cujo objetivo é a saúde mental. Depois tem Saúde B, que são as instituições cujo objetivo é a saúde geral. E, hoje, o psicólogo se insere em equipe. Então, essa... E tem trabalho e produção, e tem educação e formação. Então, você tem aqui as quatro áreas de atuação do psicólogo. Pode agora até ter aparecido outra. Mas nessa época, era essa. Eu acho uma coisa interessante, que abarca todas as áreas onde o psicólogo atua. E, depois, eu acho que tem uma outra aqui, deixa eu ver o que aparece. Ah, então! Aí tem a seguinte coisa, eu fui diretora da faculdade durante quatro...Mais anos, de 1985 a 1994, com a finalidade de rever o currículo. Então, assim, eu facilitei isso, né? Eu criei grupos de discussão, reuni professores, e construímos um currículo, que é esse que está aqui. Mas, eu já o entrego para vocês.

P: Muito obrigado. Ah, ótimo, tem mais história nele. E a ideia desse currículo, o objetivo principal era ter, ser mais flexível? O que era? Você se lembra?

O: Sim, ser flexível, né? Porque a gente não sei se os brasileiros já acham que a Psicologia brasileira já acabou de ser construída. Eu acho que não. Eu acho que não. Eu acho que se você pensar, sei lá, até pensar no Rio Grande do Sul, está certo? Deve ter psicólogo trabalhando lá, né?

F: Ah, certamente. Eles, inclusive, solicitaram que fossem psicólogos, que fossem para lá.

O: E vai mudar, né? Porque você vai encontrar situações completamente diferentes.

(...)

P: E daí que eu acho que é legal a gente falar assim, dessa sua experiência de tantas coisas que já passou, né? Mas, até como professora e psicóloga, como é que você definiria que você

acha que serve a profissão? Para que ela, na sociedade... Como você definiria para que serve o psicólogo? O papel do psicólogo? Qual que é a principal função dele na sociedade?

(...)

P: Qual a função principal do psicólogo que você acha que é na sociedade?

O: Acho super difícil falar isso. Preciso pensar um pouco, porque eu não quero definir o papel do psicólogo como uma profissão de ajuda, porque tem mais que isso. Eu acho que é facilitar que as pessoas entendam o papel que elas têm na sociedade. Ajudar as pessoas a pensarem nesse papel, nessa relação. Em todos os sentidos, quer dizer, sou pobre porque sou pobre. Faço isso porque, por exemplo, nesse grupo de mulheres, você vê que as mulheres não têm ideia dos direitos à saúde. Eu acho que o psicólogo tem condições, pelo que ele aprendeu, por tudo que a própria ciência dá, para você poder influir nisso. Influir de alguma forma, de forma a pessoa descobrir. A gente tem jeito de fazer com que a pessoa descubra o seu papel, eu diria. Não sei se...

P: Perfeito.

O: Você gostou?

P: Adorei. Instrumentalizar. A gente fala muito essa palavra. Instrumentalizar as pessoas.

O: Você é do que... A Psicologia é meio endeusada. Fica uma coisa que as pessoas não entendem muito. Tem até um pouco de medo, porque a psicóloga vai descobrir o que você fez, o que você fez. Não é assim.

P: E se você pudesse deixar um recado para os psicólogos atuais e os futuros que estão ouvindo?

O: Vivam bem! Não, não tenho. Não tenho. Eu acho que os recados foram dados durante a minha vida. Eu acho. Aí vocês vão... Tá?

P: Tá certo, então.

O: Eu gostei de ter dado a entrevista.

P: Muito obrigada. Se quiser falar mais alguma coisa... Muito obrigada pelo seu tempo, por nos permitir conhecer mais da sua história.

F: Muito obrigada.

Rosana Cathya Ragazzoni Mangini

Resumo:
Rosana Cathya Ragazzoni Mangini graduou-se em Psicologia pela Universidade de Guarulhos, em Direito pela Faculdade de Direito de Sorocaba e obteve o mestrado em Educação na Universidade de Sorocaba. Atualmente é professora em cursos de graduação, pós-graduação e cursos livres nas áreas de Direito e Psicologia na Faculdade de Sorocaba. Foi conselheira na Gestão "Cuidar da Profissão" (2010-2013). Fala sobre seu interesse pela Psicologia; trabalho no sistema prisional; contribuição do CRP SP para a Psicologia; atividades que exerceu profissionalmente; protagonismo do CRP SP nas discussões do papel da Psicologia; mudança de delegacias para subsedes; luta antimanicomial; crescimento da profissão; referência de Santos e Bauru na luta antimanicomial em Sorocaba; FLAMAS; problemas com as comunidades terapêuticas; mudanças na área nos últimos 20 anos; alcance da Psicologia atualmente; atendimentos online na pandemia.

Data: 27.05.2024
Entrevistadoras: Giselle Peixe, Giselle Rodrigues e Fernanda Scalvi.
Entrevista realizada por Google Meet

Entrevista:

F: Rosana, eu gostaria que você se apresentasse rapidamente. Onde e quando você nasceu? De onde vem seu interesse pela Psicologia?

R: Bom, eu sou paulistana. Vivi em São Paulo por 23 anos. Foi onde eu graduei em Psicologia. E acho que o interesse é o interesse pelo ser humano, né? Eu acho que faz 34 anos que eu concluí a graduação. Talvez na época eu pensasse alguma coisa diferente. Mas acho que hoje o que eu penso é isso. É um profundo interesse pelo ser humano, pelas relações humanas, né? Acho que é por aí. E a minha graduação foi concluída em 1988 na Universidade de Guarulhos. Depois eu fiz faculdade de Direito, aqui em Sorocaba, já. Aí depois eu fiz mestrado na área de Educação. Fiz algumas pós-graduações, muitos cursos. De se supor, em 34 anos, a gente tem aí muito chão, né? Muitas atividades que a gente tenha feito, tanto acadêmicas quanto profissionais. Pra ser breve!

F: Foi bem breve mesmo, Rosana. Quando você iniciou suas atividades profissionais nessa área de Psicologia?

R: Em 1990, porque eu morava em São Paulo, estava de mudança pra Sorocaba. Surgiu um concurso público pra ser psicóloga no sistema prisional. O sistema prisional de São Paulo é ainda muito incipiente na área da Psicologia. A minha inserção se dá a partir de um concurso público pra ser psicóloga no sistema prisional. Esse concurso foi prestado no ano de 89 e a posse se deu no Dia da Mulher, 8 de março de 1990. Então é inesquecível, embora a gente ainda não falava muito sobre o Dia da Mulher, naquela época. E se falava, falava, só pensando num viés de que mulheres recebiam flores. Hoje acho que a gente tem outro empoderamento. Mas o sistema prisional também na época ainda estava iniciando essa perspectiva da assistência à saúde. E a lei, ela coloca a Psicologia dentro desse espaço com um viés meramente nas avaliações. Foi só ao longo dos anos, ao longo desse percurso que a gente vê a Psicologia podendo contribuir de uma outra forma. E o CRP de São Paulo tem um papel fundamental nisso porque todas as discussões, toda a visão crítica que o CRP SP pôde trazer pra Psicologia contribuiu pra que hoje a Psicologia seja vista de uma outra forma dentro desse espaço. Mas eu já aposentei, aposentei em fevereiro de 2020, um mês antes da pandemia, o que foi uma grata surpresa, porque eu estava aguardando há muito tempo e,

graças a Deus, não precisei estar dentro de uma prisão na época da pandemia. E aí, desde então, eu venho, continuo atuando super na ativa, e vou fazendo muita coisa.

F: Certo. Além desse trabalho da prefeitura, onde você era concursada, você chegou a trabalhar em outros lugares?

M: Na verdade, foi um concurso estadual, né? As prisões, elas estão dentro de uma secretaria estadual. E sim, fiz muita coisa. Na época, a gente ainda não tinha a perspectiva de cuidar da liberdade na área da saúde mental, que eu acho que é um mote importante pra gente pensar na cidade de Sorocaba, né? Daqui a pouco posso falar isso se for do interesse. Mas, na época, trabalhei no hospital psiquiátrico, trabalhei em APAI, trabalhei em empresas. Lecionei e ainda leciono, sou professora na faculdade aqui de Sorocaba. Então, foram muitas, muitas atividades paralelas ao longo desse caminho. E a Psicologia Jurídica, a avaliação psicológica sempre foi a área que eu mais investi.

F: Por isso você fez Direito? Ou as coisas casaram aí no meio do caminho?

R: Na verdade, eu gostava. Na verdade, eu já gostava bastante do Direito. Mas, eu resolvi fazer Psicologia primeiro e nunca abandonei a Psicologia. E pra mim sempre foi o meu principal mote mesmo. Meu principal investimento de estudo, de vida.

F: Quando você começou a atuar, o que mais chamava a sua atenção na Psicologia?

R: Olha, eu acho que pensando no sistema prisional, eu até tenho um pouquinho de dificuldade de separar as coisas. Porque foram 30 anos e, assim, a gente... Foram anos de muitas lutas, né? O tempo inteiro. Eu acho que trabalhar com as pessoas em cumprimento de pena, de privação de liberdade, era algo, assim, um desafio, mas não pelas pessoas em si, mas por toda a gestão, por todo o jeito que o governo cuidava dessa pasta, cuidava dessa área. Acho que a visibilidade da Psicologia nesse campo, ela também sempre sofreu muito, porque, da mesma forma que se a população pensa em erguer-se os muros e confinem as pessoas, nós psicólogas dessa área, a gente também não tinha uma visibilidade, assim, com um viés em que você pudesse pensar: “bom, vamos lá, vamos trabalhar, vamos pensar para fora dos muros, né”? Tudo pressionava para que a gente pensasse para dentro dos muros. Então, isso foi realmente um ponto de um desafio bem grande, que eu acho que hoje a gente consegue pensar um pouquinho para fora dos muros, mas a pressão ainda é muito grande, muito grande mesmo! A gente teve algumas resoluções que foram amplamente discutidas com a categoria, e que foram promulgadas pelo Conselho Federal de Psicologia, mas que o próprio judiciário questionou e acabamos tendo que elaborar notas técnicas, porque as resoluções acabaram não se efetivando. Então, a interface, ela é muito exigente entre Psicologia e Direito. O nascedouro desta interface é, de uma forma que: “bom, o que o Direito precisa? Ele precisa conhecer esse ser humano”. Então, os questionamentos para a Psicologia sempre vinham nesse sentido, né? Quem é essa pessoa? Por que fez o que fez? Mas, obviamente, a gente amplia hoje, hoje eu atuo também com várias famílias, várias trabalhistas, né? Quando precisa de laudo ou parecer. E aí a gente começa a ver que o papel da Psicologia, ele pode ser muito mais amplo do que esse que é esse viés avaliativo. E acho que a gente está nesse momento atualmente, ainda buscando reafirmar alguns parâmetros de que a Psicologia não tem uma bola de cristal, não faz previsão, mas que a gente tem uma contribuição muito importante para dar nesse campo.

F: De que maneira o Conselho Regional contribuiu com isso? Vem contribuindo com isso?

R: Olha, eu acredito, deixa eu ver... Eu entrei em 1990, vamos resgatar um pouquinho porque a memória não está tão boa assim. Em 2003 houve uma mudança na legislação e diminuiu

bastante o número de determinações judiciais para a realização das avaliações. Mas antes disso, o Conselho já vinha promovendo uma série de discussões. Qual é o papel da Psicologia dentro do sistema prisional? Qual é o papel da Psicologia na interface com o Direito? Como eu disse, o diálogo entre Psicologia e Direito ou entre a saúde mental e o Direito se inicia lá no final do século XIX, começo do século XX. Mas para a gente pensar em termos de São Paulo, em termos da interface prática propriamente dita, eu acredito que final dos anos 1990 é que a gente começa a ter realmente uma discussão maior, a gente faz seminários, a gente faz muitas rodas de conversa pelo Estado. E na época eu era diretora do sindicato dos psicólogos. Então a gente tinha aí mais um parceiro, que era também do sindicato, lutando por melhores condições de trabalho, mas também com esse olhar crítico, saindo do viés de você olhar para o indivíduo, ou melhor, para uma pessoa de modo individualizado, e olhando para um contexto social. E o Conselho de Psicologia, eu não tenho muita memória das primeiras gestões, mas me lembro muito da gestão da Ana Bock, que trouxe muito mais esse olhar do compromisso social, e daí tantos outros psicólogos e psicólogas que foram conselheiros e conselheiras, também trazendo muito esse olhar. Porque a formação da Psicologia na década de 80, ela ainda era muito voltada para o individual, a gente pensava num atendimento mais focado na pessoa. Então esse contexto histórico, cultural e social, ele ganha força, eu acho que ele começa lá nos anos 80, mas ele vai ganhando muito mais visibilidade, adeptos e interesse, acho que a partir dos anos 90 mesmo. Então o Conselho de Psicologia, eu acho que ele tem um protagonismo dentro dessa área, embora os demais Conselhos também participaram, mas até em função do volume de psicólogas e psicólogos que a gente tem em São Paulo, do volume de demandas que a gente tem, o CRP de São Paulo acaba realmente capitaneando algumas discussões. Então nessa época a gente fez muita discussão. Eu acho que mais perto dos anos 2000, isso fica mais evidente ainda, eu acho que uma das resoluções era de 2008, 2010, alguma coisa assim, dessas que o Judiciário revogou. Então acho que talvez vocês tenham já conversado com alguém que tenha percebido que toda a construção dentro do sistema Conselhos de Psicologia, ela é coletiva. Não são os conselheiros e conselheiras, muito menos a pessoa que ocupa a presidência, que elabora uma nota técnica, uma resolução, nada disso. Tudo começa a partir da categoria e vai ganhando forma e até que chega aí na APAF, chega nas resoluções que são emanadas aí do Federal e algumas do estadual também. Então é sempre uma construção de alguns anos. Ela nunca é algo pronto e acabado que chega. Então acho que se a gente pensar aí por volta dos anos 2000, eu acho que é uma virada importante, não só para a Psicologia Jurídica, mas para toda a questão da saúde mental. Então eu acho que o protagonismo do CRP de São Paulo foi fundamental para que a gente avançasse nessa discussão e consolidasse, como hoje está consolidado o papel da Psicologia. Para nós, Psis, para o público em geral, para os gestores, mas acho que ainda temos que caminhar mais um bocadinho.

F: É uma coisa mais chatinha, mas só para a gente entender um pouco melhor. É o seguinte, você poderia comentar um pouquinho sobre essa criação das subsedes? E uma coisa que eu acho que você deve ter participado, porque quando você começou a atuar ainda eram delegacias que depois viraram subsedes. E o significado dessa mudança, da palavra delegacia para a palavra subsede. Porque eu acho que isso traz um outro significado.

R: Você sabe, Fernanda e Giselle e Giselle, também, se não me engano, quando eu colei grau ainda era São Paulo com Mato Grosso, a gente ainda tinha, eu falo subsede, mas a gente ainda tinha estados que estavam juntos sob a mesma delegacia. Olha, eu entendo que a mudança de nomenclatura, de denominação, ela é muito importante. Porque delegacia dá um outro aspecto. Se as funções precípuas do Conselho Federal e dos regionais são orientar e fiscalizar a profissão, quando a gente fala delegacia, fica sempre o viés mais punitivo, mais repressivo. É esse que acaba sobressaindo. Então, quando a gente fala em Conselhos Regionais de Psicologia, a gente está... Primeiro que a gente está falando de território e de outra Psicologia, as ações ocorrerem no território é algo muito caro, algo muito importante. Segunda questão, eu acho que quando a gente pensa em Conselho Regional, a gente se

sente mais pertencente a ele também. Tem uma questão aí de fomentar o pertencimento e também diminui esse viés punitivo. Embora boa parte da categoria veja os conselhos de Psicologia dessa forma. Mas a gente está num momento em que a gente tem investido muito na mediação, nas orientações, então esse daí seria um outro parênteses. Tem uma outra questão que me parece importante também. Quando a gente fala a respeito do Conselho Regional, a gente começa a ter essa noção do sistema conselhos. Porque antes, enquanto a gente via como delegacias, a gente via o Federal, como se o Federal tivesse algum poder maior e as delegacias atuando de uma forma menor, entre aspas. Que de certa forma, a legislação ela traz mesmo isso. Aquilo que se refere a toda categoria não pode ser legislado por um Conselho Regional, tem que ser do Federal. Mas enfim, a gente sabe que hoje, pensando em termos de sistema conselhos, a gente pensa em algo mais integrado. As diferenças são muito mais por conta de questões locais, de questões relacionadas a necessidades e demandas específicas daquele território. Acho que não dá pra gente comparar a demanda que nós temos aqui em Sorocaba com a demanda que a colega tem lá em Manaus. Embora a gente tenha uma legislação que é única, mas a gente tem as questões que são regionais, que são específicas. Então, quando a gente pensa e muda esse termo, a gente começa a enxergar tudo isso como um sistema integrado. Tanto que, não sei se vocês já conversaram com alguém que falou. (...) Se eu estiver repetitiva, vocês me dizem, eu já mudo o foco. Mas, como que a gente atua? Nós temos a cada triênio as eleições, e dessa forma, a gente tem também tudo aquilo que precede a eleição, que são os pré-congressos, para que cada comunidade, para que cada grupo possa dizer: “olha, a gente está vendo a Psicologia desta forma, e a gente tem propostas”. Porque as pessoas que são conselheiras e conselheiros, sejam do Regional ou do Federal, elas não podem fazer as coisas da cabeça delas. Elas estão a serviço de uma categoria. Então, a gente faz os encontros regionais, os pré-congressos... Do pré-congresso, a gente tira as propostas para os congressos regionais, e destes, a gente vai então separar aquilo que é próprio só do Regional, e aquilo que é do Federal. Para que quando a gente tem o Congresso Nacional de Psicologia, a gente defina o que aquela gestão tem que fazer naquele triênio. Então, a gente tem um conselho, eu entendo dessa forma, com uma gestão muito democrática, embora, às vezes, eu acho que isso acaba deixando os nossos processos um pouco lentos. Mas, enfim, talvez seja melhor ser lento do que ser impositivo. E lento por quê? Porque a gente tem que passar por várias instâncias, até que alguma coisa seja definida, decidida como algo próprio e positivo para a categoria. Acho que até me estendi um pouquinho demais aí na pergunta.

F: Não, não, imagina, ótimo. Foi ótimo! Eu gostaria que você falasse um pouquinho do trabalho que é feito em Sorocaba, que eu acho que tem uma especificidade, entre as outras subsedes, eu acho que a de Sorocaba tem um destaque maior.

R: Assim, eu acho que a gente começa aí uma aproximação, final da década de 90, acho que na gestão da Lumêna Furtado, se não me engano, que a gente começa uma aproximação. E essa aproximação, ela ocorre principalmente por conta das questões de saúde mental. Eu sei que vou chover do molhado, mas não dá para não dizer que Sorocaba era o maior polo manicomial da América Latina, e isso realmente foi algo que... Embora tenha trabalhado por três anos e meio no hospital, trabalhei no primeiro hospital que fechou aqui. Eram, assim, umas coisas absurdas, mas quando eu ingressei lá, em 1991 ou 92, a gente não tinha essa perspectiva da luta antimanicomial, era uma coisa muito incipiente. E depois, com o tempo, a gente começa a ver coisas absurdas, em termos de higiene, de alimentação, de prescrição, assim, de tudo. Violações de todas as ordens. E a gente começa a sair um pouquinho aqui da casca, né? E começamos a ver outras experiências, e começamos a ter interlocução com outros atores, e a gente teve muita gente boa que nos ajudou aqui.

F: Você disse que tiveram outras experiências. Onde vocês foram procurar outras experiências? Como elas chegaram até vocês? Vocês fizeram trocas? De que forma? Com quem?

R: Olha, eu acho que foram alguns gestores públicos, tem colega que tinha alguma proximidade, então, vamos lá, vamos mostrar o que é que está acontecendo aqui, e daí começa a ter fiscalização. Embora essas fiscalizações feitas pelo gestor público, de certa forma, deixavam a desejar, mas eu acho que nos ajudou a abrir os olhos, nos ajudou a começar esse diálogo pra fora do hospital, pra fora de Sorocaba. E dentro do Conselho de Psicologia de São Paulo já tinha pessoas interessadas e atuando e militando na área. Então, a gente começa a afinar um pouco mais essa interlocução. Meio da década de 90, final da década de 90, e aí a gente começa a pensar: "puxa, a gente precisava ter uma subsede em Sorocaba, né"? Porque a gente já vinha pensando nisso, mas quando a gente começou a falar sobre isso, embora já tivéssemos a preocupação com a saúde mental, mas a gente tinha realmente o desejo de ter uma subsede, né, independente da questão da saúde mental. E a gente tinha um primeiro curso de Psicologia aqui em Sorocaba que inaugurou em 1997 numa faculdade. Então, uma das questões para que tivéssemos subsede era ter pelo menos uma turma formada já de psicólogos na cidade. Hoje, só na cidade de Sorocaba, a gente tem quatro cursos, quatro faculdades, e na região ampliou muito também. Eu não sei dizer, mas deve ter pelo menos umas 10. Pra gente ver que a Psicologia não cresceu só em Sorocaba, cresceu no país também, né. Acho que a gente tem essa perspectiva de crescimento da profissão. Bom, e aí a gente vai se aproximando cada vez mais. Eu já estava no sindicato dos psicólogos e a gente começa a dialogar sobre Direitos Humanos, que era uma pauta muito importante, ainda é atualmente. E daí a gente começa a ver as experiências, por exemplo, do pessoal de Santos, né? Santos teve um protagonismo importante aí na questão da saúde mental e da luta antimanicomial. E aí, começo da década de 2000, a gente começa a ter parceiros que vêm pra Sorocaba e a gente começa a falar, a gente começa a falar em pressa pública, a gente começa a falar no jornal, a gente começa a falar na Câmara de Vereadores. Foram ações políticas muito importantes e que talvez a gente sozinha tivesse mais dificuldade pra levar adiante. Teve aí parceiros de Bauru, né, que também é uma referência muito grande na luta antimanicomial, Bauru, Santos, e o pessoal de São Paulo também. E aí vai afinando cada vez mais, né, o namoro com o CRP, entendendo que a gente já tinha, então, uma primeira turma que cumpriu a faculdade, se não me engano, deve ter sido em 2002, e toda a questão da luta antimanicomial, porque a lei, ela é de 2001. Então a gente começa a poder unir, olha, já temos mais cis aqui em Sorocaba, a gente tem uma lei que a gente precisa fazer valer aqui, e a gente começa a ter alguns parceiros daqui mesmo, que foram pessoas que auxiliaram muito, eu até sugeri o nome... Não sei se também vai ser conversado, com o Leandro, com o Lúcio, com o Marcos, mas eu tenho até receio de falar alguns nomes, sabe, e esquecer de outros. Mas a gente começa a fazer uma pesquisa, um levantamento das pessoas que estavam internadas nos hospitais de Sorocaba, e aí o Marcos, que na época era da UFSCar, acho que ainda está, ele não está mais em Sorocaba, mas ele estava na UFSCar, e a UFSCar que capitaneou essa pesquisa, e a gente começa a ver um número de óbitos muito elevado dentro dos hospitais psiquiátricos, especialmente nos meses de inverno. Então isso acaba chamando muita atenção, começa a ver o número de pessoas indocumentadas, e aí faz uma parceria muito importante com a Defensoria Pública, que vai auxiliar nessa questão de documentação, porque muitas pessoas, elas chegaram em Sorocaba, foram extraídas, arrancadas dos seus espaços, dos seus territórios, vieram para Sorocaba, e perderam totalmente o vínculo social, o vínculo familiar. A gente tinha muitos pacientes que não sabia nem por onde procurar, qualquer tipo de vínculo que pudesse trazer memória para essas pessoas, que pudesse trazer dignidade para essas pessoas. Então, acho que os anos 2000, eles foram muito importantes. A partir de 2010, isto se consolida muito mais, porque daí em 2010, é inaugurada a subsede do CRP aqui em Sorocaba, e eu fui eleita conselheira nesse triênio, e, portanto, além de conselheira, coordenava a subsede no triênio 2010-2013, que foi a nossa primeira gestão. Essa primeira gestão, ela foi profundamente marcada por toda a luta antimanicomial. A gente criou o FLAMAS, que é o Fórum da Luta Antimanicomial do Sorocaba. Hoje eu não atuo mais, não milito de uma forma muito próxima do FLAMAS, mas a gente tem aí colegas muito valorosas que atuam, que têm levado adiante, porque a gente...

Hoje os hospitais psiquiátricos foram fechados, mas a gente tem ainda uma situação muito delicada em relação às residências terapêuticas, em relação aos CAPS, em relação à própria rede de saúde mental, que ainda deixa muito a desejar, tem uma série aí de furos nessa rede que precisam ser costurados, que precisam ser preenchidos. Então, de 2010 a 2013, a gente ainda tinha poucos psis aqui em Sorocaba, eu não me lembro quantos, talvez uns 300 e poucos, e a gente abrangia, e acho que ainda deve ser o mesmo número, 79 municípios. Então, a gente tem municípios, vou dizer, da época, hoje deve ter uma ou duas psicólogas a mais, mas tinha municípios bem distantes daqui com uma psicóloga, duas psicólogas. Então, começa a gestão conhecendo o território, atuando muito em função da luta antimanicomial, procurando aproximar as pessoas do CRP, procurando mostrar a cara do CRP, que não é só essa questão de ficar fiscalizando, embora a gente faça isso, hoje eu coordeno a comissão de ética da subsede aqui do CRP. Então, a gente sabe, a gente discute problemas que fatalmente podem levar mesmo a uma punição, a uma advertência, até mesmo a cassação do título de psi. Mas a gente vem lutando para que o rumo não seja exatamente esse, para que possa pensar de uma outra forma. A subsede de Sorocaba, quando ela é inaugurada, foi uma alegria muito grande para nós, todo mundo que participou desse início. Enfim, hoje estamos aí, nem sei quantos psis a gente tem. Talvez depois a gente possa confirmar, mas tenho quase certeza que no mínimo triplicou o número de psis nesses últimos 10 anos, 13 anos, que a gente está com a subsede de Sorocaba. Eu não sou muito objetiva nas respostas.

F: Não, mas está ótimo, está perfeito.

R: Eu recebo muita solicitação de alunos e alunas, porque a Psicologia tem uma disciplina no primeiro semestre, que eles precisam fazer entrevistas com profissionais de todas as áreas. E, normalmente, na área jurídica, o pessoal acaba me encontrando. E eu sempre falo: “Gente do céu, um negócio que era para durar 30 minutos, dura sempre uma hora, porque eu acabo não conseguindo ser muito objetiva. Então, me desculpa se eu expandi demais.

GP: Tem muito conteúdo, muito conteúdo.

GR: Eu queria tirar só uma dúvida. O Flamas, que eu estou fazendo principalmente essa parte da luta antimanicomial, e eu me deparei com o fórum. Ele, de alguma forma, tem ligação com o CRP ou não?

R: Institucionalmente, não. Mas o CRP, como sempre investiu na luta pela preservação dos direitos humanos, ele realmente, acho que a gente não consegue imaginar desvinculado do CRP. Atualmente, o CRP ainda fomenta a luta antimanicomial e, de certa forma, dá uma certa estrutura para que o Flamas possa fazer as suas ações. Oferece o espaço. Então, se reuniões precisam ser feitas lá no espaço do CRP, ok. Porque a gente, às vezes, pensa nossa, dá subsídio, então está gastando dinheiro com isso. Primeiro, que eu não acho que é gastar dinheiro, acho que é um investimento naquilo que a Psicologia acredita. E, segundo que realmente, às vezes, o CRP auxilia oferecendo espaço. Ele auxilia oferecendo um ônibus que vai levar o pessoal para a marcha lá em São Paulo. Auxilia com a impressão de um folder. Porque o Flamas, ele se constituiu de uma forma muito aberta e de pessoas que desejavam meditar na questão. A gente nunca foi registrado, nunca houve nenhum subsídio público, nada disso. Então, tanto o Conselho Regional de Psicologia, quanto o Sindicato dos Psicólogos, sempre deu um apoio para que a gente pudesse levar as ações adiante.

GR: E no processo do fechamento dos hospitais, que acontece no começo dos anos de 2010, se não me engano, a participação do Conselho mais efetivamente nesse processo se deu de que forma? Ou ele participou indiretamente, enfim?

R: Olha, eu penso que, de certa forma, o Conselho participou, teve uma importância fazendo fiscalizações nesses espaços, fiscalização do exercício profissional da psicóloga e do

psicólogo. Porque, enquanto Conselho, a nossa competência é específica nesse sentido. Contudo, as fiscalizações normalmente eram realizadas junto com o Ministério Público, com a Defensoria Pública, com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com deputados, principalmente quando a gente tinha denúncias. Então, esse a gente poderia pensar como um viés. E, em função de todo o acúmulo de discussão que conselheiras, conselheiros e colaboradores do Conselho tinham, também auxiliou nas discussões com o Poder Público, na elaboração dos TACs, a gente teve acho que mais do que um, dos Termos de Ajustamento de Conduta, que foram importantes também para a mudança dessa visão, da mudança do modo como se tratava a saúde mental em Sorocaba e região. A gente tem alguns outros hospitais que eram da região.

F: Tem alguma ênfase, assim, um perfil específico na atuação da subsede de Sorocaba, nos profissionais que atuam em Sorocaba, que é diferente das outras subsedes?

R: Eu não saberia te dizer com muita precisão, né, porque talvez não conheça muito como é que está hoje nas outras subsedes, mas eu diria que aqui, nessa região, a gente tem um número elevadíssimo de comunidades terapêuticas. Então, isso talvez seja um diferencial, porque as comunidades terapêuticas, algumas delas, elas funcionam mais ou menos como funcionavam os hospitais psiquiátricos. A gente tem informação de violações de direitos importantes dentro das comunidades terapêuticas. E, normalmente, elas têm profissionais da Psicologia e é uma demanda importante aqui na subsede. Acho que a gente está buscando aproximar mais o pessoal da área clínica, que daí não devia que é só na subsede de Sorocaba. Outras também normalmente trazem, ou pelo menos traziam essas questões, que o pessoal da área clínica normalmente não se aproxima muito. A gente tem investido nisso. A gente tem algumas subcomissões como subcomissão de direitos humanos, subcomissão de diversidade, subcomissão de psicoterapias, de organização e do trabalho, de educação. Então, a gente vem procurando aproximar mais as pessoas. Acho que, talvez, esses sejam dois vieses. Assim, um trabalho por aproximar as pessoas, não fazendo só com que elas cheguem até a subsede, mas a subsede saindo daqui e indo para as outras cidades, né, descentralizar mais. E esse viés das comunidades terapêuticas, que a gente sai do polo manicomial e entra no polo de comunidades terapêuticas.

GP: Dessa parte das comunidades terapêuticas, nessa parte das pesquisas, inclusive a gente se deparou com alguns folders do Conselho em movimento, ativamente se posicionando contra o... Não sei se o atendimento, mas essa ideia das comunidades terapêuticas, enquanto um espaço muito próximo dos manicômios. E aí, nesse sentido da ação do Conselho nessas comunidades, seria a mesma ideia do que você falou antes sobre o hospital, nesse sentido de fiscalização?

R: De certa forma, sim, Giselle. Acho que tem um viés diferente, né? Muitas comunidades terapêuticas sequer possuem uma equipe de saúde mental. As que não são clínicas, que são denominadas comunidades terapêuticas, elas normalmente não têm uma equipe médica. Mas psicólogas normalmente têm. Então, é assim, as psicólogas, as colegas que trabalham nesses espaços, normalmente elas acabam tendo uma atuação menos crítica a respeito da violação de direitos, né? Até acho que é um assunto um pouco delicado porque eu percebo em muitas colegas o desejo de auxiliar, desejo de desempenhar um bom trabalho. E me vejo como aquela Rosana lá de 25 anos atrás, que atuava num hospital psiquiátrico, e também imaginando que podia fazer o melhor possível lá dentro daquele espaço. Mas quando a gente está nesse tipo de espaço, nesse tipo de instituição, é um pouco complicado porque o melhor que você faça tecnicamente, eticamente, pessoalmente, ainda pode não ser o suficiente porque há uma outra forma de enxergar o usuário do serviço a partir do olhar daquela instituição. Poderia dizer o mesmo das prisões. É que as prisões, em geral, a gente fazia muito mais a avaliação do que a atuação em termos de saúde mental, né? Hoje as equipes dentro das prisões, elas são muito defasadas. Então acabava fazendo o essencial que era a

determinação judicial. Mas quando a gente fala de espaços em que eu estou lá pra cuidar da saúde mental, então, o olhar crítico, ele precisa prevalecer um pouquinho mais. Nesse sentido, sim, a gente tem muitas internações involuntárias, muitas internações compulsórias que são as determinadas pelos Juiz, de pessoas que não querem estar lá. Pessoas que não querem nem o nosso atendimento, né? Então a gente tem que levar tudo isso em consideração pra fazer a atuação de uma forma técnica e ética voltada pro bem-estar do outro.

F: E nessas... Como é que fala? Nesses embates, nesses "perrengues". O Conselho... É um espaço também que eu imagino que também seja de discussão e de apoio. Eu gostaria que você comentasse um pouco mais isso, a atuação do Conselho. Eu acho até que você já falou bastante a respeito. Mas você tem um caso em particular? Alguma coisa que você está mais preocupada querendo resolver e tal? Você tem um espaço no Conselho pra te ajudar a resolver essa questão?

R: Olha, eu diria que a resolver diretamente, eu acho um pouco mais difícil. Por quê? Nesta e em outras demandas também, né? A psicóloga que procurar o Conselho perguntando como eu devo realizar o meu trabalho, ela vai ter uma resposta que vai ser baseada no código de ética, nas resoluções. Ela não vai ser baseada, olha, usa esta abordagem ou aja desta forma. Então, quando a gente procura o Conselho, a gente vai ter sim uma resposta. E essa resposta ela vai ser em sentido orientativo, em sentido: "olha, o que é que nós temos em termos de atuação dentro dessas comunidades terapêuticas"? Então a gente tem as normativas emanadas do próprio Conselho e a gente tem os órgãos públicos, a gente tem a Anvisa, a gente tem o CONAD, o Conselho Nacional de Drogas... Então, toda orientação que é feita é no sentido de poder proporcionar àquela profissional informações, "olha, pra você fazer seu trabalho, estas são as diretrizes". Agora, como você vai fazer isso lá dentro, aí é você quem tem que tomar a sua decisão com a sua autonomia técnica. E acho também importante ressaltar que muitas vezes nas fiscalizações são observados pontos que realmente precisam ser modificados, não é só aprimorado, não, precisam ser modificados. E tudo isso gera orientação. Então as orientações, elas são passadas, elas são transmitidas, não há um olhar eminentemente e preliminarmente punitivo e repressivo. Então, se uma psicóloga procura o Conselho pra falar a respeito de uma situação específica, ou da instituição como um todo, ou do que essa representa, a representação dessa instituição pra uma comunidade, ela vai receber um apoio do Conselho, mas não uma resposta pronta, né, ela é muito mais orientativa e provocativa pra reflexão.

F: Agora, você como psicóloga, não pensando tanto no Conselho, mas você percebeu ao longo dos últimos anos muitas mudanças na atuação dos psicólogos?

R: Ah, eu acho que percebi, sim, alguma mudança ao longo desses últimos vinte anos, talvez, acho que eu nem falaria das minhas três décadas, acho que falaria das últimas duas décadas. Eu lecionei por um tempo para alunos de Direito também, né, eu dava Psicologia Jurídica pro pessoal de Direito. Eu lecionava na Psicologia outras coisas. E eu percebia o quanto os alunos de Direito, muitas vezes, ao final da aula, procuravam pra contar alguma coisa que nunca tinham contado antes, que tinham muita vergonha de procurar um atendimento psicológico. E pra mim, de certa forma, era um retrato também da sociedade. A sociedade tinha mesmo um olhar: "Nossa, é mais, ou melhor, é menos ruim eu aparecer com o pé engessado, porque eu estava bêbada e tropecei e quebrei o pé, do que eu falar que eu estou fazendo terapia". Então, quais os pesos e medidas que era dado, que valorização se dava pra própria saúde mental, pro modo como a gente pode ou não ser julgado socialmente, ou até pelos familiares? Então, eu acho que essas últimas duas décadas, mas principalmente a última, auxiliou muito a que as pessoas pudessem perceber a importância dos cuidados pra saúde mental, que mais pessoas tivessem o desejo de ser psicólogas e psicólogos, então, a gente tem um número muito maior hoje de estudantes, que as áreas da Psicologia, as especialidades da Psicologia também se ampliassem e fossem reconhecidas. Quando eu concluí a graduação, a maioria das colegas,

e na época era tudo cartãozinho, né, no papel, imagina! Não existia nada, mal e mal existia um computador, nem sei, acho que nem tinha quando eu entrei lá no penitenciário, era tudo máquina de datilografar mesmo. E todo mundo fazia o cartãozinho e escrevia "atendimento infantil, adolescente, adulto, idoso, individual, grupo familiar, casal", e todo mundo fazia de tudo e hoje eu percebo. Então, acho que pra responder seriam três observações, talvez. Uma delas, a Psicologia que se reconhece melhor. Eu tenho três especialidades, a clínica, a jurídica e a avaliação psicológica, que é a mais recente, que foi regulamentada. Ela foi em 2019, se não me engano, a gente vê que é uma coisa bem recente mesmo. E aí, então, um dos vieses é a Psicologia se reconhecendo, é a sociedade diminuindo um olhar que trazia um certo preconceito, trazia um certo distanciamento das pessoas, da possibilidade de buscar cuidados e um número muito maior de profissionais hoje. A saúde suplementar, embora esse é um outro aspecto, não sei se em algum momento alguém vai abordar, mas quando a gente fala de psis nos seus consultórios, nos psis nos espaços públicos, a gente não pode esquecer da saúde suplementar. Os grandes planos de saúde hoje, e tem muitas psis que atuam, atendem pelos convênios de saúde, tem uma remuneração aviltante, muito baixa. Mas ao mesmo tempo, acabou popularizando e democratizando um pouquinho mais o acesso da população aos serviços de Psicologia. A gente só está precisando encontrar um equilíbrio aí, entre a oferta, a procura e a remuneração em si, porque a gente precisa de uma remuneração um pouco mais digna também. Aliás, não só quem atua com o plano de saúde. Muitas vezes a gente vê um engenheiro cobrando por um laudo, que ele demorou duas horas pra fazer, o triplo do que um psicólogo que demorou vinte horas pra fazer o seu trabalho também. Então, acho que a gente não pode deixar de lado a importância da valorização econômica também. A gente investe muito, a gente não para nunca, pelo menos a maioria das psis. A gente está sempre fazendo curso, faz supervisão. Então, precisamos manter tudo isso.

(...)
GP: Eu gostaria de fazer uma pergunta, Rosana, com relação... Você está nos contando que foi professora durante muito tempo, ou é ainda. Como você vê o ensino da Psicologia hoje, para quando você entrou na vida profissional? Tem muita diferença?

R: Nossa, muita! Tem um exemplo para dar. Eu lecionei durante muitos anos numa outra universidade, um ensino um pouco mais tradicional e eu estou atualmente numa universidade que propõe um ensino muito mais participativo, turmas menores, mais voltado para participação, tipo PDL, enfim. Uma das disciplinas que eu dou é Psicologia, Ciência e Profissão, que é uma disciplina de primeiro semestre. Depois dou outras mais para a frente. Nessa disciplina, por curiosidade, eu peguei o meu currículo. Não é currículo, como chama? A grade de disciplinas, meu histórico escolar da faculdade. Tirei uma foto e levei para os alunos e alunas que estão ingressando: "olha a diferença do meu e do de vocês, como é hoje". Giselle, para você ter noção, na época, a gente tinha EPB, Estudos dos Problemas Brasileiros. Por quê? Porque a gente estava saindo da ditadura militar. Meu curso foi de 84 a 88. A questão da ditadura militar ainda era muito viva. Quase que a gente revive, né? Vamos torcer para nunca mais viver isso. Mas, enfim, além da questão da ditadura militar, que ainda tinha um impacto muito grande. Não só no currículo da Psicologia, mas em todas as nossas práticas. A gente tinha um olhar nada inclusivo. Hoje, a gente fala em diversidade, em inclusão. Na época, tinha uma disciplina que chamava Psicologia do Excepcional. A gente ainda falava idiotia, falava em imbecis, ainda utilizava uma nomenclatura muito discriminatória. Imagina, a gente queria ser a melhor psicóloga de uma instituição, porque só se tinha instituição ou consultório particular, ou empresas. Então, eu acho que o ensino mudou muito. Ele mudou muito porque a Psicologia mudou muito. Acho que essa universidade que eu trabalho hoje, pelo fato de ela ser uma universidade com cursos na área de saúde novos, são cursos que não têm ainda uma tradição, na universidade, né? Não que o curso não tenha a tradição. Então a gente começa de um jeito muito diferente, tem uma metodologia diferente. E usa e abusa do que a Psicologia hoje pode nos dizer. Essa Psicologia social que enxerga muito mais o indivíduo com esse viés sócio-histórico, embora não se privilegie uma

abordagem específica, abordagem sócio-histórica. Mas é um indivíduo que tem uma história, é um indivíduo que realmente ele está inserido num contexto que, se a gente desconsiderar isso como a gente fazia antigamente, vai oferecer um péssimo serviço. Sim, mudou bastante, mudou o currículo, mudou o jeito de ensinar e de aprender também. Eu acho que mudou bastante.

F: Rosana, e a expectativa desse pessoal que está se formando agora? Até porque o número realmente aumentou muito, o número de escolas, o número de ingressantes, o número de alunos que procuram a Psicologia. Qual que é a expectativa dessa moçada?

R: Olha, Fernanda, sabe que eu ia usar o termo moçada também? Mas depois eu fiquei pensando, o curso de Psicologia ele é um curso heterogêneo, a gente tem muitas pessoas que chegam aos 30, aos 40, aos 50, sabe? Então, a gente vê aí, eu acho que tem uma diversidade na perspectiva. A moçada eu vejo com o olho brilhando para muita coisa, para muitas áreas de atuação, o desejo de conhecer todas as áreas, muito acesso à informação, mas ao mesmo tempo com dificuldade de filtrar essas informações, ouvindo coisas aí da internet, do YouTube, que realmente nem sempre são recomendáveis tecnicamente e eticamente. Mas se pensar em termos do geral, realmente eu vejo alguma diversidade, principalmente pela idade que a pessoa tem, por, às vezes, já ter tido uma experiência com a Psicologia, ou faz terapia, ou tem uma parente psicóloga, que hoje em dia muita gente tem. Eu não tinha, imagina, eu não conhecia nenhuma psicóloga, eu nem sei por que que eu descobri que existia Psicologia. Eu não conhecia ninguém. Hoje não, normalmente todo mundo conhece uma psicóloga, pelo menos, né? Então, eu acho que o pessoal está muito aberto, principalmente o pessoal mais jovem, tem um perfil também mais empreendedor, visando pensar como que a Psicologia pode estar nos espaços. Antigamente tinha um perfil mais de consultório, de prestar um concurso público, né? E até eu tenho uma aluna que faz iniciação científica, e assim, a ideia dela foi muito legal, porque nessa universidade tem pessoal que faz também engenharia da computação, administração de sistemas, e o TCC, o TCC não, a iniciação científica dela, é unindo psicologia com tecnologias, que é uma coisa muito recente, quando a gente pensa em neuropsicologia, em neurociências. Eu acho que a perspectiva é de ampliar mesmo, e ao mesmo tempo ampliando, oferecendo mais campos de atuação, faz com que muitas pessoas sejam mais especializadas em determinada intervenção, determinada inserção. Uma opinião assim, do que eu vejo lá na faculdade.

F: Em relação aos atendimentos online, que é uma coisa que com a pandemia virou uma outra pandemia quase. Qual é a posição do Conselho em relação a isso?

R: Olha, antes mesmo da pandemia, a gente já tinha uma plataforma, que quem quisesse oferecer serviços online devia se cadastrar. No início, alguns sites procuraram o Conselho para se cadastrar, algumas pessoas que montaram sites procuraram o Conselho para se cadastrar, e alguns psis, pessoa física, individualmente. A gente tinha um processo interno para ver se poderia liberar ou não, como é que era, você tinha que estar em cima. Realmente, com a pandemia, muita coisa mudou e muitos processos se aceleraram. Com a Psicologia e com tudo. Naquela época, no auge da pandemia, no auge de que a gente estava num momento de confinamento também, de não manter relações pessoais próximas, presenciais, a gente teve uma... Como se fala? Nossa, me fugiu a palavra. Quando a gente releva, eu não queria falar relevar, flexibilizar, a gente acaba flexibilizando... A gente que eu estou falando, o Conselho, eu não estava como conselheira na época, mas o Conselho acaba flexibilizando isso, autorizando as pessoas a atenderem online, mesmo que não tivesse passado por todo aquele processo, mas ao mesmo tempo disciplinando isso. Então, determinadas demandas não poderiam ser atendidas mesmo online. Por exemplo, situações de emergências e desastres, de violações de direitos humanos, avaliações psicológicas... Eu atuei por um tempo como perita do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a principal demanda lá são avaliações psicológicas. Então elas também acabaram ficando suspensas por um tempo,

porque algumas atividades da Psicologia realmente elas estavam comprometidas pelo atendimento online, pelas atividades remotas. Hoje, a gente já avançou um pouco mais, por exemplo, vários processos de avaliação psicológica são possíveis fazer online. Depende de toda a sua técnica, sua estratégia, qual é a demanda, não é tudo que dá pra fazer, mas algumas coisas dão pra fazer. E acho que, ao mesmo tempo que facilita por um lado, a gente tem que tomar muito cuidado. Porque, gente, vocês não têm noção do tanto de falta ética que a gente já viu em função do atendimento online, psicólogas atendendo em locais totalmente inapropriados, sabe? Uma falta de manutenção do que é a técnica e a ética, porque você tem que atender como se você estivesse no presencial. Então, acho que o atendimento online, ele vem pra ficar. Muitas psis também atendendo pessoas de fora do país, o que pra alguns é muito bom, porque a questão não é da língua, a questão da cultura, faz muita diferença ser atendida por uma psicóloga sueca, se você é brasileiro ou por uma brasileira. Então, eu creio que o que a gente precisa estar muito atenta é para as resoluções que disciplinam esse atendimento remoto e seguir. E se a gente não concordar com alguma coisa, chegar e falar: "olha, Conselho, parece que dessa forma não tá legal, precisamos levantar essa discussão". E por aí vai.

GP: E falando nessa questão ética, Rosana, por exemplo, vamos dizer, um paciente ou um cliente, ele pode se reportar ao Conselho pra fazer alguma denúncia? (...) Pensando também nessa questão da ética, um paciente, vamos dizer, um cidadão comum, ele pode apresentar denúncias ao Conselho?

R: Sim, com certeza. As denúncias pra que o Conselho analise a pertinência de abrir um processo ético, elas podem ser inclusive feitas de modo anônimo. É claro que quando a denúncia é anônima, a gente tem menos elementos pra poder avaliar a materialidade. Então, qualquer pessoa que tiver conhecimento a respeito de uma suposta violação ética, ela pode denunciar e se o Conselho tiver conhecimento, ele também pode abrir um processo ético que a gente chama de Ofício. Ou seja, ele mesmo tomou conhecimento de determinada situação, ele inicia, inaugura um Processo Ético. Aliás, a gente chama de Processo Investigativo que depois assume a nomenclatura de Processo Ético. Então, pode ser, sim, qualquer pessoa, inclusive, de modo anônimo.

F: Vocês têm mais alguma questão? Posso ir encaminhando pro final?

GP: Por mim, sim. Acho que a Rosana também deve estar cansada.

R: Imagina, gente. Está sendo um prazer conversar com vocês. Me fez retomar muita coisa, rever muita coisa. Como quando eu disse, acho que algumas psis que estão na certeza, como eu quando eu entrei no hospital psiquiátrico, esse olhar pouco crítico a respeito da realidade, que a gente só forma no coletivo, que a gente só forma junto com as outras pessoas. A gente não forma sozinha isso. Então, participar disso tudo, pra mim, é muito relevante. E sempre em constante construção. Daqui a pouco alguém vem e fala: "Rosana, mas o que você tá fazendo agora também podia ter um outro olhar crítico"! Então, vamos lá. Vamos ver o que pode mudar agora. O que podia ter mudado no passado, a gente já sabe. No futuro, a gente vai aprender.

GP: Sempre tem muita coisa pra ser feita, né?

F: E é tudo muito dinâmico, né? As coisas não são estáticas, elas caminham, mudam conforme vai mudando também a mentalidade, não é? Então... Atualmente, como você vê os desafios da profissão? E na sequência, como você vê os maiores desafios do Conselho com esses novos desafios?

R: Nossa, Fernanda, acho que de tudo que a gente conversou, talvez seja o que eu acho mais complicado de comentar. Porque eu não consigo ver o desafio da profissão só a partir da Psicologia. Eu consigo ver alguma coisa relacionando a Psicologia à nossa sociedade, ao nosso país, à nossa história, né? Eu acho que esses desafios, eles são enormes, são gigantescos. Porque conforme o olhar que a gente tem, o que a Psicologia está oferecendo? O que a sociedade está necessitando que a Psicologia pode oferecer? Então, se a gente pensar, por exemplo... (...) hoje mudou, mas até pouco tempo atrás... (...) Eu estava indo numa linha, buscando alguma ideia, pensando que o desafio da Psicologia, ele não é isolado. O desafio ele sempre ter que ser pensado na Psicologia junto com essa sociedade. A gente vive com o nosso estado, com o nosso país, com o mundo, com o tanto de desgraça que está acontecendo em todo lugar, com as demandas individuais que não chegam. Eu ia fazer um parâmetro com a Psicologia Jurídica, que um dos nossos grandes desafios nessa área foi mostrar para o Direito que a gente não faz prisão de resultados. Acho que um dos desafios é afirmar e reafirmar qual é o papel da Psicologia, que é auxiliar o outro no seu bem-estar, que é olhar no outro com dignidade, que é buscar nas suas técnicas e aprimorar a ciência psicológica para que a gente possa realmente atender à sociedade de um modo cada vez melhor. Não vejo como o Conselho pode estar desimplicado disso tudo. Ele está profundamente implicado, pois se é a autarquia que a gente tem que orienta, fiscaliza e normatiza, nesse tripé, nesses três vieses, ele está totalmente implicado ali. Como é que eu psicóloga me apresento, como é que a categoria se apresenta, como é que o Conselho nos apresenta também? De que forma ele acolhe o cidadão que vai fazer uma denúncia, por exemplo? Então, eu acho que tem aí muita coisa que realmente a gente pode pensar em termos de desafios, mas sempre desafios não isolados. Sempre desafios que tem que caminhar junto com a própria sociedade. Hoje, o que a gente mais tem visto, principalmente... Eu atuo um pouco na psicologia organizacional e do trabalho, então, os afastamentos por ansiedade, depressão, na questão da educação. Uma lei que ainda precisa ser efetivada, que é a questão da inclusão de pessoas com diagnósticos que antigamente ficariam em casa, restritas nas suas casas. Então, a gente tem aí desafios muito grandes para poder atuar de acordo com aquilo que entende que é o melhor, né, enquanto profissional.

F: Você tem alguma mensagem que você gostaria de passar para o conselho, para os profissionais de Psicologia, alguma coisa que você gostaria de dizer a eles?

R: Nossa! Ah, não sei. Eu acho que o que eu queria dizer, acho que partindo de um olhar mais pessoal, individual, é que eu sou apaixonada pela minha profissão. Espero estar atuando de acordo com aquilo que a gente entende como ético, espero poder corresponder da melhor forma à necessidade das pessoas que me procuram enquanto psicóloga. E acho que para o Conselho, que a gente continue investindo na nossa profissão, porque o investimento individual é muito frágil, a gente precisa pensar nesse investimento coletivo e ouvir, que o Conselho ouça a categoria e a partir dessa escuta qualificada, que é o que tem de melhor na nossa profissão, uma escuta qualificada, que ela reverbere para ouvir as demandas da categoria. E aí poder dar conta disso.

F: Você gostaria de comentar mais alguma coisa que a gente não tenha perguntado, falar mais alguma coisa?

R: Não, pra mim acho que tá ok. Acho que tá tranquilo. Quem sabe encontro a Giselle aqui pro Sorocaba em qualquer momento e a gente vai bater um papo.

GP: Pois é, Rosana. Isso, Rosana, vai ser um prazer.

F: Bom, muito obrigada!

5.9 COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO CRP-SP

Para celebrar em 2024 o cinquentenário de instalação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, a autarquia promoveu uma série de eventos e comemorações, conforme segue:

- Mudança da sede regional para novo endereço à Rua Teodoro Sampaio 417 – Pinheiros, na capital;
- Inauguração da Subsede Metropolitana, no imóvel onde antes funcionava a sede regional do CRP SP, à rua Arruda Alvim, 419 – Pinheiros, na capital;
- Cerimônia comemorativa, na Subsede Metropolitana, no dia 29 de agosto de 2024, de descerramento de placas em homenagem aos 17 Plenários do CRP SP; homenagem ao psicólogo Arrigo Leonardo Angelini, recentemente falecido, dando seu nome ao auditório da subsede, com descerramento da placa com sua imagem e breve descritivo; entrega de placas de homenagem/femenagem aos integrantes de todos os plenários do CRP SP;
- Dia de confraternização com todas/os trabalhadoras e trabalhadores da sede do CRP SP, na Rua Teodoro Sampaio, 417;
- Também foram realizados para o cinquentenário: criação do selo pelos 50 anos; edição comemorativa do Jornal Psi 205; campanha "É conhecendo que a gente se entende"; publicação de vídeos institucionais no youtube; produção de uma publicação especial com a história do Conselho; atualização da Linha do Tempo.

Seguem abaixo as matérias publicadas na área Notícias no site do CRP SP, por ocasião das comemorações:

50 anos do CRP SP | É conhecendo que a gente se entende

Mais do que fiscalizar, atuar em defesa de uma Psicologia ética. Mais do que orientar, dialogar sobre o compromisso na garantia dos Direitos Humanos. Mais do que regular, dar condições de uma prática psicológica digna e de qualidade para a sociedade.

Em 2024, comemoramos os 50 anos de atividades do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), e convidamos a categoria para este momento de reflexão e celebração com a campanha **"É conhecendo que a gente se entende"**. Assista a seguir ao vídeo institucional que faz parte das atividades de comemoração.

Para facilitar e fortalecer a aproximação com as psicólogas e psicólogas, produzimos uma série de conteúdos que detalham e relembram as diversas realizações e transformações na ciência e no exercício profissional da Psicologia paulista. São muitas pessoas que fazem parte desta história, num Conselho que hoje soma mais de 160 mil profissionais com inscrição ativa no estado.

Ao passar por cinco sedes diferentes, mais de 350 conselheiras e conselheiros, organizados em 17 plenários, buscaram constituir uma Palavra aberta (1983–1985 e 1986–1989), manter a Psicologia em movimento (1989–1992), fomentar a Psicologia e Cidadania (1992–1995), concretizar a Psicologia em ação (1995–1998), Cuidar da profissão (1998 a 2019), ser Diversa (2019–2022) e estabelecer uma Frente em Defesa da Psicologia (2022–2025). Confira o depoimento de quem esteve presente na construção da história do CRP SP.

Acessível em https://www.crpsp.org/pagina/view/205

Acesso em 18/11/2024

---

50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo: é conhecendo que a gente se entende

Publicado em: 27 de agosto de 2024

Segundo o dicionário, diálogo é uma troca de ideias entre duas ou mais pessoas.

Mas, para a Psicologia, é muito mais do que isso. É sobre ir além das palavras. É compreender o que está ao nosso redor e criar pontes entre a profissão e a sociedade.

No dia em que celebramos os 50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), reafirmamos nossa missão de defender uma Psicologia plural e acessível. Nosso papel vai além de orientar: é convidar profissionais de Psicologia a assumir um compromisso com os Direitos Humanos.

Mais do que regular, buscamos criar condições para uma prática psicológica digna e de qualidade, em benefício de todas e todos.

Para os próximos 50 anos e além, convidamos a categoria a conhecer mais sobre o CRP SP e a dialogar conosco. Afinal, é conhecendo que a gente se entende.

Acessível em https://www.crpsp.org/noticia/view/3247/50-anos-do-conselho-regional-de-psicologia-de-sao-paulo-e-conhecendo-que-a-gente-se-entende

Acesso em 18/11/2024

---

50 anos do CRP SP: celebração da equipe e das novas conquistas em 2024

Publicado em: 5 de agosto de 2024

Os festejos pelos 50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo começaram pela celebração das pessoas que, embora essenciais para o funcionamento do CRP SP, raramente são conhecidas fora dele: a equipe de trabalhadoras e trabalhadores responsáveis por executar as tarefas diárias da autarquia. A diretoria e a Comissão Especial de História e Memória da Psicologia (CHM) do Conselho convidaram todas e todos para um dia de confraternização.

2024 é um ano histórico para quem trabalha no CRP SP. Além de comemorar o cinquentenário da instituição, no mês de agosto se implementam a jornada de 30 horas semanais e o regime de trabalho híbrido para toda a equipe. Este projeto-piloto — um avanço em relação às demandas feitas durante a construção do acordo coletivo de trabalho (ACT) — é solidário com a implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, uma iniciativa do XVII Plenário que visa aprimorar as condições laborais de trabalhadoras e trabalhadores do Conselho e, consequentemente, mais eficiência e qualidade nos serviços prestados.

A luta pela categoria continua. Seguimos empenhados na conquista das 30 horas e do piso salarial, trabalhando junto ao Conselho Federal de Psicologia e a todo o Sistema Conselhos. Porém, sem o apoio e a mobilização da categoria, nossa luta se enfraquece. É essencial que psicólogas e psicólogos cobrem seus parlamentares e governantes para que aprovem e sancionem essas leis. Precisamos seguir juntas e juntos, não só pelo reconhecimento da profissão, mas também pela sua valorização.

Junte-se a nós nas comemorações dos 50 anos de seu Conselho. Acompanhe a programação de eventos em nosso site e redes sociais e venha conosco preparar o CRP SP do futuro. É conhecendo que a gente se entende!

Acessível em https://www.crpsp.org/noticia/view/3232/50-anos-do-crp-sp-celebracao-da-equipe-e-das-novas-conquistas-em-2024

Acesso em 18/11/2024

---

50 anos do CRP SP. É conhecendo que a gente se entende

Publicado em: 1 de agosto de 2024

Sejam bem-vindas e bem-vindos ao mês de agosto!

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo celebra este mês seus 50 anos, e queremos vocês ainda mais próximas/os dessa construção. Para nos conhecer melhor, acesse **nossa apresentação no Portal da Transparência.**

Desde setembro de 2022, com muito afinco, afeto e comprometimento, a atual gestão do CRP SP tem atuado em defesa de uma Psicologia ética e de qualidade, de uma gestão pública responsável e na luta pelos Direitos Humanos. Conheça as **pessoas que estão à frente deste trabalho.**

Nesses últimos meses, destacamos diversas realizações para garantir a proteção das psicólogas e dos psicólogos e a promoção da saúde mental da sociedade, por meio de ações orientativas e fiscalizadoras, além de iniciativas de estruturação e modernização do Conselho. Informe-se sobre os objetivos que traçamos em nossos **planos de ação para 2024.**

Com o indispensável compromisso com a transformação social da Psicologia, como ciência e profissão, lançamos em agosto de 2023 o mote do XVII Plenário: "Diferenças que constroem: compromisso social e ético da Psicologia". Este princípio está presente em todas as nossas ações e sintetizado no **planejamento estratégico daquele ano.**

Elaboramos a **Carta de Serviços do CRP SP**, publicada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), tendo como objetivo orientar a categoria e facilitar o acesso aos serviços prestados por este Conselho.

Avançamos significativamente em investimentos e melhorias na condução da autarquia. Leia nosso **relatório de prestação de contas.**

No campo da ética, ampliamos a quantidade de plenárias para dar celeridade aos processos éticos e aumentamos o diálogo sobre a mediação de conflitos, garantindo acessibilidade e inclusão nestes espaços, além de mapearmos a realidade das psicólogas e dos psicólogos para entender e agir sobre as condições de trabalho e dificuldades do exercício profissional, subsidiando ações mais direcionadas às demandas.

Zelamos pela transparência e pelo gerenciamento inteligente das anuidades, cuidando com rigor do dinheiro público, o que nos permitiu ampliar gradualmente o quadro funcional com a **convocação de trabalhadoras e trabalhadores efetivas e efetivos e investimentos na atualização das equipes.**

Regularizamos as baixas de títulos (conciliações bancárias), solucionando fechamentos contábeis que estavam irregulares desde 2021, com a mudança do sistema informatizado. Além disso, iniciamos a construção da Política de Arrecadação e Cobrança, com a edição de **normativas e convênios**, garantindo a saúde financeira da autarquia para exercer suas funções.

Também aprimoramos sistemas para efetivar o Centro de Custos, melhorando a gestão dos recursos financeiros. A implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), iniciada em 2023, foi um importante avanço na informatização dos fluxos e procedimentos internos, trazendo mais eficiência e transparência.

No âmbito administrativo, realizamos importantes modificações, como a adequação à nova lei de licitações, a implantação de novos instrumentos legais e a elaboração de fluxos contratuais mais eficientes. Também mudamos o espaço físico da área administrativa estadual (sede), proporcionando melhores condições de trabalho às equipes e inaugurando a nova Subsede M etropolitana no histórico imóvel da rua Arruda Alvim.

Retomamos a implantação das reclamações pré-processuais (RPPs) junto à Justiça Federal, o que resultou em 704 acordos administrativos homologados e numa política de arrecadação mais eficiente. Implementamos o Sistema de Passagens e Diárias (Sispad) para controle mais eficaz dos pagamentos, gastos e prestações de contas das verbas indenizatórias.

Um dos avanços mais significativos foi o investimento na Unidade de Gestão de Pessoas, com a realização de concurso público e a abertura de 387 vagas para técnicos de nível médio e superior. Promovemos formações em legislações, processos de trabalho e especificidades das funções, além de diálogo sobre respeito à diversidade e à acessibilidade e apoio mútuo. Negociamos amplamente o **acordo coletivo de trabalho (ACT),** ampliando os benefícios trabalhistas e propondo um projeto-piloto para a modalidade de trabalho híbrido e redução de carga horária para 30 horas semanais.

Com a publicação, pelo CFP, do **novo Regimento Interno do CRP 06**, estabelecemos normas para sanções disciplinares e implementamos o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), com uma nova metodologia de avaliação de desempenho.

Na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), modernizamos a infraestrutura e normatizamos o uso das ferramentas institucionais. Melhoramos a conectividade com uma nova contratação unificada, aumentando a velocidade e a qualidade do tráfego de dados. Os dados e normas foram reunidos na **Política de Segurança em Tecnologia da Informação e Comunicação.**

Avançamos na construção de um novo método de parametrização e geração das anuidades de 2024, que precisava de aperfeiçoamentos para minimizar erros. As subsedes tiveram atenção especial, com mutirões para absorver a alta demanda durante a implementação do novo sistema.

O trabalho realizado nos 11 territórios é parte fundamental da atuação do CRP SP e prioridade para esta gestão, que ampliou as ações de garantia dos direitos. Estamos construindo uma Psicologia cada vez mais plural e inclusiva, atenta aos contextos sociais e sensível às diversidades.

Consolidamos a Subsede Metropolitana como espaço administrativo concreto e inauguramos a **nova Subsede Campinas**, proporcionando melhores condições de trabalho e atendimento à categoria.

Promovemos diversos encontros com a categoria e a sociedade, abordando temáticas relativas a Políticas Públicas, diversidade sexual e de gênero e questões étnico-raciais e de gênero, entre outras lutas.

Apresentamos ao CFP uma **proposta de resolução** para a atuação profissional no atendimento de pessoas intersexo e assexuais, que foi aprovada na Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf) em maio de 2023.

Integramos as atividades do Mês do Orgulho LGBTQIA+ em São Paulo e em todo o Brasil, reforçando a campanha "**Não há cura para quem não está doente!**" e marcando presença em paradas temáticas.

Participamos de debates e mobilizações no campo das relações étnico-raciais, discutindo o combate ao racismo por meio de iniciativas inclusivas, reparatórias e afirmativas. Destacamos nossa incidência sobre discussões sobre a população indígena, abordando problemas decorrentes do garimpo ilegal, da violência de gênero e da dificuldade de acesso à saúde mental. Os dados sobre essas ações estão disponíveis em nosso **Relatório de Gestão .**

Durante o mês de comemoração dos 61 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, promovemos atos e ações em todo o estado, femenageando psicólogas e estimulando reflexões sobre uma prática ética e comprometida com a sociedade. Em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep), promovemos eventos de orientação

para pessoas coordenadoras e docentes dos cursos de Psicologia sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e Educação em Direitos Humanos.

Realizamos encontros formativos internos sobre Mediação, Avaliação Psicológica na área do Tráfego, Psicologia e Laicidade, Código de Ética e Código de Processamento Disciplinar.

Seguimos na luta pelas 30 horas e pelo piso salarial junto ao **Conselho Federal de Psicologia** e a todo o Sistema Conselhos: mas sem você, sem a cobrança sobre os parlamentares que aprovam essa lei e os governantes que a sanciona, nossa luta se enfraquece. Precisamos seguir juntas e juntos, não só pelo reconhecimento da nossa profissão, mas também pela sua valorização. Acompanhe nossa mobilização!

Entre as muitas lutas que travamos, persistimos naquela pela Lei nº 13.935/2019, que trata da prestação de serviços de Psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Apesar de já sancionada no âmbito federal, a aplicação dessa lei nos municípios depende de mostrarmos nossa força enquanto categoria, algo essencial para que as secretarias sejam impelidas a agir.

O CRP Acolhe é uma ação significativa, por meio da qual oferecemos orientações e acolhimento a psicólogas/os recém-inscritas/os no Conselho. Aprimoramos as plataformas em que prestamos esse serviço para melhor conectividade. Durante os encontros *on-line* e presenciais, detalhamos o Sistema Conselhos de Psicologia, a organização das entidades da Psicologia e as principais orientações pertinentes à prática profissional. Só em 2023, orientamos 9.868 novas e novos inscritas e inscritos.

Neste mês de agosto, convidamos todas e todos os profissionais de Psicologia a se engajarem nas ações e celebrações dos 50 anos do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo.

Sua participação é fundamental para fortalecer ainda mais a nossa categoria e construir um futuro comprometido com a ética, a qualidade e a transformação social.

Conheça mais sobre o CRP SP, acompanhe nossas iniciativas e junte-se a nós em eventos, debates e formações. A sua contribuição é essencial para continuarmos avançando na defesa dos Direitos Humanos, na promoção da saúde mental e na valorização da nossa profissão.

Vamos juntos construir um CRP SP cada vez mais forte, inclusivo e participativo. Contamos com você!

#ParaTodosVerem
Card quadrado com fundo roxo e grafismos na cor bege. No centro, letreiro: “Cinquenta anos do CRP SP. É conhecendo que a gente se entende. Sejam bem-vindas e bem-vindos ao mês de agosto!”. Na margem inferior, logo do CRP SP junto ao selo dos cinquenta anos da autarquia e mote da gestão. (fim da descrição)

Acessível em https://www.crpsp.org/noticia/view/3231/50-anos-do-crp-sp-e-conhecendo-que-a-gente-se-entende

Acesso em 18/11/2024

CRP SP apresenta relatório de gestão e inicia projeto dos 50 anos na 3ª plenária do ano

Publicado em: 19 de abril de 2024

Uma região com 39 municípios, conhecida por ser um polo industrial e possuir centros de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias. São 16 as universidades que oferecem o curso de Psicologia na localidade, onde a maioria das psicólogas e dos psicólogos atuam na área clínica.

Essa é a configuração da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, que recebeu no dia 16 de março a **2364ª plenária ordinária** do Conselho Regional de São Paulo (CRP SP). O encontro foi realizado na cidade de Taubaté, em sequência ao projeto de interiorização da autarquia, que teve início no ano passado.

O coordenador da Comissão Gestora, Bruno Balbi Aguiar (CRP 06/153187), enfatizou a alegria de receber as conselheiras e os conselheiros em seu território, numa inciativa que favorece a interlocução e integração do Plenário, e também ressaltou as potencialidades da subsede, que fica numa localização estratégica do estado.

Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258), conselheiro do CRP SP, mostrou quem é quem na atual configuração da CG do território, e brincou com o fato de que duas dessas pessoas iniciaram sua participação como estagiárias, e permanecem até hoje contribuindo com as atividades do Conselho.

Após o momento inicial dos informes e da apresentação da Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte, a presidenta Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/ 71781) mostrou os dados do Relatório de Gestão 2023, entregue para Tribunal de Contas da União (TCU) no final de março. Consiste num instrumento de prestação de contas anual, com números e informações sobre a visão, estrutura e principais ações realizadas pelo Conselho, disponível no Portal da Transparência.

Outro momento de destaque foi a aprovação do selo em comemoração aos 50 anos do CRP SP, junto com o detalhamento dos planos e das iniciativas que estão sendo costuradas pela equipe de Comunicação junto com a Comissão Especial de História e Memória (CHM) para celebrar o meio século da autarquia.

Durante a plenária, as pessoas participantes trataram de pontos relativos ao planejamento estratégico do XVII Plenário, bem como de demandas frequentes na rotina de trabalho no Conselho. Também foram cumpridos os pontos regimentais da diretoria e das comissões, com a apreciação de alterações no calendário de reuniões, de propostas de inclusão e de exclusão de membras e membros, e de processos de pessoas físicas (num total de 2.169, sendo 1.840 novas inscrições ou reativação; 10 inscrições secundárias ou renovação; 77 transferências e 282 cancelamentos de registro por pedido ou por óbito) e jurídicas (209 novas inscrições ou reativação e 5 cancelamentos).

A próxima plenária vai ser realizada nos dias 20 e 21 de abril, na Subsede Ribeirão Preto. O foco principal dos dois dias de atividades será o planejamento estratégico anual.

Acessível em https://www.crpsp.org/noticia/view/3198/crp-sp-apresenta-relatorio-de-gestao-e-inicia-projeto-dos-50-anos-na-3-plenaria-do-ano

Acesso em 18/11/2024

CRP SP chega aos 50 anos mudando o paradigma de gestão; assista aos vídeos

Publicado em: 31 de outubro de 2024

Nos últimos meses, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) tem passado por grandes mudanças.

Mudanças espaciais. Técnicas. Culturais. Temporais.

Mudamos de lugar. Um espaço físico adequado é essencial; um espaço físico inspirador é uma mudança de perspectiva. A antiga sede, na rua Oscar Freire, ocupava uma casa que já se mostrava inadequada, precisando de reforma e cercada de prédios em construção.

Em 2023, a categoria decidiu leiloar esta casa, e a sede administrativa foi transferida para um prédio na rua Teodoro Sampaio, bem entre a antiga sede e a Subsede Metropolitana.

- **Foco na qualidade de vida das trabalhadoras**

Com a pandemia, muitas de nós transformamos nossas casas em espaços de trabalho pela primeira vez, e vimos que podemos ser até mais produtivas aí. Também aprendemos a dar mais importância ao equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, que experimentamos de outro jeito quando não precisamos passar horas no transporte público.

Por isso, no **Acordo Coletivo de Trabalho** (ACT) de maio de 2023, foi definido um **projeto-piloto** de implementação de trabalho híbrido e de jornada de 30 horas semanais.

Já em maio deste ano, uma consultoria liderada pelo dr. Mário César Ferreira iniciou o projeto **Qualidade de Vida no Trabalho** (QVT), com uma pesquisa que teve por objetivo estabelecer um diálogo com as trabalhadoras do Conselho e reunir informações que permitiram fazer um diagnóstico de suas condições de trabalho, e, a partir deste, elaborar uma proposta de Política e Programa de QVT.

Alinhada às diretrizes do CRP, essa proposta de Política e Programa de QVT contempla, entre as seis temáticas em que divide o documento, a melhoria tanto das condições de trabalho quanto do atendimento ao público.

- **Um CRP SP mais ágil e mais próximo da categoria**

Para assegurar a melhora do atendimento, um processo de modernização e racionalização do Conselho entrou em curso.

O papel das subsedes foi fortalecido, o que permitiu que se dividissem demandas antes centralizadas na sede administrativa, deixando o atendimento do CRP SP mais ágil e mais próximo das psicólogas.

Já o investimento em tecnologia permitiu modernizar diversos processos. A emissão de boletos, por exemplo, agora pode ser feita via *site*: além de facilitar a vida de profissionais inscritos, isso reduz a demanda por atendimento nas subsedes.

- **Vídeos comentam as mudanças pelas quais vem passando o CRP SP**

Para celebrar essas mudanças, o CRP SP preparou três vídeos, que podem ser vistos em nosso **canal no YouTube**.

O **primeiro vídeo**, “Hora de crescer”, fala da expectativa quanto às transformações e das primeiras impressões das pessoas que trabalham no Conselho.

O **segundo vídeo**, “Casa nova”, é dedicado aos aspectos físicos e estruturais dessa mudança — a escolha da nova sede, o investimento em infraestrutura tecnológica — como resposta ao crescimento que o campo da Psicologia experimenta desde a pandemia.

Por fim, o **terceiro vídeo**, “Trabalhar e viver com qualidade”, trata do programa Qualidade de Vida no Trabalho, ressaltando o ineditismo da proposta de trabalho híbrido e em regime de 30 horas semanais como reconhecimento pelo afinco das trabalhadoras na sustentação do projeto ético-político do Conselho.

Assista. Compartilhe. Veja como está sendo administrado seu Conselho. É conhecendo que a gente se entende!

Acessível em: https://www.crpsp.org/noticia/view/3297/crp-sp-chega-aos-50-anos-mudando-o-paradigma-de-gestao-assista-aos-videos

Acesso em 18/11/2024

Especiais

CRP SP 50 anos

50 anos do CRP SP | É conhecendo que a gente se entende

Mais do que fiscalizar, atuar em defesa de uma Psicologia ética. Mais do que orientar, dialogar sobre o compromisso na garantia dos Direitos Humanos. Mais do que regular, dar condições de uma prática psicológica digna e de qualidade para a sociedade.

Em 2024, comemoramos os 50 anos de atividades do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), e convidamos a categoria para este momento de reflexão e celebração com a campanha **“É conhecendo que a gente se entende”**. Assista a seguir ao vídeo institucional que faz parte das atividades de comemoração.

Para facilitar e fortalecer a aproximação com as psicólogas e psicólogas, produzimos uma série de conteúdos que detalham e relembram as diversas realizações e transformações na ciência e no exercício profissional da Psicologia paulista. São muitas pessoas que fazem parte desta história, num Conselho que hoje soma mais de 160 mil profissionais com inscrição ativa no estado.

Ao passar por cinco sedes diferentes, mais de 350 conselheiras e conselheiros, organizados em 17 plenários, buscaram constituir uma Palavra aberta (1983–1985 e 1986–1989), manter a Psicologia em movimento (1989–1992), fomentar a Psicologia e Cidadania (1992–1995), concretizar a Psicologia em ação (1995–1998), Cuidar da profissão (1998 a 2019), ser Diversa (2019–2022) e estabelecer uma Frente em Defesa da Psicologia (2022–2025). Confira o depoimento de quem esteve presente na construção da história do CRP SP.

Acessível em: https://www.crpsp.org/

Acesso em 17/11/2024

Noite de celebração, femenagens e homenagens nos 50 anos do CRP SP

Publicado em: 13 de setembro de 2024

No dia 29 de agosto de 2024, membras e membros da atual gestão do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP) estiveram reunidos para a celebração dos 50 anos da autarquia paulista. O evento aconteceu na Subsede Metropolitana, na Zona Oeste da capital, e teve a presença de cerca de 100 pessoas, entre ex-presidentas e ex-presentes, conselheiras e conselheiros, e representantes de diferentes entidades como da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo (Sinpsi).

Após a execução do hino nacional na versão indígena, e a exibição do vídeo institucional que integra a campanha dos 50 anos, intitulada “É conhecendo que a gente se entende”, houve a composição da mesa de abertura, com as presenças de Suellen Ananda Fraga (CRP 04/46105), conselheira presidenta do Conselho Regional de Psicologia – Minas Gerais, Iraní Tomiatto de Oliveira (CRP 06/2336), presidenta da ABEP, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), presidente do Conselho Federal de Psicologia (CFP), Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583), conselheira presidenta da Comissão de História do CRP SP, Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), conselheira presidenta do CRP SP, e Rogério Giannini (CRP 06/53926), presidente do Sinpsi.

“É tempo para ver muita coisa”, resumiu Iraní sobre todas as mudanças e transformações nesse período de existência do Conselho. Suellen destacou a importância de celebrar este meio século do maior regional do Brasil, e enalteceu a parceria próxima e cuidadosa com o CRP-MG, que também completa 50 anos em 2024. “Estamos conseguindo produzir uma Psicologia crítica e comprometida socialmente."

Já a conselheira Mônica destacou algumas das atividades que fazem parte da campanha, como o lançamento do selo dos 50 anos, a mudança para a nova sede, a inauguração da Subsede Metropolitana, as placas de femenagem e homenagem aos 22 plenários, a produção de uma publicação especial com a história do Conselho e a atualização da Linha do Tempo.

O presidente do CFP, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, lembrou como os Conselhos são parte fundamental na defesa da sociedade brasileira e na construção de uma Psicologia feita

por muitas pessoas, em diversas realizações históricas ao longo desses anos. “Temos orgulho porque é uma Psicologia que faz diferença na vida da população.”

A presidenta do CRP SP, Talita de Carvalho, citou os avanços na ciência e no exercício profissional ao longo dos 50 anos do CRP SP, e também reforçou o caráter transformador de uma prática psicológica que liberta e emancipa as potências humanas. "Estamos trabalhando com senso de justiça, de democracia e de respeito às subjetividades e pluralidades da nossa realidade."

Rogério Giannini, do Sinpsi, encerrou a mesa com uma fala sobre o desafio que é conseguir cumprir as funções precípuas da instituição, seja no cuidado com as psicólogas e os psicólogos, nas obrigações administrativas e na estruturação dos processos, e ao mesmo tempo estar presente em lutas tão avançadas e se enfronhar em temas tão difíceis e importantes para a sociedade.

Na sequência, o conselheiro presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838), apresentou o momento de homenagem a "uma figura central na história da Psicologia no Brasil". Arrigo Leonardo Angelini (CRP 06/01), a primeira pessoa que obteve o registro profissional do Conselho Regional de Psicologia, passou a ser também o nome do auditório da Subsede Metropolitana do CRP SP.

A família do psicólogo foi convidada ao palco para descerrar a placa com sua imagem e breve descritivo, uma homenagem póstuma, de reconhecimento à sua inestimável contribuição com a Psicologia. "A memória do Arrigo continuará a inspirar e a guiar as futuras gerações. Que este auditório que leva seu nome seja um símbolo do legado, da dedicação, da ética e do compromisso social que ele nos deixou", afirmou Davi.

Após a exibição de um vídeo com o depoimento recente de Arrigo, e trechos de entrevistas com ex-presidentas, ex-presidentes e pessoas trabalhadoras do Conselho, foi composta uma nova mesa, com a conselheira Mônica Cintrão e a atual diretoria do XVII Plenário: Talita Fabiano de Carvalho, a conselheira vice-presidenta Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895), a conselheira secretária Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890) e o conselheiro tesoureiro Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428).

Cada integrante da mesa fez uma breve fala, e em seguida foram entregues as placas de femenagens e homenagens a quem um dia já esteve à frente da gestão do Conselho: Marlene Guirado (CRP 06/2604), Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel (CRP 06/13947), Vera Regina Rodrigues (CRP 06/25438), Maria Silvia Borghese (CRP 06/8353), Sidnei Celso Corocine (CRP 06/23108), Lumena Almeida de Castro Furtado (CRP 06/28361) - representada por Odair Furtado (CRP 06/25594), Ana Mercês Bahia Bock (CRP 06/2771), Wanda Maria Junqueira de Aguiar (CRP 06/6282) - representada por Ana Bock -, Maria da Graça Marchina Gonçalves (CRP 06/3983), Marilene Proença Rebello de Souza (CRP 06/6133), Andreia de Conto Garbin (CRP 06/52000), Carla Biancha Angelucci (CRP 06/57074), Elisa Zaneratto Rosa (CRP 06/58631), Aristeu Standk Bertelli Camilo da Silva (CRP 06/71152), Ivani Francisco de Oliveira (CRP 06/121139) e Tatiane Rosa da Silva (CRP 06/122671).

Para encerrar a cerimônia, foram descerradas as placas com os nomes de todas as pessoas que fizeram parte dos 17 Plenários, e uma mesa final foi composta por membras e membros da Subsede Metropolitana: o conselheiro coordenador Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775), a conselheira subcoordenadora Maria da Glória Calado (CRP 06/33194), Gloria Gean Santos da Silva (CRP 06/45997) e Julia Vieira da Conceição (CRP 06/176738). Além do

descerramento da placa da Subsede Metropolitana, ainda houve um momento final de confraternização no Espaço Psi.

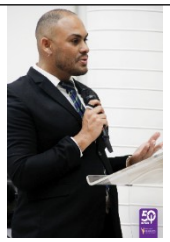
A **transmissão completa do evento** está no canal do YouTube do CRP SP.

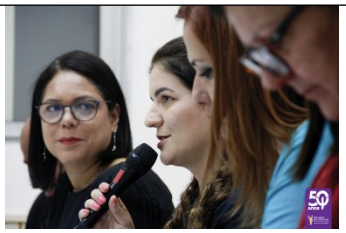
Acessível em https://www.crpsp.org/noticia/view/3258/noite-de-celebracao-femenagens-e-homenagens-nos-50-anos-do-crp-sp

Acesso em 18/11/2024

FOTOS DOS EVENTOS COMEMORATIVOS DOS 50 ANOS DO CRP SP

Evento na Subsede Metropolitana – 29/08/2024





Evento na Sede Regional do CRP SP – agosto de 2024

5.10 REPOSITÓRIO DIGITAL FÚLVIA ROSEMBERG

Em 2018, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) lançou o Repositório Digital 'Fulvia Rosemberg', uma plataforma virtual que reúne um rico acervo da história da Psicologia em São Paulo, **com objetivo de catalogar, armazenar e disponibilizar uma ampla gama de mídias com documentos que registram informações sobre a história da Psicologia no Estado de São Paulo.**

A psicóloga brasileira Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg (1942-2014), conhecida por seus trabalhos sobre educação infantil e ações afirmativas, foi professora da Pontifica Universidade Católica de São Paulo e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, dedicou sua vida à pesquisa e à defesa de direitos, especialmente de crianças, mulheres e negros. Seu trabalho deixou grande contribuição para a Psicologia brasileira.

O objetivo do Repositório Digital 'Fulvia Rosemberg' é democratizar o acesso aos estudos produzidos sobre a ciência psicológica, permitindo aos profissionais da Psicologia o aprofundamento do conhecimento sobre a profissão no Estado de São Paulo, como fonte promotora da universalização das informações, serviços e padrões éticos da profissão de acordo com o Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o.

Neste repositório, psicólogas/os encontram documentos como jornais, entrevistas e campanhas, todos produzidos pelo CRP-SP desde sua fundação. Além disso, a plataforma também disponibiliza conteúdos produzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), ampliando ainda mais o seu alcance.

Atualmente, o repositório está sendo atualizado, com o objetivo de oferecer uma experiência ainda mais completa e intuitiva aos usuários e outros Conselhos Regionais de Psicologia estão sendo convidados a incluírem as suas publicações, ampliando assim o repositório como um espaço de referência para toda a categoria brasileira.

.

6. Indicação de nomes relevantes para a História da Psicologia em São Paulo

A **Academia Paulista de Psicologia - APP** foi fundada na cidade de São Paulo em 31 de dezembro de 1979, ano em que se comemorou o "Centenário da Psicologia como Ciência" (Laboratório Leipzig, Wilhelm Wundt, 1879).

Por meio de sessão solene presidida pelo psicólogo Samuel Pfromm Neto foi realizada a proposta de fundação da Academia Paulista de Psicologia, como um espaço de representação da ciência psicológica no Estado de São Paulo e repositório de conhecimentos científicos de utilidade não apenas para psicólogos e psicólogas, mas também para profissionais que respaldam suas práticas no campo psicológico, visando o bem-estar das pessoas e da humanidade.

- **Academia Paulista de Psicologia - APPSICO**

Agostinho Minicucci - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Aidyl M. de Q. Pérez-Ramos - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Ana Cristina Limongi França - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Aniela Meyer Guinsberg - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Anitta Castilho M. Cabral - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Annie Zausmer - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Antonio Carelli - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Antonio d´Ávila - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Arrigo Leonardo Angelini - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Betty Katzeinstein Schöenfeldt - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Carlos Del Nero - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Carlos Rolim Affonso - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Cecília Whitaker Bergamini - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Ceres Alves De Araújo - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Cesar Ades - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Cícero Christiano de Souza - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Cleusa Kazue Sakamoto - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Denise Gimenez Ramos - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Doris Lieth Peçanha acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Dulce Godoy Alves - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Durval Bellegarde Marcondes - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Eda Marconi Custódio - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Edda Bomtempo - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Elizeu Coutinho De Macedo - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Emma Otta - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Enzo Azzi - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Esdras Guerreiro Vasconcellos - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Eugenia Moraes de Andrade - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Francisco B. Assumpção - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Geraldina Porto Witter - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Gilberto Safra - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Haim Grünspum - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Helena Rinaldi Rosa - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Henriette Tognetti Penha Morato - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia

Imideo Nérici - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Irai Cristina B. Alves - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Isaac M.Mielnik - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Isaías Pessotti - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Ivone Spíndola - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
João Batista Damasco Penna - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
João Souza Ferraz - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
José Fernando Lomônaco - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
José Glauco Bardella - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
José Novaes Paternostro - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Jovino Guedes de Macedo - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Juan Pérez Ramos - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Judith Seixas T. Carvalho Andreucci - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Leila Tardivo- acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Liliana Liviano Wahba - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Lino De Macedo - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Manoel Antonio dos Santos - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Marcos Pontual - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Margarida H. Windholz - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Maria Helena C. Figueiredo Steiner - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Maria José B. F. Aguirre - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Maria Julia Kovacs - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Maria Margarida M.J. de Carvalho - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Maria Regina Maluf - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Marilda Emmanuel Novaes Lipp - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Marilene Proença Rebello De Souza - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Marilia Ancona López - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Marina Pereira Rojas Boccalandro - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Mathilde Neder - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Mitsuko Aparecida Makino Antunes -acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Nelson Campos Pires - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Noemy da Silveira Rudolfer - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Norberto Abreu e Silva Neto - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Odette Lourenção Van Kolck - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Odon Ramos Maranhão - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Oswaldo de Barros Santos - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Paul Stephanek - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Paulo Sawaya - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Paulo Sergio Boggio - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Raquel Souza Lobo Guzzo - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Raquel Vieira da Cunha - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Reinier J. A. Rozestraten - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Roberto Kanaane - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Romeu Morais de Almeida - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Ronilda Ribeiro - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Rosa Maria Stefanini de Maceda - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Salomão Rabinovich - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Samuel Pfromm - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia

Sérgio Vilela Monteiro - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Stanislaw Krynski - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Tania Maria José Aiello Vaisberg - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Therezinha Framm - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Therezinha Moreira Leite - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Vera M. Barros de Oliveira - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Virginia Leoni Bicudo - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Waldecy Alberto de Miranda - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Walter Trinca - acadêmico na Academia Paulista de Psicologia
Yolanda Cintrão Forghieri - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Zilda Augusta Anselmo - acadêmica na Academia Paulista de Psicologia
Anibal Cipriano S. Santos - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Antônio Ferreira De Almeida Júnior - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Antonio Miguel L. Bruno - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Antonio Sampaio Doria - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Candido Mota Filho - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Clemente Quaglio - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Dante Moreira Leite - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Edmur De Aguiar Whitaker - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Elza Barra - patrona na Academia Paulista de Psicologia
Enjolras Vampré - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Eurípedes Simões De Paula - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Fernando De Azevedo - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Francisco Franco Da Rocha - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Geraldo H. De Paula Souza - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Herbert Baldus - patrono na Academia Paulista de Psicologia
James Ferraz Alvim - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Jean Maugue - patrono na Academia Paulista de Psicologia
João Carvalhaes - patrono na Academia Paulista de Psicologia
João Cruz Da Costa - patrono na Academia Paulista de Psicologia
João De Toledo - patrono na Academia Paulista de Psicologia
José Rodrigues De Arruda - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Laerte Ramos De Carvalho - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Luiz Washington Vita - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Manuel Bergström Lourenço Filho - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Maria Da Penha Pompeu De Toledo - patrona na Academia Paulista de Psicologia
Mário Yahn - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Milton Camargo Da Silva Rodrigues - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Norberto De Souza Pinto - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Oscar Freire De Carvalho - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Paulo Siwek - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Pedro De Alcântara M. Machado - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Raul Carlos Briquet - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Raul De Moraes - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Renato Ferraz Khel - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Robert Veit - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Roberto Mange - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Roger Bastide - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Roldão Lopes De Barros - patrono na Academia Paulista de Psicologia
Theodorus Van Kolck - patrono na Academia Paulista de Psicologia

Walter Barioni - patrono na Academia Paulista de Psicologia

- **Presidentes do CRP SP**

Waldecy Alberto Miranda (I Plenário)
Samuel Pfromm Netto (II Plenário)
Luís Otávio de Seixas Queiroz (III Plenário)
Yvonne A. Gonçalves Khouri (IV Plenário)
Marlene Guirado (V Plenário)
Regina Heloisa Maciel (VI Plenário)
Vera Regina Rodrigues (VII Plenário)
Cláudia Maria Sodré Vieira (VIII Plenário)
Cristina Amélia Luzio (VIII Plenário)
Sidnei Celso Corocine (VIII Plenário)
Lumêna Almeida de Castro Furtado (IX Plenário)
Ana Mercês Bahia Bock (X Plenário)
Wanda Maria Junqueira de Aguiar (X Plenário)
Maria da Graça Marchina Gonçalves (XI Plenário)
Chica Hatakeyama Guimarães (XI Plenário)
Marilene Proença Rebello de Souza (XII Plenário)
Andréia de Conto Garbin (XII Plenário)
Carla Biancha Angelucci (XIII Plenário)
Elisa Zaneratto Rosa (XIV Plenário)
Luciana Stoppa dos Santos (XV Plenário)
Tatiane Rosa da Silva (XVI Plenário)
Talita Fabiano de Carvalho (XVII Plenário)

- **Nomes levantados inicialmente pela equipe Enfoque:**

Aidyl Macedo de Queirós Pérez-Ramos
Ana Maria Belotti Poppovic
Aniela Meyer Ginsberg
Annita de Castilho e Marcondes Cabral
Antonio da Costa Ciampa
Aristeu Bertelli da Silva
Betti Katzenstein Schöenfeldt
Betty Milan (Elizabeth Milan Mangin
Carolina Martuscelli Bori
César Ades
Dante Moreira Leite
Domenico Uhng Hur
Durval Bellegarde Marcondes (1899-1991) -
Ecléa Bosi
Eda Marconi Custódio
Enzo Azzi
Fred Simmons
Ione Aparecida Xavier
Ivani Francisco de Oliveira

José Glauco Bardella
Lino de Macedo
Luiz Celso Manço
Lumena Almeida de Castro Furtado
Madre Cristina (Célia Sodré Dória)
Marcos Ribeiro Ferreira
Marcos Roberto Vieira Garcia
Marcus Vinícius de Oliveira Silva
Maria Helena Souza Patto
Maria Nilde Mascellani
Marina Massimi
Mathilde Neder
Mitsuko Aparecida Makino Antunes
Neusa Santos Souza
Noemy Silveira Rudolfer
Regina Chnaiderman
Roberto Mange
Silvia Tatiane Maurer Lane
Sylvia Leser de Mello
Suely Roni
Suzy Vijande Cambraia
Tereza Maria de Azevedo Pires Sério, Téia
Yvonne Alvarenga Gonçalves Khouri
Virgínia Leone Bicudo

7. Legislação e normas

1. Lei n. 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. (com veto)
2. Veto PL 4119-62. 1962
3. Decreto n. 53.464, de 21 de janeiro de 1964. Regulamenta a Lei n. 4.119/1962, que dispõe sobre a profissão de Psicólogo.
4. Lei n. 5.766, de 20 de dezembro de 1971. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências
5. Resolução CFP n. 1, de 30 de abril de 1974. Fixa as zonas de jurisdição e sede dos Conselhos Regionais de Psicologia.
6. Resolução CFP n. 2, de 01 de julho de 1974. Fixa as atribuições dos Conselhos Regionais da Psicologia, designa os primeiros componentes desses Conselhos, e dá outras providências.
7. Decreto n. 79.822, de 17 de junho de 1977. Regulamenta a Lei n. 5.766, de 20 de dezembro de 1971, que criou o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Psicologia e dá outras providências.
8. Resolução CFP n. 001/1978. Expede normas para fiscalização do exercício profissional, cria a Comissão de Fiscalização do Exercício Profissional e dá outras providências.
9. Resolução CFP n. 02/1987. Aprova o Código de Ética
10. Resolução CRP SP n. 01/1993. Altera a designação nas delegacias para "subsedes", estabelece normas para a sua instalação, define suas funções.
11. Resolução CFP n. 04/1996. Cria o Conselho Regional de Psicologia da 14' Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências.
12. Resolução CFP n. 10/2000. Especifica e qualifica a Psicoterapia como prática do Psicólogo.
13. Resolução CFP n. 16/2001. Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP-06.
14. Resolução CFP n. 010/2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo.
15. Resolução CFP n. 012/2005. Dispõe sobre atendimento psicoterapêutico mediado pelo computador
16. Resolução CFP n. 002/2006 - Estabelece referência para os símbolos oficiais da psicologia
17. Resolução CFP n. 003/2007. Institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia
18. Resolução CFP n. 013/2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro.
19. Resolução CFP n. 023/2007. Atualiza as Resoluções do CFP em relação ao novo Código de Ética da Profissão.
20. Resolução CFP n. 3/2010. Regulamenta a instituição e funcionamento das Seções e Subsedes no âmbito dos Conselhos Regionais de Psicologia.
21. Resolução CRP SP n. 002/2013. Dispõe sobre a normatização e criação de critérios e regras para projetos de Apoios e Parcerias a serem realizadas pelo CRP 06.
22. Resolução CFP n. 010/2017. Institui a Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia.
23. Resolução CFP n. 023/2007. Alterações redação do Código de Ética
24. Resolução CRP SP n. 002/2018. Dispõe sobre os Núcleos Temáticos no âmbito do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – CRP 06 e regulamenta o seu funcionamento e revoga a Resolução 002/2017 e a Resolução 005/2017.
25. Resolução CFP n. 3/2019. Cria o Conselho Regional de Psicologia da 24ª Região, fixa novas jurisdições e dá outras providências

26. Resolução CFP n. 11/2019 - Institui o Código de Processamento Disciplinar
27. Resolução CFP n. 4/2020. Dispõe sobre regulamentação de serviços psicológicos prestados por meio de Tecnologia da Informação e da Comunicação durante a pandemia do covid-19
28. Resolução CFP n. 5/2023 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região
29. Resolução CNE/CES n. 1/2023 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.
30. Resolução CRP SP n. 3/2024 – Dispõe sobre a atualização da Resolução CRP-06 n. 003/2023, de 26 de junho de 2023.
31. Ministério do Trabalho - Catálogo Brasileiro de Ocupações – CBO – Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil
32. Código de Ética Profissional – 2005/ reedição 2019-2021 CFP.
33. Código de Ética Profissional – 2021 – CRP.
34. Leis e Normas Fundamentais sobre a Psicologia - 1962
35. Manual de Orientações- Legislação e Recomendações para o Exercício Profissional do Psicólogo - 2008
36. Manual de Orientações - Legislação e Recomendações para o Exercício Profissional do(a) Psicólogo(a) – 2011

Reforma Psiquiátrica

1. Portaria 189/1991 - Inspirado na experiência do CAPS Luiz da Rocha Cerqueira, a Coordenação Nacional de Saúde Mental, inicia a publicação de portarias para construir uma Rede de Saúde Mental no país

2. Lei Complementar 791/1995- propõe a adoção e o desenvolvimento de ações predominantemente extra-hospitalares, na forma de programas de apoio à desospitalização e de ênfase à organização e manutenção de redes de serviços e cuidados assistenciais visando o retorno do paciente ao convívio social.

3. Lei 10216/2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

4. Portaria n. 336/GM/MS/2002 - Estabelecer que os Centros de Atenção Psicossocial poderão constituir-se nas seguintes modalidades de serviços: CAPS I, CAPS II e CAPS III, definidos por ordem crescente de porte/complexidade e abrangência populacional

5. Lei 10708/2003 - Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações.

6. Portaria n. 4.279/GM/MS/2010 - estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS

7. Portaria n. 3088/2011 - Fica instituída a Rede de Atenção Psicossocial, cuja finalidade é a criação, ampliação e articulação de pontos de atenção à saúde para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). RAPs

8. Resolução n. 487/2023 - Institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário e estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei n. 10.216/2001, no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança.

8. REFERÊNCIAS

ABIB, J. A. D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. **Scientiæ Studia**, v. 7, n. 2, p. 195-208, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/MD9ghFbpK9vvrMDCrYNgMgK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ANTUNES, M. A. M. A psicologia no Brasil: um ensaio sobre suas contradições. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 32, n. esp., p. 44-65, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/j6f3HznKpVNrwSKM3gcPGpy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BETELLI, P. Referência do movimento antimanicomial brasileiro, Carta de Bauru completa 32 anos. **Jornal Dois**, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://jornaldois.com.br/referencia-do-movimento-antimanicomial-brasileiro-carta-de-bauru-completa-32-anos/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BOLETIM DO CRP São Paulo, v. 1, n. 1, jan.-jun. 1976. Disponível em: <http://cedoc.crpsp.org.br/bitstream/handle/1/1513/boletim%20crp%201976.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 4.119, de 27 e agosto de 1962. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 set. 1962. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4119.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 5.766, de 20 de dezembro de 1971. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1971. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5766&ano=1971&ato=d03MzYU50MjRVTa73>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 abr. 2024. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.708, de 31 de julho de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 ago. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior**: e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nova Lei de Cotas segue para sanção**. 25 out. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/nova-lei-de-cotas-segue-para-sancao>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Lei n. 8.080**: 30 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em; <https://bvsms.saude.gov.br/lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. 3. ed. Brasília: 2011. Disponível: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_direitos_usuarios_saude_3ed.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 336, de 19 de fevereiro de 2002. **Diário Oficial da União**, DF, 2º fev. 2002. Disponível em:https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2002/prt0336_19_02_2002.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.088, de 23 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União**, DF, 23 dez. 2011. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 4.279, de 20 de dezembro de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório final da 8ª Conferência Nacional de Saúde** 1986. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/8_conferencia_nacional_saude_relatorio_final.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **30 anos da Carta de Bauru (SP):** ativistas protestam “manicômio nunca mais!”. Disponível em:

<https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/assuntos/noticias/2017/dezembro/30-anos-da-carta-de-bauru-sp-ativistas-protestam-manicomio-nunca-mais>. Acesso: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde. **Relatório final da I Conferência Nacional de Saúde Mental.** Brasília: 1988. (Série D. Reuniões e conferências). Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/0206cnsm_relat_final.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Relatório final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental** – Intersetorial. Brasília: 2010. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_final_4_conferencia_saude_mental.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CAMPOS, R. H. de F. (Org.). **História da psicologia**: pesquisa, formação, ensino. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/c2248/pdf/freitas-9788599662830.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CARRASCO, B. Breve história da psicologia. **Ex-isto**, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www.ex-isto.com/2020/02/historia-psicologia.html>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde; Plenário do III Encontro Nacional De Entidades de Usuários e Familiares da Luta Antimanicomial, 1993. In Associação Franco Rotelli. Brasil Sem Manicômios no ano 2000, 1994 (folheto)

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **A psicologia apresentada em números**. Disponível em: <https://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Ano da formação em Psicologia**: Repensando a formação da(o) psicóloga(o): revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais [...]. Brasília: CFP, Abep, Fenapsi, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/cartilha-Ano-da-Forma%C3%A7%C3%A3o-em-Psicologia.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Edição comemorativa dos 60 anos da publicação da Resolução CFP 01/1999. Brasília: 2019. Disponível em:

<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/WEB_29535_Codigo_de_etica_da_profissao_14.04-1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Conselhos Federal e Regionais de Psicologia completam 50 anos de mobilização e luta**. 21 dez. 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/conselhos-federal-e-regionais-de-psicologia-completam-50-anos-de-mobilizacao-e-luta/#:~:text=Em%201971%2C%20por%20meio%20da,social%20e%20pol%C3%ADtico%20que%20despontava>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Dicionário histórico de instituições de psicologia no Brasil.** Organização de Ana Maria Jacó Vilela. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2011. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/ebooks2010/pt/Acervo_files/DicionarioHistorico.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Hospitais Psiquiátricos no Brasil: Relatório de Inspeção Nacional.** 2. ed. Brasil: CFP, Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Conselho Nacional do Ministério Público; Ministério Público do Trabalho, 2020. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/12/Relatorio_Inspecao_HospPsiq.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Manifesto de Bauru**. CONGRESSO NACIONAL DE TRABALHADORES EM SAÚDE MENTAL, 2. Bauru, São Paulo, dez. 1987. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/05/manifesto-de-bauru.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. Psicologia 60 anos: trajetórias e perspectivas. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, ed. esp., 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/i/2022.v42nspe/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 1**, de 30 de abril de 1974. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-1-1974-fixa-as-zonas-de-jurisdicao-e-sede-dos-conselhos-regionais-de-psicologia?origin=instituicao>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 2**, de 01 de julho de 1974. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-administrativa-financeira-n-2-1974-dispoe-sobre-a-instalacao-do-conselho-regional-de-psicologia-3-regiao>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 4**, de 30 de maio de 1996. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1996/05/resolucao1996_4.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 5**, de 22 de março de 2023. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/regimento-interno-do-conselho-regional-de-psicologia-de-sao-paulo-6a-regiao-aprovado-pela-resolucao-no-5-de-22-de-marco-de-2023/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n. 16**, de 07 de outubro de 2001. Disponível em: <https://crpsp.org/legislacao/view/112>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CFP – Conselho Federal de Psicologia. Seis décadas da psicologia como profissão regulamentada no Brasil. **Revista Diálogos**, v. 18, n. 13, out. 2022. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/11/revista-dialogos-60anos-web.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **18 Maio**: 30 anos da carta de Bauru, 2017. Folheto. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/2178>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **35 anos de comunicação e desafios**. São Paulo: CRP SP, 2016. Disponível em: <http://cpro38505.publiccloud.com.br/handle/1/387Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Acervo digital**. Repositório Digital Fúlvia Rosemberg. Cedoc. Disponível em: <http://cedoc.crpsp.org.br/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Atos em comemoração dos 60 anos de regulamentação da Psicologia são realizados em todo o estado de São Paulo**. 28 set. 2022. Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/2954/atos-em-comemoracao-dos-60-anos-de-regulamentacao-da-psicologia-sao-realizados-em-todo-o-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Boletim do CRP 06**, v. 1, n. 1, jan./jun. 1976. Disponível em: <http://cedoc.crpsp.org.br/bitstream/handle/1/1513/boletim%20crp%201976.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Campanha contra a redução da maioridade penal**. 2015. Folheto. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/2244

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Campanha contra a redução da maioridade penal 2017**. Folheto. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/1858>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Campanha contra a "cura gay"** (despatologização da homossexualidade). 2013. Folheto. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/1805>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Campanha Sim ao tratamento em liberdade**. 2013. Disponível em: < http://cedoc.crpsp.org.br/1/1456>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Cerimônia presta homenagem ao psicólogo e lança Prêmio Monográfico em seu nome**. 28 jun. 2012. Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/1481/cerimonia-presta-homenagem-ao-psicologo-elanca-premio-monografico-em-seu-nome>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Conselheiro Jonathas José Salathiel da Silva**. 14 ago. 2015. Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/1856/conselheiro-jonathas-jose-salathiel-da-silva>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. CRP SP elege nova gestão. **Jornal Psi**, n. 166, p. 6-9, ago./set., 2010. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/790/YzHNE8WmrmjWHjRLcQJv2WavVvb8j654.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Cuidado em Liberdade**. São Paulo: CRP SP, 2022. (Cadernos temáticos**,** v. 40). Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/280886/ddkwWykQPy-DgAY9gHV_mpqCSCNw_Hxk.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **História da Psicologia em São Paulo**: linha do tempo.. Disponível em: <http://linha.CRP SP.org.br/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **História do Prêmio Arthur Bispo do Rosário**, 31 out. 2014. - Disponível em: <https://www.crpsp.org/midia/fotos/473?order=order_pa>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Inscrições no II Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais prorrogadas** [...]. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://crpsp.org/noticia/view/2773/inscricoes-no-ii-premio-jonathas-salathiel-de-psicologia-e-relacoes-raciais-prorrogadas-ate-13-de-setembro-de-2021>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, v. 3, n. 15, jul./ago. 1983. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/53/Vk32oKDGWJ7EjV6RRDdBDkslUT9NTYmL.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, n. 35, jun. 1985. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/73/U6Ige0dZkGyVTN16V5CtRe9K3ykO17iX.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, n. 37, ago. 1985. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/75/QidsUqJ6S0ei3E7nQUqRk5WZNho3qKS-.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, n. 41, jan.-fev. 1986. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/544/VTLD51dEOuAu-1qwN1VX6N9mHyqsjDdF.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, v. 8, n. 55, jul.-ago. 1988. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/572/Bk-jX7v_kv6LhdFGQLIr33lqKkTgRoRl.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, v. 9, n. 62, set.-out. 1989. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/586/ekui-NTi6poskCluGyowLX--aQEGEjXC.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, v. 12, n. 79, set. 1992. Edição extra. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/620/V3y9b5sZNZFnvVw97kvaeBKFt9jcfwfP.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal do CRP 06**, v. 13, n. 81, set./1993. Disponível em:

<https://www.crpsp.org/uploads/impresso/624/V6cvn3VRPMc5h36zzY-smNHbZoK9onQq.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal Psi**, v. 117, n. 17, jul./ago. 1999. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/694/yKXFPem8eqXvh8JSOCuMWV078jlisAbx.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal Psi,** n. 141, jul.-set 2004. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/739/TPSnRLgFqZaO7dcmM6SOb5q0m-D9eBHf.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal Psi**, n. 185 out.-nov.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/828/d-APsHtPLY7qDYCsHFbpxEYRSTzp9r_A.pdf

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal Psi**, n. 189, out. nov. dez. 2016. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/836/FPQGHMUNMaUwVGl-2O2bAgsFEC_AVXe1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Jornal Psi**: edições dos anos: 2019-2024. São Paulo: CRP, 2019-2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Luta Antimanicomial.** Por uma Política de Saúde Mental Antimanicomial: Saúde não se vende! Loucura não se prende! 2014. Folheto. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/2297>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Luta Antimanicomial**: Rua e resistência: contra todas as formas de manicômio. 18 de maio – Dia Nacional da Luta Antimanicomial. 2015. Folheto. Disponível em: < http://cedoc.CRP SP.org.br/1/2242>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Manifestação do CRP SP contra o investimento do SUS nas comunidades terapêuticas**, mar. 2011. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/2661>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Muito além dos Manicômios. **Jornal Psi**, n. 148, p. 12-13, jul.-set. 2006. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/754/mfH8AznlfCBQT_CRylQH64-SK0n7bqFH.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Oficina de garantias de direitos - privação de liberdade**. 2015. Folheto. Subsede de Santos. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/2245. >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Palavra Aberta: um balanço de três anos de gestão. **Jornal do CRP 06**, n. 45, jul. 1986. Disponível em: < http://cedoc.crpsp.org.br/1/483>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Parecer do CRP SP sobre atividades de estágio. **Portal da Transparência**. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/parecer-do-crp-sp-sobre-atividades-de-estagio/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Plenário eleito para gestão 2010-2013 do CRP SP toma posse**. Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/1362/plenario-eleito-para-gestao-2010-2013-do-crp-sp-toma-posse>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Por um SUS antimanicomial. **Jornal Psi**, n. 200, p. 18-22, abr.-maio-jun. 2022. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/335018/rl5KjsCbKZ8ritjm7z5DWTPRAjtrGrNW.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Precursora da Luta Antimanicomial, Bauru recebe instalação de rua sobre saúde mental**. 25 mar. 2022. Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/2839/precursora-da-luta-antimanicomial-bauru-recebe-instalacao-de-rua-sobre-saude-mental. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Prêmio Arthur Bispo do Rosário**: Apresentação. II ed. Disponível em: <https://www.crpsp.org/pagina/view/74/ii-premio-arthur-bispo-do-rosario-apresentacao>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Prêmio Arthur Bispo do Rosario**. VII ed. São Paulo: CRP SP, 2015

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais**. São Paulo: CRP SP, 2019. Disponível em: <https://crpsp.org/impresso/view/451/premio-jonathas-salathiel-de-psicologia-e-relacoes-raciais>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais**. II ed. São Paulo: CRP SP, 2022. Disponível em:

<https://www.crpsp.org/uploads/impresso/282377/K3AUYCbZrVTseSodcB8rlNlcs7NFZeJN.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Projeto Memória da Psicologia Pioneiros da História da Psicologia no Brasil:** Virgínia Leone Bicudo. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/pagina/3134/ZlhdjiixmS3PycLpCgzQzJHgeWOs-S5T.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia e o direito à Memória e à verdade**. São Paulo: CRP SP, 2012. Cadernos Temáticos n. 13. Disponível em: <http://cedoc.crpsp.org.br/bitstream/handle/1/658/pdf-2015-11-05-16-13-54_cad13.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Psicologia e o resgate da memória**: diálogos em construção. São Paulo: CRP SP, 2019. (Cadernos Temáticos n. 23). Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/2481/kMuCtBgRE_bY67mk9QWX1BiKs0XxrKtG.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Relatório de gestão XII Plenário**: Triênio 2007-2010. 27 ago. 2010. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/283/OCh1IRk28NxVxZuGNy0Mm8UEy_2XUzmB.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Relatório de gestão XVI Plenário**: set. 2019 a set. 2022. Disponível em: em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2022/09/Relatario-de-Gestao-Trienio-2019-2022_compressed-1.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Relatório de gestão XVII Plenário**: 2023. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2024/03/Relatorio-de-gestao_2023_CRPSP_compressed.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Relatório de gestão XIII Plenário**: 25 set. 2010 a 26 set. 2013. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2010/05/2010-2013.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Relatório de gestão XIV Plenário**: set. 2013 a set. 2016. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/29/2013/05/2013-2016.pdf >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Resolução CRP n. 03**, de 17 de junho 2024.. Disponível em: <https://transparencia.cfp.org.br/crp06/legislacao/resolucao-crp-n-03-2024-de-17-de-junho-2024/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Semana Antimanicomial**. 2000. Folheto. Disponível em: <http://cedoc.CRP SP.org.br/1/875>. Acesso em: 28 abr. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Subsedes**. Disponível em: <https://www.crpsp.org/sede/index?SedeSearch%5Bmunicipios%5D=295>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **Uma profissão chamada Psicologia**. CRP SP, 20 anos. São Paulo: CRP, 1994.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. **XIII Plenário do CRP SP encerra seus trabalhos; confira texto de balanço das ações**. 25 set. 2013. Disponível em: <https://www.crpsp.org/noticia/view/1660/xiii-plenario-do-crp-sp-encerra-seus-trabalhos-confira-texto-de-balanco-das-acoes >. Acesso em: 28 nov. 2024.

CRP SP- CFP. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Conselho Federal de Psicologia. **Catálogo 50 anos da Psicologia no Brasil** (exposição). S.l.: CRP SP: CFP, 2012.

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Núcleo Gestor da Região Metropolitana. **Relatório com a síntese das discussões atinentes à proposta de constituição de nova subsede do CRP-SP**. 2016. Disponível em: < http://www.crpsp.org.br/arquivos/Relatorio-sub-metropolitana.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CYTRYNOWICZ, M. M. Um percurso pela história e pela memória da Psicologia Clínica em São Paulo. **História e Memória da Psicologia em SP**. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/memoria/clinica/artigo.aspx >. Acesso em: 28 nov. 2024.

DE HOMENS e máquinas. Acervo Roberto Mange: inventário analítico. São Paulo: Senai, 1991. v. II. Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/pf-ael/2022-09/roberto_mange.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

DESCOMPLICA. Cotas do SiSU: como funcionam e quem tem direito. 19 set. 2024. Disponível em: <https://descomplica.com.br/blog/cotas-sisu/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

DEVERA, D., COSTA-ROSA, A. Marcos históricos da Reforma Psiquiátrica Brasileira: Transformações na legislação, na ideologia e na práxis. **Revista de Psicologia da Unesp**,

v. 6, n. 1, p. 60-79, 2007. Disponível em: <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/issue/view/6

EDUCA MAIS BRASIL. **Sobre o curso de psicologia**. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/cursos-e-faculdades/psicologia.. Acesso em: 28 nov. 2024.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Arthur Bispo do Rosário**. Disponível em: < https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10811/arthur-bispo-do-rosario>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ESCAVADOR. **Samuel Pfromm Netto**. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/1439045/samuel-pfromm-netto#google_vignette>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ESTACIO. **Conheça as matérias do curso de Psicologia!** Disponível em: <https://blog.estacio.br/humanas/materias-do-curso-de-psicologia>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FGV DIREITO SP. **Lei de Cotas possibilitou aumento de 400% no ingresso de alunos negros no ensino superior em 10 anos**, 27 jun. 2022. Disponível em: <https://direitosp.fgv.br/noticias/lei-cotas-possibilitou-aumento-400-no-ingresso-alunos-negros-no-ensino-superior-10-anos>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FREITAS, C. L. S. de. História da psicologia: como surgiu e evoluiu com o tempo. **Eurekka**. Disponível em: <https://blog.eurekka.me/historia-da-psicologia/?ist_privacy_policy=accepted>. Acesso em: 28 nov. 2024.

FURTADO, O. 50 anos de Psicologia no Brasil: a construção social de uma profissão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. spe, p. 66–85, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zBttqHf9LpWdX8CHytGJG4x/

GOOGLE Street View. Entrada da sede do CRP SP na avenida Brig. Luís Antônio, 4187. Captura: jul. 2024. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-23.5796114,-46.662412,3a,60y,149.71h,90t/data=!3m7!1e1!3m5!1s7Qknv2pYSfCsvwumt4QeyQ!2e0!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fpanoid%3D7Qknv2pYSfCsvwumt4QeyQ%26cb_client%3Dmaps_sv.share%26w%3D900%26h%3D600%26yaw%3D149.70944%26pitch%3D0%26thumbfov%3D90!7i16384!8i8192?coh=205410&entry=ttu>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GOOGLE Street View. Imagem da rua Arruda Alvim n. 84. Captura: abr. 2024. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-23.5547449,-46.6743885,3a,75y,222.53h,102.17t/data=!3m7!1e1!3m5!1sC7vDOB0aE6wnh2ljG79rOg!2e0!6shttps:%2F%2Fstreetviewpixels-

pa.googleapis.com%2Fv1%2Fthumbnail%3Fpanoid%3DC7vDOB0aE6wnh2ljG79rOg%26cb_client%3Dmaps_sv.share%26w%3D900%26h%3D600%26yaw%3D222.52577139660778%26pitch%3D-12.168641709534484%26thumbfov%3D90!7i16384!8i8192?coh=205410&entry=ttu>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GORAYEB, R. Conheça o Histórico da SBP. Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 18., 1988. **Anais.** Disponível em: <https://www.sbponline.org.br/conheca-o-historico-da-sbp-relatado-por-ricardo-gorayeb-e-reinier-rozestraten>. Acesso em: 28 nov. 2024.

HUR, D. U. Políticas da psicologia: histórias e práticas das associações profissionais (CRP e SPESP) de São Paulo, entre a ditadura e a redemocratização do país. **Psicologia USP**, v. 23, n. 1, p. 69-90, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/sxGtLPVtks5k7jhGpJL8yMK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

INDICADORES SOCIAIS no Brasil em uma década: o que mudou entre 2004 e 2014? 04 dez. 2015. **UOL Notícias**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/brasil-em-uma-decada-o-que-mudou-entre-2004-e-2014.htm>. Acesso em: 28 nov. 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**: divulgação dos resultados. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2022/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2022.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anisio Teixeira. **Ingresso por cotas aumentou 167% nas universidades**, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao-superior/ingresso-por-cotas-aumentou-167-nas-universidades>. Acesso em: 28 nov. 2024.

IPUSP – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. **Arrigo Leonardo Angelini**. Disponível em: <https://www.ip.usp.br/site/arrigo-leonardo-angelini/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

LAPS – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Conhecendo o Projeto Memória da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Disponível em: < https://laps.ensp.fiocruz.br/o-projeto>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MANZAN, J. S.; OLIVEIRA, M. C. de; MELO-SILVA, L. L. Trajetórias de estudantes cotistas para o ingresso numa universidade pública brasileira. **Psicologia em Estudo**, v. 28, p.

e52127, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/4FvQrNSQxDnJmtMSjLt5YsD/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MARCONDES, J. Censo da Educação Superior: 10 cursos com o maior número de matrículas em 2022. **Revista Quero**, 18 out. 2023. Disponível em: < https://querobolsa.com.br/revista/censo-da-educacao-superior-10-cursos-com-o-maior-numero-de-matriculas-em-2022>. Acesso em: 28 nov. 2024. >. Acesso em: 28 nov. 2024.

MATTOS, L.; ROCHA, C. Procura por curso de psicologia nas faculdades explode no Brasil. **Estado de Minas**, 11 mar. 2023. .Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/educacao/2023/03/11/internas_educacao,1467562/procura-por-curso-de-psicologia-nas-faculdades-explode-no-brasil.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MELLO, S. L. DE . Currículo: quais mudanças ocorreram desde 1962? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 9, n. 1, p. 16–18, 1989. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rGjvTxyRHPpq8qQJ9hYpKkz/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2024.

MIRANDA, W. A. Comemoração do 70º aniversário de Fundação da Sociedade de Psicologia de São Paulo. **Boletim de Psicologia**, v. 66, n. 144, p. 7-11, jan. 2016. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/bolpsi/v66n144/v66n144a03.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MUGNAINI JUNIOR, A. N.; CUNHA, M. S. da. Impacto das cotas no desempenho de estudantes no curto e no longo prazo. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 64, out.-dez. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13160/1/ppp_n64_Artigo2_impacto_das_cotas_no_desempenho.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

OLIVEIRA, I. T. de et al. Formação em psicologia no Brasil: aspectos históricos e desafios contemporâneos. **Psicologia: Ensino & Formação**, v. 8, n.. 1, p. 03-15, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v8n1/v8n1a02.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ONU. OPAS – Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde.. **Declaração de Caracas**, 14 nov. 1990. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_caracas.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PEPSIC – Periódicos de Psicologia. Disponível em: < https://pepsic.bvsalud.org/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PIZZINATO, A. et al. Sessenta anos da profissão de psicóloga(o) no Brasil: percursos e desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. e264734, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/wPVF8zHd3DqXgBjwPXDmj9j/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PRATES, E. F.. **Os encontros de psicólogos da área de educação (1980-1982)**: um projeto de psicologia e educação em São Paulo, 2015. 214 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17119/1/Eduardo%20Freitas%20Prates.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

PSICOLOGIA. Revista Semestral. Ano 1. n. 1. Maio 1975.

QUERO BOLSA. **Grade curricular de psicologia.** Disponível em: <https://querobolsa.com.br/cursos-e-faculdades/psicologia/grade-curricular>. Acesso em: 28 nov. 2024.

REIS, J. R.. T. Nova política de representação. **Jornal do CRP** 06, v. 13, n. 80, dez/jan. 1992/1993. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/622/tv4zOVogDcusBwTSQGuNZyp_RM9V6brQ.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

RIBEIRO, E. M. B. de A.; PEIXOTO, A. de L. A.; BASTOS, A. V. B. Interação entre estudantes cotistas e não cotistas e sua influência na integração social e desempenho acadêmico na universidade. **Estudos de Psicologia**, v. 22, n. 4, p. 401-411, dez. 2017. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v22n4/a07v22n4.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Centro Estadual de Vigilância à Saúde. **História**. Disponível em: <https://cevs.rs.gov.br/historia>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ROBERTO MAGALHÁES GOUVEA LEILÕES. Imagem da Medalha Wilhelm Wundt. Disponível em: <https://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=1009555&ctd=5&tot=&tipo=19&artista=>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ROSA, E Z. **Por uma Reforma Psiquiátrica Antimanicomial**: o papel estratégico da Atenção Básica para um projeto de transformação social.. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18816/2/Elisa%20Zaneratto%20Rosa.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SALATHIEL, J. **Perfil do Linkedin**. Disponível em: <https://br.linkedin.com/in/jonathas-salathiel-7a1bb426?original_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SANTOS, M. História da Psicologia: Como a Psicologia evoluiu ao longo do tempo. **Escuta Aqui**, 6 mar. 2023. Disponível em: <https://www.escutaaqui.com/historia-da-psicologia-como-a-psicologia-evoluiu-ao-longo-do-tempo>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Lei complementar n. 791, de 09 de março de 1995. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, SP, 10 mar. 1995. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1995/original-lei.complementar-791-09.03.1995.html >. Acesso em: 28 nov. 2024.

SÃO PAULO (Estado). Assistência Social. **Sistema Único de Assistência Social**. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/assistencia-social/sistema-unico-de-assistencia-social/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SERRA, A. M. M. História da psicologia moderna e sua inserção na cultura contemporânea. **Instituto de Terapia Cognitiva**, 2024. Disponível em: <https://www.itcbr.com/artigo-historia-psicologia-moderna.shtml>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da psicologia moderna**. São Paulo; Cengage Learning, 2014.

SILVA, G. R. da. Empatia e opinião prévia são determinantes para posicionamento de estudantes sobre as cotas. **Jornal da USP**, 21 set. 2022.. Disponível em: <https://jornal.usp.br/diversidade/empatia-e-opiniao-previa-sao-determinantes-para-posicionamento-de-estudantes-sobre-as-cotas/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SINPSI – Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. **Prêmio Arthur Bispo do Rosário apresenta vencedores**. Disponível em: <https://sinpsi.org/premio-arthur-bispo-do-rosario-apresenta-vencedores/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SOARES, A. R.. A Psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, n. spe, p. 8–41, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ptsPLZhXfqLTzKmyj7b6pDp/?lang=pt#>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SBS – Sociedade Brasileira de Sociologia. **Bionotas**: Virgínia Leone Bicudo. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/virginia-leone-bicudo-2/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

SUBSÍDIOS para a história da psicologia no Brasil. Produção, direção: Carlos Gayotto Rolim. Escrito por: Arrigo Leonardo Angelini. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K4IOjqbBgFE>. Acesso em: 28 nov. 2024.

WITTER, G. P. Entrevista com o Prof. Dr. Arrigo Leonardo Angelini. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 2, n. 1, p. 55–62, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/nGCrJszNHNHQCPK5gLcr4mN/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

CONSULTAS A MÍDIAS SOCIAIS - Podcasts/vídeos

Arrigo Leonardo Angelini: Subsídios para a História da Psicologia no Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K4IOjqbBgFE

CRP SP – Conselho Regional de Psicologia. **Casa Nova**. 23 out. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=v2fXBvyRbWk&t=1s>. Acesso em: 28 nov. 2024.

Estação Psicologia. Cuidado em Liberdade. Episódio: 3 - Além da RAPS: Por um cuidado antimanicomial da Saúde Mental. 2022.-Podcast

Estação Psicologia. Cuidado em Liberdade. Episódio: 4 - Redução de Danos e

Estratégias de Cuidado. 2022. Podcast

Estação Psicologia. Episódio 3: Caminhos da psicologia no Brasil 60 anos.

Episódio 3 - Psicologia, movimentos sociais e a busca por direitos. 2022. Podcast